



# Anais

## II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:  
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro  
Suely Rodrigues Alves  
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017  
Universidade Federal do Pará/UFPA  
Belém, Brasil



## **Universidade Federal do Pará - UFPA**

**Reitor:** Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Gilmar Pereira da Silva

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Rômulo Simões Angélica

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA**

**Diretor:** Durbens Martins Nascimento

**Diretor Adjunto:** Sílvio José de Lima Figueiredo

## **Editora**

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

## **Comissão Editorial**

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

## **Coordenação de Comunicação e Difusão Científica**

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

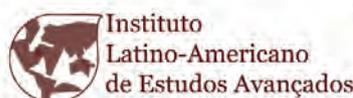
### **REALIZAÇÃO**



### **PATROCÍNIO**



### **PARCERIAS**





# Anais

## II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:  
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro  
Suely Rodrigues Alves  
(Orgs.)

Belém  
NAEA/UFPA  
2017

**Arte da Capa**  
Andréa Pinheiro

**Capa**  
Ione Sena

**Editoração**  
Ione Sena  
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)  
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) \_ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas  
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

---

CDD 22. ed. 320.12098

## Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay  
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG  
Ana Prado - NAEA/UFPA  
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA  
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal  
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA  
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA  
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA  
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA  
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy  
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF  
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França  
Elenise Scherer - UFAM  
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA  
Delma Pessanha Neves - UFF  
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA  
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA  
Fabiano Bringel - UEPA  
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA  
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ  
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR  
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA  
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA  
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina  
Izabel Valle - UFAM  
Indira Rocha - ICSA/UFPA  
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS  
João Márcio Palheta - PPGEIO/UFPA  
James Léon Parra Monsalve - Colômbia  
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua  
José Raimundo Trindade - PPGECO  
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA  
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA  
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA  
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR  
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA  
Mirleide Char – NAEA/UFPA  
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA  
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA  
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia  
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA  
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA  
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile  
Pascale de Robert - IRD – França  
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França  
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França  
Pedro Staevie – UNILA  
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França  
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA  
Renan Freitas Pinto – UFAM  
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha  
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA  
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA  
Sirlei Silveira - UFMT  
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA  
Socorro Amora - ICSA/UFPA  
Solange Gayoso - ICSA/UFPA  
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA  
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA  
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA  
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA  
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA  
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM  
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN  
William Santos de Assis - NCADR/UFPA  
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA  
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA  
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA  
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA  
Marília Lobato - UNIFAP  
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA  
Raifran Abidimar de Castro - IFMA  
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA  
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR  
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

#### Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora  
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA  
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA  
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA  
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA  
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA  
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA  
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA  
Jader Gama – GETTAM/NAEA  
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA  
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA  
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA  
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA  
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA  
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA  
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA  
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA  
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA  
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

#### Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA  
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA  
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA  
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA  
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA  
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA  
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA  
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA  
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

# Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

*Edna Castro*  
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



# Programa

II Seminário Internacional América Latina:  
Políticas e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**



# PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

**Credenciamento**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

**Mesa de Abertura**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

**Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

**Expositores:**

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

**Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

**Coffee Break**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores**

**Conferencista: Eduardo Gudynas** - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

**Local:** Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

**Lançamento de Livros**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



## 28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

### **Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

**Expositores:**

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

### **Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

**Expositores:**

Philip Martin Fearnside - INPA

Luís Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

### **Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

### **Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professor:** Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

### **Coffee Break**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

**Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** France Rodrigues - UFRR

**Expositores:**

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

**Oficinas**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

**Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais**

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

**Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia**

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



## 29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

### **Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Edila Moura PPGSA/UFPA

**Expositores:**

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

### **Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Gilmar Pereira da Silva - UFPA

**Expositores:**

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

### **Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

### **Minicurso II: Psicosociología Clínica**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professores:** Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

### **Minicurso II: Psicosociología Clínica**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professores:** Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

**Minicurso III:** Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professora:** Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

**Oficina**

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

**Oficina 03: Agitação e propaganda**

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



## **GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO**

### **GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina**

**Coordenadores:** Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala 12 e 13 - NAEA**

### **GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina**

**Coordenadores:** Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

**Sala 15 e 17 - NAEA**

### **GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias**

**Coordenadores:** Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

**Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia**

**Coordenadores:** Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

**Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina**

**Coordenadores:** Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa**

**Coordenadores:** Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaine Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA**



**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina**

**Coordenadores:** Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

**Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política**

**Coordenadores:** Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

**Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina**

**Coordenadores:** Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

**Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)**

**GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina**

**Coordenadores:** William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

**Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina**

**Coordenadores:** Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

**Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**

**Coordenadores:** Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

**Coordenadores:** Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

**Local: LAENA - NAEA**



## LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

**Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA**

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

*Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith*

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

*Ipojucan Dias Campos (Org.)*

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

*Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.*

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

*Francilene dos Santos Rodrigues*

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

*Eunapio Dutra do Carmo*

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

*Ipojucan Dias Campos*

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

*Maria de Nazaré Barreto Trindade*

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

*Edna Maria Ramos de Castro (Org.)*

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

*Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno*



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

*Homero Chiaraba Gouveia*

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

*Fabian Serejo Santana*

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

*Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.*

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

*José Raimundo Trindade*

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

*Jondison Cardoso Rodrigues*

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

*Diana Aguiar*

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

*Violeta Refkalefsky Loureiro.*

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

*Violeta Refkalefsky Loureiro.*

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

*Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).*

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

*Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)*

NAEA/UFPA - 2017



# Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas  
e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**



# GT 12

## Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

### Coordenadores

Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA),  
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Chaar (NAEA/UFPA),  
Ireneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Ementa:** O GT acolhe trabalhos que tratem das dimensões da problematização da cultura e sua relação com a política e o mercado. Artigos sobre cultura e mercados populares e sobre processos de aprofundamento das políticas e estratégias de turismo voltadas para este cenário. Serão bem vindas reflexões que tratem da colonialidade de saberes, das tradições e da cultura, e que valorizem a sociobiodiversidade da América Latina, seus povos e sua memória social.



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

**1ª SESSÃO: MERCADOS, CULTURAS E SOCIABILIDADES**

Horário: 14h00 às 16h00

**Coordenação: Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)**

**Comunicação Oral:**

UM RIZOMA DE TROCAS: EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES DE MUNDO NO COMÉRCIO DE AÇAÍ DO MARAJÓ DAS FLORESTAS

Daniel da Silva Miranda (PPGA/UFPA) e Ramiro Esdras Carneiro Batista (PPGA/UFPA)

1. OBSERVAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS NO MERCADO DA TERRA FIRME SOB A OTICA DE CERTAU E GOFFMAN

Ana Claudia dos Santos da Silva (PPGDSTU- NAEA-UFPA) e Maria Karoline Brito dos Santos (UFPA)

2. TROCA E RECIPROCIDADE: AS CASAS DE SAÚDE NO BAIXO AMAZONAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E TRADIÇÃO EM REDE.

Juliana Cardoso Fidelis (PPGSA-UFPA) e Luciana Gonçalves de Carvalho (PAA-UFOPA)

3. PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS NO MERCADO DO VER-O-PESO: MUNDO DO TRABALHO, MEMÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Mayara de Oliveira Soares (UFPA) e Ana Manoela Primo dos Santos (UFPA)

4. “PODE CHEGAR, FREGUÊS!”: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO ENTRE OS (AS) ERVEIROS (AS) DA FEIRA DO VER-O-PESO (BELÉM, PA)

Cleide Furtado Nascimento Dantas (UFPA) e Rubens da Silva Ferreira (UFPA)

5. FIADO..., FIADO, NÃO TEM. MAS TEM GENTE QUE LEVA PRA PAGAR DEPOIS: CRÉDITO E REGIME DE VALOR NA CIRCULAÇÃO DO PIRARUCU NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA

José Maria Ferreira Costa Júnior (PPGSA/UFPA)

6. O PODER DA FARINHA DE MANDIOCA INDÍGENA NO MERCADO: SIMBOLISMO E REPRESENTAÇÕES Tadeu Lopes Machado (UNIFAP - PPGSA/UFPA)

**Pôster:**

O TRÂNSITO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO COMÉRCIO DE ERVAS E PLANTAS EM FEIRAS DE MACAPÁ

Jade Figueiredo Costa (UNIFAP)



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**2ª SESSÃO: POPULAÇÕES TRADICIONAIS, IDENTIDADES E TROCAS SOCIAIS**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação: Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)**

**Comunicação Oral:**

DO ABASTECIMENTO AOS NOVOS USOS NO MERCADO DA ENCRUZILHADA-RECIFE/PE: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TRANSFORMAÇÕES DE UM EQUIPAMENTO DO COMÉRCIO TRADICIONAL NO SÉCULO XXI

Juliana Drahomiro Gomes (UFPE)

1. IMAGENS E IDENTIDADES CULTURAIS AMAZÔNICAS - VER-O-PESO POR ENTRE RIOS, RUAS, FLORESTAS E REDES

Carolina M. M. Venturini Passos

2. VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO TRADICIONAL AMAZÔNICA E O TRANSPORTE HIDROVIÁRIO: ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E EMBARCAÇÃO

Mayra Hermínia Simões Hamad-Couto (FFTO/UFPA) e Nírvia Ravena (NAEA/UFPA)

3. IDENTIDADE E CULTURA NA COMERCIALIZAÇÃO DE OBJETOS LITÚRGICOS AFRO-AMAZÔNICOS EM CAMETÁ-PA

Neusiane de Nazaré Coelho de Melo (PPGEDUC)

4. ASPECTOS DE UM SABER VIVER INCORPORADO: REFLEXÕES SOBRE CORPO-PAISAGEM NO COTIDIANO DE JOVENS COLETORES DE AÇAÍ

Terezinha de Fátima Ribeiro Bassalo (PPGSA/UFPA)

5. HABITUS CAMPONÊS, PRÁTICA SOCIAL CAMELÔ: MENTALIDADE INTERSUBJETIVA DOS TRABALHADORES DE RUA DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins (NAEA/UFPA)

6. NO VERÃO AÇAÍ, NO INVERNO MIRITI: PALMEIRAS, CULTURA, TRADIÇÃO E MERCADO EM COMUNIDADES DE VÁRZEA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO - PA

Fagner Freires de Sousa (IFPA) e Genisson Paes Chaves (Faculdade Metropolitana de Paragominas)

7. AÇAÍ: EXPANSÃO E RETORNO DA ECONOMIA AGROEXTRATIVISTA SUSTENTAVEL DA AMAZÔNIA Deybson Adriano Patrício da Silva (NAEA/UFPA)

**Pôster:**

1. SABERES DA FLORESTA: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS ENTRE A “ALDEIA” E O “QUILOMBO” NO NORDESTE PARAENSE

Marcia do Carmo Sousa (UFPA), Benedito Emílio da Silva (UFPA) e Ribeiro e Silvana da Silva e Silva (UFPA)

2. SABERES, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE SAÚDE E DOENÇA NA GESTAÇÃO, PARTO E PÓS-PARTO ENTRE OS TENETE HAR-TEMBÉ

Thaynã do Socorro Santiago Galvão dos Reis (UFPA), Maria Madalena dos Santos do Carmo (UFPA) e Ana Victória Santos da Costa (UFPA)



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICESA**

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

**1ª SESSÃO: CULTURA, PATRIMÔNIO E MERCADO**

**Horário: 14h00 às 16h00**

**Coordenação: Silvio Lima Figueiredo (NAEA/UFPA) Comunicação Oral:**

- 1. PATRIMÔNIO NUM GIRO DECOLONIAL: UM OLHAR PARA A PRESERVAÇÃO NO BRASIL SOB A REFLEXÃO DA COLONIALIDADE**  
Luciana Souza (UNIRIO-MAST)
- 2. AONDE ELES ESTÃO: CARTOGRAFIA DO PATRIMONIO CULTURAL VIVO** Vanessa Malheiro Morais (UFPA)
- 3. DESIGN VERNACULAR: A EXPRESSÃO DA CULTURA AMAZÔNICA NA PINTURA DE PAISAGENS EM MOSQUEIRO, COTIJUBA E CARATATEUA**  
Natália Cristina Rodrigues Pereira (UFPA) e Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)
- 4. JOALHERIA ARTESANAL: PONTOS DE RUPTURA CONCEITUAL PARA O ADVENTO DA NOVA JOIA** Clarisse Fonseca Chagas (ESDI/UERJ) e Lucy Niemeyer (ESDI/UERJ)
- 5. O “NOVO” VER-O-PESO, A NEGAÇÃO DA CIDADANIA E A TENTATIVA DE CONFORMAÇÃO DE UMA BELÉM- EMPRESA-CULTURAL**  
Brenda Vicente Taketa (NAEA/UFPA), Guilherme Guerreiro Neto (UNAMA) e Saint-Clair Trindade Júnior (NAEA/UFPA)
- 6. MESTRES DA MEMÓRIA: Trabalho, Saberes e Comercialização nas Artes de Miriti (Abaetetuba-PA)**  
Claudete do Socorro Quaresma da Silva (UFPA) e Agenor Sarraf Pacheco (UFPA)
- 7. A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO SÍTIO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DE BRASÍLIA, BRASIL**  
Cleber Augusto Trindade Castro (UFRN), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN) e Lluís Mundet i Cerdan (UdG, Espanha)

**Pôster:**

- 1. CULTURA, ETHOS E TRADIÇÃO: O COTIDIANO CANTADO NAS MÚSICAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SALGADO PARAENSE**  
Israel Barbosa Rodrigues (ICSA/UFPA), Ana Carolina Nery da Silva (ILC/UFPA) e Larissa Beatriz da Silva Aviz (NUMA/UFPA)
- 2. A AVENIDA NAZARÉ, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE BELÉM- PA** Vivian Larissa Monteiro Albuquerque (UFPA)



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**2ª SESSÃO: CULTURA, FESTA E MERCADO**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação: Silvio Lima Figueiredo (NAEA/UFPA)**

**Comunicação Oral:**

1. A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM BELÉM PELO PUNK E PELO HARDCORE Benison Alberto Melo Oliveira
2. “PRETINHOS DO MANGUE”, O BLOCO QUE VEIO DO “TIJUCO”: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERCEPÇÃO ECOLÓGICA NA CIDADE DE CURUÇÁ-PA.  
Marcus dos Reis Ferreira (UFPA), Gisela Macambira Villacorta (UFPA - UNIFESSPA) e Lourdes Gonçalves Furtado (MPEG-UFPA)
2. GRFITE NA FLORESTA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE ARTE, LIMINARIDADE E TURISMO NO PROJETO STREET RIVER  
Angelo Martins Cavalcante (PPCLC/UNAMA) e Danilo Miranda Caetano (PPCLC/UNAMA)
3. PENSANDO A INTERCULTURALIDADE A PARTIR DAS NARRATIVAS ORAIS NA DANÇA DO SAIRÉ NO DISTRITO DO CARVÃO, MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP  
Rodrigo Márcio Gomes Monteiro (PPGEAA/UFPA) e José Guilherme dos Santos Fernandes (PPGLSA/PPGEAA/UFPA)
4. CULTURA, POLÍTICA E MERCADO DE ENTRETENIMENTO: A RELAÇÃO ENTRE SABERES, TRADIÇÕES E DOMÍNIO DE CAPITAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO  
Luana Tereza de Barros Vieira Rocha (UFMA)
5. A TRADIÇÃO COMO ESPETÁCULO: CULTURAS POPULARES, MÍDIA E TURISMO José Maria da Silva (UNIFAP)
6. ÁGUA E HIDRELÉTRICAS: GLOBALIZAÇÃO, COLONIALIDADE E PRIVATIZAÇÃO DOS RIOS NA AMAZÔNIA  
Edna Castro (NAEA/UFPA)

**Pôster:**

1. FESTIVAL DO FOLCLORE, CULTURA POPULAR E A IMAGEM DE CURUÇÁ COMO A “TERRADO FOLCLORE” Marcia Lago (FAPEN), Jacylee Carvalho (FAPEN) e Enderson Oliveira (FAPEN)
2. O EVENTISMO DA FESTA 13 DE MAIO REALIZADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO  
Hudson Nascimento de Sousa Filho (UFT), Pitágora Carvalho de Almeida (UFT), Katiane da Silva Santos (PPGCULT/UFT) e Elias da Silva (PPGCULT/UFT)
3. A FUGIDA DO BOI: TRADIÇÃO E TURISMO EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS Erick da Silva Botelho, Giselle Castro de Assis e Voyner Ravena-Canete



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

**1ª SESSÃO: TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Horário: 14h00 às 16h00**

**Coordenação: Wilker Nóbrega (UFRN)**

**Comunicação Oral:**

1. AMBIENTAÇÃO DIGITAL DE ESPAÇOS DE POLÍTICA E TURISMO: O CASO DO ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO Marília Jardim (UFPA) e Wallace Corrêa Pantoja Jr. (UFPA)
2. TURISMO SUSTENTÁVEL EM ORLAS URBANAS: UMA EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE BELÉM (PA) Márcia Josefa Bevone Costa (NUMA/UFPA), Jacirene da Silva Queiroz (NCADR/UFPA) e Yngreth da Silva Moraes (NUMA/UFPA)
3. A GOVERNANÇA DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MARTÍRIOS/ANDORINHAS E APA ARAGUAIA, PARÁ Abel Pojo Oliveira (USP – IFPA)
4. CARIMBÓ, CULTURA E TURISMO EM BELÉM-PARÁ Eliana Benassuly Bógea Bastos (UFPA) e Ana Paula Melo de Moraes (NAEA/UFPA)

**Pôster:**

1. MEMÓRIA DOCUMENTAL DA EMBRATUR DE 1966 A 1979 E SUA CONCEPÇÃO DE TURISMO NA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO Pedro Victor Gomes Bonfim
2. ENTRE A TRADIÇÃO E A REPRODUÇÃO: IDENTIDADE CULTURAL, PUBLICIDADE E CONSUMO NA CERÂMICA DE ICOARACI, NO PARÁ Jacyele Carvalho (FAPEN) e Marcia Lago (FAPEN)

**2ª SESSÃO: A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM COMUNIDADES**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação: Mirleide Chaar Bahia (NAEA/UFPA)**

**Comunicação Oral:**

1. TURISMO, IMPACTOS E PERCEPÇÃO: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UHE FERREIRA GOMES NA CIDADE DE FERREIRA GOMES/AP Dioleno Pereira da Silva (UNIFAP)
2. MERCADOS SUSTENTÁVEIS E TURISMO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CHOCOLATE ORGÂNICO ALIADO AO TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU, BELÉM, PARÁ Higson Allender Pires Monteiro (FACTUR/UFPA) e Tamara Lima Martins Faria (FAAD/NAEA/UFPA)



**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**  
**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

3. VER, PERCEBER E VIVENCIAR A MEMÓRIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME/BELÉM (PA):  
ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO INTERATIVO NO COM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS MORADORES.  
Maria Karoline Brito dos Santos (UFPA) e Ana Claudia dos Santos da Silva (NAEA/UFPA)
  
4. MONÓLITOS DE QUIXADÁ/CE: UM LEGADO CULTURAL PARA OECOTURISMO Hermógenes  
Henrique Oliveira Nascimento (SEMA)
  
5. O ETNOTURISMO EM TERRAS DE NEGROS: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO NO QUILOMBO DO C-RIAÚ  
Mikaela Moreno Vasconcelos Araújo (UNIFAP), David Junior de Souza Silva (UFG - UNIFAP) e Bárbara da Costa  
Amoras (UNIFAP)
  
6. A CULTURA RIBEIRINHA COMO FATOR DE ATRATIVIDADE PARA O TURISMO NO  
ARAPIUNS/PA – UMA ANÁLISE SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER AMAZÔNICO.  
Giselle Castro de Assis (PPGSA/UFPA)
  
7. CULTURA QUILOMBOLA E A PRESENÇA DO TURISMO NA COMUNIDADE DONA JUSCELINA  
EM MURICILÂNDIA-TO  
Katiane da Silva Santos (UFT) e Elias da Silva (UFT)

**Pôster:**

1. TURISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO: O USUFRUTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NA  
PERCEPÇÃO FEMININA  
Raquel Almeida Mendes (UFT), Katiane da Silva Santos (PPGCULT/UFT) e Kênia Gonçalves Costa  
(PPGCULT/UFT)
  
2. ILHA DO COMBU: O OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL Jonathan  
Rodrigues Nunes (UFPA), Arcanjo Miguel Garcia Maia (UFPA) e Milene de Cássia Santos de Castro (UFPR)



# Trabalhos completos

## GT 12

II Seminário Internacional América Latina:  
Políticas e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****UM RIZOMA DE TROCAS: EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES DE MUNDO NO COMÉRCIO DE AÇAÍ DO MARAJÓ DAS FLORESTAS<sup>1</sup>**Daniel da Silva Miranda (PPGA/UFPA)<sup>2</sup>

srdanielmiranda@gmail.com

Ramiro Esdras Carneiro Batista (PPGA/UFPA)<sup>3</sup>

jjesdras@bol.com.br

**RESUMO**

O estado da arte dos estudos que buscam analisar a relação sociedade-natureza, na região amazônica, demonstra um crescente interesse pelo saber étnico evocado pelas inter-relações de seres humanos e não-humanos. O presente artigo, ao buscar apresentar alguns dos elementos que constituem a chegada do açaí *in natura* à capital paraense, percebe-se inserido em tal contexto de discussões, optando então por categorias que fujam ao cartesianismo e ampliem a noção do que aparenta ocorrer nestas trocas comerciais. Deste modo, partimos das discussões e do uso conceitual de *açaí-rizoma* como mecanismo de representação aproximada e preliminar dos saberes e das práticas simbólicas envolvidas nestas negociações. Surgindo então, como desdobramento das presentes reflexões, a não utilização de categorias insistentemente recorridas para designar este comércio, que o ligam a perspectivas fechadas, restringidas à ação antropogênica, quando não inflexíveis ou cíclicas. Adotou-se então a perspectiva de *trocas rizomáticas* como significado da manutenção dinâmica do fluxo de abastecimento, considerando-as *simétricas* no que diz respeito ao nível das relações homem-natureza. Recorrendo-se então à ótica do antropólogo como intérprete, na busca de justificar a adoção de tais caminhos, partindo aos dados empíricos numa perspectiva de constante representação do que é encontrado em campo.

Palavras-chave: Açaí-Rizoma, Comércio, Trocas, Marajó,

**1. INTRODUÇÃO**

*“O açaí apresenta-se como um prato principal na mesa amazônica. Onde quer que ele esteja os outros pratos se tornam periféricos a ele [...]. Você não come alguma coisa com açaí, se costuma dizer que se come açaí com alguma coisa... com pirarucu, açaí com charque, açaí com camarãozinho [...] enfim... o açaí se demonstra como um vegetal que*

<sup>1</sup> Agradecemos às gentis contribuições dos professores Prof. Dr. Hilton Silva e do Prof. Dr. Fabiano Gontijo durante as discussões da Sessão 2 – Saúde, alimentação e sociabilidades das Comunicações Coordenadas no Seminário Internacional Antropologia em Foco VI, onde ensaiamos muitas de nossas pretensões aqui encontradas.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Pós-Graduando em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia (PPGAA/UFPA), Mestrando em Antropologia com ênfase em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), integrante do Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (GECA/CNPq/UFPA).

<sup>3</sup> Graduado em Pedagogia e especializado em Inspeção Escolar pelo Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco/CEIVA-INCISOH/MG, Mestrando em Antropologia com ênfase em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), Membro do Núcleo Kusuvwi de Estudos Palikur-Arukwayene/NUKEPA-CNPq.



*subverte a ordem das coisas.*” Disse-me Romero Ximenes, em meio a uma conversa agradável acolhida entre os grandes títulos de sua biblioteca.

Suas palavras encarnam algumas das reflexões produzidas durante sua tese de doutoramento, quando a partir de então se dedicou a analisar as relações sociedade-natureza por meio dos consumos transculturais do açaí. Ximenes (2013) apontou em seus avanços que, para agradar as subjetividades que compõem a variável do paladar, o açaí assume uma forma plástica dentro da equação antropológica. Reconfigurando-se e se transformando com a força e à medida em que sua presença conquista novos espaços e territórios.

Deste modo, o açaí aparenta seguir uma expansão complexa e irremediável, como bem aponta o autor (XIMENES, 2013. p. 15), gerando aos pesquisadores um desafio de imaginar modos que representem a liquidez que ele encarna no *real*. Ximenes ante a este enfrentamento, solucionou o empasse ao recorrer inventivamente às perspectivas epistemológicas do rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), combativo ao cartesianismo linear.

Ximenes representou então o açaí e sua liquidez pela disposição conceitual de *açaí-rizoma*, uma forma não-estática atravessando sensibilidades de mundo, estabelecendo ou tornando mais elásticos múltiplos contatos inter-étnicos entre variados lugares na escala do local e do global.

O autor ultrapassou deste modo a condição de rastreador dos consumos e tornou-se referencial da teoria antropológica amazônica para uma interpretação rizomática do açaí, dando condições para que os modos de se espisar as etapas pelas quais o açaí é posto em travessia, articulem-se em uma não-fixidez, uma forma não-estaque ou melhor, uma não-cadeia.

Ante a tais possibilidades, quase que inevitavelmente surgem questões acerca do açaí-rizoma de Ximenes. O autor parte do consumo do paladar e alcança os consumos semióticos, mas não torna visível o rizoma anterior que deu condições à formação do rizoma do consumo. Ora, de onde vem esta fruta para ser dilacerada em máquinas despulpadoras? Quem lhe dá condições para tal chegada? Por que caminhos e percursos segue o rizoma de trocas até a chegada da fruta à Feira do Açaí? E assim, com estas perguntas e uma mochila de inquietações fomos ao campo.

Ao dispor mais atenção a este *estar lá e chegar aqui*, nos surge um universo rizomático, responsável pela chegada do fruto aos consumidores finais, passando nada a mais e nada menos do que pelas próprias vidas dos diversos sujeitos comprometidos com a *tiração* do açaí.



Atingimos então os interesses que movem atualmente nossas pesquisas, dobrando-se a este *entre* a condição de *estar* fruta, de *ser* tirada – das árvores; das várzeas; dos cachos; dos trapiches; dos porões; da Feira – e *tornar-se* alimento. O presente artigo busca assim indicar algumas das reflexões produzidas por um estudo ainda em curso, com a proposição principal de construir uma etnografia-intérprete dos sujeitos que estão envolvidos com a (re)*tirada* do açaí. Indivíduos que tecem por seus cotidianos as normas e práticas reguladoras dos contratos, dívidas e solidariedades mantenedoras das dinâmicas e trocas do abastecimento do açaí.

Com tal intuito, temos tomado como *locus* para análise o fluxo responsável pelo abastecimento do açaí *in natura* dos arredores do Rio Bacabal, em Afuá, ao comércio da Feira do Açaí em Belém do Pará. Não considerando esta rota como o lugar no qual há de se manifestar a totalidade do que “realmente” é o comércio para abastecimento de açaí, mas tomando-a em sua especificidade e pluralidade, respeitando os limites do que é tangível à observação etnográfica.

Diante das particularidades do campo, dos colaboradores e do objeto de pesquisa acabamos por nos direcionar ao uso de uma antropologia interpretativa (GEERTZ, 1989) como campo teórico-metodológico razoável à reflexão dos registros etnográficos produzidos e coletados *in loco*.

Ao recorrermos a tal modelo epistemológico de antropologia, buscamos refletir a respeito da incompletude imbricada à confecção do saber etnográfico em relação ao real observado. Recorrendo a estratégias que ajudem a contornar alguns dos limites próprios à produção antropológica na representação do experienciado.

Deste modo, a partir das considerações de Geertz (2002) a respeito da função-autor do etnógrafo, partimos do entendimento de que o fenômeno etnográfico é, sobretudo, produto da interpretação de sujeitos historicamente localizados, procurando atribuir sentido aos discursos sociais observáveis na experiência de outros sujeitos igualmente produtos de construções temporais.

Assim, as análises aqui produzidas são percebidas como reflexo de nossas próprias capacidades em refletir e representar um certo real e suas específicas experiências e sensibilidades de mundo. Não o tomamos como absoluto, tão pouco finalizado, mas sentimos que a incompletude que o envolve, atribui equidade e ética ante aos saberes e práticas observados. O saber em si mesmo continua sendo de propriedade intelectual inviolável de nossos colaboradores, o que tentamos então é nos aproximar de seu significado real afim de torna-lo inteligível através da interpretação antropológica.

Cobrimo-nos assim, também das variadas contribuições de autores, professores e colegas que nos fizeram refletir e amadurecer as presentes perspectivas no uso de uma



metodologia que afirma produzir uma descrição densa do real, intérprete dos sentidos-significados das práticas dos sujeitos.

Ensejamos que o presente artigo possa se tornar contribuição para reflexões acerca da vida estuarina marajoara em rizoma; do abastecimento do açaí *in natura* e das relações simbólicas que atravessam as múltiplas trocas deste rizoma de relações.

## 2. UM RIZOMA DE TROCAS

Plantado e manejado pelos etno-saberes, o açaí se torna então razões para anseios e angústias desde gérmen. Transmuta-se em negociações e procuras nas matas; é colhido e tirado da árvore; é debulhado do cacho e posto em paneiros, latas e sacas; é trocado, catado e passado de mãos em mãos; é levado por barcos e caminhões; é despulpado e descartado, seguindo caminhos e travessias a tornar-se arte e alimentação.

Estes variados e seguidos “e” demonstram etapas distintas em uma escala generalizante das relações e produções simbólicas evocadas pelo açaí. Tais processos, são aqui tomados como demonstrações da atenção exigida quando se pretende elaborar representações do vivido pelos sujeitos que o fazem sair das várzeas amazônicas.

Urge então que se recorra a elementos textuais que representem de maneira aproximada o que ocorre nas paragens estuarinas. Como demonstrado anteriormente, a perspectiva de açaí-rizoma será a adotada aqui pois melhor aproxima-se do equilíbrio entre o real e a verossimilhança que pretende ser este artigo.

O açaí-rizoma de Ximenes nasceu nos estuários do Baixo-Tocantins e do Baixo-Amazonas, idealizado para expressar o nomadismo intempestivo pelo qual a vida do açaí é guiada. Elaborado para externar o que é perceptível pela observação empírica na forma que o fruto existe no mundo “*O açaí desliza sobre uma superfície lisa, com velocidade variável, com retornos, extinções, retomadas de trajetórias e variações múltiplas.*” (Ibidem, p. 29).

Sua perspectiva, sustenta-se no que foi percebido pelo autor a partir de seus dados empíricos e aqui, o é o feito pois partilho da mesma perspectiva de Ximenes, para quem o “*O conceito de rizoma permitiu conectar as ‘atracações’ múltiplas do açaí às várias dimensões da vida estuarina.*” (Ibidem, p. 14).

E a que dimensões se atraca o açaí do estuário? Os dados empíricos demonstram uma atracação à dimensão dos valores simbólicos e epistêmicos destas comunidades, na reciprocidade envolvida nas trocas do fruto à simbiose entre sociedade-natureza, onde a natureza assume papel de sujeito e inter-relaciona-se junto aos saberes e fazeres daquelas localidades.

Defendo assim uma perspectiva de que este modelo específico de comércio entra em condição de travessia com as vidas não-humanas que formam os universos que os



rodeiam, sejam (estejam) estas vidas (n)as florestas, (n)as margens ou (n)os rios. Há intercâmbio entre vidas, há movimento e envolvimento; há troca e ambos se põem em condição de manejo. Homens manejam açaí, o açaí maneja o Homem.

Ao seguir tais afirmações, caminho a partir dos avanços epistemológicos de Philippe Descola (2016) e sua Antropologia da Natureza. O autor anuncia por suas perspectivas, que sociedade e natureza constituem juntos uma variável tangível e que deve ser tomada como referência aos estudos etnográficos, visto que as formas de convívio das comunidades amazônicas e o ambiente em que se localizam em muito diferem da perspectiva/matriz cartesiana produzida pela vida capitalista moderna ocidental.

Antônio Diegues (2000) converge às afirmativas de Descola, e aponta de maneira mais aproximada às pretensões da presente pesquisa que as comunidades tradicionais *ribeirinhas* demonstram, em seus saberes e práticas extrativistas, um modo de tratar o universo não-humano em seu entorno produzido como estratégias às adversidades experienciadas por gerações. Estes saberes recentemente reconhecidos vêm sendo amplamente tomados como objeto de pesquisa por etnocientistas, na sonhada busca por equilíbrio na gerência ecológica.

Diante de tais aberturas, sugiro tomarmos metaforicamente esta simbiose entre humanos e não-humanos na prática que mantém o presente abastecimento do açaí como um *rizoma de trocas*.

Ao encarnar o rizoma, as trocas estariam ligadas a um entrelaço das relações e das experiências de solidariedade outras, nutrindo-os antes e durante, até o ponto de colheita e de trocas, para aí então serem reelaborados, recriados e reinventados. Seguindo intempestivamente uma nova e rizomática troca-reciprocidade. Quando não se está no tempo da safra do açaí no Bacabal, as relações que sustentam as trocas e as reciprocidades alimenta-se da adaptabilidade humana às condições possíveis, para além das solidariedades que surgem diante da impossibilidade de comércio.

Voltando, pois, o período de safra, formam-se os rizomas de troca, com elementos similares e sentidos-destinos parecidos: o comércio em Belém. Tendo assim novos rizomas, temos então novas trocas, que em suas particularidades e no sabor de suas experiências, demonstram consistentemente que para cada rizoma são produzidas novas trocas, novos acordos. Os contratos, os valores, as conversas, a confiança recíproca são outras; são novas. Variam e reformulam-se considerando o gelo partilhado ou não durante o comércio, a farinha encomendada que conseguiu ou não chegar e ser repartida, o diesel que foi ou não trazido... consideram a vida ordinária no ir e vir das vazantes e cheias que o rio faz.

O rizoma de trocas tem sua existência atravessada pela condição de receber influências das variações sazonais, refletido não apenas pelos momentos de safra e



entressafra do açaí, mas estendendo-se às condições do inverno e verão amazônico; do fator incontrollável dos regimes de chuvas, ventos e marés; das disputas silenciosas entre os sujeitos que fazem parte de outras travessias de açaí, ligados a este mesmo entorno de relações, buscando munir-se de mais acordos e expandir-se mais em relação aos outros.

Tal rizoma de trocas, ainda que em meio ao conjunto de rizomas de outras trocas, mantém suas particularidades em desenhos e formatos singulares. Assim, a lógica de troca do açaí não é a mesma do coco de babaçu, do dendê ou outro objeto de relações extrativistas. Ambos são trocas nitidamente comerciais, no entanto, as características simbólicas particulares, os desenhos e configurações/formatos de seus crescimentos, extensões e alcances demonstram-se singulares. Suas bases de sentido-significado social os são mais ainda.

Acredito deste modo que a ideia de *rizoma de trocas* distancia-se positivamente da perspectiva ligada aos usos de *cadeia* extrativista; elementos estes que acionam a representação de um plano fechado, invariável, inflexível e antropocentrista. Elaboraões que parecem estar dispostas em primeiro plano a rastrear lucros, contabilizar prejuízos, apontar dissimetrias e encaixotar realidades a hierarquias.

Sei bem da necessidade de refinamento desta afirmação, principalmente no que condiz às suas sustentações e objetos reais de interpretação, no entanto, indico que o presente artigo ao pretender ser reflexo honesto dos estágios atuais da presente pesquisa, deveria assim demonstrar suas reais elucubraões, hipóteses e pretensões. Abrindo-se a contribuições e críticas com o objetivo-alvo de amadurecimento da pesquisa final.

### 3. SENSIBILIDADES DE MUNDO

Produzir uma etnografia demonstra-se como uma tarefa de dedicado esforço em torno do amadurecimento dos sentidos e das sensibilidades do *eu-pesquisador*, ao pôr-se na condição de ser intérprete e de ser interpretado pelos *outros* que lhe permitem espiar seus cotidianos.

Geertz (2002), ante as reconfiguraões estruturais-estruturantes do global e do local nos anos 80, produziu críticas e apontou soluões às muitas dúvidas que o autor-etnógrafo via surgir ao *estar aqui*, representando indivíduos que *estão lá*, distantes, e que não podem nada se não consentir ou discordar posteriormente do modo que suas representações tomaram forma.

Para o autor, o etnógrafo deve preocupar-se com os limites de sua própria produção, afinal, ainda que seus colaboradores lhe garantam o máximo de imersão e hombridade em campo, o produto final deste esforço é em si mesmo solitário; uma representação literária com autor conhecido, muito bem localizado no tempo-espao. Desta maneira, ainda segundo o autor, não se deve esgueirar o texto por caminhos que conduzam

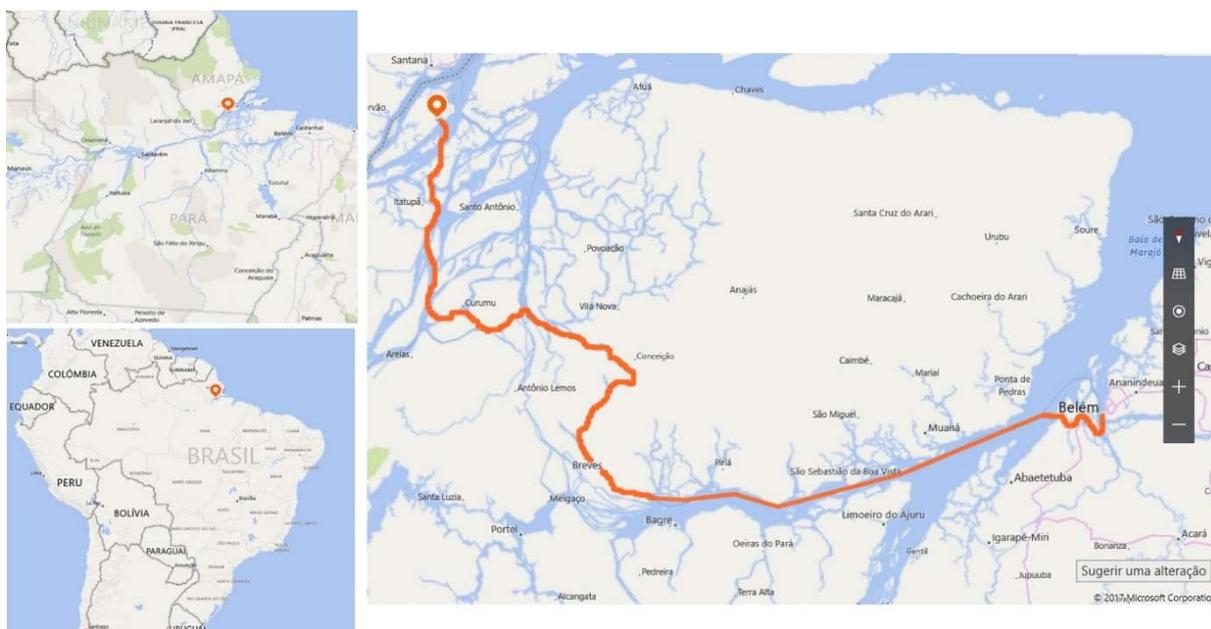


a um “*ventriloquismo etnográfico*”, afirmando dar condições de fala aos atores sociais quando na verdade eles não falarão por/em nossos textos; tão pouco de “*confessionalismo*”, como se no contato com um etnógrafo os indivíduos resolvessem abrir mão da opinião particular e num instante resolvessem externar os recôncavos mais íntimos de seu mais escondido *eu*. (GEERTZ, 2002. p. 188-189)

Distante, portanto, de tais angústias o etnógrafo deve muito mais preocupar-se com o “[...]modo [com que] as palavras se ligam ao mundo, os textos à experiência e as obras às vidas[...]” do que com “[...]onde está a Cultura?” (GEERTZ, 2002. p. 185). O etnógrafo, de acordo com Geertz, deve dedicar-se para que o objetivo da etnografia-intérprete seja o de representar o emaranhado de textos e discursos que compõe a vida real, articulando de maneira dosada e densa suas entradas no texto para dar notas particulares de seu eu-antropológico tateando o *real* da vida dos Outros.

### 3.1 – Ir para lá

**Mapa 01** – Percurso Belém-Afuá / Feira do Açaí-Rio Bacabal



**Fonte:** Software Mapas, Microsoft Corporation 2017

Imagine-se dando entrada em um barco de partida de Belém com destino a Afuá, no extremo oeste das florestas marajoaras. Enquanto estais a atar tua rede no convés da embarcação, saiba que serão empregadas cerca de 30h00 de viagem nesse percurso cortando a capilaridade estuarina dos rios marajoaras.

Não estou divulgando a distância e seu tempo como recurso narrativo para complacência com o pesquisador que se atirou neste percurso, tão pouco desejo que sejam



acionados em seu *eu-leitor* cargas naturalistas, de edenização da paisagem “intocada”. Desejo que de fato crie uma imersão à experiência, tendo ciência de o que uma das pretensões aqui também é a de notar que o rio não um *entre a partida* e a *chegada*, uma dimensão amputada onde a vida aguarda em terra a chegada dos viajantes. O que ocorre é o contrário, a vida e suas dinâmicas dão-se também nos rios, reelaboram-se nos rios, refazem-se e desfazem-se como a quietude das águas rompidas pelos banzeiros.

Em viagem, o *Marajó das florestas* surge a partir das águas do município de São Sebastião da Boa Vista. A esta altura, as vidas humanas e não-humanas já pululam aos olhos, do amanhecer ao entardecer. Desta forma, assinalo que neste percurso o que nos interessa é sublinhar o quanto as formas de viver nos marajós não são gestadas apenas nas terras firmes e várzeas das ilhas e outros espaços que compõem o arquipélago, mas que igualmente se apresentam em todo o trajeto fluvial do viajante.

Veza ou outra os grandes navios e rebocadores lhe cruzarão o caminho a perder de vista. Mas haverá momentos em que lhe surgirão no olhar alguns barcos de porte mediano, levando consigo peixes... açai... gelo e até mesmo areia, sim, como material de construção, pois as várzeas e mangues predominantes em certos municípios do Marajó das florestas faz com que estes barcos sejam comuns em certa medida.

A aparência destes barcos que surgem pode sugerir superficialmente que se tratam apenas de meios de transportes inseridos em “cadeias” de trocas comerciais, navegando mais próximos dos viajantes do que os pequenos barcos, rabetas e canoas que tendem a transitar no raso seguro das margens.

Em tais barcos de médio porte, seguem o que tomamos aqui como os colaboradores precisos para espiarmos as experiências e sensibilidades de mundo nestes pontos dos Marajós. Em meio as vibrações de porões e convés causados pelo funcionamento do motor não seguem apenas mercadorias, mas também vão ali, ocupando o pouco espaço que resta, homens e mulheres transportando memórias, narrativas e saberes. Cruzando-se com os saberes encontrados em cada porto, pondo os seus em posição de troca diante do interminável fluxo das viagens.

Aqui então poderíamos parar e realizar uma metafórica entrada em um destes barcos, para melhor acompanhar como são compostos e do que são compostos.

### **3.2 – Barcos e homens: Atravessadores, intermediários e peconheiros**

Tais barcos são predominantemente construídos nos estaleiros marajoaras, produtos do encontro das madeiras amazônicas com as mãos experientes dos mestres de estaleiros. Ao fim de meses de trabalho, são descidos à água, já calafetados e prontos a navegar.



Apesar de partilharem a origem dos estaleiros, as pretensões de seus usos ditam muito de suas formas. Tomemos, pois, como exemplo o barco de um de nossos colaboradores, um passador de açaí provado na área com pouco mais de dez anos fazendo travessias. Seu barco, “4 irmãos”, de 50 m de comprimento por 10 m de largura, conta com um grande e fundo porão central, alcançando 2 m em seu ponto mais alto e 1,2 m em seu ponto mais baixo, destinado a ser preenchido por grandes quantidades de açaí e gelo para o conservar nas viagens. Enquanto nos picos da safra ele chega a reservar uma quantidade de 13 toneladas de gelo para 3.500 rasas de açaí, no princípio da quebra de safra ele comporta em média 10 toneladas de gelo para 2.200 rasas [ou menos].

Seu convés conta com um amplo espaço para armazenar os paneiros a mais e outras mercadorias que surgem durante a viagem [farinha e óleo diesel são os mais comuns], além de ser o compartimento para atar as redes dos tripulantes que trabalham durante a viagem [conforme sobraem espaços].

O restante da estrutura do barco divide-se em dois compartimentos. Na frente, ou melhor, na proa há a cabine de comando [tendo como instrumentos de navegação o timão, uma bussola, um manete para controlar o holofote e um rádio VHF], seguida pelo único camarote do barco, que é ocupado por nosso colaborador. O convés separa a proa da popa, nesta última é possível perceber uma partilha de espaços. O primeiro diz respeito à alimentação e aos banheiros; com uma dispensa composta por 04 prateleiras e a cozinha, com um fogareiro de 04 bocas fixado à uma base de madeira. No segundo espaço encontramos a parte mais externa da popa, com uma bateadeira de açaí, um freezer horizontal de uma porta e um reservatório de água de aproximadamente 50 litros.

A parte externa do teto do barco também é por vezes utilizada, seja para facilitar as idas e vindas da popa à proa ou para ter uma melhor posição durante as vigílias na viagem. Tais descrições caracterizam um, dentre os vários barcos que cruzam os rios marajoaras em direção à capital para a venda de açaí, sem necessariamente caracterizar ou pretender ser o padrão entre eles.

Há notadamente uma relação dos tripulantes com estes espaços que concretizam esta travessia. Os timoneiros ocupam a cabine de comando e são geralmente os homens de mais idade na embarcação, o que lhes teria garantido o notório saber necessário para a função diante dos caminhos e descaminhos na capilaridade fluvial dos marajós. Os carregadores transitam por toda embarcação, são escolhidos entre sujeitos notadamente mais jovens pois deles é cobrada agilidade e vigor físico para em cada porto de peconheiro ou intermediário, descer ao trapiche e jogar precisamente de um para o outro os diversos paneiros cheios até o porão. A viagem conta ainda com a escolha de um cozinheiro, que deve saber lidar com as panelas e utensílios nos balanços das águas. Durante as noites o



encargo da vigília é partilhado entre todos afim de manterem-se em alerta para a presença de “ratos d’água”; assaltantes de embarcação que surgem como sujeitos brutais nas narrativas dos tripulantes.

Nosso colaborador aceita transitar por quase todas estas funções, exceto a de cozinheiro, pois para isto ele “*não teve o dom*”. Suas principais funções são as de administrar os valores combinados, sempre para garantir a “honradez de sua palavra” e ainda negociar e concretizar a venda final, na Feira de Açaí em Belém.

Ele surge deste modo como o sujeito *encarregado*, que desponta em papeis de significativa chefia no espaço rural do rio Bacabal em Afuá, e com destacado protagonismo quando na Feira do Açaí em Belém.

De suas performances resultará grande parte dos sucessos e insucessos da viagem, afinal, ele é o responsável por formar a tripulação, ele que tem voz na articulação dos contratos verbais entre peconheiros, intermediários e comerciantes da Feira de açaí, e igualmente deve partir dele a sensibilidade de notar quando a safra do Bacabal está se encerrando e é hora de atravessar açaí de outros lugares.

Estes quase dez anos de atuação de nosso colaborador parecem ter lhe garantido de algum modo um determinado prestígio entre a comunidade do Bacabal. Nota-se que o uso constante da palavra e a honradez com a qual ele pratica seus acordos tornam-se importantes fatores a serem considerados diante do respeito com que é tratado. Até aqui desconheço qualquer caso de quebra de palavra entre estes sujeitos, mas o receio constante de uma quebra de confiança demonstra muitas das possíveis penalidades que poderiam surgir por conta disto. Todavia, sem comparativos evidentes, não há como saber as particularidades de um desonrado.

O Bacabal anuncia então que o grande evento para o qual se preparam os sujeitos em suas imediações é a colheita de açaí. Iniciada pelos idos de fevereiro e que se encerra no final de julho, no entanto, se nosso colaborador e seus tripulantes podem ir para outro lugar atravessar açaí no período de entressafra das imediações do Bacabal, que dura de agosto a janeiro do próximo ano, o que ocorre com os outros indivíduos deste rizoma de trocas?

Atingimos desta maneira um ponto no qual para que haja sentido na existência deste barco e os investimentos de suas viagens, é necessário notar a presença dos indivíduos que pertencem a este fluxo comercial sem necessariamente atuarem como tripulantes dos barcos.



### 3.3 – Intermediar, intermédio, interstício e peconha

Subir em uma árvore de açaí e apanhar-tirar-colher um cacho não é atividade para qualquer um, demanda um saber específico para uma subida segura, rápida e proveitosa. Os indivíduos que dispõem desta atividade são os chamados *peconheiros*, identificados assim pela coleta do açaí a partir do uso da peconha, um laço feito em saca de fibra ou galhos verdes torcidos que o auxilia na subida, na descida e no equilíbrio enquanto está na árvore.

Sua performance se inicia diante da negociação da colheita com seus contratantes, onde é estabelecido verbalmente uma determinada quantidade de produção, prazo e valor de mão de obra. Em seguida, selando o acordo, os peconheiros recebem a quantidade estipulada de paneiros e rumam às várzeas, em busca das árvores.

Em sua ida, levam geralmente consigo em seus cascos, rabetas ou catraios uma peconha, o terçado, alguns paneiros e, em certas vezes, algum de seus filhos, para além de aprender o ofício debulhar os cachos. Após horas de trabalho, retornam a suas casas com os paneiros cheios e barrigas vazias, ávidos por comida e descanso, prontos a recomeçarem o mesmo trajeto até cumprirem a meta.

Num prazo que se demonstrou no máximo de uma semana, chega o dia de retorno ou a ida até os contratantes, nele os peconheiros lhes devem entregar os paneiros, recebendo a quantia contratada ou o equivalente por sua coleta, aguardando o retorno deles para um novo contrato.

No caso especificamente tratado aqui, seu ofício dificilmente está ligado ao “4 irmãos”, suas colheitas são geralmente contratadas por indivíduos que a revenderão para nosso colaborador sob o aspecto de ganharem uma relativa margem de lucro. A estes sujeitos não consta uma categoria local, mas devido sua função de intermediar estas colheitas às mãos dos atravessadores, aqui os trataremos por *intermediários*.

Estes indivíduos demonstram ter se instalado neste rizoma de trocas há algum tempo e, dispondo de certo capital para giro, estabeleceram articulações de contratos primários com um certo número de peconheiros, detentores das sensibilidades e saberes viabilizadores de uma boa colheita.

A nosso colaborador esta relação ao ser mantida é favorável, pois diversos peconheiros acabam trazendo sua produção a um mesmo porto, prontos para um rápido e único embarque. Aos intermediários parece ser interessante pois ao manter a intermediação da venda podem discretamente partilhar dos lucros da venda pelo preço da rasa intermediada. Quanto ao peconheiro, as relações estabelecidas lhe favorecem em determinados aspectos, no prestígio comercial e social em negociar ou estabelecer laços



com determinados sujeitos de dentro da comunidade, e pela segurança de ter a partir de um contrato verbal um determinado valor por venda concretizada.

Todavia, é no período de entressafra que ocorrem as mudanças significativas no quadro geral e o rizoma aparenta ganhar novos rumos. Nosso colaborador parte do Bacabal para o Município de Limoeiro de Ajuru, próximo ao Município de Curralinho, atravessando o açaí de lá para Macapá, considerando que o período de safra do açaí nos arredores de Belém faz o preço do fruto despencar na Feira da capital paraense, enquanto na capital amapaense ocorre o processo inverso.

Os intermediários mantêm-se a partir do conforto que o lucro de suas negociações os permitirá gozar. Enquanto isso, os peconheiros veem-se em um novo momento, sem as trocas comerciais do açaí suas rendas sofrem uma significativa perda. Muitos demonstram conseguir manter suas rendas a partir de aposentadorias ou benefícios sociais mantidos pelo Governo Federal, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso. Para sacar-lhes têm de viajar até Macapá, com a ajuda de caronas pegadas entre vizinhos da comunidade.

Esta prática possibilita a percepção de uma reorganização social no Bacabal, baseada na solidariedade costurada pelos muitos graus de amizade ou parentesco existentes. A comunidade está organizada de maneira dispersa na espacialidade do Bacabal e seu entorno, o principal foco de ocupação é no entorno da escola que há na comunidade. Deste modo, a expectativa gerada é que no entorno da escola esteja a maior concentração de solidariedade, por assim dizer. Todavia, o que se demonstra é uma variabilidade e uma inconstância nestas ligações de ajuda mútua.

Os ritos de solidariedade se renovam e refazem-se até um novo período de safra voltar e tornar estas trocas menos comuns, quando as atenções se voltam para as questões do privado, do particular no lar do peconheiro e dos que moram no Bacabal. Até um novo retorno para uma nova entressafra e a reinvenção dos modos de adaptabilidade às adversidades nas paragens marajoaras.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de abastecimento de açaí *in natura* oriundo das imediações do Rio Bacabal/Afuá-Pa, apresenta muitos dos desafios que surgem aos pesquisadores que desejam analisar as trocas simbólicas que colocam o fruto em rizoma. Tais questões, trazem às produções e pesquisas o compromisso de lançar mão a conceitos não-estancos, que deem condições para que se perceba a flexibilidade que organiza a vida estuarina amazônica.

Em nossas discussões, optamos pela utilização da perspectiva de rizoma, aferindo que as formas intempestivas e dinâmicas de expansão ou retração do fluxo comercial são



resultados das relações humanas [conflitos e disputas em favor da troca; os sucessos e insucessos das negociações; a confiança renovada ou não...] e ainda de questões que transcendem estas primeiras, pondo-se em travessia aos caracteres da vida não-humana do estuário [os processos climáticos; a relação *euterpe olerácea*, temperatura, solo e nutrientes; as marés ...]. De todo modo, existem ainda caracteres imbricados a este rizoma aos quais serão ainda necessárias longas incursões em campo, afim de perceber os processos etnocientíficos de manejo da planta; a face da honra rompida; os compromissos de reciprocidade... enfim, muitas questões ainda se colocam como fôlego a este trabalho ainda em construção.

## REFERÊNCIAS

- DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34. 2016.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB/Annablume. 2000.
- GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989, p. 13-41.
- \_\_\_\_\_. Estar aqui: de quem é a vida afinal? In: **Obras e Vidas: o Antropólogo Como Autor**. Tradução Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 169-193.
- WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Senac. 2006.
- XIMENES, Romero. **Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açây, jussara, manaca, açai, acay-berry: rizoma**. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

**GT 12 - cultura, mercado, tradições e turismo na América Latina.****OBSERVAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS NO MERCADO DA TERRA FIRME SOB A ÓTICA DE CERTEAU E GOFFMAN**

Ana Claudia dos Santos da Silva (Universidade Federal do Pará)

anacsilv3@hotmail.com

Maria Karoline Brito  
dos Santos (Escola Superior da Amazônia – Esamaz)  
Karolinesantos92@gmail.com

**RESUMO**

Este trabalho se refere a 1ª etapa da pesquisa de campo de tese de doutorado, que tem como tema “MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NO BAIRRO DA TERRA FIRME-BELÉM (PA)”. Apresenta o resultado da pesquisa de campo realizada no mercado municipal do Bairro da Terra Firme. A pesquisa foi realizada no período de janeiro a março de 2017, quando foram aplicados 50 questionários, para a construção do perfil dos feirantes e caracterização das atividades desenvolvidas no mercado. Ao mesmo tempo realizamos observação etnográfica com base no “método da etnografia de rua” (ECKERT, 2003), nas teorias de sobre a prática do espaço (DE CERTAU; 1994). Aqui se destacam as formas de interações sociais (SIMMEL, 2005) e a atuação dos feirantes (GOFFMAN, 2002) no mercado. A partir desta pesquisa traçam-se as primeiras considerações sobre a sociabilidade no Mercado do Bairro da Terra Firme e identificam-se os principais atores da memória do bairro que atuam neste espaço social. Bem como, identifica-se as principais cenas e situações vivenciadas no cotidiano destes feirantes, as situações de conflitos, os rituais associados ao trabalho dos feirantes e as técnicas associadas a eles. Este contexto caracteriza o cenário inicial para a identificação dos conteúdos mnemônicos (CORDEIRO, 2015) associados aos quadros sociais da Memória (HALBWACHS, 2004) destes feirantes.

Palavras-chaves: Interações sociais, memória, Terra Firme.

**1. INTRODUÇÃO**

O bairro da Terra Firme faz parte da bacia do Tucunduba, e teve a sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificou em Belém, principalmente a partir da década de 1940, quando a ocupação urbana da cidade estava mais concentrada no Centro. Com a urbanização e o embelezamento da cidade realizada por Antônio Lemos, muitos moradores começaram a ser “excluídos” e transferidos das áreas centrais da cidade para o interior, surgindo assim muitos bairros novos nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente nas áreas mais precárias em termos de saneamento e outros serviços básicos.



Este trabalho apresenta parte do resultado da pesquisa de campo realizada no Horto mercado municipal do Bairro da Terra Firme, localizado em Belém do Pará. A pesquisa foi realizada no período de janeiro a março de 2017, quando foram aplicados 50 questionários para feirante do interior do Horto Mercado visando a construção do perfil destes indivíduos e a caracterização das suas atividades. Também realizamos observação etnográfica, com base no “método da etnografia de rua” (ECKERT, 2003); na teoria sobre a prática do espaço (DE CERTAU; 1994); e sobre a representação do cotidiano e formas de interações sociais dos feirantes (GOFFMAN, 2012) no referido mercado.

A partir desta pesquisa traçamos as primeiras considerações sobre a sociabilidade no Mercado do Bairro da Terra Firme; identificamos os principais atores da memória do bairro que atuam neste espaço social; identificamos as principais cenas e situações vivenciadas no cotidiano destes feirantes, suas situações de conflitos, os rituais associados ao seu trabalho e as técnicas utilizadas por eles. Este contexto caracteriza o cenário inicial dos quadros sociais da Memória (HALBWACHS, 2004) destes feirantes.

O recorte aqui apresentado são os aspectos relativos ao cenário do Horto mercado e seu entorno destacando a fachada, aparência (GOFFMAN, 2012) de seus atores, além de cenas do cotidiano que mostram as interações entre feirantes e situações vivenciadas por eles.

### **1.1. Os espaços públicos como lugares de memória**

Com o desenvolvimento das grandes metrópoles os grupos sociais se voltaram para problemas relacionados à preservação e valorização da cultura e identidade e da memória social. O estudo da teoria da memória social a partir do século XX se torna crucial para o entendimento destes grupos sociais. Neste sentido a necessidade dos estudos no século XX, a questão da teoria da memória como instrumento de preservação patrimonial de grupos sociais ameaçados de serem suprimidos/ou esquecidos pela história Linear, homogênea e oficial que desencadeia com o sentimento de ter direito à memória como possibilidade de inspiração para o cultivo da cidadania, exemplos neste sentido temos o seguinte: memória de velhos, memória dos excluídos, memória de mulheres.

Os espaços públicos urbanos têm um papel fundamental na ideia de sociabilidade, pois neles percebem-se interações entre diversos atores que ali se encontram e se relacionam. Essas interações que se estabelecem são pautadas tanto por conflitos quanto por interesses, e o importante é que ambos estimulam a construção de memórias individuais e coletivas no bairro. Alguns espaços públicos são produzidos inclusive a partir dessa possibilidade de interação, como os parques, as praças, as ruas e calçadas.



As feiras livres localizadas nos bairros/cidades por exemplo, são espaços de encontro e de trocas, de confluência entre o rural e urbano nas grandes metrópoles e pequenas localidades, e se constituem como espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos do modo de ser rural/urbano, representados nos modos de falar característicos, nos hábitos tradicionais de consumo, mas também nos novos hábitos, vistos nos produtos que são comercializados e nas estratégias criadas para sustentar as novas formas de relacionamento que se estabelecem.

A conformação dos espaços públicos das feiras e mercados se dá também pelas interações face a face, dos ajuntamentos, representados pela ocasião social, na qual estão presentes as técnicas de comunicação, encaixes, envolvimentos e engajamentos (GOFFMAN, 1985) as interações produzem situações que são, na verdade as situações que dizem respeito às performances dos atores sociais nos enquadramentos ou não a seus pretensos papéis (GOFFMAN, 1985).

Desta forma as feiras e mercados também se constituem como lugar de memória, além de lugar de resistências e disputas pela sua sobrevivência diante de uma economia que cada vez mais estimula o consumo de todos os tipos de produtos principalmente aquele mais globalizado, além das compras em cadeias de lojas de grandes grupos econômicos, deixando de lado as práticas de compras tradicionais que promovem a interação face a face e a troca de interesses e amizade entre os feirantes e seus fregueses. As interações que se estabelecem nas feiras e mercados públicos criam formas de relacionamento e redes de sociabilidade entre feirante e seus fregueses, tornando estes lugares antropológicos (AUGÉ: 2005), ou seja, espaços catalizadores de sentidos para as experiências de vida ali praticadas (DE CERTEAU, 1994). Estas vivências vão ser os alicerces para a construção de memórias diversas relativas a este contexto.

Com o crescimento de grandes cadeias de comércio a nível mundial, e até a facilidade de comprar sem sair de casa cada vez mais as pessoas mudam seus hábitos de compras, andar pelas feiras e mercados praticando o espaço com argumenta DE CERTEAU (1994) torna-se na modernidade uma prática mais escassa. No entanto, ainda existem aqueles que tem como hábito caminhar nestes espaços, encontrando amigos conversando com os feirantes, buscando o produto que encomendou e que foi pedido exclusivamente para ele. Este tipo de prática do e no espaço da feira, que a torna um espaço social, um lugar de Memória (NORÁ, 2012) e de Sociabilidade (SIMMELL, 2005).

## **1.2. As feiras e mercado – breve contextualização**

O termo *feira*, deriva do latim *feria*, no plural *feriae*, que significa dias consagrados ao repouso, festas, férias, repouso, folga, santo, feriado, posto que nestes dias os comerciantes



preocupados em vender o excedente da produção, se reuniam próximo de igrejas aos domingos para comercializar seus produtos já que estes locais apresentavam um grande fluxo de pessoas<sup>1</sup>.

BRAUDEL (1998) descreve os mercados e feiras como espaços públicos, onde a dinâmica social flui de forma espontânea principalmente pelo grande fluxo de pessoas. As feiras tomaram força na idade média quando começaram a surgir como espaço de troca dos excedentes de produção. Para este autor, no sec XV os mercados e feiras se tornaram uma das engrenagens das cidades, as feiras frequentadas em dias fixos é um centro natural da vida social.

Nelas as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam ameaças às vias de fato, é nela que nascem, incidentes depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudente, é nela que circulam as novidades políticas e outras (BRAUDEL, 1998, p.16).

As feiras se consolidaram na Europa no período medieval, passando a ser considerado um dos aspectos mais importantes da organização econômica desta época, elas representaram o ponto de contato entre produtor e consumidor. Nestes espaços se concentravam a vida mercantil em que a circulação de mercadoria era dificultada pela precária comunicação e ausência de segurança nas estradas (RAU, 1982; p.33).

Estes espaços também se destacavam pela sua função social e cultural, pois neles se divulgavam notícias, histórias, lendas, poesias populares (RAU, 1983; 12), ou seja, era lugares de vivências das práticas culturais, de trocas de experiências e contatos na época medieval. Vale ressaltar que a sua criação contribuiu para o aumento dos recursos financeiros do reino, pois todas as mercadorias trazidas para as feiras pagavam impostos a Coroa. Estas características ainda se encontram atualmente em todas as feiras, mas com contexto atualizado. No caso dos impostos por exemplo, são cobradas taxas para ocupação do espaço de venda e as regras para sua realização são definidas por uma legislação específica que explica todos os critérios exigidos para a participação nas feiras atuais.

Além das feiras, outro espaço de comércio e sociabilidade da época, eram os mercados. A diferença entre elas e os mercados está no fato que este último desde a antiguidade, destinava-se a fornecer a alimentação da população local, restringindo sua atividade, durante a semana, a compra e a venda de retalho de produtos como ovos, galinhas, produtos agrícolas, tecidos, etc. As transações exigiam a movimentação de pouco dinheiro (RAU, 1993). Enquanto que as feiras se destinavam ao comércio temporário e a venda de produtos oriundos de outras localidades além de necessitar de uma grande

---

<sup>1</sup> A origem da feira é incerta, mas existem referências a esta forma de comércio desde 500 a C em algumas civilizações antigas como Fenícia, Grega, Romana, árabe.



estrutura para sua realização sendo realizada em período determinado e curto espaço de tempo.

No Brasil, existe uma variação tanto em relação à configuração espacial quanto a estrutura destes espaços. Dependendo do lugar, as feiras podem ser semanais, diárias, eventuais. As regras de regulamentação também vão variar de acordo com vários fatores desde os políticos, econômicos até os culturais que tem a ver com as tradições locais.

## 2. OLHAR, OUVIR E PERCEBER O CONTEXTO.

Nesta parte do texto apresentamos a metodologia de pesquisa desenvolvida na qual buscamos perceber as interações e performances dos atores que fazem parte do Horto Mercado da Terra Firme. Aqui buscamos responder à questão: *Como se caracterizam as interações sociais e sociabilidades e as formas de construção de Memória social no Horto mercado do Bairro da Terra Firme.*

Faremos o relato da pesquisa de Campo apresentando a metodologia utilizada para no trajeto na rua Celso Malcher onde fica a feira, e as observações realizadas no Horto mercado enfocando os cenários, fachadas e aparências identificados dentro do Horto mercado que se personificam no cotidiano das pessoas que vivenciam este espaço. A metodologia de pesquisa utilizada para a observação do cenário e das situações vivenciadas no Horto mercado, teve como base ECKERT(2003) e DE CERTEAU(1994) quando fazem referência ao espaço vivido pelos indivíduos em seu local de vivência e práticas ordinárias vivenciadas por eles na trama do cotidiano (DE CERTEAU,1994) além dos seus saberes, tradições e memórias (HOBSBAWN & RANGER, 1997).

Nesta pesquisa abordamos as questões micro do cotidiano que são as que constituem as memórias dos grupos sociais dos quais o homem ordinário (DE CERTEAU, 1994) faz parte, são as conversas, os conflitos, as trocas de gentilezas ou não, as táticas daqueles que ditam as regras oficiais em relação aos mercados e feiras no caso deste estudo.

Para a construção do contexto da pesquisa iniciamos o “reconhecimento” do local realizando observações baseadas na técnica de Etnografia de rua (ECKERT E ROCHA, 2003) que consiste em caminhadas no local da pesquisa, observando o espaço público da rua e o seu entorno. Nesta abordagem soma-se DE CERTEAU (1994) com o texto *caminhada pela cidade* onde afirma que, a cidade e suas interpretações são percebidas como uma linguagem textual que se dar na prática do caminhar nas ruas e que denomina de retórica da caminhada.



Articulação destas duas referências teórica contribuiu elaboração um roteiro traçando uma trajetória de caminhada que nos possibilitou explorar e inventariar a dinâmica da vida cotidiana no entorno do Horto Mercado e Feira da Terra Firme. Após a caminhada de reconhecimento do Mercado definimos os seguintes aspectos que fariam parte da observação: a) *as formas de organização dos produtos e quantidades de box de venda;* b) *A interação entre estes vendedores;* c) *A interação dos vendedores/comerciantes com seus fregueses* d) *Quais os tipos de conversas que se estabeleciam entre os comerciantes/vendedores e entre estes e seus fregueses;* e) *Qual o cenário, fachadas e aparência (GOFFMAN, 1985) encontradas no Mercado;* f) *Como era a desempenho dos atores do Mercado.*

As referências de ECKERT & ROCHA (2003) e DE CERTEAU (1994) também ajudaram na interação com o espaço, pois a partir das reflexões ali apresentadas levou-nos a aguçar o olhar e perceber aquilo que DE CERTEAU(1994) chama de *lógica das táticas e os procedimentos microscópicos do dia a dia* presente na configuração social do espaço urbano e que se materializa nas diversas situações de encontros face a face, conversas informais, situações de constrangimentos e conflitos encontrados nestes contextos de pesquisa.

No Horto Mercado da Terra Firme procedemos as observações para perceber o espaço interacional da feira e seus rituais cotidianos. Desta forma, se pode caracterizar as interações sociais que ocorrem nestes lugares e identificarmos as situações de sociabilidade (ajuntamentos, conversas, as crises e estranhamentos), assim como, as performances de alguns feirantes /comerciantes (GOFFMAN: 2011; 2012) além das táticas (DE CERTAEU,1994) utilizadas para burlar algumas regras e criar suas próprias como forma de resistência a um poder que se impõem determinando formas de fazer que contradizem o habitus (BORDIEU, 2007) dos feirantes.

## **2.1 O Cenário do Horto Mercado do Bairro da Terra Firme**

Segundo alguns moradores do bairro da Terra Firme, a feira surgiu a partir “clipe” do Ônibus Canudos Praça Amazonas, onde as pessoas começaram a se juntar para esperar o coletivo, e a partir deste ajuntamento de pessoas neste lugar começaram a surgir, primeiro, pequenas vendas de lanches, e depois frutas e outros produtos. Ali foi o núcleo de origem da feira, e neste local ainda se encontra o comércio dos mesmos produtos, sendo que a feira se expandiu ao longo da principal rua do centro do bairro.

O Hortomercado da Terra Firme foi implantado há aproximadamente 28 anos, na década de 1980, na gestão do Prefeito Coutinho Jorge (Figura 1). Antes, nesse espaço havia um capinzal, com uma estância para venda de madeira. Segundo os feirantes,



anteriormente a feira localizava-se na Tv. Dois de junho, atrás da Igreja São Domingos de Gusmão. No início, as barracas eram todas no interior do mercado; e depois, com o crescimento do bairro e a necessidade dos moradores foram surgindo as barracas ao longo da calçada e da Rua Celso Malcher.

**Figura 1** – Imagem da Rua Celso Malcher em frente ao Horto Mercado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Como já referido, a feira localiza-se ao longo das principais ruas do bairro, Celso Malcher e São Domingos, uma área muito movimentada, onde se concentra uma ampla rede de comércio, escolas, residências, igrejas evangélicas e católica e a maior praça do bairro – a Praça Olavo Bilac. Nesta praça localiza-se a Igreja católica de São Domingos de Gusmão, por esse motivo, este espaço é conhecido como Praça da Igreja. Este espaço também foi palco de diversas manifestações políticas e culturais do Bairro. Segundo relatos de moradores, logo no início, na praça havia apenas a igreja, com bancos, árvores e uma piscina no centro, que era a alegria das crianças.

Na década de 1980, a praça era ocupada por estudantes para venda de roupas usadas para arrecadar fundos para formaturas e viagens. Além disso, todas as lutas sociais partiam deste lugar. Segundo D. Chiquinha, antiga moradora e líder comunitária do bairro, os moradores saíam em caminhada e tinham o apoio do pároco da Igreja São Domingos. Atualmente, o espaço da praça foi “adotado” pela igreja, sendo inclusive gradeado, por solicitação do pároco atual, segundo eles, com a alegação de maior segurança. Nesta área também existe uma categoria de feira, denominada popularmente de “Shopping Chão” (figura 2), onde são vendidas roupas usadas, sucatas de computadores, livros e revistas, celulares, peças de fogão, peças para bicicleta, eletrodomésticos, etc. Para a comercialização neste local a paróquia cobra uma taxa de R\$ 2,00 das pessoas que comercializam na praça.

**Figura 2 - Shopping Chão - venda na Praça Olavo Bilac.**

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentro do Hortomercado (Figura 3), encontram-se aproximadamente 130 feirantes, que trabalham na venda de carne, peixe, farinha, ervas e raízes medicinais, lanche. Na feira da Rua Celso Malcher existem cerca de 280 barracas para venda de frutas, verduras, roupas e outros, além da feira, naquela rua há um intenso movimento de comércio, com lojas de pequeno e médio porte. Existe uma divisão entre este grupo de feirantes que os caracteriza como os feirantes de dentro do mercado e os feirantes de fora, ou da rua. Os primeiros são mais antigos, estão no mercado/feira, desde quando esta atividade iniciou no bairro, os feirantes que estão na rua na sua maioria são mais recentes na atividade e aderiram a ela pela necessidade de complementar a renda da família.

**Figura 3 – Visão parcial do Interior do Hortomercado da Terra Firme**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Os feirantes estão organizados por meio de Associação no caso da rua, e no mercado existe um grupo responsável pela sua manutenção que coleta uma cota em dinheiro de cada feirante diariamente para a limpeza e segurança do Mercado, uma vez que a Prefeitura não se responsabiliza por esta questão. Na rua não há o pagamento desta contribuição mas alguns feirantes<sup>2</sup> pagam a taxa de utilização do espaço para a Prefeitura.

<sup>2</sup> Existe uma isenção de taxa para feirantes acima de 60 anos e outros feirantes utilizam tipo de equipamento fora dos padrões definidos pela prefeitura e que não ocupam um espaço fixo, estes não são registrados pela Secretária de Economia -SECON



Observamos que dentro do mercado, existe uma tensão entre os feirantes e o Administrador do Espaço que representa a prefeitura de Belém. Para os feirantes ele não está preocupado com os problemas do Mercado e não consegue solucioná-los. Vemos nesta tensão o movimento de um lado do administrador que com o “poder” que lhe foi instituído pelo cargo, cobrando e fiscalizando os feirantes, que por sua vez acham formas de burlar as regras instituídas e de se reapropriar do espaço organizado (DE CERTEAU, 1994; p.41), articulando táticas que de acordo com as ocasiões que constantemente são criadas como resposta as posições do Administrador. O administrador, por outro lado, apresenta uma percepção negativa sobre os feirantes visto que estes os questionam e criticam a todo momento, pois percebem sua intencionalidade de minimizar a responsabilidade da prefeitura em relação a feira e ao mercado.

A fachada (GOFFMAN, 2012) do Horto mercado, que na abordagem Goffmaniana representa todo o equipamento ou aparato performático utilizado pelos feirantes é formada pelo tripé cenário, aparência e fachada. As duas últimas se associam a fachada pessoal do feirante que GOFFMAN explica que corresponde aos “*equipamentos expressivos*” que de modo mais íntimo se identificam com o próprio ator e devem segui-lo onde quer que vá.

O Cenário, designa o mercado e caracteriza os elementos “cenográficos” (banca, toldos, produtos, disposição das bancas, etc), que é estático, permanece o mesmo local e tem como pano de fundo a representação/comercialização do produto. Por meio do Cenário, o indivíduo se impõe com determinado comportamento, um modo de ser próprio da representação, esforçando-se para que aquilo que aparenta ser, no jogo das interações, seja assimilado como tal.

Para GOFFMAN(1985), tanto o cenário (palco) no qual a performance acontece quanto a aparência e o estilo do “executante são determinantes para a vida cotidiana. Conectando estes conceitos podemos ver que, na medida em que a interação social é pensada no término de relações diretas – por exemplo a ação que um indivíduo realiza para exercer certa influência sobre a audiência tem um papel central na mesma, o que temos como resultado é um indivíduo que constrói uma fachada de maneira constante para apresentar-se diante dos outros, no caso seus fregueses e companheiros de trabalho.

O mercado se expande com a feira para a Rua Celso Malcher, uma das principais ruas da Terra Firme, uma espinha dorsal do Bairro. Mercado, feira e rua se transformam no principal espaço de encontros, interações e sociabilidades. como se observa na fala de Maria Odilene moradora do bairro e freguesa habitual da feira.

Duas ruas que eu gosto muito são Celso Malcher e São domingos que é o meu trajeto, por que tem sempre uma atividade de feira e eu gosto muito de feira, né? Ali é um espaço alegre, de



socialização, informação e de cultura, um lugar muito afetivo (Inventário Participativo, Minc, p.132).

As ruas no entorno do Mercado apresentam uma grande movimentação e são espaços de convivência e de “urbanidade” (BORDREUIL, 2005, p. 241). A rua é o lugar onde o cotidiano se expressa. Em diferentes momentos do dia, a rua é apropriada pelos indivíduos diversamente, denotando hábitos e costumes e compondo os caminhos que cada um realiza no seu cotidiano. As ruas transversais a Celso Malcher, tem sua dinâmica em torno da feira e do mercado pois podemos ver diversas vendas de produtos como frutas, legumes, frango abatidos e outros similares aos vendidos nas barracas da feira na rua principal.

O espaço do mercado pode ser dividido em dois, o frontal que possui em três corredores onde predomina a venda de farinha, ervas, hortifrúti, roupas, produtos de armarinho, frutas e bolsas. Do lado posterior e central predomina a venda de pescado com 30 equipamentos/box, carne, mariscos e lanchonete e uma área onde são colocados os freezers para acondicionamento dos pescados que não são comercializados. Esta área se caracteriza como os bastidores do palco onde as cenas acontecem. No interior do mercado predomina, a sujeira, a desordem, um aspecto de abandono que reafirma o descaso do poder público pelo local que está presente no discurso de quase todos os feirantes. Ainda na parte posterior, fica a administração localizada em um mezanino de onde pode-se observar todo o movimento da parte de venda do pescado. Representando o controle sobre o lugar de onde o Administrador tudo vê.

Em toda a área do pescado, vemos “*elementos cenográficos*” que caracterizam as várias espécies ali comercializadas, como cartazes feitos de papelão com os nomes dos peixes, as formas de organizar lós sobre o balcão (Figura. 4) outro elemento importante é a maneira como os feirantes chamam os seus fregueses para comprar seu produto. As performances vistas são diversas, tem os que “gritam” apregoando seu produto: “*Olha aí a dourada, baixou!*” Ou “*Olha a Tainha novinha! Só tem aqui!*”. *Olha a go direto de Salinas; gurijuba da Vigia só 10 reais o kilo!* Junto aos gritos dos feirantes outros sons se destacam no Mercado, o barulho dos cutelos cortando o peixe, o burburinho das pessoas que transitam pelos corredores em busca do melhor produto, o bate papo dos feirantes, enfim a cena cotidiana da feira mostra os vários tipos de personagens que atuam neste cenário. Isto mostra a marca de cada feirante que faz parte da sua arte de fazer destes artifícios (DE CERTAU, 2004).



**Figura 5 e 6** – Box de venda de pescado, cartazes de divulgação dos peixes



Fonte: Pesquisa de campo: 2017

O fluxo de fregueses aumenta a partir das 10 horas da manhã, com o trânsito de pessoas que procuram principalmente o peixe. A maior concentração fica nas barracas da frente que trazem grande quantidade de pescado e nos boxes que vendem verduras e farinha. A maioria dos consumidores que frequentam o mercado são moradores do bairro da Terra Firme e afirmam que compram ali por ser mais perto e os preços serem mais baixo.

## **2.1 Interações sociais no Horto mercado da Terra Firme**

Entendemos interação sob a perspectiva de GOFFMAN (2011) e buscamos perceber no Horto mercado da Terra Firme como elas ocorrem. Para observarmos as várias formas de interações dentro do mercado começamos a frequentar um box de lanche, local de encontro e parada dos feirantes e alguns consumidores. Ali encontramos pessoas durante toda a semana na hora do almoço.

Nas observações realizadas neste espaço percebemos que a forma de receber e interagir dos atores que fazem parte daquele cenário é específico e característico do ambiente de mercado. Onde o proprietário conhece quase todos os seus fregueses e os que não conhecem procura conhecer. Sua performance de comerciante não é algo falseado, ele utiliza todo seu arsenal. Sua fachada pessoal aparência e maneira se articulam para as suas cenas. Descreveremos uma das várias cenas deste ator observadas durante a pesquisa de campo.

Uma cena comum neste local é o encontro dos feirantes, maior parte peixeiros, no momento de folga, quando param para tomar um café ou uma sopa. Neste momento percebe-se várias conversas que vão das fofocas, as piadas, gozações, até as intrigas. Entre uma sopa e um suco, um café ou refrigerantes, escutamos as conversas dos feirantes



que tem como foco o futebol, geralmente a gozação entre torcedores de times rivais, neste caso remo e paissandú, mulheres, ocorrências cotidianas do mercado ou problema vivenciado por eles. Estes tipos de conversa ressalta o ambiente de trabalho masculino na área do pescado.

As performances nestes encontros são diversas, tem aqueles que falam alto e gesticulam muito como forma de chama atenção para si. Tem aqueles que escutam calmamente degustando seu lanche. Algumas vezes as vozes se ampliam parecendo que estão brigando, mas apenas trata-se de um momento de sociabilidade entre estes trabalhadores que compartilham experiências.

Estas cenas ilustram o tipo de abordagem dada por GOFFMAN aos rituais cotidianos de interação. GOFFMAN (2011) afirma que o mundo das interações se apresenta como uma multiplicidade de “Eus” que vão se situar em sistemas variáveis de posições hierarquias, papéis e poder social que vão se materializar em códigos sociais próprios. Estes códigos são os que definem aquilo que o autor chama de fachada de cada ator social.

Outra cena que queremos destacar, é uma roda de conversa informal entre os peixeiros em uma segunda feira final da manhã, onde estes atores compartilham um peixe assado por eles e nesta roda percebe-se a descontração no momento em que estes trabalhadores já se liberam de sua rotina de trabalho, mas ao mesmo tempo este espaço se torna um outro voltado para o lazer. Nesta cena vemos a ideia de pertencer ao lugar as relações sociais neste caso parecem mais estreita que o simples ato de compra, mesmo com estas pequenas trocas é aí que se estabelece o está junto e o pertencer ao lugar.

## CONSIDERAÇÃO FINAL

O objetivo desta pesquisa foi observar este mercado como espaço de interação e construção da memória social do bairro. Nossa compreensão de memória se baseia em HALBWACHS (2004) que afirma que a memória social ou coletiva é formada pela interseção da memória dos indivíduos que compõem os diversos grupos sociais e esta será responsável pela coesão e sentimento de pertencimento dos indivíduos ao grupo ou lugar ao qual pertence. A interação é essencial para que as lembranças sejam “fundamentadas” na memória destes indivíduos. Estas interações demonstram as relações estabelecidas entre estes atores no palco cotidiano do Horto mercado da Terra Firme.

A partir destas observações, elaboramos preposições que nos ajudarão a compreender como estes lugares sustentam as suas redes de sociabilidades e reciprocidades, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social resultantes do processo de modernização.



A feira e o Hortomercado da Terra Firme sustentam as redes de sociabilidades e reciprocidades do bairro, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social, resultante do processo de modernização e como as relações ali estabelecidas se associam a memória social do bairro, é importante compreender a ideia de memória coletiva é definida a partir da premissa de que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, e os seus grupos e instituições e são no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças.

## REFERÊNCIAS

AUGE, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2005.

BORDIEU, P. A economia das trocas simbólicas (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORDREUIL, S. **La rue sociable**: formes élémentaires et paradoxes. In: BRODY, J. La rue. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2005.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo- Século XV- XVIII- Volume 2: Os jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-11112015-132539. Acesso em: 2017-08-.10.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luzia Carvalho. Etnografia de Rua: estudo de antropologia urbana. Revista Iluminuras, v. 4, n. 7, 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002

\_\_\_\_\_. **Comportamentos em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010



\_\_\_\_\_ **Ritual de Interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWN, E & RANGER, T (Orgs). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Minc). 2012. Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme. Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico - Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões, 2012.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SIMMEL, Geog. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v.11, n. 2. Out.2005.

RAU, Virginia. **Feiras Medievais em Portugal**: subsídios para o seu estudo. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

**GT 12 – CULTURA, MERCADOS, TRADIÇÕES E TURISMO NA AMÉRICA LATINA.****TROCA E RECIPROCIDADE: AS CASAS DE SAÚDE NO BAIXO AMAZONAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E TRADIÇÃO EM REDE.**

Juliana Cardoso Fidelis (PPGSA-UFPA)<sup>1</sup>  
julianaacardosofideliss@gmail.com

Luciana Gonçalves de Carvalho (PAA-UFOPA)<sup>2</sup>  
luciana.gdc@gmail.com

**RESUMO**

As casas de saúde no Baixo Amazonas – PA foram criadas pela Diocese de Santarém há mais de vinte anos para proporcionar tratamentos “tradicionais” – mais acessíveis – a população no interior de municípios na região, mas que hoje atendem a cidade tanto quanto o interior com diversos tratamentos. Esses tratamentos foram sendo apreendidos e adotados ao longo dos anos, através da constituição da rede de troca que possibilita a agregação de múltiplos parceiros. Além disso, essas relações orientam um “modo de ser” adotado no voluntariado da casa, “dar para receber”. As relações recíprocas em rede se expressam em ações, posturas e experiências comuns de voluntários e parceiros produzindo-se, assim, memória, tradição e identidade de grupo. Assim, ligam-se diversos atores em uma dinâmica que cria e reforça sentimentos de pertença. Quando em relação, os atores sociais e seus níveis de pertencimento constroem a reciprocidade em rede por onde circulam e atualizam motivações, ações, tratamentos, conhecimentos, etc. Nesse trabalho apresento considerações de campo desenvolvido desde 2013 em Alenquer, Monte Alegre e Santarém. A reflexão se pautou na observação participante que possibilitou a experiência de iniciação ao grupo. Assim, as considerações são pautadas em categorias fundamentais da rede, troca e reciprocidade, com o objetivo de expor como a configuração em rede se torna a chave de compreensão da dinâmica das relações recíprocas dos atores envolvidos, que acabam por atualizar a noção de tradição em grupo.

Palavras-chave: Casas de saúde, Troca, Tradição, Memória.

**1. INTRODUÇÃO: DA CONQUISTA DA TERRA A CONQUISTA DE PLANTAS MEDICINAIS.**

Em Santarém é comum ouvir histórias de famílias que migraram em algum momento do interior para a cidade nos anos 1980, em decorrência do avanço das grandes plantações de soja nas proximidades de seus lotes e de suas comunidades. Sem querer, me deparei com uma dessas histórias no segundo ano de minha pesquisa junto à casa de saúde de Santarém, ainda no início da escrita da monografia feita por meio desta pesquisa de campo.

Trata-se da história de luta<sup>3</sup>, não só sobre a criação de um bairro ou de formas viver diferenciadas, mas concepções que marcaram igualmente a análise sobre a rede de saúde

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia e Antropologia no Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia e Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social e professora vinculada ao Programa de Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará.



no Baixo Amazonas e a da população do local em Santarém. A história é importante por demonstrar quais foram os caminhos usados para legitimar o discurso e a existência de um *ethos local* que reflete nas relações em rede até hoje.

A luta pela criação do bairro Conquista esteve ligada a pessoas atuantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região para articular conjuntamente, pela força deste movimento, a vida com dignidade em algum pedaço de terra para que a população migrante<sup>4</sup> reivindicasse educação, segurança, saúde e autonomia.

O Conquista é um bairro conquistado por muitas mãos, na grande área do Santarenzinho<sup>5</sup>. Foi por meio da forte atuação de pessoas com trajetórias muito parecidas, unidas em prol do mesmo objetivo, que a força moral nasce como produtora de “desenvolvimento” social e de confiança entre um grupo pelo processo contínuo de luta por reconhecimento no qual identidades individuais e coletivas são remodeladas. (HONNET, 2003).

Há 30 anos o antigo aterro sanitário da prefeitura da cidade foi ocupado e sonhado por muitos como espaço digno de vida e respeito. Famílias inteiras vindas de comunidades as margens da BR-163 e outras localidades, como a Várzea e o Planalto da cidade<sup>6</sup>, acabaram convivendo entre si, configurando o primeiro padrão do reconhecimento, a auto-confiança (HONNET, 2003).

Segundo Axel Honnet (2003), é por meio da auto-confiança e, posteriormente, o auto-respeito, que surge a capacidade de decidir de maneira racional dentro de um grupo, pois essa capacidade é sempre coletiva e preponderante para se alcançar o último padrão, valorização social. A ocupação das terras desse bairro foi em grande medida apoiada pela Diocese de Santarém e moradores da Grande área do Santarenzinho e adjacências, como forma de protestar frente ao poder público diante do não saneamento, bem como da insegurança, falta de educação de qualidade e saúde naquela região.

A ocupação “luta pela terra” interditou a área do aterro com entulhos como forma de resistir a derrubadas das moradias provisórias que construía. A interdição, diante da

---

<sup>3</sup> Esse foi um compromisso firmado entre as pessoas que convivi durante mais de dois anos de pesquisa em Santarém, de falar sobre a atuação e história de criação do bairro associado à rede de saúde em geral. Por isso, escolho iniciar essa discussão reafirmando meu compromisso.

<sup>4</sup> Trato de maneira mais completa essa questão na Monografia: Sobre isso ver FIDELIS, Juliana Cardoso. **Por Dentro da Rede: circuito de trocas e reciprocidades na promoção de saúde no Baixo Amazonas**. 16/11/2016, 121 páginas. Monografia. (Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Oeste do Pará – (Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Antropologia e Arqueologia), Santarém- PA, 16/11/2016.

<sup>5</sup> Santarenzinho não é apenas um bairro considerado por muitos como de periferia, mas também é uma “grande área”, onde diversos outros bairros se constituíram, como o Conquista. Sobre isso ver a monografia.

<sup>6</sup> A região de várzea sofre influência direta dos rios Tapajós e Amazonas, na qual predomina a agricultura familiar e a pesca em pequena escala e, nos meses de janeiro a junho, as terras são alagadas pela subida dos rios. O planalto, por sua vez, é considerado “seco” por não alagar no período de chuvas e por proporcionar terra boa para plantio de famílias de agricultores. Essa última área tem sido muito visada por sojeiros da região do Mato Grosso, o que tem provocado conflitos e injustiças como o abandono da terra por famílias inteiras.



opressão, aconteceu na principal via de acesso a vila de Alter do Chão<sup>7</sup> na época, a Avenida Resistência, símbolo da ocupação. Ou seja, a luta contra uma linguagem social de rebaixamento marcada pela negação de direitos, faz surgir sentimento de luta que une um grupo frente ao rebaixamento social do poder, nesse caso representado pela prefeitura (HONNET, 2003).

O principal objetivo do movimento foi transformar definitivamente o aterro sanitário, tido como “o lugar da contaminação” em local habitável, lugar da moradia, do plantio e da retomada da resistência da população do rural. Então, mesmo com a opressão, várias foram às reivindicações aliadas ao movimento, como as dos moradores da grande área do Santarenzinho. Constitui-se, assim, a uma luta por direitos fundamentais como a saúde.

O sentimento e a postura aguerrida é algo que transparece desde os primeiros relatos sobre a criação do bairro. Trata-se de um *habitus* (BOURDIEU, 1983) instaurador da conduta, de um modo de ser e interagir que caracteriza, afirma-se e distingue-se pela identidade grupal frente a diferentes situações. A interação de diferentes grupos aliados ao movimento desenhou as marcas de fronteiras étnicas, as quais não gerou separação, mas pelo contrário, promoveu fluxo, ligação entre eles, na medida em que se conheciam e trocavam entre si.

Além disso, o *habitus* de uma vida em grande medida rural é vestido como camisa de reivindicação por autonomia de vida produtiva por muitas pessoas atuantes no movimento. “Tencionam-se” as fronteiras urbano-rurais de forma mais visível, ressaltando a autonomia representada pela posse da terra como o movimento de resistência. O bairro “ideal”, nos termos de Max Weber, se torna a melhor possibilidade de construção de um espaço mais produtivo e autônomo de viver na cidade (BARTH, 1997; BOURDIEU, 1983).

Dessa forma, o movimento enfrentou o avanço do corpo militar da cidade durante meses de ocupação, porém, sempre com apoio de parceiros como o Partido dos Trabalhadores (PT), MST e Diocese de Santarém — principalmente pela atuação de Padre José Boing e Edilberto Sena, estudantes de teologia na época — foi possível negociar e ganhar a pauta pela ocupação legítima e posse da terra. Isso mobilizou ainda mais a identidade desenhada com fortes traços diante da tensão social entre ocupação, parceiros e prefeitura da cidade (HONNET, 2003).

Lembrado até hoje como “conquista da terra”, o movimento contou com apoio logístico e jurídico da Diocese de Santarém e do PT que, após a posse da terra cedida aos ocupantes e a criação da associação do bairro, realizaram junto com os moradores a

---

<sup>7</sup> Praia de água doce que é um dos principais pontos turísticos de Santarém.



primeira missa no Conquista, justamente onde se encontra hoje a sede da Paróquia de Nossa Senhora da Glória.

A ocupação logrou a criação da Associação dos Moradores e do próprio bairro graças ao empenho e atuação de seus membros, dos quais muitos nomes batizaram as primeiras ruas, fazendo lembrar a história de constituição do mesmo e uma clara demonstração de auto-reconhecimento e auto-respeito (HONNET, 2003).

Um dos locais mais sugestivos e rememorados nas conversas pelos moradores como símbolo da criação do bairro é a Casa de Saúde Chico Mendes, onde funcionava a antiga “casa dos padres”. Lá residiam estudantes de teologia e pessoas que visitavam a Diocese na época da ocupação. Foi, na verdade, uma das primeiras edificações onde muitas reuniões de planejamento do movimento foram realizadas. Nas reuniões estavam sempre presentes o MST, a Diocese (por meio de alguma representação), a comunidade em geral e o PT.

Na casa dos padres a ocupação se enchia de esperança. Nela foi contratado o advogado responsável pela defesa das demandas da ocupação, assim como foram criados grupos responsáveis por alimentação, saúde e segurança, sendo o primeiro deixado diretamente nas mãos das mulheres residentes no local. O grupo foi acompanhado diretamente pela Diocese e constituído por mães sabedoras de terapias caseiras para tratar diarreias, febres, verminoses, coceiras etc.

Era comum o adoecimento de crianças no local em função da “contaminação” do lugar empestado de moscas, roedores, e até mesmo lacraias, o que àquela altura preocupou demasiadamente as mães de famílias de maneira especial. Inclusive, vale ressaltar, foram delas que partiu a reivindicação pela saúde na ocupação e garantia minimamente a permanência.

Preocupado com essas questões, um médico canadense chamado João, que se hospedava na casa dos padres em função da pesquisa que realizara sobre plantas amazônicas na cura de doenças, propôs juntamente com Padre José Boing e Luciene Santos, a criação de um grupo de saúde permanente e engajado com os propósitos da ocupação no bairro. O grupo teria como objetivo maior amenizar e tratar os males que surgiam pela contaminação de solo, de ar e água do antigo aterro ocupado, mas também serviria como modo de mostrar que autonomia se estava buscando e de que forma as pessoas ali pensavam a sua saúde.

A saúde se tornou a segunda pauta na criação do bairro que se constituía, pois o local não gozava do mínimo de estrutura. A água usada pela população era recolhida dos bairros vizinhos, o que ocasionou na construção do poço artesiano no terreno onde a igreja seria erguida pela própria Diocese. O lixo, por sua vez, foi progressivamente sendo



queimado pela mobilização dos próprios moradores em “Puxiruns” nos quais todos se encontravam para tal tarefa.

Além disso, não havia escola e nem posto de saúde, a única e primeira edificação na época era a igreja improvisada no terreno onde se encontra o prédio atual e, juntamente com ela, a “Casa dos Padres” e todas as hortas confeccionadas nas áreas mais limpas. As hortas de plantas medicinais marcaram presença desde a ocupação das terras, pois elas também representavam um elemento da autonomia que se queria, na qual as plantas medicinais estivessem a mão para serem utilizadas sempre que necessário.

A casa dos padres foi aos poucos sendo dinamizada para a população, tanto que o movimento de mulheres buscou parcerias com as pastorais recém-criadas pela Paróquia com o intuito de atuarem no bairro. Dessa forma, com apoio direto da Pastoral da Terra, da Criança e da Saúde foi criado o Grupo Unidos da Medicina Caseira (GUMEC).

O GUMEC passou a receber muitos voluntários e a realizar confecções de produtos medicinais caseiros com base nas receitas elaboradas por pessoas sabedoras, alinhadas aos conhecimentos levantados nos primeiros encontros. A Diocese organizou viagens em comunidades próximas e de onde muitas famílias vieram, para levantar quais seriam os procedimentos, as receitas e modos de fazer de terapias medicinais.

Dessa forma, foram realizados encontros em comunidades, os quais contaram com a participação maciça da população que em grande medida faziam parte de famílias que residiam no bairro Conquista, sendo esse detalhe muito importante na realização dos encontros pela abertura e confiança estabelecida entre os envolvidos e a criação e estabelecimento da estima social, gerada pela atuação política dos agentes envolvidos no movimento.

As primeiras receitas tiveram bons resultados, tendo bastante procura por parte da população. Produtos como chás, garrafadas, compressas e óleos de massagens rapidamente foram sendo produzidos, reconhecidos, além de visados frente a males de diarreia, febres, maus olhados<sup>8</sup>, quebrantos etc.

Assim, a estima social foi sendo tecida no ambiente, ela é fruto do reconhecimento dos padrões iniciais que possibilitou forjar identidade a grupal. É através da luta por reconhecimento que os indivíduos reconhecem a si como “ser” de direitos, e possuem a faculdade necessária para entender e reconhecer isso nos demais, e, assim, atribuir e enxergar em todos o mesmo status, as mesmas causas e a mesma luta (HONNET, 2003).

O trabalho voluntário engajado, no qual todos atuavam de alguma maneira, seja limpando o “terreiro”, capinando o quintal, adubando as hortas e canteiros, trocando as

---

<sup>8</sup> Sobre isso ver FIDELIS, C. J. **Noções de corpo, saúde e doença**: uma análise no Tapajós. In: V Reunião Equatorial de Antropologia e da XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Comunicações Coordenadas, Alagoas: Maceió, 2015, p. 10.



mudas de plantas para vasos, carregando água para regá-las, etc., é revertido em experiências e aprendizagens. Nasce aí a categoria de “voluntário” a qual é moldada pela luta do grupo, pressupondo a ligação “tradicional” e identitária junto aos valores ensinados por essa história.

A ligação com a história do local acabou atraindo voluntários bem responsáveis e com vontade de “fazer a diferença”. Segundo Luciene Santos<sup>9</sup>, a qualidade dos tratamentos promoveu a “fama” do local até mesmo nos bairros mais longes. Assim, aconteceram as primeiras trocas de mudas de plantas, vasos, conhecimentos etc.

Em 1990, o GUMEC já era referência em saúde e tratamento na cidade. A repercussão do trabalho realizado na sede, no Conquista, chamou atenção do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália<sup>10</sup> que investiu, através do Projeto Uirapuru, na construção do primeiro prédio de alvenaria da casa. Com o investimento e reforma, a casa de saúde passou a se chamar Chico Mendes.

A partir daí, várias foram as trocas e parcerias realizadas e, dentre elas, a firmada junto a ONG Maisa, da Itália. Essa parceria durou pouco mais de dois anos, mas ensinou o caminho para a casa crescer e obter apoio, pois essa relação promoveu tanto reformas na sede da casa quanto compras de equipamentos, de material para confecção de produtos e cursos de capacitação em Homeopatia e Fitoterapia, etc.

Com a boa aceitação e bons resultados em tratamentos, a Casa Chico Mendes ganha, em 1995, o nome de “Grupo Conquista de Ervas Medicinais” (GCEM) para se integrar a um grupo de casas semelhantes que seriam criadas pela Pastoral da Saúde através do “Projeto Pela Evangelização”.

O projeto foi constituído a partir da experiência com o GCEM com o intuito de proporcionar tratamentos “tradicional” às pessoas em cidades da região sob influência da Diocese de Santarém. Dessa forma, foi criada em 1995 a “Casa Verde Itauajuri Ervas” em Monte Alegre, e, posteriormente, no município de Alenquer a casa que leva o mesmo nome da cidade. Mais do que a conquista da terra, a atuação dos atores sociais envolvidos na articulação política pelo reconhecimento em Santarém promoveu a conquista das plantas curativas e criatividade para multiplicar o propósito no Baixo Amazonas.

## 2. CASAS DE SAÚDE EM REDE: CASA CHICO MENDES, CASA VERDE E CASA ALENQUER.

O projeto da Diocese objetivou criar e integrar casas de saúde ou farmácias vivas para serem referências em tratamentos para a população sem acesso ou de acesso

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida em agosto de 2015.

<sup>10</sup> Pelas relações próximas com a Diocese de Santarém.



precário ao Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, com o passar dos anos, duas casas tomaram frente na integração das demais, pois atuam de forma organizada para manter as casas interligadas por meio da história de criação das mesmas, marcada pela luta que objetiva autonomia e reconhecimento de suas práticas tradicionais.

As casas desde então, buscam sempre maior autonomia frente a Pastoral da Saúde. Para isso, contam a história do Projeto Pela Evangelização segundo a narrativa da tradição, como sendo as casas um só grupo, constituído por pessoas detentoras de conhecimentos tradicionais usados para curar e cuidar e, pelas narrativas e práticas realizadas, articulam relações de troca de acordo com papéis diferentes atribuídos a partir das diretrizes do grupo que, a saber, são parceiros, voluntários e clientes.

Hobsbawm (2002), diz que “as tradições podem ser discursivamente articuladas e definidas – em outras palavras, justificadas como tendo valor em um universo de valores competitivos plurais” (p. 123) e, nesse universo, a eficácia da tradição dá base para a criação de relações sólidas, como no caso da rede de saúde, ligadas pela memória e pela identidade. A tradição discursada através da narrativa oral das voluntárias é repassada de geração em geração, de voluntário para voluntário, assim como parte desses também o compromisso de passar ao possível parceiro ou voluntário em potencial, para que as trocas possam acontecer.

Nas casas, a troca, a venda e o compartilhamento de produtos, conhecimentos e experiências contribuiu para a criação de novos objetivos, como proporcionar tratamentos “tradicionais” e “científicos” integrados e reconfigurados por seguidos testes para as pessoas como forma de obter o reconhecimento. Sempre dizendo que as práticas tradicionais estão sendo atualizadas sempre, em uma conversa próxima entre conhecimentos.

Sobre o reconhecimento, é através da associação de práticas tradicionais ligadas ao uso de ervas medicinal, remédios alopáticos e homeopáticos na composição de produtos e terapias que as casas buscam atualizar as práticas tradicionais. Lévi-Strauss (1970) argumenta que o saber tradicional, ou a magia, tem sede pelo conhecimento, observa e aprende com novas técnicas e visões de mundo: assim sendo, atualiza-se no tempo e no espaço por ser muito mais flexível ao novo e ao aprender com ele.

No caso aqui mencionado, a tradição precisa marcar essa abertura como forma de diferenciação e como modelo a ser seguido. Assim sendo, as percepções humanas estariam plenamente atuantes na elaboração do saber novo por meio dos testes. Ainda sobre isso, Manuela Carneiro da Cunha (2009) aponta para um aspecto importante do conhecimento tradicional: este requer para si o preceito de ser “uno” e soberano, pelo contrário, admite a novidade e a integra em seu corpo em um constante movimento de atualização.



Acreditando e seguindo esse preceito, a casa Itauajuri, ou simplesmente Casa Verde conseguiu ser hoje uma das mais bem estruturadas na região, possuindo sede alugada com renda fixa, igualmente a Casa Chico Mendes, através da comercialização de alguns produtos. Apreendendo os conhecimentos de instituições técnicas e universidades, atualizam suas práticas e sua estrutura porque acreditam que a tradição é sempre nova, no sentido de estar sempre em transformação. No entanto, as vendas são realizadas em últimas estâncias sendo os preços negociáveis e a transação aberta a qualquer tipo de diálogo.

Ela foi criada, seguindo o exemplo do GCEM-Santarém, por meio de levantamentos iniciais de práticas medicinais em diferentes comunidades para a realização de receitas. Porém, igualmente a Casa Chico Mendes, essa casa foi aos poucos gerenciando as visitas aos interiores, passando a organizar de forma mais autônoma a gerência do lugar com relação à composição de receitas, produtos, feiras e oficinas.

Como a história de criação da Casa Chico Mendes ultrapassou muitas expectativas, mudanças aconteceram com relação a administração do local por parte da Pastoral da Saúde. Segundo Dona Luciene Santos, coordenadora lugar, com o estabelecimento de novas relações entre os voluntários que estavam à frente do projeto com outros parceiros, a casa pôde criar a sua autonomia com relação à Diocese.

Os primeiros parceiros foram moradores de outros bairros da grande área do Santarenzinho, os quais se juntavam ao antigo GUMEC como voluntários para assegurar tratamentos a suas famílias quando fosse necessário. Isso aconteceu, sobretudo, por mães de crianças pequenas, as quais se preocupavam pela ausência do SUS nas proximidades.

Vale lembrar que, nesse período, o SUS estava sendo implantado em todo país e, no interior do Estado do Pará quase não existia. Criar lugares alternativos como forma de prevenir, tratar e curar enfermidades foi considerado ato de coragem e de luta pelo direito a saúde para todos. Dessa forma, o papel do grupo de mulheres foi fundamental na criação de todas as casas de saúde.

Posteriormente, as relações foram se estabelecendo com ONGs, como a MAISA, centros de pesquisa técnicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), institutos particulares de enfermagem, Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Oeste Do Pará (UFOPA), Instituto Esperanças de Ensino Superior (IESPES), até mesmo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A primeira grande mudança na Casa Chico Mendes foi a derrubada e reconstrução da primeira estrutura da sede, no bairro Conquista, realizada pela doação da ONG MAÍSA, a qual além da reforma de estrutura possibilitou a doação de equipamentos como a máquinas para desidratar folhas, raízes, bem como máquinas usadas para produzir cápsulas.



Segundo Deuzimar, respeitadíssima voluntária que trabalha desde 2003 no lugar, o financiamento da ONG resultou em capacitação tanto para os voluntários em vários cursos de Fitoterapia, como também os voluntários passaram muitos conhecimentos sobre o uso das plantas que cultivavam. Os voluntários aprendem entrando na casa e para ela. Todo o conhecimento é revertido em trabalho, produtos, feiras, etc. Quando os produtos conseguem ser comercializados, toda a renda é destinada a manter os voluntários e as despesas da casa de saúde.

O dinheiro é importante para manter a autonomia financeira das casas com relação à compra de todo o material necessário. Muitas vezes a venda do mês é usada no pagamento de transporte de voluntários que atuam nas casas. Além disso, venda também é importante para assegurar a menor necessidade de intervenção da Diocese: se há tempos ela foi a principal parceria do projeto e principal organizadora de pontes entre projeto de investimentos e casas, atualmente são elas que estabelecem as relações necessárias nesse sentido.

Assim, quanto mais se depende financeiramente da Pastoral da Saúde, mais autonomia se perde para criação de novas relações e, posteriormente, de novas trocas e parcerias. Atualmente os principais parceiros das casas de saúde são universidades, centros técnicos e ONGs, porém, a atuação desses parceiros se concentra muito mais na cidade de Santarém, pela estruturação e capacidade de articulação do GCEM, por isso, casas como a “Ita Ervas”, buscam seguir os passos da GCEM como forma de ampliar as relações com parceiros.

O “Ita Erva”, como é conhecida em Monte Alegre, fica na maior área pastoral da cidade, a Itauajuri. Essa área funciona também como ponto de referência em atendimento “tradicional” para muitas comunidades rurais. Na verdade, muitas das comunidades que hoje voltam ao Ita Erva em busca de diagnósticos ou tratamentos, no passado ajudaram a compor grande parte das receitas usadas em produtos e técnicas fitoterápicas. Uma dessas comunidades é a de Cuçaru, a qual visitei em 2015.

Quando lá se pergunta a algum morador sobre remédios caseiros, eles rapidamente comentam sobre os “levantamentos”, “capacitações” ou mesmo “encontros” feitos pela pastoral da saúde junto a “pessoas sabedoras de remédios”.

Á exemplo da Casa Chico Mendes, a Casa Verde realizou levantamentos de conhecimentos tradicionais associados ao uso de recursos naturais nas comunidades rurais da região. O levantamento, como primeiro movimento de constituição de conhecimentos das casas, foi tão importante que ainda hoje são os fitoterápicos a principal forma de tratar e cuidar na visão dos trabalhadores voluntários das casas, que atuam fortemente para o fortalecimento da casa Alenquer no sentido de proporcionar material, parcerias, cursos, etc.



A Casa Verde é acompanhada por voluntárias da Casa Chico Mendes, como Luciene Santos e Deuzima, que repassam tudo que apreendem de para a casa de Monte Alegre em forma de cursos para aperfeiçoamento de técnicas em homeopatia e Fitoterapia, além de distribuem material usado para fabricar e embalar os produtos confeccionados.

O acompanhamento as mantém conectadas, para que todas possam gozar de novas formas de cuidar e curar, a troca entre as casas é chamada de compartilhamento. Ele acontece de muitas formas, com encontros que podem ser ordinários e extraordinários, de acordo com a necessidade de cada casa.

Os encontros ordinários acontecem na sede do EMAÚS, em Santarém, propriedade da Diocese localizada nas proximidades do planalto da cidade. Lá, os voluntários de todas as casas se encontram para trocarem experiências, materiais e conhecimentos. Esse tipo de encontro acontece todo final do mês de novembro, é um compromisso entre as casas que somente os voluntários são autorizados a fazer parte dos treinamentos e grupos de trabalho, pois o compartilhamento é um tipo de troca recíproca, contratual, nos termos de Mauss (2013), pois são coletividades que estão envolvidas, onde tudo se dá pressupondo a volta.

Os encontros extraordinários podem ser organizados por qualquer casa de saúde, em qualquer momento também. Basicamente, a casa responsável hospeda e garante a logística das outras casas convidadas para que os encontros possam acontecer. Muitas vezes, nesses encontros, realizam-se oficinas abertas ao público e neles os voluntários acabam arrecadando doações em dinheiro, material ou “força de trabalho”, que também abre a possibilidade da entrada de novos membros e parceiros para a rede.

Foi em um desses encontros, em Monte Alegre, que dona Maria Antônia explicou sobre as distintas maneiras de participar das atividades da casa de saúde. As pessoas vindas do interior, normalmente de comunidades trazem mudas de plantas para trocar por algum produto ou terapia, às vezes nem precisam trazer nada, pois ao longo de gerações a consciência de que foi no interior que os primeiros conhecimentos sobre plantas e tudo relacionado foram levantados e apreendidos, como forma de reconhecimento não cobram nada dessas pessoas.

No entanto, sempre há a troca. Algumas pessoas da vizinhança, por exemplo, por vezes “doam” mudas de plantas, folhas secas, na certeza de encontrarem abrigo e tratamento naquele lugar assim que preciso for. Elas participam da rede proximamente às pessoas de comunidades, em relações mais livres, pois são para elas que os tratamentos são confeccionados.

A troca é a principal forma de relação em rede, seja entre a troca entre iguais, efetuada pelo compartilhamento entre voluntários das casas de saúde, seja a troca com os



parceiros, que pressupõe o acompanhamento esporádico e formal até, enquanto a troca que inicia é a dos voluntários, que transfere e aperfeiçoa a memória e o sentimento de pertença.

Há um ponto em total sintonia entre o ato de compartilhar e trocar entre parceiros, voluntários e clientes. Em todas as relações estabelecidas existe a reciprocidade, de diferentes formas, o caráter voluntário das trocas é submergido em formas de trocas distintas. Trata-se, na verdade, de regras e posturas obrigatórias e interessadas sob as quais relações duradouras e outras nem tantas podem ser projetadas pelas casas de saúde (MAUSS, 2013).

Os produtos trocados com parceiros normalmente estruturam as casas, ou seja, são viabilizadas por projetos ou financiamentos, como “Bete Bruno”, de São Paulo. Através desse projeto, a Casa Chico Mendes se especializou no preparo e aplicação dos Florais de Bach, usadas em tratamentos psicológicos. A técnica, assim como parte do material, foi repassada a Ita Ervas nos encontros realizados em Monte Alegre para que, posteriormente, o mesmo pudesse ser feito em Alenquer.

A troca entre voluntários foi à primeira estabelecida na rede de saúde, é ela também a que chega mais longe na identidade grupal, ela se ergue na memória coletiva de casa em relação ao projeto inicial da Diocese, as memórias de resistência que moldam uma identidade que perdura de mãe para filho, como é o caso da atual coordenadora da Casa Verde, Maria Antônia que repassou o conhecimento para sua filha.

Tudo começa na fala do voluntário, mas para isso o voluntário deve ser experiente, iniciado na prática e na memória do grupo, pois narrar é muito mais que contar, é expressar o mundo, uma questão moral de ensinamento (BENJAMIM, 1987).

Para Hall (2011), as identidades na era da modernidade se multiplicam e se movimentam rapidamente, ou seja, estão sempre em processo e transformação. São elas moldada pelas experiências individuais e pela memória do grupo. Os voluntários da casa são ritualisticamente estudados pelos voluntários mais velhos, os parceiros são sempre voluntários em potencial, pois a identidade é construída pela passagem da postura do voluntário, mas também das características pré-estudadas dos parceiros em potencial iniciação.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS: TROCA COMO TRADIÇÃO.

Ao se falar sobre a criação das casas, por meio do projeto, sempre se evoca a tradição como característica diferenciadora das formas de cuidar, de tratar e curar tão presentes nesses lugares. A história do bairro conquista é claramente mesclada à própria história das casas de saúde, dando-se ênfase as etapas de levantamentos sobre o uso de plantas terapêuticas para curar várias enfermidades em comunidades da região.



Recorremos à noção de “tradição inventada” de Hobsbawm (2002) para compreender a criação dessas referências culturais, marcada no tempo e no espaço e recorrentemente acionada em contextos de disputas no campo de interações entre diferentes agentes.

Para o historiador, a tradição é produto, ou seja, é inventada por muitos fatores, sendo a localização no tempo um dos mais importantes, porque permite que se faça o desenho do acontecimento tal como ele deve ser lembrado e relatado, pois o recorte não é estático, pelo contrário, se remodela por meio da construção social. Assim, as memórias se mesclam e se completam na medida em que configuram a memória coletiva entre ambas.

Para Giddens (1990), tradição “significa tempo e espaço”, pois em alguma medida, está relacionada ao controle do tempo e referida a “raízes” em contextos de surgimento ou de “origem”. Ela é uma orientação para o passado, tendo como pano de fundo o presente, mas, sobretudo construindo visões sobre o futuro. O discurso das casas encontrou na tradição a máquina geradora do tempo, no qual havendo parcerias e voluntários para manter vivas as relações de troca, haverá também tratamentos atualizados pelas diferentes técnicas e conhecimentos tratados.

Na casa de saúde a tradição é repassada pela oralidade, pelas práticas e pelo modo de se relacionar. Antes mesmo de se tornar voluntário, o voluntário em potencial se encontra sob o olhar atento dos voluntários mais velhos. Está sendo estudado, acompanhado pelos voluntários permanentes. Esses voluntários contam a história da criação das casas, pois são as pessoas apropriadas por saberem a arte de contar, nos termos de Walter Benjamin quando fala do “narrador”.

Ao contar as histórias, os narradores tecem um tom de lição ou de conselho, pois algo dali molda a moral e deve ser interpretada dessa forma para a história estar sempre viva, em processo, ao ser rememorada e vivida coletivamente (BENJAMIM, 1987).

O narrador tece as relações mais próximas com quem ouve, existe aí o diálogo e a amizade. O voluntário, tal qual, possui o dom do ensinamento, ensina ao mesmo tempo em que conquista o novo voluntário e, quando essa conquista parece falhar, na verdade a pessoa não deve ser voluntária, não possui o dom de ser.

Os parceiros são os técnicos, são os estudantes, os botânicos, todos representando ou não alguma instituição, como é o caso das universidades. Os parceiros, como visitam esporadicamente as casas, são iniciados também. Alguns trabalham nos canteiros, fazem roçados, tratam das plantas, tudo com acompanhamento, mas trabalham duro antes de conquistarem a total confiança.

Os parceiros, como UFOPA e IESPES constantemente enviam estudantes de diferentes áreas da saúde coletiva, da biologia e até mesmo das ciências humanas para



pesquisarem sobre plantas medicinais, suas substâncias, e usos sociais. Os trabalhos apresentados no final dos cursos são apenas uma parte do trabalho realizado no local.

As relações entre diferentes atores e diferentes casas ficam entrelaçadas por distintas modalidades de trocas, as quais variam de acordo com valores como confiança. Para se tornar voluntário e trocar com a casa, a pessoa deve possuir muito mais que a simples vontade de ajudar esporadicamente, pois o voluntário é o disseminador da tradição, ele explica que todas as técnicas e conhecimentos envolvidos na elaboração de receitas, na verdade é aspecto importante para o desenvolvimento da rede de troca entre parceiros.

Dessa forma, concordamos com Marcel Mauss (2013) ao dizer que a virtude da coisa dada é ela mesma, pois a obrigação de dar para receber é clara quando observamos, por exemplo, as casas de saúde em rede. Esse movimento é tecido cotidianamente pelas casas, sejam entre elas mesmas, voluntários, parceiros e pacientes. A troca, nesse sentido atravessa todas as relações, as práticas e discursos, ela é o motor da memória, o fio da identidade e a base na construção da noção de tradição apresentada pelo grupo através da própria reconstrução de sua lembrança (HALBWACHS, 2003; MAUSS, 2013).

A dádiva em rede se expressa em ligações que apesar de serem rápidas, algumas vezes, servem para manter a lógica de agregação de atores de acordo com papéis pré-definidos, pois mesmo as mais rápidas são tão intensas e importantes quanto às demais. Essas ligações, ou agregações ao propósito da rede, são aos poucos atualizadas ao fazerem parte da história oral e das lembranças de quem conta, assim, elas integram a memória coletiva do coletivo grupo. Para Halbwachs (2003), memória coletiva é:

o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (p. 104).

Para Ecléia Bossi (2003) a memória é muito mais que individual, ela é social porque implica relações sociais, as quais podem se apresentar de várias maneiras, pois o narrador “velho”, figura próxima ao voluntário experiente, “nos faz amar o discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (p.63-65) e que nos aproxima do sentimento e da causa. É através desse recurso que um voluntário ou parceiros é iniciado, podendo vir a ser corpo efetivo do voluntariado da casa.

Para essa autora, a memória pública se encontra no âmbito da história oficial, ou seja, a representada pela Diocese de Santarém, a qual toma para si toda a capacidade de permanência desse grupo no “contexto da saúde alternativa”. Porém, os voluntários repassam a narrativa da criação sob suas perspectivas atualizando e filtrando a memória pública, chamando atenção aos aspectos da troca como caminho constituído pelo grupo,



enquanto responsável pela agregação em massa de atores e conhecimentos, para fazer a tradição da casa viver e renascer todos os dias. Para Bossi (2003):

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a este acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais (p. 21-22).

A rede, portanto, é ela mesma produto da troca. É por meio dela que toda articulação é realizada, pois se liga diferentes atores, instituições, desejos e negociações e, assim, diferentes atores sociais, parte de outros grupos sociais, ligam muito mais que indivíduos, mas coletividades. É através da conciliação de novos atores sociais na rede de saúde que novas relações entre grupos se formam também, e assim, criam-se e definem-se ações, papéis, trocas e a reciprocidade em rede (BOTT, 1957/1976).

## REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FNART, J. **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BENJAMIM, W. O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskav. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense; 3. ed., 1987.
- BOTT, Elizabeth; GLUCKMAN, Max; GUERREIRO, Mário. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). **Pierre Bourdieu/Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 122-155. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. UNESP, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª ed. 2011, p. 07-22.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. IN: \_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2012, p. 15-50.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 183-314.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS NO MERCADO DO VER-O-PESO: MUNDO DO TRABALHO, MEMÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.**SILVA, Mayara de Oliveira (UFPA)<sup>1</sup>  
sociologiamay@gmail.comSOARES, Ana Manoela Primo dos Santos (UFPA)<sup>2</sup>  
anamanuela68@hotmail.com**RESUMO**

O lócus de análise deste trabalho é o mercado do Ver-o-Peso localizado as margens da baía do Guajará em Belém, capital do estado do Pará. O objetivo principal deste estudo é o de realizar uma etnografia das relações de sociabilidade, práticas culturais de venda (a etnomatemática), memórias e segurança pública no mercado. A partir de uma investigação da vida dos feirantes que participam das dinâmicas urbanas, sejam na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, o que é algo fundamental para a vida cidadina; e na reelaboração de táticas no seu trabalho, tendo em vista as mudanças que o crescimento das cidades impõe às suas práticas. Diante da variedade de formas de conhecimento, de pensar, de calcular, de medir e etc., é na busca de entender as relações sociais vivenciadas e compartilhadas, que usamos como aporte teórico o conceito da etnomatemática, onde está seria, a matemática culturalmente produzida, ou seja, a arte ou técnica de se explicar, conhecer e entender os processos matemáticos nos diversos contextos culturais. Como procedimentos metodológicos foram feitas observações participantes, entrevistas semiestruturadas, assim como levantamento de dissertações, teses e outras bibliografias concernentes ao tema. A pesquisa revelou que a feira pode ser entendida como um espaço simbólico no qual feirantes e frequentadores obtêm o reconhecimento individual e social que lhes permitem estabelecer relações de trocas materiais e simbólicas.

Palavras-chave: Etnomatemática, Ver-o-Peso, Mercado, Sociabilidade, Trabalho

**1. INTRODUÇÃO**

O Ver-o-Peso, como uma das maiores feiras livres do país, é um imenso universo de significados, repleto de relações que ao passante ou visitante podem parecer confusas, mas que quando tomado em seus próprios termos, revela sociabilidades e princípios organizativos reconhecidos por aqueles que ali trabalham e circulam (LEITÃO, RODRIGUES

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará – UFPA/BRASIL.  
Email: sociologiamay@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará – UFPA/BRASIL.  
Email: anamanuela68@hotmail.com



2011; VAZ SILVA, 2007). Ao longo de três séculos, o Ver-o-Peso não foi construído apenas fisicamente, mas, sobretudo, no plano da representação social, elaborado por seus trabalhadores e pelos moradores de Belém. Construído com a finalidade de arrecadar proventos para a cidade, o mercado logo se incorporou à vida social, passando a se constituir como ponto tradicional característico da cidade de Belém.

Lugar onde diariamente transitam inúmeras pessoas, a feira se caracteriza pela heterogeneidade dos personagens que compõem o seu cenário, se formando num espaço público em que todos possuem livre acesso: homens, mulheres, feirantes, turistas, jovens, adultos, negros, mestiços. É importante considerar que o feirante participa das dinâmicas urbanas, seja na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, que são fundamentais para a vida cidadina (VEDANA, 2008). Seja em suas táticas de reelaborar seu trabalho, tendo em vista as mudanças que o crescimento das cidades impõe às suas práticas.

No Mercado do Ver-o-Peso em Belém do Pará encontramos em meio às relações comerciais das vendas dos produtos locais, saberes matemáticos que diferem da matemática acadêmica, mas que são usados a partir de certa precisão lógica na comercialização dos produtos encontrados ali como a “quarta do charque”, “quarta de tocinho”, o “maço” de cheiro-verde etc.

Nas práticas de comercializar, interagir e até mesmo efetivar “os agrados”, atribuindo um valor simbólico ao valor de compra dos alimentos adquiridos, estão presentes as artes de fazer etnomatemática. Nas operações matemáticas evidenciadas na feira identificamos um modo peculiar de medir, calcular, estimar, arredondar, que possibilita aos feirantes a resolução de seus próprios problemas (matemáticos) ao “fazer a feira”, evidenciando um saber-fazer próprio, uma autonomia do pensamento, que recria a matemática e revela novos conceitos aritméticos a partir da sua leitura de mundo e da lógica intrínseca de calcular (MACHADO CARDOSO, DOS SANTOS, 2016).

Conforme D’Ambrosio (1993, p.129) “não se pode definir critérios de superioridade entre manifestações culturais, devidamente contextualizada nenhuma forma pode-se dizer superior a outra”, e esse é um dos princípios da etnomatemática. Não existe um jeito melhor ou mais privilegiado de se pensar, saber ou entender em nossa cultura, mas sim existem modos distintos de se conhecer e explicar.

E a importância desta pesquisa reside sobre o fato de se compreender quem são os atores sociais que compõem este espaço tão relevante para cidade e como eles



contribuem para o desenvolvimento da memória local assim como para o desenvolvimento econômico de Belém, levando-se em apreço que o papel deles no âmbito do Ver-o-Peso leva em consideração a geração de políticas públicas para o mesmo. A surpresa que guiou nossos passos na escolha do mercado do Ver-o-Peso como lugar de investigação e estudo, foi devido a diversidade e a heterogeneidade das formas de viver, de se organizar encontrados nesse local. A cultura, a dimensão do vivido fragmenta-se e, ao mesmo tempo, ganha força no momento em que tais espaços tendem a valorizar tradições e costumes singulares do local/regional. (MEDEIROS, 2008).

### **1.1 Interfaces entre mundo do trabalho, sociabilidades e memórias**

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. (POLLAL, 1986).

Percebemos ao andar pelos corredores do mercado do Ver-o-Peso uma heterogeneidade no que corresponde a distribuição dos gêneros, onde encontramos em alguns setores (como no Setor de industrializados, Setor de refeições, de artesanato, de farinhas, temperos e plantas ornamentais) uma definição nítida e marcada de atividades entre os feirantes no qual a predominância ou é masculina como no Setor de pescados, Setor de camarão seco, Mercado de ferro, caranguejo ou é feminina como no Setor de ervas e plantas medicinais, hortifruti e Setor de polpas de frutas regionais.

Procuo argumentar, a partir das narrativas de alguns interlocutores de pesquisa, bem como de observações participantes realizadas no mercado do Ver-o-Peso como as mulheres e os homens precisam estar atentos às relações de poder que se inscrevem nas várias dinâmicas sociais em que elas e eles fazem parte (LOURO, 1997). Dessa forma, no percurso das discussões, destacamos categorias que consideramos fundamentais para o que se encontra aqui exposto, como o que tem sido discutido sobre a inserção feminina no mundo do trabalho, sua relação com o trabalho informal, assim como, sua relação com as atividades desenvolvidas no ambiente da feira, com os demais feirantes. É importante compreender as condições em que se estabelecem a vida e as relações nesse espaço, para isso, intenta-se examinar os condicionantes nos quais são produzidos os diálogos, narrativas, sociabilidades entre os feirantes.



Um tema bastante abordado pelos feirantes se refere à confiança. A confiança aparece como um elemento importante no relacionamento entre os trabalhadores na medida em que é por meio dele que se estreitam os laços de afinidade, possibilitando a formação e solidificação de redes de solidariedade no mercado. (VAZ SILVA, 2007).

Porque aqui nós somos todos quase uma família, aqui nós temos a nossa área aqui no setor da farinha, nós somos tipo uma família aqui, todo mundo se une, todo mundo se diverte, todo mundo brinca com o outro e esse é o dia-a-dia nosso (Seu José Serrão, vendedor de farinha no Ver-o-Peso). (VAZ SILVA, 2007).

A atenção desloca-se para o trabalho desses sujeitos numa tentativa de compreender essas práticas cotidianas como o resultado da sistematização de um conjunto de saberes e experiências que serão construídas no dia a dia do mercado. (VEDANA, 2008).

Segundo Vedana (2008) o trabalho do feirante está fundamentalmente amparado em suas habilidades de construir laços sociais e promover sociabilidades. As reflexões que esses trabalhadores elaboram sobre seu trabalho no dia a dia do mercado evocam os saberes e fazeres que sistematizam nessa trajetória. A atenção desloca-se para o trabalho desses sujeitos numa tentativa de compreender essas práticas cotidianas como o resultado da sistematização de um conjunto de saberes e experiências que foram construídas no dia a dia do mercado. O que me parece estar em jogo é a possibilidade de construir um debate a partir da antropologia urbana com o campo de estudos da antropologia do trabalho, classicamente voltado para as classes de trabalhadores da fábrica ou da indústria, para os operários, suas lutas e movimentos sociais, para suas relações de trabalho. (VEDANA, 2008).

## **1.2 Expressões das políticas públicas e dinâmicas espaciais no Ver-o-Peso**

Projetos como os de reestruturação e revitalização da orla de Belém, em Icoaraci e no Centro Histórico (Cidade Velha) valorizam a questão turística no Município, uma vez que propiciam qualidade ambiental, preservação do patrimônio municipal e a autoestima da população e dos trabalhadores que atuam nesses locais. O Governo Municipal tem compromisso com a conservação de espaços já revitalizados, como Ver-o-Peso, e com a ampliação do potencial turístico de Belém, através de ações integradas. Dessa forma, Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo



Estado, direta ou indiretamente com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar direitos de cidadania, de forma difusa ou para determinados seguimentos sociais, culturais, étnicos ou econômicos. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas e comunidades.

Diante das narrativas dos atores sociais do mercado do Ver-o-Peso, o fator que se revelou enquanto desafiador na harmonização do ambiente como um todo, foi a questão da segurança pública.

Quando entrevistados os vendedores locais sobre as interferências da prefeitura ou outros órgãos oficiais sobre melhorias de infraestrutura, segurança, saneamento e limpeza. Os mesmos afirmaram que:

*“Não limpam nada, não aparece com frequência, só na época do Círio<sup>3</sup>” (Ana Paula, Setor de artesanato).*

*“Foi só na gestão do Prefeito Edmilson que via uma melhora aqui” (Maria Cleia, Barraca do Tucupi).*

*“Vejo algumas pessoas da SESAN circulando por aí e tirando entulho” (Ruth Brito, Setor de polpas).*

“A dez anos venho trabalhando com a venda de comida no Ver-o-Peso”, diz Andreia Albuquerque, que complementa “Um ambiente mais limpo favorece inclusive as vendas. Todo mundo gosta de um ambiente limpo. Quando há ações de limpeza da prefeitura, mais pessoas vêm conhecer a nossa feira, e com isso aumenta a clientela”, disse a comerciante. “Antes, era lixo pra todo lado. Inclusive aqui na frente do meu box. Era um cheiro terrível. Quem gostava de ficar num lugar como aquele? ”, lembra. Assim, percebe-se que há por parte dos trabalhadores locais uma certa denúncia no que diz respeito a efetivação de cunho completo da limpeza e da segurança e apoio público como um todo no mercado, serviços que são de responsabilidade da SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento), SEGEP (Secretaria municipal de coordenação geral do planejamento e gestão), juntamente com a prefeitura da cidade de Belém do Pará.

A melhoria trazida pela última reforma do mercado também é bastante citada pelos feirantes, já que possibilitou o retorno de consumidores que haviam deixado de frequentar o

---

<sup>3</sup> O Círio de Nazaré, em devoção a Nossa Senhora de Nazaré, é uma manifestação religiosa Católica do Brasil e um dos maiores eventos religiosos do mundo. Reúne cerca de dois milhões de pessoas em todos os cultos e procissões.



lugar, conseqüentemente acarretando relativo aumento na venda de mercadorias. No entanto, também há outras dificuldades enfrentadas no espaço de trabalho, como a perda de clientes para supermercados, que oferecem os mesmos produtos que se encontram na feira, por exemplo. (VAZ SILVA, 2007).

## 2. A ETNOMATEMÁTICA NO MERCADO DO VER-O-PESO: PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

O que mais chama atenção segundo as narrativas dos atores sociais que trabalham neste local, ou simplesmente frequentam cotidianamente ali, é o fato de o Ver-o-Peso estar imbricado no imaginário construído em torno de sua vitalidade, que sustenta seu dinamismo e sua centralidade (FILGUEIRAS, 2006). Porém ao se tratar da questão de vendas de mercadorias e ferramentas de trabalho, trabalhamos com alguns setores específicos da feira que serão expostos um pouco mais adiante.

Uma ida ao Ver-o-Peso, além dos sentidos para cheiros, cores e sabores, certamente aguça as ideias apontando para as quase infinitas possibilidades de reflexão sociológica que este mercado provê, uma vez que se constitui em ponto de convergência de produtos e saberes, onde os conteúdos das práticas são mais culturais que econômicos. (LEITÃO, 2010.)

Analisando a circulação das ferramentas de trabalho no local da feira e segundo a perspectiva da antropologia simbólica (GONÇALVES, 2007), os objetos não possuem apenas valor de uso, mas contribuem para o entendimento da organização da vida social, são elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos. Gonçalves (2007) afirma que todos os objetos materiais, instrumentos de trabalho, ornamentos, objetos sagrados, objetos de arte etc. circulam significativamente em nossa vida social, existindo assim uma hierarquização, uma vez que criamos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e classificamos. Dessa forma, essa análise conduziu-nos a investigar e estudar esse fenômeno vivenciado e compartilhado pelos que passam e participam dos sistemas comerciais do Ver-o-Peso e entender a importância cultural dos objetos de trabalho na mentalidade dos feirantes. Diante dessa perspectiva, demonstra-se como os objetos materiais estão submetidos a um processo permanente de circulação e reclassificação.

Ao se tratar da matemática como método para calcular as medidas, a precisão é essencial, para garantir a veracidade da informação. Mas em alguns momentos da vida social, isso acaba ficando em segundo plano. Um dos vários exemplos a ser citado é o das



balanças, seja a balança prato (tradicional), seja eletrônica, sendo esta muito mais precisa que um copo ou uma bacia. Encontramos em várias barracas as balanças tradicionais sendo utilizadas e, segundo os vendedores, essas balanças são mais práticas e fáceis para seu manuseio, comparando com as balanças digitais. Diante dos conhecimentos populares matemáticos trazidos ao longo de gerações pelos vendedores na feira do Ver-o-Peso, constatou-se que a etnomatemática se faz presente nessas relações, relações que são particulares do local, assumindo um caráter de proximidade, reciprocidade e sociabilidade entre freguês e feirante.

O público alvo para a construção da pesquisa foi formado por vendedores de barracas nos setores da farinha, do camarão, do açaí e no setor de hortifruti. Onde suas vendas incluem processos de pesos e medidas regionais, cuja padronização e aferição não são processos precisos, e se estabeleceram a partir de aspectos culturais tanto na forma de operação quanto na linguagem. Assim, a transmissão desses conceitos carrega traços matemáticos de contagem, comparação e conversão que muitas vezes passam despercebidos ou não são valorizados aos olhos da matemática acadêmica.

No valor atribuído ao alimento comprado na feira livre está embutida uma série de outros aspectos, desde a relação com o feirante até as formas de manipular a matéria do alimento. Nesse sentido, a feira apresenta-se ela mesma como um produto a ser consumido. Na feira do Ver-o-Peso, ao invés de serem pesados, os produtos são medidos em recipientes padronizados segundo o modo de pensar dos que ali trabalham e assim são comercializados por toda a feira. Segundo narrativas dos trabalhadores mais antigos, esta prática foi uma ideia desenvolvida para suprir carência de balanças, que há mais de um século era um instrumento muito caro e poucos tinham. Diante dos traços característicos de raiz ribeirinha, que tem forte influência nas práticas de comercialização na feira, utilizam-se ferramentas de trabalho, ou seja, de medidas artesanais e unidades criadas, praticadas, compartilhadas pelos feirantes, tais práticas, comuns na região. Haja vista que, muitos dos que trabalham no local, são oriundos das ilhas próximas à cidade de Belém e trazem consigo suas identidades.

Todos os vendedores entrevistados afirmaram conhecer o sistema internacional de medidas e ter ciência da existência desse sistema como de seu uso oficial no Brasil; contudo, eles revelaram nunca terem sido questionados pelos compradores.

Nisto percebemos que os vendedores utilizam:



- Os vendedores de açaí (fruta) vendem utilizando como unidade de medida o paneiro, a rasa.
- Os vendedores de camarão comercializam seu produto por quilo e por litro, utilizando a cuia como medida.
- A farinha de mandioca é vendida por saca (60 kg), por lata (15 Kg) e por litro (pequena porção).
- As vendedoras de verduras utilizam, como unidade de medida, o maço para comercializar couve, coentro, etc.
- As vendedoras de temperos e condimentos para alimentos utilizam, como unidade de medida, pequenos recipientes de garrafa pet, para suas respectivas unidades, variando o preço conforme o tamanho. O cominho é moído no moedor menor, a pimenta do reino é moída no moedor maior, devido sua capacidade. O moedor maior tem a capacidade ou peso de 300 gramas o menor pesa 100 gramas.
- A “quarta” ( $\frac{1}{4}$ ) é muito procurada nas barracas que vendem misturas para maniçoba e feijoada (charque, chouriço, calabresa, costela, orelha de porco, tocinho) na feira. Equivale a 250 gramas de cada produto descrito acima.

O uso dos sistemas alternativos de pesos e medidas independe de área rural ou urbana, de acesso ou não aos instrumentos de medidas, de conhecer ou não o sistema oficial de pesos e medidas do Brasil, de ter mais ou menos escolaridade. O mercado é frequentado por pessoas de todas as classes sociais, além dos turistas.

### 3. REFERENCIAL

Como aporte teórico para a investigação que me propus, utilizo-me de teóricos como Lévi-Strauss (1970), Geertz (1978), Louro (1997), Leitão (2010), Vargas (2001) que são autores que detêm importante produção acadêmica relacionada ao tema. Seguindo a perspectiva da antropologia do mundo do trabalho e antropologia urbana elegi alguns interlocutores e suas trajetórias para tentar compreender a totalidade do que seria o trabalho no mercado e algumas de suas facetas a fim de contextualizar, histórica e socialmente, as relações que constituem o cotidiano. Utilizo-me também de etnografias, monografias, dissertações e teses realizadas sobre essa temática como as de Lima (2008), Silva (2016),



Filgueiras (2006), Medeiros (2008), Ferreira (2007), Vedana (2008) que, dentre outros, possibilitaram uma reflexão crítica sobre a análise investigada. A pesquisa antropológica constantemente nos desafia a repensar categorias e interpretações, seja através do trabalho de campo, seja através de novas perspectivas teórico-conceituais (VEDANA, 2008).

Seguindo como linha de pensamento (MALINOWSKI, 1978) que o caráter científico do trabalho etnográfico é indiscutível. Utilizando-se do científico “o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes”. É por meio da interação, socialização e familiarização que podemos perceber como o espaço funciona, suas teias de sociabilidades. (JOSEPH, 1943, p 10). A partir da observação da organização dos setores na feira que vamos traçando o espaço que predominam as atividades masculinas e os espaços onde há o maior número de mulheres exercendo suas respectivas funções, conjuntas ou individuais, assim como compreender como elas se percebem no espaço da feira e como os homens as enxergam nos setores em que trabalham. Como coloca Joseph (1943, p. 10):

A análise dos procedimentos pelos quais os atores sociais se entendem ou se articulam entre si mostra que eles sabem precisamente reconhecer e julgar as situações para definir condutas apropriadas.

As discussões acerca da divisão sexual do trabalho no campo das ciências sociais e também do ponto de vista histórico foram direcionadas, durante muito tempo, a uma perspectiva fundamentada em papéis atribuídos de acordo com o sexo. Kergoat (1992 apud Hirata, 2002, p. 275277) e Hirata (2002) desmistificam essa ideia, delineando um novo olhar a respeito do trabalho. (ALVES, 2013).

Conforme Bogdan e Biklen (1994), as características da investigação qualitativa são que: o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador é o instrumento fundamental; os dados coletados durante a investigação são recolhidos de forma minuciosa, descritiva; há um maior interesse pelo processo do que pelo produto; a análise de dados ocorre, comumente, de forma indutiva, ou seja, as informações são inter-relacionadas e agrupadas pelo investigador. “Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 50). Os autores destacam, também, que é imprescindível que o investigador atente para o significado dado às coisas pelos investigados, considerando suas experiências, vivências e pontos de vista diferentes.



#### 4. METODOLOGIA

Nesse estudo optou-se por utilizar o método de pesquisa qualitativa, considerando que este permite a análise de questões subjetivas que podem estar permeadas de significados, motivações, valores e crenças que não podem ser somente reduzidas às questões quantitativas. Para isso, é importante a utilização de técnicas para aproximar o informante e assim obter uma narrativa natural, suscitando a memória do pesquisado e sobretudo, mantendo o cuidado para não exercer a violência simbólica em relação ao seu entrevistado (BOURDIEU, 1999).

Para investigar a rotina de trabalho entre as feirantes, se fez necessária a utilização de entrevistas abertas e semiestruturadas, por meio de um roteiro de perguntas, que possibilitou uma melhor liberdade de interação com os interlocutores.

As considerações de Cardoso de Oliveira (2000) fornecem subsídios à estruturação da observação participante no contexto da comunidade: o olhar, ouvir e escrever. Para alicerce das contribuições etnográficas utilizamos, levantamento e análise de bibliografia relacionada ao tema da pesquisa: Relações de gênero, Mercado e feiras populares, Antropologia urbana entre outros, como também visita a campo. Dentro da proposta de pesquisa, na abordagem qualitativa encontrasse as práticas onde os pesquisadores interpretam o mundo e suas relações, processos e fenômenos. Assim o pesquisador ultrapassa os dados quantitativos, apreendendo a realidade do sujeito, sua vivência e seu significado contextualizado. (OLIVEIRA, 2011).

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ver-o-Peso guarda em si as características de um mercado persa que vende de tudo um pouco. E vale ainda afirmar que esse tipo de mercado não representa apenas a circulação de mercadorias, mas também a circulação de pessoas, de ideias, de valores e de bens “pois com os homens e mulheres que transportam estes produtos, vão as crenças, os sentimentos e as atitudes que se difundem”. O moderno e o tradicional no mercado do Ver-o-Peso muitas vezes se confundem, numa mistura peculiar que também já se tornou marca do lugar. Contudo, o Ver-o-Peso, guarda aspectos de um comércio antigo, onde existem laços de “camaradagem”, respeito, familiaridade entre os que ali trabalham etc. O Ver-o-Peso, transformou-se em síntese e símbolo do que é Belém do Pará.



Os resultados obtidos através dos questionários e observação participante nos mostra a heterogeneidade das relações e práticas socioculturais, comerciais, afetivas e identitárias. As relações sociais passam de geração para geração. As formas vivenciadas de calcular e vender na feira, possuem um caráter particular, especial. São maneiras onde o que impera é a cognição do pensamento diante de operações matemáticas lógicas, diante de situações cotidianas no Ver-o-Peso.

Conforme D'Ambrósio (2005) é importante esclarecer que a matemática seria ou é uma estratégia desenvolvida pela espécie humana ao longo de sua história para explicar, para entender, para manejar e conviver com a realidade sensível, perceptível, e com o seu imaginário, dentro de um contexto natural e cultural. A presente discussão nos levou a uma reflexão a respeito das tradições e da cultura tão enraizada no povo paraense, da sua criatividade em destinar novos usos ao sistema internacional de medidas e ao criar e continuar a utilizar seus tradicionais meios de pensar matematicamente, valorizando suas práticas culturais. Sabemos que a grande maioria dos compradores não questiona esse sistema, pois partilham do mesmo universo cognitivo. Esses feirantes têm como objetivo encontrar soluções viáveis nas suas comercializações. Ao resolver um problema, pensam em todas as variáveis ligadas a eles e não apenas nos dados informados.

A estruturação do olhar antropológico sobre o campo, em diálogo com os conceitos referidos, foi essencial para compreensão dos saberes e fazeres do cotidiano da feira. Em conformidade com as concepções da etnomatemática, enquanto programa de pesquisa, que orienta a proposição de que o conhecimento matemático é um constructo social que valoriza minuciosamente cada forma de pensar e fazer matematicamente, indo além do que possamos imaginar. As relações de sociabilidade, vínculos de amizades construídos entre os vendedores para a harmonização da composição social entre os atores sociais e o mercado em suas singularidades são narrativas de experiências de vidas que marcam vidas, tornando o ambiente da feira repleto de valor e significado especial.

#### REFERÊNCIAS:

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2 ed/. Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília. Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

FILGUEIRAS, B. S. C. Do mercado popular ao aspecto de vitalidade: O Mercado central de Belo Horizonte. 2006, 172F: Dissertação de Mestrado em Planejamento urbano e regional,



Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun.2006.

COELHO, Ana luiza. Mulher faz o que homem não faz: Relações de gênero no complexo do Ver-o-Peso. Monografia, UFPA, 2007.

D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. São Paulo: Summus Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

\_\_\_\_\_. Etnomatemática – arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Editora Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Etnomatemática: Uma nova abordagem sobre a construção do conhecimento revoluciona a aplicação das disciplinas na escola. In: Revista Nova Escola, São Paulo, p.10-17, agosto de 1993.

\_\_\_\_\_. Transdisciplinaridade. 2ª ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

\_\_\_\_\_. Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. Revista Educação e Pesquisa, jan.-mar; ano/vol. 31, número 001. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FILGUEIRAS, B. S. C. Do mercado popular ao aspecto de vitalidade: O Mercado central de Belo Horizonte. 2006, 172F: Dissertação de Mestrado em Planejamento urbano e regional, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun.2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: Coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. – Rio de Janeiro, 2007. 256p. – (Museu, memória e cidadania).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Guanabara Koogan; 1943.

JOSEFH, Isaac. Introdução. In: Erving Goffman e a Microsociologia. Trad.: Cibele Saliba Rizek, Rio de Janeiro: FGV Editora, 1943.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs). Dicionario critico feminino. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LIMA, Maria Dorotéia de. Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008.

LEI ORDINÁRIA N° 7981,07/1999. Dispõe sobre a administração de mercados públicos e feiras livres do município de Belém.



LEITÃO; RODRIGUES. O Mercado do Ver-o-Peso em Belém. 2011.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1996.

MACHADO CARDOSO, Denise; DOS SANTOS, Suellen Nascimento. Na feira também se aprende: Transmissão de saberes no setor de farinhas no complexo Ver-o-Peso. In: LEITÃO, Wilma Marques. Ver-o-Peso Estudos Antropológicos no Mercado de Belém Volume II. Belém: Editora Paka-Tatu. 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os nativos das Ilhas Trobiand. In: Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922], p. 17-34 e 49-70.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp

MEDEIROS, J. F - Feiras e feirantes em Belém. Monografia Especialização. NUMA, UFPA, 2008.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>=. Acesso em 08/02/2016

SISTEMA INTERNACIONAL DE UNIDADES (SI). Duque de Caxias, RJ: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), CICMA/SEPIN, 2012. 94p. Traduzido de: Le Système international d'Unités = The International System of Units 8. ed. 2006. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/noticias/conteudo/sistema-internacional-unidades.pdf>>. Acesso em 30/11/2015

SILVA, Mayara de Oliveira. Valorização de práticas sócio-culturais, uma abordagem etnomatemática no mercado do Ver-o-Peso em Belém do Pará. Monografia. UFPA, 2016.

VAZ SILVA, Tiago Coelho. Ver-a-cor: um estudo sobre as relações raciais no mercado do Ver-o-Peso em Belém. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

VEDANA, V. No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13383>>. Acesso em: 31 ago. 2012.



## GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

### “PODE CHEGAR, FREGUÊS!”: REPRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO ENTRE OS(AS) ERVEIROS(AS) DA FEIRA DO VER-O-PESO (BELÉM, PA)

Cleide Furtado Nascimento Dantas (UFPA)<sup>1</sup>

kleidefurtado@hotmail.com

Rubens da Silva Ferreira (UFPA)<sup>2</sup>

rubenspa@yahoo.com

#### RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar os processos de reprodução e circulação de informações e conhecimentos entre os(as) erveiros(as)<sup>3</sup> da Feira do Ver-o-Peso. Para isso, recorre-se aos estudos que evidenciam o papel dessas pessoas no acesso às informações, assim como a outros autores que possibilitam a reconstituição da trajetória histórica, econômica e social dessa feira livre. As evidências empíricas foram obtidas por meio de *survey* à Feira do Ver-o-Peso, realizando observações e entrevistas com os(as) erveiros(as). Os resultados mostram que eles(as) sentem orgulho da atividade que exercem e valorizam os conhecimentos que possuem. O crescimento de lojas especializadas no comércio de ervas e o quadro de violência no Ver-o-Peso são apontados como uma das principais dificuldades atualmente enfrentadas. Ainda assim seguem com o ofício, mas incertos quanto ao futuro das informações e dos conhecimentos que possuem, uma vez que seus descendentes têm procurado outras formas de geração de renda pelo acesso ao ensino superior. Conclui que os conhecimentos que tais atores detêm sobre os tipos e as aplicações dos produtos que comercializam são estruturados a partir de conhecimentos adquiridos principalmente pela oralidade e pela observação, sendo reproduzidos e postos em circulação entre eles no movimento das gerações de erveiros(as) que lá trabalham.

Palavras-chave: Erveiros, Transferência da Informação, Feira do Ver-O-Peso – Belém (PA).

#### 1. INTRODUÇÃO

O estudo integra pesquisa sobre feiras livres de Belém (PA). Precisamente investiga-se aqui as pessoas que exercem a atividade de erveiros(as) na Feira do Ver-o-Peso, em Belém (PA), tida como a “mais famosa feira livre do Pará e da Amazônia” (LEITÃO, 2010). Nesse espaço em que se mesclam cultura, economia, relações sociais e saberes tem-se o setor de ervas onde homens e mulheres obtêm o sustento diário com base na

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará (PPGCI-ICSA/UFPA), Bacharela em Biblioteconomia (FABIB/ICSA/UFPA), Bibliotecária (BC/UFPA), integrante do Grupo de Estudos sobre Informação em Contextos Intra e Extra Biblioteca.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ), docente e pesquisador (FABIB/ICSA/UFPA), coordenador do Grupo de Estudos sobre Informação em Contextos Intra e Extra Biblioteca.

<sup>3</sup> Por uma questão de gênero, neste trabalho será adotada a forma “erveiro(a)” para não se omitir a presença dos homens e das mulheres nessa feira livre de Belém. Referências a essas pessoas no masculino e no feminino e também no plural serão utilizadas ao longo do texto.



comercialização de produtos da floresta, a saber, ervas, cascas e raízes e/ou produtos de origem animal, todos eles de uso na medicina popular. É em razão do conhecimento tradicional que esses trabalhadores têm quanto aos usos e aplicações desses produtos que eles são tomados neste estudo de caráter preliminar como fontes de informação especializada no tratamento das doenças do corpo e da alma.

Os intangíveis mobilizados pelos(as) erveiros(as) são vislumbrados como conhecimentos vivos, à medida que estão associados ao aprendizado informal dessas pessoas, algo que é acumulado ao longo das gerações e constitui o que se tem denominado de forma ampla como conhecimentos tradicionais. Dessa forma, pretende-se analisar os processos de transmissão de informações e de conhecimentos entre os(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso, ou seja, compreender as práticas informacionais pelas quais o saber que essas pessoas possuem circula entre gerações, e mesmo os consumidores dos produtos que comercializam.

Na capital paraense, o setor de ervas medicinais da Feira do Ver-o-Peso é local que concentra e no qual trabalha a maior quantidade de vendedores(as) dessa categoria de produtos, o que o torna um espaço referencial para aqueles que buscam a cura e/ou a resolução de problemas físicos, mentais e espirituais.

Como um espaço social, cultural e historicamente constituído, disseminado na mídia dominante como uma “exoticidade local”, o setor em questão atrai turistas do Brasil e do exterior. Pessoas interessadas nesse ícone urbano em que podem ter acesso a informações e conhecimentos sobre as muitas aplicações e usos das ervas medicinais. Não é para menos que a Feira do Ver-o-Peso funciona como uma espécie de vitrine da população belenense, da cidade e da região na qual se encontra.

Diante desses aspectos brevemente apresentados, os(as) erveiros(as) são vislumbrados(as) na análise proposta como fontes de informação viva, uma vez que coletivamente dão forma a uma espécie de “repositório” humano especializado no tratamento das doenças do corpo e da alma. Um saber que em meio ao desenvolvimento da indústria farmacêutica e da Medicina ainda desempenha importante papel para a população local.

Para isso, recorre-se a estudos que evidenciam o papel das pessoas no que diz respeito à reprodução e circulação da informação, como os trabalhos de Campello e Campos (1993), Nonaka e Takeuchi (1994) e Choo (1996), assim como outros que possibilitam a reconstituição da trajetória histórica, econômica e social dessa feira livre, incorporando as contribuições dos estudos de Pantoja (2004), Lima (2008), Leitão (2010), Lopes, Lima e Almeida (2010).



As evidências empíricas que dão sustentação a este estudo foram obtidas por meio de *survey* conduzido na Feira do Ver-o-Peso, realizando observações e entrevistas semiestruturadas com os(as) erveiros(as), mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao todo foram entrevistadas 16 pessoas, das quais 6 são homens e 10 são mulheres.

Por fim, importa informar ao leitor que as aplicações e formas de usos dos produtos comercializados por essas pessoas não foram objeto de análise. E uma vez feitos esses esclarecimentos iniciais, os resultados são apresentados na seção que segue a esta introdução.

## 2. UM “REPOSITÓRIO” HUMANO ESPECIALIZADO EM UMA FEIRA LIVRE

O setor onde são comercializadas ervas, cascas e raízes medicinais no mercado do Ver-o-Peso, principal ponto turístico da capital paraense, é um dos pontos em que se pode ter acesso não somente a certos produtos naturais empregados na cura dos males do corpo e da alma, mas também às informações e aos conhecimentos associados a eles. Essa feira é também o local no qual trabalham homens e mulheres conhecidos como erveiros e erveiras, respectivamente.

Conforme enfatiza Leitão (2010, p. 24), o Ver-o-Peso não se constitui em uma feira de bairro, tampouco se caracteriza como um mercado central. Para muito além disso, sua localização ribeirinha possibilita “[...] uma interface imperativa com o mundo rural da Amazônia”. Essa relação entre os mundos rural e urbano tão presente no Ver-o-Peso e de muitas formas torna-se visível também no setor de ervas. Isso porque os(as) erveiros(as) formam um grupo de trabalhadores que tem conseguido reproduzir e fazer circular entre seus descendentes e fregueses os conhecimentos tradicionais que possuem a respeito das aplicações e dos modos de utilizar os produtos que comercializam, mesmo diante da infraestrutura de saúde existente e dos comércios especializados na venda de ervas medicinais que começam a florescer em Belém.

Constantemente visitado, principalmente por turistas de outras cidades paraenses, de outros estados brasileiros e de outros países que vêm a Belém do Pará, essas pessoas não deixam de passar nesse cartão postal da cidade para experimentarem aquilo que normalmente veem por meio de revistas, jornais e programas televisivos.

Não se passa pelo setor de ervas sem percebê-lo nem despercebido. Ele é um dos que mais chama a atenção dos consumidores que circulam pelo Ver-o-Peso. “Pode chegar, freguês!” ou “Pode chegar, freguesa!” correspondem a algumas das formas pelas quais os passantes são convidados a se aproximar das barracas dos(as) erveiros(as) para



conhecerem produtos indicados para curar determinadas doenças físicas, emocionais e espirituais. Talvez por isso Lopes, Lima e Almeida (2010) caracterizam o setor de ervas como um ambiente descontraído, repleto de entusiasmo e alegria, ao qual se acrescenta o cheiro das ervas que o envolve e que atrai os fregueses, seja por uma necessidade ou mesmo por simples curiosidade (ver Fotografia 1).

Fotografia 1 – Vista do setor de ervas da Feira do Ver-O-Peso.



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo contato que se teve com os(as) erveiros(as), essas pessoas podem ser comparadas ao que se tem hoje como repositórios digitais. De acordo com Silva e Tomaél (2008, p. 127), esses repositórios correspondem às tecnologias que permitem que “[...] conjuntos de documentos [sejam] coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente [...]”, notadamente na Internet, estando disseminados, sobretudo, no contexto das universidades e dos institutos de pesquisa.

Em uma analogia, não se quer aqui reduzir os(as) erveiros(as) à simples ideia de máquinas processadoras de dados. Ao contrário disso, eles(as) são pensados(as) como pessoas capazes de armazenar complexos estoques de informações e de conhecimentos em suas memórias, e, sob demanda, recuperá-los para fins de disseminação e uso quanto às ervas, cascas e raízes que se aplicam a tratamentos específicos, tais como problemas na pele, nos sistemas urinário, respiratório, circulatório e outros; bem como as indicações que



fazem para mau olhado<sup>4</sup>, para incrementar os lucros nos negócios e mesmo para obter sucesso na vida sexual e/ou afetiva.

Ao lado das pessoas do contexto familiar detentoras de igual saber, de outros(as) erveiros(as) e dos fregueses, as pessoas que interessam a este estudo formam redes humanas de informação e de conhecimento que se estendem pela vida cotidiana e, de algum modo, permitem que essas informações e conhecimentos sejam reproduzidos, ainda que parte desses intangíveis possa se perder por estar registrada somente na memória dessas pessoas.

Como “repositórios” humanos, os(as) erveiros(as) adquirem e gerenciam informações e conhecimentos vivos, pois, tal como será visto na seção seguinte, os processos de transmissão e de aquisição desses intangíveis ocorre fundamentalmente na vivência dessa atividade junto aos pais e/ou a outros(as) erveiros(as) mais experientes.

## **2.1. Sobre fonte de informação, informação e conhecimento**

Um passo inicial na discussão proposta consiste em situar o sentido de fonte de informação aqui mobilizado. A esse respeito, ao abordarem as fontes de informação especializadas, Campello e Campos (1993) mencionam a importância das pessoas no acesso à informação em entidades e instituições, à medida que buscam atingir determinados objetivos. Na academia, o termo fonte de informação (*source of information*) é muito utilizado no campo disciplinar da Biblioteconomia, referindo-se, *grosso modo*, ao lugar (suporte) do qual as pessoas obtêm as informações de que necessitam para resolver desde as questões mais simples do dia a dia até as mais complexas. Ferreira e Costa (2011) fazem, nesta direção, uma analogia às fontes míticas como a de *mimir*, da memória e do esquecimento, por exemplo. Todas elas relacionadas ao conhecimento, seja para ser adquirido ou apagado.

No que se refere ao conhecimento, do ponto de vista organizacional, Nonaka e Takeuchi (1994) teorizam sobre ele com base nos conceitos de tácito e explícito. O primeiro corresponde a um tipo de conhecimento amparado na experiência, logo, que não se encontra formalmente registrado, mas, de grande valor para as organizações. Enquanto que o segundo tipo é definido como aquele registrado em algum suporte (físico ou digital), mais facilmente encontrado em suas formas “ensináveis”. Vistos como entidades complementares, esses tipos de conhecimento levam os autores a cunhar a famosa espiral do conhecimento, mais tarde trabalhada por Choo (1996). Nesse modelo, o conhecimento

---

<sup>4</sup> De acordo com Pinto ([20--], p.124), o mau olhado, também chamado de *quebranto*, corresponde a uma doença provocada por inveja transmitida ao doente por meio de “olhares maus” de pessoas ou de animais.



pode ser convertido no seguinte ciclo: socialização; externalização; combinação e internalização.

Nesse sentido, ao entender que as pessoas ocupam importante papel na reprodução e na circulação da informação, e que o saber tradicional pode ser percebido como uma forma de conhecimento tácito, na perspectiva de Nonaka e Takeuchi (1994) e Choo (1996), os(as) erveiros(as) são entendidos(as) como fontes de informação, pois eles(as) detêm conhecimentos tradicionais referentes ao uso de ervas, cascas e raízes medicinais, gerando renda a partir desse saber que constitui um repertório significativo de informações, pautadas na experiência. Quer dizer, de informações que são transmitidas oralmente de geração a geração à medida que se encontram armazenadas na memória, conforme referenciam Dantas e Ferreira (2013) em estudo anterior.

No caso dos(as) erveiros(as) do Ver-O-Peso, seus conhecimentos chamam atenção em nível local, nacional e internacional, conforme verifica a pesquisa de Lima (2008, p. 133, grifo nosso):

As “**cheirosas**” como são carinhosamente chamadas na cidade [Belém] ou “**Feiticeiras de Belém**” como já foram tratadas pela imprensa, são constantemente foco de reportagens nacionais e internacionais, pelo exótico, pelas simpatias, crendices e remédios para todos os males sejam do corpo, do coração ou do espírito. Ultimamente a atenção da imprensa sobre esse setor deve-se, sobretudo à questão de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio cultural, especialmente depois do tal episódio com a “Natura” [...].

O episódio referido por Lima (2008) corresponde a um caso de apropriação dos conhecimentos tradicionais. Sobre ele, os(as) erveiros(as) afirmam ter sido enganados(as) por uma famosa empresa de cosméticos. Essa mesma experiência negativa aparece registrada também no estudo de Soares (2010), tal foi a repercussão entre aqueles que se dedicam às pesquisas sobre conhecimentos tradicionais e/ou patrimônio imaterial.

## **2.2. O aprendizado de um ofício, a aquisição de um saber**

Em campo, verificou-se que o processo de reprodução das informações e dos conhecimentos em tela ocorre em um aprendizado que remonta à infância. A maioria dos(as) erveiros(as) relataram que começaram a lidar muito cedo com a comercialização de ervas. Têm-se, assim, homens e mulheres que são frequentadores do Ver-o-Peso há décadas, geralmente acompanhando seus genitores durante o trabalho diário nessa feira. O contato inicial com essas informações e conhecimentos ocorre também no espaço



doméstico, notadamente quando ajudam os pais separando os produtos que serão comercializados no Ver-o-Peso.

Assim, sobre o modo como os(as) entrevistados(as) adquiriram as informações e os conhecimento que detêm sobre ervas, cascas e raízes medicinais, é possível dizer que ele ocorre de duas formas:

- a) com os pais:** aqui se tem um processo de transmissão de saberes que se dá no movimento das gerações, à medida que as informações e os conhecimentos acumulados sobre os tipos e as aplicações dos produtos de uso na medicina popular são progressiva e continuamente compartilhados no seio familiar, isto é, quando dos momentos em que ajudam ao pai e/ou à mãe nas tarefas próprias da atividade de erveiro(a), tal como já fora citado;
- b) com outros(as) erveiros(as):** nas interações sociais com aqueles(as) que trabalhavam no Ver-o-Peso, em um processo de socialização com outras pessoas que exercem essa atividade. Nesse último caso, alguns(mas) entrevistados(as) relataram que começaram a trabalhar como ajudantes nas barracas de outras pessoas, deste modo, entrando em contato com informações e conhecimentos que até então não possuíam.

Essas duas formas de aprendizado aparecem nas entrevistas recolhidas em campo. Neste sentido, duas falas são destacadas abaixo, uma delas referente ao aprendizado familiar, e, outra, ao aprendizado com outros(as) erveiros(as):

Eu trabalhava com a minha mãe, desde pequena; eu trabalhava com a minha mãe em casa, tirando as ervas pra ela trazer pros banqueiros [...] (erveira, 52 anos, Fortaleza, entrevista).

Primeiramente, eu comecei vendendo ervas lá na feira da Pedreira com um senhor que hoje já é falecido, seu Pinheiro. Aí como nós vendíamos muitas ervas, aí lá eram poucas barracas. Aí ele disse que aonde nós poderíamos vender mais, ter um melhor aproveitamento, era aqui no Ver-o-Peso. E nós viemos [...] (erveira, 47 anos, Belém, entrevista).

Dados sobre as relações de parentesco levantados sobre alguns(mas) erveiros(as) corroboram com a pesquisa de Pantoja (2004). De acordo com essa autora que conduziu estudo sobre mulheres negras no Ver-o-Peso, no setor de ervas é comum encontrar familiares que hoje possuem barracas próprias, evidenciando, assim, a reprodução geracional das informações e dos conhecimentos que sustentam essa atividade.

Entre os(as) erveiros(as) entrevistados(as) existe unanimidade quanto ao que as informações e os conhecimentos que possuem sobre ervas, cascas e raízes representa em



suas vidas. A resposta “É tudo” revelou-se uma constante. Evidência nesse sentido aparece no trecho de uma entrevista:

O setor de ervas pra mim, ele representa a minha vida. Se eu não trabalhar aqui eu não sei fazer nada. Então pra mim é tudo, tudo! [...] É meu marido, é meu pai, é minha mãe [...] É tudo. É tudo. É tudo. É a minha vida o setor de ervas! (erveira, 47 anos, Belém, entrevistista).

Essa autovalorização se dá principalmente pelo fato de que esses intangíveis constituem a base do sustento de suas famílias, o que para alguns já ocorre há gerações. Entre as pessoas com as quais se manteve contato em campo, percebeu-se o orgulho que sentem por terem sido criadas por seus pais com a renda obtida pela comercialização de ervas, cascas e raízes medicinais, e, por outro lado, de terem conseguido criar e dar educação aos filhos. Além disso, entre alguns(mas) o sentimento de valorização resulta de certa visibilidade alcançada pela exposição nos principais meios de comunicação local e nacional, a exemplo de dona Coló e de dona Beth Cheirosinha que, por sua simpatia, sempre aparecem em matérias de revistas, de jornais e mesmo em programas televisivos gravados sobre a feira do Ver-o-Peso.

### **2.3. Sobre as incertezas de um ofício**

Mesmo certos(as) do valor das informações e dos conhecimentos que detêm, paira sobre alguns(mas) erveiros(as) um sentimento de dúvida quanto à continuidade desse ofício entre os descendentes, e, conseqüentemente, de seu legado informacional e cognitivo. Um dos motivos apontados por eles(as) corresponde ao acesso dos filhos à educação superior. Por conseguinte, as novas gerações se mostram cada vez mais interessadas em seguir as carreiras viabilizadas pela diplomação/titulação universitária em detrimento ao ofício dos pais.

Os(as) entrevistados(as) também mencionaram como “ameaça” ao ofício de erva(a) a comercialização de produtos da medicina natural em supermercados e em casas especializadas que começam a proliferar em Belém, a exemplo do que já ocorre em outras capitais brasileiras. Nos bairros da Zona Sul na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é comum encontrar estabelecimentos comerciais dedicados à venda de uma grande variedade de ervas, cascas e raízes não só nativas da Amazônia como de outras regiões, e mesmo de outros países.

Segundo alguns relatos, existe entre alguns(mas) erveiros(as) o receio de partilhar com terceiros as informações e conhecimentos que possuem. Em parte, isto se deve porque alguns donos de casa especializadas em ervas já trabalharam no Ver-o-Peso, adquiriram o



saber que possuem e, posteriormente, deixaram a feira para abrir esses comércios especializados em outros pontos da cidade, ampliando a concorrência.

#### **2.4. Sobre as reivindicações dos(as) erveiros(as)**

Quando se fala em melhorias no setor de ervas do Ver-o-Peso, a reivindicação pela limpeza ganha destaque, tendo em vista que o lixo e a sujeira impactam diretamente nas vendas e interferem na presença dos turistas que visitam a feira. Esse problema agrave-se com a questão da insegurança gerada pela violência nesse espaço. Juntos eles acabam por afugentar possíveis fregueses que preferem fazer suas compras em locais mais seguros, qual sejam outras feiras de Belém ou mesmo nas casas especializadas em ervas medicinais mencionadas pelos(as) entrevistados(as).

Ainda sobre as reivindicações por melhores condições de trabalho nessa feira livre, a situação das barracas também foi mencionada pelos(as) entrevistados(as), pois ao serem projetadas em pequena proporção e unidas umas às outras, elas tornam-se pequenas para o trabalho, inclusive para o armazenamento dos produtos que vendem. E como se pode observar em campo, a estrutura de ferro das barracas já se encontra fragilizada pela ferrugem, fragilizando esses pontos comerciais que estão expostos ao vento, ao sol e à chuva.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos estudos que abordam o papel das pessoas na reprodução e na circulação de informações e conhecimentos, bem como da bibliografia retrospectiva a que se teve acesso sobre o Ver-o-Peso, é possível compreender os(as) erveiros(as) como trabalhadores(as) mais populares dessa feira livre em Belém, precisamente pelo que sabem sobre o uso de determinados produtos naturais para curar os males do corpo e da alma. Assim, com base em evidências empíricas preliminares, viu-se que as informações e os conhecimentos que possuem sobre o que comercializam são estruturados em processos de aprendizado que se fundam na interação com outras pessoas, sejam elas do contexto familiar ou não.

Os resultados aqui apresentados mostraram que os(as) erveiros(as) sentem orgulho da atividade que exercem e valorizam as informações e os conhecimentos que possuem. Ainda assim, eles(as) seguem incertos quanto ao futuro de seu legado informacional e cognitivo, uma vez que seus descendentes têm procurado outras formas de geração de renda por meio do acesso às universidades. Além disso, eles(as) preocupam-se



com a concorrência na comercialização de ervas, cascas e raízes medicinais, em Belém, enquanto aguardam por melhorias por parte do Poder Público, especialmente em suas barracas, nos serviços de limpeza e de segurança. Medidas que, do ponto de vista dos(as) entrevistados(as), podem ajudar a melhorar a venda de seus produtos com a atração de novos fregueses e mais turistas.

Por fim, quanto ao saber especializado que carregam em suas mentes, adquirido pela experiência e pela oralidade, conclui-se que os(as) erveiros(as) podem ser pensados(as) como fontes de informação e, ao mesmo tempo, como repositórios humanos de informações e conhecimentos especializados sobre plantas medicinais amazônicas, bem como das indicações destas e de suas formas de preparo para consumo. Informações e conhecimentos vivos, isso porque se encontram armazenados nas memórias desses(as) trabalhadores(as), por certo, permanecendo minimamente registrados em breves anotações domésticas. Um legado que, de forma mais ampla, circula por meio dos “receituários” fornecidos aos fregueses e aos turistas que diariamente procuram por essa feira livre que sintetiza os saberes, as cores, os aromas, as texturas e os sabores do estado do Pará.

## REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Bernadete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada**: características e utilização. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993.

CHOO, C. W. The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions. **International journal of information management**, v. 16, n. 5, p. 329-340, 1996.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 105 -125, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1510>>. Acesso em: 1 out. 2017.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 51-61, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2017

LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Ver-O-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

LIMA, Maria Dorotéa de. **Ver-o-Peso, patrimônio[s] e práticas sociais**: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em:



<<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/dissertacaoTurma2006-MariaLima.pdf>>.  
Acesso em: 22 jan. 2012.

LOPES, Tereza Cristina; LIMA, Wilcléa da Costa; ALMEIDA, Jedna Kato Dantas de. Erveiros (as) do Ver-o-Peso, em Belém do Pará: um estudo etnográfico. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, maio 2010. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Erveiros do Ver o Peso.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Erveiros_do_Ver_o_Peso.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2011.

NONAKA, Ikujiro. A dynamic theory of organizational knowledge creation. **Organization Science**, v. 5, n. 1, feb. 1994.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Cenas do mundo do trabalho: fragmentos de experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2004. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/02112009-125221pantoja.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

PINTO, Altair (Org.). **Dicionário da umbanda**. 6. ed. Rio de Janeiro: Eco, ([20--]).

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. Repositórios institucionais e modelo Open. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2008. p. 123-149.

SOARES, Gysele Amanajás. "Cante lá que ei canto cá": propriedade intelectual e proteção dos conhecimentos tradicionais. In: LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Ver-O-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 2010. p. 205-222.



## GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

FIADO..., FIADO, NÃO TEM. MAS TEM GENTE QUE LEVA PRA PAGAR DEPOIS: crédito e regime de valor na circulação do pirarucu na feira da 25 de setembro em Belém/Pa

José Maria Ferreira Costa Júnior (UFPA/PPGSA)<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar as relações entre cultura e práticas comerciais nas feiras livres em Belém/Pa. Articula o conceito de regime de valor, utilizado por Appadurai (2008) na análise cultural da circulação de mercadorias, às diferentes práticas de crédito e dívida operadas na feira da 25 de Setembro para compreender as formas diferenciais que a circulação do pirarucu salgado (*Arapaima gigas*) assume nessa praça de comércio. A etnografia que apresento resulta da observação participante que realizei no setor de mercearias daquela feira durante o primeiro semestre de 2015, ocasião em que trabalhei diariamente com os feirantes, bem como, do levantamento das características gerais da oferta de pirarucu salgado nas outras feiras e mercados da cidade. Procuo evidenciar na análise dos dados como a atribuição de valor econômico ao maior peixe de água doce do planeta (Murrieta, 2001) depende de variáveis padrões e critérios classificatórios, alimentares, simbólicos e morais que determinam as formas de sua circulação no comércio popular da Amazônia.

Palavras-chaves: Feira da 25 de Setembro, Regime de valor, Pirarucu.

### 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Belém abriga em seu território 32 feiras livres e 17 mercados populares<sup>2</sup> que ocupam, respectivamente, 4.398 e 1.503 permissionários<sup>3</sup>. São espaços de comércio nos quais é possível observar as complexas relações sociais e simbólicas que constituem as práticas econômicas. Nesse sentido, este trabalho procura demonstrar como cultura e economia se articulam nos atos do varejo de pirarucu seco e salgado (*Arapaima gigas*) na feira da 25 de Setembro<sup>4</sup> em Belém/Pa, a partir da problematização das relações

<sup>1</sup> Cientista Social, mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de estudos dos Mercados Populares/CNPq.

<sup>2</sup> Considero aqui apenas as feiras e mercados com o funcionamento autorizado e regulado pelo Poder Público Municipal.

<sup>3</sup> Permissionário é a classificação usada pela Prefeitura Municipal de Belém para designar os indivíduos que recebem, após a submissão a um processo administrativo e cadastro de informações junto ao regulador econômico municipal, SECON, a autorização para explorar comercialmente de um a três equipamentos nas feiras e mercados administrados pelo poder público municipal, conforme Decreto Municipal Nº 26.579/1994.

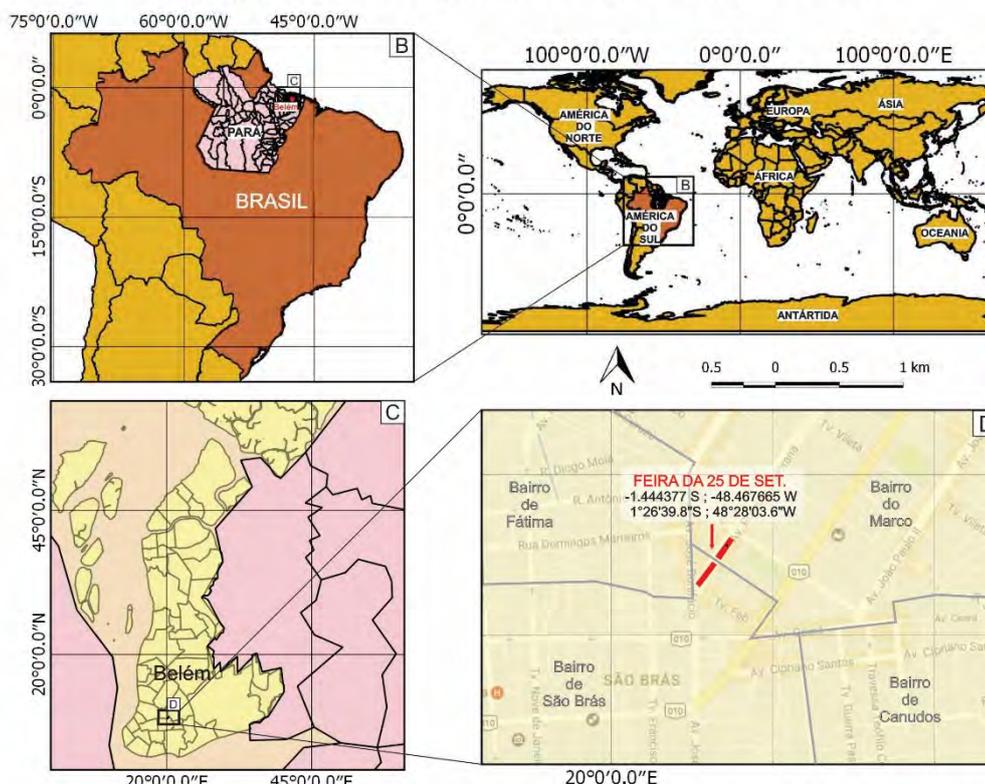
<sup>4</sup> Feira assentada no início da antiga avenida 25 de Setembro, via de 2.78 km de extensão sobre os bairros de São Brás e Marco, com duas pistas de rolagem de sentidos opostos e canteiro central, perpendicular à 17 travessas e paralela às Avenidas Almirante Barroso e Duque de Caxias. Criada no Século XIX era denominada Rua D'Eu até 16 de dezembro de 1987, ocasião em que Conselho Municipal de Belém decidiu homenagear a participação da Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos substituindo o antigo nome pela data da batalha dessa força militar contra os conselheristas (FARIAS, 2010, CUNHA, 2003). Em 19 de novembro de 2010, foi sancionada a lei 8.771/2010, que substitui o memorial anterior por Rômulo Maiorana, proprietário de meios de



entre práticas de crédito e os regimes de valor (APPADURAI, 2008) nos quais aquela mercadoria circula.

A feira da 25 de Setembro, está localizada nos limites dos bairros do Marco, São Braz e Canudos na capital paraense, ver mapa abaixo, ocupando 291,92m do canteiro central da via entre as travessas Jutai e Antônio Baena. É a quinta maior feira em número de permissionários na Cidade com 272 trabalhadores distribuídos em 422 equipamentos, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON) para 2015.

Mapa de Localização da Feira da 25 de Setembro



Fonte: IDESP - PA. Lendo o Pará. Belém: Idesp; Neur, 2013. [Cartografia Digital, formato shapefile]. CD-ROM (adaptado).

Seu espaço físico é dividido internamente em 14 setores<sup>5</sup>, conforme o quadro abaixo. Os horários de funcionamento da feira variam de acordo com os setores, porém, é possível

comunicação no Estado (BELÉM, 2010). Apesar da alteração da nomenclatura do logradouro a designação de sua praça de comércio foi mantida como Feira da 25, pela lei municipal 12.287/(BELÉM, 2013). Foi inaugurada oficialmente em 13 de julho de 1970, ampliada no início dos anos 1980 e reformada entre 2003 e 2007.

<sup>5</sup> Setores são os diferentes espaços organizados nas feiras livres a partir do agrupamento de equipamentos de acordo com os ramos de comércio (BELÉM, 1994). De acordo com a SECON (2015) as atividades desenvolvidas nas feiras municipais em Belém estão organizadas em dezesseis setores: hortigranjeiro, industrializado, alimentação, congelados, mercearia, farinha, artesanato, umbanda, produtos medicinais, artigos para pássaros, serviços, carnes, pescado, marisco, salgado e jardinagem. Durante a pesquisa na feira da 25 de Setembro identifiquei que o ordenamento do espaço não se limita a definição de setores, mas também a equipamentos e áreas. Dessa forma, argumento que a delimitação territorial expressa um processo classificatório estruturado a partir de continuidade interna: presença ininterrupta ou sequencial de elementos semelhantes no espaço (forma da edificação, tipo predominantemente de mercadoria comercializada), que conferem certo grau de homogeneidade ao lugar; e da descontinuidade externa: caracterizada pela diferenciação dos elementos presentes no espaço que interrompe a sequência de identificação dada pela forma da edificação ou tipo



encontrar atividades que se iniciam ainda de madrugada e outras que encontram seu termo apenas no crepúsculo.

**Quadro 1:** Setores da Feira da 25 de Setembro

Setores Área	Quantidade de Permissionários		Quantidade de Equipamentos	
	I	II	I	II
Hortigranjeiro	49	30	89	38
Industrializado	17	15	23	17
Refeição	37	5	51	6
Açaí		3		3
Farinha	36	1	66	1
Mercearia	28		48	
Serviços	2		2	
Ervas medicinais	3		8	
Artigos para pássaros	1		3	
Congelados	--	2	--	3
Plantas ornamentais	--	5	--	6
Pescado	5		8	
Camarão seco	15	9	22	16
Caranguejo	9		12	
TOTAL	202	70	332	90
	272		422	

Fonte: SECON, 2015.

Os dados que discutirei aqui foram produzidos entre 2014 e 2016 no âmbito da pesquisa de minha dissertação de mestrado. Realizei observação participante entre os feirantes do setor de mercearias da feira da 25 de Setembro entre os meses de fevereiro e junho de 2015, além de um amplo levantamento de informações acerca dessa feira junto à SECON e de observação direta do comércio de pirarucu nas demais praças de mercado da capital paraense.

Não há nessa feira um setor identificado especificamente para o varejo de peixe salgado, a pesar do comércio de pirarucu seco ocupar, regularmente, treze equipamentos (lojas) e quatro permissionários, uma mulher e três homens, no setor de mercearias. Também observei essa característica em outras 36 feiras e mercados de Belém, onde há comércio de peixe seco e salgado, porém, em espaços reconhecidos pelas rubricas mariscos (sobretudo camarão seco) e mercearia. A única exceção é a feira do Ver-o-Peso que, com seus sete boxes paralelos, constitui um setor exclusivo para peixe salgado.

---

predominante de mercadoria. Os limites dessas classificações são, por vezes, alterados pelos feirantes que introduzem modificações no espaço construído ou novos produtos nos setores.



Junto com a senhora de 62 anos que me acolheu em seus equipamentos entre os meses de fevereiro e junho de 2015, os outros mercadores de *Arapaima* daquela praça de comércio, disputam os fregueses com suas opulentas instalações de peixe seco que, se não se fizerem notar pelo tamanho e cor, impõem seu inconfundível olor aos que por ali passam. Nessa feira, o pirarucu é comercializado entre outros alimentos salgados: o piracuí<sup>6</sup>, o charque<sup>7</sup>, o aviú, além de feijão manteiguinha<sup>8</sup> e diversos ingredientes salgados e defumados para feijoada; e as mercadorias características de mercearia, que dão nome ao espaço, carne e sardinha enlatados em conserva, café em pó, açúcar refinado, arroz, feijões, temperos artificiais, sal, óleos comestíveis, produtos de limpeza, entre outros.

Organizei o artigo em três partes, além dessa introdução: na primeira discuto alguns aspectos conceituais da relação entre regimes de valor e crédito, para, em seguida, apresentar parte da etnografia da circulação do pirarucu na feira da 25 de Setembro e, na sequência, apresentar breves reflexões à guisa de considerações finais.

## 2. O REGIME DE VALOR NA FORMAÇÃO DO CRÉDITO

No interesse original de meu trabalho está o crédito. Mais propriamente sua dimensão social. Não tenho em conta, portanto, me ocupar de sua capacidade financeira de produzir dinheiro a partir de dinheiro pela aplicação de juros e multas. A rentabilidade pecuniária associada à circulação do dinheiro no tempo está para além daquilo que pretendo saber. Busco problematizar como o tempo, entre a aquisição de objetos e seu pagamento, e a confiança, a promessa de pagamento, elementos indispensáveis nas transações a prazo (SANDRONI, 2008, pag. 201), se articulam na produção de relações sociais entre os sujeitos e as mercadorias. Nesse sentido, argumento que diferentes formas de circulação de objetos estão imbricadas aos processos classificatórios que estabelecem o valor econômico das mercadorias e às interações entre fornecedores, feirantes e consumidores.

Esse argumento emergiu das observações realizadas enquanto trabalhei com feirantes da farinha de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e de pirarucu na feira da 25 de Setembro. As mercadorias comercializadas estão na base de muitas relações

---

<sup>6</sup> O piracuí é uma espécie de farinha de peixe artesanal elaborada com a carne do Acari (*Liposarcus pardalis*), endêmico da Bacia do Rio Amazonas. A denominação piracuí é de origem tupi e significa: pira – peixe, cui – farinha: farinha de peixe.

<sup>7</sup> Carne bovina salgada e dessecada.

<sup>8</sup> Os feirantes atribuem a origem do pirarucu, do piracuí e do feijão *manteiguinha* a região do baixo Amazonas, sobretudo ao município de Santarém. Há uma espécie de valor atribuído a origem dessas mercadorias. A valorização da origem de algumas mercadorias, como as mencionadas agora e a farinha de mandioca, me foi explicada por uma feirante com a expressão *mito*, para designar a necessidade de atribuir uma superioridade na qualidade da mercadoria em razão de uma suposta origem.



estabelecidas entre os sujeitos da feira. É em função delas que um amplo conjunto de saberes é organizado<sup>9</sup>, diferentes vínculos são estabelecidos<sup>10</sup> e as formas de circulação e crédito são organizadas<sup>11</sup>. Assim, as coisas comercializadas não são coadjuvantes no palco da sociabilidade das feiras, digo, dessa maneira, a perspectiva de Appadurai (2008) segundo a qual as coisas têm vida social.

Os significados das coisas são dados por suas trajetórias, suas formas e seus usos, o que exige a interpretação das transações e dos cálculos humanos que dão vida as coisas. Dessa maneira, trato a circulação de mercadorias como uma das etapas de suas trajetórias, ou seja, uma determinada situação, definida especificamente pela realização de seu potencial mercantil, que depende de regimes de valor onde se encontram. Regimes de valor concernem ao padrões e critérios simbólicos, classificatórios e morais que determinam a trocabilidade dos objetos contextos sociais e históricos particulares. Dessa forma, é necessário que os sujeitos envolvidos nos atos de comércio compartilhem aqueles padrões e critérios, ainda que em graus de coerência variados.

Durante o trabalho de campo identifiquei alguns elementos do regime de valor no qual ocorre a circulação do pirarucu salgado, ao observar que feirantes e consumidores compartilhavam um conjunto de critérios, ainda que de forma não homogênea, que orienta a avaliação da qualidade e o julgamento do valor dessa mercadoria. Assim, tendo por fundamento a condição de ingrediente para pratos tradicionais da culinária da Capital Paraense<sup>12</sup>, a construção de seu significado articula a importância atribuída a sua origem declarada, a complexidade das formas de corte apresentadas, o que indica o maior ou menor conhecimento de seus mercadores, a cor, ao cheiro e a espessura. Elementos reconhecidos e buscados por sujeitos proficientes na sintaxe do consumo desse peixe. Condição necessária, como tentarei mostrar, para o acesso ao crédito junto a permissionária com quem trabalhei na feira da 25 de Setembro.

Em meu trabalho de campo queria falar, ou mais propriamente, ouvir sobre o fiado. Categoria nativa para o crédito não bancário que é mobilizada de forma pejorativa e negativa. É comum encontrar placas de aviso contra essa modalidade de crédito em feiras e

---

<sup>9</sup> Conhecer as características específicas das mercadorias reconhecendo as etapas de seu processo produtivo é condição indispensável para que o feirante seja capaz de atribuir e reconhecer o valor das mesmas.

<sup>10</sup> Admito que espera encontrar relações entre fornecedores e feirantes pautadas em confiança e reciprocidade, porém, o que observei foi a eleição de fornecedores pelos permissionários em razão da oferta regular de produtos considerados de alta qualidade.

<sup>11</sup> A venda a prazo é uma relação complexa que envolve a valorização de mercadorias e consumidores. Não é resultado exclusivo do interesse de compradores com pouca disponibilidade pecuniária em um momento específico, mas, também, do reconhecimento, pelos feirantes, de clientes que se distinguem pelo tipo de mercadoria adquirida.

<sup>12</sup> O pirarucu salgado frito é um acompanhamento usual do açaí, frequente no setor de refeições de várias feiras de Belém. Bem como figura como protagonista de pratos sofisticados em alguns dos restaurantes mais caros da cidade.



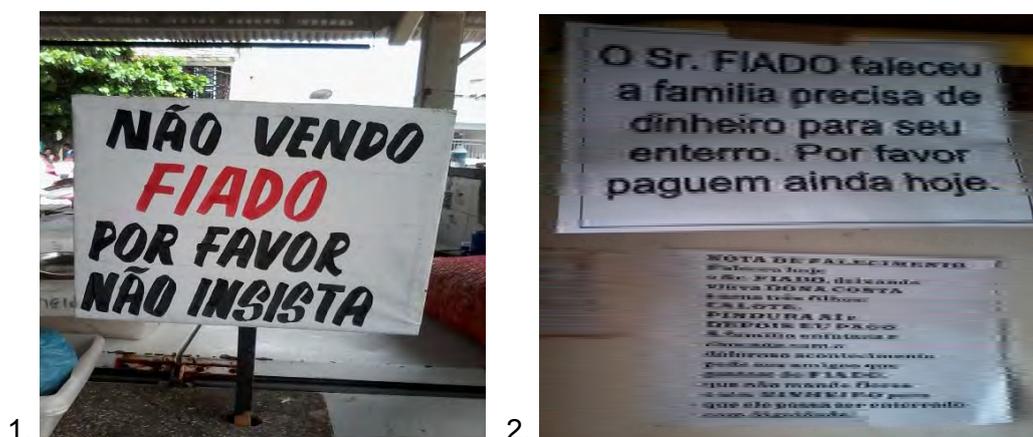
outros espaços de comércio popular, indicando sua restrição ostensiva em mensagens pejorativas que proibem o assunto, ver fotos a seguir.

O crédito classificado como fiado tem um sentido expressamente negativo, pois é associado a inadimplência deliberada, chamada pelos feirantes de *canelada*. Os interlocutores, quando perguntados diretamente sobre essa prática procuram evitar o assunto, acusando as pessoas que a pedem de “mal clientes” e “mal pagadores”. A insistência de minha curiosidade, no entanto, recebia respostas evasivas que buscavam evitar o assunto, revelando que esse tema é tratado como um tabu, algo que não deve ser feito e sobre o qual não se deve falar. Todavia, a despeito da interdição manifesta a venda a prazo escapa ao tabu do fiado e toma lugar nos regimes de valor do comércio do pirarucu. Nesse sentido, observei que há um conjunto de outras operações diárias de crédito que tem lugar frequente entre os sujeitos das feiras. Ressalto, que me interessa especificamente pela venda a prazo realizado no varejo, dessa forma, ignoro o crédito entre fornecedores e feirantes.

Preciso registrar aqui, que entre os feirantes não observei o uso corrente da expressão crédito para tratar da venda a prazo. Mobilizo essa categoria para descrever os fenômenos que observei porque suponho certa homologia entre seu significado e o fenômeno que descrevo. Dessa forma, crédito como, conceito econômico pode ser compreendido como uma

Transação comercial em que o comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquiridos mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado. Essa transação pode também envolver apenas dinheiro. O crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de pagamento e tempo entre a aquisição e a liquidação da dívida. (Sandroni, 2008. pag. 201)

**Imagem 1:** Fotos sobre o fiado





3.



4.

**Fonte:** Trabalho de campo 2015/2016. Registros do autor.

1. Equipamento do setor de mariscos na Feira da 25 de Setembro, 2015.
2. Box de revistas usadas na Feira da Providência, 2016.
3. Barraca do setor de poupas de frutas no Complexo do Ver-O-Peso, 2016.
4. Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFPA, 2015.

Na interação comercial dos agentes identifiquei comportamentos que revelaram uma ambiguidade particularmente interessante. Como apontei, o crédito sob a forma de *fiado* está sujeito a interdições, porém, a venda a prazo é prática corrente, ao menos na feira da 25 de Setembro. Quando questionei alguns interlocutores sobre essa condição recebi a elucidativa resposta: “*fiado, fiado..., não tem. Mas tem gente que leva pra pagar depois.*”

Eis a chave para a compreensão dos mecanismos simbólicos que envolvem parte das práticas comerciais na feira. O que diferencia o *fiado* do *pagar depois*? Quais estratégias são colocadas em movimento pelos agentes nesse processo? O crédito teria de alguma forma característica de dádiva? Antes de esboçar respostas descreverei as formas distintivas do crédito no varejo que observei, e das quais participei com agente, durante meu trabalho de campo:

**Quadro 2:** Formas do crédito no varejo na feira da 25 de Setembro

<b><i>Fiado</i></b>	<b><i>Paga depois</i></b>
Pedido pelo freguês	Oferecido pelo feirante
Fregueses antigos	Fregueses antigos
Tende a ser frequente	É raro
Ao ser negado, não insiste	Insiste até aceitar
Tem prazo de pagamento fixado imediatamente	Não tem prazo de pagamento fixado explicitamente
Justificado pela necessidade (falta de dinheiro) do freguês	Justificado generosidade (disponibilidade de tempo para receber o pagamento) do feirante
Pedido em voz baixa, próximo ao feirante	Oferecido em voz alta de maneira expansiva, quem está passando ouve e vê a generosidade.
Freguês mal visto e indesejado	Freguês valorizado a quem se quer cativar
Inadimplência atribuída a falta de caráter do freguês. É tida sempre como deliberada.	Inadimplência atribuída a dificuldades de força maior, não relacionadas a índole do freguês
O freguês inadimplente deixa de frequentar o feirante	O feirante aguarda o pagamento e continua vendendo a vista para o freguês
Geralmente adquire mercadorias menos	Geralmente adquire mercadorias mais



valorizadas

valorizadas

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Essas diferenças oferecem o material para compreender as práticas dos feirantes no tocante ao crédito. Inicialmente procurei compreender os mecanismos de crédito como uma espécie de dádiva que deveria produzir, se não reciprocidade, mas algum tipo de vínculo de reconhecimento e gratidão entre os sujeitos (Leach, 2002). Essa impressão ingênua deu lugar, por alguns momentos, ao reducionismo economicista da estratégia calculada de fidelização do freguês de alto poder aquisitivo (que não precisa desse crédito), apenas com a redação e discussão do material foi possível estabelecer associações múltiplas entre os processos classificatórios entre sujeitos, mercadorias e valores. A correlação entre pessoas, mercadorias e valores não tem nada de estrutural, mas é uma maneira, não calculada, e, portanto, completamente arriscada, de estabelecer distinções entre valores e sujeitos. Assim, excluído o *fiado*, o crédito depende de disposições adquiridas pela interiorização de distinções decorrentes dos diferentes tipos de consumo. Que produzem critérios e padrões específicos de valoração. Os feirantes passam a divulgar, como em uma exibição, o gosto de parte de sua freguesia, o que produz um certo prestígio que decorre da participação no consumo de determinados grupos sociais. Porém, não há garantias dos resultados, nem de pagamento nem de reconhecimento, no entanto a prática se mantém.

A seguir, apresentarei uma pequena descrição das formas de circulação dessa mercadoria, indicando o lugar do crédito nessas relações.

### 3. FORMAS DA CIRCULAÇÃO DO PIRARUCU SALGADO NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO

A partir das observações de meu trabalho de campo foi possível distinguir quatro formas de circulação do pirarucu salgado na feira da 25 de Setembro que compreendem: a venda, com pagamento a vista ou a crédito; o presente; o pagamento; a caridade; e, o roubo. A circulação desse produto é operada segundo condições específicas de identificação e hierarquia entre sujeitos-consumidores, que se manifesta na classificação e separação diferenciada das mercadorias de acordo com os seus respectivos destinatários. Proponho uma sumarização, a seguir, dos elementos observados em cada caso, enfatizando a ligação entre ação e objeto:

No comércio de pirarucu a cada parte do peixe é atribuído valores, lugares de exposição, formas de embalagem e pagamento específicos, da mesma forma, são



oferecidos para determinados consumidores e, muitas vezes, omitidos a outros. Apresento a seguir as características que identifiquei:

a) Pontas ou *cantareira*: conjunto variado de pedaços irregulares, de cor escurecida, com cheiro intenso, ossos, partes de nadadeiras e caudas. Sua comercialização ocorre, principalmente, aos sábados e atende, sobretudo, colonos<sup>13</sup> e cozinheiras da feira, que não observei adquirirem outros cortes do peixe. As pontas são colocadas sobre o balcão da loja apenas no dia de sua comercialização e não são oferecidas a outros consumidores. Durante a semana são mantidas em um balde plástico no interior do equipamento e não são expostas. Os consumidores escolhem diretamente os pedaços que comprarão e os empilham sobre a balança do equipamento até alcançar o peso desejado. As porções são entregues em sacolas plásticas. O pagamento é realizado imediatamente ao recebimento da mercadoria ou antecipadamente, na chegada dos colonos à feira, com a retirada da mercadoria no final da manhã. É o corte de pirarucu de menor valor naquela feira.

b) Pirarucu enrolado: círculo acidentado formado por pedaços regulares, porém curtos e estreitos, da manta do pirarucu, amarrados com barbantes e envoltos em plástico filme P.V.C. É o primeiro corte apresentado aos clientes que perguntam o valor do peixe, da mesma forma é a única parte do pirarucu que é exposto junto com seu valor no balcão da loja. É um corte frequente entre as casas de pirarucu de Belém, porém alguns interlocutores afirmam não o comercializar por considerar a mercadoria utilizada para sua confecção de baixa qualidade. A secção, para pesagem, forma pequenos cilindros. Tem intensa comercialização, vendido, principalmente, a consumidores não frequentes, com pagamento imediato ao recebimento da mercadoria. É embalado em folhas de papel de embrulho, folhas de jornal e entregue em sacolas plásticas. Tem valor imediatamente superior as pontas.

c) Cortes de manta: segundo os interlocutores um pirarucu inteiro, pronto para a comercialização após a salga, é dividido ao meio formando duas mantas vendidas separadamente, com três partes distintas: lombo ou dorso, caracterizado por ser mais carnosa e não apresentar pele, ossos ou espinha; ventre ou barriga, identificada como “a parte gorda do peixe”; e a área em que é encontrada pele sob a uma região carnosa. É o principal elemento da exposição dessa mercadoria nas feiras, dependuradas por ganchos em barras metálicas nos vãos abertos das lojas. Sua secção é latitudinal formando um faixa

---

<sup>13</sup> Pequenos produtores rurais de municípios do interior do estado, fornecedores semanais de farinha de mandioca, frutas regionais, mel de abelhas, mandioca e macaxeira para os feirantes. Observei que à feira da 25 de Setembro se dirigem, sobretudo, colonos dos municípios de São Miguel do Guamá, Castanhal e Nova Timboteua, do Nordeste Paraense.



retangular. É requerido por fregueses conhecidos e usuais que demonstram, inclusive, habilidade em reconhecer as qualidades do peixe. Sua embalagem é feita com papel de embrulho, folhas de jornais e, eventualmente, plástico filme PVC, antes de ser entregue em sacos plásticos. É comum lançar pó de café na sacola entregue ao comprador para inibir o cheiro intenso, uma gentileza exclusiva para consumidores de cortes mais valiosos e caros.

d) Lombo ou dorso: região carnosa do peixe livre de espinhas, pele e ossos, retirado em toda sua extensão de uma vez em corte vertical da manta onde se encontra (“tirar o filé”). Deve apresentar coloração salmão ou amarelada e odor suave. É o corte de pirarucu que circula com menor frequência. No momento da pesagem são retiradas as partes escuras da carne. Atende, principalmente, fregueses antigos e regulares. Não é exposto, e é oferecido apenas para clientes que demonstram conhecer a culinária associada a esse peixe. Esse corte produz uma mercadoria homogênea, em sua forma, cor, cheiro e constituição, que se opõe fisicamente aos outros cortes que apresentam diferentes formas e intensidades de heterogeneidade. Mercadoria de valor elevado faz com que seus consumidores sejam valorizados pelos feirantes que os descrevem como pessoas de gosto e paladar refinado decorrentes de uma posição elevada na sociedade.

As diferentes formas de circulação acompanham uma hierarquia no consumo que influencia o reconhecimento do valor que cada parte dessa mercadoria recebe no mercado local. A troca comercial é a forma mais frequente de colocá-la em movimento, porém sua circulação não se encerra na venda. O pirarucu, como elemento de uma exo-cozinha (Levi-Strauss, 1968), tem o potencial de se converter em dádiva, que expressa a estima e o interesse de quem doa em relação a quem recebe. É frequente a menção de compradores que o peixe adquirido é um presente a alguém tido em elevado apreço que se quer impressionar. Assim também é com os presentes que partem dos mercadores. Dessa forma, não é qualquer corte de pirarucu que deve ser oferecido como presente, não se oferece pontas ou enrolado a quem se quer impressionar. O regalo não é pedido, nem tampouco é recebido com algum tipo de constrangimento. Assim, destaco como características dos presentes: são ofertas generosas e voluntárias, não provocadas por pedidos ou favor imediato, que ocorrem em momentos especiais (festas e feriados), com a seleção de cortes valiosos e em quantidade considerável que são aceitos e agradecidos com alegria.

Essa iguaria também se presta a remunerar parcialmente trabalhos prestados a seus mercadores, que após entregar o valor em dinheiro, combinado com carregadores, carreteiros, reparadores de carros, vigias, policiais, motoristas, entre outros, completam seu pagamento com pedaços de pirarucu em sacolas plásticas. O pagamento é distinto do presente, em razão de sua motivação, resulta de um serviço que foi tomado, e de sua



apresentação imediata ao final do vínculo combinado entre os sujeitos. Ainda que no valor do trabalho não seja explícito a inclusão do peixe, a presença da mercadoria na composição do pagamento é prevista pelos sujeitos envolvidos.

A penúltima forma de circulação que observei é a caridade. Por caridade estou tratando o atendimento de pedidos de pessoas que procuram demonstrar sua incapacidade material para aquisição daquela mercadoria. Essas esmolas, diferente dos presentes, não estão circunscritas a momentos de festas ou feriados, porém, tomam lugar, geralmente, aos sábados e são atendidas sem as preocupações que envolvem o comércio e as dídivas. As pedintes, em sua maioria mulheres idosas, recebem algumas porções de pedaços de pirarucu em uma sacola plástica. Observei que os pedidos dirigidos por homens são, na maioria das vezes, negados com veemência, sob fortes críticas aos feirantes, eventualmente, que os atendem. Dessa forma, as características da caridade são: atender a pedidos de pessoas necessitadas, semanalmente, com pontas de cheiro intenso; pedidos por mulheres idosas.

Arrisco relacionar entre as formas de circulação do pirarucu o roubo. Desde o início de meu trabalho de campo as interlocutoras com quem me relatei relatavam tentativas e roubos de pirarucu quer no desembarque da mercadoria, no Porto do Sal, por quadrilhas especializada, quer na feira, por arrombadores que violam os boxes durante a noite e madrugada para levar o peixe. A despeito de essa não ser uma forma voluntária dos feirantes de colocar o *Arapaima* em circulação, o desvio do destino previsto para essa mercadoria reflete e constitui, de alguma forma, o seu valor. Elemento que está pressuposto nas outras formas de circulação. Assim, é o desejo do consumo desse alimento é o que o torna um bem desejável e desejado, ao ponto de ser tomado pelo roubo. O desvio de sua rota como mercadoria, confirma o fundamento de seu valor. Durante os meses que passei na feira houve uma tentativa e um arrombamento consumado na feira, além de duas tentativas de assalto no desembarque. Os feirantes reagem de diferentes maneiras a esses eventos, alguns instalaram grades na cobertura dos boxes, outros reforçaram as portas e instalaram lâmpadas nos corredores. Houve também denúncias e registros policiais, reforço no grupo de pessoas que recebe a mercadoria no porto. Todavia, a tensão que envolve esse comércio não desaparece.

As formas da comercialização do pirarucu salgado são diferentes segundo os lugares onde ocorrem. Observei que o corte de filé ou lombo, muito presente na feira da 25 de Setembro, não está presente no comércio de outras feiras e mercados, o que reforça o argumento da relação entre classificações específicas das mercadorias e o gosto do consumidor.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre mercadorias, formas de circulação e consumidores que observei na feira da 25, revela as complexas imbricações entre práticas econômica, produtoras de riqueza e lucro, e dinâmicas culturais criadoras de significados que ligam e afastam os sujeitos e as coisas.

O que me leva a apontar que a economia, as formas comerciais e o consumo de alimentos dependem, em boa parte, de seu significado para a cozinha local, o que produz uma identificação e diferenciação entre coisas e pessoas. Fregueses valorizados são aqueles reconhecidos por seu domínio da culinária do *Arapaima*, manifesto na escolha dos cortes e nos comentários acerca das formas e ocasiões em que os servem. Não foram poucas as vezes em que estive diante de uma situação a qual não compreendia imediatamente. Me refiro a ocasiões em que fregueses conhecidos e frequentes vinham para comprar filé e minha interlocutora os recebia consternada, se desculpava e dizia que não dispunha naquele momento de mercadoria para atendê-los. Apesar de minha surpresa e incompreensão evitava perguntar a razão de tal comportamento, por imaginar que o mesmo escondia uma estratégia comercial ou o interesse de se ver livre de algum mal cliente. Todavia, em uma dessas negativas a permissionária com quem trabalhava, voluntariamente, explicou-me, em tom de lástima, que não poderia vender àquelas pessoas mercadoria que não fosse de alta qualidade, pois eram consumidores exigentes, conhecedores da gastronomia do pirarucu e fiéis aquela casa de peixe. A reprodução da distinção do comércio deve reforçar a distinção do consumo da comida, inclusive sobre a necessidade de colocar a mercadoria em circulação.

Dessa forma, os regimes de valor nos quais o pirarucu salgado circula na feira da 25 estão ligados ao gosto dos consumidores como construção social, reconhecida e reconstruída no intercâmbio com os comerciantes, que estabelecem diferenças valorativas entre partes da comida, evidenciadas nos cortes distintos, seus preços<sup>14</sup> e consumidores. Essa hierarquização dos sujeitos pela valorização da culinária, demonstra como o comércio é um fenômeno cultural complexo que não se submete, exclusivamente, a regras e as necessidades de ganho e lucro.

---

<sup>14</sup> A variação de preços que observei vai de R\$12,00/kg (pontas) a R\$60,00/kg (filé).



## REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.
- BELÉM. **Decreto Municipal Nº 26.579** de 14 de abril de 1994.
- BELÉM. **Lei Municipal Nº 8.992** de 04 de janeiro de 2013.
- BELÉM. **Lei Municipal Nº 8. 771** de 19 de novembro de 2010.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Nova Aguilar, 2003.
- LEACH, Edmund. **A diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **O triângulo culinário**. In: L'Arc Documentos. São Paulo: Documento; 1968
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 4ª edição revisada, Rio de Janeiro: Record; 2008
- SECON. **Histórico da feira da 25 de Setembro**. Belém, SECON/DFMP: 2015.
- SECON. **Quadro Geral do número de Permissionários e Equipamentos nas feiras municipais**. Belém, SECON/DFMP: 2015.

**GT 12 - CULTURA, MERCADO, TRADIÇÕES E TURISMO NA AMÉRICA LATINA****O PODER DA FARINHA DE MANDIOCA INDÍGENA NO MERCADO:  
SIMBOLISMOS E REPRESENTAÇÕES**Tadeu Lopes Machado (UFPA)<sup>1</sup>  
tlopesm@hotmail.com**RESUMO**

No Oiapoque, município brasileiro que faz fronteira com a Guiana Francesa, os quatro grupos indígenas que lá habitam são os principais produtores da farinha de mandioca que abastece os mercados urbanos da região. O objetivo desse trabalho é problematizar a atuação dos indígenas no comércio de sua farinha, tentando romper com o viés ocidentalizante para compreender a partir das categorias indígenas que estão baseadas em seu processo de formação social, cosmológico, ritual. Ao longo do trabalho o olhar será direcionado para o povo Palikur, grupo étnico da região que mais me aproximei nos últimos três anos, em virtude do objetivo de meus projetos de pesquisas. Pretende-se demarcar o entendimento de que a farinha de mandioca que os indígenas disponibilizam no mercado local é muito mais que um mero produto comercializável. Pelo fato da mandioca ser cultivada nas terras onde estão enterrados seus mortos, processada pela unidade doméstica de acordo com sua sabedoria, tradições e costumes, e por ser um produto que é a base de alimentação dos indígenas, a farinha não é olhada somente com fins econômicos, mas é um produto em que é depositada dedicação especial. Dessa forma, os indígenas negociam sua farinha prioritariamente com pessoas de confiança, observando que o produto carrega consigo algo de seu vendedor e que merece um fim adequado. Assim, a rede de relação social estabelecida na região das guianas entre indígenas e não indígenas se consolida e se fortalece, na medida em que avançam os vínculos através dos produtos comercializados no mercado local.

Palavras-chave: Mercado, farinha de mandioca, Palikur, interrelação.

**1. INTRODUÇÃO**

A produção da farinha de mandioca na região amazônica tem um papel importante na economia e na dieta alimentar. No Oiapoque é notável a apreciação que os habitantes empregam ao consumo desse produto autenticamente indígena. Diariamente na feira da cidade ou no mercado municipal de produtos agrícolas de Oiapoque, há intensa comercialização da farinha de mandioca, seja no atacado (em fardos de 60 quilos) ou no varejo (no quilo ou no litro<sup>2</sup>).

Há duas origens das farinhas negociadas no mercado local: a farinha dos “índios” e a farinha dos não-indígenas. Estes últimos são aldeões que ocupam áreas rurais dos

<sup>1</sup> Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA – Brasil.

<sup>2</sup> Farinha vendida no litro é uma conversão popular de peso comum na região amazônica, onde o produto é medido a partir de uma vasilha que mede os produtos líquidos.



municípios de Oiapoque e Calçoene. Uma das comunidades mais conhecidas é o Carnot. Também conhecida como Vila dos maranhenses. Trata-se de uma comunidade rural composta de imigrantes maranhenses, localizada às margens da BR 156 no município de Calçoene, já na divisa com Oiapoque. Em suas terras cultivam roças que, além da mandioca para a farinha, também plantam frutas e hortaliças.

Já os indígenas que habitam a região pertencem a quatro povos: Galibi Kalin'a, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur. Ocupam três Terras Indígenas legalmente demarcadas e homologadas, contíguas entre si, denominadas Juminã, Galibi e Uaçá. Todos cultivam roças para produzir farinha de mandioca para o consumo familiar e também para negociar na cidade. São largamente os maiores fornecedores de farinha de mandioca para o consumo urbano. Esse dado pode ser percebido ao visitar o mercado municipal de Oiapoque, onde se comprova que 90% da farinha de mandioca negociada naquele ambiente tem origem indígena<sup>3</sup>. Além da farinha, os indígenas também levam outros produtos agrícolas para negociar na cidade, tais como abacaxi, melancia, banana. Contudo, os Palikur conduzem para Oiapoque somente a farinha.

Os Palikur, povo indígena de tronco Aruak, são habitantes dos dois lados da fronteira, ou seja, tanto do lado brasileiro quanto do lado da Guiana Francesa. No Brasil estão localizados na Terra Indígena Uaçá, no médio e alto rio Urukauá. A relação que estabelecem com a cidade de Oiapoque é demarcada pela necessidade de resolver assuntos burocráticos relacionados a saúde, a questões de benefícios sociais, recebimento de proventos no banco. Mas o principal motivo que os levam constantemente à cidade é a negociação da farinha de mandioca produzida nas roças de suas aldeias.

Na época da grande safra da produção de farinha, que compreende o período dos meses de dezembro a junho, inverno intenso na região, o que faz com que os rios se tornem navegáveis, o "Barco da Comunidade" faz duas viagens semanais do Kumenê, maior aldeia Palikur, para Oiapoque. A intenção desse trabalho é procurar se aproximar do entendimento que os Palikur têm a respeito da relação que estabelecem com a cidade para negociar sua farinha. Entende-se desde já que essa relação é conduzida por manifestações diversas das questões econômicas. Os vínculos já estabelecidos entre compradores e vendedores de farinha conduzem a relação entre os envolvidos para um patamar de confiança entre ambos, o que faz com que se estabeleça aliança e alimente cada vez mais as relações de sociabilidade constituída na região das guianas onde esses indígenas estão inseridos.

---

<sup>3</sup> A pesquisa de campo foi realizada no decorrer dos anos 2015 e 2016, em decorrência da pesquisa para construção da dissertação de mestrado em Antropologia no PPGSA/UFGA.



## 2. AFINAL, O QUE A FARINHA TEM DE ESPECIAL?

Os Palikur são conhecidos na região de Oiapoque, com relação à sua produção agrícola, como “índios que só produzem farinha”. Essa nomeação é confirmada, mas ao mesmo tempo reordenada pelos próprios Palikur. Eles não produzem somente a farinha de mandioca, mas é apenas esse produto que levam de suas aldeias para intercambiar em Oiapoque. Enquanto os demais indígenas, como os Galibi-Marworno, além da farinha também negociam o tucupi, a goma e a farinha de tapioca, banana, cará, batata-doce, milho.

Com o decorrer do tempo os Palikur conquistaram seus fregueses na cidade. Esses fregueses, que às vezes também são denominados de “patrões”, são seus fiéis compradores de farinha, sendo conhecidos predominantemente de *annivwit akivara*, por quem os Palikur nutrem relação de proximidade, respeito e amizade. Nessa relação a farinha apresenta um aspecto de relevância incontestável: é esse produto que consolida a aproximação efetiva dos Palikur com seus compradores na cidade.

Ao chegar da aldeia em Oiapoque os Palikur procuram imediatamente seus *annivwit akivara*, com quem a farinha terá prioridade para ser negociada. Ao oferecer seu produto primeiramente para eles automaticamente estão fortalecendo os vínculos criados há bastante tempo, e assim confirmando a importância do intercâmbio desse produto. As negociações podem ser monetárias ou mesmo com outros produtos industrializados, o que importa é negociar a farinha com a “pessoa certa”.

Dentro da Antropologia Econômica um dos temas clássicos mais caros é o estabelecimento de análises sobre o intercâmbio. Marcel Mauss contribui para o estudo das questões econômicas nas sociedades não capitalistas. Em Ensaio Sobre a Dádiva ([1925] 2003), Mauss coloca o tema da economia nessas sociedades como uma pauta imprescindível para a análise antropológica. Ao perceber a atitude de dar, receber, retribuir como fundamento central de estabelecimento de circulação de bens e pessoas, e assim como atributo primordial para criação de vínculos por meio de alianças, Mauss entende que a dádiva poderia ser pensada como o Fato Social Total, porque ela extrapola os limites do simples ato econômico de mercado.

A dádiva se responsabiliza em estabelecer e afirmar um contrato social, o qual vincula os protagonistas envolvidos em uma rede de relações. Esse vínculo é entendido a partir do significado do objeto doado ou recebido. Ou seja, o artigo não tem fim em si mesmo, ele carrega algo de seu doador, algo que liga obrigatoriamente o recebedor ao doador, e encarrega o recebedor a recompensar o presente adquirido. Contudo, a recompensa à dádiva não está de acordo com a lógica capitalista, a qual entende que a



retribuição a um bem adquirido deve ser de acordo com seu valor econômico. O maior valor que a dívida carrega consigo é o seu simbolismo, o seu significado, o qual não representa um objeto inerte, mas que contém vida, contém alma (LANNA, 2000, p. 180).

Os Palikur são bem recebidos ao chegarem nos estabelecimentos de seus compradores de farinha. Um banco para sentar e colocar as conversas em dia com outros indígenas da região e um copinho de café quente estão sempre à sua disposição nesses locais. Essas atitudes demonstram o quanto o comerciante e os fabricantes de farinha estão próximos. No entanto, mais do que isso, demonstra uma contraprestação por parte do *annivwit akivara* à fidelidade dos indígenas em recorrer a ele para negociar seus bens. Portanto, atrair os indígenas para negociar a farinha, recepcioná-los bem no comércio, falar com eles, oferecer-lhes cafezinho, faz com que haja constante fortalecimento na relação das partes envolvidas.

Nesse caso, a farinha de mandioca e as reações do comprador da farinha (que oferece um cafezinho, que paga a farinha sem mesmo tê-la visto e provado, que oferece um banco para sentar e ficar à vontade) são prestações que se apresentam como um ato de comunicação intersubjetiva, onde as almas dos envolvidos se mesclam, se interpenetram, permite a sociabilidade (LANNA, 2000, p. 178). E assim, um primeiro ponto que deve ser esclarecido é que as relações de intercâmbio são uma forma econômica não necessariamente organizada apenas de acordo com a lógica da troca, da economia do mercado capitalista.

A reciprocidade é uma proposta viável para entender essas relações, buscando perceber que o ato de trocar pode conter uma interpretação que extrapola a percepção de mercado. Essa proposta leva em consideração principalmente as manifestações ocultas dos agentes da relação, os quais, muitas vezes, consideram a reciprocidade como um movimento que estabelece aliança e obrigações mútuas de contraprestações, e que alimenta o vínculo através de um contrato mediado pelas prestações.

Portanto, entende-se que as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse individual e corporativista. As relações nos espaços sociais onde há a ajuda mútua, a partilha dos espaços comuns de produção, geram valores materiais ou instrumentos imateriais, mas também valores afetivos e éticos, que correspondem ao sentimento de grupo, de sociabilidade, de parceria (SABOURIN, 2011, p. 36).

No terreno da antropologia econômica sempre houve a preocupação e o cuidado de não homogeneizar a economia de mercado para as sociedades não capitalistas, entendendo que há outras formas de regulação econômica entre essas sociedades, que não procura atender somente ao interesse do lucro através da competição.



Sobre esse aspecto, Eric Sabourin (2013, p. 05) destaca que a generalização do mercado capitalista não aconteceu ainda por completo. Em seus estudos sobre a comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil (2013), enfatiza que as transações realizadas com os produtos agroalimentares são fenômenos que não se adequam à lógica das transações capitalistas dos grandes supermercados.

Logo de imediato a relação de intercâmbio é percebida como uma fórmula de acumular excedentes para poder competir no mercado capitalista. Contudo, não é esse o perfil da perspectiva dos Palikur, já que esses indígenas mantêm o intercâmbio de seus produtos na cidade com a finalidade de atender à demanda de seus *annivwit akivara* e de assegurar a aquisição de produtos industrializados de caráter básico.

Nos estudos que Eric Sabourin (2007) desenvolve com uma comunidade campesina no nordeste brasileiro, o autor percebe que a lógica que persiste nessa comunidade é a da reciprocidade campesina, a qual se organiza de acordo com a teoria da dádiva desenvolvida por Marcel Mauss. Portanto, mesmo percebendo a comunidade totalmente envolvida e comprometida no emaranhado de intercâmbio comercial, a reciprocidade está presente na vida dessa comunidade (SABOURIN, 2007, p. 03).

Portanto, há que se pensar o envolvimento das pessoas em suas relações para além do ato econômico, de troca, benefícios individuais e competição. Contudo, a dádiva não é um fato desinteressado, mas está sempre acompanhado do interesse pelo outro, interesse elaborado com a finalidade de constituir aliança, a qual provoca o sentimento de sociabilidade entre os sujeitos envolvidos na relação. Portanto, seguindo a concepção de Temple, a dádiva sempre requer condições, e uma de suas principais condições é o entendimento de que quem participa dessa relação é capaz de retribuir ao bem recebido (TEMPLE, *Apud* SABOURIN, 2008, p. 03).

Mas necessário esclarecer também que a reciprocidade não pode ser reduzida à prática de dádiva e contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. Ainda segundo Sabourin (2011), ao reduzir a tal perspectiva a reciprocidade pode passar a ser confundida com as trocas simétricas, buscando somente a troca entre os equivalentes. A reciprocidade deve ser vista como um princípio econômico antagonista e oposto à troca. Inclusive, um dos pontos de divergência entre troca e reciprocidade se concentra em entender que a reciprocidade pode assumir caráter positivo (estabelecimento de sociabilidade) ou negativo (estabelecimento de vinganças), enquanto a troca procura atingir especificamente o lucro (SABOURIN, 2011, p. 30).

Nesse sentido, a relação de intercâmbio estabelecida entre os Palikur e seus interlocutores na cidade de Oiapoque pode ser entendida como uma relação de reciprocidade, já que os bens envolvidos nessa relação estão dispostos a ultrapassar o



simbolismo economicista. Portanto, pode-se entender que o materialismo é o primeiro responsável em criar os vínculos necessários para manter as relações de reciprocidade entre os Palikur e os não-indígenas com quem constroem suas relações.

Outro enfoque analítico que também merece destaque no pensamento de Sabourin (2011) e que nos ajuda a compreender a situação de intercâmbio dos Palikur em Oiapoque é a noção de reciprocidade binária e ternária. Segundo essa concepção a reciprocidade binária não requer o envolvimento de uma terceira pessoa na relação. Ou seja, é uma relação sem mediador. Já a reciprocidade ternária, se concebe a partir do entendimento de que uma terceira pessoa adentra na rede de relação, a qual tem o papel de mediar o envolvimento entre o primeiro e o segundo agente.

Nesse caso destaca-se a venda dos produtos agrícolas indígenas, como a farinha de mandioca, que pode ser intercambiada diretamente entre vendedor e comprador, que será o real consumidor dos produtos (caso de uma reciprocidade binária). Nesse modelo há pouco envolvimento dos Palikur, pois quando vêm do Kumenê trazem farinha em grande quantidade, própria para ser negociada com revendedores, que caracteriza uma terceira pessoa na relação (corretor), que compra do vendedor primário e revende às pessoas que irão consumir o produto. A reciprocidade reside aqui no sentimento de confiança, tanto do corretor que sabe da origem do produto, quanto do segundo comprador, que confia no caráter do revendedor e do produto que vende. Essa característica está frequentemente presente no cotidiano do intercâmbio Palikur, conforme caracterizamos linhas atrás.

## 2. A FARINHA DE MANDIOCA É UM FIO NA GRANDE MALHA

A negociação da farinha de mandioca que os Palikur mantêm com os não-indígenas em Oiapoque está à procura de manter suas relações de comércio, buscando ganhar alguma renda para subsidiar as necessidades básicas de suas famílias. Mas não só. Acredito que se deve olhar para essas relações buscando entender inicialmente que há tempos existe uma aproximação entre os diferentes povos que habitam essa região, a qual busca atender uma lógica que extrapola unicamente a manutenção econômica.

Para enveredar um entendimento razoável sobre as potencialidades que a farinha de mandioca imprime nas relações estabelecidas entre os Palikur e os não indígenas, entendo que seja necessário analisar alguns termos da antropologia para que se alcance uma compreensão dessas relações empreendidas na região das guianas. Nesse sentido o entendimento de “rede”, “malha”, “relações sociais” se tornam subsídios fundamentais para



dialogar com a realidade instalada no Oiapoque e assim compreender o papel da farinha nesse emaranhado de relações.

A acepção do termo “redes” adentra o campo da análise antropológica inicialmente pelos antropólogos britânicos. Radcliffe-Brow (1973) foi, talvez, um dos precursores em utilizar o termo, procurando analisar as redes concretas de relações entre indivíduos e sociedades. Os britânicos estavam impregnados na proposta de entender as estruturas e relações sociais, ao invés de buscar compreender as concepções ideológicas e as manifestações culturais de cada sociedade. Rede, portanto, segundo a noção britânica, estava de acordo com a concepção de “sistema”, ou seja, seria um entendimento das relações sociais a partir de seu caráter empírico, daquilo que se poderia apreender pelos sentidos.

Barnes (1969) passa a evocar o princípio da “ação social”, ou seja, uma interpretação que pudesse dar conta do emaranhado de significados que uma relação compreende, levando em consideração não apenas seus aspectos empíricos, mas também os analíticos, baseados nos fenômenos e relações que efetivamente acontecem, mas que muitas vezes não são conhecidos suficientemente. Portanto, o termo rede avança para outro patamar de análise, tendo como base uma proposta que pudesse entendê-lo a partir das diferentes motivações pessoais e/ou sociais, indo ao encontro do entendimento de que as relações estabelecidas em rede são motivadas também por aspectos que não são imediatamente visíveis para o pesquisador.

Já na percepção de Tim Ingold (2015), as redes se apresentam como uma categoria limitada, e que consecutivamente limita as demais atividades da vida. Tendo em vista buscar ultrapassar os limites compreensivos da noção do termo, Ingold propõe substituir tal noção por “malha”, a qual não busca limitar, suas pontas não estão conectadas, isso porque são abertas e fluidas, podem se envolver em diversas tramas e não se limitar somente a determinadas conexões.

Para Ingold, as linhas da malha não são em si linhas de interação, mas sim condições de possibilidade de interação. Ou seja, assim como a teia da aranha, que disponibiliza seus fios para capturar a mosca, mas que não é em si uma linha de interação, visto que essa linha é naturalmente parte da aranha, ela tem o potencial de ser uma possibilidade de interação não exclusivamente com a mosca, mas com outras coisas, com outros insetos e até mesmo com um predador (INGOLD, 2012, p. 41).

Nesse sentido, as relações existentes na sociedade humana ou animal se dão a partir de uma malha que é entrelaçada pelas linhas. Estas linhas, por sua vez, conduzem vida aos organismos que estão inseridos ao longo da malha, e elas não foram objetivamente construídas para ligar pontos, mas passar entre e no meio, para estabelecer a própria vida



para as coisas que estão envolvidas na ação. Portanto, o humano e o animal, envolvidos na malha estendida pelas linhas da vida, estão em constante devir, uma vez que essas linhas não são estáticas e imutáveis, mas sim transmissoras de mutação, de vida, o que sustenta a vida dos organismos (INGOLD, 2015).

Levando em consideração o entendimento que Marilyn Strathern (2006) tem sobre as relações sociais formais, estendida do grupo local para se ligar ao exterior, seu posicionamento para demarcar o universo social melanésio em oposição ao universo ocidental, demonstra que os melanésios entendem a pessoa como um ser que pode ser dividido, ou seja, um ser que é composto por vários tipos de relações diferentes entre si. Dessa forma, é necessário pensar no indivíduo a partir dos parâmetros que o constroem, que o ligam às suas relações. Já na concepção ocidental, o indivíduo é um ser que se liga à sociedade, que é uma entidade mais abstrata, e com ela mantém seus vínculos diretos de relações.

Há uma literatura qualificada no campo da antropologia que analisa os aspectos das relações sociais na região das guianas. Dominique Gallois (2003), aponta a necessidade do entendimento de fronteira como espaço propício para a construção de novas formações e representações sociais, ou seja, o entendimento da fronteira como uma conjunção de interesses advindos de todas as partes envolvidas na relação. Segundo a autora, existe uma articulação de todos os grupos estudados na região das Guianas a múltiplas fronteiras, sociais, econômicas, políticas, étnicas, ideológicas. E é a partir do entendimento de múltiplas articulações que os estudos de suas relações se pautam (GALLOIS, 2003, p. 03).

Essa modalidade de perceber as questões de fronteira entre os povos das guianas se contrapõe à visão de Rivière (*Apud* GRUPIONI, 2003, p. 06-07), que percebe a diferenciação entre as estruturas sociais nas regiões das terras baixas sul-americanas exercida principalmente pela forma como o recurso humano – crucialmente escasso – é administrado e alocado. Com relação às sociedades das guianas, Rivière entende que elas procuram exercer o máximo controle na construção de fronteiras rígidas entre o interior e o exterior da sociedade. Ou seja, na Guiana indígena teme-se os estrangeiros porque eles apresentam a ameaça de troca não recíproca.

Outra autora que contribuiu para o início dos trabalhos etnográficos na região das Guianas foi Joana Overing. Segundo Grupioni (2003), Overing (1983-1984), mesmo atestando uma estrutura dessemelhante entre as sociedades dessa região, considerou que seria possível identificar uma filosofia comum de sociedades nas terras baixas. Segundo ela, uma das principais características universais dessas sociedades das Guianas é que tentam esconder suas diferenças (ou seja, se fecham em si mesmas, tentando não se expor para o



exterior), enquanto outras sociedades, como os Jê e Tukano as revelam de imediato (GRUPIONI, 2003, p. 06).

Segundo Grupioni (2003), as análises de Rivière e Overing são pioneiras em seus aspectos metodológicos nos estudos das populações das Guianas. Eles lançaram as bases da etnologia guianesa contemporânea. No entanto, Grupioni as considera limitadas teoricamente. Tanto uma quanto a outra lançam olhar amplo sobre essas regiões, não conseguindo fazer comparações consistentes com outras populações de locais diferentes. Suas conclusões, portanto, são frágeis, já que ambos enveredam na ideia de entender que esses povos têm horror ao exterior.

Apoiando-se em Viveiros de Castro (1987, *Apud* GRUPIONI, p. 07), Grupioni aponta que esses povos estão abertos ao exterior e que essa abertura é “regular e desejada”. Dessa forma, Gallois (*et all*, 2003), considera que na região das Guianas existe o que Butt-Colson (*Apud* GRUPIONI, 2003, p. 12) define como “macroníveis de organização”, em oposição aos “microníveis de organização”, entendendo-se por macroníveis as amplas relações estabelecidas que extrapolam os níveis locais de organização social. Portanto, a dispersão e a exogamia são atributos não de exceção, mas sim um movimento recorrente e complementar ao do fechamento e da endogamia nas Guianas (GRUPIONI, 2003, p. 17).

A condição de atomização, defendida principalmente por Rivière, se baseia no conceito de escassez e se aprofunda pela noção de subsistência, percebida como a mínima necessidade necessária para a reprodução de grupos muito pequenos. Mas essa caracterização não é levada a cabo, uma vez que se comprova que essas sociedades não se fecham em si mesmas, estabelecendo constantes relações com outras sociedades, em busca de troca de seus excedentes e vínculos para estabelecer sociabilidade entre si (GALLOIS, 2003, p. 04). Assim sendo, esses povos não têm horror ao exterior, aos vínculos com outras sociedades, como os estudos anteriores apontavam.

A respeito do conceito de escassez, a partir da descrição dos povos caçadores e coletores estudados por Sahlins (1972), entendemos que esses povos desenvolvem atividades econômicas que estão de acordo com um padrão específico de economia. Sem precisar se preocupar com o materialismo excessivo encontrado na sociedade capitalista, os caçadores e coletores se apropriam dos valores da natureza sem se preocupar em se apegar ou mesmo acumular riqueza. O trabalho é medido de acordo com suas necessidades de um período, calculado em função da estrutura de sua manutenção. Portanto, nessas sociedades o sistema de escassez, amplamente incorporado na sociedade capitalista, não consegue ser implementado, tendo em vista que a abundância de alimentos e de matéria-prima para suprir suas necessidades é bastante elevada. E assim as sociedades primitivas superam suas questões pontuais de sobrevivência, atingindo um



patamar de economia que admite abundância de alimentação, excedente de tempo para descanso e lazer, além de fazer do próprio serviço de caça, pesca, plantio e coleta de alimentos um momento também de alegria e descontração, o que faz com que o trabalho não seja encarado como algo degradante ou que signifique apenas manutenção da subsistência.

Sobre as relações sociais demarcadas e construídas na região do Baixo Oiapoque, Andrade (2007), baseado nas relações intersociais geradas no xamanismo, fala que há um histórico de relações sociais que envolvem indígenas e não indígenas nesse espaço. Essas relações são mantidas a partir de uma rede de trocas de serviços, bens e xamanismos.

Deste modo é possível e lícito falarmos, para o baixo Oiapoque, em intersecções de redes, tramas multicomunitárias complexas e arranjos de relações multicausadas que sublinham dinâmicas e fluxos de comunicação interindígena e entre índios e não-índios ao longo da história da região. E são nesses fluxos e arranjos que as unidades sociais vigoram, posto que as sociedades indígenas – e talvez as demais – são *sistemas em comunicação* que se constituem e se transformam com a abertura para o exterior (ANDRADE, 2007, 84).

Acompanhando essa discussão, Andrade (2007) evoca para dentro da interpretação do xamanismo o princípio da reciprocidade. Segundo esse autor, reciprocidades negativas e reciprocidades positivas estão contidas no mesmo evento da pajelança. Portanto, não há separação nos atos do pajé entre cura e agressão. Na cura está presente também a agressão (ANDRADE, 2007, p. 86-87). Assim, as relações que se instauram entre indivíduos de sociedades heterogêneas têm motivações que necessita de observações atentas.

Diante desse cenário teórico construído a partir da observação atenta na região das guianas, podemos aceitar que tais apreensões tem elevado destaque, considerando que há a percepção de intensa relação entre os povos que habitam o extremo norte da América do Sul. No entanto, também devemos considerar que o termo “malha” construído por Tim Ingold (2012; 2015) pode ser adicionado na análise amplamente construída a partir do termo “rede” expandido por Bruno Latour (2005) e assim entendermos que a farinha de mandioca que trago para essa discussão pode ser entendida como um fio (INGOLD, 2015) que pertence a uma grande malha e que transmite vida porque ajuda a manter e fortalecer os laços, vínculos e aproximações dos povos envolvidos nessas relações. Mas a relação não é caracterizada por um ponto fixo e predeterminado, ela se refaz constantemente, da mesma forma como as demais relações estabelecidas pelo povo Palikur transmutam no decorrer de sua história.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os Palikur há possibilidade de visualizar características que se aproximam das sociedades descritas por Sahlins (1972). A abundância de peixes, quelônios, jacarés, caças em geral, é muito grande na região do Uaçá. Portanto, é importante olhar para a relação que esse povo indígena mantém com Oiapoque ultrapassando os limites da teoria da escassez, uma vez que, tendo esses indígenas possibilidades de manter sua existência material empregando somente suas habilidades e forças para a produção de suas roças, para a caça, a pesca, a aproximação com a cidade para negociar a farinha se torna algo que é deliberadamente desejado e permitido, pois os Palikur não são dependentes exclusivamente das coisas que vêm da cidade, mas antes, entendo que as coisas que vão da aldeia para a cidade e da cidade para a aldeia são apenas os aspectos visíveis de laços criados, fortalecidos e mantidos para impulsionar a sociabilidade entre as diferentes sociedades envolvidas nesse contexto.

Já em Malinowski (1984) percebemos que, ao executar suas trocas, o homem trobiandês é guiado por vários motivos, que não podem ser fundamentados somente em concepções de busca de satisfação de interesse próprio. Portanto, o trobiandês trabalha e executa suas tarefas econômicas baseado em motivos de natureza social e tradicional altamente complexa, o que necessita de uma compreensão expansiva dessas relações, buscando perceber os laços diversos mantidos em suas trocas, como o *kula*, por exemplo.

O utilitarismo nesse caso, como uma apreensão econômica, não é a fórmula apropriada para entender as relações executadas pelas sociedades estudadas por Malinowski, da mesma forma entendo que a lógica da escassez não se aplica ao povo indígena do Urukauá, que não vai à cidade simplesmente em busca de alimentação. Tanto que quando estão na cidade os Palikur sentem saudade das refeições da aldeia, do peixe cozido apenas com sal, do moqueado, da tracajá, do jacaré guisado. Os industrializados que adquirem na cidade se constituem apenas em alguns petiscos (frango congelado, sardinha e carne em conserva, biscoitos, doces para as crianças, refrigerante, óleo de soja, café, açúcar, arroz, macarrão, feijão) que diversificam sua dieta, mas não são regras alimentares estabelecidas, como é o caso dos alimentos tradicionais (diversos tipos de peixe, carne de paca, veado, tatu, inambú, anta, porco do mato, jacaré, tracajá, macaco, preguiça, cotia, ovos de quelônios, pato do mato, macaxeira, beiju, farinha de tapioca, farinha d'água, inhame, batata doce, cará, abóbora, abacaxi, cana-de-açúcar, mel de abelha, banana, mamão, laranja, manga, melancia, piquiá, cupu-açú, cacau).

A existência física e social de um grupo depende dos bens e serviços providenciados pela comunidade. Contudo, estes bens e serviços não estão somente em busca da



satisfação fisiológica dos indivíduos vinculados a essa sociedade (MACHADO, 2012, p. 186). Dessa forma, os indivíduos não despendem boa parte de seu tempo, ou seu tempo todo, para procurar comida. As atividades para fins econômicos dos Palikur no Urukauá (trabalho na roça, pesca, cuidado com o gado, caça) são momentos não apenas de trabalho penoso, desgastante, cansativo, mas também oportunidades para descontração, risos, piadas, banhos no rio, brincadeiras para as crianças, etc.

Quando trocam suas mercadorias por dinheiro na cidade os Palikur não estão simplesmente atendendo ao imperativo do “estômago”, mas buscam também resolver outras questões que são importantes para si, como manter uma reserva de dinheiro para situações emergenciais, comprar alguma roupa, sandália, esmalte para pintar as unhas das mulheres, brinquedos para as crianças e material escolar para os que estudam.

Nessa esteira de análise surge a categoria “mistura” como inevitável nos processos de relações construídos ao longo do tempo por esses povos. Essa categoria é aceita pelos nativos para indicar um princípio para a vida social dos povos indígenas da região das Guianas. Mas essas misturas não são soltas, são estabelecidas de acordo com regras e etiquetas concebidas e criadas pelos próprios nativos (GALLOIS, 2003, p. 05).

Desse modo, uma característica central na análise aponta que a posição de abertura para o outro é uma categoria que merece atenção especial. Os povos das Guianas, conforme atestado pelos estudos em questão, se mostram abertos para o outro de uma maneira constante. Ou seja, suas relações não são delimitadas e fechadas para o “externo” (GALLOIS, 2003).

Assim sendo, o histórico conhecimento acumulado dentro da antropologia no campo das relações econômicas apontam para uma concepção heterogênea dessas relações. Portanto, é viável entender que estamos falando aqui de uma análise da economia que não se enquadra ao olhar ocidentalizado, mas sim busca perceber as acepções e motivações particulares dos próprios Palikur para manter seu contato e relações com os não-indígenas em Oiapoque.

De antemão, portanto, é necessário que se afirme que as relações econômicas que são traçadas pelos Palikur são consolidadas em função dos vínculos construídos com seus interlocutores, e a reciprocidade é a principal responsável em manter os canais das alianças sempre abertos entre os agentes dessa relação social. Para isso, não se negocia a farinha de mandioca com qualquer pessoa na cidade, existem as pessoas que já têm exclusividade para comprar ou negociar essa farinha de origem indígena, não somente porque são boas pagadoras, mas sim porque a relação entre os compradores e vendedores já é consolidada, construída desde longo tempo, se tratam com familiaridade, são “pessoas respeitadoras”,



que “tratam bem do *muchê*”. Portanto, ao encaminhar a farinha de mandioca da Terra Indígena Uaçá para abastecer os mercados locais da região de Oiapoque, os indígenas consideram que está contido no produto comercializado a reprodução de sua vida cultural, social, cosmológica, e, por conta disso, o produto se torna capaz de estabelecer vínculos duradouros entre os envolvidos na relação. Eis o poder da farinha de mandioca indígena no mercado.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Hugo Maia. **O real que não é visto: Xamanismo e relação no Baixo Oiapoque (AP)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, Abril de 2007.

BARNES, Jonh. **Redes sociais e processos políticos**. In.: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global Editora, 1969.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Introdução: Percursos de uma pesquisa temática na região das Guianas**. In.: Coletânea Redes de Sociabilidade nas Guianas. Dominique Tilkin Gallois (Org.). Núcleo de História Indígena e do Indigenismo / NHII-USP, maio/2003.

GRUPIONI, Maria Denise Fajardo. **Tempo e espaço na Guiana indígena**. In.: Coletânea Redes de Sociabilidade nas Guianas. Dominique Tilkin Gallois (Org.). Núcleo de História Indígena e do Indigenismo / NHII-USP, maio/2003.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução Fábio Creder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia)

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre os substantivistas e formalistas na antropologia econômica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 165-195, Abr. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão de troca nas sociedades arcaicas**. In. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925].

---

<sup>4</sup> Palavra generalizante para se referir à pessoa indígenas no Oiapoque.



SABOURIN, Eric. **Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil).** [www.jornaldomauss.org/.../2007\\_09\\_22\\_14\\_51\\_24\\_s](http://www.jornaldomauss.org/.../2007_09_22_14_51_24_s). Acesso em 8 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação, dádiva e reciprocidade:** Reflexões preliminares. [http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2008\\_01\\_16\\_10\\_32\\_28\\_reciprocidade\\_educacao\\_sabourin.pdf](http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2008_01_16_10_32_28_reciprocidade_educacao_sabourin.pdf). Acesso em 8 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento.** Sociologia, Porto Alegre, Ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

\_\_\_\_\_. **Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil.** Estud. Soc. E Agric., Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, 2013: 5-33.

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade da afluência.** In.: Antropologia Econômica. CARVALHO, Edgard Assis (Org.). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. P. 07-44.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva:** Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

RADCLIFFE-BROW, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva.** Petrópolis: Vozes, 1973.

**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**

**DO ABASTECIMENTO AOS NOVOS USOS NO MERCADO DA ENCRUZILHADA-  
RECIFE/PE: a atuação das políticas públicas nas transformações de um  
equipamento do comércio tradicional no século XXI.**

Juliana Drahomiro Gomes (UFPE)<sup>1</sup>  
julianadrahomiro@gmail.com

**RESUMO**

Os mercados públicos, como equipamentos urbanos de abastecimento de determinada localidade, têm sido constantemente objeto de transformações ao longo do tempo. Estas mudanças e adaptações possuem ligações com as necessidades e exigências do corpo social no espaço urbano, que cada vez mais sofrem modificações em suas práticas cotidianas. Nos últimos anos, estes equipamentos vêm incorporando novas funções, entre elas espaços de lazer, gastronômicos e turísticos. Também observamos sua descoberta por diferentes perfis de usuários, moradores da cidade e turistas, ávidos em conhecer as tradições e cultura da cidade visitada. Trataremos no presente artigo sobre os mercados do Recife, especificamente a relação entre a gestão pública municipal e as últimas ações adotadas nestas edificações no intuito de manter e valorizar estes espaços comerciais. Como objeto empírico de análise, adotaremos o Mercado da Encruzilhada. Escolhemos este equipamento para ser investigado devido às grandes transformações pela qual vem passando nos últimos anos. Observamos que para além de cumprir sua função substancial, a de abastecimento, o Mercado da Encruzilhada vem incorporando novos usos bem como distintos perfis de usuários. O artigo se embasa por uma abordagem multimetodológica que propõe uma articulação do referencial teórico e material empírico coletado para o estudo do mercado público em questão. Assim, adotamos livros e pesquisas científicas sobre o assunto, matérias de jornais e legislações específicas. A realização de entrevistas com gestores responsáveis por estes equipamentos fundamenta o nosso texto. A coleta do material, sua leitura e análise alicerça de forma crítica o artigo apresentado.

Palavras-chave: Planejamento urbano, gestão urbana, mercado público, Recife

**1. INTRODUÇÃO**

As cidades, como palco das dinâmicas sociais têm sido constantemente objeto de mudanças e sobreposições. Como um quebra-cabeça, nossos territórios são conduzidos por interesses de distintos agentes. Dentro desta lógica, debates em torno da produção do espaço urbano na contemporaneidade vêm sendo difundidos em diversos sentidos. Muitas reflexões, nos dias de hoje, abarcam o tema da cidade mercadoria, na qual o

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.



desenvolvimento de nossas urbes é gerido por uma coalizão que se destaca – Estado e Mercado – interessada nos melhores espaços da cidade. Entretanto, apesar da ampla divulgação deste tema nos trabalhos acadêmicos ligados ao planejamento e gestão, abordaremos outro assunto que também é investigado, em menor escala, nas pesquisas sobre o desenvolvimento urbano. Focaremos na relação entre a cidade e o comércio tradicional, mais especificamente, como esta vem sendo conduzida pelos agentes municipais representados pelos mercados públicos no Recife no século XXI.

Estes tradicionais espaços vêm se transformando ao longo das décadas, abarcando novos usos bem como diferentes perfis de consumidores. Percebemos que, para além de sua função substancial, a de abastecimento de determinada localidade, estes centros de compras vêm incorporando espaços de recreação, lazer, alimentação, entre outras funções. Acreditamos que as novas dinâmicas conferidas nos mercados do Recife são ocasionadas por distintos condicionantes. Destacamos dois como os mais importantes, a localização na qual está inserido no espaço urbano como também as distintas políticas públicas que vêm sendo adotadas nestes equipamentos. Focaremos no segundo condicionante e investigaremos quais ações vêm sendo promovidas pela prefeitura do Recife para a manutenção e *modernização* destes espaços a fim de entendermos como estas intervenções influenciam nas novas dinâmicas verificadas nos mercados na atualidade.

O artigo será dividido em dois momentos. Na primeira parte focaremos numa breve contextualização que concerne sobre a concepção do Estado na sociedade capitalista, segundo David Harvey, entre outros autores. Após esta breve avaliação, descreveremos como o Estado vem intervindo nos mercados públicos no Recife e quais políticas públicas vêm sendo adotadas nos últimos anos. Na segunda parte focaremos no nosso objeto empírico, o Mercado da Encruzilhada. Investigaremos de maneira específica como a Prefeitura do Recife, vem atuando de forma direta neste equipamento e quais intervenções vêm sendo feitas, de modo a compreender como estas medidas influenciam nas mudanças deste centro comercial na atualidade.

## 2. A GESTÃO DOS MERCADOS PÚBLICOS NA CIDADE DO RECIFE NO SÉCULO XXI

Diante das considerações teóricas, para Harvey (2005), a concepção marxista do Estado sempre esteve presente para o funcionamento da sociedade capitalista, entretanto seus modos de funcionamento foram se modificando de acordo com as diversas fases deste sistema econômico. Ainda o autor, aponta que o Estado se origina – como uma forma independente – a partir dos distintos e contraditórios interesses, do indivíduo e da comunidade. As contradições conferidas entre estes dois agentes se baseiam na estrutura



social de classes já determinada pela divisão social do trabalho, que devido às suas contradições, está rachada em antagonismos irreconciliáveis. O Estado surge como produto desta sociedade, e tem como papel controlar os embates entre as classes sociais e causar uma mínima ordem. Desta forma, o Estado, sendo o poder máximo, distante e independente, torna-se alienador.

Harvey (2005) destaca de Engels que, diante do embate entre classes sociais distintas, o Estado que normalmente toma o poder é aquele representado pela classe que possui economicamente mais recursos. Assim, seus dirigentes tornam-se também a classe econômica e politicamente dominante, obtendo novas formas de controlar as classes oprimidas. Ainda Harvey, aponta que o Estado como instrumento de dominação social, possui uma contradição. Esta, refere-se à execução de seu poder que ao mesmo tempo que tem que exercer ações para o benefício do interesse de sua classe, tem que afirmar que suas atuações são para o bem da sociedade em geral. A contradição explicitada é solucionada através de duas estratégias.

A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. Os funcionários do Estado, portanto precisam se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade (HARVEY, 2005, p. 79).

A segunda estratégia está ligada à um entrelaçamento entre o Estado e ideologia. A classe dirigente universaliza seus interesses, transformando-os em idealizações abstratas, na qual serão vistas pela sociedade em geral como verdades absolutas. “Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de ‘justiça’, “direito” e “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico (HARVEY, 2005, p. 79) ”.

Percebemos a associação entre Estado e ideologia quando nos deparamos com a prática do planejamento urbano no Brasil. O nosso planejamento modernista, pautado pelo conhecimento técnico e científico, surgiu e se desenvolveu ao longo do século XX. Este, dominou as esferas públicas responsáveis por buscarem a solução dos problemas urbanos. Entretanto, quando apareceu no texto dos planos diretores a preocupação pelo social, o nosso planejamento não conseguiu ser cumprido de forma ampla e ficou calcado no discurso.

Como aponta Flávio Villaça (2015), o desenvolvimento do planejamento urbano no Brasil, foi pautado através da ideologia da classe dominante, este se transformou cada vez que novos problemas urbanos surgiram ou se agravaram. Como estratégia de se estabelecer hegemônica, nossa burguesia ao longo das décadas alterou constantemente o nome dos planos, suas metodologias e elaborações de conteúdo.



O surgimento de novos planos não significava, necessariamente, sua aplicação de maneira igualitária na cidade, ao contrário, estes eram aplicados em muitos casos apenas em partes da cidade que interessavam à classe dominante. Desta forma, o que comumente encontramos nas cidades brasileiras nos dias de hoje são realidades díspares, marca dos longos anos de aplicação indiscriminada de um planejamento desigual. Ao mesmo tempo que encontramos bairros relativamente bem planejados, com ofertas de comércio e serviços e onde a legislação é atuante, evidenciamos também a ineficácia e flexibilidade de nossos gestores na aplicação da legislação em bairros com infraestrutura mínima, na qual a população ainda mora sem a regularização fundiária.

Nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que o mundo se volta para o processo de globalização e suas diversas características, outros modelos de planejamento urbano vêm concorrendo na tentativa de ocupar o lugar do antigo modelo, entre eles está o que alguns pesquisadores denominam de planejamento estratégico. Vainer (2000) afirma que os defensores do planejamento estratégico acham que este modelo deve ser adotado pelos governos locais pelo fato de que as cidades nos dias de hoje estão sujeitas às mesmas condições que as empresas, assim os aglomerados urbanos, tomando consciência do novo modelo global da economia, tendem cada vez mais a competirem entre si no intuito de receberem novos investimentos. “A nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana” (VAINER, 2000, p. 76).

À frente das últimas reflexões, algumas considerações são tomadas a respeito deste novo modelo de planejamento. As cidades adotam o status de cidade mercadoria que deve ser vendida para distintos compradores. Especificamente, o que se vende em um centro urbano são atributos específicos considerados de valor para o capital transnacional. Entre os elementos que são vendidos, encontramos desde espaços para convenções e feiras, à aeroportos internacionais e hotéis de luxo. Ao mesmo tempo que nossos aglomerados urbanos também adotam a posição de cidade empresa e devem competir entre si. Entretanto, este modelo de planejamento possui conexões com os agentes públicos, desde que estes tenham algo voltado para os interesses do mercado. Desta forma, as parcerias público-privadas são assertivas no que diz respeito à segurança dos benefícios dos novos atores voltados ao planejamento estratégico (VAINER, 2000).

Em relação à dinâmica conferida nas últimas décadas em nossos centros urbanos, Harvey (2005), aponta que parece haver uma concordância entre as cidades do mundo capitalista, na qual as melhores vantagens são obtidas por aquelas que adotam um caráter empreendedor em sua gestão. Desta forma, o que percebemos é uma maior penetração e influência de novos agentes econômicos, que estão atrelados ao padrão contemporâneo de produção de riqueza, nas instâncias municipais de nossos aglomerados urbanos. Esta



dinâmica, cada vez mais vêm intervindo e modificando a maneira de planejarmos. Em sua lógica se insere a seletividade de espaços mais vantajosos e rentáveis. Assim o planejamento é realizado de maneira fragmentada, na qual apenas alguns trechos da cidade são considerados potenciais para que se haja melhorias com projetos de renovação dos espaços públicos, residenciais, entre outros.

A dinâmica apontada anteriormente, é conferida em distintos aglomerados urbanos de capitalismo central e periférico. Na América Latina, especificamente nas maiores metrópoles brasileiras, grandes transformações vêm ocorrendo nos últimos anos. Apontamos que a vinda de grandes eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos para o nosso país foram importantes para o fortalecimento do novo planejamento urbano em nossas cidades, entretanto percebemos que esta prática não ocorre apenas vinculada à realização destes eventos.

Como aponta Leal (2015), no cenário brasileiro recente, evidenciamos em distintos municípios a incorporação, por parte de nossos gestores, de um caráter empresarial no intuito de atrair investimentos voltados para uma melhor estruturação econômica de suas cidades, ao mesmo tempo que comprovamos uma grande interferência de novos agentes econômicos em nossas instituições públicas ligadas ao planejamento urbano. Concomitantemente a estes fatores, conferimos uma fragilidade e uma baixa eficácia das instâncias municipais de caráter democrático e participativo.

Segundo Leal (2015), no caso do município do Recife e algumas cidades de sua região metropolitana, o surgimento do empresariamento urbano teve forte ligação com o crescimento econômico pela qual passou o estado de Pernambuco nos últimos anos. Entre os grandes projetos instalados no território da Região Metropolitana de Recife (RMR), encontramos um parque industrial de grande porte instalado em Goiana, bem como a instalação da refinaria Abreu e Lima e da reestruturação do complexo portuário de SUAPE que trouxeram investimentos para os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.

Na capital pernambucana também encontramos grandes empreendimentos de impacto urbano. Destacamos o projeto de mobilidade urbana cristalizado na Via Mangue, como também o Shopping RioMar. Outro empreendimento de grande notoriedade é o Projeto Novo Recife que está previsto para ser implantado no centro da cidade. Este é de responsabilidade do Consórcio Novo Recife, constituído por um aglomerado de construtoras. Em uma breve observação do desenho urbano proposto para o empreendimento, percebemos o descolamento ou fragmentação deste com o bairro de São José, no qual será implantado, o que coaduna com a nova maneira de planejar nossas cidades. Vale ressaltar que as instâncias municipais e estaduais licenciaram e apoiaram o projeto.



Diante das últimas considerações, evidenciamos que nos últimos anos, a cidade do Recife, vem incorporando em suas gestões um caráter empreendedor na tentativa de obter benefícios econômicos para a localidade. Ao mesmo tempo percebemos que áreas tradicionais da cidade bem como seus diversos equipamentos públicos não têm tido a atenção merecida por parte de nossos gestores. Desta forma, nos deparamos com realidades confrontantes. Focando no tema do comércio, percebemos que o Shopping RioMar, considerado um equipamento emblemático pela sociedade em geral, está na pauta dos debates realizados na atualidade, entretanto os espaços de comércio tradicionais, como os mercados públicos são esquecidos ou considerados de pouca importância.

A Prefeitura do Recife é responsável pela administração dos mercados, no entanto, percebemos que a qualidade da gestão destes equipamentos depende da localização na qual ele está inserido na cidade. Tomamos como exemplo o mercado de Casa Amarela e seu entorno que nos últimos anos foi alvo de um projeto de ordenação<sup>2</sup>. Entre as intervenções estava a realocação de 42 ambulantes da Rua Padre Lemos para um anexo, a recuperação do largo, mudanças no pátio da feira e melhorias no mercado público. Cavalcanti (2015), sinaliza que estas medidas são condizentes com a nova realidade do bairro que nos últimos anos vive o auge de sua especulação imobiliária. Assim, evidenciamos que as intervenções realizadas no centro comercial de Casa Amarela, possui forte relação com os interesses dos agentes imobiliários e do novo perfil de moradores que habita a localidade e passa a frequentar aquele subcentro e seus equipamentos incluindo o mercado público.

A administração dos mercados públicos do Recife é atualmente de responsabilidade da CSURB (Companhia de Serviços Urbanos), criada em 1995. Entretanto, para a efetiva manutenção e ordenamento dos equipamentos, foi realizada uma subdivisão dos mesmos de acordo com a RPA<sup>3</sup> (Região Político Administrativa) na qual se encontravam. Desta forma, existem seis equipes distribuídas nas RPAs responsáveis pela gestão das atividades comerciais da cidade. Cada RPA possui um gerente que responde diretamente pelas condições normais de funcionamento dos mercados, um ou dois administradores responsáveis pela manutenção, além de funcionários encarregados da fiscalização das edificações.

Em 2010 foi criado o decreto nº 25.210, o qual determinou a maneira como a Prefeitura do Recife deveria administrar os mercados públicos. Nesta ordem foram explicitadas as atribuições de cada profissional, bem como a distinção dos direitos e deveres

---

<sup>2</sup><<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/04/05/prefeitura-comeca-a-organizar-entorno-do-mercado-de-casa-amarela-78771.php>> Acessado em: 01/07/2017.

<sup>3</sup> A cidade do Recife possui seis RPAs.



dos permissionários. Vale ressaltar que no capítulo V do decreto foi especificado o caráter da gestão dos mercados públicos, considerada democrática e participativa em conjunto com a Prefeitura, a CSURB e os permissionários.

Em entrevista<sup>4</sup> com o diretor de mercados e feiras da CSURB, foram explicitadas importantes políticas públicas adotadas pelo órgão em busca de um regular funcionamento e manutenção destes equipamentos. Entre estas ações, se destacam, o cronograma de lavagem noturna, realizado uma ou duas vezes por semana, a paulatina adoção de expositores refrigerados, já instalados em 98% das edificações, a gradual setorização dos mercados de acordo com as atividades encontradas (peixarias, açougues, frutas e verduras, artesanatos, entre outras) e as reformas de elétrica visando a segurança dos prédios. Também chama a atenção a quantidade de equipamentos instalados na cidade. Segundo o diretor são vinte e três, este fato é devido aos gestores considerarem os anexos, também como mercados públicos.

A última consideração, nos aponta uma realidade. A prática da construção dos anexos, efetivada ao longo das últimas décadas é condizente com um discurso já promovido por agentes municipais, apoiados pela burguesia local, desde a construção dos primeiros mercados, no século XIX e começo do século XX. Ordenar, fiscalizar, manter e esconder aqueles que não são considerados formais ou não estão legalizados, para que tenhamos uma cidade limpa e organizada, na qual os indivíduos possam circular pelas ruas sem o bloqueio dos ambulantes ou feirantes. Esta medida ocorreu nos últimos anos no Mercado de Casa Amarela, como citado anteriormente. Segundo o diretor entrevistado, em breve, a mesma ação será efetivada no entorno do Mercado de São José, na qual irão realocar os feirantes das “barracas verdes”<sup>5</sup> para um anexo próximo. Assim evidenciamos nos dias de hoje, certa inflexibilidade e indiferenciação por parte da municipalidade a respeito da manutenção de vendedores informais nos espaços públicos.

Para além das medidas voltadas diretamente ao funcionamento dos equipamentos como espaços de abastecimento, outras intervenções vêm surgindo no intuito de estabelecer novos usos nos mercados públicos. Entre os projetos criados encontramos circuitos gastronômicos e manifestações culturais ao longo do ano. Em alguns casos estas ações são firmadas em parcerias entre a prefeitura e outras entidades. Destacamos o projeto surgido no início de 2014 com o apoio da CSURB e do SEBRAE<sup>6</sup> denominado Viva o mercado<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 03/07/2017.

<sup>5</sup> Segundo o diretor dos mercados e feiras as “barracas verdes” comercializam especiarias. Estas encontram-se localizadas nas laterais do mercado.

<sup>6</sup> Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

<sup>7</sup> <http://www.vivaomercado.com.br/projeto.html>. Acessado em: 04.07.2017.



O projeto surgiu no intuito de valorizar os espaços de comércio, seus permissionários, frequentadores e incentivar a ida de novos consumidores ao local, entre eles os turistas, atraídos pela Copa do Mundo de 2014. O seu objetivo principal era qualificar os profissionais destes equipamentos, dando consultorias e capacitações visando uma boa qualidade do atendimento, do estabelecimento e da higiene. Outro objetivo era a criação de uma identidade visual própria dos mercados. Através da produção de peças iconográficas, cada edificação teria representado através de desenhos suas principais características. Entre as edificações integrantes estão a de São José, Boa Vista, Encruzilhada, Casa Amarela, Madalena e Cordeiro. O projeto, no entanto, não foi implementado. Desta forma, os mercados no Recife, continuam sem ter um projeto que os unifique e os valorize enquanto símbolos culturais da cidade.

Frente as últimas considerações, evidenciamos que as medidas proporcionadas pela Prefeitura do Recife, políticas públicas focadas no regular funcionamento e manutenção dos mercados, bem como ações promovidas no intuito de induzir novos usos – como espaços turísticos, de lazer, recreação, alimentação, entre outros – são alguns dos condicionantes fundamentais para as transformações destes equipamentos. Desta forma, percebemos que no século XXI, estes espaços vêm adquirindo novas funções que vão para além de sua atividade substancial, a de abastecimento de determinada localidade. Concomitantemente, distintos perfis de consumidores, no intuito de vivenciar o que consideram “diferente” ou fora do cotidiano, vêm frequentando os mercados recifenses.

A depender do mercado que se visite ou que se frequente, distintas peculiaridades serão encontradas. O Mercado de São José, montado em 1875, pode ser considerado o mais turístico deles, devido à sua localização e à sua particular arquitetura de ferro pré-fabricada, bem como pela oferta de artesanatos. Já o mercado da Encruzilhada, inaugurado em 1950, possui uma forte vocação para a atividade gastronômica. Nos fins de semana, encontramos distintos perfis de usuários, moradores de diversos bairros das redondezas, a fim de degustarem, nos restaurantes já renomados do estabelecimento, pratos típicos da culinária local. Vale ressaltar que, estas novas características constatadas, não eliminam o caráter de abastecimento que os mercados também possuem, uns com mais intensidade do que outros.

## 2. AS NOVAS AÇÕES DA PREFEITURA DO RECIFE CONFERIDAS NO MERCADO DA ENCRUZILHADA

O Mercado da Encruzilhada, objeto empírico escolhido para ser analisado, está localizado em bairro de mesmo nome. O bairro da Encruzilhada, é integrante da RPA 2 e está situado na Zona Norte do Recife. Escolhemos este equipamento para ser investigado



devido às grandes mudanças que vêm ocorrendo em seus usos. Nos últimos anos, diferentes estabelecimentos vêm despontando no local, bem como novos perfis de indivíduos vêm descobrindo este espaço como alternativa para o lazer e a gastronomia. Desde 2016, a CSURB tem conduzido uma reforma física na edificação, ao mesmo tempo que tem proporcionado a chegada de novas lojas, variando a oferta de serviços do mercado.

O centro comercial a ser analisado encontra-se no coração do bairro. Assim, ao mesmo tempo que consideramos o mercado da Encruzilhada um equipamento importante para a vizinhança, também evidenciamos que outros estabelecimentos complementam o setor terciário da localidade. Devido à oferta de comércio e serviços, bem como a grande utilização deste núcleo central pelos moradores das redondezas, consideramos a Encruzilhada um subcentro. Villaça (2001), considera os subcentros como aglomerações de comércios e serviços variados e equilibrados que não são o centro principal. Assim, o autor aponta:

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar [...]. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Observamos que distintos núcleos comerciais no Recife, de menor porte que o centro da cidade, possuem um mercado público. Acreditamos assim, que estes equipamentos, no momento de sua instalação e ao longo de sua utilização, foram fundamentais para a formação de alguns subcentros na cidade. Destacamos o de Casa Amarela, o de Afogados e o já citado, da Encruzilhada.

De acordo com Halley (2013), o mercado da Encruzilhada nos moldes estabelecidos nos dias de hoje, foi construído em 1950 em substituição ao antigo prédio da Companhia de Trilhos Urbanos<sup>8</sup> existente no local. A edificação, de estilo modernista, foi considerada emblemática para a época. No dia de sua inauguração, autoridades locais como o governador do estado e técnicos, essencialmente engenheiros, presenciaram a sua abertura com orgulho, como afirma Halley. Concomitantemente à consolidação do mercado, outros elementos se conformaram no entorno ao longo da década de 1950, destacamos o Largo da Encruzilhada, novos equipamentos como uma maternidade, uma biblioteca e uma escola pública, além de edifícios mistos. Estes elementos significavam para aquele momento, a representação de uma cidade que demandava traços modernizadores.

---

<sup>8</sup> O bairro da Encruzilhada, possui posição estratégica na ligação com o centro do Recife, sua parte continental e a cidade de Olinda. Assim, após a inauguração da Companhia de Trilhos Urbanos, na década de 1870, uma estação, denominada Encruzilhada, foi instalada na localidade, ao seu lado um prédio da companhia que servia como oficina e depósito foi construído. Posteriormente a edificação da companhia foi demolida e substituída pelo atual mercado da Encruzilhada (HALLEY, 2013).



Particularmente, a volumetria do mercado da Encruzilhada nos remete a forma de um avião. Representado por um corpo central, e quatro volumes nas laterais que se assemelham a “asas”. O material básico utilizado em sua construção é a alvenaria, suas aberturas são compostas por cobogós e basculantes que induzem a ventilação e iluminação naturais em seu interior. O equipamento é circundado por extensas calçadas que se associam ao largo da Encruzilhada, localizado em frente à entrada principal do prédio. Nos dias de terça e quinta, das 6h às 18h, uma feira é montada no local. Vale ressaltar que o mercado é envolvido por gradis, fato que nos leva a pensar na tentativa por parte da municipalidade do controle de acesso e da segurança do espaço.

**Figura 1:** Mercado da Encruzilhada e entorno imediato



Fonte: Google Maps

Caracteristicamente, a oferta de comércio e serviços verificados nos mercados recifenses varia de acordo com cada edificação. Se por um lado encontramos a comercialização de frutas, verduras, carnes, peixes e artesanatos, por outro também vemos serviços de conserto como sapateiros e eletricitas. Também é habitual nos depararmos com boxes de alimentação que oferecem comidas típicas durante o dia. Particularmente no mercado da Encruzilhada encontramos fortemente o comércio de aviamentos e corte e costura, peixarias, utensílios para animais domésticos e restaurantes que nos dias de hoje se destacam e são reconhecidos por seus frequentadores pela qualidade das iguarias.



Desde 2016, a CSURB vem administrando uma grande reforma nas partes interna e externa do mercado bem como em seu entorno. Em entrevista com o diretor dos mercados e feiras, foi relatado que a reestruturação do equipamento abrange pequenas reformas físicas, setorização dos boxes de acordo com o tipo de mercadoria encontrada e reordenamento dos espaços subutilizados para melhor aproveitamento de praças de alimentação. Em uma das praças, novas lojas foram convocadas, através de chamamento público, para se estabelecerem no mercado.

Em matéria de jornal local<sup>9</sup>, divulgada em dezembro de 2016, na qual anunciam a reforma do equipamento, identificamos detalhadamente os novos usos que o mercado abrangeria em sua terceira praça de alimentação. Entre eles estariam, padaria, pastelaria e mercearia. A matéria cita o funcionamento de uma loja de conserto, venda e reciclagem de bicicletas. Também identificamos que esta etapa da reforma deveria ter durado apenas três meses após seu início em janeiro de 2017.

Em relação às políticas públicas voltadas para o entorno do prédio, destacamos as propostas na melhoria da coleta de lixo, um estacionamento com capacidade para trinta carros e a criação de uma ciclofaixa permanente ligando o Largo da Encruzilhada à praça do Rosarinho, localizada em bairro habitacional de custo mais elevado. Observamos que parte dessas ações será financiada por uma construtora como forma de compensação por um projeto aprovado nas redondezas.

Consideramos a observação acima relevante. Nos últimos anos a Encruzilhada bem como bairros de seu entorno, principalmente o Rosarinho, passam por um processo de verticalização e especulação imobiliária. Ao observar esta região da cidade percebemos a nova configuração de sua paisagem. Também evidenciamos que o preço do metro quadrado dos novos imóveis é superior à média das antigas habitações. Concluímos que para além da exploração do mercado imobiliário neste setor na zona norte do Recife, a compensação em forma de melhorias na área externa do Mercado da Encruzilhada, trará indiretamente benefícios para a construtora que terá a possibilidade de atrair novos clientes para seus negócios na região. A população, novos e antigos moradores, no entanto, é também beneficiada diretamente com estas ações, pois poderão usufruir do equipamento reformado e com novos usos.

No tocante à Prefeitura, acreditamos que além da obrigatoriedade por parte desta em realizar a administração do equipamento, existe uma vontade por parte de seus gestores de que o Mercado da Encruzilhada seja descoberto por outros públicos, moradores de bairros adjacentes. Estes novos usuários o veriam como um novo espaço de convivência da cidade.

---

<sup>9</sup> <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/12/29/reforma-diversifica-oferta-de-servicos-no-mercado-da-encruzilhada-265066.php>> Acessado em: 07/07/2017.



Assim, percebemos a intensa mudança pela qual este tradicional espaço comercial vem passando desde 2016.

Em visita ao mercado público, observamos algumas das mudanças realizadas pela CSURB nos últimos meses. A setorização através de tipos de mercadoria está sendo efetuada, assim, já existe, por exemplo, um setor de boxes para peixarias e outro setor para açougues. Também notamos a regularidade da manutenção e limpeza nos corredores do equipamento, apesar de ainda evidenciarmos uma grande quantidade de animais domésticos, como cães e gatos, pelos corredores e em sua área externa o que demonstra certa insalubridade no espaço.

Duas das três praças de alimentação estão em funcionamento. Evidenciamos determinada setorização das praças de acordo com o tipo de estabelecimento implementado e o perfil do usuário que a frequenta. A primeira praça atende um perfil popular, sendo seus consumidores trabalhadores das redondezas. A segunda praça, onde estão instalados os restaurantes tradicionais do mercado, é frequentada por moradores do entorno e de bairros adjacentes. A terceira praça, prevista para ser inaugurada no primeiro semestre de 2017, continua inativa. Esta, em sua abertura, abará as novas lojas, são elas padaria, choperia e pastelaria. Acreditamos que este espaço será frequentado por diferentes perfis de usuários em busca de novos espaços de lazer na cidade.

Observamos também a loja de venda e conserto de bicicletas em pleno funcionamento. Em entrevista<sup>10</sup> com uma das permissionárias do estabelecimento, foi relatada a intervenção pela qual o mercado vem passando nos últimos meses. A prefeitura vem se dedicando em ordenar o equipamento e gerar mudanças tencionando o aumento da circulação de pessoas bem como a valorização do mercado. Como observação, ressaltamos das palavras da locatária, a mudança de uso do espaço em que futuramente funcionará a terceira praça de alimentação. Antes da reforma o espaço servia como depósito de materiais apreendidos de ambulantes e feirantes não cadastrados. A permissionária também menciona a reforma interna das novas lojas, financiadas pelos próprios locatários.

De maneira geral, evidenciamos que o Mercado da Encruzilhada na atualidade é bem frequentado e utilizado por distintos perfis de clientes. Aos sábados o movimento é intenso. Pessoas de bairros próximos, vão ao equipamento não apenas para utilizá-lo como espaço de lazer ou gastronômico, como também para usufruir das outras atividades do lugar. Assim encontramos uma mistura de usuários, pessoas de passagem, fregueses antigos, trabalhadores do entorno, jovens, famílias, circulando pelos corredores e praticando todos os tipos de troca e de experiências que o mercado pode oferecer.

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada em: 08/07/2017



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das últimas reflexões algumas considerações podem ser verificadas. Acreditamos que nos últimos anos a Prefeitura do Recife vem adotando medidas no intuito de chamar novos perfis de usuários aos mercados públicos. Entretanto, conferimos que estas ações são incipientes e geralmente são tratadas com descaso por parte de nossos gestores. Fato evidenciado através do projeto Viva o Mercado em parceria com o SEBRAE que não foi implementado. Também evidenciamos a desatenção por parte da municipalidade no próprio centro comercial da Encruzilhada, foco de reformas no último ano, que, entretanto, continua com suas novas lojas inativas, desestimulando a ida de distintos consumidores, moradores da própria cidade bem como de turistas. Por sinal, estes viajantes vêm descobrindo, a cada dia, os mercados públicos como locais detentores da tradição e da cultura local.

No Brasil, verificamos que o Mercado Municipal Paulistano, o Mercado de Pinheiros, ambos localizados na capital paulista, o Mercado de Florianópolis, o Mercado Ver o Peso, localizado em Belém vêm sendo frequentados por turistas de distintas localidades em busca de maior afinidade com a cultura local. Também percebemos constantemente esta dinâmica em mercados públicos de cidades europeias. O Mercado de Roterdã, o Mercado de Barceloneta situado em Barcelona e o Mercado Metropol Parasol, em Sevilha são exemplos de equipamentos que a cada dia entram na rota de viajantes ávidos em conhecer o que existe de genuíno na cidade visitada

Neste contexto, conferimos coalizões que se apropriam de um discurso fundamentado na autenticidade e singularidade para obter lucro. Para Harvey (2005), na atualidade, a associação entre Estado e grupos privados formam um tipo de governança urbana e este grupo é o maior interessado em obter lucratividade através deste discurso, aplicando-o em determinadas localidades pertencentes a memória coletiva de determinados grupos de indivíduos. Para o autor, a maneira mais óbvia de se extrair rendimentos monopólicos é através do turismo contemporâneo.

Percebemos que os mercados públicos têm se integrado cada vez mais no amontoamento de capital simbólico coletivo de uma localidade. Estes, têm sido considerados detentores do que é legítimo e tradicional em uma cidade ao mesmo tempo que se destacam pelo seu valor arquitetônico, sendo classificados como símbolos culturais. Observamos que a tentativa de extração de rendimentos pela coalizão principal, se revela uma contradição. O fetiche por estes símbolos culturais, ao possibilitar extrair lucratividade, evidencia “seu encanto irresistível [que] atrai cada vez mais, em sua esteira, a mercantilização multinacional homogeneizante” (HARVEY, 2005, p.160). Assim, os



mercados, considerados símbolos culturais, vêm aderindo tendências mercadologias, descartando suas características tradicionais.

Frente as últimas considerações verificamos que particularmente no Recife, a adoção da turistificação nos mercados públicos é embrionário e a maior parte dos usuários são moradores da própria cidade. Entretanto, no caso do Mercado da Encruzilhada, observamos que a chegada de novas lojas é um atrativo para a frequência de viajantes que abarcam na capital pernambucana.

Observamos que as políticas públicas adotadas nos mercados do Recife, tencionando novas dinâmicas e distintos perfis de consumidores, apesar de promover a ida de indivíduos ao local, movimentando e valorizando o equipamento, tem sido efetivada pelos gestores apenas nos centros comerciais localizados em bairros de custo habitacional mais elevado. Desta forma atentamos para um tratamento privilegiado no que se refere à administração dos mercados públicos a depender de onde esteja localizado na cidade.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, R. L. S. *Cheiros, cores e sons... é dia de feira! A gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela, Recife/PE*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2015.

HALLEY, B. M. De Belém à Encruzilhada: o bairro recifense e sua identidade no coração do lugar. *Revista Eletrônica Georaguaia*, Barra do Garças- MT. Edição especial, p. 128-146, set. 2013.

HARVEY, D. A arte de lucrar: Globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEAL, S. As veias abertas do planejamento urbano e a avalanche da governança do mercado. In: FERNANDES, A. C. LACERDA, N, PONTUAL, V. *Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital: AMPUR, 2015.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. SCHIFFER S. R. (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2015.

\_\_\_\_\_. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO TRADICIONAL AMAZÔNICA E O TRANSPORTE  
HIDROVIÁRIO: ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E EMBARCAÇÃO.**

Mayra Hermínia Simões Hamad-Couto (UFPA)<sup>1</sup>  
mayrahamad@gmail.com  
Nírvia Ravena (UFPA)<sup>2</sup>  
niravena@uol.com.br

**RESUMO**

A população amazônica utiliza o rio como sua principal fonte de trocas e tem nele o valor simbólico cultural de existência e sobrevivência. E como na Amazônia a interação ambiental, as relações sociais e o nível de independência surgem mediante a utilização dos rios, fica notória a relação indispensável das populações tradicionais com as embarcações. O presente trabalho teve como objetivo descrever as vivências da população tradicional amazônica no uso do transporte hidroviário com enfoque na segurança, acessibilidade e embarcação. O estudo foi realizado por pesquisa de campo (registro de histórias de vida, entrevistas, fotografias e observação sistemática) da população tradicional amazônica que utiliza as embarcações no percurso entre os municípios de Oriximiná e Santarém, a escolha foi feita pela representatividade da amostra com uso exclusivo do transporte pela população. Foram observados, relatados e fotografados a (in)acessibilidade das embarcações nos “terminais” de acesso ao transporte fluvial. Foram descritos acidentes nas embarcações, como naufrágios, queda na água, escarpelamentos e mortes durante o percurso. Os dois tipos de embarcações existentes no deslocamento possuem infraestrutura e formas de oferta de serviço diferentes, impactando no valor da passagem, tempo de viagem e conforto. Pode-se concluir que a segurança, acessibilidade e conforto não são priorizados no transporte hidroviário na Amazônia, já que são registrados ainda hoje inúmeros acidentes, terminais de acessos ineficientes e poucas opções de embarcações nesse deslocamento, sendo necessário gerar melhorias nas políticas voltadas ao setor capazes de beneficiar o usuário e valorizar a relação da população tradicional amazônica com os rios.

Palavras-chaves: Transporte hidroviário, Amazônia, Embarcação.

**1. INTRODUÇÃO**

A população amazônica utiliza o rio como sua principal fonte de trocas e tem nele o valor simbólico cultural de existência e sobrevivência. E como na Amazônia a interação ambiental, as relações sociais e o nível de independência surgem mediante a utilização dos rios, fica notória a relação direta e indispensável das populações tradicionais com as

---

<sup>1</sup> Doutora, Departamento, Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará, FFTO/UFPA, Brasil. Email: mayrahamad@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, NAEA/UFPA, Brasil. Email: Niravena@gmail.com.



embarcações. No entanto, o quesito segurança fica muitas vezes em segundo plano, já que são registrados ainda hoje inúmeros acidentes promovidos pelas embarcações.

A capitania dos portos da Amazônia Oriental (2014) descreve a falta de segurança nas embarcações fiscalizadas como uma situação que ocorre com frequência em nossos rios, colocando em risco de acidentes outras embarcações, principalmente seus passageiros e tripulantes. Ainda aponta o “escalpelamento” como o acidente mais frequente na Amazônia.

Outra abordagem na necessidade de segurança dos passageiros são os vários relatos na mídia local de naufrágio devido à superlotação, causando muitas mortes pela inexistência de boias salva vidas suficientes (SOUZA, 2014). Grande parte da população amazônica utiliza os rios como o único meio de transporte, e como a oferta do serviço é muitas vezes deficitária, o comandante é convencido pelo passageiro de sua urgência em embarcar e realizar a viagem por motivos diversos, sensibilizando o comandante pelas relações sociais existentes, um modelo que vem se modificando pelas relações de mercado que definem claramente o papel de cada ator, ocorrendo mais em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos.

Demonstrado pelo surgimento de novas linhas que cruzam os rios na Amazônia e mesmo sendo fiscalizadas para recebimento de licença de funcionamento, descumprem as normas preestabelecidas pela regulação do setor com grande inacessibilidade nas embarcações, impactando na qualidade do transporte utilizada pelo amazônico.

Com o interesse de compreender a perspectiva do usuário o presente trabalho teve como objetivo descrever as vivências da população tradicional amazônica no uso do transporte hidroviário com enfoque na segurança, acessibilidade e embarcação.

## 2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a pesquisa de campo da população tradicional amazônica que utiliza as embarcações no percurso entre os municípios de Oriximiná e Santarém, a escolha foi feita pela representatividade da amostra com uso exclusivo do transporte pela população.

Foram realizadas entrevistas abertas, deixando os entrevistados se manifestarem a partir de suas experiências a respeito do transporte, em que contaram suas vivências pessoais (registro de histórias de vida) e foram resumidas na pesquisa.

Foram realizadas observação do examinador ao longo de deslocamentos entre e nas cidades de Santarém e Oriximiná, aplicando as referidas entrevistas ao longo de quatro visitas explorativas nos anos de 2013 à 2015. Esses dados foram posteriormente examinados e analisados. O enfoque abordado nas entrevistas foi a percepção na utilização



de transporte hidroviário com a livre opção de contarem histórias vivenciadas ao longo dos percursos. As principais queixas encontradas nas entrevistas e observadas pelo avaliador foram a segurança, acessibilidade e qualidade da embarcação.

### 3. SEGURANÇA NO USO DO TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, o acidente de escalpelamento acontece usualmente quando as vítimas têm seus cabelos repentinamente puxados pelo eixo do motor de embarcações, arrancando bruscamente todo ou parte do couro cabeludo da vítima, inclusive orelhas, sobrancelhas e por vezes uma enorme parte da pele do rosto e pescoço, levando a deformações graves e até a morte (CAPOR, 2014). Foi traçado o perfil epidemiológico de vítimas atendidas entre 2001 e 2010 no centro de referência Hospital Santa Casa de Misericórdia do Pará (HSCMP), onde foram observados 62 casos atendidos, entre eles 43 causados por embarcações, com quadros depressivos como complicação pelo acidente, visto que além de sofrerem pelas sequelas estéticas, sofrem com a discriminação da sociedade (CUNHA et al., 2012). Provocando impacto na qualidade de vida da escalpelada e também de toda a sua família que enfrenta o problema. Nas entrevistas colhidas ao longo da pesquisa, foi encontrada uma moça que sofreu o escalpelamento com sete anos e aqui é narrada a experiência vivenciada por ela e sua família.

Na manhã de um dia desconhecido no ano de um mil novecentos e noventa e seis (1996) a família voltava da cidade de Terra Santa (PA) para sua residência no meio do rio Inhamundá. O percurso transcorreria aproximadamente em quatro horas de viagem na própria embarcação da família, quando a filha caçula foi ao “bacio” e parte de seu cabelo foi puxado e arrancado de seu couro cabeludo. A família retornou a Terra Santa e foi atendida na unidade de saúde local, às quinze horas partiu para o município de Oriximiná (PA) em lancha paga pela prefeitura. Na manhã seguinte a criança e sua mãe seguiram para a capital, Belém (PA), e foram direto para a Santa Casa de Misericórdia, permanecendo por quatro meses em tratamento longe do resto da família, tendo contato com sete crianças na mesma situação sua. Permaneceu um ano em sua casa e apresentou o quadro de anemia, segundo informações relatadas, voltou para Belém e fez a enxertia, melhorando o aspecto do couro cabeludo.

Quando voltou para Oriximiná ficou lá para finalizar os estudos e depois de quinze anos uma pessoa descobriu o contato da criança que se tornou mulher, e a cadastrou em 2013 para tentar fazer a expansão. Assim, no dia treze de dezembro de dois mil e quatorze (13.12.2014) ligaram novamente e agendaram para fazer a consulta na capital para dez de fevereiro de dois mil e quinze (10.02.2015), mas depois de uns dias ligaram reagendando para maio de dois mil e quinze, por falta de material para a execução do procedimento.



Como medidas de políticas públicas implantadas com o objetivo de prevenir o acidente a lei 11.970, de 2009 obriga o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações (BRASIL, 2009), além disso entre as políticas públicas regionais atuantes nos casos de escarpelamento, a secretaria de saúde local é responsável por pagar a viagem até a capital para o tratamento e os mesmos têm direito a diária dos dias passados em tratamento como forma de auxílio pelo programa de atendimento integral às vítimas de escarpelamento (PAIVES, 2017), mas a família disse não ter recebido as diárias e contaram com o apoio de um deputado estadual local para conseguir a casa de apoio. Na entrevista feita, a escarpelada relata que teve muita dificuldade devido as crianças a chamarem de careca e “zombarem” sempre dela, sofrendo até hoje com a perda de cabelo. A entrevistada mostrou a perda de parte do cabelo (fotografia 1) e a perna em que foi tirada parte do material biológico para realização da enxertia no couro cabeludo.

**Fotografia 1** - Perda de parte do cabelo da entrevistada.



**Fonte:** Autora (2015).

A imagem deixa claro o desconforto gerado pelo acidente e demonstra a necessidade de sensibilização da sociedade em geral e a conscientização, principalmente das populações ribeirinhas, da gravidade do acidente do escarpelamento que marca o indivíduo e suas famílias, que além de traumatizadas e muitas vezes dilaceradas com a mutilação ou a morte de um ente querido, são na maioria das vezes carentes financeiramente e sobrevivendo da economia informal, encontram dificuldades pela interrupção de trabalho de parte da família por manter uma economia caracterizada muitas vezes por agricultura de subsistência, pesca ou outra. O escarpelamento é capaz de impactar uma família dentro de vários enfoques, culturalmente pela perda dos longos fios e sua mutilação que gera o menor “embelezamento” para o grupo social, economicamente pela diminuição na oferta de recursos, psicologicamente pelos traumas gerados e socialmente pela diminuição de contato gerado pelo isolamento.



O acesso ao tratamento médico mais especializado também ocorre nos grandes centros urbanos e as embarcações de linha disponibilizam um dos camarotes como uma enfermaria quando solicitado pela prefeitura local, que paga a locação para o destino do tratamento, como mostrado na Fotografia 2 de um camarote que é usada como enfermaria para o transporte de pacientes. O camarote possui um ar condicionado ligado na própria cabine quando o motor da embarcação está funcionando, um beliche com dois colchões, jogo de cama e travesseiros, lixeiro com saco plástico e exclusivamente no camarote da enfermaria tem um banco, caso seja necessário ao cuidador se posicionar ao lado do paciente ao longo de todo o percurso. No camarote há um banheiro privativo com uma pia, vaso sanitário e chuveiro acima do vaso, o espaço é reduzido, no entanto, ter a possibilidade de um banheiro privativo em uma embarcação é um privilégio que no custo da passagem é cobrado diferenciadamente aos demais passageiros.

**Fotografia 21** - Camarote usado como enfermaria na embarcação de linha Santarém-Oriximiná-Santarém.



**Fonte:** Autora (2015).

Há ainda a necessidade de intervenções no bem-estar físico dos passageiros em percursos que nos rios amazônicos podem durar dias, sendo obrigado a presença de um enfermeiro em percursos maiores que doze horas. Na entrevista realizada com o comandante de embarcação sobre as experiências vividas ao longo de oito anos nessa rota, ele descreveu a morte de um passageiro por enfarte no banheiro sendo constatada por outro passageiro que percebeu a demora do mesmo, sendo obrigado a arrombar a porta.

O comandante e mais dois tripulantes descreveram também a queda na água de algumas pessoas na viagem pelo exagero no consumo de álcool, causando o retorno para buscar o mesmo, mas também referiu um caso de um passageiro que não foi visto caindo e não apareceu ao final da viagem. Outros pacientes já morreram na enfermaria ao longo da viagem, mas nunca teve necessidade de realizar nenhum trabalho de parto dentro da



embarcação, sendo necessário separar um camarote de enfermaria que é igual aos demais ofertados aos passageiros, mas obrigatoriamente ele fica no pavimento térreo da embarcação, porém o acesso a ele é feito de forma similar aos demais, sem nenhum isolamento ou infraestrutura facilitadora, interferindo também na acessibilidade de um pessoa com limitações físicas.

Outra percepção do ribeirinho é que vem aumentando também a insegurança trazida das grandes metrópoles. A segurança quanto a integridade física também é relatada com o medo das investidas de “piratas” dos rios que batem e matam quando não conseguem tudo o que querem, a única forma de denunciar é via rádio para a marinha que como não tem comunicação ao longo de toda a Amazônia funciona como uma ponte de informação entre os barcos até chegar ao destino final, mas que pela vasta área navegável não possui patrulhamento capaz de estabelecer fiscalização abrangente.

A mesma incapacidade de fiscalizar as questões que geram insegurança ao passageiro e prevenir acidentes nas embarcações são descritas também em relação ao acesso e acessibilidade às embarcações na percepção do usuário do serviço e pesquisador como descrito a seguir.

#### 4. ACESSO E ACESSIBILIDADE ÀS EMBARCAÇÕES

O acesso às embarcações na Amazônia de uma forma geral impõe várias barreiras e as performances corporais vividas pelas populações amazônicas devem contemplar um ótimo desempenho motor, visto que a população que utiliza o transporte fluvial são acostumados desde tenra idade a sobrepôr os limites corporais e melhorar as aptidões na coordenação e equilíbrio para desempenhar seu objetivo. Muitas vezes é necessário improvisar formas diversas de embarcar em transportes privados menores (fotografia 3), e como a área portuária não atende a necessidade de todos, improvisa-se o acesso.



**Fotografia 2** - Acesso improvisado a uma embarcação privada na área portuária de Oriximiná (PA).



**Fonte:** Autora (2015).

Os acometimentos físicos e as características da idade, nos extremos entre a infância e o idoso, também são geradores da diminuição das funções biológicas capazes em ajustar o corpo às modificações de superfície que impõe mais energia e domínio corporal e a acessibilidade que poderia ser pensada para esses grupos que encontram na ajuda de familiares, amigos e transeuntes o apoio para vencer as barreiras de infraestrutura incapacitantes, como visto na fotografia 4 que a senhora para acessar a embarcação na área portuária de Santarém tirou o sapato e precisou de apoio de duas pessoas para transpor os obstáculos, disputando o acesso com quem também abastecia de cargas o porão das embarcações.

**Fotografia 3** - Acesso de passageiros na área portuária de Santarém.

**Fonte:** Autora (2015).

Na fotografia acima, observa-se que o sapato foi retirado para fazer o percurso, a ausência de sapato gera mais equilíbrio ao corpo pela justificativa fisiológica da realização das reações posturais de equilíbrio com mais eficiência quando em contato com o solo, podendo promover um arco plantar capaz de agregar os pés a superfície, bloqueando o deslizamento. Como se pode notar, o solo estava molhado e o acesso a balsa que a embarcação estava atrelada é em terra batida e com a água (fotografia 5), o piso se transformou em lama, a senhora para sobrepor os limites retirou o sapato com objetivo de aumentar o equilíbrio e também não sujar seu calçado.

**Fotografia 5** - Acesso portuário à balsa que atrelava a embarcação em Santarém.

**Fonte:** Autora (2015).

A acessibilidade do transporte à população amazônica, o custo da passagem e o tempo de viagem também podem ser os responsáveis pela escolha do tipo de embarcação.



O custo da embarcação de linha varia de acordo com a forma de acomodação e o tipo de embarcação.

A implantação de novas tecnologias ao transporte ainda estão sendo lentamente absorvidas por seus usuários, como o exemplo da recente disponibilização de lanchas nessa travessia pela empresa Tapajós gerou a criação de um terminal de transporte para passageiros privativo em Santarém, instaurando a regulação do transporte pelo mercado.

No entanto, a vida da população amazônica tem sua valoração a partir de suas vivências culturais e foi observado que a população amazônica defende o modo de transporte quando muito usado por eles, como uma forma de fidelização e também por laços de amizade que favorecerem a acessibilidade, um exemplo poderia ser a possibilidade de empréstimo de uma rede pelo funcionário conhecido do barco, bem como o pedido de posicioná-la num local privilegiado quando tem laços de amizade. Em duas entrevistas contrastantes feitas dentro do barco de linha no percurso de Santarém-Oriximiná, com uma senhora de Itaituba e outra com um senhor de Oriximiná, mostram as divergências de opinião pelo fato da frequência do uso do serviço. A senhora F.C.A., 42 anos, residente em Itaituba, conselheira tutelar, fazia o percurso acompanhada de outra senhora e mais quatro crianças de idades variadas, o objetivo da viagem era a entrega das crianças para a mãe. Esta relatou a grande dificuldade de a orla de Santarém não ter cais e ser necessário pular de cais em cais, com a rampa de ferro e escorregadia, teve que tirar o calçado para prosseguir o trajeto até o barco e descreve que em sua cidade Itaituba é uma cidade menor, mas com melhor estrutura e questionou como um cadeirante faria para entrar no barco. Enquanto o morador de Oriximiná que faz o percurso rotineiramente, C.P.S, 60 anos, agente operacional da Cosanpa em Oriximiná, que foi levar a esposa a Santarém para passear e estava retornando a sua origem descreve como uma ótima viagem e descreve a existência da acessibilidade no sistema de transporte e seu acesso a ele. O costume de uso do serviço, a fidelização, e o desconhecimento de outras possibilidades faz com que a avaliação do usuário residente seja positiva.

Nas entrevistas feitas na lancha no percurso de Oriximiná-Santarém foi constatado uma avaliação mais positiva do serviço, mesmo com o custo maior, a passagem pode ser comprada pela *internet*, o tempo de viagem é menor, e existe um terminal privativo de embarque e desembarque em Santarém e em Oriximiná é usado o terminal de passageiros administrado pelo Estado. Comparativamente o serviço dentro dos dois tipos de embarcação também são diferentes, no navio de linha a acomodação é em camarote ou em rede (fotografia 6) e na lancha não há diferenças e os passageiros vão sentados em cadeiras acolchoadas (fotografia 7).



Fotografia 4 - Acomodação em rede no navio de linha.



**Fonte:** Autora (2015).

Fotografia 5 - Acomodação em poltrona na lancha.



**Fonte:** Autora (2015).

As diferenças no tempo, valor e conforto nas viagens realizadas nas lanchas em comparação aos barcos de linhas apontam a maior diversificação na oferta do serviço de transporte hidroviário regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever as vivências da população tradicional amazônica no uso do transporte hidroviário com enfoque na segurança, acessibilidade e embarcação pode se observar que



as embarcações de linha que percorrem a Amazônia atuam de forma variada em relação a acessibilidade e ao acesso dos passageiros com variação no custo, conforto e segurança.

Os resultados demonstram como o transporte influencia na qualidade de vida da população, com isso a necessidade de maior investimento no setor capaz de gerar melhorias e assim beneficiar o usuário.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 11.970, de 06 de junho de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 06 jun. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm)>. Acesso em: 15 out. 2017.

CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (CAPOR). **Palestra de prevenção ao escarpelamento**. Belém, 2014. Disponível em: <[https:// www.mar.mil.br/cpaor/arquivos/escarpelamento.pdf](https://www.mar.mil.br/cpaor/arquivos/escarpelamento.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CUNHA, C. B. et al. Perfil epidemiológico de pacientes vítimas de escarpelamento tratados na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. **Rev Bras Cir Plást.**, v. 1, n. 27, p.3-8, 2012.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS VÍTIMAS DE ESCARPELAMENTO (PAIVES). Santa Casa de Misericórdia. Belém, 2017. Disponível em: < <http://www.santacasa.pa.gov.br/programas/paives/>>. Acesso em : 10 out. 2017.

SOUZA, Christine Pantoja de. Desastres de barco na Amazônia divulgados em jornais (2002-2013): Um estudo a luz da psicologia das emergências e desastres e do luto. 2014. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.



## **GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina.**

### **ASPECTOS DE UM SABER VIVER INCORPORADO: REFLEXÕES SOBRE CORPO-PAISAGEM NO COTIDIANO DE JOVENS COLETORES DE AÇAÍ**

Terezinha de Fátima Ribeiro Bassalo (UFPA)<sup>1</sup>

terribeiro3@gmail.com

#### **RESUMO**

Apresento nesta comunicação, questões relativas às práticas cotidianas de jovens *apanhadores de açaí* da Ilha das Onças, de acordo com a pesquisa que venho realizando, para enfatizar a ligação entre homem e ambiente como uma totalidade, nesse intuito, estabeleço uma relação entre as categorias *totalidade antropológica* e *paisagem*, enquanto categorias capazes de expressar essa ligação, evidenciando tais práticas como um conjunto de *técnicas corporais* presentes no cotidiano das regiões insulares próximas da cidade de Belém, reveladoras de um saber viver numa ilha com características próprias que vem sendo praticada através dos fazeres de seus moradores, que constroem assim, um vasto saber manifestadamente incorporado e permanentemente atualizado por estas relações, revelando com isso, aspectos desse imbricamento, como algo necessário e até certo ponto, indissolúvel.

Palavras-chave: corpo, paisagem, imbricamento, apanhadores de açaí

#### **1. INTRODUÇÃO**

Em 2008 iniciei uma pesquisa na Ilha do Maracujá, que resultou na dissertação de mestrado intitulada *Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico sobre os moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA)*, onde a observação do cotidiano dos moradores, permeado de dinâmicas corporais me aproximou do tema do corpo.

Naquela ocasião mencionei que o corpo emergia no diálogo entre as margens, como o grande articulador desse diálogo, através da destreza com que aquelas pessoas sobem nas árvores para retirar o açaí, percorrem diariamente caminhos de várzea, de água, por cima de barcos e “pontes” que constituem o seu chão e ali se equilibram expressando a dinâmica própria da vida na ilha, de um modo acima de tudo vibrante.

Decidi dar continuidade a esse estudo, analisando o cotidiano de jovens coletores de açaí, moradores da Ilha das Onças<sup>2</sup>, localizada entre dois centros urbanos, Belém e

---

<sup>1</sup> Graduada em Filosofia pela UFPA, Mestra em Antropologia pelo PPGSA-UFPA e doutoranda em Antropologia pelo PPGSA-UFPA. Atua como professora concursada de Filosofia para o ensino médio na Seduc, lotada em Belém-Pará.

<sup>2</sup> Uma das ilhas que circundam a cidade de Belém, localizada na Baía do Guajará, distante a 30 minutos de barco de Belém.



Barcarena, mantendo conexões diárias com ambos. A cidade de Barcarena – detentora do controle administrativo da ilha, e a metrópole Belém, funcionam como pólos, onde os moradores transitam para realizar trocas diversas, sendo que a principal delas, no momento, é o comércio do açaí realizado preferencialmente nas margens de Belém.

As conexões entre os moradores e o ambiente são ampliadas para além das águas, num cotidiano *paisageiro* (SANSOT, 1983, apud, ECKERT, 2009: 87), que resulta de um saber viver entre rios, margens, solos de várzea, de terra firme, e alturas – pois são necessárias práticas de alçar vôo agarradas ao fino caule da palmeira até o alto de sua copa, de onde os coletores “passam” para outras copas, até que o fruto do açaí seja extraído em quantidade suficiente para ser comercializado.

Aproveito para enfatizar a distinção feita pelos moradores das ilhas estudadas, entre o açaí comercializado e o açaí para consumo, ambos são referidos com nomes distintos, o açaí para consumo próprio é denominado de “bébe” e o açaí para comercialização é denominado de “açaí”, essa distinção é importante para dimensionar que as coletas de ambos também se dá também de modo diferenciado. A coleta do “bébe”, requer a necessidade de beber o açaí diariamente, qualquer morador da ilha, salvo raras exceções, é capaz de retirar o açaí para consumo, não há tanta exigência na qualidade do fruto e nem necessidade de grande quantidade.

Isso não quer dizer que o bébe não seja importante, pelo contrário, todo morador desenvolve a habilidade de coletar o bébe desde a infância e exercita-a até a velhice, pela necessidade diária de consumi-lo, ele constitui uma dieta que não só alimenta o corpo pelas propriedades já conhecidas do fruto, mas alimenta pelo prazer, por tratar-se de uma bebida considerada tão saborosa que há entre os moradores quase uma unanimidade nesse aspecto, que chamarei aqui apressadamente de “gozo” que a bebida proporciona.

Mas toda coleta prescinde de conhecimento, a coleta do bébe, não é diferente, além de ser o treinamento fundamental para desenvolver a habilidade de coletar o açaí para a comercialização. Existem características que a planta, como qualquer ser vivo, só revela pela intimidade que surge no contato diário, ou, numa outra perspectiva, só depende da capacidade do coletor em apreender tais características.

O fruto possui uma temporalidade de tal modo imbricada no sabor, e perceptível visualmente para o coletor, que, ao olhar do pé do açazeiro, para sua copa, onde estão os cachos, ele sabe se o fruto está no tempo, está passando do tempo, esse é o açaí considerado mais gostoso, ou ainda vai chegar no tempo.

Para cada uma dessas temporalidades, há uma nomenclatura distinta associada como um adjetivo já que imprime uma qualidade ou uma ação, neste caso, uma ação praticada pelo próprio fruto. Então o açaí pode *estar paroando*, ou “pintando” como já ouvi também,



indicando uma ação no sentido de que o fruto está amadurecendo; o açaí pode ser *paráu*, indicando um adjetivo no sentido de que o fruto está maduro, pronto para ser colhido; e existe ainda uma nomenclatura para quando o açaí está passando do tempo, ele é chamado de *tuíra*, a qualidade de uma temporalidade do fruto considerada por alguns como sendo o tempo em que o açaí possui o sabor de excelência, porém, com uma vida tão curta, que “rápido estraga”.

Obviamente que, cada uma dessas nomenclaturas, guarda infinitas nuances ao olhar de cada coletor, todas elas remetem ao tempo adequado para a degustação que também varia, mas é calculado entre, o consumo para o bébe, mais imediato, e para a comercialização, que requer ainda o traslado para a margem urbana, incluindo outros estágios até que chegue em forma de bebida ao consumidor.

O açaí coletado para a comercialização requer esse conhecimento porém aplicado de forma extensiva a várias palmeiras, considerando que são necessárias muitas subidas para coletar vários cachos no intuito de encher quantas rasas<sup>3</sup> forem possíveis.

Essa descrição elaborada a partir das visitas ao campo acompanhada dos interlocutores, traz para o leitor o quanto de elementos relativos ao estudo de paisagem estão presentes na coleta do açaí. Assim busco alguns autores para dialogar, alguns mais detidamente e outros, mais rapidamente, como é o caso de Sansot, (1983, apud, ECKERT, 2009: 89), para quem a paisagem é “experiência humana plural e descontínua na qual os sujeitos, em suas biografias, relacionam imagens, motivados pelo saber e pelo imaginário”, é entendida ainda como um sistema de trocas entre o mundo sensível e o mundo das significações.

Para a autora que me faz o intermédio com Sansot, experiências humanas com paisagens estão sempre presentes, tanto *no enraizamento a um lugar de pertencimento*, quanto *no deslocamento pela diversidade de lugares vividos*, diz ela que, *a experiência humana se dá aos sentidos*, através do olhar, da escuta, do cheiro e do gosto, ao que chama de *jogos perceptivos*, e é desse modo, que habitantes constroem suas *lógicas de viver os espaços e os tempos culturais* (ECKERT, 2009: 89).

A coleta se assemelha, para mim, a um jogo entre homem e planta, um jogo que requer entrega, envolve risco, prazer e um certo automatismo, entendo que o coletor funde-se com a palmeira, para conseguir seu intento. Nesse trajeto de subida e descida, observo que há uma mútua modelagem entre o corpo dos jovens coletores e o ambiente, ambos modelam-se e apresentam marcas, manifestando uma troca, que reforça a idéia de

---

<sup>3</sup> Paneiros feitos de talas de guarumã que servem para acondicionar os frutos do açaí e servem também como medida de peso.



imbricamento, que é o que me leva a tratar essas práticas cotidianas dentro de um enquadre necessariamente mais amplo, como totalidade e como paisagem.

A modelagem evidente tanto no corpo dos coletores quanto no *corpo* do lugar, no açaizal, na ilha, que vem fertilizando mais e mais açazeiros, que adere o manejo, modificando o tamanho das palmeiras, e na habilidade do coletor que tem o corpo ágil para subir em tantas palmeiras quanto forem necessárias para encher as rasas de açai, constituem para mim, a idéia de que a coleta do açai, enquanto prática cotidiana, articula paisagens, mas é também por elas articulada.

O corpo dos coletores é modelado de várias formas pela prática da coleta, os músculos dos membros inferiores e superiores são tonificados e visivelmente torneados, a barriga também é modelada no trajeto, ocorrendo a perda de gordura, trazendo os músculos à mostra, há também arranhões nos braços e pernas, o uso da peconha<sup>4</sup>, marca a parte de cima dos pés, escurecendo-a e tornando-a mais alta, visível como um inchaço, os pés que agarram-se ao tronco da árvore enlaçados na peconha, tornam-se mais largos, espalmados e arqueados, curvados para dentro, o que pode passar despercebido para muitos, é rapidamente identificado para os moradores da ilha.

As marcas deixadas no corpo são percebidas e significadas de diferentes formas pelos jovens coletores que participam da pesquisa, alguns não se importam e exibem-nas como símbolo do trabalho, outros não gostam e estrategicamente utilizam acessórios como botas para proteger os pés, camisa de mangas compridas para proteger os braços e a barriga, de modo a amenizá-las, que mesmo assim, não passam incólumes.

A busca por uma ciência que contemple, que reconheça, as dimensões que são mobilizadas na ação humana, tem no tópico descrito como *totalidade antropológica* por Morin (1975: 200), uma exposição de compreensões e explicações cujo propósito é tentar abarcar tamanha complexidade. Diz ele:

“Todavia, já aqui, pudemos constituir o campo propriamente antropológico nas interações, interferências e atividade fenomenal (*praxis*) entre quatro pólos sistêmicos, complementares, concorrentes, antagonistas: o sistema genético (código genético, genótipo), o cérebro (epicentro, fenotípico), o sistema sociocultural (concebido como sistema fenomenal-generativo), o ecossistema (no seu caráter local de nicho ecológico e no seu caráter global de meio ambiente).”

A totalidade antropológica de que fala o autor chama a atenção do leitor para a relação necessária entre esses sistemas, afirmando que, cada um deles, é *co-organizador, co-autor, co-controlador do conjunto*, (1975: 200), e que o sistema humano se forma a partir

---

<sup>4</sup> Utensílio semelhante a um cinturão que amarrado aos pés do coletor possibilitar apoiar seus pés no caule da palmeira até alcançar a copa, pode ser feito da própria palmeira ou de material sintético.



de todas essas interações, sendo que cada sistema tem uma importância fundamental nessa evolução, que, fica claro, restaura a relação entre homem e natureza, implodindo ao mesmo tempo com a dicotomização entre natureza e cultura.

Enfatiza ele que, *o fundamento da ciência do homem é policêntrico* (1975: 202), nesse sentido, continua,

*o homem não tem uma essência específica que seria somente genética ou somente cultural; ele não é uma sobreposição quase geológica do estrato cultural sobre o estrato biológico; sua natureza está na inter-relação, na interação, na interferência nesse e por esse policentrismo,*

lembra ele mais adiante, que a idéia do fato social total (Mauss), ganha todo sentido a partir dessa compreensão, mas é preciso ampliar o horizonte, e integrar contribuições de conhecimentos científicos diversos.

Essas considerações iniciais, me fizeram aproximar a *totalidade antropológica*, descrita de forma epistemológica por Morin; ao termo paisagem, de acordo como é abordado por outros autores.

## 2. A PAISAGEM EM DIVERSOS ENQUADRES

Christopher Tilley (1994: 22) é um arqueólogo e antropólogo, que busca por intermédio da fenomenologia um melhor entendimento sobre a relação entre o homem e seus arredores, como já dizia Ingold (1993), também por uma necessidade, porque como ele mesmo enfatiza, apesar de antropólogos e arqueólogos terem se interessado há tempos pelas relações entre pessoas e paisagem, não há considerações relevantes, e mesmo nos estudos sobre caçadores-pescadores-coletores, a paisagem ainda não é o foco.

Na avaliação de Tilley, as abordagens existentes ou mostram o ambiente como tendo pouco ou nenhum efeito sobre as exigências práticas de ter que viver nele, ou mostram o ambiente como um mero cenário para as ramificações sem restrições da mente humana. Portanto, de um lado, tem a visão naturalista que considera a paisagem como um pano de fundo neutro para a atividade humana, e de outro, tem a visão culturalista que, mesmo valorizando a paisagem, acaba separando a humanidade em mundos culturais divorciados da "natureza", ressalta Tilley (1994), citando Ingold (1993), de quem considera-se próximo.

A proximidade entre ambos, se dá principalmente, no que Ingold chama de "perspectiva de moradia", onde trata pessoas e meio ambiente como componentes constitutivos de um mesmo mundo, de tal modo que seria inútil pensar natureza e cultura em separado, ou que o ambiente seria uma pauta em branco.



Tanto quanto Ingold, Tilley (1994: 23) também enfatiza a historicidade presente na paisagem, como evidencia nesse parágrafo:

A paisagem é uma forma escultural anônima sempre formada por agência humana, nunca concluída, constantemente sendo adicionada, [pela] relação entre as pessoas e isto é uma dialética constante e um processo de estruturação: a paisagem é tanto meio *para* quanto resultado *de* ação e de histórias anteriores da ação. As paisagens são experimentadas na prática, nas atividades da vida.

Por isso mesmo, diz ele, que a paisagem se constitui no presente, enquanto meio de ação e enquanto resultado de ação, mas também se constitui de histórias que antecederam a ação, paisagens participam das atividades da vida e comunicam-se com experiências de outros tempos, aqui há uma abertura para pensar as camadas de memória que revestem uma paisagem e, na Ilha das Onças, essas camadas, ainda que recobertas pelo mato ou mesmo configuradas de modos diversos pelo incessante devir, não deixam de pulsar, pois trata-se de um lugar secularmente transitado e marcado de vivências outras.

Entre as populações consideradas pré-históricas, fica claro que paisagens tem agência na produção do conhecimento humano (TILLEY, 1994: 23), diz ele que:

*as características da paisagem natural podem ser consideradas como tendo proporcionado um recurso simbólico de extrema importância para as populações pré-históricas. Uma série de etnografias de sociedades em pequena escala, discutidas no capítulo dois, tanto de caçadores-coletores como de cultivadores de subsistência, indicam que, em vez de simplesmente fornecer um pano de fundo para a ação humana, a paisagem natural é uma forma cognitiva com nomes de lugares, associações e memórias que servem para humanizar e enculcar a paisagem, unindo características topográficas, árvores, rochas, rios, aves e animais com padrões de intencionalidade humana.*

Tal afirmação, alimenta meu diálogo com o *corpo* do lugar onde moram os coletores de açaí, quando, através dos relatos associados à observação, tomo conhecimento de que o “mato”, como eles chamam, que é o terreno que fica depois do quintal de suas casas, e que hoje, é predominantemente dominado pelo açaizal; é dividido em “pontas”, sendo que cada uma delas, pertence a um membro da família, em todas as visitas que realizei nos açaizais, fui informada dessa divisão.

Essas divisões são nomeadas por acontecimentos significativos, ocorridos naquele lugar, por exemplo: no açaizal da família do Ariel Lima Teixeira, tem a “ponta da formiga”, porque bem ali, naquele local, alguém levou uma surra de formigas; tem também a “ponta do espírito” que leva o acento no segundo “i” por ser o apelido de um antigo contratado, que ali trabalhou naquela “ponta”, sendo que hoje já é falecido; tem também a “ponta do puraqué”, dentre outras trazendo também nomes de animais, peixes, aves, árvores, insetos, sempre fazendo referência a acontecimentos ocorridos naquele local.



Cada “ponta” tem seus limites e assim é traçado um mapa mental, onde cada membro da família sabe com exatidão a localização do seu terreno em relação aos demais. A floresta de açai que inicia por detrás dos quintais das casas construídas sempre à beira dos rios, se estende para dentro da ilha, num espaço que a maioria dos moradores diz não saber a totalidade do seu centro, mas quando se trata de limites entre uma “ponta” e outra, sabem mensurar com precisão, utilizando como fronteiras elementos naturais, carregados de significado, revelando sobretudo a intimidade com que praticam o lugar, mas também implodindo com os limites entre natureza e cultura.

As atividades humanas se inscrevem dentro da paisagem de uma tal forma que não é possível acessá-las ou mesmo entendê-las, tomando-as separadamente (TILLEY, 1994: 27), revelando outros imbricamentos.

As atividades humanas se inscrevem dentro de uma paisagem tal, que cada penhasco, árvore grande, riacho, área pantanosa, torna-se um lugar familiar. As passagens diárias através da paisagem tornam-se encontros biográficos para indivíduos, lembrando traços de atividades passadas e eventos anteriores e a leitura de sinais - um registro dividido aqui, um marcador lá. Todos os locais e paisagens estão, portanto, incorporados nos tempos de memórias sociais e individuais. Os seus passados, tanto quanto seus espaços, são decisivamente constitutivos de seus presentes. Nem o espaço nem o tempo podem ser entendidos além das práticas sociais que servem para vinculá-los. A experiência humana de encontrar um novo lugar ou saber como agir ou continuar em um local familiar está intimamente ligada a experiências anteriores.

Certeau (2008: 35) faz referência à paisagem enquanto *memória e palimpsesto*, a tradução de palimpsesto remete ao manuscrito em pergaminho que após ser raspado e polido era novamente aproveitado para ser escrito e debaixo de cada escrita, por modernos métodos tem-se a possibilidade de se chegar aos antigos caracteres, funcionando como uma interessante representação da temporalidade impressa pelas práticas cotidianas constituindo lugares e sendo também por eles constituídas.

Os lugares são praticados e continuamente humanizados através do consenso em torno de algumas de suas qualidades significativas, que rompem para fora da paisagem, nesse sentido, cultura e natureza encontram-se tão imbricadas, seja por meio de ações sociais, quanto por meio de ações de caráter mitológico, que não há como tomá-las em separado.

Lembra Tilley que o termo “paisagem” é contemporâneo e altamente ideológico, por isso cita a definição de Cosgrove e Daniels (1988: 1) que vê na paisagem “uma imagem cultural, uma maneira pictórica de representar, estruturar ou simbolizar o ambiente”, uma



imagem que pode ser estruturada sobre uma tela, por escrito e sobre o solo, através da terra, da pedra e da vegetação.

Paisagens, na definição de Cosgrove, são imagens criadas e lidas, como textos verbais ou não verbais, suas origens remontam aos primeiros estados capitalistas de uma cidade renascentista italiana, que simultaneamente dá a luz ao capitalismo e à paisagem.

Por outro lado se toma a paisagem como uma maneira particular de ver, uma peculiaridade do olhar, daí o surgimento de técnicas lineares de perspectiva desenvolvidas na pintura de paisagens para criar uma imagem “realista”, paralelamente ao desenvolvimento de práticas como a cartografia, a astronomia, a topografia e o mapeamento envolvendo regras geométricas formais.

Cosgrove relaciona a isso que toda noção de paisagem, propague uma ideologia visual que mascara as forças sociais e as relações de produção, as relações de exploração e alienação.

As representações da paisagem têm o potencial de obscurecer e, ao mesmo tempo articular a experiência vivida. Nesse sentido, a paisagem como imagem traz implicações tanto ideológicas quanto ontológicas para a maneira como pensamos o mundo, por isso, Tilley adverte que "devemos ter cuidado com as tentativas de resolver suas contradições; antes, devemos permanecer em sua duplicidade, e por que não dizer complexidade.

Retomando esse termo, Flávio Abreu (2009: 75) entende a paisagem como fenômeno acima de tudo, complexo, e lembra que o uso do termo complexo remete ao sentido empregado por Morin (1991), enquanto um “problema” e não como .solução, por admitir que toda paisagem é cultural tanto quanto todo natural é também cultural, pois se o natural é sempre para um observador, então é um fenômeno e como tal é um produto da cultura, nesse sentido, não há natureza ou paisagem natural dissociada de cultura.

Abreu menciona Carlo Ginsburg (1989) que trabalha a paisagem a partir da noção de indícios, das marcas deixadas pelos animais perseguidos por caçadores, evidenciando uma hermenêutica em relação ao meio, acessível tanto aos humanos quanto aos não humanos.

Na pesquisa de campo, observo por exemplo, que a prática da coleta exemplifica bem essa dialética, porque, ao mesmo tempo em que a presença humana é impressa no ambiente, este também imprime os corpos dos coletores, mas penso no quanto de lugar nosso corpo é grafado e expressa a grafia do lugar, ambos corpo e paisagem inscrevem-se mutuamente.

Ao acompanhar o jovem Ariel, colaborador da pesquisa, até o açcaizal, me dou conta do quanto ele apreende sobre vestígios do ambiente, ele me apresenta uma formiga, o nome dela é o barulho que ela faz: “tec-tec”, ele descreve o barulho, me mostra onde ela



mora, “a casa dela é no pé do açazeiro e faz esse barulho porque não gosta que incomodem ela”, ele percebe que quando sobe no açazeiro, a formiga reclama a invasão.

Entender a paisagem como constituída a partir de diferentes agências capazes de redefinir sua fisionomia constantemente, requer tempo, ambiência, escuta e observação, me faz lembrar dos meus primeiros olhares à Ilha das Onças, que, de imediato e à distância, me parecia uma floresta flutuante sobre a baía e principalmente “intocada”.

Digo principalmente, porque a observava da margem continental, e para remeter ao aspecto ideológico, sempre anterior à própria captura da imagem, o olhar e a compreensão do lugar foram se modificando à medida que fui me integrando através das visitas, o contato com as histórias, impressas para além da paisagem, na memória de seus moradores e nas suas narrativas e nas narrativas dos viajantes que por ali aportaram em tempos outros, descortinando as temporalidades de um lugar secularmente praticado.

As narrativas dão conta de uma floresta onde havia muito mais árvores lenhosas, “madeira mesmo”, me disseram alguns moradores que “já saiu muita madeira daqui”, e o que vejo hoje é, como já disse anteriormente, a predominância da palmeira de açaí, e de uma outra palmeira, que também é fonte de subsistência, o jupati, ainda abundante. Árvores de seringa, plantação de cana de açúcar, andirobeiras, pequenas roças de milho, quiabo, maxixe e abóbora, que eram levados ao mercado Ver-O-Peso para serem comercializados, e as olarias que utilizavam a lama também abundante, na fabricação de tijolos e telhas, a usina de beneficiamento da borracha, são muitas inscrições, algumas visíveis apenas nas narrativas do imenso palimpsesto insular que é a Ilha das Onças.

Ainda há muitas árvores frutíferas como mangueiras, jambeiros, goiabeiras, taperebazeiros, ingazeiros, dentre outras, que crescem na várzea e alimentam todos aqueles sistemas que co-existem numa região com características de estuário, as ilusões causados pelas primeiras impressões me remete ao “olhar míope” de que fala Mariano Klautau (1995), direcionado desde muito, às ilhas do entorno de Belém; mas também remete ao “olhar míope” porque dicotomizado, que vê homem e natureza como realidades tão separadas.

O interesse de Tilley pelo tema da paisagem relaciona-se ao interesse de saber como os locais são humanamente construídos (1994: 25), ele entende por “paisagem”, *a forma física e visual da Terra como um ambiente e como um cenário em que ocorrem as localidades e na relação dialética com a qual os significados são criados, reproduzidos e transformados.* Então ele vai dizer que, nas sociedades não-industriais, *a experiência biológica da paisagem*, que se faz no contato direto com os fenômenos naturais tais como a terra, a água, a madeira, pedra, vento, chuva, sol, estrelas e céu, constitui a parte mais



importante da experiência diária e coloca os ritmos da vida em correspondência aos ritmos da natureza.

A partir disso é possível concluir a importância ontológica que tem a paisagem, como algo por intermédio do qual a vida é vivida, algo repleto de significados culturais e simbólicos constantemente atualizados. Não se trata de um olhar ou de um pensamento, não se trata de um mero objeto a ser contemplado, ilustrado, representado e estetizado.

Aqui Tilley deixa sobressair a importância do pensamento heideggeriano na sua obra quando considera que o *habitar* é parte fundamental do ser humano, e daí para o pensamento de Merleau-Ponty que considera o corpo como o ponto de vista privilegiado pelo qual o mundo é apreendido.

### 3. A PAISAGEM E O PENSAMENTO DE BATESON

Apesar de não ter a intimidade necessária para com o pensamento de Bateson, considero-o de fundamental importância para pensar a paisagem e destaco aqui alguns pontos relevantes que justificam a minha escolha, a começar pela idéia de continuidade entre a mente e o ambiente, conforme apresentada por ele em 1972 através da obra intitulada *Passos para uma ecologia da mente*.

Considero que a proposta de Bateson ainda hoje promove uma reviravolta na forma instituída de conhecimento quando retira a mente dos limites do cérebro humano, espalhando-a no ambiente, por ser extensiva, ela engloba todo o mundo fenomênico, conseqüentemente, o conhecimento deixa de ser produto de um sistema fechado, ou pelo menos, como foi concebido até então.

Outro ponto importante é que Bateson parte de uma visão sistêmica de natureza, onde os organismos e o meio ambiente constituem um todo único co-evolutivo, conectado através de uma unidade comunicativa, que agrega organismos entre si e aos demais componentes do meio em que vivem.

Bateson afirma também não haver separação entre a mente e o corpo, argumentando que nós somos subsistemas ou mentes integrantes de um sistema mais amplo, que por sua vez, é afetado por nossas contradições e confusões (Moroni, 2008: 6), causadas por uma concepção epistemológica equivocada que separa os seres vivos entre si e do ambiente em que habitam, colocando os organismos e mais precisamente o ser humano, contra sua própria natureza.

Esse tipo de concepção epistemológica errônea, propõe uma unidade de sobrevivência, baseada numa classificação biológica disposta hierarquicamente da seguinte maneira: indivíduo-linha familiar-subespécies-espécies (Moroni, 2008: 6). Esse tipo de



classificação, remonta à revolução industrial e fomenta idéias antropocêntricas, competitivas entre humanos, controladoras do meio ambiente, além de uma crença cega na tecnologia como a redenção para todos os problemas humanos.

A concepção de epistemologia proposta por Bateson (2000, p. 491), contraria este tipo de classificação hierárquica e estabelece que a unidade de sobrevivência é “organismo-mais-meio ambiente” (apud Moroni, 2008: 7), enquanto trabalha pela interação entre os organismos e abre margem para pensar que essa unidade de sobrevivência, favorece o desenvolvimento de determinada espécie e pode ser considerada semelhante à unidade da mente.

As idéias de Bateson, segundo Moroni, (2008: 7) fundam um novo conceito de epistemologia que aponta para um modelo de relação entre seres humanos e meio ambiente baseado num alto padrão de civilização e na flexibilização desse padrão em relação ao meio ambiente de modo a possibilitar o pensar um sistema complexo, aberto às mudanças.

O pensamento de Bateson, possibilita a compreensão de paisagens como conjuntos de sistemas bio-culturais, onde corpo e ambiente estão tão imbricados, a ponto de a paisagem poder ser pensada como co-fator da corporalidade daqueles que a constituem e vice versa: a corporalidade como co-fator das paisagens. Por isso as práticas da coleta observadas no domínio insular cotidiano, são poéticas do espaço, no sentido bachelardiano, portanto, como criação, e como autocriação, que resulta numa invenção do espaço.

Nessa auto-poiésis, corpo e paisagem articulam-se em reciprocidade, o corpo experimenta a paisagem e é paisagem e grafa-se na paisagem e é por ela grafado. O corpo dos coletores também é formado por rios por isso é um corpo maleável, também é formado de plantas, por isso é um corpo flexível e adere ao caule da palmeira, superando a gravidade, também é formado pelo fruto do açaí e adere as características do fruto. Estas são ainda observações, mas alimentam meu olhar e aumentam a minha compreensão, ampliando o campo *paisageiro* (Sansot) onde me encontro imersa.

A leitura de Bateson, ainda prematura de minha parte, reverbera quando, em campo, olho para o corpo dos coletores de açaí em suas práticas cotidianas, e posso ver que o que chamo de técnicas corporais insulares, não podem ser observadas em separado do ambiente, as reflexões que desenvolvo trazem o ambiente-paisagem para ser observado conjuntamente. Também posso pensar o corpo como a própria paisagem, por carregar nele a totalidade. Como dissociá-lo de tal complexidade, se nele estão contidas as dimensões antevistas por Marcel Mauss (1974: 215/217) quando, ao afirmar que *o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem*, concluiu que, para acessá-lo, só mesmo



partindo do *tríplice ponto de vista* que reúne o biológico, o sociológico e o psicológico, para dimensioná-lo em sua totalidade.

Um corpo que flutua no universo aquoso, um corpo irrigado por uma extensa malha de cursos d'água que recebem as mais variadas nomações, assim é o corpo da ilha que, na sua totalidade, abriga milhares de vidas pulsantes, entre elas estão meus interlocutores, todos eles são modelados pela água que liga aquela totalidade sistêmica, habilitando-os a aderir outros corpos.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, Flávio. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade / org. Flavio Abreu da Silveira, Cristina Donza Cancela – Belém : edufpa, 2009.

BACHELARD, G. A poética do espaço. Martins Fontes, SP, 2003.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BATESON, G. Os homens são como a planta: a metáfora e o universo do processo mental. In: THOMPSON, W.I. (org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*. Gaia Ltda, 2001.

CERTEAU. Michel De. A invenção do cotidiano. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

ECKERT, C. As variações “Paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: CANCELA, D.C.; SILVEIRA, F. L. A. da (Orgs.). Paisagem e Cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EdUFPA, 2009.

INGOLD, Tim. The perception of environment Essays on livelihood, dwelling and skill. Taylor & Francis e-Library, NY, 2000.

KLAUTAU DE ARAÚJO, J.M.. Caligrafias de Belém, Vol I, impresso no parque gráfico da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1995.

MAUSS, Marcel. “As Técnicas Corporais”. In: Marcel Mauss, Sociologia e Antropologia, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MORIN, Edgar. O enigma do homem: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MORONI, Juliana. Epistemologia ecológica: a concepção de uma nova teoria do conhecimento proposta por Gregory Bateson. Vol. 1, nº 1, 2008.  
[www.marilia.unesp.br/filogenese](http://www.marilia.unesp.br/filogenese)

TILLEY, Christopher. (1994) A phenomenology of landscape. Berg, Oxford/Providence, USA, 1994.



## **GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina**

### **HABITUS CAMPONÊS, PRÁTICA SOCIAL CAMELÔ: MENTALIDADE INTERSUBJETIVA DOS TRABALHADORES DE RUA DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM**

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins (NAEA/UFPA)<sup>1</sup>  
[asaalins@yahoo.com.br](mailto:asaalins@yahoo.com.br)

#### **RESUMO**

Este trabalho busca compreender a mentalidade intersubjetiva dos camelôs do centro comercial de Belém. Para isso, buscou-se inspiração em Mauss (2003) e tratou-se de abordar o trabalho desenvolvido na rua como um fenômeno social total, que carrega formas religiosas, morais, estéticas, políticas e familiares. Para isso realizou-se 10 entrevistas em profundidade para compreender as relações possíveis entre *habitus* e prática social dos camelôs, a partir de Bourdieu (1979 e 1996). Observou-se que muito do imaginário deste grupo tem origem naquilo que Costa (2008) definiu como trajetória tecnológica camponesa T2, ligada a sistemas agroflorestais. Bem entendido, se quer mostrar o aspecto cultural deste tipo de trabalho, ou seja, mais do que razões puramente econômicas, uma pessoa se torna camelô por conta de uma trajetória marcada por uma racionalidade onde o trabalho – assim como no mundo camponês - é encarado como um dever social, uma justificação perante o grupo, ainda que em condições precárias; por uma relação muito particular com o tempo, onde há valorização do controle deste, e uma conseqüente sensação de autonomia; pela inadaptação e rejeição das complexas normas trabalhistas, bem como da hierarquia patrão-empregado do mercado formal; e pela busca, fundamentalmente, da reprodução da família.

Palavras-chaves: camelô, *habitus*, prática social.

#### **1. INTRODUÇÃO**

##### **1.1. Setor informal: muito além de uma questão econômica**

Este artigo faz parte de uma tese de doutorado que pretende demonstrar o aspecto cultural do trabalho informal, mais especificamente o dos camelôs do centro comercial de Belém. Assim, pretende-se demonstrar que muito além de uma situação conjuntural econômica, o trabalho de camelô sinaliza a duração histórica de processos intersubjetivos sobre o mundo do trabalho na região amazônica. Para fugir de uma perspectiva economicista, buscou-se inspiração em Mauss (2003) e tratou-se de abordar o trabalho de venda de produtos na via pública como um fenômeno social total, que carrega formas religiosas, morais, estéticas, políticas e familiares. Busca-se, assim, entender como

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGSTU) / NAEA/UFPA.



disposições, representações e valores correspondentes a estruturas econômicas rurais podem coexistir em indivíduos que também precisam dar conta de necessidades impostas por estruturas econômicas do capitalismo contemporâneo. Para entender como isso ocorre entre os camelôs, realizou-se 10 entrevistas em profundidade. O objetivo é compreender as relações possíveis entre *habitus* e prática social dos camelôs. Toma-se *habitus* aqui, na acepção de Bourdieu (1996) como as disposições e estruturas cognitivas profundamente enraizadas no sujeito, que orientam a ação deste, mas que dependem da posição dele no espaço social e nos campos sociais, e se constitui na consonância entre a estrutura estruturante (estrutura objetiva, exterior ao sujeito e imanente à sua realidade relacional) e a estrutura estruturada (subjetiva, cognitiva).

Observou-se que muito do imaginário deste grupo tem origem naquilo que Costa (2008) definiu como trajetória tecnológica camponesa T2.

Esta trajetória tem por base o extrativismo não-madeireiro em combinação com agricultura diversa, de culturas temporárias e permanentes (...) Os resultados são sistemas agroflorestais, expressão de um paradigma tecnológico, no qual os processos produtivos pressupõem, em algum nível, a preservação da natureza originária (COSTA, 1998, apud COSTA, 2009a, p. 248) □□□.

A tese é de que essa mentalidade intersubjetiva se reconfigura no ambiente urbano, agora no trabalho de venda de produtos na rua.

## 2. METODOLOGIA

Neste trabalho realizou-se uma pesquisa qualitativa, com amostra não probabilística, ou intencional. Para selecionar os informantes levou-se em consideração a disponibilidade e a disposição deles em falar. Além disso, procurou-se garantir que ao final se pudesse obter informações confiáveis e relevantes sobre a sociabilidade nas ruas onde há maior número de camelôs do centro comercial de Belém. Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com uso de roteiro, entre novembro de 2016 e junho de 2017 com 10 camelôs. São eles: 1. Luis Carlos Serrão, 38 anos. Atua em barraca que vende bolsas, na praça das Mercês, no cruzamento entre a Tv. Frutuoso Guimarães e Rua João Alfredo; 2. Reinaldo Correa Mendes, 36 anos. Atua em barraca que vende brinquedos na Rua Santo Antônio, entre Rua Padre Prudêncio e Praça Barão do Guajará; 3. Maria Lucimar de Jesus, 51 anos. Atua em barraca que vende pijamas, na travessa 7 de setembro entre Rua 13 de maio e Rua João Alfredo; 4. Paulo de Jesus Gomes, 47 anos. Atua em barraca que vende e conserta relógios, na Travessa Padre Eutíquio, entre Rua Ó de Almeida e Rua Aristides



Lobo; 5. Paula da Silva Santos, 39 anos. Atua em barraca que vende brinquedos na Avenida Portugal, esquina com Rua João Alfredo; 6. Augusto dos Santos Palheta, 34 anos. Atua em barraca que vende CD's e DVD's piratas, na Travessa Padre Eutíquio, entre Rua 13 de Maio e Rua João Alfredo; 7. Silvana Maria da Silva Sousa, 61 anos. Atua em barraca que vende bijuterias na Rua Manoel Barata entre Rua Padre Prudêncio e 1º de Março (lado externo do Espaço Palmeira); 8. Josué Araujo de Castro, 30 anos. Atua em box dentro do Espaço Palmeira, com a venda de produtos de armarinho; 9. Waldecir de Oliveira Vilhena, 51 anos. Atua em barraca que vende tesouras e controles remotos, além de amolar lâminas em geral na rua 13 de maio entre as avenidas Portugal e travessa 7 de setembro; 10. Marcos Paulo Chagas da Silva, 39 anos. Atua em barraca que vende brinquedos, na Rua 13 de Maio entre travessa 7 de setembro e avenida Portugal, em frente à Lojas Americanas.

### 3. *HABITUS* E PRÁTICA SOCIAL: ENTENDENDO A MENTALIDADE INTERSUBJETIVA DOS CAMELÔS

#### 3.1. Considerações sobre *habitus* camponês e ética no mundo do trabalho camelô

Como mostra Costa (2012), desde o grande *débâcle* da produção de borracha de 1912/14, houve uma ampla campenização dos trabalhadores que antes atuavam nos seringais amazônicos. Se antes, a produção do látex quase monopolizava os esforços da mão de obra, a partir dali houve uma diversificação da produção agrícola com arroz, farinha de mandioca, milho e feijão. Essa produção se fez em relativa harmonia com o ritmo da natureza, ou seja, houve uma conciliação entre agricultura e extrativismo, a partir da pequena produção familiar. Por isso esses novos produtores foram chamados por Costa (2012) de “camponeses-caboclos”. Como já se disse anteriormente, o que foi observado neste trabalho é que os camelôs do centro comercial de Belém são, em grande parte, oriundos de famílias dessas áreas e trazem esse *habitus* camponês-caboclo para o ambiente urbano.

Assim, o que se buscou nas entrevistas com os camelôs do centro de Belém foi compreender em que medida o trabalho deles implica negociações de disposições culturais do ambiente rural no espaço urbano. A primeira noção que vem à tona é a forma de pensar o tempo no mundo do trabalho. Segundo Bourdieu (1979), no mundo camponês, o futuro não costuma ser encarado como algo que deve ser dominado pelo cálculo econômico racional. Ali o que determina as expectativas em relação ao futuro é o sentimento de honra dentro do grupo e a reprodução simples deste. Bourdieu (1979) explica ainda que essa



reprodução simples é aquela definida em termos marxistas, ou seja, consiste na produção de bens que permitem ao grupo subsistir e se reproduzir biologicamente, bem como reproduzir seus vínculos, valores e crenças que fazem a coesão deste mesmo grupo. Assim, na lógica camponesa:

(..) tudo acontece como se ao desencorajar expressamente todas as disposições que a economia capitalista exige e favorece, espírito de empreendimento, preocupação da produtividade e do rendimento, espírito de cálculo, etc, e ao denunciar o espírito de previsão como uma ambição diabólica, em nome da idéia que “o futuro é a parte de Deus” (BOURDIEU, 1979, p. 33)

As respostas sobre o futuro não raro apresentam essa perspectiva, como o caso do camelô Paulo de Jesus Gomes. Quando perguntado se planeja o futuro, respondeu: “não, porque primeiramente o dia de amanhã não pertence pra gente. Pertence a Deus. Só Deus é que sabe o futuro da gente. Eu hoje estou aqui, amanhã não sei se estarei”. Sobre o tema aposentadoria, a camelô Paula da Silva Santos respondeu: “não, não. Não penso no futuro, porque o futuro não pertence pra nós. Pertence a Deus. O que ele vier, o que ele mandar seja bem-vindo”. Os camelôs mais jovens Josué Araujo de Castro, 30, e Luis Carlos Serrão, 38, são exceção no grupo. Provavelmente por terem, entre a amostra de entrevistados, escolaridade acima da média (o primeiro é estudante de nível superior, e o segundo quase completou o ensino médio), eles já são filiados ao programa microempreendedor individual, do Sebrae, que os garantirá aposentadoria no futuro. O camelô Waldecir de Oliveira Vilhena é um caso à parte. Ele pensou no futuro anos atrás. Hoje, além de trabalhar como camelô, vive da renda de imóveis.

A minha aposentadoria eu já fiz. (...) Eu nunca paguei aposentadoria. Mas eu guardei o dinheiro e fiz uma vila de quitinetes (...) quando eu inteirar 65 (anos) eles vão ter que me dar um salário mesmo. Quem é que vai conseguir se aposentar agora com mais de que um salário com essa nova regra que eles estão mexendo agora? Ninguém! (...) Quem é que vai conseguir pagar 38 anos de Previdência (...) de carteira assinada? (VILHENA, 2017).

Como se pode ver, a influência do modo de vida camponês é relativa nas práticas sociais dos camelôs. Em vários casos se manifesta apenas parcialmente, articulando elementos da economia arcaica com estratégias capitalistas contemporâneas.

Ainda tratando das formas de controle do tempo, é necessário refletir sobre a influência que o modo de vida camponês-caboclo, Costa (1998, apud Costa, 2012) mantém com os camelôs de hoje. Essa sociabilidade rural é marcada pela observação dos ciclos da



natureza. Assim, além do uso do tempo em termos de plantação e colheita, típicos da agricultura, há ainda a forma de perceber a passagem do tempo em conformidade com os ciclos estritamente naturais, sem interferência humana, como o da coleta de produtos que ocorrem em abundância na região. Nas cidades onde predominam as atividades agroflorestais, e, conseqüentemente, a policultura, é comum ver atitudes de submissão e reverência à natureza. É que os camponeses, explica Bourdieu (1979), dividem o tempo a partir do princípio da organização da sucessão temporal, baseado em divisões de um calendário mítico-ritual, que projeta uma ordem de sucessão de oposições míticas que dominam a existência.

Simultaneamente, princípio de organização - sendo sua função a de regular a sucessão temporal - e força de integração, pois que garante a harmonização das condutas individuais e o preenchimento recíproco das expectativas que se referem ao comportamento alheio, o calendário dos trabalhos e das festas institui a coesão do grupo interdizendo toda omissão às previsões coletivas ao mesmo tempo que, através de vias opostas, àquelas da ciência ou da cálculo econômico, garante a previsibilidade. A ordem social é, antes de mais nada, um ritmo, um *tempo*. Conformer-se com a ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora de tempo. Pertencer ao grupo, significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo. Adotar ritmos desusados, itinerários próprios significa excluir-se do grupo. (BOURDIEU, 1979, p. 47 e 48)

Tomando essa definição de Bourdieu (1979) para o contexto dos camelôs, pode-se dizer que eles têm sua própria forma de dividir o ano em ciclos, neste caso, conforme as vendas, que, por sua vez, correspondem às datas festivas. Nesse sentido, a organização do tempo para a maior parte dos camelôs entrevistados é uma experiência individual, mas fundamentalmente coletiva – assim como no mundo camponês - porque pressupõe um sistema de códigos e interdições. Um exemplo da organização do tempo em ciclos e a implicação disso para o grupo está bem claro em trecho da entrevista com o camelô Marcos Paulo Chagas Silva. Ele conta que os camelôs da redondeza e ele se combinam para definir o que cada um vai vender, evitando assim, conflitos.

Nós aqui, a gente se conhece há muito tempo. Cada um no seu galho. Por exemplo o rapaz da sombrinha aqui. Ele vendeu sombrinha no inverno todo, mas eu não vendi. Entendeu? Nem o senhor aí. A gente respeita o trabalho dele. Agora no verão também ele não vai mudar. Fica na sombrinha também, entendeu? (SILVA, 2017).

Aliás, outra influência do modo de vida camponês é quanto a forma de encarar a família. Bourdieu (1979) afirma que nesta lógica, esta, independentemente do número de pessoas que ela contenha, é pensada como uma unidade em termos de produção e



consumo de bens. Isso impede que se estabeleça a relação entre os recursos e o número de indivíduos. Já o modo de vida burguês, ao contrário, estimula o espírito de cálculo do custo de cada indivíduo para o orçamento familiar, levando em consideração o esforço, tempo e recursos dispendidos para obtenção de bens. Porém Bourdieu (1979) afirma que há, sim, cálculo nas relações camponesas, mas este está a serviço do sentimento de equidade dentro das relações familiares. “Nunca ausente, o cálculo nunca é confessado”, diz o autor. Trata-se então de estabelecer troca de dádivas que encobrem a lógica do cálculo implícito à troca. Esse tema da dádiva, aliás, foi consagrado por Mauss (2003), quando este percebeu que as sociedades que ele classificou à época como primitivas ou arcaicas, possuem fenômenos sociais totais que exprimem:

de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo —; econômicas — estas supondo formas particulares a produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição —; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (...) um dos traços, profundo mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto, obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico. (MAUSS, 2003, p. 187 e 188).

O que chama a atenção dessa teorização é que ao contrário do trabalho burguês, que tem extrema preocupação com níveis de produtividade e é voltado para o lucro, na lógica camponesa:

O trabalho não é nem uma finalidade em si nem uma virtude por si. O que está valorizado não é a ação orientada em direção de um fim econômico, é a atividade em si, independentemente de sua função econômica e somente à condição que ela tenha uma função social. O homem que se respeita deve estar sempre ocupado com alguma coisa (...) O preguiçoso não realiza a função que lhe cabe no seio do grupo: por isso, ele se coloca a margem e se expõe a ser rejeitado. Permanecer ocioso, especialmente para quem pertence a uma grande família, significa atraiçoar próprios empenhos com relação ao grupo, significa esquivar-se aos deveres, as tarefas e aos encargos que são inseparáveis ao fato de pertencer ao grupo. (BOURDIEU, 1979, p. 43)

Dentro desta lógica de influência do modo de vida camponês, há vários tipos de acordo entre eles no sentido de garantir a autonomia do camelô, desde que não comprometa a harmonia do grupo como um todo. Reinaldo Correa Mendes apresenta relato nesse sentido.



Antigamente eram poucas bancas que tinha. Não era tudo isso de ambulante. Aí foi chegando, foi chegando. Tem gente que quer vender a mesma mercadoria que o outro vende aí tu já viu né? Aí tem que dividir. A gente tenta organizar. Cada um vende uma coisa. Por exemplo, eu vendo brinquedo aqui, o outro vende roupas do lado, daí vai separando pra não ficar tudo igual (MENDES, 2016).

A camelô Maria Lucimar de Jesus descreve como funciona essa espécie de “código de ética” informal entre os colegas do entorno.

Eu com ela aqui, ela (da barraca vizinha) vende coisa de bebês e eu vendo o que é meu. Os meus pijamas. Então não é justo eu botar coisa de bebê ela vendendo aqui. Eu não gosto assim (...) Mas é uma coisa da gente mesmo (...) É assim que é nossa vida aqui é... E a gente é da mesma cidadezinha eu com ela. Por isso a gente se dá bem (JESUS, 2016).

Mas se há interdições, há também fortes laços de solidariedade entre os camelôs. Muitos encaram os vizinhos de barraca quase como extensão da família. Luis Carlos Serrão contou que gosta muito da relação que mantém com os camelôs do entorno. “Aqui a Dona Maria aqui, por exemplo, ela me conhece desde pequeno. É uma relação familiar. Cada um ajuda o outro. Independente, cada um vende o produto do outro e faz com que sejamos todos unidos”. Reinaldo Correa Mendes explica que não é necessário ficar o tempo todo diante da barraca, graças aos laços de solidariedade.

A gente pode sair. Vai no banheiro. Tem uma pessoa que fica aqui pra gente reparando até a gente voltar. Mas é rápido. Um ajuda o outro aqui. Um olha a banca do outro. Quando não, a gente traz nossos próprios familiares. Sai, almoça, volta. Somos uma família praticamente. A gente vive mais tempo aqui no comércio do que na nossa própria casa com nossos próprios familiares (...) As vez a gente vai pra casa um do outro. Tem aniversário, um já convida o outro (MENDES, 2016)

Todos os entrevistados disseram ajudar um ao outro, inclusive fazendo vendas e dando o dinheiro depois, quando alguém precisa se ausentar. Em alguns casos, isso foi presenciado pela pesquisa.

Um outro aspecto que demonstra o forte sentimento de grupo entre os camelôs é o reconhecimento que alguns dos entrevistados têm da importância de entidades como o Sindicato de Ambulantes do Centro Comercial de Belém e da Associação dos Ambulantes do Centro Comercial de Belém. Elas são descritas como importantes para a permanência deles na via pública, bem como fundamental na prestação de assistência social e qualificação. Reinaldo Correa Mendes está entre os que valorizam o sindicato. “Até hoje, do que eu conheço o sindicato, o que ‘coderna’ a gente faz de tudo pra gente ficar aqui. Ajeita a documentação da gente tudinho. Eles (prefeitura) respeitam a gente. A gente respeita eles



também. Porque é como eu tô te falando. A gente somos tudo organizado”. Resumidamente, dos 10 entrevistados, seis pagam entidades e um que não paga a valoriza e pretende pagar. Do outro lado estão camelôs que não acham que a associação ou o sindicato possa fazer algo significativo como Maria Lucimar de Jesus, Silvana Maria da Silva Sousa e Augusto dos Santos Palheta.

A partir das entrevistas, percebeu-se ainda que a questão do ritmo que se dá a existência e, conseqüentemente, ao mundo do trabalho, é extremamente relevante para compreender o porquê de um trabalhador se inserir no setor informal da economia. O *habitus* burguês, como explica Souza (2003, apud Maciel 2006b), só se obtém com treinamento desde a infância. Nas periferias das cidades brasileiras, a maioria não teve a preparação psicossocial exigida na modernidade para o advento em uma racionalidade indispensável à lógica do mercado. Além disso, os “precários”, como ele chama, não tiveram oportunidades de aprendizado suficiente na moral burguesa. Maciel (2006b) afirma que esse *habitus* “precário” se desenvolve em um ambiente que forma uma personalidade emocionalmente despreparada para as exigências da modernidade, devido não se estruturar com a finalidade de dar espaço para privacidade e individualidade. Assim, as disposições psíquicas e emocionais têm posição central na explicação das decisões, comportamentos e opiniões de grupos como os camelôs. Por isso é tão comum que eles não se adequem às normas do trabalho formal. Há entre todos os entrevistados uma sensação de liberdade em relação ao uso do tempo, além de um contentamento em não ter um patrão que impõe regras. A opinião de Paulo de Jesus Gomes sobre este tema é sintomática.

Eu trabalhei dois anos na Petrobras, de 1987 a 1989. Serviços gerais. Depois já não deu mais certo. Me transferiram para o aeroporto também. Não deu certo. Não me acostumei. Pra minha opção é melhor (trabalhar como camelô). Porque a gente trabalha pra gente mesmo. Não depende de horário. Não depende de patrão, de ficar sendo mandado. E aqui não. A gente chega a hora que quer e sair a hora que quer também (GOMES, 2016).

É bem verdade que a opção pelo trabalho de camelô não é, propriamente, uma escolha, ao menos não no sentido de escolha racional moderna, na medida em que a maioria tem baixa escolaridade e descobre, à duras penas, que conseguir um emprego lucrativo no setor formal da economia da cidade é algo bem raro, que exige pré-requisitos que eles não alcançaram. Este contexto é descrito por Bourdieu (1979): “descobrir o trabalho como atividade de lucro por contraste à atividade tradicional que daqui por diante



aparece como simples ocupação - significa descobrir sua raridade, noção inconcebível em uma economia que ignorava a preocupação da produtividade”. Dessa maneira a experiência comunicada por todos os camelôs entrevistados é de que não teriam como obter a renda que hoje possuem de outra maneira. Um dos trechos da entrevista com Luis Carlos Serrão exemplifica essa compreensão. Ele não chegou a completar o ensino médio e acha que isso foi determinante para a vida que leva hoje. “Eu me adaptei aquilo que na ocasião era o único jeito. Tem que ter a ética de falar. Ou era trabalhar ou ia para a marginalidade. Preferi trabalhar”. Paula da Silva Santos estudou até a sétima série. Ela conta que se tornou camelô por se imaginar desde criança dando continuidade ao trabalho dos pais. “É porque vem de família. O meu pai já tem quase 50 anos, minha mãe quase 40 (atuando como camelô). Aí todos nós fomos se criados aqui já. E aqui ficamos”.

Como já se disse, no mundo moderno, o trabalho, entendido como atividade que visa o lucro e não como ocupação, é uma raridade e se torna quase inatingível para aqueles que não possuem formação acadêmica. Daí a recorrência ao mercado informal. Por isso, como nos conta Bourdieu (1979), o desencantamento do mundo deve ser entendido como o “desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza”. Nesse sentido, o caso de Josué Araujo de Castro é exemplar. Único dos 10 entrevistados a cursar nível superior, ele já tem uma forma de trabalhar influenciada pelo modo de produção capitalista. Ele pensa sempre em formas de reproduzir o capital que obtém, reinvestindo no próprio negócio e em busca de novos mercados. Além disso, está sempre utilizando estratégias para atrair e fidelizar clientes com técnicas de marketing. Por tudo isso, Josué diz que não se vê mais como camelô, mas sim como um microempreendedor individual.

A gente trabalha pra crescer. Como a gente era ambulante, hoje é microempreendedor então a nossa ideia é passar pra pequena empresa (...) Por isso que eu tive que me qualificar. Sair dum autônomo pra ir pra um microempreendedor, pra sair da área de camelô (...) Pela estrutura que eu tenho, a forma que eu trabalho, clientela ligando, trazendo pedido, já é uma outra forma de trabalho. Até porque a galera que trabalha na via pública ele não se importa de montar uma clientela, (...) fique fixo da casa né? (CASTRO, 2017).

Os casos de Josué Castro, Marcos Paulo Silva e Paula Santos demarca bem a diferença entre os camelôs entrevistados. Enquanto eles fazem um registro e controle dos recursos que entram e saem, os outros sete dizem não se preocupar com essa questão. Sobre isso Josué afirma:



Faço controle, produto, mercadoria, cliente, o que saiu, o que entrou, quanto ganhei, quanto não ganhei, como é que vai ficar. A gente tem, tipo, dependendo da época, por mês, tem mês aqui que a gente tira, faz R\$ 4 mil. Depende muito do mês. Fica variando. Agora deu uma caída mais né? Mas tipo, a despesa limpa, tem mês aí que a gente tira R\$ 2 mil limpo. Porque tem o gasto, tem o que é investido. Eu tenho um contador, geralmente quando tenho prestação de contas com o Sebrae. Aí eu já chamo ele pra fazer isso. (CASTRO, 2017)

Já os outros camelôs não utilizam o cálculo como forma de tentar controlar seu próprio destino. Silvana Maria da Silva Sousa é um bom exemplo de gestão intuitiva do dinheiro que obtém com as vendas. “Eu não. Nunca fiz (controle dos recursos que entram e saem). Tenho colega que faz. ‘Vendeu uma coisa’ (gesto de anotar), ‘vendeu outra coisa’ (gesto de anotar), gastou (gesto de anotar)...Eu não faço nada! É meu! Eu não vou prestar contas com ninguém!”.

### **3.2. Considerações sobre a origem familiar dos camelôs:**

Dos 10 camelôs do centro comercial de Belém que foram entrevistados pela pesquisa, seis indicaram que possuem trajetória familiar camponesa. Nos termos de Costa (2009a), se diria que eles fazem parte da T2, já que informaram que avós trabalhavam com agricultura, ou “na roça”, como disseram, em cidades tradicionalmente ligadas a atividades agroflorestais, como Abaetetuba (citada duas vezes), Igarapé-Miri, Cametá, Bragança, Oeiras do Pará, Santa Maria do Pará, Igarapé-Açu e Acará. Apesar dos relatos serem curtos, vagos e baseados no que ouviram dos pais, foram lembradas atividades familiares na produção de palmito, mandioca, milho e melancia. Dois outros entrevistados também citaram avós em municípios ligados à economia agroflorestal (Muaná, no Pará, e Assis Brasil, no Acre), mas não souberam informar em que eles trabalhavam por lá.

Assim, ao menos para o grupo de entrevistados desta pesquisa, as respostas parecem confirmar a hipótese de fundo desta tese de que o ingresso dessas pessoas na atividade de venda de produtos na rua reflete bem mais do que uma situação conjuntural, da economia. Revela, antes, uma disposição inscrita em seu *habitus* camponês-caboclo. O trabalho de camelô, assim, possui um forte componente cultural, onde a sensação de controle do tempo e dos ciclos, típicos do modo de vida camponês; bem como características do modo de vida popular em geral, dentre as quais a tênue separação entre o espaço público e o privado, a centralidade da família como locus de reconhecimento e unidade econômica, se mistura agora com novas questões apresentadas pelo espaço



público urbano, marcadas pelo imperativo burguês da circulação de pessoas e mercadorias, e a conseqüente necessidade de comportamentos distintos, nas esferas pública e privada.

Provavelmente já refletindo esses novos imperativos do ambiente urbano, um fato chama a atenção nas entrevistas: nenhum dos dez camelôs entrevistados quer que seus filhos assumam as atividades de venda nas barracas. Em suas respostas há uma consciência muito forte da necessidade do ensino formal para se conseguir uma inserção profissional. Mas além do sucesso econômico, eles desejam que seus filhos tenham reconhecimento social. Bem entendido, os camelôs não querem que a futura geração da família passe pelas mesmas situações humilhantes que eles relataram para poder se inserir produtivamente. Todos apresentam histórias curiosamente semelhantes de autocomiseração. É que apesar de muitos conseguirem remunerações bem acima do salário mínimo (há caso de camelô que fatura um salário mínimo por semana), eles se ressentem de serem discriminados pela sociedade ao não terem seu status de trabalhadores reconhecido, além de não terem sua importância econômica levada em consideração dentro do centro comercial de Belém. Outro fator de queixa é o fato de não possuírem nenhum tipo de garantia legal para se manter, em definitivo, na via pública, por parte da Prefeitura de Belém. Nesse sentido, o relato do camelô Waldecir de Oliveira Vilhena se destaca. Ele sempre sonhou em ter nível superior, mas precisou abandonar a escola para sustentar os irmãos mais novos. Por conta disso, ele vê com apreensão o fato do filho mais velho estar na barraca com ele.

Tem uns dois anos. Mas ele não vai ficar aqui. Porque presta atenção, ele é muito novo! Eu sou camelô não porque eu queria ser. Não tinha pra onde correr. Estudar eu tinha maior vontade do mundo que era ser engenheiro eletrônico. Meu sonho era esse, mas não deu (...) Ah, meu filho ele vai estudar. Estudar pra se formar. Ele agora tá fazendo um curso de conserto de celular. Só que ele vai voltar a estudar. Ele vai pra universidade (...) Ah, meu sonho é todos estudarem!" (VILHENA, 2017)

Quando perguntado o que será da barraca já que ninguém vai assumir, respondeu: "tem neto. Risos. Porque não pode parar isso aqui. Poxa, tem 20 e poucos anos já de tradição aqui né?"

A partir desses relatos, pode-se fazer algumas generalizações que servem tão somente para este grupo de entrevistados. Há uma primeira geração de camelôs, que passou a atuar nas ruas do centro entre meados dos anos de 1980, bem como na década de 1990. Nesse grupo, há os que têm filhos que estudaram (alguns até mesmo obtiveram o



nível superior) e não deram continuidade ao negócio. Por isso, esses camelôs tiveram que permanecer atuando e hoje já têm, em geral, mais de 50 anos de idade e costumam atuar sozinhos. Há um outro grupo, porém, formado pela segunda geração de camelôs na família. Eles são, em geral, jovens com quase 40 anos e assumiram as barracas dos pais nos anos 2000. Estes, por sua vez, têm filhos que não devem assumir o negócio, já que a terceira geração é incentivada pelos próprios pais a estudar e não se tornar camelô.

Após as entrevistas, compreende-se que, ao menos para esse grupo de entrevistados, a atividade de camelô tem como função primordial a reprodução da própria família. Isso se explica por vários motivos. O primeiro deles é externo à vontade dos trabalhadores. Eles estão limitados pela legislação especializada, vide a lei 7862, de 1997, que não permite aumentar as dimensões da barraca, bem como a quantidade de permissões. Mas o que interessa a esta pesquisa são os fatores culturais que impedem muitos camelôs de seguirem a lógica do setor informal, de acumulação e reprodução do capital, expansão dos negócios em busca de novos mercados, aos moldes do que explica Marx (1996). A lógica camponesa de dar trabalho, prioritariamente, aos membros da família impede que se pense a atividade em termos estritamente impessoais e voltados ao lucro em maior escala. Apenas quatro dos dez entrevistados disseram já ter contratado pessoas para atuar na barraca. Ainda assim, a maioria é recrutada na própria família e de forma eventual, em períodos de maior venda no centro comercial como natal, quadra junina, etc. Apenas o camelô Luís Carlos Serrão possui uma ajudante fixa, com salário acertado semanalmente, em acordo informal entre as partes. A maioria das entrevistas confirmam o que Bourdieu (1979) afirma sobre a troca de dádivas entre os subproletários, onde os laços interpessoais são uma forma de compensar a ausência de garantias dadas pelos títulos acadêmicos.

As relações de parentesco, de vizinhança e de camaradagem tendem a reduzir o sentimento da arbitrariedade, mas desenvolvendo a convicção, não menos irracional, de que as relações, o pistolão, o "desembaraço" (...) tudo podem. (...) aquele que alcançou o sucesso deve se servir de seu próprio êxito para ajudar os outros; a começar pelos membros da própria família (...) O nepotismo, nesse caso, é uma virtude. (BOURDIEU, 1979, p. 57 e 58)

Paula da Silva Santos é um dos casos mais emblemáticos em que o trabalho de camelô é uma questão de família. Além de atuar junto com o pai, que é camelô há quase 50 anos no centro comercial de Belém, possui uma irmã que também é dona de barraca nesta região da cidade. Quando há momentos de maior venda elas só empregam parentes. "Só da família. No mês da quadra junina a gente contrata três pessoas. Uma é minha filha e duas



sobrinhas minha. Tipo assim, elas estão desempregadas e é uma forma da gente ajudar elas”.

### **3.3. Considerações sobre as formas religiosas:**

Dos 10 entrevistados, tem-se dois grupos. No primeiro, seis se declaram evangélicos. Entre estes há dois frequentadores da igreja Assembleia de Deus, dois da Quadrangular e um da Universal do Reino de Deus. Um camelô não especificou a igreja evangélica que frequenta. Nesse grupo, eles costumam ir ao culto pelo menos uma vez por semana. Em alguns casos, a frequência é maior. Há ainda um segundo grupo, com quatro camelôs que se declaram católicos. Ocorre que entre esses, dois não costumam frequentar as missas, mas os cultos. Por outro lado, em duas outras ocorrências entre os que se declaram católicos, as entrevistadas disseram frequentar missa e novena.

Entre os evangélicos um entrevistado em particular se destacou por demonstrar como a religião pode ter fortes laços com a atividade econômica. Marcos Paulo Chagas Silva frequenta a Igreja Universal do Reino de Deus há 13 anos e diz que aprendeu como lidar com os clientes, a partir dos ensinamentos obtidos junto ao pastor. “Me ajudou bastante, porque tem o Congresso Empresarial dia de segunda, e o pastor lá na palestra ele ensina muito a pessoa ser educada com os clientes. Principalmente quem trabalha com vendas. Eu aprendi muita coisa ali. Eu aprendi mais ali do que aqui na rua. É uma escola”.

É notável perceber que assim como o que já foi descrito pela célebre obra de Weber (2004), os camelôs e aqueles que se identificam com os valores protestantes mostram-se mais uma vez aqui bem adaptados às necessidades de uma vida devotada ao trabalho, sendo a disciplina uma característica fundamental para o sucesso material, que por si já é um sinal de predestinação. Nesse sentido, compreende-se o porquê de Waldecir Vilhena se identificar com os valores do ascetismo evangélico, mesmo se declarando católico. “Porque eu acho que é o seguinte. O católico ele é muito liberado. Aí já o evangélico não. Ele tem algumas regrazinha, que o cara tem que seguir. Mais disciplinado, claro!”

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para finalizar, após realizar as 10 entrevistas, percebe-se que o fato do camelô ser o vendedor de seus próprios produtos e estar diariamente atuando na montagem e desmontagem da barraca, exemplifica bem a situação que o atrela à condição de trabalhador e não de empresário. Se assim o fosse, ele teria que atuar através de uma



lógica burguesa de exploração da mais-valia de um terceiro e da incessante procura por novos mercados consumidores. É bem verdade que nem todos estão conformados com essa situação e querem sair dessa condição de camelô para um novo status como já se demonstrou anteriormente. Por ora é o que cabe expor neste que é apenas o primeiro artigo após a realização da ida a campo. Em breve espera-se comunicar mais detalhes sobre a relação entre *habitus* e prática social destes trabalhadores. Em outros artigos, a intenção é realizar uma cartografia com as ruas do centro comercial que são mais valorizadas pelos camelôs, expor suas preferências estéticas, o que pensam na esfera político-partidária, bem como os hábitos de consumo midiático. Como já se disse antes, o objetivo é compreender o trabalho desenvolvido nas ruas pelos camelôs como um fenômeno social total, aos moldes de Mauss (2003), e que, portanto, tem implicações, religiosas, políticas, estéticas, familiares e econômicas.

## 5. REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- COSTA, Francisco Assis Costa. Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.
- \_\_\_\_\_. Novos fundamentos institucionais para o desenvolvimento do setor rural da Região Norte. n: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília: CGEE, 2009b., p. 301-363.
- MACIEL, Fabrício. Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. In: SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 285-322.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.



## **GT 12 – CULTURA, MERCADOS, TRADIÇÕES E TURISMO NA AMERICA LATINA**

### **ACAÍ: EXPANÇÃO E RETORNO DA ECONOMIA AGROEXTRATIVISTA SISTENTÁVEL DA AMAZÔNIA**

Deybson Adriano Patricio da Silva (UVA/NAEA)<sup>1</sup>  
adryanpatriciosilva@gmail.com

#### **RESUMO**

O açaí possui significativa importância cultural e econômica na Amazônia, e nos últimos anos vem aumentando a visibilidade externa do fruto através de uma extração feita por famílias tradicionais para consumo próprio e pequena comercialização, assim como a produção industrial. Com a crescente demanda de consumo, o açaí tem despertando interesse comercial e outras esferas de mercado, e passou a ter um cultivo mais intenso e planejado para possivelmente atender essa demanda. Nessa expectativa o trabalho norteia em compreender a dinâmica da cadeia produtiva do açaí no circuito inferior e superior de economia, a partir da sistematização e recorte empírico o município de Belém. Sua rentabilidade é consideravelmente alta quanto ao retorno econômico para o estado do Pará; a circulação do açaí local tem viés de mercado formal e informal para a geração de renda e sustento de famílias no espaço sócio, e surgimento crescente de empresas de exportação e suas disparidades de retorno econômico para o estado na produção do açaí. Obstáculos na produção de demanda açaí, necessitou de investimentos governamental na para o ciclo superior, são abordados no trabalho, assim como o valor nutricional do açaí como interesse de consumo externo. O trabalho se edifica na argumentação a partir de resumos bibliográficos e entrevistas com atores ligados à cadeia em diferentes posições, além do enfoque teórico de autores que discutem o tema. Os resultados apontam uma significativa e crescente expansão do açaí no mercado local, nacional e internacional, com valores e análises de dados expressivos que especulam uma tendência desse crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Cadeia Produtiva, Exportação, Extrativismo, Rentabilidade.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Esse trabalho incorpora-se em uma pesquisa sobre a valorização do açaí (*Euterpe Oleracea Mat.*), um produto de raízes culturais que vem ganhando cada vez mais força no mercado externo, causando mudanças significativas no quadro econômico do estado do Pará (NAVEGANTES, 2015). Assim, o objetivo da pesquisa é analisar e compreender a cadeia produtiva do açaí e fatores que sobrepõe à valorização do fruto a partir do início da década de 1990 em escala local, nacional e internacional.

O comércio<sup>2</sup> do fruto vem obtendo resultado positivo em seu rendimento da exploração até a exportação: o que antes muito consumido e comercializado regionalmente

---

<sup>1</sup> Biólogo, graduado na Universidade estadual vale do Acaraú. Discente pos-graduacao, Fipam-Naea-Programa internacional de formacao de especialista e desenvolvimento de areas amazonicas do nucleo de altos estudos amazonicos, Ufpa, Brasil.



por um costume cultural, hoje ganha espaço de circulação em escala nacional e internacional. Diante disso, o açaí nos últimos anos tem sido foco de interesses e investimentos privados para uma produção de maximização da lucratividade.

Dentro destas perspectivas de maior inserção do comércio do fruto na esfera econômica da região amazônica, questiona-se por que há diferenças econômicas entre produção regional de circuito inferior e setores de exportação de circuito superior e por que esses setores estão ganhando mais visibilidade comercial fora do estado do que a comercialização dentro da própria região produtiva? A partir de que momento a fruta começou a ser sinônimo de lucro dentro e fora da região? Já que, a comercialização ganhou espaço em redes de supermercados, *fast food* e academias por todo o país e nas esferas internacionais (NAVEGANTES; ARAÚJO, 2015).

A produção do açaí vem conquistando mercados externos e bem aceito nas capitais brasileiras, se adaptando a uma nova demanda de consumo. O investimento na compra para esses mercados têm uma tendência grande a crescer, pois hoje se exporta toneladas da polpa do fruto. E com o açaí em alta, foi ganhando também espaço internacional, que o Pará já exporta a polpa para outros países, com a mesma ideia de valores nutricionais (HOMMA 2015).

Nessa expectativa o trabalho norteia em compreender a dinâmica da cadeia produtiva do açaí no circuito inferior da economia, a partir da sistematização e recorte empírico o município de Belém, a feira do açaí.

O presente trabalho está dividido em quatro partes. O primeiro momento é considerado essa introdução apresentando o objetivo, e o segundo vamos discorrer sobre a metodologia. O terceiro momento se dissocia sobre o desenvolvimento falando da comercialização em questão da cadeia e produção do circuito inferior do açaí na esfera local, nacional e internacional e o quarto momento abordando uma análise mais empírica considerando a produção interna do estado, circulação na capital e sintetizando escalas de exportação nacional e internacional, que fornecerão dados fundamentais para as discussões deste trabalho através da pesquisa de campo que será o último momento.

---

<sup>2</sup>Segundo Barros (2007), a comercialização é um sistema de mercado de relação entre indivíduos a um encadeamento de atividades onde compreendem seus esforços como produzir para a lucratividade é o fator principal de retorno econômico, oferecendo serviços atrativos que viabilizam a manutenção da economia local ou externa, dependendo do que é ofertado no mercado. Para isso o espaço social, o que chamamos de “local” para as relações de comércio, é de extrema importância entre vendedores e compradores, sejam eles de varejo ou atacado.



## 2 METODOLOGIA

A construção metodológica foi baseada em revisão de pesquisas bibliográficas de autores que se aprofundaram no tema do açaí, apresentados dados relevantes que de mostram o avanço do comércio do açaí.

Para complemento deste trabalho, fez-se pesquisa de campo com intuito de compreender o papel da cadeia produtiva comercial do açaí. Entrevistou-se, com levantamento de questionário improvisado, como instrumento metódico, pessoas ligadas ao circuito inferior do açaí, os comerciantes da feira do açaí: vendedores, atravessadores de embarcações e pessoas ligadas ao extrativismo que foram escolhidos aleatoriamente devido intensa movimentação no horário de pico realizado as 4:30h da manhã, 28 de julho de 2017.

Fez-se entrevista com uma pessoa do circuito superior da economia do açaí, referente à empresa e exportação, que foi realizada na data de 03 de agosto de 2017. Por fim realizamos registros fotográficos na pesquisa de campo para agregar ao trabalho e construção de mapa para explanar a transportação fluvial do açaí.

## 3 COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

A produção do açaí no mercado do estado do Pará, historicamente, era fundamentada na agricultura familiar baseada em pequenos hectares nas áreas de várzea e igapó do estuário amazônico paraense. A economia ainda mantinha pouca rentabilidade nos municípios e na capital do estado e consistia em pequenos produtores e comerciantes que faziam a economia circular com foco principal do consumidor em Belém. Em meados da década de 1980, houve uma transfiguração da demanda do consumo a partir do crescimento populacional, a produção do açaí passou a ser atribuídos em ramos de mercados agrícolas agroextrativistas para a expansão do comércio do fruto (SOUZA *et al.*, 2011).

Nogueira *et. al.* (2011), afirmam que cerca de 25 mil pessoas estão articuladas na economia do circuito econômico da cadeia produtiva do açaí no estado do Pará. Para uma economia regional, voltada para a produção do açaí já citadas neste trabalho, há pontos de comércio em destaque que podemos chamar de “comércio primário” que se mantém até hoje numa voluptuosa e constante comercialização do açaí e um desses pontos já pesquisados em outras obras, é o mercado do Ver-o-Peso em Belém.

Segundo Silva (2010), conhecida como a maior feira livre da América Latina, o Ver-o-Peso, referência em turismo do Pará e mercado regional da capital por comercializar uma multiplicidade de produtos em atividades distintas na relação compra, venda de produtos



alimentícios, grandes variações de frutas típicas e atípicas, produtos industrializados e artesanatos do circuito inferior.

A feira do Ver-o-Peso demonstra movimentos históricos de economia, mercados e feira específica do açaí dentro desse espaço social:

O comércio e as primeiras movimentações na área que hoje se compreende como Complexo do Ver-o-Peso, como foi visto, remontam o início da conquista territorial da Amazônia pelos portugueses. A feira do Ver-o-Peso, inserida neste complexo, guarda marcas históricas que remontam diferentes momentos da formação territorial de Belém como, por exemplo, o Mercado de Ferro e o Mercado da Carne ambos emergidos como fruto das riquezas geradas a partir da economia gomífera no final do século XIX e início do século XX (SILVA, 2010, p.5).

Um setor de circulação socioeconômico do agroextrativismo da fruta do açaizeiro, localizado às bordas da Baía do Guajará, onde são alocados, diariamente, através de embarcações fluviais, toneladas de açaí para vendas em atacados por uma grande massa de trabalhadores com forte nível de informalidade que compõem a população de baixa renda voltada para o mercado do açaí. Essa produção do fruto é extraída das ilhas próximas da Baía e de alguns municípios como Abaetetuba, um dos municípios promissores de comercialização do açaí.

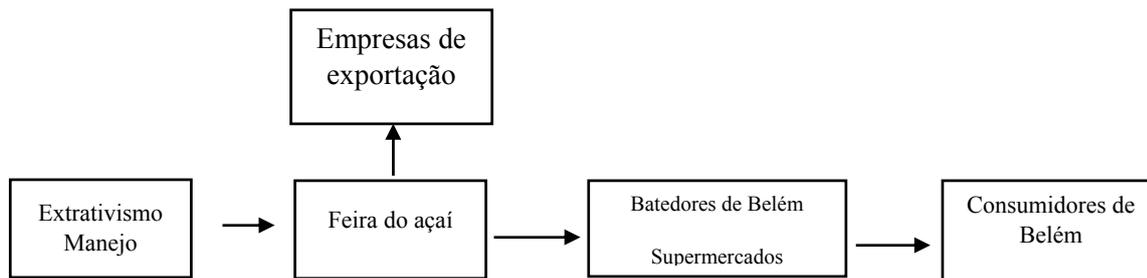
Pode-se conferir que a quantidade de produção está relacionada com períodos semestrais, assim afirmam Nogueira e Santana (2009). Por um aspecto econômico, a sagra e entre safra causa uma variabilidade de custo no consumo do açaí, pois no período correspondendo aos meses de agosto à dezembro, é o tempo que se obtém o maior número de colheitas e conseqüentemente maior lucratividade. Já na fase de entre safra, ocorre uma diminuição da produção no período de janeiro à junho, e afeta diretamente no preço do açaí em fruta e em polpa comercializada, que sofre acréscimo no valor por conta da pouca produtividade:

A medida padrão de comercialização do fruto de açaí é a lata ou rasa de 14,2 quilos. Durante a safra, a lata é comercializada em Belém ao preço de R\$ 7,00. Contudo, no período de entressafra o preço do açaí se eleva muito, alcançando a marca de R\$ 100,00 a lata (SANTANA; COSTA, 2008).

Um análise da dinâmica do circuito inferior do açaí é expressa na ramificação abaixo, que corresponde a comercialização e destino do açaí *in natura* na cidade de Belém (Figura 1):



**Figura 1:** Fluxo de comercialização do açaí na cidade de Belém.



Fonte: Deybson (2017). Elaborado à partir da pesquisa de campo.

Segundo Souza e Bahia (2010), a procura do açaí no Pará vem sendo reconhecida e consumida cada vez mais, isso explica a necessidade de uma logística fundamentada na expansão do açaí, visando a qualidade do produto a ser comercializado e no aspecto quantitativo. Os valores locais do açaí têm suas características próprias de acordo com a qualidade, oferta do vendedor e poder de compra do consumidor regional.

Segundo as afirmações de Tavares e Homma (2015), os municípios do estado geram uma produção considerável em toneladas de açaí processado em polpa. Dentro dessa estimativa de consumo e comércio foram pesquisados e registrados pelo autor, que apresentam um crescimento elevado na produção do fruto no estado do Pará Entre 1990 – 2013 em que a produção foi se intensificando ao longo desses anos conforme o aumento da demanda de consumo e exportação (gráfico 1).



Fonte: Tavares e Homma (2015). Tabela editada.

Em 2013 pode ser observado que houve um crescimento apreciável. A produção aumentou em uma escala impressionante de comercialização do açaí em 825.513 t, uma diferença bastante expressiva com relação ao ano de 1990, que detinha uma produção inferior de 113.292 t, momento de aumento da produção do açaí no estado do Pará.



Em um esboço analítico para os anos seguintes de 2013, a produção ganha ainda mais distinções sobre o aumento da produção devido à expansão em hectares de áreas cultivadas por intermédio de processos de extração e cultivo manejado através de tecnologias adotadas para tal objetivo. Homma *et. al* (2017).

Essa produção é baseada na junção de vários municípios produtores de açaí no Pará, a posposta tende a ser cada vez mais crescente a produção, que através de pesquisas passadas os valores de produção apresentam níveis baixos em anos anteriores de 1990 que trabalham como manejo e distribuição do fruto. Entre todos eles os que mais se destacam e responsáveis pela maior parte da produção são os municípios de Igarapé-Mirim e Cametá, que detém o privilegio econômico oriundo da produção do açaí perante as demais localidades de exportação do estado.

### **3.1 A comercialização nacional**

Na afirmação de Souza *et. al* (2010), a experiência rentável do açaí foi adquirindo destaque pelo aumento da produção e demanda do consumo, que deixou de ser em pequena escalas de produção e começou a ganhar escala industrial do ciclo superior, para começar a atender setores mais promissores e uma expansão lucrativa, deixando de ser exclusivamente de consumo local e passando para exportação do fruto (em forma de polpa ou pasteurizada) para novos mercados consumidores.

O autor afirma em sua obra que dado esse crescimento da produção de oferta, em alguns anos essa produção da fruta aumentou com apreciável percentagem entre 1990 e 2012 e reorganizando a forma e estruturação da agroindústria do açaí (Souza et al., 2014)

Na observação de Homma (2006), para começar a atender à crescente demanda na produção do açaí para exportação a outros estados, o mercado impulsionou o aumento da área de cultivo de açaizeiros pelos produtores rurais, por empresas e cultivadores tradicionais como uma base produtiva.

Para Santana (2006), foi necessário fazer essas mudanças no padrão agrícola de produção sobre o manejo de áreas cultivadas buscando atender mercados externos. Nessa perspectiva, a produção ganhou um novo cenário de cultivo a de áreas de várzeas e igapó, adotando-se o cultivo em terra firme para atender a larga escala da comercialização da fruta para outros estados.

Segundo Homma (2017), a comercialização do açaí em polpa, pasteurizado e em Mix, o sul e sudeste detém a maior quantidade de consumo do açaí importado do Pará com



a demanda de 30% que é produzido no estado, e seus principais consumidores são Rio De Janeiro, São Paulo Minas Gerais e Distrito Federal.

Na perspectiva da crescente demanda do consumo, o estado do Pará tem possibilidades de atender ainda mais o mercado nacional devido, geograficamente, possui a maior área de extração e manejo do açaí do país para aumentar ainda mais a produção, com cultivos em terra firme que poderão ser implantados em áreas desmatadas, que são as maiores da Amazônia, onde a palmeira do açaí pode ser perfeitamente adaptável (HOMMA, 2017).

Para a busca em potencializar ainda mais do comercio do açaí, o estado se torna um ator importante na implantação de políticas públicas, as quais são de interesse do próprio estado devido as progressões da economia voltadas para a produção do açaí, e assim desenvolveram-se programas que viabilizam o crescimento da atividade do fruto, isso levou o governo a cria a PEQA – Programa Estadual de Qualidade do açaí em 2010 (HOMMA, 2017). Esse programa visa a melhorar e fortalecer a cadeia produtiva do açaí.

Afirma Homma (2017), que outro programa criado pelo governo em prol da cadeia produtiva, foi o Pró-açaí – Programa de Desenvolvimento da cadeia Produtiva do açaí, criado em 2011 para contribuir com inovações tecnológicas na melhoria e manejo no açaí e crescimento da produção na região do Marajó e Baixo Tocantins e intensificar e aumentar a produção para a tender a demanda de consumo externo através do cultivo no período de 2016 a 2020.

A tabela abaixo pontua sobre a exportação do açaí paraense para os demais estados brasileiros, na tabela referência do ano de 2014, indicando os maiores importadores da polpa do açaí, mas que ainda numa visão analítica outras pesquisas citadas neste trabalho, pode ter um crescimento muito maior nos próximos anos com o aumento e investimentos nos cultivos da cadeia produtiva. (TAVARES; HOMMA, 2015).

**Tabela 1:** Quantidade de polpa de açaí vendida por Estado de destino 2014 (t)

<b>Destino</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
São Paulo	14.975	29,88
Rio de Janeiro	14.062	28,06
Minas Gerais	9.207	18,37
Distrito Federal	2.816	5,62
Espírito Santo	1.688	3,37
Ceará	1.668	3,33
Goiás	1.239	2,47
Bahia	934	1,86
Rio Grande do Norte	592	1,18
Outros	2.936	1,18

**Fonte:** SEFA (2015)



Uma rápida e forte evolução a nível de comercialização nacional devido a intensificação na produção do açaí para atender novos nichos de mercados, isso mostra que o fruto se potencializou a cada ano no clico superior economia, mas que a pesar desse potencial segundo a Conab (2015), a produção do açaí paraense destinada a outras regiões do Brasil, ainda não consegue atender a demanda consumo.

Conforme dados de produção da Conab (2013), apenas 30% do açaí produzido no Pará, é destinado para comercialização à outros estados, Mas que ainda assim, os dados da tabela expressam valores muito significativos de produção (Tabela 2).

**Tabela 2:** Quantidade e valor da polpa de açaí transportada do Estado do Pará para outros estados nos anos de 2002 a 2014

Ano	Quantidade (kg)
2002	1.136.506
2003	2.730.013
2004	5.041.170
2005	5.657.530
2006	6.681.496
2007	9.235.674
2008	11.735.403
2009	9.464.336
2010	6.685.132
2011	6.897.396
2012	6.061.194
2013	4.559.021
2014	5.462.534

Fonte: SANTANA et al. (2012); MDIC 2010-2014

### 3.2. Exportação para o comércio internacional

O comércio exterior é uma das “importantes fontes” da economia brasileira, fundamentada na venda de produtos rurais que geram crescimento econômico para o país e historicamente, o Brasil como um dos maiores produtores rurais do mundo, está no cenário de trocas comerciais desde o século XIX, comercializando matéria prima e produtos de origem agrícola (SZEZERBICKI, 2014). E o açaí está inserido nesse mercado ganhando espaço e conquistas comerciais, onde esse capítulo irá abordar sua expansão internacional do fruto de origem amazônico.

Com a demanda do transporte nacional do açaí que aumentou, em meados dos anos de 2000, iniciou-se as primeiras exportações internacionais, ultrapassando fronteiras nacionais, o açaí foi conquistando o consumo externo, este por sua vez, inicialmente entrou no mercado do açaí por conta, também, do seu valor nutricional que vem crescendo



continuamente através da polpa exportada. Segundo Homma (2006), o precursor da importação foram os Estados Unidos, este mercado externo vem crescendo 20% ao ano.

Em pesquisa realizada com a empresa 100% Amazônia, por meio de um Consultor Internacional da 100% Amazônia, a exportação o açaí, destinado a diversos países, principalmente para os Estados Unidos, o maior comprador de açaí, seja ele pasteurizado ou em pó. A empresa arca uma demanda grande de exportação:

Consultor Internacional da 100% Amazônia: O pioneiro no consumo são os Estados Unidos, porém Canadá, Peru e Austrália já têm um público bem grande de consumidores, países da Europa e Japão ainda tem demanda pequena pra empresa por conta da distância e nem sempre é possível enviar no período certo, devido ser um produto sazonal.

Segundo Homma (2017) em suas pesquisas mais recentes, a expansão do fruto do açaí corresponde a uma grande massa de consumo que vem crescendo, não só nos estados brasileiros, mas também nos países que consomem produtos agrícolas brasileiros, mas ainda é um crescimento pequeno comparado ao consumo no Brasil. Em 2005 a exportação ela direcionada apenas para 6 países (Estados Unidos, Japão, Austrália, França, Alemanha e Nova Zelândia), mas que no ano de 2016, esse número já se expandiu para 33 países consumidores do açaí.

Esse crescimento se deve ao fato de política de isenção de impostos como evidenciado na fala do Consultor Internacional da 100% Amazônia<sup>3</sup>:

A empresa é isenta de impostos, todo tipo de imposto não é cobrado na exportação, desde que seja enviado tudo que foi produzido para ser destinado à exportação. A empresa tem até seis meses para enviar toda a produção do açaí para os países de destino.

Os pedidos de exportação são programados, não é toda semana ou mês que é exportado. Depende muito da disponibilidade em safra, por isso a sazonalidade influencia muito na exportação. O que sempre ocorre é que, em média, cada mês saem em torno de 20 contêineres com açaí congelado. No segundo semestre é o período que mais se exporta açaí. Em cada contêiner cabem cerca de 5 toneladas de açaí, essas grandes quantidades são exportadas porque os países fazem estoque que possam durar longos períodos, e no ano seguinte, conforme o estoque, eles solicitam uma nova quantidade para comprar, sendo maior ou menor, conforme o consumo dentro do país.

A cerca da quantidade do açaí que é exportado, o Pará está no *ranking* como o maior exportador, mas referente a essa quantidade produzida, ainda é uma porcentagem

---

<sup>3</sup> Empresa atuante no ramo de exportação de produtos alimentícios naturais da Amazônia



pequena enviada para o consumo estrangeiro. Cerca de 10% apenas do que é produzido, segundo dados da Conab (2013) apresentado na figura, é exportado para o exterior.

Para Homma (2015), a hegemonia do mercado total americano até 2012, cresceu cerca de 84% na exportação do açaí, tendo uma queda e reduzido a 48,77%. Nesse âmbito de mercado externo, o Japão também entra na rota da exportação com 10,12% do mercado, tendo crescimento, no mesmo momento da queda americana ocasionada pela crise em 2013/2014, para 41,66% o restante inclui ainda alguns países europeus

O preço a ser exportado varia muito pela distância da exportação, no caso do Japão, a polpa tem um acréscimo maior no valor de mercado, justamente pela distância percorrida e pela preferência desse mercado pela polpa do “tipo açaí grosso”, e consistência. Em 2014, o Pará atingiu o valor de U\$ 22,523 o que corresponde a 84% da exportação do suco no estado do Pará. A tendência dessa demanda de consumo é aumentar mais com o passar dos anos futuros (TAVARES; HOMMA, 2015).

Os dados contidos na tabela 3, permitiram fazer uma comparação de três anos seguindo de exportação do açaí sobre quantidade e valores, que envolvem o crescimento de consumo do açaí. Essa movimentação do açaí no mercado e sendo apreciado em demais localidades do mundo, causou diferenças na quantidade nas exportações dos países referidos nos dados.

Na empresa 100% Amazônia cresceram:

A demanda do açaí exportado pela 100% Amazonia, teve um crescimento bem considerável desde que empresa surgiu, assim como em outras empresas em que eu prestei serviço de consultoria, como a Petruz Fruits localizada em castanhal, Imperador em Abaetetuba, Santa Amazônia com sede em Belém. Todo o custo de produção até o envio varia muito, isso vai depender da safra que torna o açaí mais barato, envio aéreo ou marítimo. O açaí mais concentrado com pouco teor de água é mais caro, ou seja, todos esses detalhes influenciam no valor final do produto para ser exportado.

[os valores das transações podem variar]: uma tonelada em média custa 7 mil euros, podendo variar para muito mais ou menos, dependendo do período também.

O aumento da exportação para o Japão e outros países a partir de 2013, tornaram-se mais competidor para os Estados Unidos que teve um decréscimo na exportação segundo Homma (2015), mesmo ainda sendo o maior importador de açaí. O que mais provável para que isso tenho vindo a acontecer seja pela fato da produção, que não cresceu diretamente proporcional com a demanda de consumo internacional e o volume de exportação ainda é abaixo:



**Tabela 3:** Sintetiza a exportação internacional do açaí do Pará

ANO	Estados Unidos			Japão			Outros Países	
	Quantidade %	Valor (US\$ 1,000)	Preço (US\$/t)	Quantidade (%)	Valor (US\$ 1,000)	Preço (US\$/t)	Quantidade (%)	Valor (US\$ 1,000)
2012	84,65	13.688	3.947	10,12	2.422	2.667	5,23	1.187
2013	54,93	7.246	4.616	37,50	7.890	2.893	7,57	1.246
2014	48,77	8.361	5.790	41,66	12.023	3.489	9,57	2.140

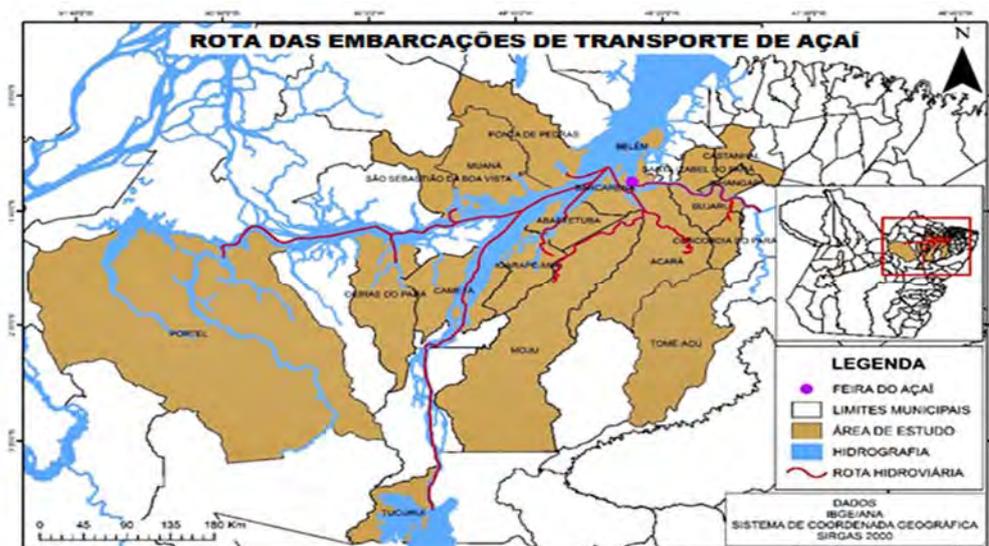
Fonte: TAVARES; HOMMA (2015)

#### 4. FEIRA DO AÇAÍ E SEUS CIRCUITOS

A feira do açaí compõe-se de um espaço aberto, livre para comercialização da fruta do açaí que já acontece há alguns anos no meio do conhecido Ver-o-Peso. Com trabalhadores de diversas idades, sexos e advindos de diversas regiões do estado do Pará, como senhor Raimundo: “Eu já trabalho aqui a 30 anos, desde quando eu morava em Igarapé-miri, mas agora estou morando em Belém”.

Toneladas do fruto são manejados pela população das ilhas próximas à Baía do Guajará como Ilha das Onças, Ilha do Cumbu, Ilha do Marajó. Segundo o Sr. Osvaldo (trabalhador da feira): “Vem dos municípios, a maioria da ilha do Marajó onde mais se produz açaí, Afuá, Anajá, Igarapé-Miri, Cametá, Ilha das Onças, Breves e Barcarena”. (rota/circuito figura 2):

**Figura 2:** Mapa do circuito/fluxo de transportes do açaí até a feira para comercialização.



Fonte: Deybson (2017). Elaborado à partir da pesquisa de campo.



A feira ocorre todos os dias da semana, mas é na madrugada, logo nas primeiras horas do dia, o açaí é despachado por trabalhadores formais e informais de maneira tradicional, tudo com base na perspectiva de venda dos trabalhadores sobre a demanda da procura, variável durante a semana. O açaí percorre seu caminho até a feira do açaí através de embarcações fluviais de médio e pequeno porte. São toneladas de açaí alocados em paneiros feitos pelos próprios produtores do açaí, sem ajuda ou investimento do governo ou da prefeitura, assim confirmado nas entrevistas com alguns trabalhadores da feira. De forma bastante autônoma algumas embarcações são alugadas dependendo da quantidade de açaí transportado que geralmente já têm destino de venda para empresas que compram na feira em grande quantidade, cerca de 14 mil quilos, segundo relatos dos vendedores.

A sistematização comercial na feira, acontece da seguinte forma: trabalhadores das embarcações, que são chamados de atravessadores, compram as produções de açaí e conduzem o fruto até a Feira do açaí, partindo dos locais de ponto de agro extração em vias de escoamento das sedes dos municípios, compram em “paneiros” por um determinado valor e revendem por outro valor acima do que foi comprado do ponto de origem. Ocorre também dos próprios produtores com suas embarcações de pequeno porte, atravessam para revender suas produções.

O espaço social da feira é relativamente grande, e observado “condições precárias” para os trabalhadores circulantes no local. Nos relatos dos vendedores, a falta de estrutura sempre foi uma questão preocupante, já que não há um apoio governamental para isso e nem uma organização de cooperativa que possam organizar as uma sistematização econômica e organização do espaço. O não apoio do poder figura na fala do entrevistado, Sr. Rainundo: “Não, não tem e nunca teve. Aqui a gente trabalha por conta própria mesmo, sem ajuda do governo e nem da prefeitura”.

Foi possível observar que a relação de venda não é organizada e de forma independente, mesmo sabendo que o fluxo e valores de comercialização serem significativamente altas:

Sra. Deuzarina: Olha, depende da época. Nesse período agora que ta entrando a safra, eu vendo por 35,00 reais, mas quando falta eu vendo uns 45,00 reais.

Sr. Raimundo: Olha, aqui a gente não tem preço fixo da lata. Depende muito...Depende da quantidade que tem disponível pra vender na hora, se tem muito, a lata custa uns 30,00 reais, se tem pouco aí o preço sobre um pouco, uns 45,00 reais. Mas isso porque está terminando a entre safra, na safra é mais barato, para ser revendido aos “maquineiros” aqui de Belém ou para a empresas. Mas eu prefiro vender para os “maquineiros” porque o pagamento é na hora e para as empresas não, é só no dia seguinte, porque eles primeiro pesam lá na empresa pra depois pagarem.



Sr. Raimundo: olha, difícil saber porquê a quantidade é muito grande e cada vez mais aumenta. Cada barco dele traz mais ou menos 10 mil latas, são em torno de 10 barcos por dia, e cada lata tem 14kg de caroço de açaí.

Sr. Osvaldo: Na entre safra, mais de 50 mil latas por dia aqui na feira, mas tem as outras feiras também que são transportados em torno de 15 mil latas que são comercializadas nos mesmo moldes de preço nas feiras de Porto de Palha, Porto de Custódia, Posto Boa Viagem, Icoaraci e Conceição e Porto de Jacaré. Porém, disse ele que o fluxo são bem menores que na Feira do Açaí do Ver-o-Peso.

Sr. Sândalo: Depende, na safra eu compro em torno de 10 latas de açaí com 14 kg e chego a comprar a 20 reais cada uma. Já na entressafra, compro umas de 5 ou 7, dependendo da oferta, porque nesse período fica mais caro o açaí e as vezes chega a custar 70 reais a lata.

Na medida que vão chegando as embarcações, os “paneiros” são alocados onde tiver espaço e assim por algumas horas ofertados para os batedores de açaí de Belém. Nas entrevistas realizadas com quatro trabalhadores, notou-se que nunca houve apoio da prefeitura ou do governo, e por vários anos esses trabalhadores sempre trabalharam nessa forma de relação comercial independente

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou abordar sobre a dinâmica da crescente comercialização do açaí na escala regional, nacional e internacional. À partir dos estudos bibliográficos, foi analisado nas camadas comerciais de produção do açaí que os resultados têm sido de alterações crescentes e contínuos para o estado do Pará, que ainda está no topo da comercialização do fruto.

A exportação passou a contribuir economicamente para o estado, mas ainda apresenta produção divergente para o nível de consumo no exterior. Nesse sentido, nossos estudos notou que, proposta é se tenha mais intensificação de programas de investimento em áreas de produção e utilize áreas degradadas para a expansão do cultivo que possa atender à crescente demanda anual de consumo.

A pesquisa de campo revelou-se o quão é continuo o ciclo inferior da economia na produção do açaí e seus agentes estão sempre interligados direto e indiretamente para alcançar seus objetivos finais e econômicos. Sobre a feira do açaí, os relatos dos entrevistados foram de significativa importância para compreender o crescimento econômico do ciclo do açaí, desde a extração até o comércio da Feira do açaí, já que o açaí é uma das maiores economias do estado, principalmente dos comércios locais de batedores de açaí informais.

A falta de estrutura e ajuda do governo também foi identificada no circuito inferior das feiras livres, através de relatos, o descaso do governo com agentes comerciais do



espaço social. Nesse contexto, o interesse governamental pela ciclo superior da economia do açaí, deve caminhar juntamente com as necessidades da das pessoas que fazem parte camada histórica e tradicional relevante do ciclo inferior da economia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. T. D. de; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 1, nov. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Conjuntura Mensal. Açaí (fruto)**. Período: 01 a 31/03/2013. Disponível em: <[www.AÇAÍ/13\\_03\\_22\\_16\\_33\\_46\\_acaifrutomarco2013.pdf](http://www.AÇAÍ/13_03_22_16_33_46_acaifrutomarco2013.pdf)> Acesso em: 23/09/2017.

BENTES, E. S.; HOMMA, A. K. O; SANTOS, C. A.N. dos. BENTES, E. S. **Exportações de polpa de açaí do estado do Pará: situação atual e perspectivas**. In: 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração E Sociologia Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 30 jul.-03 ago., 2017

HOMMA, A. K. O. et. al. Açaí novos desafios e tendencias. **Amazonia Ci. & Desenv.** V. 1, n. 2, 2006.

NOGUEIRA, A. K. M. SANTANA, A. C. **Analises de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no Estado do Para**. Revista de estudos Sociais. v. 11, n. 21, 2009.

SANTANA, A.C. de; COSTA, F. A. Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará. In: SANTANA, A.C. de; CARVALHO, D. F.; MENDES, A. F. T. **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém: Banco da Amazônia, 2008. p.205-226

SILVA, M. L. da. A Feira do Ver-o-Peso: organização espacial e circuito inferior da economia. In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre: Associação dos geógrafos Brasileiros, jul. 2010.

SANTANA, A. C. de; M. da S. REIS. **Analises dos retornos sociais oriundos de adocao tecnologica na cultura do acai no Estado do Para**. *Amazônia: Ci & Desenv.*, Belem, v.2, n.3, Jun.dez.2006

SOUZA, J. E. O. de, et al. A gestão de projetos na logística integrada do açaí na Capital Paraense: um estudo de caso da empresa Point do Açaí. In: **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Belo Horizonte, out., 2011.

SOUZA, J. E. O. de; BAHIA, P. Q. Gestão logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do açaí. In: **VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [S.L], 2010.

SZEZERBICK, A da S. “Comercio Exterior Brasileiro”. **EPTIC – Rede de Economia Politica da Informaao, Comunicacao e Cultura**, dez. 2014.

TAVARES, G. dos S.; HOMMA, A. K. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, set.2015.

**GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina****PATRIMÔNIO NUM GIRO DECOLONIAL:**

Um olhar para a preservação no Brasil sob a reflexão da colonialidade

Luciana Souza (UNIRIO-MAST)<sup>1</sup>  
luciscsouza@gmail.com**RESUMO:**

As ações de preservação no Brasil aparentemente estabeleceram relações diretas com a formação de disciplinas acadêmicas e a profissionalização de uma mão-de-obra especializada. Tal movimento parece apontar para uma legitimação da atuação do especialista que se fundamenta em códigos e valores marcados, entre outras coisas, pela universalização do conhecimento nos moldes eurocêntricos. Nessa seara, observamos um vasto conjunto de agências que se articulam entre si em função da preservação de bens culturais, tais como museus, institutos e organismos supranacionais como ICOM e ICOFOM, entre outros. Trata-se, portanto, de um campo cujos componentes aparentemente configuram laços materiais e simbólicos fundamentados em critérios modernos/coloniais. Nessa perspectiva, o presente texto tem como objetivo discutir a dimensão de colonialidade que aparentemente se faz presente nas relações de preservação de bens culturais a partir da demanda por mão-de-obra especializada, a qual parece se fundamentar numa geopolítica do conhecimento que atravessa as decisões institucionais sobre o que merece ser preservado às futuras gerações.

**Palavras-chave:** patrimônio, preservação, colonialidade**1. INTRODUÇÃO:**

Pensar a questão da decisão e do julgamento sobre o que pode ser considerado como patrimônio por parte do Estado nos convida a atentar para um conjunto de elementos históricos capazes de conduzir as escolhas sobre os bens culturais a serem preservados para as próximas gerações. Esta abordagem instiga a refletir sobre o papel de instituições que ocuparam – ou ainda ocupam - lugares-chave no processo de preservação do patrimônio no Brasil. Tratam-se de agências que, munidas de um aparato estatal de escolha, condução e policiamento, interferem direta e indiretamente em bens culturais a partir de critérios, dinâmicas e discursos que parecem atravessados por elementos geopolíticos.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no Programa de PósGraduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Trabalhou como técnica consultora em municípios do Estado de Minas Gerais para a preservação de patrimônios culturais através do ICMS, coordenou as equipes de Museologia nos processos de montagem e desmontagem de exposições no Museu de Arte do Rio (MAR) e atuou como consultora/dinamizadora em municípios do Estado do Rio de Janeiro na implementação dos Sistemas Municipais de Cultura. Atualmente participa como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI) e como Investigadora Colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



O desafio de articular esses pensamentos e discussões aos debates travados por diferentes disciplinas não se constitui algo novo, ainda assim permanece uma tarefa árdua considerando os desafios teóricos e institucionais que nos adequam a determinados procedimentos e correntes de pensamento. São diferentes áreas do conhecimento que se propõem a operar com ideias ou conceitos que em muito contribuem na reflexão sobre patrimônio e preservação, o que implica a tessitura de diálogos ou a incursão a debates teórico-metodológicos muitas vezes divergentes.

Nesse sentido, a presente reflexão se desenvolve sob a(s) ótica(s) de uma vasta literatura latino-americana que se debruça sobre o tema; literatura essa cuja extensão, fazendo referência a José Reginaldo Gonçalves (2007), não sinaliza qualquer interrupção de expansão. Há de se perguntar, como desafia este autor: o que pensarão os historiadores do futuro quando se voltarem à análise da “obsessão” por parte de sociedades ocidentais e ocidentalizadas dos séculos XX e XXI por atitudes preservacionistas e sua intensa sensibilização pelas questões relacionadas à “memória” e ao “patrimônio” (GONÇALVES, 2007)? A resposta a esta pergunta é, sem dúvida, um exercício de imaginação.

## 2 – COLONIALIDADE E PATRIMÔNIO:

O Patrimônio vem sendo um dos temas de reflexão privilegiados em algumas disciplinas acadêmicas, concentrando esforços nos debates que envolvem as definições conceituais e a operacionalização do termo. São muitas as áreas e os agentes mobilizados nessa expansão extraordinária de sentidos sobre o patrimônio<sup>2</sup>; expansão essa atravessada por interesses que conduzem e são conduzidos por modos de ser, fazer e ver o mundo: o termo evoca as disputas disciplinares e institucionais, os discursos negociados ou suplantados que reivindicam o poder – ou até mesmo a exclusividade – de definir e atuar sobre bens culturais nomeados como patrimônio de coletividades.

Num movimento interdisciplinar, sobre uma perspectiva sistêmica, ampliada, que este trabalho fundamenta sua argumentação sobre o patrimônio e a preservação no Brasil: um olhar para relações de poder que atravessam a lógica disciplinar a qual aparentemente fundamenta as ações preservacionistas, constituindo ou reproduzindo relações de colonialidade.

O termo *colonialidade* tem origem nos trabalhos do peruano Aníbal Quijano que se volta para as especificidades da experiência colonial da América Latina como fundadora do princípio organizador da divisão internacional do trabalho, a qual teria provocado

---

<sup>2</sup> José Reginaldo Gonçalves (2007) discute os limites e os riscos dessa expansão semântica observada ao longo do século XXI, e que nos dias de hoje permite compreender quantos patrimônios existirem – cultural, natural, histórico, artístico, genético, etc – ainda que incorra ao risco de um “inflacionamento” de sentidos.



ressonâncias sobre a experiência material e subjetiva global mesmo após a descolonização formal de territórios não-europeus.

O conceito foi acolhido por uma rede heterogênea de pesquisadores conhecida como “Modernidade/Colonialidade”, voltada às críticas sobre a economia capitalista e o modo de vida liberal como de caráter colonial/imperial (LANDER, 2005). Isso significou, para esta rede, repensar as relações entre o todo – macroestruturas de longa duração – e as partes sem negar as ideias apresentadas por autores europeus, mas recorrendo a autores latino-americanos ignorados ou pouco mencionados na literatura eurocêntrica. Essa postura partiria da *diferença colonial* (MIGNOLO, 2008), que significaria compreender as especificidades – as políticas e sensibilidades – dos territórios marcados pela experiência colonial, introduzidos pela violência no sistema-mundo capitalista tornando-o moderno-colonial. Nesse sentido, lança outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir de experiências da América Latina (GROSFÓGUEL, 2008; 2016), sem abandonar subsídios de alguns pensadores, mas apontando suas limitações eurocêntricas (MIGNOLO, 2008). Uma via de pensamento que fala sobre e a partir da América Latina, que se baseia em autores como o cubano José Martí, o peruano José Carlos Mariátegui, e os brasileiros Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, entre outros.

Esse é, então, o **Giro Decolonial**, a virada distintiva dessa rede de pesquisadores em relação aos investigadores convencionalmente tratados como pós-coloniais. O termo foi cunhado por Nelson Maldonado-Torres na ocasião de um encontro na Universidade de Berkeley chamado *Mapping Decolonial Turn*, no ano de 2005, entre a rede Modernidade/Colonialidade, filósofos caribenhos e filósofas latinas (BALLESTRIN, 2013). A *virada decolonial*, portanto, não rompe o diálogo com o conhecimento ocidental moderno-colonial, mas considera que essa episteme, ainda hegemônica, não dá conta da complexidade das distintas formações sociais em cada lugar e região do mundo. Ou seja: propõem uma análise do todo sobre e a partir das partes.

### 3 – A RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO:

As relações entre patrimônio e a formação ou consolidação de disciplinas não é recente. No Brasil, diferentes vertentes teóricas se propuseram, ao longo do século XX, institucionalizar o debate acerca desse tema, seja no espaço universitário ou a partir de equipamentos culturais específicos, marcando a formação da Antropologia, da História, da Museologia, entre outras. O leque de autoras e autores é imensurável, o que indica a expansão exponencial de uma seara complexa, composta por muitas disciplinas que operam nas “fissuras” institucionais ou nos intercâmbios acadêmicos, fazendo valer



empreendimentos interdisciplinares enquanto condição para o desenvolvimento investigativo do tema.

São muitos os nomes traçados como referências para se estudar o patrimônio no Brasil. É possível citar uma lista considerável de pesquisadores comumente mencionados, com propostas divergentes ou convergentes, contribuições diretas e indiretas oriundas de diferentes disciplinas e de diferentes nacionalidades, tais como Márcia Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca, François Choay, Dominique Poulot, Pierre Nora, José Reginaldo Gonçalves, Mário Chagas, Regina Abreu, José Murilo de Carvalho, Gilberto Freyre, Marisa Velloso M. Santos e outros tantos que se dedicaram ao tema por perspectivas distintas. Ainda assim permanece de fora uma quantidade expressiva de outros sujeitos amplamente mencionados em trabalhos acadêmicos ou em atividades técnicas. Sendo assim, os autores e autoras citados no decorrer do presente texto não concluem de forma alguma as abordagens do tema, mas anunciam escolhas, caminhos possíveis dentro de uma gama variável de trabalhos.

Ainda que as discussões sobre o tema do patrimônio remetam à formação de instituições de preservação criadas no final do século XIX e na primeira metade do século XX, sua abordagem disciplinar – institucionalizada em meio universitário – contou com um desenvolvimento tardio. Para o brasileiro Renato Ortiz (2002), no processo de institucionalização das ciências no Brasil a temática da cultura ficou de fora, muitas vezes pela disputa do “rigor” científico ou por uma tentativa de alcance de legitimidade pelo trabalho considerado enquanto “ciência”. Tomando como referência as Ciências Sociais, o autor remete à institucionalização disciplinar a partir dos anos 60 com o desenvolvimento do sistema universitário, a criação de departamentos de pesquisa e as pós-graduações – mestrado e doutorado. Segundo ele, até então a rede universitária no Brasil era insipiente, desenvolvendo-se em pontos desconectados e por um número reduzido de pessoas no país.

Nessa perspectiva, interessa remeter a importantes trabalhos desenvolvidos por Simon Schwartzan (1992; 2001) e Florestan Fernandes (1975; 1992) acerca da institucionalização das áreas das ciências em formato disciplinar. Os autores destacam a existência de uma estrutura que no início do século XX se voltava à formação de profissionais a ocuparem cargos dentro do corpo burocrático do Estado ou mesmo a existência de centros de formação – faculdades isoladas. Essas instituições, segundo eles, se voltaram à prática do ensino sem dedicação ao desenvolvimento de pesquisa até o período da reforma universitária no final da década de 1960. Essa realidade era o pano de fundo da formação de institutos e museus pelo país, *locus* de reflexão e ação sobre bens culturais nomeados como patrimônio.



O que nos importa aqui é pensar a relação de um campo profissional da preservação com esse contexto de formação disciplinar. Márcia Chuva (2008), ao abordar essa problemática, recorda que os anos de 1930 – período de criação do IPHAN – significou a distribuição na malha do Estado de grupos diferentes dedicados ao tema do patrimônio, com interesses muitas vezes distintos. Essa dinâmica, segundo a autora, produziu uma série de consequências nas abordagens e discursos produzidos acerca do tema do patrimônio. Chuva destaca o papel do arquiteto, historiador, do museólogo e do antropólogo enquanto profissões que se formaram dentro dos limites do campo do patrimônio nessa conjuntura que misturava disciplinas em formação e a prática profissional. Esse é igualmente um tema abordado pelas brasileiras Silvana Rubino (1993) e Regina Abreu (2007) que destacam o papel de museus como “locais de ciência” nesse referido contexto, onde inúmeras pesquisas foram desenvolvidas em instituições não-universitárias no bojo dos debates sobre o papel desempenhado pelo Brasil no processo civilizatório.

A agência que representava a política oficial sobre o patrimônio da nação na ocasião – o SPHAN<sup>3</sup> – enfatizava suas ações sobre a preservação de bens arquitetônicos, valorados como históricos ou artísticos, em especial aqueles produzidos no período colonial<sup>4</sup>. Nesse sentido, dedicavam menor atenção ao universo das coleções. A partir daí, interessa voltar para a importância dos museus nesse processo de institucionalização da preservação do patrimônio. Retomando os estudos de Márcia Chuva (2009), é preciso considerar o papel das agências de preservação no que se convencionou chamar de “mundo ocidental”: instituições heterogêneas que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX abrigaram objetos e monumentos compreendidos por especialistas enquanto referências materiais para a ideia de cultura. No caso dos museus, estes mesmos contribuíram para a ressignificação de bens no sentido de torná-los uma espécie de “propriedade pertencente à coletividade” (id., 2009, p.182).

Aqui importa recorrer a Mário Chagas (2005) que afirma a existência de uma relação intrínseca entre patrimônio e poder a partir da histórica relação de propriedade material, espiritual, econômica ou simbólica e a sua vinculação à ideia de preservação ao

---

<sup>3</sup> Importa destacar que, ao longo desse tempo, o SPHAN recebeu diferentes nomenclaturas. Criado inicialmente como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), transformou-se em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946; posteriormente tornou-se Instituto (IPHAN) no ano de 1970. Em 1979, foi designado como Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), e somente em 1994 transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>4</sup> O foco nos edifícios e monumentos – os bens imóveis – pode ser interpretado através do predomínio de arquitetos que compuseram o quadro técnico do SPHAN até o final da década de 1940 (CHUVA, 2009), o que levou igualmente a um predomínio dos códigos da arquitetura sobre as políticas desempenhadas pela agência que via neste profissional uma mão-de-obra especializada. Enquanto Chuva destaca a relação entre o SPHAN e a regulamentação da profissão do arquiteto, Peixoto (2000) realiza uma breve leitura sobre a criação das universidades no Brasil e a expansão do racionalismo iluminista, sendo a figura do arquiteto um produto dessa relação: uma mão-de-obra especializada, com diploma oficial, conhecimento específico e jargão profissional.



longo do tempo, no âmbito dos museus e da Museologia (CHAGAS, 2005). Nessa seara, a preservação, segundo ele, se revelaria como uma prática social utilizada na construção de narrativas universais mascaradas por discursos pretensamente positivos, científicos e objetivos.

Essa gênese iluminista para o trato do patrimônio é igualmente apontada por Cristina Bruno (2009) ao destacar que os parâmetros da ação museológica e do sistema teórico da Museologia revelam-se como produto de esforços despendidos ao longo dos séculos no que diz respeito à identificação de coleções, organização de acervos, tratamento curatorial e registros do patrimônio intangível. Para ela, os museus seriam, portanto, o resultado do Humanismo, do Renascimento, do Iluminismo do século XVIII e da Democracia do sec. XIX (BRUNO, 2009).

Aqui interessa recorrer à pesquisa de Priscila Coelho (2015) sobre a institucionalização da Museologia no Brasil e seu levantamento sobre as primeiras práticas museológicas neste território. Segundo a autora, a primeira instituição museológica foi criada no Rio de Janeiro em 1794, denominada Casa dos Pássaros. Semelhante a alguns museus portugueses, tal instituição foi extinta com a chegada da Família Real ao Brasil, mas em seguida foi criado o Museu Real em 1818, que seguia o modelo das instituições europeias, “particularmente o Museu de História Natural de Paris, com características enciclopédicas e universais para divulgação do progresso e das civilizações” (COELHO, 2015, p.109). O Museu Real tornou-se posteriormente Museu Imperial e tempos depois se tornou Museu Nacional - vinculado atualmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sobre a relação entre a preservação no contexto dos museus e a formação das disciplinas no Brasil, Márcio Rangel (2010) e Regina Abreu (2007) ressaltam a contribuição dessas instituições que se voltaram à pesquisa sobre o patrimônio. Nessa perspectiva, destaca-se, no Brasil, a atuação do Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (criado em 1871) e o Museu Paulista (inaugurado em 1895), os quais, para Abreu, contribuíram para a formação da Antropologia no Brasil, por exemplo.

A criação do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1922, por sua vez, inseriu-se numa conjuntura que possibilitou à instituição gerir um curso voltado para as especificidades da prática museológica, tornando-se um foco irradiador de conhecimentos voltados aos museus. Alguns de seus alunos e professores ganharam expressão internacional, desempenhando papéis expressivos na história do ICOM<sup>5</sup> e o ICOFOM<sup>6</sup>, com destaque para

---

<sup>5</sup> O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi criado em 1946 como uma organização internacional sem fins lucrativos. Formado por profissionais de museus oriundos de diversos países, o ICOM atualmente mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades de discussão, produção e divulgação de conhecimento



o próprio diretor do MHN, Gustavo Barroso. O museu, através deste curso, se tornou responsável pela formação de profissionais que viriam a atuar em organismos internacionais e nos principais museus públicos brasileiros. Nesse sentido, as correntes de pensamento e as práticas museológicas desenvolvidas no país estiveram combinadas às reflexões construídas também nesse âmbito internacional.

Importa mencionar os desdobramentos do processo de formação de um campo do patrimônio no âmbito dos museus e da Museologia no Brasil, no sentido de contribuir para o entendimento da formação de uma seara onde diferentes agências passam a trabalhar o tema e reivindicar a dedicação dos “especialistas” para o trato dos bens patrimonializados. Ao pensar o papel da figura do especialista nesse quadro é preciso considerar as especificidades de cada área, as demandas sociais que atravessaram e ainda atravessam o desempenho das suas respectivas atividades técnicas. Até aqui observa-se uma teia de relações entre instituições variadas, mas todas com o propósito semelhante: a preservação de bens culturais valorados. Universidades, museus, organizações internacionais, conselhos nacionais ou supranacionais e conselhos profissionais são alguns dos elementos que parecem organizar uma dinâmica de forças onde há orientações, normativas, códigos, etc., compartilhados.

Diferentes agentes e agências disputaram projetos e articularam forças para legitimar e orientar ações e concepções nesse universo dos museus e da Museologia no Brasil. Para delinear uma reflexão nesses termos, recorreu-se, por exemplo, a dados e considerações formulados e processados em pesquisas desenvolvidas sobre a institucionalização da Museologia, com destaque para a pesquisa tese de Priscilla Arigoni Coelho (2015), cuja investigação sobre a memória da prática museológica no Brasil constrói um detalhado cenário acerca do movimento associativo e da regulamentação da profissão articulado à própria consolidação científica e ao fortalecimento da Museologia enquanto disciplina. O estudo oferece apuradas informações relacionadas a constituição de uma rede de profissionais especializados dedicados ao trato de bens culturais, apontando a dinâmica dos agentes da área e os movimentos para a consolidação e ampliação do campo de atuação.

#### 4 - O IPHAN, A INSTITUCIONALIDADE E A LEGITIMIDADE DA ATUAÇÃO:

---

sobre museus e Museologia. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/index.cfm?canal=icom>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

<sup>6</sup> O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) foi criado em 1976 e desde a sua fundação é formado por membros de todos os continentes que se encarregam de pesquisar, estudar e disseminar as bases teóricas da Museologia enquanto disciplina científica independente. Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/welcome/welcome-to-icofom.html>> Acesso em: 17 abr. 2017.



Há controvérsias quanto ao processo da institucionalização da preservação no Brasil no que diz respeito ao pioneirismo do IPHAN enquanto agência federal encarregada em construir uma narrativa nacional e sustentada numa legislação própria ao tema. Há pesquisadores que apontam para iniciativas muito anteriores, que remontam o século XIX e a criação de instituições fundamentais no desenvolvimento do campo do patrimônio, entre elas o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - ambos datados de 1838. Esse é o caso da pesquisa desenvolvida por José Ricardo Oriá Fernandes (2010) que compreende o Arquivo Nacional e o IHGB como precursores da política de preservação do país, os quais teriam dado a tônica da narrativa historiográfica para a construção do Estado-Nação brasileiro e da ideologia da unidade territorial após o processo de independência. Tais agências concentraram os documentos sobre o que se considerava a “história do Brasil”, com destaque para o IHGB que, segundo Fernandes, assumiu os “[...] moldes de uma academia, semelhante às do iluminismo europeu, tendo como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira” (FERNANDES, 2010, p.5). O Instituto empreendeu pesquisas em arquivos e bibliotecas de países europeus – a partir de pesquisadores estrangeiros – no sentido de coletar informações e documentos que pudessem construir tal narrativa, o que acabou por lhe conferir a mesma função atribuída ao Arquivo Nacional: a de reunir e preservar fontes para a história da nação.

Mas é interessante considerar também que o século XIX compreendeu a criação de instituições educacionais e científicas no país, agências estas que tinham como objetivo a constituição de uma elite intelectual capacitada a ocupar os quadros do Estado e forjar o que se entenderia como uma centralidade burocrática nacional. Lilian Schwarcz (1993), em seu trabalho *O espetáculo das raças*, traçou uma breve história sobre algumas dessas instituições – como as faculdades de direito, os institutos geográficos, os museus e as faculdades de medicina – enquanto centros de produção de ideias e teorias que operavam com referência na eurocentralidade do conhecimento. Seu trabalho oferece, portanto, subsídios para se pensar as recorrências a certas concepções que embasaram a formação de instituições a partir de modelos de atuação.

Outros pesquisadores, entre eles Florestan Fernandes (1975; 1992), igualmente se dedicaram ao tema da relação entre a formação universitária e a constituição dos profissionais especialistas – oriundos de camadas superiores, ou quando muito das camadas médias -, numa espécie de funcionalidade do ensino superior inspirada na dinâmica europeia que, aplicada ao contexto nacional de história colonial, reproduzia distorções sociais. Nessa perspectiva, a institucionalidade brasileira parece ser marcada pela formação de uma racionalidade que não apenas se consolida e se legitima pela



intelectualidade, como se articula, em diferentes frentes, à produção e difusão do conhecimento científico.

Muitos trabalhos publicados a respeito das agências brasileiras dedicadas à preservação do patrimônio no Brasil se concentraram na figura do IPHAN e no seu papel na configuração de uma narrativa sobre o passado nacional. A centralidade da agência nas narrativas sobre o patrimônio aparentemente já era tratada no anteprojeto de lei de Mário de Andrade, o qual projetava a criação de um Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) para concentrar a responsabilidade estatal sobre o tema. Solicitado pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema – que na ocasião ocupava o Departamento de Cultura do Município de São Paulo –, o documento construiria as bases para a regulação do patrimônio no Brasil, e tinha a pretensão de tratar o patrimônio abarcando toda a pluralidade de costumes e formas de expressão no que dizia respeito à cultura (CHUVA, 2009). O foco do anteprojeto era definir o conceito de patrimônio numa perspectiva nacional, atribuindo à agência designada pelo ministério a função central de organizar, conservar, defender e divulgar esse patrimônio.

Essa instituição pensada no anteprojeto concentraria as atividades referentes ao setor, dispendo de profissionais que, segundo Chuva (2009), teriam competência técnico-profissional para assumir posicionamentos objetivos em relação à escolha dos bens a serem patrimonializados e protegidos pelo Estado. Importa destacar a preocupação do documento em definir os especialistas considerados necessários para assessorar as decisões do corpo diretivo do que seria o então projetado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Segundo Chuva seriam eles: um arqueólogo, um etnólogo, um historiador e um professor de História da Arte. Tais categorias de profissionais deveriam, portanto, se repetir em cada um dos estados da União, o que indicava uma padronização das ações a partir de critérios que envolviam a intelectualidade – e nesse caso, associada ao conhecimento “científico”. A agência manteria uma dinâmica de funcionamento baseada em critérios e decisões de profissionais ligados a museus e a disciplinas como História, Etnografia, Arquitetura e Arqueologia.

Tal prática institucional produziu o que Maria Cecília Londres Fonseca (2009) chama de “jurisprudência”, ou seja, serviu como orientação para o trabalho do IPHAN durante muitas décadas, sendo consideradas tão importantes quanto os próprios tombamentos por fundamentarem as práticas posteriores do órgão. Nessa perspectiva, a autora destaca a importância do IPHAN na produção de conhecimento sobre história da arte no Brasil, na medida em que a universidade brasileira, nos anos de 1930, limitava-se aos cursos de Direito, Engenharia, e Medicina, sendo criados os cursos voltados às Ciências Humanas somente no decorrer desta referida década. Fonseca menciona, por exemplo, que



foram funcionários do IPHAN que introduziram nos cursos de Arquitetura a cadeira de Arquitetura do Brasil. E aqui importa destacar que os arquitetos que compuseram a equipe fundadora do SPHAN haviam se formado Escola Nacional de Belas Artes, e mantinham, por sua vez, atividades artísticas influenciadas pelas cadeiras de artes plásticas e história da arte.

Márcia Chuva (2008) destaca a peculiaridade dessa dinâmica brasileira em relação a outros países. Segundo a autora, no Brasil a presença do arquiteto nas políticas de Estado relacionadas ao patrimônio é concomitante à sua profissionalização, o que levou a uma lógica onde tal profissional “[...] que indica o que deve ser preservado é aquele que vai formular as bases da nova arquitetura – a arquitetura moderna e seus princípios estéticos e políticos, que marcarão profundamente os currículos das escolas de arquitetura no Brasil” (CHUVA, 2008, p.33)

Ou seja, as relações de parceria entre as agências de patrimônio e instituições de ensino que reivindicavam à sua produção o *status* de ciência/pensamento, apontam para a dinâmica de um campo no qual as demandas históricas pela qualificação ou pela formação técnica do especialista parecem ter reforçado e legitimado um nicho de trabalho: a prática do patrimônio que se fundamenta em conhecimentos, mas igualmente produz novos conhecimentos a serem compartilhados a partir do contato com as particularidades nacionais, regionais ou locais proporcionadas pelo exercício prático. Nesse sentido, é possível dimensionar a importância do IPHAN na construção de conhecimentos nas diversas disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas no Brasil, como a História da Arte e a Arquitetura, num movimento que legitimava as práticas institucionais por associá-las à objetividade, a algum caráter científico (FONSECA, 2009, p.112).

Por essa perspectiva seria possível pensar nas relações de colonialidade que atravessam as dinâmicas incorporadas por instituições ligadas ao patrimônio cultural no Brasil, considerando a relação das mesmas com modelos europeus de atuação e com a formação disciplinar e a organização acadêmica no país. Aqui cabe recorrer aos desdobramentos decoloniais pensados por Walter Mignolo e Pedro Pablo Gomez (2012) no âmbito da Arte e da Estética. Para os autores, a subjetividade, ou a libertação da subjetividade latino-americana, seria possível a partir de uma crítica decolonial a afetar os sentidos, as emoções e o intelecto, “[...] trabajando em el plano de la descolonización del conocer, del sentir, del pensar y del ser” (MIGNOLO & PABLO GOMEZ, 2012, p.6). Segundo os autores, Arte e a Estética foram instrumentos de colonização das subjetividades contribuindo na expansão da matriz colonial da modernidade em seus modos de representação, em seus corpos discursivos, em suas instituições, em seus modos de distinguir e produzir sujeitos e subjetividades (idem, p.15). Trata-se do dispositivo de



conhecimento colonial que acabou por submeter aos seus prismas as demais formas de ser, conhecer e se organizar (LANDER, 2005). Nesse sentido, é possível interpretar que os pressupostos fundacionais que edificaram conhecimentos sociais disciplinares acabam por reafirmar a pretensão de universalidade de categorias, conceitos e perspectivas ocidentais para a análise da realidade: uma construção eurocêntrica – fruto de um projeto civilizatório marcado a partir da expansão colonial – que passou a organizar a noção de tempo e espaço tomando a si mesma como régua de análise.

## 5 - CONCLUSÃO

Se as instituições de patrimônio no Brasil parecem estar fortemente articuladas com instituições de ensino que gestaram a produção científica/de pensamento no Brasil – relações que se estreitam através da demanda crescente, ao longo do tempo, da “mão-de-obra especializada” – as relações de colonialidade aparentemente podem atravessar a avaliação sobre os bens culturais e as intervenções diretas e indiretas sobre os mesmos. A construção da identidade brasileira, pela via do patrimônio, estaria, nessa perspectiva, articulada ao *locus* epistêmico eurocêntrico que se considera neutro, objetivo e régua universal. Recorrendo a Grosfóguel (2008), parece necessário discutir o patrimônio pela chave analítica que considera que o “[...] êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (idem, p.119).

Aqui interessa destacar que independente das mudanças de rumo tomadas pelo IPHAN ao longo do tempo, significativas ou não, a agência construiu um lugar no campo a partir do qual desenvolveu o poder de nomear e orientar o que seria representativo do passado. O poder de decidir, de batizar o que é patrimônio, parece, portanto, como o próprio poder de fazê-lo existir. Nesse sentido, a escolha por trabalhar o conceito de *colonialidade* para a análise de relações institucionais, implica necessariamente considerar seu contexto disciplinar de gestação.

Entende-se, portanto, a importância assumida pela figura do especialista, cujo arcabouço intelectual, subsidiado pela competência disciplinar, faz parecer consensual o patrimônio a partir de uma ordem erudita hegemônica e pretensamente universal. Nesse sentido, a neutralização das disputas de sentidos ganha legitimidade exatamente pela ideia de “competência” que sustenta a (atu)ação desse sujeito especializado que se coloca como agente “capaz” de tratar de bens culturais.

Tais reflexões oferecem subsídios para discutirmos, entre outras coisas, questões referentes à repatriação de objetos, algo que tem ocupado cada vez mais a agenda de museus europeus. Muitos deles, importa destacar, foram criados para evitar a dispersão de



objetos e para abrigar e conservar coleções de bens apropriados de outros territórios, orientando-se pelo princípio da inalienabilidade – este fundamentado na ideia de legitimidade da posse pela via da conservação e da comunicação ao público. Nesse sentido, os museus acabam por representar a hegemonia dos sistemas europeus de preservação em relação a outras culturas que reivindicam a devolução de seus bens culturais.

Mas importa pensar que os julgamentos feitos por agentes considerados competentes para dizer e atuar sobre a esfera do patrimônio não concluem a disputa de sentidos sobre os bens: em diferentes arenas outros sujeitos podem desviar seus papéis, deslocar sentidos em suas práticas rotineiras e administrativas, construindo novos lugares enunciativos sobre o patrimônio. A prática carregaria, então, a potência da mudança, ainda que atravessada pelas relações de colonialidade – esta, todavia, oferece outras condições que igualmente podem se materializar como desvios: destacam-se, no Brasil por exemplo, os museus comunitários, as redes de museologia social, os pontos de memória, entre outras iniciativas que procuram estabelecer diálogos e articulações possíveis entre o popular e o disciplinar, desconstruindo fronteiras da linguagem e da ação/concepção patrimonial numa tentativa de intensificar – em alguns casos até mesmo radicalizar – a democracia. Também é preciso lembrar dos conselhos de políticas culturais, os conselhos de patrimônio e outras variantes dessa arena nas esferas municipais, estaduais e na esfera federal, as quais, em tese, possibilitariam a ampliação da participação social na configuração de políticas públicas de cultura (SOUZA & MORAES, 2014).

Nesse sentido, parece necessário enfatizar trabalhos e pesquisas que se debruçam sobre esse tema na expectativa de pensar novas possibilidades para o trato dos bens culturais. Pesquisas essas que provoquem inquietações acerca dos paradigmas com os quais sustentamos nossas práticas e teorias acerca do patrimônio. Que considerem, até mesmo, refletir sobre a apropriação desse termo e sua instrumentalização na manutenção de sistemas hegemônicos de códigos e valores.

Trata-se, portanto, de um jogo político, o jogo da preservação, que evoca a necessidade de novas e outras perspectivas sobre o patrimônio, partindo de ações críticas sobre teorias e práticas, sobre instituições e modelos que exercem influência direta na atuação de profissionais dedicados ao trato dos bens culturais, em especial os especialistas que formam o corpo técnico de museus e de institutos de preservação nos mais variados continentes.



## REFERÊNCIAS:

ABREU, Regina. Museus, patrimônios e diferenças culturais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S.; SANTOS, Myrian S.. Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.11, pp. 89-117, 2013.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. Cadernos de Sociomuseologia, v.9, n.9, jun. 2009.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

CHUVA, Márcia. O ofício do Historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Copedoc. (Org.). A pesquisa histórica no IPHAN. 1ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008, p. 27-43.

\_\_\_\_\_. Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p. 147-166, 2012.

\_\_\_\_\_. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 1, p. 195-208, 2013.

COELHO, Priscilla Arigoni. Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985). Tese (Doutorado em Memória Social), Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Prof. Dr. Mário Chagas.

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária e mudança social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 73, n. 175, p. 523-546, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais: teoria e práxis. Fundação Casa de Rui Barbosa, setembro 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>> Acesso em: 20 de abril de 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.



- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Orgs). Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.
- GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.80, pp.115-147, 2008.
- \_\_\_\_\_. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios / epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, 2016.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, pp.8-23.
- MIGNOLO, Walter & PABLO GOMEZ, Pedro. Estéticas Decoloniais. Bogotá: Universidade Distrital Francisco José de Caldas, 2012.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial e o significado de Identidade em Política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niteroi, n.34, pp. 287-324, 2008.
- PEIXOTO, Gustavo Rocha. O significado da Academia. In: Anais do Seminário Internacional – D. João VI, um Rei aclamado na América. Ministério da Cultura, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000. pp.330-336.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Argentina: Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, pp 3-5
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-119.
- RANGEL, M. F. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus (Orgs.). Série MAST Colloquia, v. 12. O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2010. p.119-135.
- RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1993.



SCHWARCZ, Lilia M.. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. O sentido da interdisciplinaridade. Revista Novos Estudos, CEBRAP, n.32, pp.191-8, 1992.

\_\_\_\_\_ Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

SOUZA, Luciana & MORAES, Nilson A.. A preservação do patrimônio em Minas Gerais: a Lei Robin Hood e os conselhos municipais de patrimônio. Revista Sociais e Humanas, v. 27, p. 128-144, 2014.



## **GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina.**

### **AONDE ELES ESTÃO: CARTOGRAFIA DO PATRIMONIO CULTURAL VIVO.**

Vanessa Malheiro Morais<sup>1</sup>  
cartografiapatrimoniocultural@gmail.com

#### **RESUMO**

O presente projeto buscou explorar as conexões entre o conhecimento popular e científico, resignificando as vivências locais e tendo como base o conhecimento museológico e cartográfico para a compreensão do presente. Desde 2013 desenvolvemos pesquisa em cartografia do patrimônio cultural vivo. A mobilização social, o mapeamento, a educação e a comunicação desencadearam um conjunto de ações e atividades inclusivas, com capacidade de alcançarem ampla representatividade sociocultural. O ato de se levantar e cruzar informações sobre a cultura e o patrimônio cultural vivo do bairro da Terra Firme, identificando os indivíduos, instituições, lugares, equipamentos, saberes e fazeres locais, com o protagonismo dos próprios moradores, contribuiu diretamente no fortalecimento e valorização do patrimônio cultural vivo. O acervo cultural é composto de mapas, banco de dados, questionários, entrevistas, diagnósticos, site, vídeos.

Palavras-chaves: Cartografia Cultural, Patrimônio Cultural Vivo, Mapeamento, Museologia Social.

#### **1. INTRODUÇÃO**

O patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, do simples ao excepcional, é entendido como responsáveis pela manutenção, construção e reconstrução da identidade, seja ela pessoal ou coletiva, de modo a proporcionar ao indivíduo e ao grupo, um sentido de segurança e o vínculo a uma tradição. Salieta Lima (2012) que, “[...] Em se tratando da Museologia, o Patrimônio identificado ao conjunto de bens simbólicos, relacionados a ambiência cultural e integrado ao complexo natural, espaço – mundo coletivo dos mais diferentes grupos e coisas...” (LIMA, 2012, p. 32).

O patrimônio cultural vivo desempenha um papel importante no cenário internacional frente a luta e defesa pela democratização, dado que reconhece e fortalece o entendimento da realidade enquanto plural e diversa. O patrimônio cultural é também dinâmico; sofre transformações contínuas em seus modos de produção e de geração de

---

<sup>1</sup> Bacharel em Museologia, UFPA. Bolsista do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, UFPA. Técnica em Mineração, Sensoriamento Remoto, Geodésia e Cartografia, IFPA. Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Empreendimentos Criativos, MINC/SENAC-DF. Fundadora e Diretora de Projetos da Rede FabLab.



suas práticas culturais. Essa dinâmica, por sua vez, influencia as estratégias necessárias para sua sustentabilidade, refletidas em oportunidades e desafios junto às relações de valores, atitudes e opiniões daqueles fazedores de cultura.

A cartografia do patrimônio cultural imaterial, objeto dessa pesquisa é visto como fenômeno, no tempo e espaço. Esta proposição vai de encontro com a emblemática Carta de Santiago Chile (Peru, 1972), que foi um marco na história dos museus e da Museologia. A Carta, ampliou o conceito de “Museu” trazendo em seu corpo os princípios básicos do “Museu Integral” e de suas ações, que devolve a condição de sujeito histórico à comunidade para a pesquisa, a preservação e a difusão de seu patrimônio cultural, permitindo assim, o vislumbre de um processo de autogestão e liberação social.

“Instituição ao serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem, a Mesa Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972.”

Segundo seus enunciados os museus deveriam desenvolver uma nova função social. Tais concepções surgiram a partir de 1960 como uma resposta prática ao novo papel social dos museus, tendo como principais expoentes DESVALLÉES (1980), VARINE (1970) E RIVIERE (1970). Neste aspecto foram sendo criados novas tipologias de instituições museológica, como Ecomuseu, Museu de Território, Museu de Percurso, Museu de Vizinhança, Museu Digital e Virtual, entre outros. Novos pensares e fazeres museológicos foram adaptadas às culturas regionais e locais, fazendo surgir uma nova forma de Museologia, à Museologia Social.

Apesar dos Museus estarem bem fundamentados teoricamente, pois devolve a condição de sujeito histórico à comunidade para a pesquisa, a preservação e a difusão de seu patrimônio cultural, permitindo assim, o vislumbre de um processo de autogestão e liberação social. Seus resultados práticos (locais) desta visão carecem de análises e avaliações realizadas com dados de campo para identificar a veracidade dos pressupostos, assim como: capturar as lições aprendidas até o momento; visando uma retroalimentação positiva de suas políticas (públicas); efetivação de suas ações culturais.

A fundamentação teórica que subsidiou o estudo do cartografia do patrimônio cultural vivo, do bairro da Terra Firme, com destaque para GUARNIERI (1981), que debate a construção de um conhecimento museológico baseado em um processo de interdependência, reciprocidade, conexão e coerência; VARINE (2013) que amplia o conceito de patrimônio cultural e sua relação com o desenvolvimento local e sua conservação; e MARTINELLI (2009), que vislumbra o mapa temático como um meio de registro, pesquisa e comunicação



Para a compressão do meu objeto de pesquisa, combinei as teorias museológicas ao aparato tecnológico ao método cartográfico, a fim de estudar a imaterialidade do patrimônio cultural vivo. Esta imaterialidade não aquela fixada no passado, pela memória social coletiva, mais sim do presente das pessoas. Sua complexidade reside na teia de significações, carregadas de valores artísticos e históricos, podendo ser também constituído de valores materiais e imateriais; fixo ou móvel. “A memória sem dúvida tem algo que ver não só com o passado, mas também com a identidade e assim (diretamente) com a própria persistência no futuro.” (ROSSI, 2010, p. 26),

A Museologia se manifesta com apelo obrigatório à várias áreas do conhecimento, como por exemplo à sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, e até a Cartografia. A interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia (GUARNIERI, pag. 126, 1981). A Cartografia caminha lado a lado com o progresso da ciência e do conhecimento. Muitas cartografias são elaboradas a partir de trabalhos de campo e de laboratório, pautados em métodos diversificados - analógico, técnicos, temática, social, mental, cultural e a hodierna cybercartografia. Possuem ainda abordagens qualitativas, quantitativas, ordenadas ou mentalizadas, de modo, que existem várias formas de se fazer Cartografia.

Para Martinelli (2009). “É expressiva, hoje, a abundância de representações. Constituem um feito social por excelência. Elas são produto da mente humana. Designam objetos ausentes. Dirigem-se a toda a sociedade. Nesta linha de raciocínio, os mapas passam a ser meio dessas representações (MARTINELLI, 2009, pg. 97).

Novas cartografias estão sendo elaboradas a partir da facilidade dos dados georreferenciados. Apesar desta inovação, muitas cartografias se tornam ilustrações, ou representações pictóricas, imagéticas, ou “informações congeladas”. Precisam de alguma maneira ser dinâmicas, autônomas, de representar graficamente o cotidiano das pessoas, capazes de manipular informações sobre os aspectos culturais, sociais e econômicos locais. Ou na pior das hipóteses, os mapas podem se confirmar como armas do imperialismo, promovendo uma política poscolonial.

“a finalidade mais marcante em toda a história dos mapas, desde o seu início, teria sido aquela de estarem voltadas à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre se registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o incessante aperfeiçoamento deles. (MARTINELLI, 2009, p.08).

O trabalho iniciou-se em 2013, com a inquietação pela falta de representatividade do contexto amazônico nas teorias museológicas, assim como pela falta de informações sobre o patrimônio cultural imaterial localizados em bairros carentes da capital de Belém, e no Brasil como um todo. O acesso à comunidade se deu a partir de uma política nacional de extensão universitária, que possibilitou uma pesquisa social através de um edital de



premiação (Prêmio PROEX). Neste caso em arte e cultura, sob o eixo memória e patrimônio<sup>2</sup>.

A cartografia cultural evidenciada a partir da complexidade do patrimônio cultural vivo e dinâmico entre os anos de 2013 à 2015, localizada no bairro Montese, mais comumente conhecido como bairro da Terra Firme, na cidade de Belém, estado do Pará, precisou da articulação de métodos da cartografia técnica, temática, social e cultural, em um esforço de ampliar o entendimento sobre os fenômenos do patrimônio cultural vivo de forma local e global. Este último entendido como representação da atividade humana, onde as pessoas desenvolvem e criam suas ações no tempo e no espaço.

A condução do projeto seguiu os preceitos éticos da pesquisa-ação, que possui duplo sentido em transformar e produzir conhecimento coletivamente, onde os beneficiários são atores ativos na condução das atividades, e que juntos propõem uma solução para os problemas encontrados. Do ponto de vista metodológico, o processo dinâmico de mapeamento cultural e artístico do bairro apresenta uma inovação, combinando aspectos do campo Cultural, da Museologia e da Cartografia, afim de dar conta de informações sobre as referências culturais, práticas sociais e políticas cotidianas. Não há relatos de iniciativas similares na bibliografia acadêmica, de modo que o acervo documental é uma inovação na área cultural. Esse trabalho discorre sobre as manifestações e expressões artísticas e culturais, em diálogo com seus saberes e fazeres, a partir de uma coleta participativa de dados georeferenciados.

A linha de pensamento foi teórica e experimental no intuito de apreender como interagir com aquela comunidade por meio de um conhecimento compartilhado, a luz das relações da humanidade com seu bem cultural. Sob essa ótica, para o detalhamento patrimonial dos grupos culturais pesquisados, foram utilizados como método a socialização do conhecimento, acompanhado de um levantamento de demandas, que por sua vez possuiu um fazer processual participativo, que respeita as diferenças e especificidades associadas às formas de participação colaborativas e reconhece que o indivíduo constitui a ação, e, portanto, agencia o seu patrimônio cultural. Esta postura se deu como forma de aprofundamento e diversificação dos métodos de ensino-aprendizagem, bem como estratégico para o fortalecimento e valorização do patrimônio cultural local.

Segundo Hugues de Varine (2013), o desenvolvimento local, mesmo considerado em sua dimensão econômica, é antes de tudo um assunto de atores, e, sobretudo, de atores locais: políticos e funcionários, trabalhadores, quadros e dirigentes de empresas são membros de uma

---

<sup>2</sup> Programa de Extensão Universitária da Pró-Reitoria da Universidade Federal do Pará –UFPA. O primeiro Prêmio, em 2013, com o título “Intervenções museológicas no Bairro da Terra Firme” e o segundo, em 2014, com o título “Cartografia Cultural do Bairro da Terra Firme”.



comunidade de vida e de cultura da qual compartilham – o patrimônio humano, cultural, natural. (VARINE, 2013, p. 46)

Possui ainda em sua metodologia um levantamento bibliográfico, imagens de satélite, gráficos, vídeos, elaboração de mapas culturais, levantamento pontos geográficos, conversa e entrevista com moradores, observação participante, visitas e aplicação de questionário. Assim como análise em documentos oficiais do Ministério da Cultura e UNESCO.

### **1.1 A cartografia do patrimônio cultural vivo à procura de boas práticas da imaterialidade.**

A Museologia, ao contrário do que se pode- pensar, não é a “ciência dos museus”, nem mesmo seu objeto de estudo é restrito a esta instituição. A Museologia é uma área de estudo que envolve questões de ordem práticas e teóricas. Sua estruturação teórica teve início na década de 70 do século XX a partir do pensamento de teóricos do Leste Europeu como Vinos Sofka e Jean Jelinek. Atualmente a Museologia é compreendida como “a relação específica do homem com a realidade” (Stránský, 1980) ou como a “relação mediada entre o homem e o patrimônio” (Bellaigue, 2000). Deste modo, nota-se que o objeto de estudo da Museologia não é o museu, mas a relação da humanidade com sua produção material e imaterial, com aquilo que a humanidade significa como relevante e lhe confere como status de bem cultural, ou patrimonial.

Para que o bem, ou patrimônio (material ou imaterial) seja musealizado ou patrimonializado, é necessário que ocorra a valorização deste bem e lhe seja conferido o *status* de documento. Ou seja, o documento neste sentido é um suporte de informação que é prova, testemunho de existência, de uma vontade, ou de um fenômeno. Segundo Loureiro (2011): “musealização é o conjunto de processos seletivos de caráter info-comucacional com base na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas das quais são atribuídas a função de documento, conseqüentemente objetos de preservação e divulgação”.

Este processo museológico tem início com a seleção ou aquisição do bem cultural, seguido das ações de pesquisa, conservação e documentação, e posteriormente, sua comunicação. A musealização ocorre com a valorização do bem cultural, histórico, artístico, natural, dentre outras subcategorias de patrimônio. Esta musealização pode ocorrer *in situ* ou *ex citu*, incluindo neste último as instituições museu e patrimônio cultural vivo.

A definição em Conceitos-Chaves de Museologia por Mairesse e Desvallées (2013), vemos que a musealização é primeiramente um processo de separação ou inibição do



objeto em seu contexto de origem para serem estudados como representativos da realidade em que se constituem, portanto, “Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade.” (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2013, p. 57).

A emblemática Mesa Redonda de Santiago do Chile (Santiago do Chile, Peru, 1972), ampliou o conceito de “Museu” trazendo em seu corpo os princípios básicos do “Museu Integral”. Um ponto significativo foi a importância do meio ambiente na vocação dessas instituições e o surgimento da dimensão política no conceito de museu, fazendo enunciar uma nova forma de Museologia, à Museologia Social. Dessa maneira, propõe que o museu assuma o papel de instrumento original da comunicação através da linguagem fundamentada nos objetos “reais”.

O conceito de Museologia Social estava destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material, natural e cultural, frente as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas em nossas cidades após revolução industrial.

Segundo Mario Moutinho (2007), O conceito de Museologia Social:

“traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea, provocando a necessidade de elaborar e esclarecer, noções e conceitos que podem dar conta desse processo.” (Moutinho, 2007, p. 17).

No Brasil, o movimento da nova museologia ganhou força adicional como política pública cultural a partir da publicação da Política Nacional de Museus (2003). Como parte da implementação de tal política, o governo brasileiro criou o programa Pontos de Memória no ano de 2009, com os objetivos de apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Atualmente no Brasil foram reconhecidas mais de 150 iniciativas de Memória e Museologia social, em várias regiões do país, e ainda 18 comunidades de brasileiros no exterior. O Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém, é o único da região norte do Brasil. (IBRAM, 2012).

De acordo com Tereza Scheiner (2012),

“hoje, o Museu é percebido pelos teóricos como um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação está a que denominaremos ‘musealidade’. A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como ‘Museu’ poderá também mudar, no tempo e no espaço.” (SCHEINER, 2012, p. 08).



Para Waldisa Rússio (1984), A Museologia pode explicar o processo entre o homem, o objeto e o cenário pelo qual se encontra, a partir do espaço geográfico ou cultural que ele se sente representado. Procura ainda, através do cenário real vivido, entender as relações sociais e as possíveis consciências dentro da realidade que ali se encontram, através de uma visão espacial e temporal e das perspectivas e prospectivas do homem e da sociedade.

Para Peter Van Mensch (1992) o objeto está ligado à apreensão do real que busca capturar os elementos suscetíveis de transmitir uma informação a todos os níveis dos sentidos: funcional, emocional, simbólico e metafísico. Para o teórico Klaus Schreiner (1980), compreende o objeto da museologia como um complexo de atributos, estruturas e leis de desenvolvimento, que determinam o processo de aquisição, preservação, decodificação, pesquisa e exibição de objetos originais selecionados da natureza e da sociedade como fonte principal de conhecimento.

A museologia está atravessada por objetos-conceitos, como: memória, identidade e patrimônio. A dinâmica do objeto de estudo da Museologia é uma das discussões que permeia o sistema das ciências sociais e da sua própria história social da disciplina. Conceitos como: o fenômeno museu, o fato museal ou museológico, o bem cultural, e musealidade são componentes deste cenário científico.

Para Waldisa Rússio (1984): “o bem cultural, não pode ser analisado fora do seu contexto, tampouco podemos questionar seu sentido sem projetarmos no tempo social. E neste caso, a História será nossa grande auxiliar. Os caminhos, as casas, as fabricas, as usinas, os objetos, os artefatos, os monumentos, as crenças, as ideias, a arte e o “saber fazer”, esse registro vário que aí está para ser apreendido depende prioritariamente da consciência de seu valor”(GUARNIERI, 1984, p. 176).

Deste modo, nota-se que o objeto estudo da Museologia não é somente o “fenômeno museu”, nem mesmo seu objeto de estudo é restrito à esta instituição e suas institucionalidades. O museu por sua vez, opera uma significação associado aos signos, atribuindo valores (estética) artísticos e históricos, mas não consegue controlar o processo de significação.

Para Waldisa Rússio (1984), o conhecimento museológico ocupa-se da realidade e da história, aí compreendido um conhecimento não apenas racional e sistemático, mas também prático, na qual a prática e a razão se constroem num processo de interdependência, reciprocidade, conexão e coerência. (GUARNIERI, 1984, P.129).

O patrimônio cultural imaterial é o lugar das identidades e dos objetos.

“O patrimônio cultural é um elemento importante para o desenvolvimento local. Ora visto da perspectiva do lugar, pelos olhos da comunidade e de seus membros, eles próprios culturalmente muito diversos, cada elemento do patrimônio é fruto de uma longa alquimia que envolve indivíduos, seu



meio ambiente, as interações com outros indivíduos e outros meios ambientes, e influencias externas” (VARINE, 2013, p. 44).

Para estudiosa Waldiza Russio (1981), o objeto de estudo da Museologia deveria ser vista como processo interdisciplinar (relação do homem-objeto-cenário com seu entorno sociocultural), a partir de um fato social, que ela chamava de fato museal ou fato museológico.

“O fato museológico é a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem pertence igualmente e sobre a qual ele tem o poder de agir. Essa relação comporta diversos níveis de consciência e o homem pode apreender o objeto por meio dos seus sentidos: visão, audição, tato, etc.”(RÚSSIO, 1981, p.58).

A diversidade cultural se flui diante de manifestações e expressões advindas da pluralidade e originalidade de atores e/ou grupos sociais. Se tornam tradições a partir da marcação temporal de eventos e fatos da memória individual e coletiva. As tradições são entendidas como um conjunto de saberes e práticas de natureza simbólica e/ou ritual que visam demonstrar valores e normas de comportamento sociais, em continuidade histórica e periódica.

Para Eric Hobsbawm (1997), a tradição é uma grande causa, a causa da emancipação da humanidade. Ele categoriza a tradição, como inventada, institucionalizada e construída a partir do seu processo de surgimento, formalização e ritualização. Neste sentido as categorias vão se preenchendo de significados culturais, à medida que compartilham idéias e costumes e se complexificam o conteúdo e forma dos saberes e fazeres tradicionais, marcadas pelo fato histórico.

Para Peter Burke (1989), as categorias sempre foram fluidas e a cultura popular inicialmente sempre foi compartilhada entre povo e elite. No entanto a mudança de concepção da sociedade aristocrata do século XIX, fizeram com essas pessoas, que compartilham as mesmas coisas; festas, eventos, baladas, rezas, constituíssem uma autoimagem identitária, demarcando politicamente o saber e classificando assim, a cultura entre erudito e popular.

A cultura então é entendida como cotidiano, vivenciado, de troca, não de uma troca ingênua, mais uma troca por saberes e fazeres, em redes de identidade-socialibilidade onde estão inseridos os sujeitos sociais “encontros culturais encorajam a criatividade” (BURKE, 2003, p. 17).

O patrimônio cultural comunitário vivo de que falo é constituído de atores e grupos sociais, manifestações culturais, expressões artísticas, equipamentos socioculturais e espaços públicos, lugares afetivos, simbólicos e operacionais, saberes e fazeres que formam um patrimônio local, representados por sua cultura material e imaterial, diversos,



difusos e excepcionais. São grupos sociais mais ou menos complexos, manejam saberes e fazeres tradicionais, ofícios e técnicas artesanais, práticas sociais, rituais e atos festivos, linguagens contemporâneas, com forte acúmulo de informações, articulações e reflexões sobre seus bens culturais. Segundo Varine (2013) “O patrimônio de natureza comunitária [...] emana de um grupo humano diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças.” (VARINE, 2013, p. 44)

## **1.2. Materiais e Métodos do Mapeamento Cultural.**

Para Hughes de Varine (2013) são duas medidas imprescindíveis para trabalhar com o patrimônio cultural comunitário, que são: eliminar o uso de rótulos (metodologias pré-estabelecidas), pois cada comunidade tem suas características e necessidades próprias e atuar efetiva e simultaneamente no âmbito da ação, da capacitação e da investigação, onde o museu deve ser um meio pelo qual sua comunidade possa reconhecer-se, desempenhando assim sua função de centro de memória. (VARINE, 2013, p. 64)

Havia um processo cartográfico e um processo social a desempenhar. O pensamento cria e a cultura se revela sob várias formas de manifestações e expressões artísticas e culturais. Segundo Hugues de Varine (2013) “O patrimônio cultural é a ainda um recurso para o desenvolvimento, na verdade o único recurso, juntamente com a população, que se encontra em toda parte e que basta procurar para encontrá-lo. (VARRINE, 2013, p. 19).

A cartografia cultural a partir de trabalhos de campo e de laboratório, pautados em métodos operacionais, e técnicos a fim representar os aspectos culturais, sociais e econômicos, faz uso do processo metodológico cartográfico. Segundo site do IBGE (2013):

“o processo cartográfico distingui-se em três fases distintas: a concepção, a produção e a interpretação ou utilização. As três fases admitem uma só origem, os levantamentos dos dados necessários à descrição de uma realidade a ser comunicada através da representação cartográfica, através de um conjunto de operações voltadas à definição de procedimentos materiais e equipamentos, simbologia e cores a serem empregados na fase de elaboração, seja convencional ou digital, de cartas e mapas gerais, temáticos ou especiais” (IBGE, 2013).

A metodologia se deu através de reuniões, seminário, ciclo de formação, treinamentos, planejamento participativo e mobilização social, momentos de reflexão e debates sobre cultura, arte e patrimônio. Por meio das reuniões e planejamento participativo foi possível levantar um diagnóstico das demandas e desafios do Ponto de Memória da Terra Firme e dos grupos culturais.



Durante o planejamento foram alcançados consensos em torno dos objetivos e métodos de trabalho, assim como foi desenvolvido um sistema de governança na condução do trabalho. Essa governança foi constituída de equipes técnicas que acompanharam toda a evolução das atividades, representadas por um GT de Comunicação, um GT de Escola e um GT de Mapas, assim como também por um Núcleo Gestor, que no conjunto visavam ampliar a representatividade social da pesquisa. Também foi realizado um ato público na praça principal do bairro conhecida popularmente como “ShoppingChão”.

No âmbito deste estudo, foi considerada como patrimônio cultural imaterial, de acordo com a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003, p.02): Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.
3. Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

Em concomitante foram feitas análises em vistas áreas com a utilização do Programa de Computador GoogleEarth, compostas de quatro cenas territoriais do bairro. Foi construída uma base cartográfica inicial do Bairro da Terra Firme para permitir o planejamento espacial das ações em campo. Esse mapa foi necessário pela ausência – à época do desenvolvimento do trabalho – de qualquer outra fonte de informação com dados confiáveis acerca do Bairro. O bairro foi sub-dividido em quatro sub-regiões, nomeados coletivamente de: Parque Amazônia, Curtume, Bom Jesus e Centro, destacando seus limites geográficos, suas fronteiras e acesso.

Adicionalmente foram coletados Pontos de GPS para cada manifestação cultural identificada ao longo da aplicação do processo cartográfico. O mapa da Terra Firme é



composto de base cartográfica territorial, através de imagem de satélite SPOT, 2013. As legendas artísticas foram vetorizadas e espacializadas na base com os respectivos nomes: Artes Plásticas, Dança, Ensino, Ofício, Música, Movimento Religioso, Teatro, Lugares, Movimento Social. Os pontos de GPS foram trabalhadas por meio de um software livre de informação geográfica Qgis 1.8.

Por meio de oficinas com os alunos de escolas públicas locais do Bairro foi possível desenvolver um roteiro de entrevista, assim como sua aplicação, constituído de informações sobre o tempo histórico das manifestações, sua gestão cultural, formação de público, seus desafios e oportunidades.

O seminário cultural, intitulado “O Povo da Terra Firme Conhecendo suas Diversas Manifestações Culturais” foi à primeira ação estratégica para a difusão e divulgação do projeto para a comunidade da terra firme. Ele foi capaz de promover momentos de reflexão e debates sobre cultura, política cultural, mapeamento e patrimônio, por um número significativo de lideranças culturais.

## **RESULTADOS**

A análise desses dados já permitem identificar características culturais comuns entre eles, como: falta de informação sobre acesso a financiamento e recursos; falta de reconhecimento por parte da própria comunidade e do poder público; falta de placas de identificação dos grupos – dificuldade de localização; falta de visibilidade local.

O Ponto de Memória da Terra Firme é formado por um grupo 11 de conselheiros. Do qual somente 06 conselheiros atuam efetivamente; sua identidade cultural é formada pela união de lideranças comunitárias, com idade superior a 50 anos, são atores advindos da educação, de partidos políticos, pesquisadoras e moradores, sua atuação e atividades são intimamente ligadas a aprovações de projetos em editais públicos, não possuem ações que lhe tragam recursos financeiros, possuem baixa representatividade no bairro devido aos seus conflitos de interesse. Em seu diagnóstico institucional levantado em 2013 apresenta: i) enfraquecimento do conselho gestor; ii) falta de verba para maiores ações sociais e culturais no bairro; iii) falta de espaço físico; iv) falta de novas lideranças comunitárias; v) baixo entendimento sobre museu, cultura e patrimônio, e em 2014 apresenta: i) reformulação do estatuto social; ii) tentativa de abertura de uma entidade jurídica formal; iii) reformulação do conselho gestor; iv) nova participação de jovem da comunidade como conselheiro.

Atualmente, existem mapeados 81 pessoas e/ou grupos culturais e sociais, divididos nas seguintes atividades: arte, dança, ensino, lugares, movimento social, movimento religioso, música, ofício e teatro. Organizados da seguinte forma: i) Movimento Social: 22 grupos e equipamentos socioculturais; ii) Dança: 25 manifestações e grupos



culturais; iii) Ensino: 08 equipamentos socioculturais; iv) Ofício: 07 manifestações e grupos culturais; v) Música: 08 manifestações e grupos culturais; vi) Movimento Religioso: 05 manifestações e grupos culturais; vii) Teatro: 02 expressão e grupos culturais; viii) Lugares: 03 locais afetivos e espaço cultural; ix) Artes Plásticas: 01 expressão e grupo cultural.

O bairro concentra hoje uma rede de linguagens artísticas, saberes e fazeres ditos tradicionais, cultura de rua, técnicas e práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos tradicionais e populares. Na área do patrimônio cultural, lócus do presente trabalho foram identificadas manifestações vivas da Cultura Popular e Cultura Afro religiosa.

As informações dos cadastros revelam que grande parte dos grupos culturais (64%) possui informações sobre o acesso a financiamento e recursos, mas cerca de 82% dos grupos não possui condições financeiras de dedicação à tarefa. Aproximadamente 90% avalia que não existe reconhecimento e valorização de suas atividades por parte da própria comunidade e do poder público. Também foi verificada a falta de placas de identificação dos grupos, associadas à dificuldade de acesso aos seus centros físicos, quando existentes.

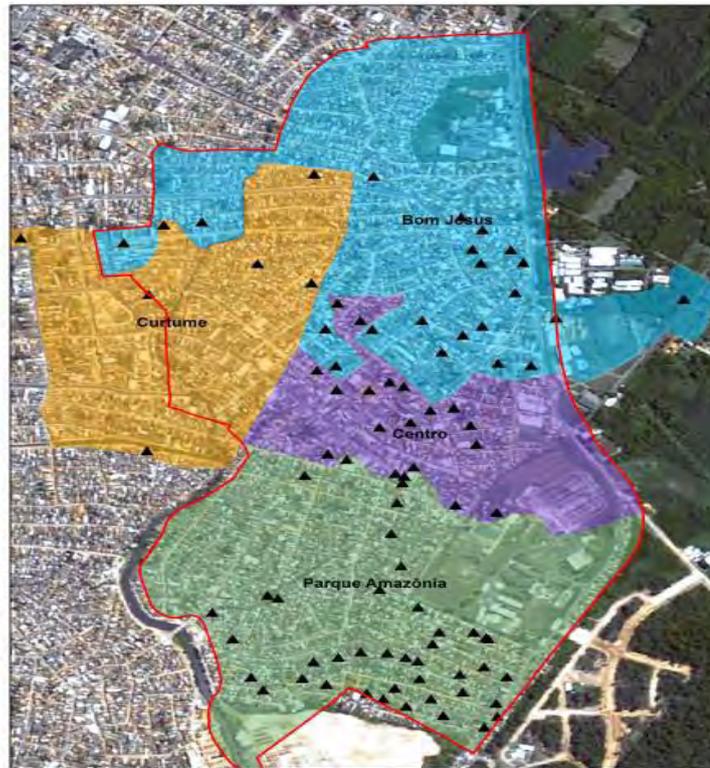
Apenas da metade dos grupos culturais possuem endereço eletrônico. Outro dado relevante é sobre a institucionalidade dos grupos culturais, 40% do total de grupos entrevistados possuem CNPJ próprio (constituição jurídica formal), podemos aferir que 80% possui uma infraestrutura particular precária, 70% já recebeu algum tipo de apoio do poder público (diverso), 97% conhece editais públicos voltados para área cultural, mas tem dificuldade de acesso.

Podemos ainda verificar o tempo de criação de cada grupo cultural: tempo: 0 a 5 anos: 11 grupos culturais; 5 a 10 anos: 30 grupos culturais; 10 a 15 anos: 45 grupos culturais; Sem dados quanto o tempo de existência: 03 dos grupos culturais.

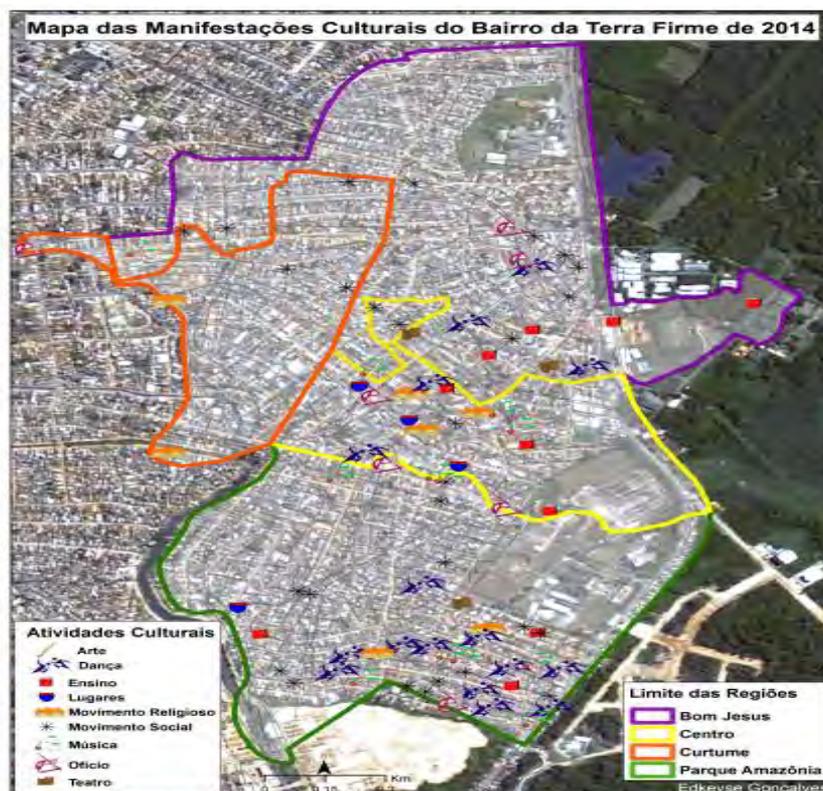
O censo realizado pelo IBGE (2011) aponta estimativas de uma população média de 61.439 habitantes para o bairro da Terra Firme. No entanto, conforme pesquisa de campo, e de depoimentos de lideranças comunitárias locais, sua população é de aproximadamente 90 mil habitantes.



**Figura 1:** Mapa das subdivisões do bairro e das fronteiras socioculturais.



**Figura 2:** Base de Dados Cultural do Bairro da Terra Firme, registro e legenda de acordo com a atividade cultural, com base na participação social.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio vivo forma uma identidade local que compõe uma paisagem cultural. Durante nosso trabalho, nos apropriamos do conceito de equipamentos socioculturais, que por sua vez combinavam as categorias de equipamentos sociais e de espaço cultural como lugar propício à promoção das práticas culturais em áreas urbanas carentes. Tal constatação se deu a partir da observação da ausência de mecanismo estratégicos de gestão e de comunicação, assim como de espaços públicos apropriados no bairro.

Neste emaranhado de aparelhos, mecanismos e edificações, equipamentos sociais e culturais, públicos e comunitários, compreende-se o universo das escolas, centros comunitários, associações, cooperativas, creche, fundações, igreja, lojas, praça, os terreiros de matriz afrodescendentes, ruas e mercados locais. Por outro lado, os equipamentos socioculturais mapeados não estão restritos somente a suas atividades habituais, eles apoiam e divulgam as iniciativas culturais demandadas pela comunidade e promovem seu intercâmbio.

Puder perceber que após essa busca pela compreensão entre a relação da humanidade com seu bem cultural, que seu saber fazer estão em um processo contínuo, sem cortes ou etapas, somente contínuo, renovador, resignificador, dotado de uma produção natural, cultural, individual e coletiva, que interage com sua tradição e seus valores.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Unisinos, (2003).

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA, V. 28, N. 28 (2007), Actas do XII Atelier Internacional do MINOM / Lisboa.

Carta de Santiago + VARINE, H. A Mesa-Redonda de Santiago. In: Araujo, M.M. & BRUNO, M.C.O. (Org.) A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

Convenção Internacional da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, UNESCO, 2003.

Declaração de Quebec + MOUTINHO, M.C. A declaração de Quebec de 1984. Declaração de Caracas + HORTA, M.L.P. 20 Anos depois de Santiago: a declaração de Caracas – 1992. In: Araujo, M.M. & BRUNO, M.C.O. (Org.) A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013. Disponível em: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)>. Acesso em: abr. 2015.



GUARNIERI, W. R. C.: textos e contextos de uma trajetória profissional/ Org. Maria Cristina Oliveira Bruno, São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria do Estado da Cultura/ICOM 2010.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a Invenção das Tradições. In. A invenção das tradições. 6ª Ed. Paz e Terra, 1997.

LEI Nº 13.018, DE 22 JULHO DE 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm) acesso 22/08/2014, às 12:01h.

LIMA, D.F.C. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão, Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MARTINELLI, Marcelo. A imagem figurativa e a imagem cartográfica no turismo. III Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Mesa Redonda "Turismo, Natureza e Educação", Outubro de 1999, Manaus-AM.

MARTINELLI, Marcelo. Cartografia do turismo: Que cartografia é essa. Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo Sol e Território, DG – FFLCH-USP, Julho de 1995, São Paulo-SP.

MARTINELLI, Marcelo. Cartografia e imaginário. I Encontro Nacional de Turismo de Base Local, DG – FFLCH-USP, 1,2,3, Maio de 1997, São Paulo-SP.

MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. 5. Edição - São Paulo: Contexto, 2009.

MENSH, Peter van. Modelos Conceituais de Museus e suas relações com o patrimônio natural e cultural. Bases teóricas da Museologia, Apostila, 2001. Tradução de Teresa Scheiner.

Musealização: ambiência de comunhão. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012,

RENÉ, Barbier. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

ROSSI P. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios sobre a história das ideias. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

SANTOS, M.C.T.M. Reflexões sobre a Nova Museologia. In: SANTOS, M.C.T.M. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SCHEINER, T. C., Repesando o Museu Integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, v.7, n.1, 2012.

VARINE, Hugues de. As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1.ª impressão -Porto Alegre: Medianiz. 2013.

VARINE, Hugues de. Repensando o Conceito de Museu. Encontro ICOM/UNESCO sobre Museus e Comunidades: Jokmok, Suécia, 1986. Tradução de Teresa Scheiner.

LOUREIRO, M. L. N. M. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência, DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.2 Abril, 2007.



## **GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina**

### **DESIGN VERNACULAR: A EXPRESSÃO DA CULTURA AMAZÔNICA NA PINTURA DE PAISAGENS EM MOSQUEIRO, COTIJUBA E CARATATEUA**

Natália Cristina Rodrigues Pereira (UFPA)<sup>1</sup>

[nataliacrpereira@gmail.com](mailto:nataliacrpereira@gmail.com)

Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)<sup>2</sup>

[celia.trindade.amorim@gmail.com](mailto:celia.trindade.amorim@gmail.com)

#### **RESUMO**

O design vernacular será abordado neste artigo como uma experiência comunicacional na Amazônia. Trata-se de desenhos de letras, ilustrações e paisagens pintados manualmente em fachadas, placas, muros, faixas e outras superfícies espalhadas pela região que, baseados na cultura local, objetivam suprir as necessidades comunicacionais do comércio informal onde se originam. A base empírica da pesquisa foi adquirida em três ilhas do Município de Belém do Pará: Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, que apresentam forte teor turístico, pelo potencial da natureza ao permitir contato com as praias e rios amazônicos e que, apesar de suas particularidades, apresentam semelhanças culturais e de tradições comunicacionais entre si. Neste artigo, foca-se a discussão na pintura de paisagens, que permite observar mais facilmente a expressão da cultura amazônica ribeirinha nessa forma de comunicação. Com base nisso, partiu-se da seguinte pergunta: De que forma o design vernacular, a partir do desenho de paisagens, expressa a cultura amazônica? Para o embasamento teórico, utilizamos Otacílio Amaral Filho (2016), Gilbert Durand (1996), João de Jesus Paes Loureiro (2001, 2008) e Michel Maffesoli (1998), dentre outros. A metodologia teve um foco qualitativo a partir de pesquisas de campo ocorridas entre 2015 e 2017, sendo realizados registros fotográficos durante as visitas às ilhas. Acreditamos que a importância desta pesquisa se centra na possibilidade de contribuir com os estudos que vão além dos aspectos tecnológicos da vida social, assim como, em longo prazo, poder colaborar para uma possível desmistificação de estereótipos sobre a Amazônia.

Palavras-chave: Design Vernacular. Comunicação. Desenhos de Paisagens. Cultura. Amazônia.

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo faz parte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, e centra-se no estudo do design vernacular enquanto uma experiência comunicacional e estética na Amazônia. O design vernacular materializa-se em desenhos de letras, ilustrações e

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA, pesquisadora do projeto de igual nome.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA). Coordenadora do Projeto e do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA.



paisagens pintados manualmente em fachadas, placas, muros, faixas e outras superfícies espalhadas pela região que, baseados na cultura popular, objetivam suprir as necessidades comunicacionais do comércio informal onde se originam.

A base empírica da pesquisa localiza-se em três ilhas do Município de Belém do Pará: Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, localidades com forte teor turístico, pelo potencial da natureza ao permitir contato com as praias e rios amazônicos e que, apesar de suas particularidades, apresentam semelhanças culturais e de tradições comunicacionais entre si.

Ao longo do artigo, discute-se a cultura da pintura de paisagens bem como a importância da razão sensível nesse fazer vernacular. Sabe-se que, com a modernidade, experiências mais lúdicas e tradicionais perderam espaço para um modo mais objetivo, quantitativo e científico de ver o mundo. Contudo, o saber tradicional, o senso comum e o imaginário não foram abandonados, sempre estiveram presentes na cultura.

Como diz Maffesoli (1998), atualmente existe um retorno, um fortalecimento destas formas lúdicas de ver o mundo, e são esses processos simbólicos, tecidos na cultura vernacular, que interessam a este artigo. Especialmente quando se estuda localidades nas quais essa “visualidade amazônica” (Paes Loureiro, 2001) é reivindicada, no momento em que existe um interesse da comunidade em utilizar a pintura de fachadas e a pintura de paisagens para divulgar suas necessidades locais. Existe uma função estética, de gosto, nessa escolha, que influencia o cenário dessas ilhas.

Além disso, optou-se por dar ênfase neste estudo à pintura de paisagens porque, conforme o pesquisador Eidorfe Moreira explica, “quer em nossas atividades práticas, quer em nossos devaneios ou ilusões, vivemos e gravitamos em funções de paisagens” (2012, p. 171). Isso significa que, segundo o autor, o homem se relaciona não apenas com a paisagem real, concreta, que lhe chega através dos sentidos, mas também com a paisagem ideal, ligada aos seus sonhos e devaneios, uma paisagem imaginada. A geografia e as paisagens existem em contato com o homem, com a sua atuação no lugar em que habita. Trazendo esse pensamento para a discussão realizada nesse artigo, observa-se que as paisagens podem ser representadas no cotidiano por meio da arte, da pintura, da música, da dança, e também a partir das representações da natureza amazônica criadas pelos pintores de letras nos desenhos vernaculares.

Com base nessas percepções, partiu-se da seguinte pergunta: De que forma o design vernacular, a partir do desenho de paisagens, expressa a cultura amazônica? Para o embasamento teórico, utilizou-se Otacílio Amaral Filho (2016), Gilbert Durand (1996), João de Jesus Paes Loureiro (2001, 2008) e Michel Maffesoli (1998), dentre outros. A metodologia desenvolvida apresentou um foco qualitativo a partir de seis pesquisas de



campo onde foram realizados registros fotográficos, ocorridas entre agosto de 2015 e setembro de 2017.

Assim, o artigo realiza uma breve descrição do design vernacular e das localidades estudadas, e reflete sobre as pinturas de paisagens a partir da ótica da estética, do imaginário e da comunicação.

## 2. REFLEXÕES SOBRE O DESIGN VERNACULAR

O design vernacular, conforme entendido no trabalho, é uma forma de comunicação visual informal, baseada em uma tipografia<sup>3</sup> popular que busca divulgar produtos e serviços ofertados no comércio onde se origina. Trata-se de pinturas que possuem características específicas, como o enraizamento na cultura, o uso intenso de cores primárias, criação artesanal e manual, aprendizado que ocorre geralmente por meio da oralidade, dentre outros (MARTINS, 2008; PEREIRA, 2014; 2017). Está presente nas cidades amazônicas através de seu uso em pinturas feitas à mão em barcos, placas, residências, mercados, lojas, faixas, bandeiras de açaí, cartazes de supermercados, e outras estruturas materiais que divulgam mercados, bares, restaurantes e hotéis situados na região, dentre outros.

Na região, observou-se que, além do uso da tipografia, existe também uma abundância na criação de ilustrações e paisagens que se unem na visualidade do vernacular. Ou seja, percebeu-se durante a pesquisa se fez necessário alargar o entendimento para os elementos comunicacionais vernaculares que vão além de sua estrutura tipográfica e que auxiliam na construção da mensagem que o pintor deseja transmitir, como as paisagens da natureza criadas pelos pintores de letras. Estes últimos, percebidos durante a pesquisa nas ilhas, remetem às imagens presentes no imaginário sobre o que é a vida na Amazônia.

Uma das facetas poéticas dessa forma de comunicação está relacionada ao trabalho manual informal realizado pelos pintores (ou abridores) de letras, que preenchem tais elementos de vida, cores e detalhes que as diferenciam das pinturas criadas por outros pintores ou mesmo desenvolvidas em outras partes do país. Os abridores de letras “são especialistas em escrever nomes nas embarcações, nas casas comerciais, nas tabuletas do comércio, trabalhando para um mercado e apresentando intuitiva marca publicitária” (LOUREIRO, 2008, p. 222). Essa forma de comunicação se alimenta da cultura local ao se basear na imaginação e subjetividade do pintor, mas também no imaginário da comunidade,

---

<sup>3</sup> Tipografia seria o modo como se organizam determinadas ideias por meio da existência de um código comunicativo, alfabético, que possui um propósito comunicacional.



no modo como as pessoas se comunicam, nas necessidades da população junto à qual o design vernacular é criado.

Porém, é importante lembrar que, da mesma forma que esta comunicação se alimenta da cultura local, ela também encontra fontes de inspiração e ecos em outras culturas, em outros meios de comunicação e novas tecnologias. Ela não está isolada em si mesma, nem no campo geográfico nem no campo das ideias, como será observado ao longo do presente trabalho.

### 3. AS ILHAS AMAZÔNICAS

A pesquisa se concentrou no design vernacular materializado em três ilhas pertencentes ao Município de Belém<sup>4</sup>, conhecidas como Caratateua (Outeiro), Cotijuba e Mosqueiro. Na Amazônia, “o mundo das águas permeia a vida de seus habitantes. As ilhas assumem um papel de destaque no cotidiano do mundo ocidental, seja como polos de abastecimento, seja como áreas estratégicas em tempos passados” (QUARESMA, 2006, p. 230). Assim, é preciso refletir sobre as experiências sociais endógenas dessas ilhas, que se apoiam em saberes tradicionais para guiar a relação entre homem e natureza; bem como ponderar as experiências exógenas, que chegam através da mídia, das novas tecnologias e de intercâmbios culturais, e como esse olhar de fora é incorporado nas expressões comunicacionais locais.

A pesquisa busca pensar a comunicação nestes espaços e em suas tradições. Cotijuba, Caratateua (Outeiro) e Mosqueiro são lugares de importante foco turístico, que compartilham proximidades geográficas, políticas, sociais e culturais. Abaixo, a figura 01 expõe fotografias das localidades estudadas, que ajudam a contextualizar visualmente um pouco da realidade ali encontrada.

**Figura 1:** Imagens de Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, respectivamente.



**Fonte:** PEREIRA, 2015; 2016; 2017.

<sup>4</sup> O município é composto por oito distritos e cerca de quarenta ilhas (QUARESMA, 2006, p. 230; GUERRA, 2006, p. 205).



A primeira foto mostra a praia de São Francisco, em Mosqueiro, um lugar que apresenta um suave movimento em suas ondas de água doce e um menor fluxo de pessoas, quando em comparação a outras praias da ilha. A segunda imagem apresenta a visão de Cotijuba de dentro do navio da Prefeitura (que faz o traslado Icoaraci-Cotijuba), próximo ao porto Antônio Tavernard. Ao fundo, podem-se ver as ruínas do antigo presídio<sup>5</sup>, escondida por entre as árvores. Em frente às ruínas da prisão, existem barracas que vendem refeições, como o café da manhã, e produtos diversos como chapéus e óculos de sol, assim como são comercializados os bilhetes de retorno à Icoaraci. Além disso, é comum encontrar uma fileira de carroças e pequenos bondes motorizados, aguardando a chegada dos turistas para levá-los a diferentes praias da ilha. Há alguns anos, era comum ver as carroças e os bondes sendo puxados por animais como cavalos, mas essa tradição tem sido substituída pelo uso de bicicletas, motos e de tratores (que movimentam os bondinhos).

A última foto mostra a ilha de Caratateua (conhecida popularmente como Outeiro), registradas em um sábado pela manhã, e mostra um lugar onde a comunicação informal visual é efervescente, se atropela, se amontoa. Como se observa na foto, muitos produtos são divulgados a partir do design vernacular, mas também existem cartazes pregados nas paredes, placas impressas, faixas estimulando a venda de bebidas alcóolicas, e outros.

Uma das dificuldades de se realizar as pesquisas de campo, em Caratateua especialmente, é o estigma de violência que paira sobre a realidade local. É uma face da urbanização necessária de ser colocada aqui porque as mudanças na qualidade de vida de uma população afetam a sua cultura. O índice de violência não está centrado apenas nas ilhas, é claro. O aumento na sensação de medo em quem vive no Município de Belém, incluindo a sua capital, é real. Apesar destes problemas, que o Estado deve enfrentar, é importante superar os preconceitos e contribuir com estudos sobre esses espaços porque as pessoas e a sua expressão comunicacional são importantes, e existem características das ilhas que podem ser observadas, valorizadas.

Os espaços aqui apresentados são interligados socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente, mas possuem suas especificidades, suas singularidades históricas. Trata-se de lugares cujas experiências sociais apresentam um grande potencial de estudos na área da comunicação e cultura na Amazônia.

#### 4. A VISUALIDADE AMAZÔNICA E A PINTURA DE PAISAGENS

---

<sup>5</sup> O educandário Nogueira de Farias foi criado na primeira metade do século XX. Durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), foi convertido em prisão e desativado em 1977, após nove anos em funcionamento. Hoje, se observam somente as ruínas da antiga penitenciária.



Existem alguns elementos que aparecem como parte integrante do cenário amazônico, urbano e rural, compondo uma paisagem colorida, atraente, que com frequência carregam o design vernacular pintado sobre a sua superfície, e cujo aspecto comunicacional se revela no dia-a-dia local. Em vista disso, argumenta-se aqui que o design vernacular tem a potencialidade de contribuir para a visualidade amazônica – conceito utilizado por Paes Loureiro (2001) para se referir a este cenário vibrante, diversificado e que irradia vida no qual ele próprio está inserido.

A visualidade amazônica pode ser percebida sob uma ótica de contradição das normas dominantes de “bom gosto”, por conta de sua espontaneidade, do modo simples, mas intenso, no qual se materializa. Nas palavras do autor, “a visualidade amazônica celebra a glória do olhar. [...] O mundo percebido pela cor primordial, e expresso em uma forma de distorção das normas estéticas dominantes” (LOUREIRO, 2008, p. 224).

Essas normas dominantes seguem tendências hegemônicas, geralmente apresentando uma quantidade menor de elementos distribuídos em sua comunicação visual, menos contraste e uso de cores, e uma preferência por formas mais retilíneas, por exemplo. Exibe assim características distintas daquelas valorizadas nas pinturas vernaculares, que prezam por um uso chamativo de cores, variados elementos tipográficos, ilustrativos e paisagísticos, que criam uma comunicação visual que dialoga com a sensibilidade das pessoas que utilizam o vernacular em sua comunicação diária.

O fato de a visualidade amazônica se distanciar em alguns momentos das normas dominantes não se transforma em uma escolha entre um melhor ou pior. Ao contrário, são indícios a serem investigados em seu conteúdo exuberante, tentando levar em consideração os aspectos simbólicos, sensíveis, e intersubjetivos que fazem parte dessa prática cultural.

**Figura 2:** Exemplos de paisagens em Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, PA, respectivamente.



**Fonte:** Arquivo de Natália Pereira, autora do trabalho, 2015; 2016; 2017<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> A primeira fotografia foi registrada em Mosqueiro em agosto 2015, e expõe o trabalho do pintor Pedro Paulo. A segunda se refere à pintura do pintor Acrilic em Cotijuba, registrada em maio de 2016; e a terceira foto mostra uma pintura fotografada em Caratateua em setembro de 2017, sem assinatura.



Na imagem acima, encontram-se exemplos das pinturas de paisagens nas fachadas de restaurantes e bares das ilhas estudadas. As três fotografias apresentam praias de Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, respectivamente, junto com a presença simbólica de animais, dos rios e árvores, além de contar com a presença humana por meio de construções tradicionais como canoas nos rios, assim como casas em palafitas, como apresentada na primeira fotografia.

De modo geral, as casas ribeirinhas são localizadas sobre o rio, próximas a um porto ou trapiche, como representado na primeira pintura, e o modo de locomoção ainda é o barco. Ou seja, é por meio do rio que as pessoas chegam às escolas, visitam umas às outras, adquirem o alimento do dia; é possível observar casas similares no trajeto de barco para Cotijuba, por exemplo. São essas residências que fluem na nossa mente ao pensar em moradia tradicional amazônica. Mas as casas na ilha de Mosqueiro são um pouco mais distantes da beira da praia, separadas desta pela orla que circula a ilha, além de haver a existência de casarões e prédios residenciais que se diferem da imagem registrada através da tinta no exemplo acima.

Outro ponto interessante que também diz respeito às imagens é o uso da cor azul para representar a água da praia, porque as águas dos rios amazônicos nessas localidades são da cor de terra, amarronzada. O que leva um pintor e a comunidade a optar pela cor azul na água? Sabe-se que o mar é azul, por conta dos filmes, séries, novelas, telejornais, livros, mas não é essa a cor que se encontra ao viajar para uma das ilhas estudadas. Trata-se de uma representação mais midiática de água.

As fotografias na figura 2 mostram a vida ribeirinha, os barcos amazônicos, o pôr-do-sol na praia, os rios, os animais e demais elementos da natureza. São exemplos de um ambiente e modos de vida que ainda podem ser encontrados na ilha, é verdade, mas exclui-se destas representações todo o restante da vida social: o problema com o lixo e as sujeiras nas ruas e nas praias, a violência, o processo de urbanização e consequente desmatamento das localidades, os engarrafamentos, a poluição sonora, dentre outros.

As imagens mostradas na figura 2 precisam ser discutidas por conta da forte presença de estereótipos que elas apresentam. Ao retratar uma face da vida amazônica (ainda por cima repleta de influências exógenas) excluindo-se outras, o enfoque está sendo colocado em elementos hegemônicos do imaginário sobre a Amazônia, que é aquela Amazônia da natureza, da harmonia, da passividade e da tranquilidade. Possivelmente, está se mostrando um olhar exógeno sobre a experiência local, em contraste com experiência endógena e com a vivência urbana que esses lugares estão processando atualmente.



Em seu livro *Marca Amazônia*, o professor e pesquisador Otacílio Amaral Filho refletiu sobre a Amazônia a partir das representações simbólicas midiáticas que pautam a região enquanto um elemento instigante de consumo, analisando “a Amazônia como se fosse uma marca, isto é, como um ativo das empresas, fazendo a distinção no jogo da concorrência dos produtos e serviços” (AMARAL FILHO, 2016, p. 19). O autor trabalha sob um ponto de vista mais publicitário e mercadológico, considerando as influências do sistema capitalista e das grandes corporações que buscam atender às demandas cada vez maiores do público por produtos naturais, que respeitem a natureza. Mas sugere-se aqui que o design vernacular, em toda a sua informalidade, não está tão afastado desse sistema.

Nas palavras de Amaral Filho, “a Marca Amazônia representa uma síntese idealizada de agregação de valor a qualquer produto nessa perspectiva de irradiação do poder estruturado pelo discurso da comunicação, simbólica e objetivamente, como imagem que carrega esta significação” (AMARAL FILHO, 2016, p. 27). Ao se valerem da carga simbólica presente nas imagens e discursos produzidos sobre a região, as empresas passam a retratar esses valores, os utilizando como uma espécie de vestimenta, de máscara sobre a qual o mundo irá enxergá-las.

A produção da Marca Amazônia é simbólica em larga escala, escoando-se por vários aspectos da vida social (AMARAL FILHO, 2016, p. 28). Contextualizando o seu pensamento, Amaral Filho explica que “a *promessa publicitária* se constitui na oferta de um imaginário povoado pelo natural, a plenitude da natureza, ligada, portanto, à pureza e ao original, ordenada pelo *desenvolvimento sustentável* e pela *responsabilidade social*” (AMARAL FILHO, 2016, p. 19). Ao se considerar o design vernacular, que possui dentre seus objetivos o de atrair o consumidor e estimular o consumo, se percebe essa *promessa publicitária* da qual fala Amaral Filho no processo das pinturas de paisagens. Mais do que a busca pela beleza presente na visualidade das pinturas com enfoque amazônico, também se trata por vezes de um reforço do imaginário midiático e social, e de uma tentativa de atribuir a si as características de originalidade, tradição, sustentabilidade, já que o comércio das ilhas estudadas também são voltados aos turistas e visitantes.

A representação da região escolhida pela mídia se orienta por essa Marca, cuja produção é definida por uma Amazônia simbólica originária de um complexo conjunto de sociabilidades e de imagens compostas por uma gama de significados formados a partir de uma visão físico-geográfica de uma Amazônia Continental, hiperbólica, constituída na perspectiva de sua cultura e do uso dos seus recursos naturais, de sua biodiversidade, de uma riqueza incalculável que inclui a madeira, os minérios, a água, os peixes, as drogas, os frutos comestíveis, que orientam o entendimento na perspectiva da *sustentabilidade* (AMARAL FILHO, 2016, p. 25).



Dessa forma, existe uma consistência nas imagens que são produzidas e reproduzidas, quase sempre com base na ideia de grandiosidade, de natureza, de riquezas relacionadas à biodiversidade e à cultura, em detrimento de outras faces da realidade social, que não se adequam ao imaginário construído e perpetuado sobre a região. De modo geral, o imaginário pode ser compreendido como uma forma de conhecimento, de produção da realidade, que se origina de situações vividas no mundo (DURAND, 1996). Se trata de uma co-realidade, integrada, paralela, que se relaciona com o real. Senso que o ser humano nasce com a potência do imaginário, produzindo e também sendo produzido por ele.

Sabe-se que “a cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela é também, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual” (EAGLETON, 2000, p. 184). Acredita-se na cultura como um produto humano, que se degrada quando a qualidade da vida da população é degradada. Ela depende da sociedade para que exista. E, sendo a arte um “modo de ação produtiva do homem, ela é fenômeno social e parte da cultura” (NUNES, 1999, p. 09), ela é afetada pela cultura em transformação. Mudanças na cultura geram mudanças simbólicas.

Assim, observa-se que essa forma de comunicação, com a sua uma matriz publicitária de venda, se inspira na cultura amazônica, mas também em outras culturas, a partir da imaginação do pintor e dos elementos presentes no imaginário coletivo, tendo estes sido criados na região ou sido incorporados no imaginário local – pois para que aja a produção de sentidos, o leitor da imagem precisa ter um repertório prévio para que possa descortinar seus potenciais significados.

A possibilidade de intercâmbio cultural existe dentro das muitas realidades amazônicas. Dentro da região existe a demarcação entre urbano e o rural, uma linha tênue que não é de modo algum estática, pois “a cultura do ribeirinho se espalha pelo mundo urbano, assim como aquela é receptora das contribuições da cultura urbana” (PAES LOUREIRO, 2001, p. 65). Ou seja, a troca entre elementos simbólicos e materiais pertencentes a estes dois mundos é constante.

Por fim, ressalta-se que não se pode esperar que as pinturas retratem somente as tradições locais; que elas fiquem presas a um tempo passado, estagnadas. Compreende-se aqui que “é preciso tomar a vida como ela é. É preciso aceitar os mitos de que ela se orna. [...] o que denominarei **vitalismo**, e o mito que é a sua expressão são diretamente oriundos de uma visão empírica do mundo” (MAFFESOLI, 1998, p. 46). Isso significa que, no início da pesquisa, esperava-se encontrar registros próximos à realidade local, que compreendesse essa experiência tradicional, suas características endógenas. Mas a materialização desse



imaginário traz elementos plurais, endógenos e exógenos, que se entrelaçam nas histórias contadas nas pinturas.

## 6. CONCLUSÃO

O artigo buscou responder de que forma o design vernacular, a partir do desenho de paisagens, expressa a cultura amazônica, indagando sobre o que ele evoca? Para isso, foi necessária a realização de uma contextualização sobre o design vernacular na Amazônia, assim como das localidades pesquisadas.

Ao longo do trabalho, com o auxílio de conceitos que perpassaram aspectos culturais, imaginários e publicitários, verificou-se que a cultura amazônica retratada nas pinturas apresenta tanto aspectos de dinâmicas locais quanto inspirações que vem de fora, por meio dos meios de comunicação, de intercâmbios culturais, dentre outros.

Acreditamos que a importância desta pesquisa centra-se na possibilidade de contribuir com os estudos que vão além dos aspectos tecnológicos da vida social, assim como, em longo prazo, poder colaborar para uma possível desmistificação de estereótipos sobre a Amazônia.

## 7. REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: O marketing da floresta**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.

DURAND, Gilbert. **Campos do Imaginário**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2000.

GUERRA, Gutenberg Armando Diniz; ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré; FREITAS, Antônio Carlos Reis de; RAMOS, Carlos Romano. Comprometimento dos sistemas ambientais da ilha de Caratateua. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 203-218.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A arte como encantaria da linguagem**. Coleção Ensaios Transversais. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Coleção Obras Reunidas. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

MARTINS, Fernanda de Oliveira. **Letras que flutuam: o abridor de letra e a tipografia vitoriana**. Monografia de Especialização em Semiótica e Cultura Visual do Instituto de Ciências da Arte/ICA da Universidade Federal do Pará. Orientação da Profª. Drª. Valzeli Sampaio. Belém, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/CNBrht>. Acesso em 09 jul. 2017.



MOREIRA, Eidorfe. Uma geografia especial. In: **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Belém: SEMEC, 2012.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. 4º edição. São Paulo, SP: Editora Ática, 1999.

PEREIRA, Natália C. R. **Traços urbanos da Amazônia**: o que o design vernacular tem a dizer sobre a cultura local. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará, Belém. Orientação da Professora Doutora Célia Regina Trindade Chagas Amorim. Disponível em: <https://goo.gl/e1ry8F>. Acesso em: 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. AMORIM, Célia R. T. C. Design vernacular como potencialidade de comunicação na Amazônia urbana. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/DwimDw>. Acesso em 10 ago. 2017.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa; PINTO, Paulo Moreira. O turismo insular em Caratateua/Outeiro. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 219-246.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****O “NOVO” VER-O-PESO, A NEGAÇÃO DA CIDADANIA E A TENTATIVA DE  
CONFORMAÇÃO DE UMA BELÉM-EMPRESA-CULTURAL**Brenda Vicente Taketa<sup>1</sup> (NAEA/UFPA)[bvtaketa@gmail.com](mailto:bvtaketa@gmail.com)Guilherme Guerreiro Neto<sup>2</sup> (UNAMA)[neto.guerreiro@gmail.com](mailto:neto.guerreiro@gmail.com)Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>3</sup> (NAEA/UFPA)[stclair@ufpa.br](mailto:stclair@ufpa.br)**RESUMO**

O complexo do Ver-o-Peso é um espaço de vida espontânea, que foge à vida programada, retilínea e cartesiana, característica de muitos espaços urbanos da modernidade. A nova proposta de reforma de uma das feiras compreendidas pelo complexo provocou, desde o seu anúncio em janeiro de 2016, reações de diversos setores da sociedade. As críticas partiam de várias premissas, mas principalmente da desconsideração das diversas realidades socioculturais e econômicas, assim como da concepção autoritária do planejamento, com a dispensa de participação cívica e de diálogo em seu processo de formulação. Como proposta de discussão, pontuamos, neste trabalho, com base em autores como Lefebvre e Harvey, a natureza social do espaço e também a necessidade de considerar diferentes dimensões dessa natureza no planejamento urbano. Sugerimos também, como reflexão, de acordo com o que é apontado por Arantes, que tais políticas e projetos de governo sobre o espaço público podem ser interpretados como parte de uma tendência das políticas urbanas de tornar as cidades mais competitivas, levando em conta, para isso, o elemento cultural como dimensão relevante dessa estratégia. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com processos mundiais que caminham na mesma direção, sob feições culturalistas, a reforma proposta ganha contornos muito particulares no contexto de uma cidade capitalista periférica.

**Palavras-chave:** espaço público, requalificação urbana, culturalismo de mercado**1. Introdução**

As comemorações oficiais dos 400 anos de Belém, em janeiro de 2016, incluíram o anúncio de uma nova proposta de reforma da feira do Ver-o-Peso. De iniciativa da prefeitura, o referido projeto de reforma passaria, desde os primeiros momentos de

---

<sup>1</sup> Jornalista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e doutoranda em Desenvolvimento Sociambiental pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Jornalista, Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor no curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama).

<sup>3</sup> Geógrafo e Bacharel em Direito, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do NAEA/UFPA, bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq).



exposição, a ser questionado sob vários aspectos (sociais, econômicos, urbanísticos, entre outros), provocando reações de diversos setores da sociedade, com destaque para as associações de feirantes e trabalhadores da feira, organizações civis de defesa do patrimônio e da cidade, entidades de classe, como o Instituto de Arquitetos do Brasil, além de setores da universidade. Segundo os reclamantes, tais problemas decorreriam principalmente do imediatismo e da unilateralidade na elaboração da proposta e da ausência de discussões com os diversos setores da sociedade relacionados com o espaço objeto da reforma.

O Ministério Público Federal (MPF), acionado por essas organizações, recomendou ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a realização de uma consulta pública. As contribuições dos diversos setores resultaram no parecer técnico do Iphan, cuja análise alerta a prefeitura de Belém sobre a necessidade de “complementação/correção” do projeto. Aponta o parecer:

neste contexto, este Iphan acompanha os inúmeros questionamentos apresentados pela sociedade civil, e sugere que o levantamento do programa de necessidades (briefing) com maior participação da comunidade de usuários, seja revisto e ajustado, com maior envolvimento dos arquitetos autores do projeto e o acompanhamento de profissionais com experiências nas ações relacionadas à participação popular (IPHAN, 2016, p. 09).

Como proposta de discussão pontuamos, a seguir, questões apresentadas por pesquisadores de diversas áreas, a partir de um debate realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em março de 2016, acerca das dimensões do planejamento urbano. Sugerimos também, como reflexão, que tais políticas e projetos de governo sobre o espaço público podem ser interpretados como parte de uma tendência das políticas urbanas de tornar as cidades mais competitivas, levando em conta, para isso, o elemento cultural como dimensão relevante dessa estratégia, com base em Arantes (2007).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com processos mundiais que caminham na mesma direção, sob feições culturalistas, a reforma proposta ganha contornos muito particulares no contexto de uma cidade capitalista periférica. A despeito dessas diferenças, o que se observa é que, no centro do debate, há ideias que circulam e que são apropriadas de diferentes maneiras, independentemente das particularidades urbanas em que essa apropriação acontece.



## 2. Das questões sobre o diálogo, a cidadania e o planejamento

O ato de planejar, há algum tempo, tem sido tratado como tendo duas importantes dimensões: a técnica e a política. Para além dos planos e de seus instrumentos, há necessidade de pensar os interesses, as demandas, as estratégias e as mediações definidos pelos sujeitos políticos que compõem a cena urbana. Essa dimensão política tende a superar o caráter tecnocrático e unilateral das decisões que marcou o planejamento urbano por muito tempo. Afora isso, o pensar a cidade envolve sua concepção de espaço como forma e conteúdo, distanciando-se, portanto, das formas convencionais de planejamento, marcadamente de natureza físico-territorial.

É de Lefebvre (2000) a ideia de que a natureza do espaço é social, daí falar-se de produção social do espaço e de produção social da cidade. Para o mesmo autor e também para Harvey (1992), que acompanha seu raciocínio, três dimensões dessa natureza devem ser consideradas, conforme sistematizado no quadro 1.

**Quadro 1** - Dimensões do espaço em Lefebvre e Harvey

Dimensões do espaço	Expressões	Em Lefebvre	Em Harvey
Prática espacial	<i>Práticas concretas, funcionais e existenciais, voltadas à reprodução econômica e social</i>	<i>Espaço percebido</i>	<i>Espaço vivido</i>
Representação do espaço	<i>Representações e concepções intelectualmente elaboradas, ligadas principalmente ao planejamento e à gestão</i>	<i>Espaço concebido</i>	<i>Espaço percebido</i>
Espaço da representação	<i>Símbolos, imagens e vivências residuais ligadas à práticas cotidianas dos diversos sujeitos produtores do espaço</i>	<i>Espaço vivido</i>	<i>Espaço imaginado</i>

**Fonte:** Lefebvre (2000) e Harvey (1992).

Nessa matriz de entendimento, sistematizada a partir dos autores supracitados, o planejamento e, no nosso caso específico, o planejamento urbano, situa-se na dimensão do espaço concebido (LEFEBVRE, 2000) ou do espaço percebido (HARVEY, 1992). Não raro, entretanto, as práticas convencionais de planejamento desconsideram as demais dimensões da vida urbana, compreendendo o espaço de maneira cartesiana, e a vida urbana na sua complexidade como conteúdos a serem enquadrados nos desenhos e planos urbanos concebidos para os seus habitantes sem que estes sejam protagonistas das decisões.

Essa forma de pensar a cidade, em que pesem suas permanências nas práticas de planejamento, tendem a ser superadas por outras formas de conceber o espaço urbano



que reservem mais importância à vida cotidiana que ganha amplitude nos espaços vividos (LEFEBVRE, 2000) ou nos espaços imaginados (HARVEY, 1992). É nesta última dimensão, nos espaços de representação, que podemos situar a importância de realidades socioculturais e econômicas como o Ver-o-Peso.

Espaço de vida espontânea em sua maior parte, o complexo de feiras e mercado foge à vida programada, retilínea e cartesiana que definem o traçado de muitos espaços urbanos da modernidade. Essa perspectiva foi reforçada inclusive com a última de suas reformas, momento em que se priorizou o diálogo com os feirantes e com seus frequentadores cotidianos. Para além de sua vida cotidiana espontânea, ele é, destarte, portador de aprendizados de um planejamento urbano mais horizontal e menos tecnocrático. E é exatamente nessa direção que as múltiplas dimensões de seu espaço passa a exigir o diálogo como pressuposto da condição cidadã que nele existe em potencial.

Esse mesmo potencial enuncia a ideia de um modelo cívico de espaço, à maneira como foi sinalizado por Santos (1987), que não privilegia interesses econômicos e estratégias de controle político; contrapondo-se, dessa maneira, ao modelo econômico e político de ordenamento territorial, muito presente no planejamento urbano convencional. Associa-se, assim, a dimensão técnica do planejamento - aquela dos planos, dos instrumentos, dos zoneamentos e das normatizações - à dimensão da esfera política, que inclui principalmente o diálogo e a participação da população (SOUZA, 2002).

Essa dupla dimensão do ordenamento urbano exige levar em conta a experiência cotidiana e os saberes e vivências que compõem a história e a trajetória de seus sujeitos, sendo esta a dimensão a que, de fato, deve definir as estratégias de planejamento a serem encaminhadas na tomada de decisão. Nesse caso, mais que um tomador de decisão, os agentes tecnocráticos do planejamentos assumem a condição de pedagogos urbanos, no sentido freireano do termo, conforme sugere Souza (2002), pois seus papéis não se voltam à simples definição do processo de tomada de decisão, mas, sobretudo, de mediar ações e intenções, na condição de assessores, não do Estado propriamente, mas dos sujeitos interessados, de fato, nas reformas e intervenções urbanas objetos de planejamento. Essa parece ter sido a tendência que redefiniu o projeto de reforma do Ver-o-Peso em questão.

### 3. O Ver-o-Peso: espaço de relações e lutas cotidianas

Tratamento comum ao Ver-o-Peso, o título de principal “cartão postal” de Belém, com apelo estrito ao potencial turístico do espaço, limita consideravelmente a compreensão da sua importância histórica, sociocultural e econômica no contexto da cidade.



O complexo do Ver-o-Peso possui quatro bens tombados individualmente (Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Praça do Relógio e Solar da Beira), estando inserido na área de abrangência do Centro Histórico de Belém, também tombado pelo Iphan em 1977<sup>4</sup>.

Seu público mais frequente está bem longe de ser exclusivamente de turistas, na medida em que por ali circulam trabalhadores e produtos provenientes de diferentes partes da cidade, como da Central de Abastecimento (Ceasa), das muitas ilhas, furos e municípios do entorno da capital, ou vindos de pontos mais distantes, como o arquipélago do Marajó e o Baixo Tocantins.

O mercado responde pelo abastecimento direto de casas, restaurantes, lojas, supermercados da capital e, de forma indireta, serve como ponto de uma rede mais extensa de mercados e feiras da cidade e dos municípios vizinhos. Por ali também circulam todos os dias, por meio de dezenas de linhas de ônibus, milhares de habitantes da Região Metropolitana de Belém.

Um conjunto de estudos antropológicos já foi realizado sobre o espaço da cidade em referência. Do ponto de vista antropológico, destaca-se o estudo de Leitão (2010), que menciona os significados sociais, culturais e econômicos mobilizados por um mercado com o porte do Ver-o-Peso, cuja influência se estende ao movimento comercial das imediações.

A variedade de atividades ali realizadas é descrita no Inventário de Referências Culturais (IPHAN, 2010), a partir do qual foram identificados na área mais de 40 ofícios relacionados às feiras e mercados ali existentes. Conforme Leitão (2010), o Ver-o-Peso deve ser compreendido a partir de suas múltiplas feiras que se realizam ao longo de um vasto espaço, que, mesmo com identificação própria, não podem ser vistas separadamente; daí a denominação de Complexo:

(...) se o começo é pela Praça do Relógio, encontraremos os produtos numa ordem que vai do pescado até as panelas, utensílios, redes e roupas, passando pelos legumes e farinhas e mediadas pelas barracas de comidas – refeições e lanches – interpretadas aqui como mercadorias beneficiadas. Observando-se, assim, a partir da ordenação espacial, podemos identificar uma dinâmica de ocupação dos lugares por produtos indo do mais perecível ao mais durável (LEITÃO, 2010, p. 29).

Um dos principais questionamentos realizados durante as discussões sobre a reforma foi o fato de o projeto desconsiderar essa complexidade de relações sociais e culturais que envolvem as trocas comerciais e o uso do espaço, assim como a

---

<sup>4</sup> Segundo o Iphan, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso e áreas adjacentes incluiu, além da área da feira, o Boulevard Castilhos França, o Mercado de Carne e o Mercado de Peixe, o casario, as praças do Relógio e Dom Pedro II, a doca de embarcações, a Feira do Açai e a Ladeira do Castelo (VER-O-SITE, 2013).



despreocupação com uma consulta ampla e aberta às pessoas que sustentam e dão vida a esse microuniverso, que é um dos mais ricos, plurais e dinâmicos da cidade.

#### 4. Embates gerados pela proposta de reforma

A primeira apresentação do projeto de reforma do Ver-o-Peso à sociedade, realizada no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas, foi marcada por tensões. No dia da apresentação<sup>5</sup>, os trabalhadores da feira do Ver-o-Peso não formavam a maioria na plateia que lotava o teatro, com capacidade para 1.200 pessoas, enquanto as autoridades discursavam por mais de três horas. O motivo da baixa representatividade de trabalhadores das feiras e mercados ligados ao complexo, conforme o trecho destacado a seguir, seria a própria forma de organização do evento pela prefeitura. As primeiras críticas ao projeto foram feitas pelos trabalhadores(as), como se pode verificar, a partir do depoimento de um dos feirantes presentes naquele momento de apresentação do projeto:

até a manhã daquele dia, na verdade, não tínhamos nem sido convidados. Eles só foram distribuir uns convites lá na feira depois que a gente foi fazer barulho na frente da prefeitura e da Assembleia Legislativa, lembrando que o convite tinha sido destinado apenas às autoridades e pessoas ligadas a ele (ao prefeito), tudo pela internet (Manoel Rendeiro, feirante do setor de hortifrutigranjeiro, entrevista presencial concedida em fevereiro de 2016).

A reivindicação por uma maior participação era legítima, mas as divergências ao projeto de reforma foram, senão anuladas, gravemente limitadas pelo controle do tempo dedicado à manifestação dos feirantes ou, durante a exposição das críticas, abafadas pelo som das vaias provenientes de uma ala do anfiteatro com grande quantidade de pessoas ligadas à própria prefeitura.

Nessa ocasião e nas demais sessões públicas realizadas posteriormente na Assembleia Legislativa e na Câmara de Belém, entre outras, a então superintendente do Iphan no Pará, Maria Dorotéia de Lima, também se manifestou contrária à execução imediata do projeto de reforma, alertando para a necessidade de cumprimento de todas as etapas de análise antes da sua aprovação final, que não estavam concluídas. A superintendente também manifestou publicamente a preocupação quanto à garantia de recursos para a realização efetiva de todas as fases da reforma, na medida em que se tratava de um ano eleitoral, com regras e prazos limitados para a realização de obras, além de um período de contingenciamento de recursos federais em função da crise financeiro-orçamentária do Estado brasileiro. A necessidade de consulta pública e de deliberação das

---

<sup>5</sup> A apresentação se deu no dia 03 de fevereiro de 2016.



melhorias dos setores visando ao ganho coletivo dos trabalhadores (e não individual) também foram pontos ressaltados nas sessões públicas.

Para tratar dos aspectos políticos relacionados ao planejamento de reforma do Ver-o-Peso, consideramos a noção de esfera pública habermasiana, sendo esta um espaço abstrato de caráter informal ou autônomo, mas socialmente reconhecido e não institucionalizado, a exemplo dos corpos parlamentares (mas não apenas), no qual se formam opiniões e vontades públicas, no lugar das leis e políticas. Nele circulam questões, iniciativas, contribuições, problemas e perspectivas que afetam o cotidiano e a vida concreta, para a formação democrática da opinião pública (HABERMAS, 1997). Segundo Gomes (2008), seriam seus atributos ou funções tanto a (esfera da) discussão pública quanto a (esfera da) visibilidade pública. Grosso modo, segundo o autor, a primeira diz respeito à “cena ou proscênio social, aquela dimensão da vida social que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos”, cuja função é responder “a demandas de sociabilidade e de comunicação” (GOMES, 2008d, p.134). A outra, a da discussão pública, mantém como fundamental a ideia de exposição e visibilidade, mas com o intuito de expor as posições em disputa para além do mero reconhecimento comum (GOMES, 2008, p.135).

As semanas que seguiram à apresentação parcial do projeto de reforma do Ver-o-Peso pela prefeitura de Belém foram de mobilização por parte da sociedade. Trabalhadores dos mercados e feiras compreendidos pelo complexo do Ver-o-Peso, formadores de opinião atuantes nas mídias sociais, veículos de comunicação, entidades de classe e organizações sociais pautaram o projeto, dando visibilidade às críticas relacionadas à ausência de participação popular no processo de planejamento.

Em resposta, encenando uma forma de participação controlada, a prefeitura realizou espécie de enquete ou votação, sem disponibilizar informações suficientes sobre o projeto à maioria das pessoas e com uma cédula cuja pergunta era “Você aprova o projeto do Novo Ver-o-Peso?”, tendo como respostas possíveis “sim” ou “não”.

Como resultado, em um universo de 801 permissionários dos espaços da feira contidos na listagem da prefeitura, cerca de 50% não votaram, a maioria alegando falta de conhecimento suficiente sobre o projeto para de fato decidir<sup>6</sup>. Além disso, o conjunto estimado pela Associação dos Trabalhadores do Ver-o-Peso extrapolava esse número de permissionários oficial. Na verdade, seriam pelo menos 1.250 cadastrados, mas, como a

---

<sup>6</sup> Resultados da enquete, de acordo com o que foi divulgado pela prefeitura de Belém, considerando os votos dos dos permissionários: “sim” 213, “não” 204, nulos 04. Total de votos: 421. Total de permissionários aptos a votar: 801. Abstenção: 47,44%. Votos da “população”: “sim” 646, “não” 357. Votos em branco: 11. Nulos: 05. (BLOG VER-O-VEROPESO, 2016b).



dinâmica da feira envolve o revezamento de pessoal em um mesmo espaço, com atividades diversas em horários alternados, a quantidade poderia alcançar, na prática, até 5 mil pessoas, a serem consideradas no processo de planejamento. Entre os votos da “população”, segundo as informações da própria prefeitura, foram 646 favoráveis e 357 contrários, num universo de 1,4 milhões de moradores de Belém (IBGE CIDADES, 2016), sendo que o contexto foi de pouca divulgação, de impossibilidade de opinar no espaço limitado da cédula de votação e de um debate efetivo sobre as posições favoráveis e contrárias ao atual projeto.

Diante de tal postura, o que se percebeu por parte da prefeitura foi a tentativa de forjar às pressas um processo de consulta, a rígida tentativa de controle do que deveria ser um debate e a captura das pautas reivindicadas pela sociedade, sem, de fato, incluir os diversos públicos e garantir a participação no processo de planejamento.

No decorrer do processo de reivindicação da sociedade por maior participação no processo de planejamento da reforma do Ver-o-Peso, ficou bastante evidente que, na prática, o potencial democrático inerente à constituição ideal de esferas públicas no interior de uma sociedade não elimina os conflitos, as disputas pelo poder, a tentativa de controle ou cooptação dos espaços e entes envolvidos, bem como o confronto de interesses econômicos e políticos particulares de diferentes grupos. Pelo contrário,

a esfera pública não existe essencialmente para satisfazer os nossos ideais de justiça, nem em virtude da soberania popular nem para o bem da comunidade política. Esferas públicas que satisfazem tais requisitos devem ser construídas, devem ser acompanhadas por uma cultura política favorável, em que valores democráticos sejam compartilhados extensa e intensamente, devem ser guardadas e reforçadas. Sistemas de recompensas e de constrangimentos precisam ser construídos para a sua salvaguarda, instituições precisam ser desenhadas para a sua reprodução, leis precisam ser produzidas para que o Estado funcione como garantidor da sua existência, cidadãos precisarão ser convencidos da sua imprescindibilidade. Uma esfera pública pró-democrática é uma tarefa, não uma consequência que se possa extrair normativamente do seu conceito (GOMES, 2008c, p.112).

Dessa forma, as pressões e críticas à prefeitura continuaram, fazendo com que espaços institucionais como a Assembleia Legislativa do Pará e a Câmara Municipal de Belém realizassem sessões em que trabalhadores das feiras e mercados, assim como representantes de movimentos sociais e entidades de classe, puderam demarcar suas posições e ressalvas quanto ao projeto de reforma.

Durante a sessão realizada no parlamento municipal foi notória a ausência de representantes dos governos municipal e estadual, ambos do mesmo partido. A bancada governista também não compareceu para discutir publicamente a proposta de reforma.



Segundo relatos dos poucos vereadores de oposição presentes, o esvaziamento teria sido estratégia política da prefeitura para mais uma vez suprimir a oportunidade de debate.

Uma Frente em Defesa do Ver-o-Peso foi organizada, reunindo mais de 20 coletivos e movimentos sociais, e encaminhou ao MPF um abaixo-assinado cuja principal reivindicação seria a abertura de uma consulta pública.

Por conta das inúmeras manifestações públicas na feira e em outras partes da cidade e das advertências técnicas e científicas, tanto de profissionais qualificados, quanto de organizações não-governamentais, o MPF acatou o pedido e, junto com o Iphan-PA, abriu uma consulta pública, recebendo no período de 02 a 31 de março críticas e contribuições, por meio eletrônico, ao anteprojeto de intervenção.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, também organizou um debate com a participação da DPJ Arquitetura & Engenharia, empresa responsável pelo projeto, de representantes do Iphan, feirantes e especialistas de diversas áreas.

O período de consulta foi encerrado com uma Audiência Pública, em que novas análises e recomendações ao projeto foram recebidas presencialmente. Na ocasião, os representantes do Iphan e do MPF-PA também informaram que, diante das inconsistências e problemas técnicos, a reforma deveria ser adiada para o ano seguinte.

Diante desse quadro, foi possível perceber que, apesar das resistências da prefeitura em abrir o processo de planejamento à participação, um debate público foi assegurado pelas próprias pressões sobre o sistema político advindas da reação da sociedade. Esse movimento contou com a participação ativa e organizada dos trabalhadores do Ver-o-Peso, tendo sido facilitado pela acolhida das reivindicações pelo Iphan e a mediação do Ministério Público Federal.

##### 5. Cidade-empresa-cultural à vista?

Por último, nosso alerta vai em direção ao clima que envolve a construção de uma imagem de Belém como centro mundial de gastronomia e cultura – que é também a formulação de um produto. Desde 2015, portanto antes das comemorações oficiais do aniversário de 400 anos da cidade e do anúncio de reforma da feira do Ver-o-Peso, os planos de criação de um novo centro especializado em alta gastronomia no centro antigo de Belém já estavam em andamento.

Esse conjunto de esforços converge no sentido de apresentar como “culturais” as soluções para o desenvolvimento econômico e o uso da área antiga central de Belém, cujos grupos sociais, formas de trabalho, realidades, fluxos e atividades cotidianas em seu interior, quando não omitidos, assimilados ou incorporados ao processo de forma bastante



assimétrica, tornam-se elementos “indesejáveis”, a serem negados na apresentação da cidade como novo produto.

Arantes (2007), em sua intenção de desmanchar consensos diante de uma cidade de pensamento único, apresenta um apanhado da história recente do urbanismo, principalmente dos anos 1970 ao final do século. No decorrer da narrativa, ela traça um panorama sobre como a “cultura” tornou-se central no processo de configuração urbana, no qual o capital assume cada vez mais importância na conformação de cidades-empresas. Sob a proteção do “cultural” como meio de controle urbano, o mercado é capaz de arregimentar tanto coalizões entre diferentes classes e grupos sociais (rentistas, políticos, imprensa, empresários, pesquisadores, entre outros) quanto consensos entre duas gerações urbanísticas até então tidas como ideologicamente distintas (e mesmo concorrentes).

Nesse processo de “fazer a cidade”, a ordem técnica modernista (racional, funcional e traduzida sob a forma de zoneamentos e planos diretores) seria substituída por uma nova lógica de “requalificação”, que diluiria as críticas à “gentrificação” ao ofertar continuamente “iscas culturais”, assimilando dessa forma a força do capital pelo vasto domínio do “cultural”, no que Arantes chama “culturalismo de mercado”<sup>7</sup>.

Sob o discurso de aumento da competitividade, da promessa de desenvolvimento (geração de renda e empregos) e da melhoria da autoimagem e estima (cívica) dos habitantes, as “cidades-empresendimentos” se converteriam ao mesmo tempo nas próprias mercadorias (inéditas) e nas novas fronteiras a serem desbravadas por governantes e investidores, para a acumulação de poder e dinheiro por meio desse negócio baseado em imagens, tornando-se assim “cidades-empresas-culturais”.

O “tudo é cultura” da era que parece ter se inaugurado nos idos dos anos 1960 teria, pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de culturalismo de mercado. De tal forma que a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado – ao tornar-se *imagem*, quer dizer representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de *marketing* numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocando em miúdos, esse o verdadeiro “poder da identidade”. Daí a âncora identitária da nova urbanística (ARANTES, 2007, p.16).

---

<sup>7</sup> Esse novo “culturalismo de mercado” teria sido tanto capaz de impregnar os pacotes estratégicos dos empreendedores quanto de engolir a nova esquerda urbanística planejadora, o que representaria “um dos grandes paradoxos do nosso tempo”, na medida em que promoveria a “convergência involuntária entre contextualistas e empreendedores, gerações que “até então se imaginavam contrapostas” e uma assimilação a tal ponto integral que não tornaria mais possível distinguir dissidentes e integrados (ARANTES, 2007, p. 08).



Apresentando-se como “transformador ou reformista”, o novo planejamento da “terceira geração” urbanística (planejadora-empresendedora) seria ajustado à visão global das cidades em busca de melhores respostas ao capitalismo flexível e à predominância do terciário, buscando inseri-las em um nó da rede internacional de cidades e tornando-as atraentes ao capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário<sup>8</sup>. Assim, teria deixado de controlar o crescimento urbano para encorajá-lo, concebendo as cidades como “máquinas de produzir riquezas” e tendo por objetivo “azeitá-la” (ARANTES, 2007, p. 18-20).

Diante desse quadro, reconhecemos que os processos globais de produção capitalista das cidades ganham contornos bastante peculiares - e mais modestos - no contexto local. E que o interesse em “revitalizar” o centro antigo como forma de valorizar do ponto de vista imobiliário as áreas do entorno não é recente.

Castro (2008) e outros autores lembram que, partir de 1995, quando o então governador do estado, Almir Gabriel, encampou em seu programa de governo dois grandes projetos destinados a intervenções arquitetônicas e urbanísticas, a intenção também era transformar ou criar espaços rentáveis, a partir da cultura e do turismo.

A promessa de inserção da cidade no circuito do turismo já existia desde aquele momento e quase toda a política cultural do partido no decorrer de seus últimos quatro mandatos, interrompidos apenas no período de 2007 a 2010, foi orientada a esse fim, com a marca também de um modelo avesso a instituições de participação e diálogo, a exemplo do Conselho Estadual de Cultura.

Ainda nesse contexto de implantação de um conjunto de obras arquitetônicas no centro antigo de Belém, entre 1995 e 2006, o que se discute também em âmbito acadêmico é que essa foi uma forma de valorizar os empreendimentos do entorno, a partir da adoção da paisagem como um ativo (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Trindade Jr. (2007) também analisou as assimetrias reforçadas entre as práticas de renovação urbana nessa área central da cidade e as dinâmicas socioculturais e econômicas de uso e apropriação da mesma área por grupos locais, a partir de quatro projetos de renovação, implantados no período de 1995 a 2006 no centro mais antigo - a Estação das Docas, o Feliz Lusitânia, o Pólo São José Liberto e o Mangal das Garças. A partir de trechos retirados dos diagnósticos realizados tanto pela prefeitura de Belém quanto pela Secretaria de Estado de Cultura (Secult), o trabalho apresenta como a concepção tecnocrata (e mesmo

---

<sup>8</sup> No que se refere à gestão urbana, Harvey também aponta uma transição de um certo tipo de gerenciamento, comum na década de 1960, para outra forma de atuação, voltada ao “empresariamento”, nos anos 1970 e 80. De acordo com o autor, esse empresariamento ganhou força a partir do consentimento em todo o mundo capitalista de que “benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 1996, p.49). Apesar desse empresariamento não ser inédito na história do capitalismo, a sua redescoberta e o renascimento da competição interurbana nas décadas de 1970-80 “sugerem que a administração urbana se alinhou na direção dos requisitos essenciais da acumulação de capital” (HARVEY, 1996, p.62).



elitista) dos planejadores urbanos ignora - seja pelo esforço de ocultar ou pela depreciação - o uso popular dos territórios. Essa concepção tecnocrata associa as imagens das áreas de moradia nas zonas de várzea, das zonas historicamente depreciadas também pela omissão governamental, dos fluxos nos portos e feiras, do comércio informal ou destinado a públicos de baixa renda, muitas vezes precarizados, a ideias de “deterioração”, “declínio”, “decadência” e “obsolescência funcional, física e econômica” (TRINDADE JR., 2007, p. 70-71). Esses projetos seriam, dessa forma, responsáveis pela indução de novas territorialidades na área central de Belém, “concebidas e pensadas como atrativas para o turismo, para os investimentos econômicos”, em detrimento (ou mesmo como forma de negação) das “relações cotidianas e seus territórios” (TRINDADE JR., 2007, p. 72).

Em todos os projetos, a intenção de revitalização de espaços decadentes e de pouco dinamismo urbano tende a não reconhecer os territórios vividos do entorno; assumindo, pelo contrário, o caráter de vitrines e enclaves, não obstante o dinamismo das experiências da vida cotidiana ligadas ao comércio popular, às feiras e aos portos, que são expressivas na área central, conforme já demonstrado. Em lugar dessas práticas, é concedido destaque a um cenário para o acontecer da vida moderna, voltada sobretudo para uma determinada fração dos habitantes que acompanha mais de perto o novo ritmo moderno da cidade ou para mostrá-la para os turistas que a visitam. As intervenções seguem tendências de requalificação que fazem apelo a uma sensibilidade (internacional-identitária-estética) portadora de valores específicos, não incorporando programas sociais e de aderência à realidade local (TRINDADE JR., 2007, p. 72).

Por sua vez, o anúncio mais recente de Belém como “cidade criativa da gastronomia” aparece como estratégia aparentemente ligada ao reuso ou revalorização de parte desse circuito de obras urbanas, incluindo agora a reforma do Ver-o-Peso. Ao mesmo tempo que se estabelece uma continuidade em relação à lógica dos equipamentos culturais e turísticos estudados por Trindade Jr. (2007), há um aprofundamento do culturalismo de mercado pela força da gastronomia como “marca” que serve de mote à construção da imagem da cidade.

Em uma Belém cidade-empresa-cultural, a prefeitura assume o papel de vender duplamente a imagem cidade: ao investidor e também à população. Ativa-se, assim, tanto o fluxo de capital quanto um “patriotismo da cidade”. Os 400 anos de Belém entram como a ocasião propícia para apresentar a mercadoria identitária. *“Um dos traços do urbanismo dito de última geração é que vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Sendo que o que está à venda é um produto inédito, a própria cidade, que para tanto precisa adotar uma política agressiva de marketing”* (ARANTES, 2002). O ingrediente indispensável para essa política, continua Arantes (2002), é o agenciamento de iniciativas culturais, no caso, a tentativa de instrumentalizar o cultural espontâneo e diverso de feiras e mercados como o Ver-o-Peso em cultural planejado e solvente.



Cabe refletir sobre o que esse processo de empresariamento e gentrificação pode representar em relação à dinâmica da cidade, que inclui o crescimento de uma outra centralidade na região metropolitana, descrita por Cardoso e Ventura Neto (2010) como a Nova Belém, e as disputas por recursos e investimentos decorrentes desse processo. Nesse sentido, a concepção autoritária de planejamento, discutida neste trabalho, parece ser uma estratégia compatível e eficiente no processo de agenciamento dessa “nova” cidade, cultural em sua forma de apresentação, mas, por essência, competitiva, excludente e negadora de cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11-74.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Otília Beatriz Fiori Arantes. *Rapsódia*, São Paulo, n. 2, pp. 221-264, 2002.

BLOG VER-O-VEROPESO, “*Entre promessas, alertas e vaias*”, 15.02.2016. Disponível em <<https://veroverepeso.wordpress.com/2016/02/15/357/>>. Último acesso em 23.10.2017.

\_\_\_\_\_, “*Enquete questionável*”, 17.02.2016. Disponível em <<https://veroverepeso.wordpress.com/2016/02/17/enquete-questionavel/>>. Último acesso em 23.10.2017.

\_\_\_\_\_, “*Sociedade civil: pedido de providências*”, 22.02.2016. Disponível em <<https://veroverepeso.wordpress.com/2016/02/22/pedido-de-providencias/>>. Último acesso em 23.10.2017.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan/jun 2013.

CASTRO, Fabio Fonseca de; CASTRO, Marina Ramos Neves de; FREITAS, Ana Paula; MATTOS, Fabrício de. *A política cultural no Pará durante o período Lula*. In BARBALHO, Alexandre; BARROS, José Márcio; CALABRE, Liz. (Org.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. 1ed. Salvador: Edufba, 2013, v. 1, p. 75-94.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, Rousiley C.M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva* – São Paulo: Paulus, 2008b, p.31-42.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.



LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4e. ed. Paris: Anthropos, 2000.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VER-O-SITE, 2013. Disponível em <<http://www.ufpa.br/cma/verosite/>>. Último acesso em 17.10.2017 .

IBGE CIDADES. População estimada, 2016.

IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INCR Ver-o-Peso*. 2010. Disponível em <<http://www.ufpa.br/cma/verosite/historico.html>>.

LEITÃO, Wilma Marques. *Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém*/Wilma Marques Leitão, organizadora. – Belém: NAEA, 2010.

RELATÓRIO DE EVENTO “REFORMA DO VER-O-PESO EM DEBATE”. Documento com o relato, resultados das discussões, observações dos professores convidados e as contribuições enviadas pelos participantes do evento. Org. e relatoria Brenda Taketa. Versão *online* e impressa submetida à consulta pública do IPHAN-PA. Belém (PA): Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, março de 2016.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. O espaço de Milton Santos: modelo cívico e as relações entre forma, função, estrutura e processo. In: *RELATÓRIO DE EVENTO “REFORMA DO VER-O-PESO EM DEBATE”*. Versão digital e impressa submetida à consulta pública do IPHAN-PA. Belém (PA), NAEA/UFGPA: março de 2016.

\_\_\_\_\_. Territórios pensados e territórios vividos: apropriação do espaço e práticas de renovação urbana na área central de Belém. *Grumo*. Nº.6, V. 2 (2007).

**GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina****MESTRES DA MEMÓRIA:****Trabalho, Saberes e Comercialização nas Artes de Miriti (Abaetetuba-Pa)**

Claudete do Socorro Quaresma da Silva (UFPA)<sup>1</sup>  
claudasilva21@gmail.com.  
Agenor Sarraf Pacheco (UFPA)<sup>2</sup>  
agenorsarraf@uol.com.br

**RESUMO**

Cruzando a Etnografia com a História Oral, o trabalho analisa experiências vividas em memórias construídas e narradas por mestres e mestras da artesanaria do miriti do município de Abaetetuba, no Pará, os quais transformam partes da folha e do fruto da palmeira *Mauritia flexuosa*, popular miritizeiro, em brinquedos, cestarias, bijuterias, chapéus e outros objetos artísticos e artesanais. O exercício da ancestral produção artesanal deixa ver habilidades artísticas e lúdicas em profunda simbiose com a dinâmica cultura amazônica sintonizada com perspectivas geohistóricas e socioculturais, pois os brinquedos de miriti inspiram-se no reino humano, animal, vegetal e mineral sem fatiá-lo com fez a ciência moderna. Neste texto, enfatizam-se análises a respeito das transformações culturais no trabalho, na produção e na comercialização das artes de miriti percebidas nas interpretações do vivido narradas pelos (as) mestres (as) que confeccionam esta arte. Visa construir interlocuções entre as narrativas dos (as) artesãos (ãs) e a proposta epistemológica dos estudos culturais e pós-coloniais no que tange a “dialética da luta cultural” e a leitura do processo histórico a partir da experiência cotidiana dos diferentes agentes e suas relações de confrontações, entrelaçamentos, negociações e empréstimos recíprocos. Por fim, assinala a importância de se compreender que na cultura a experiência dos diferentes sujeitos, ou grupos sociais, ou instituições onde estes agentes se encontram, travam relações de troca e sociabilidade, força e poder no âmbito das práticas sociais construídas no dia a dia por homens e mulheres que fazem a história acontecer e movimentam o processo histórico local e regional.

Palavras-Chave: Trabalho; Memória; Saberes; Miriti.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social da Amazônia, UFPA, Brasil. Bacharel e Licenciada em História-UFPA; Especialista em História da Amazônia (UFPA); Mestra em Educação (UEPA); Integrante do grupo de pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA / UEPA) e Grupo Estudos Culturais na Amazônia (GECA / UFPA). Docente na Educação Básica pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)

<sup>2</sup> Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Realizou Estágio Pós-Doutoral em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA, 2016); Professor do Curso de Museologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA).



## 1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Entre o avô e os miritizeiros os havia uma sociedade. Das folhas de miriti que trazia, compridas ripas, saía que saía paneiro, quanto? E aqui em casa era todo de miriti o paredame da cozinha, varanda, fundos, porta, janela de miriti. O miriti era o fio de sua fiação, dizia. E do miriti dava ao neto os frutos luzentes duros, casca vermelha, polpa dourada. [...]. As frutas na despensa iam aos poucos amolecendo, ou coziam na lata d'água fervendo, delas a mãe espremia o vinho. Bom camarada o miriti, caroço grelando no caminho do igarapé onde, na enchente, as frutas bubuiavam, já moles que Alfredo com delícia descascava devagarinho comia (JURANDIR, 1984, p. 09).

Na descrição de Jurandir (1984) Alfredo, personagem principal, compara o avô ao miritizeiro, em poderosa exemplificação da relação cultura e natureza na Amazônia. Tal metáfora é uma pequena demonstração da relação e importância da palmeira miritizeiro no cotidiano de muitas famílias ribeirinhas amazônicas paraenses. O comparativo do miritizeiro como pai, provedor da vida, lócus de histórias e memórias revela a capacidade humana de manipular os recursos naturais e construir a existência na Amazônia em profunda simbiose com os saberes da floresta e das águas, seus tempos, ritmos e dinâmicas. No avançar da narrativa dalcidiana, o miriti emerge como fio tecedor de práticas culturais entre o passado e presente, “o miriti era o fio de sua fiação, dizia”, inspirando conexões história e literatura na Amazônia.

A *Mauritia flexuosa*, denominação científica do miritizeiro, é uma palmeira que se destaca entre as demais por sua altura, em seu ápice encontram-se as longas folhas com aproximadamente 4m de comprimento e os cachos constituídos, cada um, por uma média de 500 frutos, do tipo drupa (CYMERYS, FERNANDES e RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005)<sup>3</sup>.

Os frutos do miriti são consumidos, tradicionalmente, em seu estado natural ou transformados em sucos, doces, pudins, licor, cremes e uma variedade de guloseimas. No meio industrial, vem sendo muito utilizado na fabricação de produtos cosméticos como: óleos, cremes, perfumes etc. As partes que compõem as folhas somadas às suas funções naturais de proteção e adubação do solo, são utilizadas, pelas famílias ribeirinhas, para cobertura de tetos das casas, como quaradores de roupas, tampas para garrafas, confecção de cestarias, bijuterias, brinquedos, entre outros objetos artesanais.

O miritizeiro desponta nos estudos realizados por Germano (2014) sobre etnobotânica de palmeiras em comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba como uma das espécies que apresentam maior valor social, econômico e cultural para os moradores das comunidades pesquisadas. São homens e mulheres, oriundos de famílias

---

<sup>3</sup> Estudos sobre a morfologia da espécie *Mauritia flexuosa*, sua composição nutricional e seus benefícios para o organismo humano, suas possibilidades de uso tradicional, industrial e sustentável em diversas localidades da região Amazônica, entre outros, vale conferir: Melo (2008), Monteles (2009), Barbosa (2011), Cymerys, Fernandes e Rigamonte-Azevedo (2005), Sampaio & Carrazza (2012).



historicamente empobrecidas pela estrutura de desigualdade social de Abaetetuba, artesãos e artesãs que confeccionam artes de miriti, muitos deles, há mais de quatro décadas, vêm tecendo a existência física, espiritual e simbólica de si e de sua família entrelaçados em convivências e saberes-fazer nas artes possíveis da palmeira de miriti.

Abaetetuba emerge como lócus da pesquisa porque a história da cidade se confunde com a própria história da produção, comercialização e circulação dos famosos brinquedos de miriti<sup>4</sup>. Ali se constituiu um dos centros de produção dos brinquedos de miriti mais conhecidos da Amazônia Oriental, registrado como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará<sup>5</sup>. No processo de produção dos artesanatos de miriti, da retirada da matéria prima à comercialização do produto final, homens e mulheres trabalham, relacionam-se entre si e com a natureza, compartilham experiências, partilham saberes, cosmovisões, produzem arte no fazer-se agentes sociais da história local. Nessa relação, fortalecem os vínculos culturais e tecem o complexo cotidiano amazônico, pois se por um lado sociabilidades, práticas de entreatajuda e solidariedade alinhavam experiências de vida, por outro, tais experiências, no universo da floresta e do trabalho, fazem-se também em exercícios de exploração, violência, precários serviços públicos (MARCON, 2003).

Neste *paper* pretende-se, pelos caminhos da história oral, valorizando o afloramento da memória em diálogo com a etnografia concebida como um processo de permutação dialógica (MAGNANI, 2009; CLIFFORD, 2011), evidenciar no cotidiano dos (as) artesãos (ãs) de miriti reflexões iniciais acerca das aprendizagens construídas, as sociabilidades tecidas e as relações de trabalho e comerciais estabelecidas nas etapas do processo de confecção dos objetos de miriti. Para tanto, teceremos interlocuções entre as narrativas<sup>6</sup> do mestre artesão Ivan e da mestra Nina e a proposta epistemológica dos estudos culturais e pós-coloniais no que tange a “dialética da luta cultural” e a leitura do processo histórico a partir da experiência cotidiana dos diferentes agentes e suas relações de confrontações, entrelaçamentos, negociações e empréstimos recíprocos.

O texto está dividido em duas seções somadas as palavras iniciais. A primeira seção intitulada “*Mestres da memória na floresta e na cidade: trajetórias e vivências*”, faz-se a apresentação do narrador e da narradora da pesquisa, os quais utilizaremos suas

---

<sup>4</sup> Em nossa dissertação de mestrado em educação recuperamos a história dos brinquedos de miriti a partir das narrativas dos artesãos e artesãs e concluímos que a história deste brinquedo está intrinsecamente relacionada às histórias de vida de mulheres e homens do espaço rural, na medida em que tais brinquedos marcam a vida infantil, extrapolam esta fase, atravessam gerações e acompanham a dinamicidade do tempo presente tornando-se trabalho e fonte de renda na idade adulta (SILVA, 2012).

<sup>5</sup> PARÁ, Lei nº 7433, 30/06/2010 declara o brinquedo de miriti Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará e dá outras providências. (D.O.E.P. 06/07/2010 Executivo 1, p. 1).

<sup>6</sup> Na pesquisa que estamos realizando para a tese de doutoramento em História Social (UFPA), o objeto de estudo é a análise das experiências de vida e de luta compartilhadas por 05 mestres da memória das artes de miriti. São eles: Célio, Ivan, Sebastião (Santinho), José Maria (Zeca) e Augusto (Gugu) e 03 mestras: Nina, Dorielma (Dorinha) e Maria das Graças (Tica).



narrativas neste texto. Abordaremos, ainda, características morfológicas da palmeira miritizeiro e o vínculo cotidiano que homens e mulheres abaetetubenses estabelecem com esta palmeira. “*Talhar a vida e escrever a história: trabalho, saberes e circuitos no mundo do miriti*”, é o título da segunda seção na qual se analisa as narrativas dos mestres e mestras do miriti em diálogo com autores dos estudos culturais e pós-coloniais. Finalizamos o texto abordando a importância da construção da escrita da história social da Amazônia, atentando para a singularidade que perfaz o cotidiano das diversas e diferentes comunidades amazônicas.

## 2. MESTRES DA MEMÓRIA NA FLORESTA E NA CIDADE: Trajetórias e Vivências

Os brinquedos de miriti, patrimônio cultural que resultam do trabalho realizado por inúmeros artesãos e artesãs, são materializados na forma de barcos, canoas, cobras, tatus, casas, dançarinos, pássaros, peixes, entre tantos outros elementos constitutivos da fauna e da flora amazônica abaetetubense. Igualmente, a produção de objetos de outras culturas incorporados à realidade de Abaetetuba e reinventados nas mãos dos artistas de miriti, num expressivo circuito e trânsito de ideias, objetos e saberes entre povos e culturas do mundo (GARCIA CANCLINI, 2000).

Quem são esses homens e essas mulheres que alinhavam formas culturais, criam possibilidades de relacionamento social e produtivo e tecem a história na Amazônia? Para o romancista Leite “ele é a história das suas mãos” (2009, p.9). Na narrativa do poeta Loureiro “a mesma mão que faz barcos de verdade, constrói casas, forja o ferro, navega e pesca, é a que imobiliza no miriti o acaso do seu devaneio. A mão do trabalho pesado fazendo o trabalho da leveza” (2012, pp. 18-19).

A convivência da escritora Nazaré Lobato, esposa do artesão Marinho, considerado um dos mais antigos de Abaeté, ambos atualmente falecidos, permitiu registrar que

O artesão, homem rústico, com o miriti em punho e a faca afiada nas mãos calejadas pelo labor, trabalha dando formas inusitadas aos pequenos e médios pedaços do produto excepcional, o qual entalhado com habilidade, surge em sua frente, transformados em tatus, cobras, pombinhas, soca-soca, barcos e outros, já caracterizados em brinquedos de miriti (LOBATO, 2011, p. 11).

A visão da escritora reconstitui o cotidiano de trabalho de homens e mulheres que manejam a tradicional faquinha para produzir diferentes animais e objetos de miriti. Constituídos em processos de aprendizagens em circuito familiar, artesãos e artesãs cotidianamente resistem, reconstroem-se, reinventam-se, ressignificam-se e afirmam-se pela arte em miriti. São pessoas que há gerações compartilham histórias, saberes, fazeres,



alegrias, encantamento, lutas pela vida e tecem a existência, superando dificuldades e limites da experiência.

Mestres e mestras de miriti, narradores e narradoras deste texto, são habitantes do Estado do Pará, particularmente do município de Abaetetuba. Uns aqui nasceram e trilham os caminhos de sua vida pelos rios, ramais e ruas deste território, outros/as para cá migraram de localidades diversas e aqui encontraram solo fértil para deixar fluir sua imaginação e habilidade artística no encontro com a palmeira *Mauritia flexuosa*. São filhos e filhas que adotaram e foram adotadas por este lugar no qual são nutridos e nutrem a dinâmica cultural e história local em profunda simbiose e agenciamentos com outras experiências globais.

Desse modo, com o miriti não se tem apenas um produto alimentar, um brinquedo ou um objeto decorativo. Com ele se urdem memórias, entretecem-se saberes, expressam-se concepções e sonhos pessoais. Conhecer a identidade destes homens e mulheres, aqui especificamente Dona Nina e Seu Ivan, em suas vivências cotidianas, suas cosmovisões e jeitos de ser, viver, organizar, trabalhar, lutar, superar conflitos e dificuldades, sonhar e como estes modos se relacionam com a composição de sua arte em miriti, a partir de suas próprias narrativas é o que faremos nos próximos parágrafos.

Nosso mergulho na história de vida desses artesãos começa pela mestra Nina Mary Abreu da Silva. Dona Nina como é carinhosamente conhecida, por conta da idade e dos problemas de saúde com os quais vem convivendo e enfrentando já não faz mais brinquedos para comercialização, porém continua transformando a bucha do miriti em objetos de arte como uma atividade terapêutica. Em seu modo próprio de se apresentar, narrou: *“Eu me chamo Nina Mary Abreu da Silva. Nasci no dia 11 de setembro de 1935, aqui mesmo em Abaetetuba, neste mesmo lugar. Fui criada com meus pais que se chamavam Raimundo e Joana. Nós éramos 09 (nove) irmãos, mas agora só tem 02 (duas) mulheres e 02 (dois) homens”*. A imagem nº 01 reproduzida abaixo apresenta Dona Nina em sua loja de comercialização das artes em miriti.



Foto nº 01: Dona Nina Abreu com suas criações em miriti  
Fonte: Álbum de Merian Abreu (Facebook)

Dona Nina por ser uma mulher envolvida com a arte em suas diferentes linguagens tornou-se referência do município de Abaetetuba nesta seara. O trabalho de rememoração possibilita o encontro consigo mesma no percurso da vida vivida e lembrada. Ao recontar os momentos dos poucos anos que frequentou o ambiente escolar, Dona Nina diverte-se com as proezas que cometia, enaltece sua capacidade singular de aprender e trocar conhecimentos. No presente da memória, ressalta, ainda, sua satisfação e habilidade em aprender, apenas com o olhar, trabalhos de artes manuais e sente-se lisonjeada pelo reconhecimento que as pessoas de seu convívio tinham e tem por ela. Nessa trajetória, o direito de estudar é atravessado pelas proibições do pai e empoderamento da mãe em desafiar a estrutura patriarcal da família. Nas palavras de Dona Nina:

*Eu fui alfabetizada na primeira escola Magalhães Barata [...] Eu tenho até a 5ª (quinta) série primária, que equivale agora o ginásio (risos). Mas o papai tinha aquela coisa de não mandar a gente estudar pra não escrever para namorado (risos). Mamãe que se interessava, botava a gente na escola nesse tempo. Eu tenho a 5ª (quinta) série, tenho 03 (três) a 04 (quatro) tipos de caligrafia. Estudei paleógrafo. Nesse tempo tinha manuscrito na escola. Eu estudei manuscrito com o professor Maxico. Agora, eu não continuei porque quando terminei minha 5ª série, com 13 (treze) anos, não tinha mais como seguir os estudos aqui.*

Com relação ao seu aprendizado da arte com o miriti a narradora contou que não aprendeu nada sobre esse assunto nos ensinamentos da escola regular, oficialmente reconhecida pelos órgãos governamentais, como ela mesma relata:

*Na escola eu não estudei nada do brinquedo de miriti. Eu aprendi a fazer o brinquedo de miriti com um cunhado meu. Eu trouxe um dom de berço, que tudo era fácil pra mim. Eu de cada coisa eu sei um pouco. Eu já tinha uns 15 a 16 anos de idade, aí eu me interessei pra fazer o brinquedo de miriti. Eu fazia pra gente brincar, para as crianças brincarem.*

Nesse diálogo a floraram saberes da experiência que são transmitidos de uma geração a outra por meio da oralidade e da observação. Tema que aprofundaremos na próxima seção. A inspiração para criação de sua arte é encontrada nas paisagens



geoculturais locais e relações cotidianas. As marcas do tempo já vivido esculpido em seu corpo não lhe permitem mais realizar algumas tarefas artesanais. Entretanto, a narradora sente-se útil e realizada com aquilo que consegue fazer, brincando com sua própria condição de saúde nos fala:

*Eu quando estava com a minha vista boa eu pintava muito bem, mas agora eu não enxergo desse lado, assim mesmo eu ainda teço crochê. Eu estou cismando que esse outro lado já está pifando, e já voltei lá com o médico, ele disse que é assim mesmo, que é devido à idade, que é só se eu trocasse a córnea. Hum!!! já não tem córnea pra quem é novo, ainda vão achar córnea pra trocar do meu olho (risos).*

É com essa capacidade humana feminina aguerrida de ver, viver e encarar os desafios da vida que pausaremos estas memórias da trajetória de Dona Nina com o significado do miriti em sua vida: *“Pra mim o brinquedo de miriti significa assim uma terapia, eu gosto de fazer porque eu sempre gostei de arte. A arte é tudo pra mim, qualquer arte eu acho bonita”*.

A afeição, a ternura, o amor e o encantamento pela arte em miriti fazem emergir conexões entre pessoas que vivem distantes territorialmente, mas que se encontram na arte de brincar e trabalhar com a folha do miritizeiro. É assim que a vida da artesã Nina se liga ao viver do artesão Ivan, que assim se apresenta: *Meu nome é Ivan Teixeira Leal. Eu nasci no dia 29 de março de 1969 em Guajará-Miri, município de Muaná, ilha do Marajó. Sou marajoara, não sou natural de Abaetetuba, tenho aqui pouco tempo morando, só 14 anos.* Na imagem 03, Ivan está expondo e comercializando seus objetos de arte em miriti na Feira do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém.



Foto nº 02: Ivan Teixeira Leal  
Fonte: Arquivo pessoal Pesquisadora.  
Pesquisa de Campo. Outubro/2017.

O narrador foi um marajoara andarilho. Ao socializar lembranças da trajetória e andanças, explicou como chegou a Abaetetuba e, ao encontrar o amor da sua vida, a mulher com quem construiu sua família e continua partilhando sua vivência, fixou residência no município de Abaetetuba:

*Eu saí do interior de Muaná para Ponta de Pedras, depois morei em Castanhal, Belém e vim morar no Conde e em 2003 passei a morar em*



*Abaetetuba, aqui no Pirocaba<sup>7</sup>. Conheci a minha esposa na Vila do Conde e ela me arrastou pra cá, dizem que mulher não tem força, tem é muita (risos). Eu fiz uma casa pra vir passar as férias e acabei me apaixonando pelo lugar e vim embora pra cá.*

*Eu sou casado com a Síria, temos um casal de filhos. Tenho, também, um casal de netos: O Ivan Neto, homenagem do meu filho pra mim, muito bom, tem 06 (seis) anos e a Stefany que tá com 01 (um) ano e 03 (três) meses. Bem pequena, é uma bênção, já fala as coisas, conversa, esculhamba, briga com o irmão dela (risos).*

Ao dialogarmos sobre sua formação acadêmica, Seu Ivan nos relata as boas lembranças dos poucos, mas intensos momentos que frequentou uma escola. Triste por não ter conseguido concluir nem o Ensino Fundamental, entretanto fala com gratidão das aprendizagens adquiridas:

*Ainda hoje frequento a faculdade da vida, mas eu estudei em uma “Escola Estadual Graça Divina”, foi minha primeira escola, era aquele regime que uma professora ensinava para todas as séries, multisseriado. Comecei a estudar com uns oito pra nove anos. Eu estudei até a 6ª série, porque eu fiz o supletivo, por pouco eu não concluí a 7ª (sétima) e a 8ª (oitava) serie.*

Ao conversarmos sobre como e com quem aprendeu a fazer peças artesanais, Seu Ivan não hesitou em demonstrar sua habilidade artística criadora, porém, sem deixar de reconhecer a importância do aprendizado que obteve com outras pessoas para aperfeiçoar seu trabalho. Assim nos fala:

*Desde criança eu mesmo fazia os brinquedos. Daí a gente veio fazendo pra brincar, cresceu, surgiu a oportunidade de ganhar dinheiro e aos poucos a gente vinha fazendo e ganhando dinheiro, intercalando. Olha na verdade existe uma palavra que se chama autodidata, então a técnica eu aprendi com outros artesãos, mas aprender a gente aprende com a gente mesmo, a gente vê o cotidiano e faz o desenho.*

A convicção de que sua atividade laboral se desenvolve e cresce muito mais a partir da junção com outros mestres se faz presente nas memórias de Ivan ao narrar sua participação e a importância de entidades representativas dos artesãos. São mãos que tecem histórias e levam cores, enfeites e encantos a todos os lugares. Em cada objeto imaginado, criado e concretizado em miriti, para Ivan existe uma viagem realizada, uma história contada, um sonho alcançado, um aprendizado somado e saberes partilhados. Assim o artesão nos fala do significado do miriti em sua vida, os desafios enfrentados, o prazer de ensinar outras pessoas e os sonhos que luta para realizá-los: “Olha é assim: cada objeto é uma viagem. Uma vez eu disse que o miriti é o ar que eu respiro, porque ele é o sustento da minha família, né? Ele significa o meu jantar, meu almoço, meu calçar, meu vestir, então ele significa minha vida. Eu tudo o que eu sou hoje eu agradeço ao miriti”.

---

<sup>7</sup> Pirocaba faz parte da zona rural (área de terra firme) do município de Abaetetuba. Pertence à área Distrital da Vila de Beja. A residência de Ivan localiza-se no Ramal do Pirocaba, Rodovia PA, Vila de Beja.



Enfim, no cenário de transformação da matéria-prima miriti em artes, homens e mulheres revelam sonhos, aspirações, esperanças, alegrias, tristezas, indignações, certezas, incertezas, frustrações e tantas outras contradições experienciadas no dia a dia da vida em sociedade. Assim, estes agentes históricos são testemunhos da passagem do tempo experienciado em um trabalho de fazer e refazer artístico que compõe a pluralidade cultural amazônica. Os sentidos das vivências passadas “saturadas de agoras” (BENJAMIN, 1994) captados no percurso desta seção nos revelam que as interseções entre estas trajetórias de vida espraiam-se pela multiplicidade de segmentos que comportam o viver em sociedade, a exemplo da arena do trabalho, da aprendizagem e da economia, assunto que abordaremos na próxima seção.

### 3. TALHAR A VIDA E ESCREVER A HISTÓRIA: Trabalho, Saberes e Circuitos no Mundo do Miriti

Detentores de saberes de um ofício tradicional na Amazônia, homens e mulheres em circuitos de tradições orais reproduzem e traduzem cotidianamente, no âmbito das práticas sociais construídas, relações de trabalho, aprendizagens, comercialização, sociabilidades, conflitos, força, poder e assim fazem o cotidiano acontecer e movimentam o processo histórico local e regional.

No que concerne aos saberes e aprendizagens inclusos nas artes em miriti observa-se as práticas educativas que ocorrem em ambientes não escolares e a oposição entre saberes e modos de ensinar e aprender construída pela ciência moderna (SANTOS, 2010). O narrador e a narradora foram enfáticos ao dizer que não aprenderam a lidar com o miriti na sala de aula escolar, mas sim com algum familiar: irmão, mãe, cunhado, primo. “*Eu não estudei nada do brinquedo de miriti. Eu aprendi e afaze o brinquedo com um cunhado meu*”, nos conta Dona Nina.

Essa afirmação da mestra Nina nos permite dialogar com as reflexões sobre aprendizagem desenvolvidas pelo antropólogo Tim Ingold (2015) que acentua a importância do desenvolvimento de habilidades que são adquiridas através do engajamento dos sujeitos no mundo em que vivem, enfatizando o aprender a aprender, ou seja, a educação da atenção. A noção de “educação da atenção” em Ingold (2015) opera no sentido de desenvolvimento de habilidades do indivíduo em todas as suas relações como agente no ambiente e no engajamento da percepção com humanos e não humanos ao longo do seu processo de desenvolvimento, ou seja, envolve o noviço aprender com os mais experientes, seja olhando, ouvindo ou sentindo. A narrativa do mestre Ivan sobre o ensinar a arte com o miriti, ao primeiro olhar, é, também, exemplificadora nesta reflexão: “*Já ensinei outras*



*peessoas que já aprenderam a gente vai assim ensinando: olha essa rosa é feito dessa maneira, colada dessa maneira. É um pouco a curiosidade”.*

Na imagem nº 03 pode-se visualizar Seu Ivan em sua oficina ensinando seu ofício. O mestre explica sobre as luminárias para a educadora/aprendiz, a qual o observa com o olhar curioso e a audição atenta a todos os detalhes. É o saber tradicional sendo transmitido às mãos das novas gerações.



Foto nº 03: Seu Ivan ensinando em sua oficina.  
Fonte: Arquivo Pessoal Pesquisadora. Pesquisa de Campo. Março/2012.

As narrativas nos permitem, ainda, construir conexões com o pensamento do sociólogo Boaventura Santos (2010) acerca do paradigma capitalista e seu modelo epistemológico dominante na sociedade moderna e contemporânea, lido por Santos como “abissal”, na medida em que cria linhas divisórias invisíveis e uma relação dicotômica e excludente entre saberes produzidos pelos agrupamentos humanos, no caso em análise pelos mestres e mestras do miriti, e os saberes oficializados pela instituição escolar. À ciência moderna, que tem sua raiz fincada na cultura europeia ocidental, é concebido, no modelo “abissal”, o referencial universal de conhecimentos e a negação de outros processos educativos e culturais (SANTOS, 1997; 2010, CANDAU, 2005).

Santos (2010) orienta para a possibilidade de construção de um paradigma norteado pelo “conhecimento prudente para uma vida decente” o qual tem como uma de suas hipóteses o desaparecimento da distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar (SANTOS, 1997). Nesse sentido, afirma que “o pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada” (2010, p. 51). E completa:

O pensamento pós-abissal [...] é uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2010, p. 53).



Então, navegar por este viés epistemológico é perceber que não há uma única forma de conhecimento válida e sim muitas formas de saberes construídos cotidianamente por homens e mulheres em suas práticas sociais. Na interação com o outro, os variados conhecimentos avançam inter-relacionando-se e dialogando horizontalmente uns com os outros, se construindo mutuamente e alastrando suas raízes em busca de novas e variadas interfaces. E compreender que todo “conhecimento é autoconhecimento” (SANTOS, 1997, p. 50), portanto, é criação e está intimamente ligado à nossa trajetória de vida, nossos valores, nossas crenças, nossa cultura, enfim, nosso modo de ser e viver em relação com o outro. Em suma, é preciso reconhecer que as experiências e práticas educativas e de aprendizagem desenvolvidas pelos mestres artesãos e mestras artesãs de miriti fazem parte dessa ecologia de saberes e podem compor o currículo escolar e currículo da vida.

No âmbito do trabalho é perceptível nas narrativas de Dona Nina e Seu Ivan, trajetórias de vida em que as atividades laborais se fizeram presente desde a idade infantil para auxiliar ou, até mesmo, arcar com o sustento do grupo familiar, geralmente formado por mais de 07 (sete) pessoas. Os homens acompanhavam o pai e as mulheres a mãe e, com eles e elas, foram aprendendo a lidar com os recursos da floresta, com a fauna e com os rios.

Essa relação familiar de trabalho tem seu prolongamento nas famílias formadas pelos mestres e mestras do miriti em sua atividade com este produto, pois todos os narradores trabalham junto com esposo (a), filhos (as), genros, noras, netos (as), seja os que habitam no espaço urbano ou os que vivem no espaço rural. São relações sociais familiares hierárquicas de afetividade, confiança, respeito, educativas, colaborativas e produtivas que se difundem entre gerações e compõem o complexo cenário do viver amazônico. A narrativa do mestre Ivan ao contar quem trabalha com ele na confecção dos objetos de miriti, ao primeiro olhar é exemplificadora desta reflexão: *“Hoje trabalha eu, minha esposa, minha filha, minha nora, meu filho quando chega da pesca e mais um adolescente que trabalha comigo, são essas pessoas que trabalham comigo. É só família, é regime familiar”*.

Outro ponto que observamos nas primeiras vivências dos narradores e narradoras a respeito do mundo do trabalho com a arte de miriti e, por extensão, nos circuitos da economia, é que todos não trabalharam ou trabalham apenas produzindo o artesanato para o sustento de sua família. Na cidade ou no espaço rural, a relação com a mata, as águas, mostra que homens e mulheres, mestres e mestras de miriti desenvolvem outras “táticas” (CERTEAU, 2009) de produção da vida, tais como: pescar, lavrar a terra, plantar, coletar frutos, comercializar e prestar serviços. Essa forma de inserir-se em temporalidades distintas e diversas atividades agro-extrativistas por parte desses



trabalhadores e trabalhadoras deixa ver como o discurso dos ciclos econômicos e o discurso da separação agricultura e extrativismo como atividades que possuem projetos de civilização e desenvolvimento diferentes, no mundo amazônico vem sendo continuamente questionado (NUNES, 2014; LACERDA e VIEIRA, 2015).

Ao narrar como divide seu tempo de trabalho, Seu Ivan conta que a sincronização desse tempo não está fundamentada na máquina do relógio e sim no tempo da natureza:

*A gente trabalha dividindo o dia a dia, por exemplo: na agricultura tem lá seu momento de trabalhar, não é todo dia; o peixe também não é toda maré que dá pra pescar, a gente escolhe a maré, [...] então o artesanato é nesse momento que não tá lá ou a noite que a gente tá trabalhando direto, a noite o que a gente faz mais é o artesanato, aí vai dormir lá pra onze horas, meia noite.*

Ao cruzar essa narrativa de Seu Ivan com os estudos do historiador inglês Thompson (1998) e suas análises a respeito do trabalho dissociado do tempo determinado pelo relógio no qual se assenta a ordem produtiva capitalista, nota-se que as experiências de trabalho dos mestres e mestras do miriti, assim como os ritmos irregulares de tarefas desenvolvidas por esses trabalhadores (as) destoam da disciplina industrial movida pelo tempo do relógio. Thompson (1998) ao analisar os trabalhadores ingleses propõe a existência de uma “economia moral dos pobres” em que o costume garante a subsistência e a proteção contra os riscos vindos de racionalizações do mercado e de inovações técnicas.

Vale mencionar que, ao se referirem ao trabalho com o miriti, os mestres e mestras o fazem exteriorizando satisfação, realização pessoal e profissional. Nesse sentido, é notável destacar o aspecto lúdico que os trabalhadores e trabalhadoras de miriti acrescentam ao seu fazer cotidiano. Para eles e elas, no trato com o miriti não há distinção entre trabalho, prazer e satisfação, ambos caminham juntos e fazem parte do processo de construção de seu objeto artístico e de comercialização. As palavras de Seu Ivan são reveladoras nessa análise:

*a gente luta e o miriti pra mim é isso, é importante. Porque na verdade é uma coisa que a gente faz, que é útil ao agradável. É um trabalho que se torna assim uma terapia a gente gosta de fazer, é a vida da gente. Com isso eu pude ensinar outras pessoas, levo essa conscientização de que é possível você viver sem agredir a natureza.*

A ludicidade dos mestres e das mestras do miriti emerge quando trabalham produzindo sua arte, que é sua cultura, sua identidade, seu saber, seu fazer, enfim, sua experiência de vida vivida e compartilhada no interior de uma sociedade altamente



consumista, desigual que supervaloriza a face produtiva do ser humano em detrimento aos outros aspectos, entre eles o lúdico (SILVA, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a experiência de trabalho dos artesãos e artesãs de miriti englobando as dimensões produtiva e lúdica do ser humano, significa implodir com o modelo de trabalhador da sociedade capitalista industrial caracterizado pela disciplina, obediência, produtividade e lucratividade. Desse modo, no enquadramento disciplinador produtivista da sociedade moderna capitalista, a esfera lúdica do humano é descartada, considerada fútil e, portanto, sem importância. Dada a ordem de valores que se preza na atual sociedade ao prazer, à alegria e à liberdade criadora, reservam-se ínfimos espaços e tempo. Nos estudos de Mondin (1980) sobre a dimensão lúdica do homem, afirma-se que esta é extremamente densa e mais rica que outras dimensões também importantes, como a estética, a ética, a especulativa e a técnica por compreender que:

Na esfera lúdica, revela-se a complexidade e ao mesmo tempo, a harmonia do ser humano. Nela põem-se em movimento todas as faculdades sem subordinação, sem submissões, em espontânea coordenação e em vista de alegre autorrealização do sujeito. (MONDIN, 1980, p. 222).

Pensado sob esse prisma, a dimensão lúdica do humano torna-se uma contravenção aos valores instituídos, na medida em que não convive com a dominação, a subordinação, a clausura, a disciplina impositiva. Insere-se aqui o jeito próprio de trabalhar e viver dos mestres e mestras da arte em miriti.

Em últimas palavras, as análises de Hall (2003) sobre a “dialética da luta cultural” (2003, p. 255), ou seja, o campo da cultura como um lugar de luta permanente entre os diferentes grupos, no qual não se consegue vitórias definitivas, mas há sempre perdas e ganhos, “posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”, traz-nos elementos fundamentais para a compreensão do processo histórico e as transformações da vida global cotidiana. Por esse viés, na cultura e nas artes de miriti, a experiência dos diferentes sujeitos, ou grupos sociais, ou instituições onde estes agentes se encontram, travam relações sociais de confronto, de trocas, de entrelaçamentos, enfim relações de força e poder entre todas as práticas sociais construídas no dia a dia por homens e mulheres que fazem a história acontecer e movimentam todo o processo histórico.

Finalmente, as narrativas selecionadas e compartilhadas por Dona Nina e Seu Ivan, mestres/mestras e artesãos/artesãs do miriti e da memória de Abaeté configuram rostos, cosmovisões, caráter, maneiras de ser, viver, crer, sonhar, amar, lutar, trabalhar,



ensinar, aprender, se organizar, de trabalhadores e trabalhadoras abaetetubenses que tem nessa prática tradicional uma de suas formas de sustentar a família. São homens e mulheres com suas raízes fincadas na Amazônia paraense, os quais da intrínseca convivência com os regimes das águas, da mata e de outros seres humanos dinamizam a cultura e a história local em agenciamentos com outras experiências globais.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANDAU, Vera M. (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 16. ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CLIFFORD, James. Autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literaturano século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 17- 58.
- CYMERYYS, Margaret; FERNANDES, Nivia Maria de Paula; RIGAMONTE-AZEVEDO, Onofra Cleuza. **Buriti (*Mauritia flexuosa L. f.*)**. In. SHANLEY, Patricia; MEDINA Gabriel. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica. Ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005, p. 181-187.
- GARCIA CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3ª Edição. São Paulo: Edusp, 2000.
- GERMANO, Carolina Mesquita. **Etnobotânica de palmeiras em comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba-PA**. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências ambientais) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2014.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações**. Tradução Adelaine La G. Resende [et.al.]. Belo Horizonte: Editora: UFMG. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- INGOLD, Tim. O Dédalo e o Labirinto: Caminhar, Imaginar e Educar a Atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015.
- JURANDIR, Dalcídio. **Passagem dos Inocentes**. Belém: Falangola, 1984.
- LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina C. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi** (Online): Revista de História, v. 16, p. 157-181, 2015.
- LEITE, Daniel da R. **Girândolas**. Belém: IOEP, 2009.
- LOBATO, Maria de Nazaré C. **Nossa Arte, Nossa Vida**. Abaetetuba, 2001.



- LOUREIRO, João de J. P.; OLIVEIRA, Jarbas. **Da cor do norte: brinquedos de miriti**. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como Prática e Experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003.
- NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos. **Outros Tempos**, v. 11, nº 17, 2014. p.1-17.
- SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 9 ed. Porto: Afrontamento, 1997.
- \_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 31-83)
- SILVA, Claudete do S. Q. da. **Brinquedos de miriti: educação, identidade e saberes cotidianos**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**GT 12 - Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina****A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA O TURISMO NO SÍTIO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DE BRASÍLIA, BRASIL**

Cleber Augusto Trindade Castro (UFRN)<sup>1</sup>  
cleber.at.castro@gmail.com

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN)<sup>2</sup>  
wilkernobrega@yahoo.com.br

Lluís Mundet i Cerdan (UdG)<sup>3</sup>  
lluis.mundet@udg.edu

**RESUMO**

O uso turístico do patrimônio cultural é um fenômeno paradigmático, sobretudo quando se trata de elementos culturais com a chancela internacional de Patrimônio Mundial. Diante disso, uma das principais premissas para as políticas de desenvolvimento do turismo naquelas áreas patrimonializadas vêm sendo difundida sob o conceito de governança, enquanto estratégia de ampliação da participação e de democratização do processo de gestão de políticas públicas. Nesse contexto, esse estudo tem por objetivos analisar mudanças e permanências na organização e o funcionamento institucional da governança das políticas públicas para o turismo no sítio do Patrimônio Mundial Brasília, entre 2010 e 2016, identificando e compreendendo princípios constitutivos da instância de governança local. A pesquisa foi desenvolvida através do levantamento dos atos oficiais do Governo do Distrito Federal que normatizam o arranjo institucional da gestão pública do turismo em Brasília, bem como de todas as atas que registram as reuniões da instância de governança local de turismo, em 2010, ano em que essa instância foi reativada. Foram realizadas análises de conteúdo dos documentos levantados, a partir do manejo do conteúdo e da expressão das mensagens do processo comunicacional para evidenciar indicações das inferências que permitem categorizar as informações contidas nos documentos. É possível observar que apesar da variação na estrutura institucional do órgão governamental para o turismo, a instância de governança permanece mais estável em sua estrutura e funcionamento, atuando com o viés de participação de setores do setor empresarial do turismo, com ausência de representantes da sociedade civil.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Planejamento, Gestão pública, Participação, Democratização.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Estágio Doutoral, Universitat de Girona (UdG), Catalunha/Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN) e do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Turismo (UdG).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Professor do Departamento de Turismo e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN).

<sup>3</sup> Doutor em Geografia (UdG). Professor da Faculdade de Turismo e Coordenador do Mestrado em Turismo Cultural da Universitat de Girona (UdG). Membro do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Turismo (UdG).



## 1. INTRODUÇÃO

O uso turístico do patrimônio cultural é um fenômeno paradigmático, como apontado em Castro e Castro (2017), Castro e Tavares (2016a; 2016b) e em Tavares *et al* (2011), e também uma tendência mundial atualmente, sobretudo quando se trata de elementos culturais com a chancela internacional de Patrimônio Mundial da UNESCO<sup>4</sup>. Diante disso, uma das principais premissas para as políticas de desenvolvimento do turismo naquelas áreas patrimonializadas é a existência de esforços de sinergia entre interesses de diversos grupos de agentes sociais e o funcionamento de uma rede de instituições.

Essas premissas vêm sendo difundida sob o conceito de governança, enquanto estratégia de ampliação da participação e de democratização do processo de gestão de políticas públicas, a despeito do entendimento reverso, presente em uma práticas também denominadas de governança, de que a governança implica apenas a abertura para uma participação oficial de setores empresariais nas decisões sobre essas políticas (NÓBREGA, 2012; PASTRAS e BRAMWELL, 2013).

Nesse contexto, esse estudo tem por objetivos analisar mudanças e permanências na organização e o funcionamento institucional da governança das políticas públicas para o turismo no sítio do Patrimônio Mundial Brasília, entre 2010 e 2016, identificando e compreendendo princípios constitutivos da instância de governança local.

A pesquisa foi desenvolvida através do levantamento dos atos oficiais (leis, decretos, Regimentos Internos etc.) do Governo do Distrito Federal que normatizam o arranjo institucional da gestão pública do turismo em Brasília, bem como de todas as atas que registram as reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Turismo no Distrito Federal (Condetur-DF) - instância de governança local de turismo - em 2010, ano em que essa instância foi reativada.

Foi realizadas análises de conteúdo dos documentos levantados, a partir dos pressupostos estabelecidos por Boréus e Bergström (2017) e Bardin (2013), a saber, o manejo do conteúdo e da expressão das mensagens do processo comunicacional para evidenciar indicações das inferências que permitem categorizar as informações contidas nos documentos.

O trabalho apresenta dados e considerações parciais de um estudo doutoral mais amplo que procura estabelecer a relação entre a governança local das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo e a disposição do título de Patrimônio Mundial da UNESCO em Brasília.

---

<sup>4</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation.



## 2. GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA

O contexto da apresentação da governança como alternativa à organização e atuação do Estado caracteriza-se pelo enfraquecimento das instituições públicas, processos de tomada de decisões fechados à participação de grupos reduzidos e específicos ou com o monopólio do processo decisório. Por isso a necessidade de adoção de arranjos normativos e institucionais para a ampliação da participação dos cidadãos nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas. Por outro lado, pressupõe a busca pela redução da intervenção do Estado, promoção de maior eficiência dos usos dos recursos públicos e redução do déficit fiscal dos países.

Logo, os princípios da governança foram incorporados em discursos e práticas que procuravam negar ou diminuir o papel do Estado nas sociedades, e esse foi o rumo tomado por diversos governos nacionais centrais em muitos países, em especial na América Latina. No entanto, esse viés de depreciação dos poderes políticos do Estado é advertido pelo próprio Banco Mundial, ao alertar que, mesmo em sociedades onde o mercado capitalista orienta fortemente suas dinâmicas, as regras para que os mercados funcionem com eficiência e as intervenções corretivas quando há falhas no funcionamento desse mercado são supridas através da atuação estatal (WORLD BANK, 1992).

Portanto, apesar de a instrução sobre a implantação da governança como estratégia de gestão pública, no contexto das discussões do Banco Mundial, não apontarem a negação do poder político do Estado, na prática propõe um redirecionamento claro de seu papel como parceiro e auxiliar ao funcionamento do mercado. Por esse motivo, as intervenções corretivas devem ser entendidas como ajudas à superação de crises e distorções provocadas pelo funcionamento e pela lógica do mercado capitalista.

Essa premissa do predomínio implícito ou explícito de agentes econômicos do setor produtivo e da oferta de produtos, sobretudo de grandes corporações, nos processos de planejamento e gestão de políticas públicas, nega, portanto, a retórica do Estado mínimo ou da necessidade de que o estado retire-se da dinâmica econômica, influencia diretamente os modelos e os resultados dessas políticas e embasa o funcionamento das instâncias de governança como suporte das estratégias de atuação e dos interesses desses grupos, em detrimento dos demais grupos sociais que igualmente estão envolvidos e recebem as consequências dessas políticas, como conclui Nóbrega (2012).

Assim, apesar do discurso da necessidade de restrições à importância e à atuação do Estado na condução das sociedades, torna-se evidente que os governos e instituições públicas são extremamente relevantes, desde que funcionando em função do mercado. Vale ressaltar, ainda, que tal funcionamento ocorre através da utilização de recursos financeiros



públicos para subsidiar a atividade privada do mercado, as distorções e especulações do mercado financeiro, demonstrando que a utopia do livre funcionamento do mercado é apenas retórica.

Por isso, nas práticas de governança, como compartilhamento do papel do Estado com os agentes privados do mercado, normalmente esses últimos agentes adquirem o direito da exploração comercial e o Estado, por sua vez, assume riscos financeiros, sociais, ambientais e políticos.

Assim, a governança enquanto processo de diminuição ou redirecionamento da participação do Estado na política e abertura de espaços institucionais para a atuação política de agentes privados, representa, de outro ponto de vista, a sobrevivência do Estado e utilização das instituições e dos recursos públicos para a garantia da lucratividade dos negócios da oferta de serviços públicos.

A ideia do compartilhamento de responsabilidades entre diversos agentes sociais, sobretudo com empresários do setor privados, no planejamento, execução de controle das políticas públicas para o turismo, requer que esses agentes igualmente assumam responsabilidades na execução, envolvendo inclusive recursos, o que não se observa na prática.

Portanto, os ganhos em espaço e poder político dos agentes econômicos, sobretudo de grandes corporações ou setores produtivos, que devem, segundo as diretrizes para a governança, participar direta e ativamente do processo de elaboração das políticas públicas. A despeito da retórica de que as parcerias público-privadas implicam igualmente em alocação de recursos de ambos os setores em forma de investimento (KISSLER & HEIDEMANN, 2006).

Nesse contexto, em paralelo, também está situado o processo de integração e desenvolvimento de estruturas supranacionais, que se propõem a direcionar e gerir políticas para resolver questões relativas às tentativas solucionar problemas e conflitos no novo arranjo social provocado pelo processo de globalização. São exemplos dessas estruturas tanto a ONU e suas redes de agências especializadas quanto as organizações internacionais regionais, como a União Europeia, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus acordos multilaterais Vidal (2013).

Bauman (1999) ressalta que existe uma massa inserida na dinâmica da globalização, que consegue participar das atividades de deslocamentos globais facilitados e encurtados pelos incrementos em tecnologia de transportes e comunicação, que igualmente ampliaram o acesso à informação global, no entanto, há uma parte ainda maior de excluídos desses processos e dinâmicas, formando, portanto, mundos totalmente diferentes. Para a



compreensão desse fenômeno social, o autor estabelece duas categorias de agentes, como tipos ideais, que são os turistas e os vagabundos.

Nessa conjuntura de difusão dessas ideias, o modelo da governança passou a ser pensado tanto em outros setores de atuação de Estado, como para a participação de outros grupos de agentes sociais, para além do setor empresarial privado, que equitativamente devem reorientar as demandas por reformas nas estruturas e no funcionamento do Estado.

Como princípio, a governança corresponde a um processo de compartilhamento de poderes e responsabilidades nos processos de concepção, elaboração, implementação controle e avaliação de políticas públicas (SCHNEIDER, 2005). Além disso, essa estratégia de planejamento e gestão das políticas públicas é, em si, contínua, uma vez que faz parte de estruturas estatais, sem variação com a alternância de grupos políticos que assumam os governos. Os cidadãos precisam demandar uma boa governança das políticas públicas, o que implica em mudanças nos agentes sociais que se tornam os tomadores de decisões nos processos políticos.

Bauman (2000) discorre sobre o contexto da dissolução dos “poderes do alto”, como a mudança nas funções de instituições políticas, sobretudo dos governos nacionais e aponta que esse fato representa uma oportunidade para a combinação da heteronomia com a autonomia, ou “estratégica heteroautônoma”, no advento da modernidade.

A governança também pressupõe a descentralização do poder político e das funções de planejamento e gestão das políticas dos governos centrais para níveis mais locais, do ponto de vista da escala geográfica. Então, no caso específico do Brasil, e da forma como se organiza do ponto de vista político-administrativo, implica na descentralização da atuação do governo federal, em um aspecto, e, em outros aspectos, dos próprios governos estaduais, para os estados, enquanto unidades da federação. Esse viés de atuação do Estado requer cultura de controle e participação diante dos direitos, mas igualmente das responsabilidades.

### 3. ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS SETORIAIS DE TURISMO E A INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA EM BRASÍLIA

A chancela de Patrimônio Mundial é usada, pelos governos, como estratégia de promoção da imagem da cidade de Brasília, integrada à políticas para o uso turísticos do patrimônio cultural da cidade. Brasília foi patrimonializada com pouco tempo de existência, rompendo com essa lógica de patrimônio cultural é apenas composto por elementos dessa história remota, de um tempo muito pretérito. Em geral, os “artefatos” históricos patrimonializados em Brasília apresentam a função e o uso para os quais foram criados, o



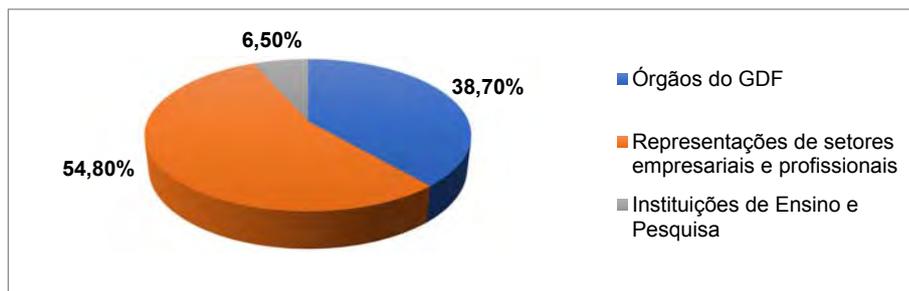
que faz com que a percepção e distinção temporal entre passado e presente não fique tão nítidos, ou seja, Brasília não é um patrimônio cultural claramente antigo, pois é também o presente vivo da política, da arte e do crescimento urbano brasileiros.

O Governo do Distrito Federal (GDF, 1997) instituiu em 1997 o Conselho de Turismo do Distrito Federal (Contur-DF), vinculado à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal (Setur-DF), em função do processo de implantação do Programa de Nacional Municipalização do Turismo (PNMT), do Governo Federal.

Em 2007 é autorizada a criação da Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur) (DISTRITO FEDERAL, 2007), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Nesse período também é estabelecido o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Brasília, com o principal objetivo de sistematizar informações institucionais e comerciais e disponibilizar o seu uso através de dois instrumentos: Conta Satélite e Pesquisas de Mercado, pois "o plano em vigor não prioriza o patrimônio em si, mas apenas o insere como parte de uma postura de marketing voltada para construir o 'diferencial competitivo de Brasília'" (FARIA, 2009, p. 271).

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal (Setur-DF) é criada através do Decreto nº 31.699, de 18 de maio de 2010, desmembrando-a da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal. Além disso, no mesmo ato governamental é realocada na Secretaria de Estado de Cultura (Secult-DF) a competência de organizar e promover eventos, o que gera, durante as atividades do Condetur-DF, registros da necessidade de integração entre as Secretarias para ter acesso a informações sobre os eventos culturais realizados no Distrito Federal.

Com a criação da Setur-DF, é dissolvida a Brasiliatur, no entendimento de que as funções atribuídas àquela empresa pública seria suficientemente cumprida pelo órgão setorial da administração direta. E ainda nesse contexto, é reativado, pelo Decreto nº 31.733, de 27 de maio de 2010, o Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur-DF), como um órgão colegiado de assessoramento superior da Setur-DF, com composição institucional majoritária de representantes dos setores empresariais e profissionais de turismo, seguida da representação de outras instituições setores do Governo do Distrito Federal e de Instituições de Ensino e Pesquisa na área do turismo, conforme sintetizado no gráfico 1.

**Gráfico 1 – Composição do Condetur-DF com percentual do tipo de representação**

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Convém notar que a constituição dessa instância de governança local ocorre no contexto do Programa nacional de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2007) e o artigo 1º do Regimento Interno do Condetur-DF (GDF, 2012) estabelece que,

o Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal - Condetur/DF é órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo para assessoramento da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - Setur/DF para assuntos diretamente relacionados à atividade turística no Distrito Federal.

Assim, o Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal é um órgão colegiado, consultivo e propositivo. Seu principal fim é o assessoramento da Setur-DF nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. Assim, a concepção formal do Conselho estabelece-o como um espaço de debates e sugestões de aspectos que devem compor tais políticas, em detrimento, por outro lado, de ser essa instância a responsável, pelo menos do ponto de vista formal, pela tomada de decisões quanto as políticas estatais para o setor.

Vale ressaltar que entre 2013 e 2016 Brasília foi cidade-sede de 3 eventos esportivos internacionais de grande porte, a saber, a Copa das Confederações de Futebol Masculino<sup>5</sup>, realizada em junho de 2013; a Copa do Mundo de Futebol Masculino<sup>6</sup>, realizada entre junho e julho de 2014, ambas organizadas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA); e 10 partidas de futebol (7 masculinos e 3 feminino) durante os Jogos Olímpicos de 2016, evento organizado pelo Comitê Olímpico Internacional.

<sup>5</sup> Participaram dessa competição seleções nacionais de 8 países (a campeão do mundo da Copa do Mundo anterior e os campeões continentais).

<sup>6</sup> Participaram seleções nacionais de 31 países.



Esse fator influenciou sobremaneira a estrutura institucional distrital para o setor do turismo. Exemplo disso é a criação da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 (GDF, 2012) e a posterior renomeação da Secretaria de Estado de Turismo e Projetos Especiais (GDF 2014), que passou a incorporar funções daquele órgão, com a existência de uma Coordenadoria de Turismo e Eventos. Em 2015 a Secretaria de Estado de Turismo e Projetos Especiais passa a ser Secretaria de Estado de Turismo (GDF, 2015).

Em 2016 ocorre uma reestruturação institucional que cria a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal a partir da fusão da Secretaria Adjunta do Esporte e Lazer - antes vinculada à Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Lazer - com a Secretaria Adjunta do Turismo - antes vinculada à Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo (GDF, 2016).

No início do funcionamento do Conselho houve o acompanhamento técnico do Ministério do Turismo, inclusive recebendo a orientação de que a estrutura institucional de Conselho (em distinção aos Fóruns, por exemplo) permite a administração de fundos com recursos financeiros.

Analisando os registros dos primeiros encontros do Condetur-DF, realizados em 2010, observa-se que é atribuído ao Conselho um papel mais amplo do que é formalmente estabelecido. Exemplifica isso a fala do representante da Secretaria de Turismo e Presidente do Conselho que expõe que "para que as recomendações do trade turístico sejam sempre atendidas a contento pelo governo, é importante que o Condetur-DF seja atuante" (Condetur-DF, 2010f), que também ressaltou a importância de que todos os grandes projetos turísticos recebam a chancela do Condetur/DF e que o Regimento Interno da SETUR/DF e do Condetur/DF prevêem que todos os projetos turísticos sejam aprovados pelo Conselho para que possam ser executados (Condetur-DF, 2010d).

A representação da Secretaria de Cultura pediu cautela sobre a adoção da obrigatoriedade de aprovação do Conselho para a execução de projetos, exemplificando que recursos orçamentários para a realização de eventos requerem agilidade em sua execução, o que demonstra limitações da exacerbação funcional do Conselho.

Também está presente a ideia do Conselho como um espaço de participação, como relatado a seguir.

O Secretário ressaltou que seria importante trazer o assunto para o Condetur, já que este Conselho possui como membros todas as instituições do setor produtivo e também outros órgãos que devem contribuir para o melhor planejamento, seguindo inclusive, recomendação do MTUR para que esses trabalhos específicos sejam tratados nas Câmaras Temáticas. (Condetur-DF, 2010e).



Também nos primórdios do funcionamento do Condetur-DF está presente a preocupação com a manutenção do Conselho diante da mudança de governo (federal e distrital) (Condetur-DF, 2010c), e, um representante de uma Associação Empresarial "embora o governador eleito tenha se comprometido a fazer escolhas técnicas para os postos-chave da Setur/DF ele não chegou a ouvir nenhum representante do setor produtivo do turismo para conversar sobre as indicações" (Condetur-DF, 2010a)

#### 4. CONCLUSÕES PARCIAIS

Notam-se variações organizacional da instituição setorial do turismo na administração governamental, que em momentos está diretamente ligada ao Governador do Distrito Federal ou em outros momentos está ligada a uma Secretaria, portanto uma administração indiretamente ligada ao Governador. Isso indica fatores como prioridade, burocracia, hierarquização, autonomia de atuação e disposição orçamentária na gestão pública do turismo.

Tais variações na estrutura institucional do órgão governamental dão-se sobretudo quando ocorrem mudanças de governos e grupos políticos. Todavia, no caso de Brasília essas transformações também ocorrem em função dos eventos esportivos internacionais de grande porte que Brasília recebeu entre 2013 e 2016.

Igualmente se observa que as instâncias de governança local de turismo estruturadas em Brasília sofreram forte influenciada de programas do Governo Federal para a gestão territorial do turismo, a saber, o PNMT e o PRT.

Por outro lado, é possível observar a estabilidade na estrutura institucional da instância de governança, mesmo com as mudanças em governos, apresentando apenas mudanças de frequência de reuniões do Conselho, mostrando a possibilidade de alternativa à continuidade das políticas...

Em uma luta discursiva e pragmática sobre o conceito e as estratégias de governança, observa-se que, no caso de Brasília, a governança é usada como subsídio à participação oficial do "setor produtivo" do turismo, sobretudo representações dos setores de hotelaria, agenciamento e transporte, excluindo-se, todavia, o que Santos (2004) chama de "circuito inferior da economia urbana", bem como representações de grupos mais amplos da sociedade brasileira, impactada pelas políticas de desenvolvimento do turismo, no processo de elaboração dessas políticas, seguindo a lógica apresentada pelo Banco Mundial no início da década de 1990.



Além disso, observou-se que, na esfera do funcionamento da instância de governança turística de Brasília, a chancela de Patrimônio Mundial não é tomada como relevante no processo de discussões e elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nessa área.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BORÉUS, K., & BERGSTRÖM, G. Content Analysis. In: \_\_\_\_\_. **Analysing text and discourse: Eight approaches for the Social Sciences**. Los Angeles: SAGE, 2017, p. 23-54
- BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- BRUSADIN, L. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, v. 2, n.2, p. 87-111, 2005.
- CASTRO, C.; CASTRO, C. Processos de patrimonialização na produção do espaço urbano do Centro Histórico de Belém, PA. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, p. 91-101, 2017.
- CASTRO, C.; NÓBREGA, W. Governance and public policies for tourism in the World Heritage. In: **Anais da International Conference The Visitor Economy: Strategies and Innovations**, setembro de 2017, Bournemouth University, Reino Unido.
- CASTRO, C.; TAVARES, M. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no Centro Histórico de Belém-PA. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 5, p. 57-87, 2016a.
- \_\_\_\_\_. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, v. 28, p. 117-135, 2016b.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Ata da Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal**. Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Ata da Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal**. Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **Ata da Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal**. Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010c.
- \_\_\_\_\_. **Ata da Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal**. Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010d.



\_\_\_\_\_. **Ata da Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal.** Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010e.

\_\_\_\_\_. **Ata da Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal.** Brasília: Observatório de Turismo do Distrito Federal, 2010f.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº. 4.883, de 11 de julho de 2012. Dispõe sobre a Política de Turismo do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIII, n. 137, 12 jul. 2012. Seção I, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007. Autoriza a instituição da Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLI, n. 80, 26 abr. 2007. Seção I, p. 1-2.

FARIA, G. O turismo em Brasília à luz da interpretação do patrimônio. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE, 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 37.141, de 29 de fevereiro de 2016: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLV, n. 40, 01 mar. 2016. Seção I, p. 7-9.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 36.236, de 01 de janeiro de 2015: Renomeia a Secretaria de Estado de Turismo e Projetos Especiais para Secretaria de Estado de Turismo. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIV, n. 1, 1 de jan. 2015. Seção I, p. 1-9.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 33.525, de 9 de fevereiro de 2012. Aprova o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur-DF). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIII, n. 31, 10 fev. 2012. Seção I, p. 1-4.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 33.204, de 20 de setembro de 2011: Cria a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIII, n. 184, 21 set. 2011. Seção I, p. 1-3.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 31.733, de 27 de maio de 2010. Institui o Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur-DF). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIII, n. 103, 28 mai. 2010. Seção I, p. 2-3.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 31.699, de 18 de maio de 2010: Cria a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal (Setur-DF). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XLIII, n. 95, 19 mai. 2010. Seção I, p. 4.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 18.622, de 19 de setembro de 1997: Institui o Conselho de Turismo do Distrito Federal (Contur-DF). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, Ano. XXI, n. 182, 22 set. 1997. Seção I, p. 7519.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Gestão pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

NÓBREGA, W. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instância de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.



PASTRAS, P.; BRAMWELL, B. A strategic-relational approach to tourism policy. **Annals of Tourism Research**, 43, 390-414, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas**, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2005.

TAVARES, M.; SERRA, H.; CASTRO, C.; SILVA, F.; SILVEIRA, L.; SERRA, D.; LOBATO, A.; PEREIRA, N. Roteiros geo-turísticos em Belém, na Amazônia brasileira: uma experiência para um melhor conhecimento e difusão do patrimônio urbano. In: IGLESIAS, M (Eds.). **Patrimônio turístico en Iberoamérica**: Experiencias de investigación, desarrollo e innovación. Santiago de Chile, 2011, p. 395-403.

VIDAL, A. Metodologia comparativa e estudo de caso. **Papers do NAEA**, n. 308, p. 3-33, 2013.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington: World Bank, 1992.

**GT 12 - Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina.**

“*PRETINHOS DO MANGUE*”, O BLOCO QUE VEIO DO “*TIJUCO*”: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERCEPÇÃO ECOLÓGICA NA CIDADE DE CURUÇÁ-PA.

Marcus dos Reis Ferreira (UFPA) <sup>1</sup>

[marcus-rf@hotmail.com](mailto:marcus-rf@hotmail.com)

Gisela Macambira Villacorta (UFPA; UNIFESSPA) <sup>2</sup>

[gisavillacorta@gmail.com](mailto:gisavillacorta@gmail.com)

Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (MPEG; UFPA) <sup>3</sup>

[lgfurtado@museu-goeldi.br](mailto:lgfurtado@museu-goeldi.br)

**RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo discutir questões relacionadas ao turismo que se instala cada vez mais no Município de Curuçá, fomentado pela festa de Carnaval e seus blocos carnavalescos, principalmente, com o chamado “*Pretinhos do Mangue*”. Os desfiles de Carnaval são acompanhados por carros alegóricos representados pela fauna local, personagens dos mitos da região amazônica, recursos naturais presentes na cidade, além da festa ter um sentido de protesto contra os problemas ambientais que atingem o modo de vida dos curuçaenses. Percebe-se que não é atribuído um sentido de separação do ambiente do seu cotidiano (como a festa de Carnaval), como fazem os turistas que vão em busca da natureza, entendido pelos “*que vêm de fora*” como algo separado do seu modo de vida. Nesse sentido, observa-se na modernidade uma dualidade entre natureza e cultura, enquanto que para os interlocutores não há uma separação entre natureza-cultura. Assim, o ambiente se traduz na vida dos interlocutores, não apenas como uma forma de trabalho, mas se configura como um local de uso-sentido do lazer e de práticas que surgem como crítica aos problemas ambientais. Nesse sentido, apresentamos uma primeira imersão no universo do Carnaval, para posteriormente, na dissertação, realizar uma etnografia do bloco “*Pretinhos do Mangue*”. Nesta imersão, então, demonstramos o processo de criação do bloco e a percepção de interlocutores sobre a festa.

**Palavras-chave:** Pretinhos do Mangue; Ecoturismo; Curuçá-PA; Zona Costeira; Amazônia.

**1 - INTRODUÇÃO**

O trabalho apresenta uma discussão inicial sobre a festa de Carnaval na cidade de Curuçá. Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA-

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da UFPA; Especialista em Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental; Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia pela UFPA (intercâmbio na UFRGS-Antropologia). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da UFPA e da Universidade Sul e Sudeste do Pará. Integra o grupo de pesquisa Antropologia, Religião e Saúde (UFPA).

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia Social pela USP. Pesquisadora Titular U - III do Museu Paraense Emílio Goeldi. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA.



Campus de Castanhal). De modo geral, o objetivo do trabalho é verificar questões que têm fomentado o turismo na cidade, por conta do Carnaval e os blocos carnavalescos. A percepção dos moradores sobre a festividade é o foco desta discussão, já que a investigação busca enunciar o significado cultural da festa. Essa festa importante por revelar um discurso de preservação e valorização dos recursos naturais encontrados no ambiente dos curuçaenses. Assim, busco enunciar a percepção dos interlocutores sobre esse evento e o processo de criação do bloco carnavalesco, conhecido por “*Pretinhos do Manguê*”.

Curuçá está situado na região nordeste paraense, onde o seu território faz parte de uma Unidade de Conservação, chamada de Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá. Essa reserva é destinada às “populações extrativistas tradicionais” porque são grupos que realizam práticas sustentáveis em relação ao uso dos recursos naturais (FURTADO; SILVEIRA; SANTANA, 2012, p. 19). Por se enquadrar nessa questão, no local encontra-se várias atividades ligadas a essa expressão tradicional, como: pesca artesanal, extrativismo e agricultura. (FURTADO; SILVEIRA; SANTANA, 2012)

Desse modo, o discurso das autoridades locais e dos curuçaenses está presente a ideia de preservação dos recursos naturais da cidade. Nesse sentido, a festa de Carnaval ganha essa conotação também, que pode ser percebida nas ornamentações dos carros alegóricos e na fantasia dos “*brincantes*” do Carnaval. Não só isso, encontra-se na organização para viagens turísticas, artesanato local e em certas práticas dos moradores na interação com o seu ambiente.

A etnografia é o procedimento a ser utilizado na investigação da dissertação sobre a dinâmica do Carnaval, centrando no bloco carnavalesco “*Pretinhos do Manguê*”. Neste trabalho, então, apresentamos uma primeira imersão<sup>4</sup> para a construção de uma escrita etnográfica,<sup>5</sup> na perspectiva da “descrição densa” (GEERTZ, 1978, p. 20), sobre o significado cultural da festa e do bloco para os interlocutores que participaram de algum modo do Carnaval, demonstrando, a partir das suas falas, o sentido “ecológico” da festa. Para esta discussão foi realizado trabalho de campo (DAMATTA, 2010) na cidade, onde passei uma semana na vila do Membeça<sup>6</sup> em Curuçá. O trabalho de campo foi realizado

---

<sup>4</sup> O autor deste texto apresenta uma primeira imersão no discurso sobre o Carnaval de Curuçá, expondo uma visão parcial da festa, tendo em vista que o autor está no processo de contato com organizadores do bloco “*Pretinhos do Manguê*”. Ademais, foi realizada entrevista com o presidente do referido bloco carnavalesco e conversas com moradores que participaram do Carnaval. As coautoras atuaram nas orientações deste trabalho, apontando questões para o desenvolvimento do texto, bem como na problematização das informações vistas pelo autor durante o trabalho de campo.

<sup>5</sup> Clifford (2016, p. 38) informa que a escrita etnográfica é uma criação, de modo que as “verdades etnográficas são, assim, inerentemente *parciais* – engajadas e incompletas.”. (CLIFFORD, 2016, p.38)

<sup>6</sup> É uma vila constituída em sua maioria por parentes, o local fica próximo do Km 58, antes de chegar na sede de Curuçá. Fiquei nesse local durante o período de trabalho campo, passando oito noites numa casa cedida



através da observação direta, conversas informais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os interlocutores.

Deste modo, o trabalho foi dividido em três partes. A primeira faz uma discussão teórica sobre os aspectos que envolvem a festa de Carnaval de Curuçá. A segunda parte, busca discutir questões relacionadas a criação do bloco carnavalesco “*Pretinhos do Manguê*”. Já a terceira enuncia as considerações finais deste trabalho, entendendo que a vida dos interlocutores é atravessada pelos fluxos contínuos do seu ambiente, uma vez que o ambiente é traduzido em suas práticas e discursos, que passam a ganhar expressão e significado no Carnaval.

## 2 - A PERCEPÇÃO ECOLÓGICA NA FESTA DE CARNAVAL.

A festa de carnaval dos curuçenses oferece rastros para pensar os valores ambientais existentes nas práticas culturais realizadas no evento. Para esse panorama, torna-se pertinente centrar a discussão na percepção de ambiente dos interlocutores, no sentido de evidenciar a produção de um pensamento ecológico ligado a festa. A partir dessa dinâmica, nos possibilita destacar a continuidade existente da natureza com práticas realizadas pelos interlocutores na festa de Carnaval.

Neste sentido, a percepção é importante para a chamada “epistemologia ecológica”, pois conduz o olhar para uma condição menos compartimentada da natureza para com as relações sociais. (CARVALHO; STEIL, 2013, p. 76). Isto é, evidencia uma continuidade do ser humano e não-humano numa dada realidade cultural, uma vez que a interação desses elementos permite acabar com as dualidades que se constituíram da ciência moderna. (CARVALHO; STEIL, 2013). Com isso, o observador “[...] não está dado a perceber coisas diferentes, mas perceber as mesmas coisas diferentemente [...]”, de modo que o “[...] mundo que nos é dado observar, é um mundo em movimento, num contínuo devir.”. (CARVALHO; STEIL, 2013, p. 76).

Deste modo, nota-se na percepção sobre a festividade de Carnaval, o viés de continuidade da natureza-cultura, pois conforme os relatos e as observações realizadas na cidade de Curuçá, há interações contínuas entre o ambiente e as atividades diárias. O mangue, por exemplo, é considerado um local de trabalho, com a prática de capturar siri e camarão para alimentação de alguns moradores. Esse ambiente, portanto, não se traduz na

---

gentilmente pela Dona Izildete, moradora da Vila do Membeca. Foi possível perceber que por mais que o local faça parte de Curuçá, os moradores não mantêm um contato frequente com a sede, pois se deslocam para a “*cidade*”, o modo como eles chamam a sede, apenas quando tem alguma atividade, como: realizar compras no mercado, ir à igreja evangélica (Assembleia de Deus), pagar alguma conta e ir ao banco.



vida dos curuçaenses somente como tempo de trabalho, mas se configura como um local de sociabilidade e de uso-sentido<sup>7</sup> do lazer, por conta da festa de Carnaval.

Licia Nascimento e Carmem Rodrigues (2011) observaram a dinâmica dos trabalhadores no mercado do Ver-o-Peso em Belém. As autoras identificaram que o mercado, durante o Círio de Nazaré, transformava-se num ambiente de festa, apesar de não estar diretamente ligada ao Círio. A festa religiosa realizada no mercado estava vinculada a uma promessa que um dos trabalhadores do mercado fez à santa. Percebe-se, então, que o espaço do mercado não se resumia a um local de trabalho, mas se transformava num ambiente de lazer dos diversos trabalhadores do mercado.

Um interessante trabalho realizado pelo antropólogo Isidoro Alves, que discutiu sobre a festa do Círio de Nazaré, já havia destacado o caráter ‘carnavalesco’ (ALVES, 1980, p. 104) da festa religiosa paraense. Alves (1980, p. 28) informa que apesar da existência de “ordem” e “respeito” durante o Círio, ocorria paralelamente ao evento religioso a realização de outras festividades, que assumiam a “informalidade, camaradagem, o gesto festivo, o encontro, a não-obediência às regras formais” da organização da igreja. Isso faz pensar que o ambiente produz múltiplos significados culturais.

Silvio Lima Figueiredo, da mesma forma, em seu texto denominado “Círio de Nazaré: festa e paixão”, ressalta que na própria festa da padroeira dos paraenses há um sentido polissêmico. (FIGUEIREDO, 2005, p. 19). Já que a existência de festas, as quais não estão diretamente ligadas a organização da igreja, eleva o evento religioso a uma condição de lazer e “divertimento, sem a perspectiva da religiosidade, mesmo que a santa sempre esteja presente.”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 34)

Nesse contexto, o uso do ambiente dos curuçaenses representa um local privilegiado, não somente com o significado ligado ao tempo de trabalho, mas para o momento de realização de um lazer singular,<sup>8</sup> verificado na prática cultural do bloco carnavalesco “*Pretinhos do Mangue*”. Assim, o discurso dos interlocutores é a chave que permite evidenciar a interação dessas práticas, representadas no seu Carnaval, com os

---

<sup>7</sup> No que tange o uso e sentido do lazer, destaca-se um estudo realizado por Antonio Mauricio Costa, no Bairro da Terra Firme em Belém, onde revelou a lógica cultural da rua como um importante ambiente de lazer dos moradores (COSTA, 2009a). Ainda mais, destaca que o lazer deve ser percebido mais que uma prática recreativa, uma vez que assume diversos usos e sentidos, pois de acordo com o seu uso-sentido pode ser considerado “[...] como objeto de consumo, como serviço educativo, como meio de obtenção de recursos econômicos, como meio de obtenção de prazer, dentre outros.”. (COSTA, 2009a, p.32).

<sup>8</sup> O lazer representa uma necessidade humana e uma prática cultural ligada ao tempo e espaço. Isso indica que o lazer é construído historicamente por “diferentes modos de vida [...], tais como coletividades indígenas, quilombolas, ribeirinhas [...]”, de modo que as “[...] celebrações, práticas corporais, os jogos, as músicas, as conversações e outras experiências de sociabilidade podem assumir a feição de lazeres que tem significados e sentidos singulares [...]”. (GOMES, 2014, p. 7). Diante dessa questão, a festividade dos curuçaenses pode ser caracterizada como uma prática cultural dotada de um significado singular, entendido apenas no contexto e no discurso ecológico que permeia o modo de vida dos moradores.



recursos naturais que habitam o ambiente, edificando uma expressão regional no desfile do referido bloco carnavalesco.

Carmem Rodrigues (2008, p. 120) destaca a influência, em certa medida, do carnaval do Rio de Janeiro na construção do Carnaval em Belém, a partir do surgimento do “Rancho Não Posso me Amofiná”, no início do século XX. Mas, enuncia que a festa carnavalesca se estabeleceu com uma particularidade paraense, uma vez que produziu o sentido de ser “*jurunense*”. Isso foi materializado na interação dos moradores do Bairro do Jurunas com a escola de samba “Rancho Não Posso me Amofiná”. Assim, de acordo com a autora, ocorreu uma “[...] estreita relação entre escola e os moradores, conferindo [...] um papel fundamental na (re) construção positiva da identidade jurunense.”. (RODRIGUES, 2008, p. 137)

Tony Leão Costa (2016, p. 89) indica a mesma perspectiva de conotação regional da festa carnavalesca em Belém, edificada por meio do “Rancho Carnavalesco da Boíuna, criado em 1933”. Dessa forma, aponta a preocupação de intelectuais paraenses em tornar o Carnaval mais regional, de modo que os participantes incorporassem características da cultura amazônica na festa. Vê-se, então, o destaque de vários elementos regionais na composição da festa como, por exemplo, os “[...] personagens do rancho eram ‘pajes’ [...] [...] [no] caminhão, construíram uma enorme serpente que parecia jogar fogo e fumaça pelos olhos e boca [...]” (COSTA, 2016, p. 89). Em outras ocasiões, se apresentavam nos blocos carnavalescos personagens configurados como “[...] índios, caboclos, pajés, personagens africanos e entidades e animais encantados das florestas e dos rios.”. (COSTA, 2016, p. 90)

Com isso, o discurso dos interlocutores sobre o Carnaval revela um sentido do seu ambiente, onde os curuçaenses (e turistas) é que fazem a festa<sup>9</sup> e “*são a festa*”, no sentido dos recursos naturais atravessarem a suas vidas no cotidiano, e que são transfigurados na festividade local, como a prática cultural de usar a “*lama*” do mangue como “*fantasia*”. Assim, ao investigar a percepção de ambiente, que está assentada na sua festa, é um importante caminho para verificar a transformação de uma experiência de lazer numa representação ecológica.<sup>10</sup> O fundo ecológico está em diálogo com a percepção de preservação dos interlocutores em relação ao seu ambiente, possível de ser evidenciado nos seus discursos, nos carros alegóricos, nas suas ornamentações, enfim, temáticas que enunciam os problemas que afetam o seu cotidiano.

<sup>9</sup> Antonio Mauricio Costa faz uma discussão sobre festa no capítulo intitulado “A Festa em Questão”, onde demonstra que a festa é um importante elemento para compreender relações e valores dos grupos sociais. (COSTA, 2009b, p. 70). Tal discussão abre a possibilidade para identificar os valores ambientais apontados no discurso dos interlocutores em relação a festa carnavalesca.

<sup>10</sup> Rodrigo Toniol e Carlos Alberto Steil demonstram a transformação de uma experiência rural, relacionada ao ato de caminhar na natureza, no interior do Paraná, em uma perspectiva ecológica. A ideia ecológica é fomentada principalmente pelo estado, que busca atrair mais visitantes para as caminhadas (TONIOL; STEIL, 2016)



Como foi mencionado, percebe-se um fluxo vital de ligação da festa de Carnaval com a biodiversidade local.<sup>11</sup> Isso fica evidente no discurso dos interlocutores porque demonstra a presença de elementos do seu cotidiano durante o desfile de Carnaval. Os elementos indicados são: “lama” ou “barro” do manguezal, fauna local, personagens do universo mítico amazônico, enfim, múltiplas referências que se ligam aos recursos naturais do ambiente habitado pelos curuçaenses.

As considerações feitas por Bruce Albert no que confere a diferença entre “meio ambiente” e ambiente, demonstra contribuições significativas para o entendimento da experiência dos interlocutores com o ambiente. Albert (1995, p. 20) faz esta discussão a partir da interpretação de Davi Kopenawa, um xamã Yanomami, sobre a visão “dos brancos” do que é “natureza”. Em sua reflexão dialógica faz uma exposição sobre os problemas do avanço do garimpo nas terras do grupo Yanomami. Por meio do mito Yanomami, atualizado para o contexto contemporâneo, Davi não indica uma separação da natureza da sua vida, pelo contrário, expressa uma “ecologia cosmológica” que entende cada elemento que compõe a natureza como uma “entidade viva (levada à morte pelo desmatamento) dotada de um ‘sopro vital’ de um ‘princípio de fertilidade’ de origem mítica.”. (ALBERT, 1995, p. 19-20). A narrativa de Davi aponta ainda que a ideia de ‘meio ambiente’ proposta pela ‘palavra do branco’ enseja mais uma separação da natureza e sociedade, do que uma interação contínua sociedade-natureza. (ALBERT, 1995, p. 20)

Desta maneira, o diálogo entre Davi Kopenawa e Bruce Albert configura uma relevante experiência que nos auxilia na investigação da percepção ecológica na festa de Carnaval. No sentido de encaminhar a pesquisa em direção a um horizonte ecológico produzido pelos interlocutores a partir da festa, onde se estabelece uma distância do ideário de “meio ambiente”, denotando mais uma proximidade com o ambiente em que construíram suas vidas em interação com os recursos naturais, que fazem parte, sem a divisão, das suas vidas.

Nota-se, assim, o sentido de uma identidade regional (RODRIGUES, 2008; COSTA, 2016) no Carnaval de Curuçá. Isso porque existe uma dimensão simbólica da festa assentada na cultura local, cujo significado se refere à representação dos recursos naturais, presentes na cidade, durante o desfile de Carnaval. Tal questão pode ser percebida no bloco carnavalesco “*Pretinhos do Mangue*”. “*Pretinhos do Mangue*” é um bloco que durante os anos têm ganhado destaque no Carnaval, pois a propagação da festa pela mídia, a qual entende que se trata de uma “festa ecológica”, possibilitou a expressão do bloco e da festa

---

<sup>11</sup> A biodiversidade pertence ao universo cultural das sociedades e não somente ao mundo biológico. (DIEGUES, 2000)



no âmbito estadual, nacional e internacional. Assim, o conhecimento a respeito da questão “ecológica” tem proporcionado um aumento do deslocamento de turistas para participar da festa.

Nas observações e diálogos realizados em Curuçá, encontra-se uma valorização, em certa medida, de empreendimentos destinados a estimular o turismo na cidade, onde um dos pontos ressaltados têm sido os benefícios trazidos pelo contato dos visitantes com a natureza. Essa circunstância passa a ideia de que os grupos sociais estão separados e distantes do mundo natural. Carlos Alberto Steil e Izabel Cristina Carvalho, dentro desse contexto, apontam para um horizonte que busca sobrepor a dicotomia provocada pela modernidade na obra intitulada “*Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold*”. Ao se pautarem nos escritos de Tim Ingold, os autores argumentam a respeito da continuidade presente do humano e não humano, ressaltando a desconstrução dessa divisão por meio de uma antropologia dos materiais, já que a qual reconhece a “[...] singularidade das perspectivas dos diversos organismos no seu habitar o mundo.” (CARVALHO; STEIL, 2012, p. 43). A partir deste contexto, entendemos que a vida dos interlocutores está em um fluxo contínuo com a natureza e a natureza está em um contínuo com o cotidiano deles. Assim, a interação que os moradores exercem com a natureza ocorre desde a infância, seja por meio de atividades como a pesca artesanal, a agricultura e o extrativismo.

### 3 - ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O BLOCO CARNAVALESCO “*PRETINHOS DO MANGUE*”.

O Carnaval é um dos eventos mais esperados pelos curuçaenses, particularmente os que estão ligados ao comércio, restaurante e hotéis. Isso porque o fluxo de turistas tem contribuído para economia do Município de Curuçá. Para além de uma questão econômica, nota-se que as atrações principais, que tem fomentado a visita à festa, são os blocos carnavalescos que desfilam nas ruas da sede de Curuçá. Apesar de nas conversas com alguns moradores da sede e com os que residem fora da sede, o caso da Vila do Memeba, chamarem inúmeras vezes a sede de “*cidade*”.<sup>12</sup>

O desfile carnavalesco realizado nas ruas da cidade são acompanhados por carros alegóricos, representados pelos diversos modos de habitar o ambiente em Curuçá, onde a troca da natureza com os moradores dá o movimento a essa forma particular de habitação. Os diversos mecanismos elaborados neste evento estão relacionados com os elementos

---

<sup>12</sup> Os moradores do Memeba chamam o centro (onde está localizado o comércio, o mercado, a padaria, a prefeitura, posto de saúde, entre outras instituições) de Curuçá de *cidade*. Esta será a forma como irei me referir, quando tratar sobre Curuçá, não utilizando mais a palavra sede.



que fazem referência aos recursos naturais do seu ambiente. Além disso, a organização e os materiais que constituem os carros alegóricos, buscam transmitir um significado crítico, em forma de protesto, acerca dos problemas que atingem o modo de vida dos curuçaenses.

Dessa maneira, verificar a percepção ecológica em relação ao bloco “*Pretinhos do Mangue*”, viabiliza a construção de uma tradução cultural do engajamento dos interlocutores com o ambiente. Contudo, por ser um trabalho inicial, conforme mencionado anteriormente, apresentamos apenas alguns elementos para que o leitor possa se familiarizar com a percepção e o processo de criação do referido bloco carnavalesco.

Ao seguir na discussão, destaca-se que o “*Pretinhos do Mangue*” é o bloco de maior notoriedade, já que é conhecido em âmbito estadual, nacional e internacional. Fui até o Posto de Informações Turísticas (PIT) de Curuçá para verificar informações sobre o bloco. Uma das funcionárias, que já fez parte da organização do bloco, informou que conhecia o atual presidente do “*Pretinhos do Mangue*”. A funcionária, então, forneceu o número do presidente, chamado de *Cafá* (Edimilson),<sup>13</sup> para que ele pudesse esclarecer a respeito do “*Pretinhos do Mangue*”. A Dona Izildete, moradora do Membeca, já havia dito que o *Cafá* estava envolvido no bloco. Logo, quando a funcionária me falou a respeito dele, estava ciente de quem se tratava. Não pude conversar muito com funcionária, pois estava no momento de organização de outra festa, bastante esperada pelos curuçaenses, tratava-se da 41ª Festa do Folclore.

Depois de sair do PIT, caminhei pela rua 15 de Novembro até o “Porto dos Pretinhos”, localizado na rua Gonçalo Ferreira. O local é o ponto de concentração para iniciar o desfile do bloco carnavalesco. A rua que as pessoas tomam como trajeto até o mangue foi pavimentada com bloquete pelo atual prefeito do município. Antes o trajeto das pessoas até o mangue se realizava numa rua de piçarra, além de ser apontado a existência de muita formiga no local que, por sua vez, justificou a pavimentação da área para garantir um maior conforto aos “*brincantes*”. Nesse espaço inicia o contato dos “*brincantes*” com o “*barro*” do mangue, classificado pelos interlocutores como “*tijuco*”. É justamente neste ambiente em que a “*lama*” do mangue se torna a “*fantasia*” dos “*brincantes*”. A área de concentração em que as pessoas se passam a argila do mangue tem uma placa denominada de “Porto dos Pretinhos”, indicando ser um ponto turístico da cidade de Curuçá.

---

<sup>13</sup> De acordo com o seu *Pica-pau* (Alcides Macedo) as pessoas que residem em Curuçá se conhecem mais pelos *apelidos* do que pelo nome. Isso ficou perceptível durante a breve permanência no local. Deste modo, os nomes e *apelidos* (que será acompanhado dos respectivos nomes) dos interlocutores apresentados neste trabalho são verdadeiros. Antes de colocá-los, foi feito o pedido aos entrevistados, para os quais foi esclarecido durante as conversas do que se tratava e a finalidade do trabalho, indagando sempre sobre a permissão de colocar ou não o nome deles no trabalho.



A placa possui o mesmo desenho produzido nas camisas, documentos e nos carros alegóricos do bloco carnavalesco.

No que diz respeito ao desfile, o bloco toma como trajeto a rua 15 de Novembro, dobrando a direita na rua Paes de Carvalho. Em seguida, dobra a direita, novamente, entrando na rua “*oficial do desfile*”, a rua 7 de Setembro, onde os demais blocos carnavalescos passam também para chegar ao ponto final do desfile. O desfile finaliza na praça Coronel Horácio, onde estão em um palanque autoridades que prestigiam o evento, tanto as autoridades locais quanto de fora do Município de Curuçá. Os “*brincantes do mangue*” tiram o “*barro*” do corpo no Rio das Pedras, pois, segundo o interlocutor, durante o período da festa carnavalesca a maré está de “*lanço*”, isto é, está cheia. Em outra visita a casa do presidente, *Cafá* indicou como ocorre a interação dos “*brincantes*” com o ambiente do manguezal:

*As pessoas que saem no Pretinhos do Mangue; ele passou o barro, ele passa o tijuco no corpo né, que é o barro, [...]; aí terminou o desfile e ele vai para casa dele tomar banho de chuveiro, vai dá aquela tuíra na pele [...] Então, fica o cheiro do barro na pele. E o brincante que vem, sai no Pretinhos do Mangue, se passa o barro [...] e devolve para o mangue; que a maré vai está cheia, né; tira na maré, normal, o cheiro fica normal da pele, não dá tuíra, nadinha. E fica muito mais fácil você tirar o barro na maré do que no chuveiro.*

Na sua fala, percebe-se que na medida em que retira o “*barro*” do mangue para torná-lo uma “*fantasia*” da festa, destaca o retorno do “*barro*” para o manguezal novamente. Isso fica nítido quando o interlocutor destaca que para consumação do desfile na festividade, se faz necessário estabelecer uma interação com a água, o Rio das Pedras, de modo que o ambiente aquático conduz o retorno das propriedades do “*tijuco*” para o mangue.

Inicialmente, o desfile do bloco “*Pretinhos do Mangue*” não tinha mascote, vendo outro bloco com mascote, adereços e logomarca, conhecido por bloco da “*Perua*”,<sup>14</sup> resolveram inserir no desfile o caranguejo, tornando-o a principal característica do bloco. Uma ostra sai também no desfile carnavalesco, com uma mulher em cima deste carro alegórico, que representa mais elemento da fauna do Município de Curuçá.

*Quando eu assumi [a presidência], saia só os brincantes mesmo [...]; Quando foi para o ano, eu disse: vamos fazer o caranguejo, o nosso mascote [...] Tinha outros blocos que tinha mascote [...]; cada bloco tinha*

<sup>14</sup> Hoje bloco da *Perua* não existe mais. Porém, nas conversas com os interlocutores sobre o Carnaval, sempre destacam o bloco como a segunda fase do bloco *Curral do Piça*. O *Curral do Piça* funciona como ponto de abertura do festejo de Carnaval, pois além de desfilar no período da festa, se apresenta duas ou três semanas antes da festa carnavalesca.



*um adereço, né, uma logomarca, tinha alguma coisa para simbolizar [...] Nós não tínhamos nada, né, só tinha [mascote] o bloco da perua [...]; aí veio a ideia de criar o caranguejo; aí eu mandei fazer o caranguejo aqui mesmo, por um artesão daqui, de ferro, três de comprimento por um de largura; aí fizemos tudo de ferro, não tinha como encapar o caranguejo, e agora, a gente estava sem dinheiro, sem estrutura, encapamos com saca mesmo e pintamos, aí saiu o caranguejo; aí o caranguejo foi, foi, foi, até hoje é o mesmo caranguejo, de 2000 para cá, ainda é o mesmo caranguejo, hoje ele mexe com o olho, mexe com as patas, faz movimento, solta espuma, foi se aprimorando, né, e nosso mascote é o caranguejo. Aí depois veio a ostra, o carro da ostra; aí tem a perola negra, a gente coloca uma mulher representando a pérola negra, onde é distribuído dentro da ostra, ostra mesmo natural, marisco, a gente distribui para degustar [...]*

Além dos “Pretinhos do Mangue”, há uma “ala do guará”, que é constituída por um grupo que se passa um “barro” de cor vermelha, chamado de “tabatinga”. O grupo carnavalesco é denominado de guarás vermelhos, os guarás desfilam nas ruas da folia, juntamente com o bloco carnavalesco “Pretinhos do Mangue”, conforme segue discurso:

*Tem um carro do guará, quer dizer uma ala do guará, que são os moradores do bairro Marambaia e do Bairro Rodoviário, que sai todo de vermelho, [...] não é o barro, não é o tijuco, é a tabatinga, uma argila vermelha, [...] é vermelha, só que é um vermelho bem clarinho, aí para ficar mais vermelho, eles colocam um pouco de produto que tem lá, de tinta, aí fica mais vermelho, mas existe a tabatinga vermelha [...]; o tijuco é do mangue, que é o barro, onde é o mangue, onde o caranguejo vive, esse é o tijuco, é o barro que faz parte do mangue; essa outra ala, que eu falo, ele sai com argila, que as pessoas chamam aqui tabatinga [...]*

São apresentadas ainda outras formas de uso da “tabatinga”, o recurso não se resume apenas ao desfile de Carnaval, destaca-se a sua utilização para construção de um instrumento doméstico e para limpeza da pele. O presidente destaca tal questão:

*[...] essa argila tem muito aqui, ela serve para fazer panela, fazer essas coisas, muita gente pega para limpar o rosto, inclusive, ano passado eu levei para feira em Belém, umas amigas que a gente conheceu aqui, onde eu trabalho, [...] me pediu, e me pediu o preço, para eu vender, aí eu não, isso tem muito em Curuçá; eles usam para a pele né, e tem muito aqui na nossa região, só que as pessoas aqui não dão valor, mas ela tem muito valor na área de limpeza de pele [...]*

No que confere a criação do “Pretinhos do Mangue”, o bloco surgiu com Everaldo Campos (Irmão do presidente) e Sebastião Araújo (atualmente mora em Recife), no ano de 1989. Os dois foram até o mangue com o intuito de pegar caranguejo, sem conseguir pegá-los, resolveram aplicar o “barro” do mangue no corpo e, assim, desfilaram nas ruas da folia em Curuçá. Antes do “Porto dos Pretinhos”, onde as pessoas se passam atualmente o “barro”, o acesso ao mangue ocorria pela rua 15 de Novembro. Nessa rua existia um porto em que as



peças acessavam para entrar em contato com o mangue. Hoje, as pessoas não têm mais acesso a esse local, por conta das casas que impedem o deslocamento até o ambiente. Atualmente no local tem um restaurante chamado “Delícias do Mangue”, e uma placa que informa oferecer o serviço de turismo, chamado de “lá no mangue ecotur”.

Então, a partir da prática de Everaldo e Sebastião, outros amigos deles passaram a realizar a mesma dinâmica de passarem a “lama” do mangue. Depois disso, desfilavam pelas ruas da folia carnavalesca, de modo que quando as pessoas observaram o “barro” do mangue no corpo dos “brincantes”, fizeram várias classificações, conforme segue o trecho do presidente:

*Neguinho do mangue, bloco da lama, bloco do caranguejo, bloco do sujo, tinha vários nomes que as pessoas falavam; aí que foi a ideia de criar o Pretinhos do Mangue [...] as pessoas falavam, lá vem os pessoal do mangue, lá vem os neguinho do mangue, bloco caranguejo, lá vem os caranguejo do mangue, bloco da lama, o bloco tijuco, então, tinha vários nomes; aí quando falaram neguinho, aí tive a ideia com o Everaldo de botar o nome Os Pretinhos do Mangue [...] aí criamos a logo marca, né [...] e hoje se tornou o bloco Pretinhos do Mangue [...]*

O fato da festa de Carnaval ser conhecida fora do Estado do Pará ocorre porque o bloco “Pretinhos do Mangue” propaga um discurso de valorização e de preservação dos recursos naturais existentes na cidade. Desta forma, os desfiles são acompanhados por um trio elétrico, carros alegóricos, que são enfeitados com aves de ferro, como guarás e garças, que chegam a medir três metros de altura. Conforme foi mencionado, há um caranguejo de ferro, medindo quatro metros comprimento e um carro com uma ostra, medindo cerca de dois metros de comprimento. Além disso, personagens dos mitos da Amazônia desfilam pelas ruas do Carnaval, como a *matinta* e a *curupira*. Assim, todos esses elementos da fauna local e do universo mítico, ligados pelo fluxo contínuo do ambiente (aquático e terrestre) com a vida dos interlocutores, saem no desfile da festa de Carnaval.



Foto 01: O Presidente *Café* (Edmilson) do bloco *Pretinho do Mangue*, mostrando o caranguejo que enfeita o carro alegórico do Carnaval. Fonte: Foto do autor.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como foi apresentado no início deste trabalho, a investigação ainda está em desenvolvimento, mas acreditamos ter esclarecido para o leitor alguns apontamentos com relação ao “*Pretinhos do Mangue*”. Esses apontamentos nos permitem imergir ainda mais na investigação sobre o bloco, visto que o objetivo da pesquisa é a construção de uma etnografia do referido bloco carnavalesco, envolvendo desde os preparativos para o evento até o desfile pelas ruas da cidade de Curuçá. Desse modo, apresentamos uma particularidade da dinâmica dos curuçães, pois destacamos o ambiente do manguezal e de sua continuidade com as práticas culturais dos “*brincantes*”, que ocorre por meio do bloco carnavalesco “*Pretinhos do Mangue*”.

A festa de Carnaval, como foi possível identificar, manifesta uma perspectiva ecológica assentada nos carros alegóricos e na prática de se passar o “*tijuco*” no corpo, uma vez que o engajamento dos interlocutores com o ambiente se traduz<sup>15</sup> nos discursos e nas

---

<sup>15</sup> Clifford (2016, p. 38) destaca que a produção da escrita etnográfica, entendida como “ficções no sentido de ‘algo feito ou modelado’”, são criações parciais que o investigador edifica a partir de uma tradução. Deste modo, a etnografia se constitui como uma escrita que não consegue abarcar por completo uma realidade cultural, já que as “verdades etnográficas são, assim, inerentemente *parciais* – engajadas e incompletas.”. (CLIFFORD, 2016, p.38)



suas ações do cotidiano. Estas que podem corresponder ao tempo dedicado ao trabalho no manguezal, bem como o uso do mangue para o tempo de lazer dos “*brincantes*” do Carnaval. Assim, o mangue produz um sentido de lazer, que não se limita ao divertimento, já que assume um significado de crítica as ações que degradam o ambiente de Curuçá. De fato, a percepção ecológica se traduz na festa de Carnaval porque é produzido no evento certos valores ambientais, entendendo desta forma que a vida dos interlocutores é atravessada pelos fluxos contínuos do ambiente. (INGOLD, 2012; CARVALHO; STEIL, 2012; 2013). Isso fica nítido, por exemplo, no fato dos “*brincantes*” se traduzirem no próprio mangue durante o desfile carnavalesco.

### REFERÊNCIAS

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Boletim UNB**. Série Antropologia, 1995.

ALVES, I. **O Carnaval do Devoto**: um estudo sobre a Festa de Nazaré em Belém. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CARVALHO, I. C.; STEIL, C. A. Diferentes aportes no âmbito da Antropologia fenomenológica: diálogos com Tim Ingold. In: CARVALHO, Izabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. **Cultura, Percepção e Ambiente**: diálogo com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje). b

\_\_\_\_\_, I. C.; STEIL, C. A. Percepção e Ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. In: **Revista Eletrônica do mestrado em educação ambiental**. Vol. Especial, março, 2013 p. 59-79.a

COSTA, A. M. **Lazer e Sociabilidade**: usos e sentidos. Belém: Açai, 1 Ed., 2009.a

\_\_\_\_\_, A. M. **Festa na Cidade**: o circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: EDUEPA, 2 Ed., 2009.b

COSTA, T. L. Carnaval e música carnavalesca em Belém do Pará: tradições e hibridismos. **ArtCultura**, v.18,p. 75-92, 2016.

CLIFFORD, J. Introdução: verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Org.). **A Escrita da Cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Papeis Selvagens Edições, 2016.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: ROCCO, 2010.

DIEGUES, A. C. **Os Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NAUPAUB-USP, MMA, 2000.

FIGUEIREDO, S. L. Círio de Nazaré: festa e paixão. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Círio de Nazaré**: festa e paixão. Belém: EDUFPA, 2005.



FURTADO, L. G.; SILVEIRA, I. M.; SANTANA, G. **Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande - Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnoecológico e sociocultural.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Editora, 1978.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer.** Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: CARVALHO, Izabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. **Cultura, Percepção e Ambiente: diálogo com Tim Ingold.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje)

NASCIMENTO, L.; RODRIGUES, C. I. Sociabilidades no Mercado de Peixe do Ver-o-Peso: das práticas cotidianas à festa de nossa senhora de Nazaré. In: **Revista de Pós Ci. Soc.** v.8, n.16, jul./dez. 2011.

TONIOL, R.; STEIL, C. **Nos rastros da natureza: a conversão da experiência rural em ecológica a partir de uma política de Estado.** Curitiba: APPRIS, 2016.

RODRIGUES, C. **Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano.** Belém: NAEA, 2008.

**GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina.****GRAFITE NA FLORESTA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE ARTE, LIMINARIDADE E TURISMO NO PROJETO STREET RIVER.**

Angelo Martins Cavalcante (Universidade da Amazônia)<sup>1</sup>  
angelocavalcante@gmail.com

Danilo Miranda Caetano (Universidade da Amazônia)<sup>2</sup>  
nilocaetano@yahoo.com.br

**RESUMO**

Este artigo propõe levantar considerações iniciais sobre um de sintoma de liminaridade através do projeto “Street River”, desenvolvido pelo artista plástico Sebá Tapajós, que desloca o grafite do ambiente metropolitano para os muros das casas dos moradores da Ilha do Combú, na região das Ilhas de Belém, capital do Estado do Pará. Esta condição pode criar uma atmosfera singular de percepção para criação artística e de bens culturais que podem ser utilizados em prol da oferta de turismo cultural local. As análises terão como suporte teórico-metodológico os debates levantados por Victor Turner (2013) sobre liminaridade. As reflexões sobre arte contemporânea, com Arthur Danto (2006) e Anne Cauquelin (2008) e Nestor Garcia Canclini (2016). Também contará com a perspectiva antropológica sobre turismo cultural de Xerardo Pereiro Pérez (2009) e temas relacionados ao turismo, economia da cultura e cidades criativas, desenvolvidos e organizados por Ana Carla Fonseca Reis (2011).

Palavras-chave: Arte-turismo-cultura na Amazônia; Arte-turismo-cultura no Pará; Cultura-Paraense; Arte-cultura-turismo em Belém; Street River-Combú.

**1. INTRODUÇÃO**

Do barco era possível ver os grafiteiros em ação, abaixados, encostados, suspensos em escadas. Nas paredes, cores variadas e algumas sobrepostas, que criavam outros tons e diferentes traços davam formas a imagens que pareciam se conectar diretamente com o local, como a do índio que surgia em um grande paredão. Alguns pareciam prontos e outros ainda tomando forma. Diante de algumas casas, moradores apreciavam o trabalho, outros pareciam nem ligar, como na correria de algumas crianças. Não era possível determinar se algumas pessoas aproveitavam o ócio florestal ou se estavam compenetradas para interagir com o telefone celular. Noutros pontos da ilha, os restaurantes seguiam o funcionamento normal, alguns com um espaço reservado e seguro para proporcionar banho de rio aos clientes. Na volta, o barco chegou em um ponto em que não era possível saber qual a margem mais próxima ou distante. Talvez nem uma nem outra e possivelmente uma terceira margem surgiu, não estática e de fluxo irregular, mas talvez cheia de cá e lá.

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura (PPCLC), Universidade da Amazônia (Unama), Brasil.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura (PPCLC) da Universidade da Amazônia (Unama), Brasil.



Este relato poderia ser de qualquer pessoa, que nos dias seis e sete de maio de 2017, tivesse participado de um dos passeios oferecidos pela produção do projeto *Street River*. Idealizado e desenvolvido pelo artista visual e grafiteiro Sebá Tapajós, o projeto desloca a prática e a técnica do grafite do ambiente metropolitano para as paredes das casas dos ribeirinhos da Ilha do Combú, região das ilhas de Belém, capital do Estado do Pará e que, como em uma pesquisa exploratória, neste artigo ajuda a levantar questões iniciais sobre a relação entre arte, liminaridade e turismo na Amazônia, não para resumir e simplificar um amplo estado de coisas e sim como um micro acontecimento de onde talvez seja possível analisar grandes temas (GEERTZ, 2014).

Nesta perspectiva, o *Street River* foi tomado para além de um evento ordinário de fim de semana e pode ser considerado como um bom exemplar para refletir sobre as transformações ocorridas nos percursos e práticas artísticas na contemporaneidade, que se relaciona com a produção de imagens nas representações do grafite e se prolonga para debater sobre o sentimento de singularidade e espaços de transformação em Belém, onde tradição e modernidade se entrelaçam em complexos conflitos existenciais de dolorosas perdas que parecem apaziguadas em variadas performances na dinâmica social. Além disso, o projeto apresenta, também, características com potencial para formatação de um produto para o turismo cultural em Belém, especificamente na Ilha do Combú.

Os debates e reflexões sobre arte, cultura e turismo apresentam uma característica em comum. Além de serem diferentes atividades que se entrelaçam em uma prática, a transitoriedade espacial, temporal e existencial desses temas pode ser percebida como sintoma de liminaridade na contemporaneidade, condição que, intrínseca ao turismo, pode ser percebida como uma característica contemporânea na reflexão e remodelagem nos campos da arte e da cultura e esta condição pode criar uma atmosfera singular que pode ser utilizada em prol da oferta de turismo cultural local.

## 2. DESTINO: ILHA DO COMBÚ – BELÉM/PA

A Ilha do Combú está localizada a quinze quilômetros ao sul de Belém e fica em uma região composta por outras trinta e oito ilhas catalogadas que compõem 65% (sessenta e cinco) do município. Com população de mil e quinhentos habitantes, grande parte das casas esta localizada nas beiradas dos rios, algumas com trapiche, onde os barcos - meio de transporte mais utilizados – estão amarrados. As atividades para manutenção da sobrevivência estão basicamente ligadas a natureza, através do extrativismo e da pesca. Neste sentido, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO) descreve o Combú como uma área



[...] circundada pelo furo São Benedito, à leste pelo Furo da Paciência e à Oeste pela Baía do Guajará. Sua área de 15,972 Km<sup>2</sup> apresenta ecossistema típico de várzea de grande beleza cênica, com paisagem florestal exuberante, formada por um mosaico peculiar de espécies florestais, além de seus cursos d'água, como os rios Bijogó, Guamá e Acará, o furo da Paciência e os igarapés do Combu e do Piriquitaquara. (IDEFLOR-BIO..., 2017)

A paisagem da ilha, aparentemente, ainda não foi afetada diretamente pelo processo de metropolização ocorrido na capital ao longo dos anos e assim mantém com Belém uma relação de proximidade e distanciamento, não apenas pela forma burocrática – por fazer parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), na divisão distrital do município – mas também através de práticas econômicas, sociais e culturais.

Traços metropolitanos se estendem até o Combú. Algumas casas possuem apartamento técnico para recepção de canais de televisão (antenas parabólicas e tv a cabo) e no bar do Boá<sup>3</sup>, a faixa de pano típica do anúncio das festas de aparelhagem não somente faz publicidade da presença do “Pop Saudade” na 23ª Festa do Camarão, como indica um tranço urbano de Belém que se alonga até a ilha, assim como os turistas locais que se espalham neste e outros bares e restaurantes nos finais de semana ou feriados. Os moradores da ilha chegam a Belém para vender o açaí e peixe, basicamente na feira do Açaí; procurar atendimento médico e escola. Nesse peculiar cenário, que talvez seja condição comum nas cidades amazônicas, pela condição e popularidade de floresta, e atravessamentos entre tradição e modernidade, como a percebida no projeto *Street River*.

### 3. PARADA: PROJETO STREET RIVER – O MAIOR MUSEU FLUVIAL DO MUNDO

Idealizado por Sebá Tapajós, o projeto *Street River* começou em 2015, quando o artista visual e grafiteiro levou o balanço do rio<sup>4</sup> para as paredes de cinco casas na ilha do Combu. Em 2016, por conta da comemoração pelo aniversário de quatrocentos anos de Belém, Sebá ampliou o projeto e convidou mais cinco artistas para o empreendimento: Fael Primeiro (BA), Acidum Project (CE), Kajaman (RJ), Mundano (SP), Toys e Omik (DF). Para ocasião, foi oferecido um passeio de barco nos arredores da ilha – com um guia – para que além dos moradores locais, o público de Belém entrasse em contato com as obras, inclusive no momento em que eram produzidas. Com repercussão internacional, o formato foi repetido e ampliado no ano de 2017, quando o projeto recebeu os artistas Roberto Favio Martinez Garcia, do México; Herbert Baglione, de São Paulo; Tereza Cristina Pereira Braga e Robézio de Oliveira Marques, da Acidum Project; Marcus Vinícius Teixeira Ramos Silva,

<sup>3</sup> Um dos bares/restaurantes, localizado na Ilha do Combu.

<sup>4</sup> Em entrevista, o artista declarou que é influenciado pelos rios, margens e a floresta amazônica. Ver: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/01/grafiteiro-transforma-casas-de-ribeirinhos-em-obras-de-arte.html>



conhecido como Enivo; Luís Alexandre Pires de Carvalho, o Lobot; Danilo Ricardo Silva, o Zé Palito; Ramon Martins; Rimon Guimaraes; e José Augusto Amaro Handa, o Zézão. Dois pacotes de passeios guiados foram ofertados: um gratuito, com direito a traslado de aproximadamente uma hora, de barco – contando a travessia de ida e volta – e um percurso por um dos furos de rio onde o projeto estava acontecendo. O outro pacote era pago – com valor de R\$ 40,00. A duração aproximada era de uma hora e trinta minutos que além do traslado, dava o direito ao público de descer na Ilha do Combu e conhecer uma fábrica de chocolate.

### **3.1 – o grafite dentro do debate da arte**

No contexto histórico do século XX, autores indicam que o grafite surgiu como instrumento político na Alemanha, utilizado tanto pelos nazistas para ataque aos judeus quanto por movimentos e resistência. Outros autores consideram que o grafite – enquanto cultura urbana – surgiu junto com o *hip-hop* na periferia norte-americana de Nova Iorque como forma de expressão social e se espalhou por diversos países que adaptaram seu uso e estilos (FLETCHER, 2011). Além do uso social, o grafite também seria comercializável por galeristas, instituições públicas e intermediários, para diversas finalidades, entre elas, a propaganda (NUNES, 2014).

É possível dizer que o grafite faz parte do debate contemporâneo sobre arte, dentro de um estatuto que poderia ser chamado de “a arte após o fim da arte” (e aqui peço licença para um leve rearranjo no título do livro de Arthur Danto) ou de um entendimento de que a forma como se entende a arte chegou ao fim. Danto e o historiador da arte alemão Hans Belting, em meados dos anos 1980, sem se conhecerem, publicaram artigos abordando o mesmo tema, de forma semelhante. Anos depois, Danto (2006, p. 5), referindo-se às afirmativas comuns a Belting, diz que:

nenhum de nós estava falando em morte da arte [...]. Não era meu ponto de vista que não haveria mais arte, o que certamente significa “morte”, mas o de que, qualquer que fosse a arte que seguisse, ela seria feita sem o benefício da narrativa legitimadora, no qual fosse vista como a próxima etapa apropriada da história. O que estava chegando ao fim era a narrativa, e não o tema da narrativa.

Na mesma década de 1980, observando a relação entre arte e cidade, Giulio Carlo Argan indicava que aquele momento esperava uma transição para uma “estética do acontecimento” (ARGAN, 2005, p. 222), que seria artificial e urbano porque onde quer que fosse produzido, seria na cidade. Ainda, segundo Argan (2005, p. 222):



há apenas uma alternativa: ou será um acontecimento qualquer que não se poderá distinguir dos outros, infinitos que ocorrem na cidade e que será rapidamente absorvido, assimilado e esquecido no ambiente opressivo e repressivo da cidade moderna, ou será um acontecimento diferente, um acontecimento interpretável. E, como é interpretável por excelência o acontecimento histórico, que não se preste a ser recebido passivamente, qualquer notícia que não seja aceita estupidamente, assim como é transmitida pelas estações de rádio ou pelos canais de televisão, encerra em si a virtualidade, a candidatura a ser um acontecimento histórico.

A transformação no campo da arte e a relação com o social foi observada por Nestor Garcia Canclini (2016) como um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que segue um caminho atrelado a uma espécie de cadeia produtiva que envolve não apenas o fazer e o consumo artístico – e segue por instâncias legitimadoras (curadorias, especialistas, críticos, mercado) – tenta se distanciar ou se associar a outras atividades. Canclini (p. 28, 2016) diz que

a arte tornou-se pós-autônoma em um mundo que não sabe o que fazer com a insignificância ou com a discordância de relatos. Ao falar dessa arte disseminada em uma globalização que não consegue se articular, já não podemos pensar em uma história com uma orientação, nem em um modelo de desenvolvimento para sociedade. Estamos longe do tempo em que os artistas discutiam o que fazer para mudar o mundo ou ao menos representar suas transições revelando o que “o sistema” escondia. Mal conseguem agir, como acontece com os prejudicados que tentam se organizar, na iminência do que pode acontecer ou nos restos pouco explicáveis do que foi se desvencilhando pela globalização. A arte trabalha agora nos rastros do ingovernável.

No caso do grafite desenvolvido no projeto *Street River*, alguns pontos chamam atenção: o projeto teve chancela institucional através do IPHAN (Instituto Histórico e Artístico Nacional) e contou com uma curadoria de William Baglione<sup>5</sup>, ao mesmo tempo mantém as características levantadas por Arthur Danto e Giulio Carlo Argan, como uma intervenção urbana que normalmente é passível de ser legitimada pelo resultado estético da performance, com duração indeterminada e inserida na paisagem citadina, ou seja, não é possível ser consumida em outro lugar nem levada para casa. Outra coisa que chama atenção é o deslocamento da prática e da técnica do ambiente metropolitano para uma ilha que conserva traços de uma população tradicional amazônica. A curiosidade neste processo não é simplesmente uma percepção corriqueira e sim a atenção para um sintoma de transformação, que ainda não é possível (e talvez nunca seja) determinar o sentido que

---

<sup>5</sup> Willian Baglione é artista e curador de exposições em galerias como Contemporary em Brighton (UK) e espaço +SOMA. Também foi curador da publicação em arte e cultura urbana, a Juxtapoz (USA), para a edição especial “Brazilian Artists”. Prestou consultoria para o filme-documentário South American Cholo. Ver: <https://www.wbaglione.com>. Acesso em 20/09/2017.



tomará, na ilha, inclusive pelo conteúdo dos grafites que estão diretamente ligados à natureza amazônica.

#### 4. ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO

Geograficamente tão perto da cidade, as ilhas ainda mantêm um forte clima de experiência com a natureza, experiência possivelmente perdida no processo de desenvolvimento econômico, crescimento populacional e expansão urbana ocorrido em Belém ao longo dos anos e que contribuíram para complexidade de existências e sentimento de identidade e identificação em uma embolada trama entre tradição e modernidade. Uma experiência que se perdeu no cotidiano factual, para João de Jesus Paes Loureiro (2000), permanece através de um imaginário poético através da arte. Em entrevista, antes da realização do projeto, Sebá Tapajós explicou que

a curadoria escolheu os artistas que têm no processo criativo o DNA da floresta, ou seja, o homem como parte da natureza. A partir desse conceito básico foram escolhidos artistas de três diferentes gerações da Street Art, para conectar experiências com famílias que vivem à margem do rio na ilha do Combu, com o mínimo para subsistência, e o resultado desta intersecção de culturas será representada na forma de pintura mural (SEBÁ...,2017)

Independente do lugar de origem dos grafiteiros que participaram do projeto, as imagens produzidas para o *Street River* são representações que se conectam diretamente com a natureza (ou com uma existência de floresta). Este processo (e representação) pode ser aproximado ao que John C. Dawsey (2005) indica como uma forma de apaziguamento de conflitos debatido por Victor Turner (2013) através da condição liminóide – um processo ritual que se próxima da liminaridade em sociedades tradicionais. Turner (2013) partiu das características dos estados limiares dos ritos de passagem, definidos como “ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de identidade” (GENNEP apud TURNER, 2013, p. 97). Estes ritos se caracterizam-se por três estágios: “separação, margem (ou limen, significando ‘limiar’ em latim) e agregação” (TURNER, 2013, p. 97), onde o estado limiar (a margem) é obrigatoriamente ambíguo, com características de “[...] de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro” (TURNER, 2013, p. 97).

Para Victor Turner, o estado liminóide pode ser observado em atividades que ganharam importância em centros desenvolvidos depois da Revolução Industrial, como a arte e as ciências modernas (DAWSEY, 2005). A experiência limiar – *communitas* – dos ritos de passagem é observada nos dramas sociais de sociedades arcaicas ou pré-



industriais, onde existe forte envolvimento com questões consideradas sérias, como ritual, mito, tragédia (DAWSEY, 2005). Para utilizar o conceito de *communitas* nas sociedades complexas ou pós-industriais, Victor Turner formulou a seguinte questão:

Eu gostaria de sugerir a ideia de que aquilo que temos tratado como sendo os gêneros “sérios” de ação simbólica – ritual, mito, tragédia, e comédia (no seu “nascimento”) – estão profundamente implicados em visões repetitivas do processo social, ao passo que os gêneros que floresceram desde a Revolução Industrial (as artes e ciências modernas), embora menos sérios aos olhos da população em geral (ciência pura, entretenimento, interesses da elite), têm apresentado um potencial maior para transformar os modos como as pessoas se relacionam entre elas e o conteúdo de suas relações. Sua influência tem sido mais insidiosa. Tendo-se em vista o fato de se manifestarem em espaços exteriores às arenas centrais da produção industrial, e de se constituírem analogamente como “liminoides” em relação aos processos e fenômenos liminares de sociedades tribais e agrárias, a sua própria exterioridade as libera da atividade funcional em relação ao pensamento e comportamento dos membros da sociedade. Constituem para os seus agentes e audiências uma atividade optativa – a ausência de obrigações ou constrangimentos advindos de normas externas lhes confere uma qualidade prazerosa que favorece a sua absorção nas consciências individuais. Desta forma, o prazer transforma-se em assunto sério no contexto de mudanças inovadoras. (TURNER apud DAWSEY, 2005, p. 167).

Para ser observado em sociedades complexas, Dawsey (2005) indica um processo em cinco momentos, desenvolvido por Victor Turner até a concepção da completude da experiência liminóide:

1. um desafio apresenta-se no plano da percepção, colocando a pessoa e seus esquemas de interpretação em estado de risco;
2. imagens do passado são evocadas;
3. emoções associadas a essas imagens são revividas;
4. imagens do passado articulam-se ao presente “numa relação musical”, possibilitando a criação do significado; e
5. uma expressão, ou performance, completa e realiza o processo da experiência. (DAWSWY, 2005, p.352)

Este processo parece delinear a experiência que parte da população belemense mantém com a identidade e identificação, através da perspectiva de singularidade local, de símbolos culturais. Se a relação com a floresta – no contexto de tempo e espaço – foi perdida ou dificultada no processo de metropolização em Belém, através da arte é possível reestabelecer o sentimento (e um contrato?) de continuidade de uma identidade singular, que pode ser aproximada ao que Anne Cauquelin (2007) diz sobre a percepção pessoal – que no caso dos belenenses talvez extrapole para uma percepção social – de sensibilidade da paisagem identitária em que a relação com a natureza – como nas paredes grafitadas dentro do projeto *Street River* – em que



[...] representa como que uma harmonia preestabelecida, inquestionável, impossível de criticar sem cometer sacrilégio [...], seria preciso pensar que esse acordo perfeito, instantâneo, é comandado a distância por operações artificiais? [...] Temos a impressão que a paisagem preexistente a nossa consciência, ou, quando menos, que ela nos é dada 'anteriormente' a toda cultura. (CAUQUELIN, 2007, p. 28-29).

Imbuídos por um sentimento de singularidade cultural local de parte dos belenenses, a aflição pela perda do contato com a floresta parece apaziguado e se reestabelece a existência local, não somente de estar na ilha do Combú como também estar ambientado com as representações produzidas no projeto,

## 5. NATUREZA, ARTE, CULTURA, ENTRETENIMENTO E UM POSSÍVEL PACOTE TURÍSTICO.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN) de 2015 aponta que os aspectos culturais de Belém atingiram nível máximo. O documento apresenta problemas que precisam ser resolvidos pela administração local, como a “sensação de segurança comprometida no destino, em especial na área do centro histórico da cidade, que segundo observado em campo vem interferindo também no funcionamento de alguns atrativos, que já reduziram seu horário de atendimento” (BRASIL. MT, 2015, p.12). Apesar da advertência, o documento aponta a cidade “o destino é detentor de rico patrimônio cultural, com destaque a culinária local, promovida constantemente pelos restaurantes e pela população local e reforçada por seu principal atrativo o Mercado Ver-o-Peso” (BRASIL. MT, 2015, p.12).

As instituições públicas que gerenciam o turismo em Belém, nas esferas municipal e estadual, destacam diversos pontos e empreendimentos como atrativos turísticos locais. A maior parte dos lugares apontados – entre igrejas, museus, restaurantes e praias – estão ligados a história da cidade. A Ilha do Combú não aparece contemplada nem como atrativo e nem com projetos para o local, apesar do trânsito já existente, principalmente nos finais de semana e feriados. Nesse sentido, pensar a ilha para formatar um produto turístico não significa inviabilizar os que já existem, pelo contrário, indica uma forma dinâmica e criativa para organizar, gerenciar e possibilitar conexões entre os espaços públicos da cidade (REIS, 2011).

Para enquadrar a Ilha do Combú em um produto turístico, não seria necessário desandar na criação de artificialidades como atrativo para o turista – local ou não. A dinâmica da ilha já se oferece como tal e pode ser compreendida na perspectiva do turismo cultural, que abraça as formas de vida e os saberes locais, a relação com a floresta, os atrativos gastronômicos, entretenimento – incluindo o banho de rio que difere da experiência



praiana – e do contato com arte e cultura através do projeto *Street River*. Xerardo Pereiro Pérez (2009, p.120) ao comentar a oferta do turismo cultural formulada por Anthony J. Tighe<sup>6</sup>, diz que

o que se destaca nesta definição não é só um conjunto de componentes da oferta, mas também que o turismo cultural é entendido como um tipo de turismo “experencial” através do qual os turistas contactam com produções culturais (ex.: artes visuais, artes manuais, festivais, festividades) e com património cultural (sítios históricos, paisagens, arquitecturas, “bens patrimoniais imateriais”).

Essa definição se aproxima de outra apresentada por Pérez (2009, p. 122):

Greg Richards (2003) diz-nos como uma oferta de turismo cultural pode integrar os produtos culturais do passado (ex.: o património cultural) e também os produtos culturais contemporâneos e os modos de vida das pessoas em um local turístico. Desta forma não se reduz o turismo cultural a turismo patrimonial ou turismo das artes.

Na ilha do Combú, além da dinâmica sociocultural, o projeto *Street River* se converte em mais um atrativo possível para possível formatação de um produto turístico local, pelo estatuto que adquiriu ao longo dos anos, como produção cultural e atração turística rentável e que renova objetos, locais e vidas (PÉREZ, 2009). Para Pérez (2009, p. 122),

um pouco por todo o lado, os museus, enquanto filhos da política, têm experimentado uma natalidade exagerada, na qual o turismo está implicado. Os museus, na sua relação com o turismo, têm sido fundamentais na produção de cultura e património cultural. O museu está intimamente ligado às artes e ao património cultural.

O *Street River* não carrega o *status* de museu, mas conforme declarou Sebá Tapajós, o projeto foi reconhecido como a primeira galeria fluvial do mundo, uma característica singular e que faz parte dos planos do artista adentrar e aprofundar como oferta turística. Segundo Sebá,

o *Street River* é um passeio de Street arte, ano passado ele foi reconhecido como a primeira galeria fluvial do mundo. Eu fiz a primeira galeria que gerou repercussão nacional, agora será a terceira já, onde coloco barcos gratuitos e estou lutando bastante para que se torne um incentivo ao turismo também. A minha ideia é que vá para este caminho porque eu ofereço oportunidades para a população, então as pessoas que vivem de

---

<sup>6</sup> “The term cultural tourism encompasses historical sites, arts and craft fairs and festivals, museums of all kinds, the performing arts and the visual arts and other heritage sites which tourists visit in pursuit of cultural experiences”. (TIGHER apud PEREIRO PÉREZ, p. 120, 2009). Em tradução livre: “O termo turismo cultural contempla locais históricos, artes e artesanato, festivais, museus de todos os tipos artes performáticas e visuais e outros locais que o turista pode ter uma experiência cultural”.



embarcações, trabalarem e viverem disso é mais um incentivo e mais uma remuneração. Geram empregos indiretos, guias para restaurantes, etc. e é turismo. A ideia e sentido do projeto é trazer esse olhar para este povo. Pra mim é muito difícil de explicar o Street River porque ele não é só uma galeria, não é só um festival, só um evento, é uma vivência, uma emergência cultural. (CAMARÃO, 2017)

A prática turística também é observada como um processo ritual de passagem com um modelo estruturado por Nelson Graburn (1983) a partir das ideias de Victor Turner, em que o rito turístico se divide da seguinte forma: “1. Processo de decisão. 2. Preparação da viagem. 3. Viagem. 4. Processo de mudança. 5. Conversão do sujeito em valor de troca. 6. Regresso a sociedade de origem” (PÉREZ, 2009, p. 66) que engloba desde a criação de expectativas sobre lugares, atividades e interesse por culturas alheias até o retorno, em que o turista retorna ao cotidiano modificado por uma experiência que incentivará outros.

O projeto *Street River* parece fazer parte de um complexo esquema de ambiguidade nessa construção de identidade amazônica singular ligada a natureza (floresta, rio) e a necessidade de quebra da rotina que impulsiona o turista, a ilha do Combú se aproxima dos jardins romanos. Anne Cauquelin (2007, p. 63) diz que “se o jardim se separa da cidade, ele também se separa de uma natureza furiosa, tempestuosa ou desértica”, ou seja, um lugar aprazível para fugir da insalubridade metropolitana e ao mesmo tempo ficar na superficialidade da selva sem precisar desbravar o desconhecido, que no meio do caminho – neste caso específico, entre a floresta e a cidade – parece oferecer uma paisagem perfeita.

## REFERÊNCIAS

CAETANO, Danilo Miranda. **O açaí e a cidade**: identidade, limiar e ressignificação. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura)- Universidade da Amazônia, Pró- Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Curso de Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2016.

CALQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

CAMARÃO, Adriana. 'Street River': A arte que reflete o cotidiano ribeirinho, suas cores e nuances. **TV Liberal**. 05.mai.2017, Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/noticia/street-river-a-arte-que-reflete-o-cotidiano-ribeirinho-suas-cores-e-nuances.ghtml>>. Acesso em: 20.out.2017.



CANCLINI, N. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2011.

\_\_\_\_\_. **A sociedade sem relato**: Antropologia e estética da iminência. 1 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CAVALCANTE, Angelo Martins. **Entroncamento**: estética urbana e representações culturais em Belém do Pará. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura)-Universidade da Amazônia, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Curso de Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2016.

DAWSEY, J. C. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. **Mana**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 349-376, out. 2009.

\_\_\_\_\_. Turner, Benjamin e a antropologia da performance: O lugar olhado (e ouvido) das coisas. **Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v.7, n.2, p. 17-25, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-BIO. **Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu**. Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/>>. Acesso em: 20.out.2017.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo Cultural. Uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife, Espanha). ACA y PASOS, RTPC, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. **Cidades Criativas**: Perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

SEBÁ Tapajós lidera a terceira edição do projeto Street River. O Estadual. Disponível em: <<http://oestadual.com.br/?p=8674>>. Acesso em: 20.out.2017.

SEBÁ Tapajós. **Uma viagem pela arte contemporânea**. Disponível em: <<http://sebatapajos.com.br/>>. Acesso em: 20.out.2017.

TURNER, Vitor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. 2.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. (Coleção Antropologia).

**GT 12 - CULTURA, MERCADOS, TRADIÇÕES E TURISMO NA AMÉRICA LATINA**

PENSANDO A INTERCULTURALIDADE A PARTIR DAS NARRATIVAS ORAIS NA DANÇA DO SAIRÉ NO DISTRITO DO CARVÃO, MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP.

Rodrigo Márcio Gomes Monteiro (PPGEAA/UFPA)<sup>1</sup>  
sakurabageo@yahoo.com.br

José Guilherme dos Santos Fernandes (PPGEAA/UFPA)<sup>2</sup>  
mojuim@uol.com.br

**RESUMO**

Este trabalho trata sobre uma discussão acerca da interculturalidade no cenário amazônico a partir da análise sociocultural das narrativas orais da dança do Sairé no Distrito do Carvão, no município de Mazagão, ao sul do estado do Amapá. As raízes culturais de Mazagão são heranças deixadas pelo contato entre as culturas – dos grupos indígenas com o colonizador europeu e os escravos africanos compulsoriamente introduzidos na região – no processo de ocupação do espaço amazônico como estratégia de defesa dos canais de acesso ao rio Amazonas. Assim, o município agrega várias manifestações culturais, que são presenciadas até hoje, como a dança do Sairé no Distrito do Carvão. A investigação aborda reflexões conceituais sobre a Cultura (BURKE, 2005), a Cultura Popular (AYALA e AYALA, 2006), a Identidade Cultural (HALL, 2005), o Saber Local (GEERTZ, 2014; FERNANDES, 2015) e a Interculturalidade (MATTO, 2008; FERNANDES, 2015). O procedimento metodológico está pautado na pesquisa bibliográfica, na transcrição das narrativas orais, na interpretação das canções do Sairé e na minha experiência participativa por ter residido na comunidade durante seis anos. Nesse contexto, percebe-se que o Sairé na comunidade do Carvão é fruto de um processo histórico e de um elo afetivo entre os atores locais e o ambiente em que vivem, já que a manifestação cultural é realizada por povos denominados tradicionais. Apesar da soma das culturas, a presença negra ainda é bem forte que as demais culturas graças sua participação efetiva na história do município de Mazagão.

Palavras-chave: Interculturalidade. Narrativas Oraís. Sairé.

**1. INTRODUÇÃO**

Entende-se por cultura um sistema de percepções herdadas, expressas por simbolismos, por meio das quais os homens se interagem, perpetuam e ampliam seu conhecimento e suas ações acerca da vida<sup>3</sup>. Partindo desta análise, a cultura não é isolada e estática, mas inserida em momentos sociais porque é sempre atual e dinâmica, isto é,

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia-UFPA/Campus Castanhal (PPGEAA). Especialista em Metodologia do Ensino de Meio Ambiente (APOENA-AP). Licenciado e Bacharel em Geografia (UNIFAP). Licenciado em Ciências Biológicas (UNIFAP). Professor Efetivo de Geografia do Quadro dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Amapá.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Colaboração Intercultural (UNTREF). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia-UFPA/Campus Bragança (PPGLSA) e em Estudos Antrópicos da Amazônia-UFPA/Campus Castanhal (PPGEAA).

<sup>3</sup> Considerando a análise de Buker (2005, p. 52) sobre a “descrição densa” na “teoria interpretativa da cultura” nos estudos de Clifford Geertz.



encontra-se em constante resignificação sendo que o choque de culturas é necessário e o estudo da alteridade ajuda a compreender isso:

O que faz as pessoas de um cultura sentirem-se atraídas por outras é, muitas vezes, a ideia de uma prática análoga à sua própria e, assim, familiar e estranha ao mesmo tempo. Seguindo essa atração, as ideias ou práticas das duas culturas passam a se parecer mais umas com as outras (BUKER, 2005, p. 56).

Uma das maneiras de procurar investigar as origens é estabelecer as contribuições da diferentes culturas presentes num determinado lugar, região ou território, que vão desde os traços culturais da linguagem aos tipos de hábitos e costumes dos povos, onde as manifestações populares devem ser vinculadas ao contexto sociocultural do objeto.

Com isso, surgem os estudos interculturais com a finalidade de compreender as relações e as contribuições dos povos e suas culturas, como resultado do intercambio, da negociação e do conflito gerados pela mestiçagem entre os colonizadores europeus mais os povos originários e escravizados aqui na América Latina. Lembra Mato (2008, p. 110) que “sin colaboracion intercultural en la producción de conocimientos sobre nosotros mismos, como individuos y como agregados sociales, es imposible comprender nuestra experiencia social”.

Para exemplificar esse debate, vamos analisar a Dança do Sairé - fruto de uma construção coletiva do contato entre as culturas distintas que se fixaram no lugar, assim como da soma de gerações, um equilíbrio entre o tradicional e o moderno - realizada na festividade de São Tomé no mês de dezembro no distrito do Carvão, no município de Mazagão, ao sul do estado do Amapá.

## 2. SABERES LOCAIS E IDENTIDADE CULTURAL

Segundo Ayala e Ayala (2006, p. 18) há posicionamentos bem distintos na discussão sobre a definição do que é cultura popular. De um lado autores grifam que a cultura popular é mais presente no meio rural e em cidades interioranas, pois associam à noção de que a cultura desses lugares é rustica, enfim, tudo que se opõe a cidade, ao progresso, ao desenvolvimento, ou seja, do civilizado é atrasado. Já outros defendem que as populações rurais seriam mais representativas da alma popular considerando o meio rural um local privilegiado de simbolismos culturais.

Partimos desta segunda afirmação para estudar nosso objeto. Uma vez que a dança do sairé no Carvão apesar de ser vivenciada num distrito urbano do município de Mazagão sua paisagem geográfica e seus atores sociais apresentam características bem rurais e



ribeirinhas, além de atividades econômicas ligadas ao setor primário. Dizemos então, que o rito do sairé no Carvão é praticado em uma comunidade tradicional<sup>4</sup> composta basicamente de pequenos agricultores, extrativistas e pescadores.

Essas comunidades são detentoras de saberes tradicionais, que são “transferidos de geração para geração por via oral (...) pelo saber aprofundado da natureza e seus ciclos (DIEGUES, 2002, p. 89)”, que exige uma maior aproximação do sujeito com o objeto, daí a importância da percepção do corpo e dos sentidos: sabores, cheiros, sons, enfim as sensações de pertencimento ao lugar. Santos (2008, p. 68) diz que a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão, onde a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Enquanto Fernandes (2014, p. 28) define como “Educação dos Sentidos” onde no diálogo do eu com outro é fundamental o sentir-pensar-fazer.

Os saberes dos povos tradicionais se dão através da relação simbiótica com a natureza, uma situação de equilíbrio entre a população e os recursos do seu entorno. Os conhecimentos são fluentemente apreendidos devido a vivência do dia-a-dia e o contato direto com o meio em que vivem para fins de subsistência. Como Fernandes (2007, p. 18) diz:

não se pode esquecer que o caboclo, síntese do amazônida nativo, é um homem que trabalha o seu espaço, isto é, produz, e por isso tem cultura própria, que se estende através do tempo, criando tradição, por obra e graça de sua memória e oralidade, meio preferencial de registro de sua experiência.

É o que Geert (1997, p. 87) descreve de experiência de próxima:

experiência próxima é, mais ou menos, o que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam, imaginam etc. e ele próprio entenderia facilmente, se os outros utilizassem da mesma maneira.

As comunidades tradicionais vivem nas periferias e nas margens da modernidade por isso são chamadas de subalternas porque estão distantes dos centros considerados culturais e por não possuir uma cultura de registro, isto é, letrada, documentada. Já que o conhecimento nas regiões interioranas da Amazônia é repassado entre as gerações por meio da oralidade, já que a realidade é vinculada a grupos não praticantes da escrita, que

---

<sup>4</sup> Segundo o Decreto 6.040/2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) os discrimina em seu artigo 3º, inciso I: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.



não sabem ler e não escolarizados. É por isso que o saber narrativo é o principal instrumento de coleta de dados na compreensão das práticas culturais e das produções nessas populações consideradas não letradas, ausente de uma cultura escrita, de registros documentais. De acordo com Fernandes (2015, p. 100):

Daí a necessidade de estudar a estrutura da narrativa para que possamos desvelar os sentidos de uma prática, em relação analítica de quantificação e qualificação, conforme a ocorrência, predominância e relevância de certos fatores de representação da realidade pelo narrador (tipo de narrador, relação narrador-narrado, função actancial do protagonista, forma do protagonista, entre outros fatores). Esses aspectos analíticos podem nos dar a dimensão sociocultural da região (...).

E foi a partir das conversas com os moradores mais antigos do distrito do Carvão que foi possível identificar duas versões sobre o surgimento do vilarejo (Quadro 1), já que não há documentos que falam sobre a origem do distrito.

Quadro 1: A origem do Distrito do Carvão remota de duas hipóteses.

<b>Origem Mítica</b>	<b>Origem Histórica</b>
Dizem os antigos que um caçador andando pela mata avistou um torrão (madeira) pegando fogo, ou seja, um grande pedaço de carvão. E quando retornava ao lugar denominou sempre de Carvão e, assim ficou até hoje. <sup>5</sup>	Refere à fuga de escravos de Mazagão Velho para regiões afastadas, organizando mocambos e quilombos próximos dos canais fluviais, entre eles o rio Mutuacá-Mirim, onde se localiza o distrito.

Fonte: Adaptado das entrevistas in loco pelos autores.

Tanto a versão mítica quanto a versão histórica são confirmadas fielmente até hoje pelos moradores do Carvão. Percebe-se na primeira versão que o mítico é bem presente na narrativa. Nas lendas que norteiam as histórias do surgimento dos lugarejos na região amazônica os seres imaginários da floresta e dos rios são bem presentes nas narrativas orais como personagens participativos e bem reais na crença do caboclo amazônico. Enquanto que a segunda versão está voltada à historicidade do lugar na fuga de escravos

---

<sup>5</sup> A lenda do Boitatá (Na língua tupi, "mboi" significa cobra e "tata" fogo), usado para designar, em todo o Brasil, o fenômeno do fogo-fátuo. Foi trazida pelos portugueses, na época da colonização que descreviam o boitatá como uma gigantesca cobra de fogo. Diz a lenda também que o boitatá pode se transformar em uma tora em brasa, para assim queimar e punir quem coloca fogo nas matas. Pesquisadores afirmam que esta lenda está associada aos incêndios, que ocorrem espontaneamente em função da queima de gases oriundos da decomposição de material orgânico.



de Mazagão Velho a procura de locais seguros e isolados na região. Santos (2008, p. 65) alerta sobre confrontar os fatos e diz:

por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas.

Já por outra forma de oralidade, agora uma canção, ajudou a entender a chegada do Sairé ao distrito do Carvão. A dança que é originária de Santarém, município do oeste paraense, foi trazida a comunidade por aventureiros mocorongos<sup>6</sup>, atrás de melhores condições de vida em terras amapaenses, sendo praticado inicialmente em Mazagão Velho. Teve como idealizadores a família Belo, moradores da comunidade ribeirinha de Santo Antonio do Mutuacá, localizada em um dos braços do rio Mutuacá – que banha Mazagão Velho. São devotos de São Tomé e realizam a festa religiosa do santo no final do mês de dezembro. E logo com a abertura da rodovia AP-010 que liga Mazagão Novo a Mazagão Velho a família deixou área de várzea e mudou-se para a terra firme – hoje sede do Distrito do Carvão – trazendo junto à festividade e a dança do Sairé, tornando-se com o passar dos anos a principal festa religiosa do distrito. A festividade já acontece há 103 anos no Carvão. Como descobrimos toda essa história? Foi por meio da canção que é entoada no momento da Alvorada, de autoria de Raimundo Belo, que mostra a ligação da festa de Santarém com a do distrito do Carvão:

### **Uma Mãe de Santarém**

*Que sentido tem o galo, mãe, mãe,...*

*De cantar de madrugada, mãe, mãe,...*

*Uma mãe de Santarém, mãe, mãe,...*

*Vai chamar os foliões, mãe, mãe,...*

*Para vim dar alvorada mãe, mãe,...*

*Uma mãe de Santarém*

*Mãe, mãe, mãe*

*Uma mãe de Santarém*

} Refrão

Por isso Hall (2000, p. 91) afirma que cada lugar é ao mesmo tempo singular e mutável, pois é sustentado num contexto híbrido da fusão entre as distintas tradições culturais que chegam e reconfiguram constantemente o lugar. Essas diferentes

---

<sup>6</sup>Gentílico do município de Santarém-PA.



contribuições ajudam a criar uma identidade cultural específica ao local. Por exemplo, percebemos que o Sairé de Santarém chegando a Mazagão aglutinou singularidades bem regionais, pois é dançando juntamente com o Batuque e o Marabaixo, danças afro-amapaenses. Assim o Sairé no Carvão, somou-se à cultura indígena marcante nas festas de Santarém com as manifestações afrodescendentes do Amapá. E Hall (Ibid, p. 72) conclui que “o ‘lugar’ é específico, concreto, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”.

Mas sempre bom ficar atento que a tensão entre as culturas – a exógena com a endógena – não pode ser interpretada como um produto final, ou seja, já terminado e estático, pois a cada ano que passa a manifestação vai se metamorfoseando, com a chegada de novas contribuições culturais equilibrando o tradicional e o moderno num processo que é contínuo e dinâmico na construção de uma identidade cultural. E não há uma única identidade, mas sim múltiplas identidades no processo de formação e reconfiguração do lugar. De acordo com Ianni (1996, p. 154):

A realidade, no entanto, é que sempre há mudança e transfiguração. Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo se modifica, afina e desafina, na travessia. Parece o mesmo, mas já não é nem pode ser o que era, salvo como memória, fantasia ou nostalgia. Modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar, tudo se altera, parcial ou amplamente. Tanto é assim, que muitas vezes permanece a impressão de duplicidade, heterogeneidade, montagem, colagem, bricolagem ou simulacro. Uma impressão muito real e evidente, mas enganosa e aparente, já que o que resulta é sempre e também algo diferente (IANNI, 1996, p. 154).

A cultura nas comunidades tradicionais também está sujeita a absorção de modismos contemporâneos porque é difícil encontrar no mundo cada vez mais conectado de hoje sociedades totalmente fechadas às tecnologias. A globalização anulou de fato o isolamento destas comunidades:

A ampliação dos meios de transporte (ferrovias, rodovias, etc) e das escolas, a urbanização e a expansão dos meios de comunicação de massa, segundo este ponto de vista, quebrariam o isolamento das populações ‘atrasadas’ (AYALA & AYALA, 2016, p. 18).

Segundo Santos (2008, p. 61) as relações cidade-campo estão cada vez mais próximas. Quanto mais modernizado torna-se o meio rural, as mudanças ficam mais expostas, principalmente nas culturas desses lugares porque o local passar a ter contato com outras culturas graças os meios de transportes e de comunicação que diminuiriam as distancias entre os lugares. E nos últimos anos essa transformação socioespacial está



sendo vivenciada pelos moradores do Carvão com a chegada da pavimentação da rodovia AP-010 que liga o vilarejo a sede do município assim como das ruas do distrito, do ensino médio na escola da rede estadual e da proximidade da população com a internet.

Fernandes reforça essa ideia dizendo que “a identidade é uma construção porque não existe isoladamente, ela se configura como relacional e processual: minha identidade só existe em relação ao Outro (2015, p. 125)”. Nesse sentido, pode dizer que a identidade também se constitui quando o indivíduo se reconhece parte do meio, isto é, como se tivesse herdado aquela cultura para si, reconhecendo-a e diferenciando das outras culturas numa relação de alteridade.

### 3. INTERCULTURALIDADE E HISTORICIDADE DO CARVÃO

O diálogo recíproco de valores culturais, pois em todo contato de cultura as sociedades são ao mesmo tempo doadoras e receptoras, é o que chamamos de interculturalidade. A interculturalidade é caracterizada pela:

Relação entre culturas – aqui entendidas tanto no sentido individual como coletivo – desde o reconhecimento recíproco de seus valores e formas de vida, sem que haja obrigatoriamente a formulação de uma terceira via cultural, senão fortalecimento criativo e solidário entre elas (SILVA JUNIOR & FERNANDES, 2015, p. 7-8).

Na dança do Sairé no distrito do Carvão é bem visível a interculturalidade devido o intercâmbio das culturas, resultante do contato dos indígenas com o colono português e o trabalhador africano. A mestiçagem amazônica é herança da sua colonização:

Na Amazônia, o processo de mestiçagem ocorreu de forma multifacetada, envolvendo grupos indígenas em suas diversas formas de contato com os conquistadores europeus e com os seus escravos africanos compulsoriamente introduzidos na região. Seja enquanto resultado da política metropolitana de ocupação do vale amazônico, que durante o período pombalino torna-se transparente e oficial, visando o casamento entre índios e portugueses, seja enquanto resultado do “viver em colônia” que, à revelia das políticas metropolitanas (...) (BEZERRA NETO, 2001, p. 45).

O Carvão também é reflexo da historicidade/interculturalidade do mundo colonial amazônico. Entenda o por quê: Segundo Monteiro e Câmara (2010, p. 01) entre os séculos XVI e XVII, Portugal constituiu inúmeras colônias ao norte do continente africano, guerreando, durante séculos com os mouros que fixavam a região e possuía uma tradição religiosa bem distinta dos cristãos portugueses: o islamismo. Com as derrotas contínuas



para os mouros, tais colônias tornaram-se um verdadeiro fracasso para o governo português, sendo que, no século XVIII, praticamente todas as colônias já haviam sido dominadas pelos mouros, restando apenas à cidade de Mazagão - atualmente El Jadida, no Marrocos.

Diante da inevitável conquista da cidade, o governo português tomou uma medida radical: transferir para o Brasil a sua colônia no Marrocos, especificamente nas terras amapaenses, para colaborar na defesa da entrada do rio Amazonas. O que reforça historicamente que “as cidades sempre tiveram importância na dinâmica socioeconômica da região amazônica, onde os primeiros núcleos urbanos surgiram ao longo dos rios com papel estratégico de ocupação (TRINDADE JR & TAVARES, 2008, p. 09)”.

Foi assim que, em 1770, cerca de 340 famílias, juntamente com seus escravos, viajaram do Marrocos para as terras amapaenses. Depois de uma breve parada na cidade de Belém, por onde permaneceram por três anos até a construção do povoado, desembarcaram nas margens do rio Mutuacá, no sul do Amapá, fundando em 1773 a vila de Nova Mazagão. Por volta de 1783, a população da vila foi vítima de uma grave epidemia de cólera, que matou vários habitantes, obrigando a rainha de Portugal na época, Maria I, a autorizar a população a abandonar o local. Uma parte da população da vila de Nova Mazagão migrou para Macapá e Belém, outros para a região das ilhas do Pará. Porém, uma parte considerável dos sobreviventes (aproximadamente, 150 pessoas de origem negra) permaneceu no local, fundando uma nova comunidade localizada a 36 km de Macapá, denominada de Mazagão Velho, que ainda hoje conserva grande parte da cultura africana e portuguesa da época.

Dentro desse contexto histórico-espacial surge a comunidade do Carvão. E foi através do rio Mutuacá-Mirim que ancoraram no Carvão seus primeiros moradores, trazendo tradições, costumes, crenças que permanecem enraizadas até hoje na vila. Primeiramente com os negros fujões de Mazagão Velho e logo depois com os caboclos aventureiros que ancoraram na comunidade através dos caminhos dos rios e furos da região.

#### 4. FESTIVIDADE DE SÃO TOMÉ E SAIRÉ DO CARVÃO

No Carvão as festividades em louvor a São Tomé (Fig. 1), iniciam-se no dia 16 de dezembro, com a celebração da ladainha, rezada durante a noite, na casa do festeiro, diante um altar de vários santos, dentre eles a de São Tomé. Esse ritual prossegue até 21 de dezembro.



No dia 20 de dezembro, por volta da tarde, saem os foliões em procissão, dançando e cantando ao som de duas caixas em busca de maniva<sup>7</sup> que estão dispostas em feixes, acumulados em frente à casa de forno. De posse da maniva retornam os devotos à casa do festeiro, para cumprir a tarefa de enfeitar o mastro.

Estando o mastro adornado com folhas e frutos, fixa no topo uma bandeira com a imagem de São Tomé. É o momento de aguardar a chegada da procissão que traz a imagem de Nossa Senhora da Piedade, oriunda da residência de outro festeiro ou de um devoto que se disponha a organizar a mesma. No encontro das duas imagens, as bandeiras são entrelaçadas em sinal de boas vindas.

No final da tarde é levantado o mastro, iniciam-se os cantos acompanhados pelos sons do “raspador” instrumento musical rústico, fabricado com o caule da taboca (bambu), árvore nativa da região, que é raspado por uma faca feita de madeira; serve para dar os toques inicial e final do batuque e da novena.

No dia 21 de dezembro, ao raiar do dia, acontece a quebração da maniva. A procissão vai novamente à busca das folhas de maniva que foram previamente apanhadas nas roças e aguardam na frente da sede da comunidade. Desta vez as folhas servem para ornamentar o local onde será dançado o sairé, o batuque e o marabaixo. Às 17h30min ocorre a derrubada do mastro. Nesse momento estão presentes os devotos que carregam as imagens de São Tomé e Nossa Senhora da Piedade, as quais são entregues aos festeiros escolhidos para a organização das festividades do ano seguinte.

As manifestações que constituem a parte profana do ritual da dança têm início com os passos do Marabaixo, e logo a seguir vem o Sairé, dançado apenas por mulheres, acompanhadas pelo som de dois tamborinhos (macaxicos), instrumento musical confeccionado com caule de embaúba, recheado com sementes de chubinho (fruto) colhido na mata. A presença do elemento masculino é discreta, apenas um participa do desafio, algumas vezes respondendo os “ladrões” também desafiando as mulheres. Os passos da dança constituem-se num ir e vir, hora para frente para trás, como um jogo monótono de lamentações. As participantes dançam o tempo todo abraçadas. Quanto à vestimenta das dançarinas, é diversificada, a maioria se veste de blusas brancas, saias floridas e rodadas; já os homens geralmente trajam calças e camisas brancas. Durante o ritual da dança é servida uma bebida conhecida por “gengibirra” – mistura de suco do gengibre e com uma dose caprichada de cachaça. E o canto é uma espécie de desafio onde às mulheres fala de amores perdidos, traição, amores correspondidos ou não, além de temas da vida cotidiana.

---

<sup>7</sup> O mesmo que mandioca.



Percebe-se nos símbolos da festividade uma ligação direta com os elementos da paisagem regional sejam eles naturais ou humanos. Apesar de receber influências exógenas, no caso do europeu e do africano, os atores doadores adaptaram suas tradições à realidade amazônica, recriando assim uma cultura multifacetada com elementos de fora e regionais, onde é perceptível no Sairé do Carvão a miscigenação das três etnias – europeia, indígena e negra . Assim, Santos (2008, p. 68) define paisagem “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”.

Apesar da soma das culturas no enriquecimento da manifestação do Sairé no Carvão, a presença negra ainda é bem forte que as demais culturas graças sua participação efetiva na história do município de Mazagão, pois é visível durante os festejos que os afrodescendentes são os protagonistas da festa. Eles são responsáveis pelo toque dos instrumentos, pelo canto das músicas e principalmente chamam todos para a roda. Os negros no Sairé do Carvão dançam em círculo, ao som de tambores. E depois costumemente vai ao centro da roda, dançar sozinho. Numa mistura de dança-louvor-lamento em memória e homenagem aos seus antepassados. Observe a canção abaixo que relata a chegada do negro na Mazagão Colonial:

### **Milícia**

*“juntei todos os escravos,  
e lá fomos trabalhar,  
trabalhamos não deu certo  
foi o jeito sair de lá.  
Juntei todos os escravos  
Com uma dor no coração,  
Subimos de rio acima  
E chegamos em Mazagão.”*

*Autor: Desconhecido*

Podemos perceber que a canção está em primeira pessoa. É como se o general estivesse narrando o fato acontecido. Mas, quem narra o fato é um escravo, com voz de senhor. Não por acaso o nome da canção é “Milícia”. Afinal, quem junta escravos, se apossa de uma “terra sem dono”, coloca-os para cultivá-la e a defende de outros invasores não pode ser senão um chefe de um exército. As palavras saem da boca de um negro, mas a voz pertence a um invasor.



Fig. 1: Festividade de São Tomé e Sairé do Carvão



Ladainha (A); Recolhimento de Donativos (B); Quebração da Maniva; e Matança do Boi (D).  
Fotos: Rodrigo Monteiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então podemos dizer que o Sairé no Distrito do Carvão é uma construção coletiva, singular, carregada de simbolismo e que agrega história e sentimento produzidos por aqueles que o praticam, sendo uma fusão de experiências vividas que ligam o homem ao meio e às pessoas. O contato entre as culturas foi responsável pela construção da paisagem cultural do Sairé no Carvão, pois absorveu gradativamente os elementos culturais exógenos aos regionais tornando assim numa manifestação ímpar no cenário amazônico, totalmente distinta do Sairé cultuado no município paraense de Santarém.

A coleta de relatos sobre as vivências passadas e sobre a história do local foi primordial para a montagem do quebra-cabeça de como o Sairé chegou ao Carvão além de saber de cada contribuição cultural doada ao rito pelos povos. As músicas foram outra forma de analisar os atores sociais e suas relações dentro da festa, dando inclusive muitas respostas que até então não se tinha publicado nada em documentos escritos. A história oral pode ser entendida com uma dimensão viva dos fatos, uma vez que centra-se na memória humana e sua capacidade de lembrar o passado enquanto testemunha do vivido pelos mais antigos. Através da oralidade destas comunidades buscamos impressões, vivências, lembranças daqueles narradores que se dispõem a compartilhar sua memória



com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento mais rico sobre o objeto já que serão repassadas percepções afetivas e próximas do lugar.

Além da soma dos contatos interculturais, o Sairé também é fruto da construção de variáveis de tempos distintos, já que não há um lugar onde tudo seja novo ou tudo seja velho, pois se entende que o espaço é uma combinação de elementos com idades diferentes. E o desenvolvimento da comunidade do Carvão caminha junto com as mutações que a festividade do Sairé vem sofrendo ao longo dos anos devido às mudanças comportamentais dos atores envolvidos, principalmente das gerações jovens, que são os principais responsáveis em manter viva a cultura futuramente, por isso é importante escutá-los, porque assim como o conhecimento, a cultura não está pronta e nem finalizada e sim em processo contínuo de construção somando o passado e o novo.

## REFERÊNCIAS

AYALA, Marcos e AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará Sécs. XVII-XIX**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BRASIL. **Decreto 6040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07>. Acesso em: 01 jul 2017.

BURKE. Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume/Hucitec/NUAPAUB/USP, 2002.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **400 anos ou A invenção da tradição bragantina**. In: SILVA JR, Fernando Silva e FERNANDES, José Guilherme dos Santos (Org.). Interculturalidade e Saberes. Belém: Paka-Tatu, 2015.



\_\_\_\_\_. **A literatura oral na Amazônia paraense: estrutura, forma e modelos culturais.** In: Medeiros, Fábio Henrique Nunes e MORAES, Taiza Mara Rauen (Org.). Contação de histórias: tradição, poéticas e interfaces. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Colaboração intercultural na educação superior: conflitos e negociações em experiências na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no Peru.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Boi de Máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do Boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pará.** Belém: EDUFPA, 2007.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IANNI, Octávio. **Globalização e Transculturização.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14 n. 20, p.139-170, 1996.

MATO, Daniel. **No hay saber “universal”, la colaboración intercultural es imprescindible.** Alteridades, Cidade de México, v. 18, p. 111-116, n. 35, 2008.

MONTEIRO, Rodrigo Márcio Gomes e CÂMARA, Rizomar Barreto. **Valorização da Cultura Mazaganense: Origem e Simbologia da Dança do sairé no Distrito do Carvão.** In: 62º Reunião Anual da SBPC, Natal: Livro de Resumos da 62º Reunião Anual da SBPC, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA JR, Fernando Silva & FERNANDES, José Guilherme dos Santos (Org.). **Interculturalidade e Saberes.** Belém: Paka-Tatu, 2015.

TRINDADE JR, Saint-Clant Cordeiro da e TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Cidades Ribeirinhas: uma representação do tema.** In: TRINDADE JR, Saint-Clant Cordeiro da e TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA: 2008.

**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****CULTURA, POLÍTICA E MERCADO DE ENTRETENIMENTO: A RELAÇÃO ENTRE SABERES, TRADIÇÕES E DOMÍNIO DO CAPITAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Luana Tereza de Barros Vieira Rocha (UFMA)<sup>1</sup>  
e-mail: lunaflorrocha@hotmail.com

**RESUMO**

O estudo analisa a relação entre política cultural e os processo de criação e recriação das expressões juninas nos anos 1990 em São Luís do Maranhão, período em que Roseana Sarney atuou como governadora do Estado (1995-2002). Na década 1990, período em que Fernando Henrique Cardoso atuou como presidente da República, foram criadas e implementadas políticas públicas de incentivo à Cultura em que as expressões culturais foram inseridas no processo de redefinição de suas atividades no mundo social, vivenciando em suas estruturas a regulação de um governo neoliberal. O Bumba-meu-boi sofreu um processo de apropriação, ressignificação e (des) organização visando atender aos interesses de parlamentares, ao mercado de entretenimento e a dos seus criadores, como líderes/donos ou presidentes. Assim, foi exigido do governo estadual investimentos de cunho racional e mínimo destinado à infraestrutura com distribuição focal de recursos financeiros às agremiações para o custeio de despesas geradas pelas imposições do próprio circuito junino, bem como, criação de mecanismos de controle do fazer cultural, como CNPJ, Alvará de funcionamento, inscrição estadual e/ou municipal, etc. Certas agremiações, não compactuando com tais medidas ou mesmo por não ter condições de cumpri-las, sofreram uma retração no cumprimento e divulgação de suas atividades. Mas, dialeticamente, esses eventos levaram alguns grupos a reconhecer a interferência do Estado e do mercado no *fazer* cultural, não assimilando as imposições da classe dominante e dirigente e mercado devido ao reconhecimento de sua historicidade, identidade, solidariedade.

**Palavras-chave:** Cultura. Cultura Popular. Cultura de Massa. Política Cultural. Bumba-meu-Boi.

**1. INTRODUÇÃO**

A Cultura Popular como instância social é variante e diversificada conforme as condições reais de vida dos sujeitos envolvidos, as quais são determinadas pela complexa sociedade de classe a que pertence. Vidas que estão inseridas numa realidade de constante movimento, contradição, reciprocidade e mediação, materializadas nas correlações de forças entre homens pertencentes à mesma classe, bem como, aquela que a antagoniza construindo através de seus envolvimento/relações novas cenas, novos contextos, novos sujeitos. As práticas elaboradas e concretizadas pelos sujeitos criadores das expressões

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Assistente Social do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAMSV, integrante do GEPOLI (Grupo de Estudos de Políticas, Lutas Sociais e Ideologias), pesquisadora de Cultura Popular e Ideologias.



culturais podem ser entendidas segundo essa dinamicidade e, o Bumba-meu-boi está inserido neste todo em movimento.

Com isso, a expressão cultural possibilita aos seus criadores históricos o desenvolvimento de laços de amizade, pertencimento, devoção, crenças, compromisso com a expressão e com seus brincantes, ligação com a ancestralidade e territorialidade, onde tais características criam todo o cenário de resistência e continuidade das brincadas, diante de inúmeras dificuldades de várias ordens que foram e são submetidos dos grupos juninos. Esses elementos são importantes para desmistificar a discrepância acerca do significado da Cultura Popular tida como prática fossilizada, engessada, descritiva de práticas do passado.

O Bumba-meu-boi e demais expressões culturais como práticas trancadas ao tempo e limitadas a um único espaço. É ilógico tratá-lo como feito do passado, a anular sua contínua (re) criação no presente. Com efeito, as mudanças foram visíveis em termos que compõem as letras das toadas, nas alterações das roupas, no significado da brincada para cada sujeito criador, nas relações entre brincantes com donos dos grupos e destes, com o Estado e o mercado.

Em toda a trajetória dos grupos de bumba boi as formas como os sujeitos criadores se apropriaram, incorporaram e interpretaram os eventos da realidade em distintos momentos temporais e espaciais corroboraram para o entendimento do próprio e constante movimento a que foram e são suscetíveis de ser inacabados na própria história.

Os sujeitos criadores dos Bumba-meu-boi podem ser interpelados tanto como protagonistas quanto subjugados (SILVA, 2003), conforme a dinâmica da realidade que determina as formas de relação entre si e com os da classe antagônica. O Estado destacou-se nesse quesito. Sob os domínios dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, o Bumba-meu-boi foi compreendido e assumiu de maneira variante e particular, com certas funções de acordo com a temporalidade vivida pela sociedade.

Historicamente, o Bumba-meu-boi se colocou numa postura de “desobediência” de acordo com os padrões da classe dirigente e dominante. Com isso, era oportuno e necessário para a manutenção da ordem o uso da força física, como mecanismo de repressão, de estabelecer certos aspectos comportamentais a serem seguidos, (uso da persuasão, que não deixou de ser menos violenta) dentre outras determinações que qualificaram ou interpelaram os sujeitos dessa expressão cultural. Em outras palavras, mecanismos de dominação de caráter objetivo e subjetivo, de controle dos corpos e das mentes. Com efeito, em toda a sua trajetória, os grupos juninos tiveram a presença da violência e do consenso em suas práticas.

O teor ideológico também foi visível e ainda continua a servir a interesses políticos e econômicos das classes dirigentes e dominantes. O próprio Estado capitalista, por



exemplo, através das políticas públicas de incentivo à cultura, atuou com o propósito de ressignificar toda a prática dos grupos de Bumba-meu-boi. Essas apropriações em certos momentos tiveram o papel ativo dos sujeitos criadores da referida manifestação cultural, no cenário de acordos e trocas, com interesses claros de obter certas concessões que viessem favorecê-los.

Por outro lado, muitos grupos juninos não chegaram a compactuar com tais interesses devido ao valor subjetivo de sua brincada (aspecto religioso, principalmente), que remonta a um caráter hereditário. Por manter certo distanciamento às relações de subordinação determinadas pela (s) Secretária (s), de modo que viesse a prejudicar elementos históricos e identitários de suas *brincadas*, alguns grupos praticamente foram esquecidos, sobrevivendo com pouquíssimos recursos atribuídos pelo Estado, ou mesmo investindo por conta própria.

É nesse contexto, que o presente trabalho se faz pertinente. A proposta é analisar a relação entre política cultural e os processos de criação e recriação das expressões juninas nos anos 1990 em São Luís do Maranhão, período em que Roseana Sarney atuou como governadora do Estado (1995-2002).

## 2. OS SENTIDOS DA CULTURA POPULAR EM SÃO LUIS DO MARANHÃO NOS ANOS 1990: as relações vividas pelo bumba-meu-boi em tempos neoliberais.

São Luís, capital do estado do Maranhão, detém o título de cidade Patrimônio da Humanidade desde dezembro de 1997 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Esse título deve-se ao rico patrimônio material e imaterial, fruto da colonização portuguesa e por ser um centro produtor de bens culturais de origem africana, indígena e portuguesa.

Dona de uma história peculiar por apresentar maior extensão de arquitetura fora da Europa, constituída pelos portugueses ou por sua influência apesar de fundada por franceses em 1612 e invadida pelos holandeses, São Luís sempre teve nas manifestações culturais uma forte característica (...) Europeus, índios - com destaque os tupinambá que já habitavam a região desde antes da ocupação – e africanos, vindos para o país como mão-de-obra escrava, determinarem as interações raciais e culturais que fazem da capital maranhense um verdadeiro celeiro de manifestações populares (COUTO, 2003, p. 12).

Pela diversidade e forte apelo popular que essas expressões culturais apresentam a toda sociedade, muitos processos e interesses são desencadeados. Esse acervo cultural tem se constituído em importante mecanismo de legitimação acionado por grupos políticos para atingir e garantir seu poder político. Esse processo pode ser observado quando estudamos a política cultural do governo de Roseana Sarney (1994-2002) que através da



institucionalização das expressões culturais, desencadeou profundas mudanças nos grupos de Bumba-meu-boi, adequando-os aos interesses da indústria do turismo e do governo do estado<sup>2</sup>.

Os interesses econômicos da política cultural impuseram uma padronização das expressões<sup>3</sup>, na busca de modelá-las como produto vendável no mercado de bens culturais, local, nacional e até internacional, para o turismo.

A política cultural no Estado do Maranhão, principalmente a partir da Reforma do Aparelho do Estado em 1998 realizou investimentos em infraestrutura e mídia, que resultaram em mudanças na organização interna de grupos de Bumba-meu-boi principalmente nas vestimentas para as apresentações em arraiais espalhados pela cidade, nas cantigas que esporadicamente homenageiam dirigentes políticos, e no auto do Bumba-meu-boi para se adequarem ao tempo do espetáculo exigido pelos patrocinadores e pelo governo estadual.

O Bumba-meu-boi é uma expressão da Cultura Popular maranhense de grande reconhecimento no calendário festivo, em todo o território nacional. Incorpora traços e características das matrizes culturais (índio, negro, português) do estado que lhe atribuem diversidade e particularidade aos diversos estilos/sotaque de Bumba-meu-boi e enriquecem a Cultura Popular.

O valor cultural do Bumba-meu-boi está centrado na fala, na memória e na mensagem, uma vez que leva os sujeitos a viver, no lugar festivo, o tempo simbólico que interrompe o cotidiano. A festa insere um novo significado, um novo sentido às vivências dos sujeitos naquele momento, apoderando-se da rotina, excedendo a lógica das relações sociais, a constituir um cenário diversificado de práticas e representações que expressam sentidos variados de viver, participar e festejar o cotidiano.

Concomitante, o Estado, ao identificar o potencial de popularidade dessa expressão cultural, cria mecanismos políticos e ideológicos de reestruturação da brincadeira. O processo de apoio a Cultura Popular por parte dos governos locais é realizado através de injeção de recursos financeiros, ou popularmente conhecido como cachês, dados aos grupos juninos com destino a compra de materiais como os adereços para os grupos, vestimentas de brincantes, pagamento de transporte e, em alguns casos, até como “agrado” aos integrantes dos grupos de Bumba-meu-boi independentemente de seu sotaque.

---

<sup>2</sup> Ideias de COUTO (2005) e SILVA (2008).

<sup>3</sup> No governo Roseana Sarney foi criado a classificação de grupos juninos em categorias A, B, C e até D. Esse processo de padronização seguiu alguns critérios tais como: maior número de brincantes, maior adereços, maior popularidade, maior tradição.



Aos grupos culturais como o Bumba-meu-boi é solicitado uma contrapartida que é feito através de apresentações em espaços públicos designados pelo governo, os chamados “Vivas” cuja função assegura a visibilidade e notoriedade dos governos estaduais como investidores no turismo e incentivadores das expressões culturais locais. Esse projeto político desenvolvido há mais de uma década, garantiu a manutenção das relações de poder onde o clientelismo, a dependência e a subordinação das expressões culturais populares a grupos políticos locais são evidentes.

As atividades desenvolvidas pelos grupos de Bumba-meu-boi sofreram um processo de racionalização que ressignificou suas práticas, adquiridas em décadas de tradição. Ocorreu uma preocupação espacial e temporal quanto às práticas desenvolvidas pelas *brincadas*, algo impensado em seus primeiros registros. Quanto ao espaço de apresentação, este ficou restrito aos *Vivas*. Até a década de 1990 os grupos de Bumba-meu-boi tinham um espaço maior e indefinido de apresentação que giravam entorno de suas comunidades, vizinhanças e a convite de algum amigo ou devoto do Santo padroeiro.

O tempo de apresentação também ficou restrito e cronometrado pelo patrocinador. Nessas condições, o auto do Bumba-meu-boi não é apresentado em sua plenitude, sem a preocupação com o horário. O ritmo não era ditado, mas vivido ao longo das noites e dias de Santo. O auto popular passou a ser reduzido conforme a dinâmica do arraial/*VIVA* devido às inúmeras apresentações por noite, possíveis atrasos do grupo até o espaço de exibição, dentre outras razões.

Os sujeitos criadores do Bumba-meu-boi pertencentes à classe subalterna encontram-se em um universo contraditório em que, homens e mulheres, criadores e disseminadores de normas, regras, elementos simbólicos ou modos de conceber e atuar no mundo, em todo o tempo e espaço (CHAUÍ, 2004), vem também apresentar instrumentos que se contrapõem em maior e menor frequência aos interesses das classes dominantes.

SILVA (2008, p.13) refere que a Cultura Popular é “fonte de instrumentalização e de resistência na construção da hegemonia, assumindo um papel na cena política como elemento que interfere na conformação do domínio político e de direção da sociedade”. Os mesmos sujeitos que constroem historicamente essa forma de pensar e agir no mundo podem manter relações com os de outra classe, os quais são material e ideologicamente antagônicos.

Na década de 1990, o Brasil enfrentou os efeitos decorrentes da Reforma do Estado que eclodiu nas décadas de 1970/80, quando se sucedeu a crise econômica e do Estado–Providência em todo o mundo. A Reforma do Estado modificou modos de vida, atitudes, hábitos, instituições e ideais. Favoreceu ao máximo os espaços do mercado, da iniciativa privada, da empresa, da corporação e do conglomerado, repudiando



explicitamente, a democracia de massas e tudo aquilo proveniente desse processo de organização como, por exemplo, o Estado de Bem-Estar e os sindicatos (IANNI, 2003; SILVA, 2001).

No caso do Brasil, os princípios neoliberais foram assumidos por determinados grupos da sociedade como, por exemplo, governantes, empresários e lideranças sindicais e intelectuais, no período de transição democrática ocorrida na década de 1980. Na década posterior, em 1990, houve a intensificação desses ideais quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo presidencial e realizou a reforma do Estado com forte *marketing* organizado pela grande imprensa brasileira.

No Estado do Maranhão, Roseana Sarney rapidamente adota as orientações do governo federal e realiza a reforma do aparelho do Estado na administração estadual. Adota o modelo gerencial e o discurso da eficiência, competência e modernização da máquina estatal. Através da criação das Gerências de Desenvolvimento Regional com sede em deztoitos municípios de um total de 217 são promovidos “à integração de todas as ações do poder estadual”, bem como, passa a serem supervisionadas “as unidades operacionais” nessas regiões sendo instalados hospitais, escolas, postos de saúde, centros sociais, equipamentos culturais e outros (SILVA, 2001).

A política cultural do governo de Roseana Sarney se insere no contexto e nos princípios da reforma do aparelho do Estado, baseada principalmente no forte incentivo financeiro para a modernização da cultura popular e dos espaços de apresentação das expressões culturais. Nisso se tem os “*Vivas*”, diversos espaços públicos institucionalizados construídos pelo Estado em que são realizadas apresentações de inúmeras expressões culturais juninas, tanto no período festivo quanto fora. Esses “*Vivas*” recebem o nome de acordo com os bairros em que são construídos como, “*Viva Renascença*”, “*Viva Maiobão*”, “*Viva Liberdade*”, ou “*Viva Bairro de Fátima*”, dentre outros.

A criação dos *Vivas*, em vários bairros de São Luís, resultou da necessidade do governo padronizar espaços para promover eventos, festejos em locais de forte apelo popular, divulgando uma imagem de protetor das iniciativas culturais populares do Estado. O governo seleciona as expressões culturais classificando-as como pertencentes aos grupos A, B, C e D, através do CNPJ, alvará de funcionamento, e outros documentos que as regulamentaram oficialmente.

Para compreender esse processo recorri às contribuições de Teodor Adorno e Max Horkheimer em seus estudos da indústria cultura, principalmente por apresentarem, em 1947, a tendência capitalista de criação de monopólios culturais, de exploração dos bens materiais com finalidade de lucro. Uma compreensão de cultura em que a mesma passa a ser desafiada pelo que os autores consideram como sendo “*barbárie estética*” (1985, p.123)



que absolutiza a imitação e tem vínculo com o liberalismo-capitalista ou mesmo, reportando-nos a atualidade, o neoliberalismo.

Adorno e Horkheimer identificam de indústria cultural o que anteriormente chamava-se “cultura de massa”. Não é um tipo de cultura que surja espontaneamente do povo, muito menos o que se pode conceber como cultura popular, aquela decorrente das classes subalternas como uma forma de buscar sua identidade, resistência perante a classe dominante, mas sim, uma produção preestabelecida, dirigida ao consumo das massas.

A cultura, em seus aspectos restrito e amplo, é instância socialmente promovida, construída e reconstruída em todo processo temporal e espacial histórico, em que o homem elabora em sua relação ativa com o mundo, com o outro homem e consigo mesmo, perpetuando seu modo de ver a realidade, compreendendo-a por meio de leis, signos e crenças e símbolos. Esses elementos modificaram-se conforme o movimento da própria conjuntura. A cultura popular, modo particular e ideológico de atuar no universo societal, claramente estratificado, quando se inseriu nas tramas mercado perde, em certos aspectos, seu potencial de contestação política.

O Bumba-meu-boi, nos primeiros registros, foi considerado pela classe dominante da época como uma expressão violenta e que deveria ser combatida pelo perigo que demonstrava. Surgiu no período da civilização do couro, fins de século XVII e meados do XVIII no litoral do nordeste brasileiro.

O boi, símbolo máximo de toda a brincadeira desencadeia todo o enredo festivo cuja musicalidade e ritmo, tornam-se um dos momentos de denúncia social, dos (des) amores, do culto religioso, da saudação à natureza, dentre outros temas possíveis que atraem o brincante e o público a atuarem todos os anos.

Pela satisfação do brincar, do vivenciar esse processo a cada ano e externalizar toda a criatividade adquirida pela sua prática diária no bordar, no compor e cantar as toadas, no bailar de seus membros é dado à relação de solidariedade e resistência quando muitos grupos buscam manter aquilo que seus antecessores criaram, ou herdaram no processo contínuo de troca de saberes e entendimento de mundo. Relação essa dada entre gerações distintas que dialogam e se formam continuamente.

Os grupos são geralmente formados por sujeitos de origem da zona rural que migraram para a capital em busca de melhores condições de vida como emprego, habitação de qualidade e educação. Assim, mesmo residindo em São Luís o que se tem significativamente evidente são as relações com a terra natal em que são predominantes os traços com a identidade étnica – haja vista que a maioria é descendente de negros africanos.



## 2.2 Os grupos de Bumba-meu-boi e suas realidades

No percurso de realização da pesquisa, o mais gratificante foi identificar a simbologia contida no Bumba-meu-boi em seu espaço de atuação: a casa, a sede, a agremiação nos três sotaques eleitos: zabumba, matraca e orquestra. Espalhados em distintos bairros da cidade foi árduo conseguir ter um momento de diálogo com os 09 (nove) donos, presidentes, representantes dos grupos juninos. Muitos deles, filhos dos primeiros criadores, esposas, outros convidados à função de presidente, devido à dedicação ou popularidade junto. Alguns estão desde a fundação, atravessando décadas de atuação, os demais por um curto intervalo de tempo de dois anos. Não importa o tempo, o que importa é a dedicação em assumir a brincadeira independentemente das inúmeras dificuldades financeiras e das relações conflituosas com o poder público.

Cada sotaque apresenta elementos étnicos (branco, negro e índio) e tem relação com regiões do Estado. O Boi de zabumba é considerado o mais antigo e autêntico e com elementos africanos se comparado a demais grupos. Seu nome decorre do instrumento de maior destaque, a zabumba, tipo de tambor, conduzido numa vara por dois carregadores e tocado por uma baqueta. O Boi de Matraca ou “da ilha” tem origem na capital do Maranhão, São Luís. É famoso pela participação dos espectadores que se tornam membro do grupo. O Boi de Orquestra tem como instrumentos o banjo, o clarinete, o piston e o bumbo. É de todos os sotaques, o mais midiaticizado e coreografado.

Em toda a trajetória do Bumba-meu-boi até a década de 1990, verifiquei, através das falas de brincantes, dois elementos fundamentais: a capacidade do enredo a tratar de eventos do momento presente e a resistência diante das investidas de amplos setores sociais que eram contrários a essa criação e que posteriormente, tornaram-se simpatizantes de suas práticas.

Os primeiros registros comprovam as ações dos boeiros e a maneira com que a sociedade os recebia. A relação entre ambos foi possível graças a construção dessa expressão. Há uma característica visível no bailar, no cantar, no vestir-se, no comunicar entre membros do grupo, comunidade e até Estado: a capacidade criadora de ser uma expressão que retrata o presente, contrariando os pensamentos fossilizados ou estagnados que taxam as expressões culturais populares como um espaço de mera lembrança do que já foi vivido.

O Bumba-meu-boi apresentava a revolta por sua condição, satirizavam os sujeitos detentores do poder, cultuava suas crenças, louvavam a natureza, provocavam em suas letras outros grupos e se vangloriavam por suas rimas e sons criados. E a cada ano, novos enredos eram gerados, a dinâmica da sociedade alimentava toda essa criatividade,



comprovando o caráter real/concreto desta arte. Nesse cenário, novos grupos se formaram (e vem se formando até hoje), criando seu espaço de atuação.

O diálogo sobre os eventos ocorridos na década de 1990 mostrou que a maioria dos entrevistados nos três sotaques escolhidos para análise – zabumba, matraca e orquestra – expressou o caráter temporal da *brincada*, quanto à mediação entre a atualidade e as vivências do passado, ao retratar a todo o momento, as transformações dos Bumbas, que foram constituídas de nostalgia, solidariedade, indignação com o descaso do Estado. Na luta contra as modificações postas pelo mercado cultural, os dirigentes dos grupos juninos se voltaram a readaptar e ressignificar a expressão de acordo com os interesses de classe dominante e do capital do entretenimento. Há também a preocupação com a continuidade da *brincada* quando realiza o cuidadoso trabalho de preparar crianças e jovens brincantes para assumir o desafiante compromisso de continuar a irreverente brincadeira de quatro séculos.

Em entrevista com líderes ou representantes das agremiações de Bumba-meu-boi, constatei que a maioria veio de municípios do interior do Estado. São homens e mulheres do campo, que por determinações socioeconômicas desfavoráveis migraram de sua terra natal em busca de melhores condições de vida na capital do Maranhão, São Luís. Maria José Guimarães Santos, mais conhecida como Dona Zezé fundadora e responsável pelo Bumba-meu-boi de sotaque de orquestra Encanta de Santa Cruz.

Eu vi de Icatú mocinha (...) Eu vi pra cá pra São Luís para estudar porque tu sabe naquele tempo no interior não tinha segundo grau, tinha aquele primário que era aquele primariozinho para ser professora e pronto, ficava naquele povoado. Ai eu vi para cá, conheci um rapaz, me casei e graças a Deus hoje sou concursada federal e logo vou me aposentar.

É no campo que estes sujeitos criadores do Bumba-meu-boi, hoje idosos (as) viram desde crianças a prática de uma arte que se faria presente em toda a vida. Seus pais e pessoas próximas os ensinaram a fazer do Bumba um espaço de relação humana quanto ao envolvimento com parentes, amigos, vizinhos. Juntos, desenvolveram a capacidade de ajuda mútua, da habilidade de expressar com os recursos materiais disponíveis o seu talento artístico e criador, trabalho criativo em que se verifica o prazer e o deleite de atuar como sujeito que produz para sua realização. Nas três últimas décadas do século XX esse trabalho agregou determinados elementos destinados não apenas a satisfação particular do grupo ou comunidade, mas passou a atender a um mercado em que tem como compreende as expressões culturais populares são vistas como mercadoria.

Com a formação da sociedade urbano-industrial, e, conseqüentemente, o surgimento e expansão do mercado cultural, a cultura popular passa a ser associada ao consumo, às preferências que caracterizam o gosto popular,



isto como o gosto da maioria. Neste sentido, ela adquire outra dimensão, passando a identificar-se como a chamada cultura de massa (SILVA, 2008, p. 90).

A migração campo-cidade decorre da impossibilidade de sobrevivência no lugar de origem e, também, não encontram oportunidades no lugar de destino. O lugar de destino geralmente são áreas periféricas potencializando o inchaço populacional e exercendo ocupações temporárias e mal remuneradas com as condições de trabalho precárias e informais. Ao se inserir na realidade urbana, homens e mulheres que antes viviam na zona rural do Maranhão, como Guimarães, Cururupu, Itapecuru, Icatú, Mirinzal, Rosário, etc. uniram-se com outros sujeitos que enfrentaram as mesmas condições sociais, dividindo anseios, interesse e conhecimentos. Compartilham o seu saber cultural adquirido desde criança, e assumiram o compromisso de continuar na nova terra sua herança em canto e dança.

José Constantino Soares, conhecido como Seu Constâncio, fundador do Bumba-meu-boi de sotaque de zabumba, Associação Recreativa Boa Vontade (ou Boi da Boa Vontade), localizado no bairro da Kennedy apresentou em entrevista o exemplo de continuidade, a resistência e a solidariedade quanto ao cuidado de transmitir a um membro a responsabilidade de manter a brincadeira. O gosto pelo Bumba, presente desde a infância, transferido a nova morada na capital e instrumento de construção de novas amizades entre sujeitos que vivenciaram realidades em comum, resultaram principalmente nos bois de promessas constituído de sentimento de pertencimento e compromisso com a herança dada:

O Boi da Boa Vontade surgiu de uma promessa de outra pessoa. Eu fui convidado para ser o regente da brincadeira. Aí em 1970 foi à fundação dessa associação, em março de 1970 e ela [a dona] fez esse boi por quatro anos. No quinto ano tanto ela como o marido dela, morreram. Ai ficou a brincadeira solta. Aí todo mundo entregou aquilo que tinha dela ai eu procurei fazer um boi pra mim. Ai em 1975 eu botei o primeiro boi meu, como meu mesmo em 1975. Ai eu tenho ele até hoje.

A religiosidade que ainda é presente no cotidiano de muitos grupos de Bumba-meu-boi. A devoção aos santos e entidades da religião de matriz africana é marcante em todo o processo de existência destes grupos. Estão presentes no couro do boi, em barracões como altares a eles dedicados, toadas, etc.. As promessas, homenagem a São João, é explicação para a criação de inúmeros grupos que ao sendo atendido ou não pelo Santo, passa a fazer parte de toda *brincada* e é louvado todos os anos com um boi nas ruas.

Há também outra forma de criação de grupos de Bumba-meu-boi. A maioria dos grupos de Bumba-meu-boi, independente de seu sotaque são criados a partir de questões ligadas a aborrecimentos, disputas internas e desentendimentos entre pessoas de



notoriedade dentro do grupo. Grandes grupos de tradição surgiram dessa condição. Como o caso do Boi da Vila Passos em que Dona Elza, ao se referir à trajetória de Seu Canuto, cita a formação do grupo neste bairro:

O Mizico, aqui em São Luis. Lá em Roma Velha no fundo do Monte Castelo: Não sei o que aconteceu, mas lá eles se afastaram e fundaram esse Boi no João Paulo na casa de Dona Tércia, depois de muito que vieram para a Vila Passos, aí ele fixou casa aqui, aí veio pra cá morar.

A busca de melhor reconhecimento pelos amos ou cantadores é outra razão de desligamento do grupo de origem. Isto se dá pela busca de prestígio incentivado pela mídia, que atua através do reconhecimento do talento, bem como a proximidade com parlamentares, na tentativa de adquirir maiores recursos para seu novo grupo e obter ganhos particulares desta relação.

Os meios de comunicação<sup>4</sup> retrataram o Bumba-meu-boi de forma depreciativa e preconceituosa. Já nos anos de 1990 sofreu um redimensionamento e se viram valorizados enquanto manifestação da cultura popular local, selecionando certos grupos e sotaques em detrimento de outros. A mídia, ao se apropriar destas criações populares, lança ao mercado um tipo de produção cultural composta não apenas do bailar, do cantar, mas também, a história de seus boeiros, de sua comunidade.

Esse quesito é um dos elementos utilizados pelo mercado cultural que fascina os consumidores. A aproximação entre consumidor e produto que desperta a sensação de algo intrínseco possibilita o poder de domínio exercido pelo capital tanto aquele que paga para ver e “sentir” quanto os que estão a atuar como mercadoria, as expressões culturais. E isso decorre do processo elaborado pela “industrialização do folclore ou da cultura popular” que “fragiliza a organização política dos produtores da cultura popular, enquanto sujeitos políticos mobilizados na e pelo coletivo da cultura popular” (SILVA, 2003, p. 92).

Mas o grupo submetido à execução de tarefas com prazo de empo estipulado, reduzindo partes da *brincada* para atuar com maior eficiência segundo as ordens das secretarias de cultura é o mesmo que brinca na e com a comunidade, que deixa extravasar suas emoções, atravessa a noite em louvor a São João e sob a participação ativa da comunidade continua a festejar o período junino. É nesta condição que se encontra a resistência, pois nesse brincar “em casa” sujeitos de distintas gerações se relacionam, compartilham conhecimentos, aprendem e introjetam o sentimento de pertencimento, envolvem-se de tal maneira que mesmo com dificuldades financeiras, por exemplo, a expressão cultural apresenta-se ano a ano.

---

<sup>4</sup> O ESTADO DO MARANHÃO e IMPARCIAL, jornais impressos de grande popularidade na capital São Luís.



O Bumba-meu-boi, como também outras expressões culturais envolvidas, passou a ser procurado não apenas pelos veículos de comunicação em massa, mas por dirigentes políticos. Os parlamentares buscam atingir ganhos políticos com distribuição de recursos financeiros ou matérias-primas para grupos de expressão popular. A presença de Roseana Sarney era constante em sedes de grupos juninos e, através de medidas estatais, adquiriu significativa popularidade juntos aos Bumbas, sendo considerada por estes como a mãe da Cultura.

A tentativa de homogeneização e mecanização da Cultura Popular nos anos de 1990 em que Roseana Sarney atuou como governadora (1995 – 2002) não se destinou apenas a potencializar o espaço de domínio do mercado cultural, institucionalizando os grupos de Bumba-meu-boi através de acordos entre Estado (como CNPJ, Alvará de funcionamento, atualização de estatutos) e empresas, mas também cooperou com um processo de enquadramento/ rejeição dos grupos que resistiam ou não tinham condições de aderir às novas exigências, ou seja, atender aos interesses privados e imediatos das instâncias de poder.

A fala seguinte apresenta as divergências no interior dos grupos de Bumba-meu-boi cujas gerações assumem posturas diferentes: os mais velhos temerosos com os inúmeros benefícios através de capacitação oferecidos por empresa privada e os mais jovens, motivados a ampliar seu conhecimento e aderir a novos elementos conforme a oferta desses espaços, vislumbrando atingir maiores recursos, principalmente financeiros. Claudia Avelar responsável pelo Boi de Seu Leonardo sotaque de zabumba, grupo A localizado no bairro da Liberdade revela essas questões:

Sabe por que esses grupos ficaram muito de lado? Porque os donos eles não permitiam e não permitem que entre jovens com ideias. Tu tá entendendo? Eu não sei, eles não têm confiança. Eles não têm uma grande confiança. Se tem você que tem uma formação, que tem um conhecimento diferente que tem como está atualizando a organização dele, tipo reformulando o estatuto, porque muitos deles o estatuto é muito fechado dentro de casa e você sabe que de 2006 para cá com a nova atualização do código do processo civil então todas essas instituições sem fins lucrativos elas tinham que ser renovadas, regulamentadas, tipo assim: dando brecha para ela não se apresentar só aqui a nível de Estado, ela tinha que ter brecha a nível de Brasil e a nível de mundo e poucos aceitaram (Claudia Avelar, 2013).

O receio dos mais velhos se justifica pelos inúmeros contatos com dirigentes políticos. A relação entre eles se dá com interesses claros de ganhos particulares e que, geralmente, não é realizada conforme o acordo feito. Muito parlamentares descumprem com “ajuda oferecida”, despertando a desconfiança entre os grupos por eles procurados.



A pouca popularidade e divulgação midiática de alguns sotaques também é espaço de continuação de traços tradicionais dos grupos juninos, bem como, a resistência de elementos tradicionais diante de inúmeros assédios sofridos. Destaco o Bumba-meu-boi de sotaque de zabumba, mas também é presente em outros, como matraca. Todos os bois entrevistados nasceram de herança e promessa a entidades religiosas (São João, outros santos católicos e entidades de religiões de matriz africana). Pelo caráter de promessa muitos destes grupos mantêm os rituais de batismo e morte e a comunidade tem um destaque no quesito cooperação, solidariedade. Brincantes de outros municípios, já idosos deslocam-se de seus municípios para São Luís como exemplo de fidelidade e respeito aquele amo ou dono amigo. Exemplo, o boi da Vila Passos do já falecido Canuto Santos e Seu Constâncio.

Constatai que a divisão de despesas entre os membros dos grupos reforçam a ideia de ajuda e solidariedade. Alguns brincantes ainda auxiliam com o aluguel do ônibus, confeccionam suas roupas. Com os cachês esse processo vem se reduzindo e muitos brincantes, principalmente os mais jovens entram nos grupos em adquirir dinheiro e viagens internacionais, responsabilizando o dono a muitas tarefas que, anteriormente, eram divididos entre os membros. O conhecido isolamento desse sotaque, principalmente na década de 1990 se dá pela forma com que este foi compreendido. Não atrativo à mídia, e, por conseguinte, ao turismo e pouco reconhecimento e investimento do Estado, os grupos de Bumba-meu-boi, na década de 1990, queixavam-se do “esquecimento” do “primeiro” boi do Maranhão:

Mas as dificuldades não recuam o amor pela expressão, retoma a história destes homens e mulheres como uma memória coletiva constituída de calor e significado em sua vida cotidiana. Segundo Silva (2003, p. 94).

São experiências, são vivências que sedimentam uma identidade, formando reminiscências retomadas no presente. Reforçam relações de parentesco, laços de pertencimento a uma coletividade, laços que expressam sentimentos de identificação e de solidariedade.

Mais do que uma mera exibição cultural, o Bumba-meu-boi na diversidade de seus sotaques, enfrenta inúmeros entraves postos pelo meio social quando o direciona a condição de produto vendável ao turismo, subtraindo, no espaço de apresentação, as contradições históricas vividas pela classe subalterna. A ‘desordem’, e ‘insolência no passado’ e sua resistência no presente revelam as transformações sofridas e suas diversificadas ressignificações no tempo e espaço.



### 3 CONCLUSÃO

O trabalho me fez constatar a dialética envolvendo a cultura popular sob o domínio do capital transnacional nos anos 1990. Os recursos estatais e, particularmente, a contribuição de vários tipos por parte de dirigentes políticos para o fazer cultural dos grupos juninos serviram como um dos mecanismos de proximidade entre uma diversidade de grupos culturais e relações. Não apenas os cachês voltados a atender minimamente as despesas, ou a forma de estruturação dos arraiais e a distribuição dos grupos nos chamados Vivas destinados às apresentações, como também a relevância do próprio Estado na disseminação dos grupos quanto ao reconhecimento desta arte no país e no mundo. Esse processo deu-se de forma hierárquica e excludente causando inúmeros desapontamentos entre líderes, membros e comunidade que participaram diretamente do grupo. Tais medidas e envolvimento destinados ao aprontamento dos grupos culturais desencadearam uma relação de dependência e favores.

Em meio a essas questões, o Bumba-meu-boi em São Luís já existe por quatro séculos. Incorpora novos significados. É uma criação do passado e toda a sua história se manifesta em ritmos e bailados, em louvor a seus santos e entidades e em todo o ano se faz presente na vida dos seus boeiros, Catirinas, Nego Chico, índias. É espaço de diálogo entre gerações que a cada tempo incorpora novos elementos em seu enredo, constrói novos envolvimento que ora os impulsionam para avanços ora os arrasta para condições de desorganização, na busca incontestável de satisfazer seus interesses particulares.

### REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; W, HORKHIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Indústria Cultural e hegemonia: o poder público e a produção e disseminação de bens culturais em São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à Filosofia**. 13ª ed. São Paulo, Editora Ática 2004.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e Cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Ilse Gomes. **Participação popular e “reforma” do Estado brasileiro nos anos 1990: contribuições e impasses**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP. Tese (Doutorado) 2001.

SILVA, Gisélia Castro. **Cultura Popular e poder político no Maranhão: contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Paulo, 2003.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****A TRADIÇÃO COMO ESPETÁCULO: CULTURAS POPULARES, MÍDIA E  
TURISMO**José Maria da Silva<sup>1</sup> (UNIFAP)**RESUMO**

Este artigo analisa processos de transformação de tradições culturais populares em espetáculos modernos, com a perspectiva de transformá-las em grandes eventos culturais de alcance midiático e atrativos para o circuito do turismo. A análise focaliza as transformações ocorridas de uma maneira geral em manifestações culturais no país, especialmente as festas populares. O argumento central da análise é de que as manifestações culturais, ao buscarem visibilidade e maior amplitude, passam a ser impulsionadas muito mais pela racionalidade do mercado do que por valores de tradição de cada prática cultural. Assim, examino aspectos pertinentes à racionalidade nas transformações de manifestações em espetáculos de interesse do mercado, especialmente da mídia e do turismo.

Palavras-chaves: culturas populares; mercado, mídia; espetacularização.

**1-INTRODUÇÃO**

A partir da análise de casos empíricos específicos, diversos estudos têm evidenciado processos de transformação de manifestações da cultura popular em espetáculos de grande alcance, impulsionados pelos interesses de políticas de governo, da mídia e do turismo (CARDOSO, 2012; LIMA, 2008; SILVA, 2007, 2010 e 2013).

Nesta análise, defendo a ideia de que a transformação de tradições culturais populares em espetáculos modernos é impulsionada pela conjugação de três fatores: i) o interesse de organizadores e dirigentes de manifestações culturais por mais visibilidade aos eventos, assim como na reivindicação de recursos financeiros do poder público; ii) a atuação de governos na transformação de eventos locais em espetáculos de atração turística; iii) por fim, a incorporação das manifestações e artefatos da cultura popular na economia de mercado, na qual se sobrepõem os interesses dos meios de comunicação de massa e de agências de turismo.

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social e Professor Associado da Universidade Federal do Amapá.



A seguir, faço uma breve exposição sobre os estudos das culturas populares nas ciências sociais, de modo a demonstrar que a pertinência das pesquisas nessa área é paralela ao movimento de formação do ideal de nação e de identidade nacional no Brasil. Paralelo à formação do pensamento social na área da cultura, diagnostica-se as mudanças ocorridas no país a partir da modernização da sociedade, particularmente com a urbanização das cidades, o crescimento dos meios de comunicação e da cultura de massa e a consolidação do mercado consumidor. Em seguida, analiso o processo de transformação na organização e produção de manifestações culturais, especialmente aquelas que se apresentam no espaço público como eventos festivos.

## 2- AS CULTURAS POPULARES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O início de formação das ciências sociais no Brasil a preocupação central era analisar a constituição e os destinos do Estado nacional, a partir das categorias *raça* e *clima* (ORTIZ, 1985). No caso da raça, o tema da miscigenação predominou os estudos do final do século XIX e início do século XX, culminando com o livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Assim, a cultura que se buscava estudar e entender estava eminentemente relacionada à compreensão da formação nacional e dos contornos da nação, a partir do legado das três raças fundadoras. Mais adiante essa perspectiva viria fazer parte das preocupações dos estudos de folclore no país.

Os estudos de folclore se desenvolveram paralelo às ciências sociais, com a intenção de transformá-lo em disciplina acadêmica, a partir da “preocupação em desenvolver um ‘espírito científico’ nos estudos de folclore” (CAVALCANTI, 2012, p. 85). Outro aspecto relevante desse processo foi o movimento em defesa do folclore brasileiro, capitaneada por folcloristas como Silvio Romero, Câmara Cascudo, Edson Carneiro, Amadeu Amaral, entre outros (CAVALCANTI, 2012; VILHENA, 1997).

Deste modo, criou-se no Brasil uma tradição de estudos sobre as expressões culturais que, em boa medida, focalizava os valores mais “autênticos” da nacionalidade. Essa forma de abordagem também esteve presente no modernismo e permitiu a Mario de Andrade desenvolver uma série de pesquisas sobre expressões culturais brasileiras – como a música e a dança – e, na década de 1930, redigir o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Nacional.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a concepção de folclore e as pesquisas de Mario de Andrade, ver TRAVASSOS (1997 e 2002).



Na década de 50 e início dos anos 60 do século XX, os estudos de folclore ganharam aporte sociológico, a partir das pesquisas empreendidas por Florestan Fernandes e Maria Izaura Pereira de Queiroz, sob a orientação de Roger Bastide. Enquanto os folcloristas estavam interessados na preservação da cultura em sua “autenticidade”, os sociólogos paulistas procuravam entender questões ligadas à mudança e à sobrevivência de padrões de sociabilidade, principalmente de populações do meio rural. Este é o mote do trabalho pioneiro de Antônio Cândido, em *Os parceiros do Rio Bonito*, em que o autor estuda as transformações na “cultura caipira” no interior de São Paulo.

Nos anos 60 e 70, as preocupações com a nação se desdobram em estudos sobre manifestações, com enfoque nas premissas de resistência cultural e do nacional-popular, que foram presentes de um modo geral na América Latina, sob as bases de governos autoritários de regimes militares (CHAUI, 1988). As manifestações culturais eram percebidas como trincheiras do nacional e de resistência à repressão e à invasão cultural norte-americana.

A noção de cultura popular se apresenta nas ciências sociais (na década de 80) como marcador diacrítico dos contornos de classe e do capitalismo. Daí a boa recepção e influência do livro *As culturas populares no capitalismo*, do argentino Néstor Garcia Canclini. Nesse momento, identifica-se um processo de influência do mercado, especialmente da indústria cultural, nas culturas tradicionais e o sentimento de perda dos valores originários dessas tradições.

Na antropologia brasileira os estudos de cultura foram feitos de uma maneira geral com base na teoria ritual ou na perspectiva funcional e simbólica que permitia compreender a funcionalidade dos ritos, processos de elaboração de artefatos e como a organização social, as ações e o simbolismo articulado nos eventos e artefatos proporcionavam a conformação de modos de organização, de economias e identidades de grupos sociais e comunidades.

Uma parte dos estudos sobre manifestações da cultura na antropologia brasileira procurou deslindar e compreender as hierarquias sociais no Brasil. Foram os trabalhos levados a efeito por Roberto DaMatta (1997) e seus discípulos, com enfoque sobre as festas – como o carnaval. Estas pesquisas foram realizadas sob inspiração da antropologia simbólica de Victor Turner e do estruturalismo, em etnografias sobre o carnaval, festas comemorativas ou religiosas e outros aspectos. Até então a expressão *cultura popular* era pouco utilizado na antropologia, porque o enfoque de pesquisa na disciplina focalizava as manifestações a partir de sua denominação convencional ou nativa, tais como candomblé,



umbanda, carnaval, festas de santos, capoeira, samba, festa junina, bumba-meu-boi, folguedos em geral e o modo de fazer de artesanatos diversos, dentre outros.

O termo cultura popular não identifica manifestações ou expressões da cultura. Trata-se de um vocábulo utilizado para designar artefatos e expressões culturais de extratos da população identificados como “povo” ou para segmentos da população rural ou urbana pertencentes aos extratos mais pobres de uma determinada localidade. Sob influência da teoria marxista a cultura popular passou a ser relacionada às classes populares (as camadas mais pobres da população), adquirindo, assim, o recorte de classe social.

Com os crescentes estudos de antropologia urbana, foram realizadas várias pesquisas sobre práticas culturais vinculadas às diversas formas de sociabilidades das classes populares. Os trabalhos focalizaram especialmente os bairros de periferia, nos quais se constituem redes de lazer, de relações sociais e de identidades em territórios específicos da cidade. Neste sentido, destaca-se o estudo de José Guilherme Magnani (1984) sobre os circuitos de sociabilidades e lazer em uma parte da cidade de São Paulo, denominada pelo autor de “pedaço”. Além de estudar a sociabilidade em um bairro de periferia, o trabalho analisa como o circo – um *locus* de lazer no bairro – incorporava temas da cultura de massa em seus programas, como estratégia de entretenimento ao público. Assim, a interação entre conteúdos e formas de diferentes origens passou a ser analisada como estratégia em novas sociabilidades e articulações de identidades.

A mesclagem de estruturas simbólicas tradicionais e populares com artefatos e textualidades oriundas da cultura de massa, especialmente do rádio e da TV, foram identificados por Renato Ortiz (1988) como um novo momento e definidos por ele como “cultura popular de massa”. Assim, nos anos 80 há uma ligeira mudança na forma de análise e em conceber a cultura popular, a partir das influências dos meios de comunicação de massa. Porém, apenas na década seguinte as pesquisas foram reorientadas para incorporar as influências e trânsitos de aspectos culturais impulsionados pela globalização. Trata-se agora de perceber a cultura popular integrada à modernidade e ao mercado capitalista, e não mais isolada como expressão “genuína” da nação. Ao invés de conceber os níveis local e global como separados no espaço e no tempo, deve-se perceber que “os processos de globalização e localização são indissociáveis na fase atual” (FEATHERSTONE, 1996, p. 11).

No contexto contemporâneo e da globalização, as manifestações culturais populares, de uma maneira geral, assimilam elementos e formas modernas de criação, nos quais se privilegia a dimensão do espetáculo, o caráter performativo das apresentações e experiências estéticas, que proporcionam uma busca constante pela beleza visual. Além disso, os fenômenos culturais não se resumem mais às comunidades isoladas, pois se



destinam às plateias mais amplas. Almeja-se, sobretudo, o público oriundo do circuito do turismo e as audiências dos meios de comunicação de massa, o que proporciona a dimensão de espetáculo a essas práticas culturais.

Uma questão, porém, precisa ser levada em conta e que se apresenta como mote da análise sobre o processo de transformação das manifestações culturais populares desenvolvida a seguir: é preciso desnaturalizar as mudanças percebidas nas sociabilidades e nas culturas. Se por um lado, atesta-se que as manifestações culturais não são estanques, por outro lado, é preciso levar em conta que as mudanças são constituídas em processos sociais, os quais implicam muitas vezes em relações de poder.

Nas partes que se seguem examino de forma mais acurada, a partir de exemplos empíricos, como as manifestações da cultura popular foram afetadas pela organização burocrática e racional, a qual transformou (e ainda transforma, pois trata-se de um processo em curso) práticas culturais tradicionais em espetáculos modernos, que atendem a uma lógica diferente da forma tradicional. Prosseguindo, faço uma breve descrição etnográfica de como esse processo se deu no Festival de Parintins.

### 3- EM BUSCA DO MERCADO: RACIONALIDADE E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS

As manifestações culturais populares, especialmente as festas (mas não apenas estas) passaram por processos de transformação de suas estruturas de apresentação no espaço público, de modo a adquirir um novo estatuto, diferentemente de suas formas tradicionais. Na perspectiva da tradição, as práticas culturais populares se diferenciam dos eventos modernos pelo fato de serem constituídas pela memória coletiva, que se remete a um tempo histórico de longa duração, e por relações próximas entre as pessoas (muitas das vezes centradas no parentesco). Nos contextos das tradições, as hierarquias entre as pessoas são definidas por critérios de idade, de conhecimento de ofícios relevantes à coletividade e não pelo poder econômico como se estabelece na sociedade moderna. As mudanças nas manifestações culturais tradicionais são resultantes de processos e de agências, senão vejamos.

O poder público tem um papel decisivo no processo de mudança no modo de conceber as culturas populares. Principais financiadores, os governos passaram a pressionar e a conduzir as manifestações culturais para se tornarem eventos atrativos para o circuito de turismo, assim como instrumentos de identidades locais e regionais. Como consequência, as manifestações culturais, sejam de pequenas, médias ou grandes cidades,



passaram a receber investimentos também da iniciativa privada e aos poucos foram se tornando espetáculos de interesse da mídia e de turistas. Isso tem uma gama de implicações, como, por exemplo, a negociação dos calendários das festas, a produção de artefatos audiovisuais por diferentes meios de comunicação e uma nova forma de organização e apresentação das práticas culturais.

Um dos aspectos mais relevantes a impulsionar mudanças nas culturas populares tradicionais são os meios de comunicação de massa. Impôs-se às manifestações culturais a ideia de que as mesmas não devem ser eventos restritos às suas comunidades de origens. Devem, sim, ampliar o seu público, através dos mais variados meios de difusão, tais como: cartazes, outdoors, rádio, televisão, internet, CDs e DVDs, entre outros. Documentar eventos pelos meios tecnológicos e de difusão em massa tornou-se um imperativo nos tempos atuais. É preciso enfatizar que a produção tecnológica na sociedade moderna não é neutra ou isenta de valores. Na primeira metade do século XX, os frankfurtianos Adorno e Horkheimer (1985) identificaram um processo acelerado de mercantilização da cultura, com implicações na forma e no conteúdo dos produtos, para atendimento do mercado consumidor.

Algumas manifestações culturais no Brasil passaram por mudanças lentas e outras de forma mais rápida. Na conjugação de todas as forças (governos, agências de turismo e meios de comunicação de massa) que impulsionaram transformações nas culturas populares, podemos identificar um aspecto particular: a reestruturação das manifestações, tendo como base fundamentos originários da racionalidade moderna.

O conceito de racionalidade desenvolveu-se a partir da filosofia clássica, como corolário do racionalismo ocidental. Não cabe aqui desenvolver o histórico dessa categoria no pensamento filosófico do Ocidente, mas apenas indicar que as fontes modernas da concepção de racionalismo remetem às discussões de Kant sobre a objetivação da razão na apreensão do objeto do conhecimento. Se por um lado a razão se apresenta como a fonte da gnose ocidental é fundada no cálculo e na lógica, por outro lado a racionalidade é a “adequação entre a coerência lógica e determinada realidade empírica” (JAPIASSU, p. 4).

Nas ciências sociais a teoria da racionalidade foi elaborada principalmente por Max Weber, que vinculou a ideia de racionalidade à secularização – a partir da “profanação da *cultura* ocidental” – e ao “desenvolvimento das sociedades modernas” (HABERMAS, 1990, p. 13). Deste modo, a racionalidade das sociedades modernas compreende um processo sistemático de mudanças, baseado na organização burocrática das instituições, no planejamento e na modernização.



O conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar, refere-se à secularização de valores e normas etc. (HABERMAS, 1990, p. 14).

Portanto, nesta análise o conceito de racionalidade remete-se às elaborações ligadas ao pensamento weberiano sobre o desenvolvimento da sociedade moderna. Especificamente, a noção de racionalidade aqui utilizada exprime ações desencadeadas de maneira sistemática em direção às manifestações culturais que originalmente se estruturam fora do controle das ações do Estado e do mercado. Implicam, por conseguinte, em políticas de domesticação, controle e reorganização de suas estruturas, através de financiamento e da introdução de novas regras e valores.

### **Espetacularização e o mercado midiático**

Um aspecto relevante nos processos de mudança impostos às manifestações foi a introdução entre os organizadores e brincantes da lógica de competição, na medida em que um evento é composto por mais de uma agremiação. Para garantir as bases da competição e da modernização de um espetáculo, criou-se a figura do regulamento e suas regras. Deste modo, a competitividade induz as agremiações de uma dada manifestação cultural a perseguir determinada performance para conseguir triunfar nas mãos dos julgadores. Tal fato, ressaltado, tem contribuído sistematicamente para a transformação de manifestações culturais tradicionais em espetáculos modernos, grandiosos, midiáticos e atrativos para o circuito do turismo. Essa transformação tem sido denominada de “espetacularização” das culturas populares. Por “espetacularização”, entende-se:

[...] como a operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem (CARVALHO, 2010, p. 47).

O termo “espetacularização” tem sido utilizado por diversos autores em análises sobre transformações de eventos culturais (principalmente de culturas populares), de artefatos, corpo e atividades em elementos caracterizados por uma superexposição visual (CARVALHO, 2010; FREIRE e HERSCHMAN, 2005; KELLNER, 2004). A utilização do conceito de “espetacularização” deriva da análise de Guy Debord, em seu livro *Sociedade do espetáculo*, cuja abordagem relaciona a ideia de espetáculo à produção de imagens pela



mídia na sociedade de consumo. A noção de espetáculo em Debord vincula a produção de imagens à representação falseada do real, sendo, nesse sentido, apenas um simulacro. O problema dessa teoria, assim como a dos frankfurtianos sobre a “indústria cultural”, é cair na armadilha da generalização sem fazer análise de casos concretos específicos. Evitando a generalização, exponho a seguir os mecanismos específicos de como as manifestações culturais populares são elevadas à categoria de espetáculo moderno.

Para a transformação das manifestações tradicionais em espetáculo moderno e midiático, introduziu-se nas práticas culturais uma estrutura burocrática similar a uma instituição ou empresa, tais como: a divisão social do trabalho, com a consequente especialização das funções; a necessidade de organização burocrática das agremiações, tais como associações e entidades juridicamente regulamentadas, com estatuto, sede própria, diretoria, CNPJ, conta bancária, estruturadas com assessorias jurídica e contábil; planejamento de todas as etapas do evento e das apresentações; necessidade e dependência de recursos financeiros oriundos de patrocínio; uniformidade de vestimentas para “identificação” de cada grupo que se apresenta; visibilidade ampliada que produz uma dependência das diversas formas de mídia; inserção no calendário cultural e turístico das cidades e dos estados; e necessidade de registros audiovisuais.

Na medida em que as agremiações culturais vão crescendo, passam a investir em profissionais especializados para a estrutura burocrática – advogados, contadores, administradores, economistas e jornalistas –, sede própria, eventos e toda uma estrutura de mídia, tais como jornais, revistas, blogs e atualmente páginas no facebook, whatsapp, correios eletrônicos, entre outros. Esses meios de comunicação permitem dois resultados práticos, em termos de visibilidade: a instantaneidade da divulgação e a inserção de seus produtos no mercado – camisas, CDs, DVDs, bonés etc.

### **Um novo contexto para as culturas populares: organização, hierarquias e conflitos**

As transformações pelas quais passam as culturas populares produzem certamente um novo contexto social de produção e apresentação para as manifestações, implicando, conseqüentemente, na configuração de um novo texto cultural ou de novas possibilidades para isso. Um dos primeiros efeitos das transformações por que passam é a constituição de novas modalidades de hierarquias sociais nas relações internas entre agentes produtores e praticantes das manifestações culturais e nas relações entre organizações e agentes externos – empresas patrocinadoras, governos, mídia, agências turismo, turistas etc.



Internamente, a organização burocrática cria hierarquias de valores e de poder a partir da estrutura de organização, sendo que esta na maioria das vezes – por exigências externas – passa a funcionar como uma instituição burocrática formal. Presidentes e diretores, portanto, são as funções de poder porque são aqueles que dialogam e negociam os patrocínios com os agentes externos – governos e empresas. Outro nível de hierarquia se dá na constituição de funções com níveis de maior importância, a partir do conhecimento profissional de maior prestígio na produção e nas apresentações da manifestação ou entidade cultural. Nas escolas de samba, por exemplo, as hierarquias constituídas internamente definem o presidente, o carnavalesco, o compositor e o puxador de samba como sendo as funções de maior prestígio dentro da escola. No Festival de Parintins, o presidente, o diretor de arte, os artistas mais importantes (denominados de “artistas de ponta”) e o presidente das torcidas organizadas são os postos de maior prestígio e poder na organização do boi-bumbá.

Além das hierarquias, como resultado de um novo campo de relações sociais, emergem conflitos a partir de interesses divergentes, como, por exemplo, entre sambistas – que defendem a tradição – e carnavalescos – estes representantes da modernidade nas escolas de samba. Os carnavalescos são representativos de uma nova forma e concepção na produção das escolas de samba para os desfiles no carnaval, na medida em que introduzem nas mesmas a hegemonia da arte e da estética visual e, acima de tudo, do individualismo na proporção que o carnaval das escolas de samba é centrado na figura do carnavalesco. Assim, o coletivo da “comunidade” – termo utilizado nas escolas de samba para referenciar o *locus* de pertencimento e de identidade de uma agremiação carnavalesca – é sobrepujado ao carnavalesco e suas ideias de espetáculo. Em grande parte, essa ascensão do carnavalesco e o ideal do gênio artístico nas escolas de samba devem muito às performances de Joãozinho Trinta nas escolas do Rio de Janeiro, especialmente em sua atuação na Beija-Flor.

Outro nível de relação hierárquica de prestígio no âmbito das manifestações culturais se dá pela importância que se estabelece entre as funções, de modo que umas são remuneradas e outras não (ou umas mais remuneradas que outras). Algumas funções são consideradas como trabalho profissional e especializado; outras são concebidas como atividades voluntárias porque o desempenho das mesmas é concebido como “prestígio”. No festival dos bois de Parintins, por exemplo, os artistas que confeccionam alegorias e fantasias, coreógrafos, levantador de toada, amo e “tripa” do boi são funções remuneradas, enquanto as personagens femininas como cunhã-poranga, rainha do folclore e porta-estandarte são funções voluntárias porque supostamente conferem prestígio e status para a



pessoa que desempenha. Além dessas, os figurantes que se apresentam nos mais diversos itens do festival o fazem também de forma voluntária pelo prazer de participar do espetáculo e por identificação com o boi.

A relação entre dirigentes das organizações culturais e agentes externos – governos e empresas que patrocinam as manifestações – é também uma relação hierárquica porque são relações que envolvem dependência financeira. A propósito, o crescimento dos eventos culturais tem transformado cada vez mais as manifestações culturais e suas organizações dependentes (e muitas das vezes reféns) de recursos financeiros e, portanto, de patrocinadores.<sup>3</sup> Tais recursos por si só já implicam em questões de valor, assim como os fluxos de objetos e técnicas. Mais ainda quando estão envolvidas vultosas quantias de recursos financeiros.

Assim, para que os eventos se viabilizem como espetáculos modernos e atrativos, necessitam de grandes quantias em dinheiro. Exemplo disso é o festival de Parintins: em 2014 cada boi investiu cerca de dez milhões de reais para se apresentar nos três dias do festival. É um investimento significativo e que impõe a necessidade de viabilizar recursos em várias fontes de financiamento: governos federal, estadual e municipal, na iniciativa privada e na promoção de eventos pelas duas agremiações.

As regras estipuladas em regulamento impõem outro nível de mudança e racionalidade às apresentações, na medida em que se disciplinam os itens do conteúdo, as fantasias e o uso das cores, a quantidade de participantes, o uso do espaço e o tempo de apresentação de cada agremiação participante. Um dos aspectos mais questionados por brincantes de manifestações culturais populares, quando passam a participar de eventos organizados por prefeituras, secretarias de cultura ou por empresas, é quanto à limitação do tempo de apresentação.

Não são raros os conflitos entre organizadores de eventos e agremiações (especialmente por parte dos brincantes) em relação à obediência a determinadas regras, assim como na escolha de jurados. Porém, o disciplinamento dos eventos e das agremiações que participam, não significa dizer que não haja espaço para a criatividade na elaboração artística e na performance dos participantes. O que estou sugerindo aqui é que as mudanças implicam na adoção de novos valores e que as mesmas não se viabilizam

---

<sup>3</sup> A questão do financiamento das escolas de samba do Rio de Janeiro foi possivelmente o assunto mais discutido nos meios de comunicação e nas redes sociais na internet, por causa do patrocínio que a Escola de Samba Beija-Flor recebeu do presidente da Guiné Equatorial. Além dessa fonte de recursos, o debate se estendeu para as fontes regulares de patrocínio das escolas de samba do Rio que têm entre seus patronos bicheiros e até traficantes.



sem conflitos. Aliás, estes são frequentes na medida em que as práticas culturais são estabelecidas nas relações sociais e são no âmbito destas que as mudanças são efetivadas.

Vê-se, portanto, que a transformação burocrática das organizações populares, com o intento de produzirem espetáculos atrativos, implica na adoção de novas regras e novas relações sociais. Esse processo transformador produz, por sua vez, um novo contexto sociocultural – que não havia antes, é importante que se diga – com um repertório que implica em hierarquia, em novos tipos de relações sociais e de conflitos, dependência de agentes externos (especialmente financeiro) dependência dos meios de comunicação, incorporação de profissionais especializados – artistas plásticos, coreógrafos, advogados, contadores, especialistas em audiovisuais (fotógrafos e técnicos de som, por exemplo), compositores, cantores, entre outros.

Organizadores e produtores de manifestações culturais populares em geral destacam a inovação como referencial de mudança nas práticas culturais. A mudança implica cada vez mais numa espécie de atualização das manifestações culturais visando transformá-las em eventos atualizados em novidades e atrativos aos expectadores. Trata-se de fazer com que os eventos se transformem em espetáculos e que apresentem sempre novidades para causar surpresas ao público, além de se tornarem de interesse da mídia. No caso do São João de Campina Grande, no estado da Paraíba, houve um processo político de elevação da festa ao patamar de “maior São João do mundo”, em busca de visibilidade na mídia e para atração de turistas. A festa, segundo Lima (2008), foi transformada historicamente a partir de estratégias política e econômica, de tal maneira que a presença de políticos e de turistas tornou-se estrutural ao evento. Por ocasião da festa existem ações específicas para a participação dos turistas, como os passeios de trens e ônibus de forró.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1985), O conceito de esclarecimento. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 19-52.

BENJAMIN, W. (1989), *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. São Paulo: Editora Brasiliense.

BENJAMIN, W. (1994), A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 165-196.

BOLLE, W. (2000), *Fisionomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp.

CANCLINI, N.G. (1983), *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.



- CÂNDIDO, A. (1998), *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida*. 8ª edição. São Paulo: Duas Cidades.
- CARDOSO, L.C.M. (2012), De marginal a oficial: a fabricação do bumba-meu-boi como símbolo de identidade do estado do Maranhão. *RIF*, vol. 10, n. 19, p. 27-43.
- CARVALHO, J.J. (2010), 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, vol. 21, n. 1, p. 39-76.
- CAVALCANTI, Maria L. V. de C. *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.
- CHAUÍ, M. (1988), *Conformismo e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- DAMATTA, R. (1997), *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FEATHERSTONE, M. (1996), Localismo, globalismo e identidade cultural. *Sociedade e Estado*, vol. XI, n. 1, p. 9-42.
- HABERMAS, J. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HANNERZ, U. (1997), Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, vol. 3, n. 1, p. 7-39.
- HERSCHMANN, M. Espetacularização e alta visibilidade: A politização da cultura hip hop no Brasil contemporâneo. In: FREIRE, J.; HERSCHAMANN, M. (Org.). (2005), *Comunicação, cultura e consumo*. A (des)construção do espetáculo contemporâneo. Rio de Janeiro: EPapers, p. 153-168.
- JAPIASSU, H. (s/d), A crise da razão no Ocidente. <http://www.revistas.usp.br/pea/article/viewFile/30007/31894>, acesso em 10/10/2015.
- KELNNER, D. (2004), A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. *LÍBERO*, vol. 6, n. 11, p. 4-15.
- LIMA, E.C.A. (2008), *A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2ª edição. Campina Grande, EDUEFG.
- MAGNANI, J.G.C. (1984), *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ORTIZ, R. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: editora Brasiliense.
- ORTIZ, R. (1988), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SILVA, José M. (2007), *O espetáculo do boi-bumbá: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. Goiânia: Editora da UCG.
- SILVA, José M. (2010), Espetáculo e performance no festival de Parintins. *Ilha – Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, pp. 111-129.
- SILVA, José M. (2013), Política de turismo e representações da Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 16, n. 1, suplemento, p. 317-329.



TRAVASSOS, Elizabeth. *Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Funarte; Jorge Zahar Editor, 1997.

TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o folclore. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, p. 90-109, 2002.

VILHENA, R. (1997), *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas.

**GT 12 - Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina.****ÁGUA E HIDRELÉTRICAS: GLOBALIZAÇÃO, COLONIALIDADE E  
PRIVATIZAÇÃO DOS RIOS NA AMAZÔNIA***Edna Castro<sup>1</sup>*

A construção do complexo Belo Monte, um conjunto de cinco grandes hidrelétricas que barrariam o rio Xingu nas proximidades da cidade de Altamira é uma das prioridades no atual plano energético do governo federal. Este artigo pretende explicitar a relação entre as linhas programáticas presentes nas políticas públicas voltadas ao setor elétrico, numa perspectiva desenvolvimentista, e a complexa dinâmica nacional-regional que contrapõe, continuamente, os atores sociais com seus discursos e práticas ora desenvolvimentistas, ora conservacionistas.

As conseqüências da construção de grandes barragens na Amazônia têm sido amplamente analisadas, focalizando-se os impactos sobre o deslocamento de trabalhadores, as mudanças nas suas condições de vida, além da emergência de conflitos, violência e pobreza no entorno dos empreendimentos. Por essas razões, os grupos locais presentes nas áreas urbanas e rurais e as etnias indígenas resistem contra os interesses de mercado em barrar o rio para fins de geração de energia. Além dos impactos sociais, econômicos e ambientais para os grupos locais, as mulheres de Altamira, nos seus argumentos, acentuaram o fato de ser essa a primeira grande obra do setor de energia hidráulica a ser privatizada no Brasil.

Do ponto de vista da dinâmica dos mercados em expansão, a construção de novas barragens pressupõe hoje também entender as mudanças verificadas nos interesses sobre a água enquanto um bem econômico, conforme defendido em documentos difundidos por agências reguladoras internacionais. O interesse mundial despertado mais recentemente pela água está relacionado a pressões para ampliar o lugar desse recurso nos estruturas de produção de mercadorias. Efetivamente, na última década do século passado, começou a ser definido, por agências internacionais, o conceito de “crise mundial da água” e as metas para 2020 de garantia de “água para todos”. A água tornou-se um tema central nas negociações da ONU (Organização das Nações Unidas) e de

---

<sup>1</sup> Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará e Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/França.



agências econômicas tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) e a OMC (Organização Mundial de Comércio).

Como desdobramento da intensificação desses interesses de mercado, os países têm sido pressionados a construir um novo marco regulador que libere o comércio de serviços em que se inclui o “setor” água. No debate internacional esboçou-se no final do último milênio o confronto entre a agenda dos Estados e suas políticas de ajustamento às decisões tomadas nas reuniões de cúpula dos países de um lado e, de outro, as organizações da sociedade civil, abrigadas em fóruns alternativos de caráter global em defesa de maior autonomia do Estado e da sociedade civil em relação ao mercado. Indignação e afirmação de identidades remarcam os horizontes na construção de novas utopias que emergem na contestação da atual ordem do mundo que está marcada pela cobiça do mercado, pela racionalidade da eficiência e produtividade a qualquer custo social e ambiental e, conseqüentemente, pela exclusão social crescente. Slogans como *a América Latina não está à venda*, ou ainda *um outro mundo é possível e não somos mercadoria*, têm como princípio unificador a construção da democracia e a afirmação da esfera da cultura como expressão das identidades e da diversidade dos povos que habitam o planeta, e, portanto, a não submissão à racionalidade da economia que a todos quer padronizar pelas leis de mercado.

## **1. ABERTURA DE RODOVIAS E GRANDES BARRAGENS**

Essa região para a qual está prevista a construção do complexo de hidrelétricas de Belo Monte que atingirá vários municípios ao longo da Rodovia Transamazônica e da bacia do rio Xingu, tem uma história particular pela constituição dos movimentos sociais que há mais de 15 anos, em torno de um projeto de desenvolvimento regional que se constrói na contramão das forças hegemônicas. Os atores locais, em sua maioria originários de famílias de colonos camponesas assentadas pelos programas estatais de integração nacional dos anos 70, estabelecem marcos de identidade política apesar de suas origens regionais distintas.

O padrão tradicional de ocupação do território na Amazônia seguiu os rios e o movimento das águas, sendo a navegação fluvial o principal meio de transporte. Os rios desempenharam papel fundamental na estruturação da vida social e econômica da região, tendo sido o eixo de ocupação do território, desde



os seus primeiros povoadores, os grupos indígenas, movimento igualmente corrente na ocupação colonial. Em meados da década de 50 do século XX, esse padrão de ocupação começou a se alterar a partir das políticas desenvolvimentistas, que visavam integrar o Norte ao Sul do país por meio da estratégia geopolítica de construção de grandes eixos rodoviários.

O primeiro deles, a rodovia Belém-Brasília, conseguiu definir a partir daí um padrão de estrutura fundiária que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia visando sua integração ao mercado nacional. O segundo, a Rodovia Transamazônica, já nos anos 70, reforça esse movimento de expansão, agora cortando a região no sentido Leste-Oeste. A mesma rodovia e suas estradas transversais integram o Norte ao Nordeste e ao Centro-Oeste do país, dando continuidade a um movimento que, no passado, incorporara ao mercado novas áreas no Sul e no Sudeste do país. Mas, dessa vez, tratava-se de concluir esse ciclo de expansão abrindo definitivamente ao mercado as novas fronteiras territoriais e de recursos naturais para o capital nacional e internacional. Por meio de incentivos fiscais, o Estado atraiu capitais e empreendedores de diversos setores da economia, que se deslocaram para as novas fronteiras do país. Finalmente, um terceiro eixo, a rodovia Cuiabá-Santarém, integra a Amazônia ao Centro-Oeste do país, atravessando uma região antes acessível apenas por seus rios, marcando de forma mais agressiva a ocupação de novas terras mais a oeste do Pará e as interligando, social, econômica e espacialmente, às terras interiores do Estado do Mato Grosso.

O programa de colonização implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos anos 70 teve a Rodovia Transamazônica como eixo central, cortado simetricamente por dezenas de estradas vicinais na forma de espinha de peixe. Ali milhares de famílias de camponeses foram assentadas, vindas do Nordeste e do Sul do país, expulsas pelo esgotamento do padrão de ocupação da fronteira e pela alta concentração da estrutura fundiária.

Ao longo daquelas rodovias, os programas de colonização dirigida consolidaram a ocupação de grandes faixas de *terra firme* em ambas as margens da estrada em função de uma política nacional de descompressão de conflitos de outras regiões do país, que acabou incentivando uma migração dirigida à Amazônia. Foram canalizados intensos fluxos migratórios para essas áreas de floresta densa abertas à colonização. A Rodovia Cuiabá-Santarém



completa o traçado da Transamazônica, como pode ser observado na Figura 1. Ao longo dessas rodovias foi implantado um modelo agrário fundado na grande propriedade, reforçando o padrão altamente concentrador e excludente que caracteriza a estrutura fundiária no país. Apesar da intensidade de conflitos e do quadro de violência e impunidade, a estrutura da propriedade da terra foi demarcada pela pressão dos movimentos populares. Pequenos e médios estabelecimentos rurais viriam a predominar como unidades produtivas em certas áreas, a exemplo de municípios da Rodovia Transamazônica.

Porém esse padrão da estrutura fundiária dos projetos de colonização (modalidade de 100 ha) sofreria alteração pela presença de novos atores, fazendeiros capitalizados, grandes empreendimentos madeireiros e mineradores, além de um grande projeto, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Os pastos substituíram a floresta, e as áreas degradadas espalharam-se por grandes extensões. A dinâmica regional mostrou como eles se contrapõem, pela própria lógica de funcionamento, à pequena produção familiar, pois o modelo aplicado pelo INCRA não rompeu com o padrão altamente concentrador da propriedade da terra.

O objetivo central da política estatal voltada para a Amazônia dos anos 70 e 80 era a ocupação para a exploração de seus recursos naturais. A colonização garantiu, com sua mão-de-obra, o amansamento da terra e a produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado local. Ao mesmo tempo, assegurou o povoamento e a integração da região ao mercado nacional. Mas o Estado também priorizou políticas direcionadas à empresa agropecuária. Por isso, o modelo desenhado pelo INCRA para certas áreas da Transamazônica e para a Rodovia Cuiabá-Santarém é também de grandes propriedades.

O Programa Polamazônia foi concebido como um programa de pólos agropecuários, madeireiros e minerais. Foram projetados 15 pólos no Pará, um deles na região de Altamira, cidade principal e na confluência da Rodovia Transamazônica e do rio Xingu. A história econômica recente dessa região está marcada pela influência dos investimentos desse Programa que, na década de 70, repassou gordos subsídios públicos a empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação: pecuária, madeira e mineração. Os empreendimentos de infra-estrutura elevaram o preço da terra, aquecendo o seu mercado com a chegada de novas empresas, fazendeiros e trabalhadores que vinham trabalhar nas mineradoras, nos garimpos e no desmatamento de fazendas (BERMANN, 2013; CASTRO: 10,12).



Na atualidade, cresceram os interesses de mercado também por parte de empresas multinacionais. As fronteiras geográficas com os países vizinhos estão sendo integradas por meio de eixos rodoviários e de hidrovias concebidos em sistemas multimodais. No movimento portuário, verifica-se a partida de grandes carregamentos de minério, madeira, lingotes de alumínio (indústria eletrointensiva), pescado e grãos. A ação do Estado efetiva-se por meio de processos econômicos que garantem uma presença ativa em mercados além-fronteira. No nosso entender, essa dinâmica do jogo político define de outra forma o lugar da Amazônia na atual geopolítica, como estratégia nacional (CASTRO; 2012; 12015).

O Estado encontra, assim, na concepção de uma geopolítica de ocupação territorial, as estratégias de desenvolvimento econômico baseadas na exploração intensiva dos recursos naturais. Se a década de 70 abriu novas frentes pela colonização, nos anos 80 instalaram-se grandes empresas de mineração, usinas hidrelétricas, indústrias de papel e celulose, de madeira e de pesca, entre outras. Os megaprojetos econômicos (hidrelétricas e setores de mineração, celulose e agroindústria) representam um outro modelo de ocupação, cujo padrão é imposto pelo mercado globalizado, que aposta na racionalidade, na informação e na eficiência tecnológica. Mas, em que pese essa racionalidade, empreendimentos minerais, como os da Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás, a exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, ou as empresas de alumínio, Albrás e Alunorte, todos no Estado do Pará, são ilhas de riqueza e fantasia. Eles respondem ainda pela poluição, em níveis jamais vistos em rios da Amazônia brasileira, como é o caso da Mineração Rio do Norte, empresa *joint venture* com participação da Companhia Vale do Rio Doce, no município de Oriximiná, que há mais de 20 anos tinge com o vermelho da bauxita o fundo do rio Trombetas e de seus lagos, apesar do discurso ambientalista e de responsabilidade social. As grandes obras de infra-estrutura, como a das plantas hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas), foram construídas para atender demandas nacionais e de grandes corporações internacionais da siderurgia, com as plantas de alumínio apresentando impactos locais, sociais e econômicos, bastante restritos.

A fronteira em movimento configura a dinâmica dos atores sociais. As lideranças de trabalhadores rurais dessa região falam das tensões e dos conflitos que marcaram essa dinâmica e caracterizaram a região da Transamazônica. Há situações, paradoxais, de ausência do Estado, de impunidade, de ilegalidade de processos e instituições e de avanço do desmatamento e da degradação ambiental. Os pecuaristas juntamente com os



madeireiros, e mais recentemente com grandes plantadores de grãos, soja em particular, acabaram por ocupar o vazio do Estado, pelo menos em âmbito local, em diversos municípios estudados, procurando delimitar um espaço de ação e de intervenção sobre o território. Eles estão presentes em todas as esferas da política local e estadual e ainda articulados em bancada suprapartidária no Congresso Nacional, o que implica substanciais mudanças na estrutura político-institucional, que se refletem nos processos partidários e eleitorais.

## **PRIVATIZAÇÃO DE GRANDES BARRAGENS NOS RIOS DA AMAZÔNIA**

Nos últimos anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a empresa Eletronorte apressou-se para aprovar o projeto Belo Monte nas instâncias nacionais, atropelando os estudos de viabilidade e ignorando a competência legal de órgãos do governo para elaborar laudos periciais e autorizar a realização de estudos. A luta da sociedade civil em defesa do rio tem conseguido adiar a conclusão dos estudos. Atualmente eles estão paralisados por ordem judicial, devido à ação impetrada pelo Ministério Público Federal por demanda formal de organizações da sociedade civil. O projeto Belo Monte não avançou, apesar do *lobby* de setores produtivos e da crise de energia de 2001, que provocou certo desgaste político no governo. Mas o projeto permaneceu na agenda do planejamento nacional do setor energia, ao lado de cerca de 50 outros projetos hidrelétricos previstos para os rios da Amazônia. Segundo lideranças locais dos movimentos sociais, vitórias têm sido conquistadas graças ao engajamento expressivo do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, para o qual a questão da hidrelétrica teve um significado particular nas mobilizações.

Em setembro de 2003, o governo brasileiro concluiu o Programa Público-Privado (PPP), que aposta na parceria com empresas privadas para aumentar o montante dos investimentos em infra-estrutura. Em contrapartida, o governo promete às empresas um ousado programa de concessões para a operação dos projetos patrocinados e alterações no marco regulador. Isso permitira às administrações locais comprometerem seus orçamentos em contratos de mais de cinco anos. Embora essas propostas não passassem, até o momento da redação deste trabalho, de intenções, elas revelam a linha de orientação da política e a estratégia de investimentos do governo. As duas grandes obras hidrelétricas acima referidas já foram incluídas no Plano Plurianual de Governo (PPA) de 2004 a 2007, contando-s com a iniciativa privada que entraria com a metade dos recursos. O maior projeto do setor energético é Belo Monte. O



objetivo da Eletrobrás é retomar os estudos de viabilidade, para que a usina comece a operar em 2008, quando poderá ocorrer novo déficit de energia, segundo cálculos feitos por especialistas do setor.

O primeiro grande consórcio da Eletrobrás, em negociação, tem, de um lado, as empresas estatais Furnas, Eletronorte e Chesf, que ficariam com 49%, e, de outro, o setor privado, com 51%. A idéia que ganha corpo é de um consórcio de empresas privadas. Nas negociações estão presentes as empresas fabricantes de equipamentos – ALSTORN, ABB, General Electric e Volth Siemens – e as construtoras Camargo Correa e Andrade Gutierrez (COIMBRA: 2004). Justamente, há interesse de abrir mais o leque de empresas parceiras, para incluir as eletrointensivas. A Companhia Vale do Rio Doce, com forte atuação na Amazônia, é apontada como uma parceira “natural”.

A questão é saber se é possível uma outra matriz energética. O pesquisador Bergmam considera viável atender à demanda de energia no país, para os próximos anos, sem precisar sacrificar o rio Xingu, arrolando as seguintes alternativas: aplicação de um plano para reduzir as perdas no sistema elétrico brasileiro; realização de ações que repotencializem as usinas com mais de 20 anos, bastante numerosas no país; geração de energia em sistemas descentralizados por meio de pequenas centrais hidrelétricas e de usinas eólicas (que aproveitam a energia dos ventos); aproveitamento da biomassa (bagaço de cana ou resíduos do papel e celulose) em co-geração. O autor argumenta que, se essas soluções tivessem sido adotadas há mais tempo, além de evitar o quadro atual, teriam permitido uma economia de recursos. São soluções de baixo custo e de baixo impacto que “disponibilizariam para a sociedade brasileira o equivalente a mais de 33% da capacidade de geração atualmente instalada” (BERGMAN: 2012).

O debate sobre energia alternativa e grandes obras hidrelétricas dura há mais de 20 anos no país, tempo suficiente para gerar um acúmulo de conhecimentos na área. A questão de dar preferência a pequenas unidades e a fontes alternativas de energia (eólica, solar, biomassa) é de ordem política, mas também de gestão, pois ficou comprovado, com a crise energética no país em 2001, que é possível dar prioridade à conservação da energia e eleger a sua economia como estratégica para o país, adotando-se inclusive outras prioridades, como a redução das desigualdades sociais no acesso à energia (SEVA, 1988; CASTRO: 2012). Outra opção é seguir as estratégias de mercado, de maior produção para maior volume de venda. Conciliar esses dois movimentos é um desafio e ao mesmo tempo uma quebra-de-braços.



A maior hidrelétrica na Amazônia, Tucuruí, foi viabilizada para exportar energia embutida em produtos eletrointensivos de corporações estrangeiras. As plantas de ferro-gusa localizadas nos Estados do Pará e Maranhão até o presente queimam carvão vegetal de florestas nativas; as indústrias de celulose e papel foram rejeitadas por causa de seus fortes danos ambientais. O alumínio é produzido com altos custos energéticos; a energia representa quase 50% de seu custo total. As usinas hidrelétricas têm deixado para o poder público e os atores locais a conta a ser paga, ou seja, os custos ambientais (inundações, perda da biodiversidade) e sociais (populações deslocadas, desemprego, disseminação de doenças como a malária, inundações de áreas imensas, migração, etc.). Além evidentemente, do subsídio de tarifas concedido à Eletronorte pela sociedade, que paga no lugar das empresas de alumínio, todas elas de capital privado, nacional e internacional. Paradoxalmente, países importadores, como o Japão, os EUA e o Canadá, são justamente os que detêm o controle econômico das cadeias produtivas globalizadas, incluindo os mais sofisticados produtos derivados do alumínio.

Os efeitos sobre os territórios provocados pelas grandes barragens têm ficado cada vez mais evidentes. Em todo o mundo, a discussão é polêmica, mas amplia-se o círculo do movimento mundial contra as barragens. Novos atores surgem, explicitando as razões para combater esses empreendimentos que, pela natureza dos investimentos e dos interesses em jogo, alteram o modo de vida de milhares de pessoas no planeta. Um estudo concluído em 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, com o apoio do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas e da União Internacional para Conservação da Natureza, reunindo especialistas de 42 países, depois de analisar mais de mil empreendimentos, recomendou que se tenha "extrema prudência nessa área". Em um século, construíram-se barragens em 60% dos rios no mundo. Foram mais de 45 mil barragens, considerando apenas as que têm mais de 15 metros de altura ou mais de 3 milhões de metros cúbicos de água represados. Nelas foram investidos mais de US\$ 2 trilhões. E dezenas de milhões de pessoas – em torno de 60 milhões – foram deslocadas pelos empreendimentos.

O barramento do rio Xingu pela hidrelétrica de Belo Monte, caso esta venha a ser construída, representa uma forma de privatizar o rio, pelo menos nos trechos a cargo do consórcio de empresas privadas conforme pensado pelo atual governo. Será a primeira vez, na Amazônia, que o Estado repassa um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada. Isso não ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí, até o presente sob



administração de empresa estatal do sistema Eletrobrás, a Eletronorte. Muito menos com as usinas de Balbina ou Samuel que se mantêm na Eletrobrás. Mas a de Belo Monte será construída através de um protocolo que incentiva a relação entre o sistema público e o privado (PPP), justificando assim a viabilização de seu financiamento. Em lugar de venda o governo prefere falar de parceria. Logística coerente com as estratégias da economia flexível, de mercado, que pressiona a liberalização dos serviços em países em desenvolvimento, observando-se na esfera mundial o crescimento do interesse privado nos serviços básicos tradicionalmente mantidos em mãos do Estado.

Ainda que se trate de projetos de geração de energia, o essencial é o rio, e considerando os debates e a coalizão de interesses privados em torno dos serviços advindo dos recursos hídricos, a privatização de Belo Monte pode significar um primeiro passo na direção da privatização de outros recursos e serviços relacionados ao rio. Os grupos locais que contestam a barragem se apóiam em argumentos sobre a privatização do projeto, que justifica, a seus olhos, as mobilizações e negociações para impedir sua construção.

### **ÁGUA NO CONTEXTO DE NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: DIRETRIZES DA OMC E DE OUTRAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS**

O ano de 2003 foi escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Água Doce. E certamente não se trata de um fato isolado. Nesse mesmo ano, no mês de março, foi realizado o III Fórum Mundial das Águas, em Kyoto, no Japão, onde a principal pauta política concentrou-se na gestão dos recursos hídricos. O discurso sobre a carência de água no mundo, numa coloração alarmista, foi a justificativa anunciada para acelerar a definição das metas sobre o acesso à água potável no planeta, com a redução à metade, até 2015, do total de pessoas hoje privadas de água potável e quase o dobro de serviços de saneamento.

Embora o Comitê de Economia, Cultura e Direitos Sociais da ONU tenha declarado a água como um direito humano e um bem social e cultural, ainda no final de 2002, esta organização internacional não reagiu às pretensões da Organização Mundial de Comércio em incluir na pauta da 5ª Reunião Ministerial de Cancun, a água em um de seus principais tratados, o Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS).

A União Européia também pressiona para que o OMC incorpore os serviços de água. Evidentemente, pois as maiores corporações mundiais nesse setor são européias como a Vivendi e a Suez (França), RWE e Aquamundo



(Alemanha) e Thales Water e Biwater (Grã-Bretanha). Esses países estão tentando instituir a noção global de água como um bem comum, o que certamente trará conseqüências à abertura de espaços para contestar projetos e políticas locais.

É importante examinar as políticas que estão sendo formuladas pelas agências internacionais através dos inúmeros encontros de Cúpula, que contam com a influência de Estados, sobretudo aqueles que têm grandes interesses em garantir os mercados futuros desse recurso com empresas de porte, a exemplo da França, do Canadá, dos Estados Unidos. Também no âmbito de movimentos sociais, de organizações não governamentais e outros segmentos sociais estão sendo formulados conceitos e demandas de políticas. São interesses e discursos que começam a se explicitar e que expressam interpretações diversas, que nos permitem supor conflitos futuros relacionadas aos recursos hídricos, a começar pela noção de propriedade da água e dos recursos comuns, como se refere o texto da Comissão Mundial de barragens (2015)

Por outro lado, os interesses de Estados, agências multilaterais e empresas desenham a dinâmica social e econômica a nível mundial. O que está em questão, no fundo, é a propriedade dos serviços de água, mas impulsionada por uma lógica econômica que vê a água como mercadoria, um produto de regulação pelo mercado. Por isso parece bem ambígua a frase freqüentemente repetida em fóruns oficiais, estatais e empresariais, de que não se trata da propriedade da água, mas dos serviços de tratamento e distribuição de água, e de saneamento. Países como o Chile tem estatutos de direito à propriedade que assegura a propriedade privada de mananciais aquáticos. Por isso está em curso, ao mesmo tempo, uma revisão do direito de acesso à água.

Em 1992 através de um debate impulsionado, sobretudo, pelas grandes potências econômicas e agências multilaterais, avançou a idéia da água como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado, enquanto agente econômico, demonstrando o crescente interesse pelo recurso direcionado para a exploração intensiva no modelo empresarial (PETRELLA). Eventos de repercussão internacional reunindo pesquisadores do mundo inteiro têm atraído a atenção crescente de segmentos interessados na organização empresarial e institucionalização dos serviços relativos à água. Por esse ângulo, o setor água é bem dinâmico. Ao mesmo tempo, os interesses de Estados, agências multilaterais e empresas, definem as ações políticas e econômicas que estão sendo encaminhadas a nível mundial. O que está em questão, no fundo, é a disponibilidade da água como um elemento da esfera do



público, com caráter de inalienabilidade, para fins de acesso e domínio privado. A água como bem para oferta futura no mercado de serviços, impulsionada pela perspectiva de uma economia neoliberal que se expande para espaços da vida, do mundo da vida, como sustenta Habermas, até então não negociável no rol de bens de mercado.

O presidente Cardoso liderou negociações com o GATS assumindo posições mais agressivas que as de qualquer membro da OMC, segundo Ellen Gould<sup>2</sup>, quanto à questão da liberalização de serviços. Na conjuntura, o papel do Brasil no cenário internacional era importante para fazer avançar as estratégias quanto à liberação de isenções, pois segundo mostra a autora, “quaisquer concessões feitas ao Brasil serão automaticamente estendidas, a partir da cláusula da nação mais favorecida, a todos os membros da OMC. Assim, as transnacionais norte-americanas e européias, que dominam completamente o comércio internacional de serviços, vão tirar vantagens da posição de barganha brasileira assumida no GATS pelo Brasil”. Enquanto os membros da União Européia registraram uma “limitação em seus compromissos com o GATS, para especificar que não se aplicam aos serviços públicos a um nível nacional ou local, que podem estar sujeitos a monopólios públicos ou a direitos exclusivos oferecidos a operadores privados”, o Brasil, conforme Gould, pede para eliminar esse entrave. Ora, compromissos plenos do GATS relativos ao tratamento nacional requerem que os mesmos subsídios do governo concedidos aos fornecedores locais sejam disponibilizados para os fornecedores estrangeiros. Sobre as demandas econômicas o Brasil pede aos países a eliminação de todos os estudos prévios em qualquer setor de serviços consignados. Implicações: sem essa limitação em seus compromissos com o GATS, os governos que tentam influenciar o desenvolvimento de um serviço por razões sócio-econômicas estariam violando o acordo ao limitar o número de permissão no fornecimento do serviço. Quanto aos Serviços Específicos, em várias áreas, o Brasil está solicitando abertura total ao investimento externo a ser limitado pelos compromissos do GATS. Isto significa que os governos não poderiam - nacional, regional ou localmente - manter qualquer monopólio público de serviços ou disponibilizar qualquer benefício aos fornecedores locais sem estendê-lo aos competidores estrangeiros. Onde quer que o setor público ofereça um destes serviços, o Brasil tende a permitir a competição do mercado nacional com as empresas privadas estrangeiras.

---

<sup>2</sup> No artigo intitulado *A Posição do Brasil nas Negociações do GATS* enfatiza o papel do Governo. Fundação Böel, Berlin, 2003.



Com esses preceitos, conforme o trabalho citado, o Brasil não teria limites em seus compromissos com o GATS, e desta forma, ele não poderia fazer distinções para encorajar um tipo de investimento que de fato beneficie as economias locais, como as subsidiárias tendem a fazer quando comparadas a meras filiais de uma empresa estrangeira. Porém as ações encaminhadas pelo Brasil em Cancun mostram uma certa alteração nas suas posições quanto à questão dos serviços. Faleiros<sup>3</sup> informa que houve a rejeição pelo Brasil do controle internacional da água no III Fórum Mundial da Água, em Kyoto, junto com outros países em desenvolvimento. O Ministério das Relações Exteriores defendeu posição contrária ao texto final da convenção, que visava criar mecanismos internacionais de controle da água. Igualmente, ministros de diversos países da América Latina consideraram que esse controle internacional sobre a água colocava um problema de soberania sobre os recursos naturais. Contrariando assim as nações desenvolvidas, que sustentam os interesses de grandes corporações do setor e defenderam em Kyoto a criação de uma espécie de conselho mundial, que cobraria dos países pobres investimentos em suprimento de água e saneamento, além de boas práticas na gestão dos recursos hídricos.

Farto material produzido pela Organização Mundial de Comércio e pelo Banco Mundial mostra o grande interesse de organismos multilaterais em relação à água enquanto conceito econômico. Primeiro, pelo interesse em regular a água como bem econômico e de gestão global; segundo, pelo apoio a empresas privadas para que estas possam direcionar seu capital para os serviços de água, visando com isso envolver-se em concessões de abastecimento. As agências querem avançar em direção à liberalização dos serviços de água. Cada vez mais, as regras em negociação no GATS e na OMC fomentam políticas de investimentos diretos para venda aos países em desenvolvimento de um amplo leque de serviços tradicionalmente sob responsabilidade do setor público. Além disso, os serviços públicos básicos estão ficando sujeitos às normas do GATS, que tem procurado disciplinar e restringir as normas nacionais para que o capital estrangeiro possa entrar livremente no mercado, eliminando as restrições nacionais ou regulamentações que protegem os serviços das pretensões das empresas estrangeiras e transnacionais. Por isto a água está relacionada aos acordos de comércio, como mostra SHIVA (2005) onde está sendo pensada como uma mercadoria para

---

<sup>3</sup> Ver Valor Econômico de 21/03/2003, Difusão pela REDEPLAN.



regulação pelo mercado. Isso significa, que no futuro o Estado pode não ter mais o controle sobre a água de seu território<sup>4</sup>.

Há inclusive intentos claros do Banco Mundial de abrir novos campos para a privatização da água. Nos últimos meses, por exemplo, o banco tomou decisão de ampliar suas ações em direção ao financiamento de grandes obras de infra-estrutura a partir de 2003. Pode ser coincidência, mas isto acontece justamente, no momento em que as companhias estatais estão se retirando do setor. Por outro lado, o financiamento de grandes projetos, inclusive os de usinas hidrelétricas que, desde os anos 80 foram desaconselhados devido aos impactos sociais e ambientais, passam a fazer parte novamente das carteiras de financiamento do referido banco.

Entre os argumentos apresentados pelas Agências Multilaterais e o Banco Mundial em relação à água, está o reconhecimento da existência de uma crise mundial de água<sup>5</sup>. A tese que justifica a deflagração *de uma crise de água* tem outros corolários *tais como*, a água é escassa e deve por isso ter um preço justo para não ser desperdiçada e que os países do Sul são demasiado pobres e as inversões no serviço de água são altas e, por isso, as empresas locais não têm capacidade de investimento. Assim, os investimentos do Banco devem ter menos riscos.

Por outro lado, a União Européia está apoiando suas empresas de água e aquelas que desejem entrar no mercado, com subsídios para projetos de privatização e de assessoria às empresas para desenvolver projetos nos países em desenvolvimento, e apoiando a solicitação das Companhias de água para liberação do setor em 72 países. Os USA estão também atentos a lograr o acesso ao mercado da água e ganhar espaço de negociação nessa área.

A disputa entre esses dois blocos está cada dia mais evidente. Mas o argumento principal para justificar a privatização dos serviços de água é de que esta é a única forma de disponibiliza-la para todos. Realmente há carência de água em muitos países, mas também há uma fabricação da crise legitimando o interesse por soluções mais técnicas para o mercado de expertos.

Em Cancun, por ocasião da 5ª Reunião Ministerial da OMC, Vandana Shiva argumentara sobre as reais preocupações dos movimentos sociais com a possibilidade da retirada do tema da agricultura da pauta da OMC. A

---

<sup>4</sup> Assim, os investimentos privados de serviços de água e de saneamento não se fazem prioritariamente onde eles podem ser mais necessários, por exemplo, nas áreas rurais ou cidades pequenas, mas nas grandes cidades em função da maior densidade de potenciais consumidores.

<sup>5</sup> Quando se fala de crise de água, em geral não é explicitado que 70%, da água usada vai para os sistemas agrícolas de porte industrial, e não para os sistemas do setor da pequena produção de alimentos.



agricultura orgânica conserva o solo, segundo resultados de pesquisas econômicas. Ela justificava que apoiando a agricultura orgânica, se poderia produzir cinco vezes mais alimentos sem aumentar o gasto de água, sem perder os rios e a cultura que vai com eles, ou sem saquear o que “é nosso para ir mais além vender o que temos”. É bom não esquecer que nos bastidores se trava uma disputa de mercado entre *USA* e *UE* e, por isso, o protocolo da biodiversidade que facilita a manutenção de sistemas agrários complexos não interessa aos países desenvolvidos. Pois as grandes corporações lançam campanhas com metas para serem atingidas e direcionadas para o mundo inteiro. Confrontam-se assim discursos ambientais contraditórios que não conseguem esconder os interesses de mercado. Este debate ficou mais claro com as manifestações das organizações sociais de diferentes países e continentes presentes em Cancun<sup>6</sup>, e na interação das redes de movimentos sociais e de Ongs, onde foram definidos três temas considerados prioritários enquanto estratégias dos movimentos sociais: água, direitos humanos e agricultura.

As empresas norte-americanas exercem uma dominação crescente sobre as exportações mundiais de serviços. Ao controlar 18,8 % do mercado mundial de serviços, os Estados Unidos exportam mais de duas vezes e meia que a Grã-Bretanha, seu concorrente mais próximo. Já a América Latina responde por 4% das exportações mundiais de serviços e a África apenas por 2,2%. Apenas cinco nações desenvolvidas detêm 53% das exportações mundiais de seguros; 73% de exportações culturais e recreativas e 74% de exportações de serviços financeiros e obtêm 87% de todas as receitas oriundas de taxas de *royalties* e licenças, sendo que as empresas norte-americanas recebem mais da metade do total (Apud. GOULD: 2003). As estatísticas mostram que o Brasil, segundo a autora, importa muito mais serviços do que exporta - 11,9 bilhões de dólares em importações versus 6,8 bilhões de dólares em exportações -, uma situação que só pode piorar com as modalidades de liberalização extensiva de serviços que o próprio Brasil estaria buscando nas negociações com o GATS<sup>7</sup>.

Um sinal do olhar atento das grandes corporações para os mananciais de água, onde quer que eles estejam, está nas negociações recentes sobre o aquífero Guarani. Representantes do Banco Mundial juntamente com os

---

<sup>6</sup> Fórum sobre Água realizado pela Fundação Böll pós-Cancun, 2003.

<sup>7</sup> Para consulta: <http://www.ewbrip.org.br>; [www.planetaportoalegre.net](http://www.planetaportoalegre.net); [www.world-psi.org](http://www.world-psi.org); [www.psiru.org](http://www.psiru.org) ; [www.terceiromundo.org.br](http://www.terceiromundo.org.br) <http://www.irn.org>.



governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai reunidos em maio de 2003 em Montevideu, decidiram levar em frente um projeto de pesquisa sobre um manancial de águas subterrâneas, que constitui a maior reserva mundial de água doce e que atravessa os territórios desses países. Com o nome de Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, iniciaram as negociações para investimentos na ordem de 27 milhões de dólares em que entrariam ainda os governos da Alemanha e da Holanda, a Agência Internacional de Energia Atômica e a Organização dos Estados Americanos. Este acordo, segundo informa Arencibia<sup>8</sup>, significa que as informações estratégicas sobre a mais importante reserva subterrânea de água doce da região, "considerada también la más grande del mundo, será manejada por quienes financien el proyecto. Ligados a grandes grupos económicos y corporaciones transnacionales, dominarán el conocimiento que ha sido gestado durante años por investigaciones desarrolladas en las universidades latinoamericanas".

A água no mundo é dominada por duas multinacionais francesas, a Suez e a Vivendi, que controlam dois terços dos serviços de água privatizados no mundo. As outras grandes companhias são a Saur, Thames, Anglian e IWL. Na América Latina a principal empresa que atua é a Suez, que opera na Argentina e no Brasil, e em quase todos os países que já privatizaram sistemas de água. A primeira privatização no Brasil foi também da Suez, no município de Limeira<sup>9</sup>, em São Paulo, e pode ser constatado pela sua atuação em algumas cidades, inclusive na cidade de Manaus, na Amazônia brasileira. O serviço que realiza inclui a captação, tratamento e fornecimento de água potável. Certamente não se pode antecipar como irá evoluir a situação, mas ela não é confortável para o Estado, a sociedade civil e nem para a empresa.

Desde o final dos anos 80 e durante a década de 90, momento do auge do discurso ambientalista, o Banco Mundial deixou de financiar grandes projetos de represas, considerando a pressão de movimentos sociais e ambientalistas. Belo Monte, no rio Xingu, foi uma das represas sustadas no Brasil por falta de financiamento do Banco Mundial. Mas houve mudanças, e

---

<sup>8</sup> Fabiana Arencibia - fernandoramirez@igwc.org, difundido pela Red Eco Alternativo.

<sup>9</sup> As corporações Vivendi e Suez são as maiores do mundo, estando a primeira entre as 51 primeiras empresas e a Suez no 99º lugar do mesmo ranking das 500 maiores fortunas do mundo. (Fortune's Global 500 citado Markus Krajewski – GATS? O que está em jogo? BROT – [www.brot-fuer-die-welt.de](http://www.brot-fuer-die-welt.de) – distribuído no Fórum Boell de Cancun, set de 2003). Juntas, controlam e captam 40% das cotas existentes do mercado de água. A alemã RWE segue as duas primeiras, ficando em 3º lugar. Adquiriu a gigante britânica da água, a Water Works. Outras grandes corporações da Água são a Bouygues/Saur, a U.S. Water e a Severn. A base de clientes dessas empresas regula mercado em torno de 50 milhões de consumidores de seus serviços.



agora essa instituição está em sintonia com o Relatório da Comissão Mundial de Diques e com a Cúpula de Johannesburg cuja recomendação foi incentivar a pressão do setor privado para liberar ao mercado os serviços. Essa tendência prioriza grandes projetos de infraestrutura. No Brasil, os processos em curso conduzem a liberar o comércio de energia hidráulica dentro dos objetivos do GATS. Além do que continua sobre a mesa o interesse das grandes empresas pelas barragens segundo mostra a pesquisa de Brugger (2003). O Informe Camdessus deixa claro suas intenções de investimento e de mudanças no marco regulatório dos países em desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em torno da água se desenha uma fragmentação e o conflito entre aqueles que defendem a liberação do mercado, com fortalecimento da economia globalizada onde a água é o foco de privatização de serviços antes ofertados pelo sistema público e, de outro, as organizações da sociedade civil perfilados com a concepção da água como bem público, formulada com base nos direitos humanos e nos códigos da cultura. A questão que permanece, é de saber até que ponto as grandes corporações tem interesse na água a partir de grandes obras hidrelétricas.

Ainda que a hidrelétrica não seja, a rigor, uma modalidade direta de privatização da água, há uma associação percebida nas pressões de corporações do setor água junto ao Banco Mundial e ao GATS, interessadas em grandes obras de barragens e diques e barragens. Por outro lado, o Banco Mundial, que havia abandonado o financiamento de grandes projetos hidrelétricos desde os anos 80, devido às manifestações da sociedade civil em diversos países do mundo, e aos resultados de pesquisas sócio-ambientais, novamente os inclui em sua agenda, seguindo as negociações em torno da liberação do comércio e a formulação de novos protocolos de financiamento.

O I Fórum Social Mundial das Águas, realizado em Florença, em março de 2003, reuniu representantes de diversos países interessados no debate sobre o acesso aos recursos hídricos como direito comum e, portanto, no âmbito dos direitos humanos, acompanhando as formulações da reunião de cúpula de Kyoto. Procurou institucionalizar um espaço propositivo, visando apontar políticas que aliassem a questão da água aos processos de participação e democratização de seu acesso como direito de todos, reconhecendo a possibilidade de arranjos locais, que atendam a critérios sociais, econômicos e ambientais de cada país ou região. Postulação ética



fundamental pois como os demais recursos naturais, o acesso à água também reflete a estrutura de poder e as desigualdades sociais, inscrevendo-se certamente na ordem dos direitos humanos. As diferenças sociais estão estampadas, por exemplo, em cidades como Lima e México pelo acesso aos serviços, ou nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os grupos em defesa da água como bem público defrontam-se em primeira instância com atores empresariais, a exemplo de Colchabamba na Bolívia e Manila nas Filipinas. De um lado, estão os interesses da economia globalizada e dos empresários, que propugnam pela privatização dos recursos, com objetivos de lucro e acumulação; do outro, todos aqueles que concebem a água como um bem comum, público, princípio da vida e, por isso no âmbito dos serviços básicos que sempre fizeram parte da agenda do Estado.

No Brasil as reações da sociedade civil frente à problemática da água organizaram-se em vários espaços constituindo-se enquanto Movimento da Cidadania pelas Águas. Em 1997 ele afirmava-se na defesa da formulação de novos conceitos capazes de cobrir os interesses formais e difusos dos indivíduos, ameaçados no seu entender, pela difusão de interpretações que consideram a água como um bem econômico. Para ele a defesa da água como bem público é vital pois fundada em princípios referidos à reprodução da vida.

## REFERENCIAS

BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. **Revista Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1205/1858>> Acesso em: 10 jan. 2014.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W. CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (Eds.). **Amazônia, Região Universal, Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Salvador. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 45-62, 2012 (Dossiê Amazônia, Fronteiras e Poder).

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 225-246.



COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens** - Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil). África do Sul: Comissão Mundial de Barragens, 2000. Disponível em: <[http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucurui\\_rel\\_final.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucurui_rel_final.pdf)> Acesso em: 14 jan. 2015.

FEARNSIDE, P. M. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 1, p. 5-19, 2011.

PUENTE, C. A. Mujeres e imaginarios de la globalización – reflexiones para una agenda teórica global del feminismo. Rosario (Argentina): Homo Sapiens, 2008. p. 25-51

SEVÁ FILHO, A. O. Obras na Volta Grande do Xingu: um trauma histórico provável? In: ANDRADE, L.; SANTOS, L. **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

SHIVA, V. **Guerra por água**: privatização, poluição e lucro. 2015. 180p

**GT 12 - Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****AMBIENTAÇÃO DIGITAL DE ESPAÇOS DE POLÍTICA E TURISMO: O CASO DO ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO**

Marília JARDIM (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>  
jardimmarilia@gmail.com

Wallace Corrêa PANTOJA JR (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>  
e-mail

**RESUMO**

Este artigo pretende discutir a problematização da cultura e sua relação com a política e o mercado a partir do Espaço São José Liberto, pois leva em consideração a sua representação enquanto espaço comercial, de negócio, de economia, de turismo, criativa e cultural, ou seja, esse ambiente faz parte de um sistema que consideramos também dentro do campo da moda. O Espaço São José Liberto (ESJL) é um prédio histórico está localizado na capital paraense, Belém, bairro do Jurunas. A partir dessas considerações, iremos analisar as interações comunicativas do Espaço São José Liberto nas redes sociais online, como o Facebook e discutir o que se é falado sobre o Espaço e que narrativas são construídas nas redes: se existe uma evocação do passado, já que a história do presídio ainda é relativamente recente, ou exaltação do presente, pois o lugar movimenta a economia criativa da cidade, além de receber turistas de várias partes do Brasil e do mundo. Como arcabouço teórico, estamos embasando nossa pesquisa nas relações de socição de Georg Simmel, relações sociais na internet a partir de Raquel Recuero e André Lemos, além de Luiz Gonzaga Motta para compreender o que é narrativa e como elas são construídas nas redes sociais online. A metodologia utilizada será análise de conteúdo e análise da narrativa.

Palavras-chave: Interação, Digital, História, Economia Criativa, Narrativas.

**1. INTRODUÇÃO**

A utilização de redes sociais é um dos maiores princípios para afirmação de alguém ou algo na contemporaneidade. Redes sociais viram vitrines para qualquer tipo de informação, interação, até mesmo sendo espaço para compras e análises.

Dentre as redes sociais mais utilizadas para suportarem essa visibilidade, a mais utilizada é o *Facebook*. Dentro da rede, é possível criar uma Página para o devido negócio ou serviço, e através de convites ou publicidade paga ao próprio *Facebook* a página ganha mais visibilidade.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. Email: jardimmarilia@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando de Comunicação Social na Faculdade de Comunicação (FACOM), UFPA Brasil. Email: wallacejpr97@gmail.com.



Uma página dentro da rede social é um ambiente plural, onde é possível ver publicações da empresa, promoções e como uma plataforma de interação entre o consumidor e a empresa há dois tipos: o *chat* e as avaliações.

A comunicação no *chat* é mais isolada, tendo a visualização apenas para o dono da página e o consumidor. As avaliações são feitas através de qualquer pessoa que possua uma conta em rede social, onde é atribuídos uma nota e um comentário (este último, opcional) e estes são visíveis para qualquer visitante que abra o *link* da página.

O Espaço São José Liberto, hoje em dia, atua como um polo de turismo na cidade de Belém, onde há, além do grande museu, a venda de utensílios, muitas vezes manufaturados, fora da malha de grandes empresas e multinacionais. O espaço, na verdade, funciona como uma plataforma que fornece visibilidade para a venda e produção de uma economia mais criativa da cidade. Entretanto, nem sempre este local foi utilizado como referência para produção de moda, venda e movimentos culturais.

O objetivo deste artigo é verificar como o espaço está presente ciberneticamente nas redes sociais, e quais são e como são opinadas as narrativas presente em diversos comentários realizados acerca deste espaço na internet. Visto que, há não muito tempo, este local era um antigo presídio e há um choque social devido a um passado mais obscuro e seu presente mais cultural, criativo e produtivo.

## 2. O ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO

O Espaço São José Liberto (ESJL) é um prédio histórico que está localizado no bairro do Jurunas, em Belém, no Pará, e, atualmente abriga o Museu de Gemas do Pará, o Polo Joalheiro, a Casa do Artesão, o Memorial da Cela, o Jardim da Liberdade, a Capela São José, o anfiteatro Coliseu das Artes, além de lojas de joias, ilhas com serviços de ourivesaria e auditório.

O prédio possui três entradas, sendo uma pela estrutura original e outras duas na área mais nova da construção. Ao entrar pela porta principal, à direita, encontra-se a Capela de São José, que dá nome ao lugar e que foi erguido com intenção religiosa, ser o Convento São José, em 1749 pelos frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade:

Os **Capuchos de São José ou da Piedade** (Franciscanos reformados da Província de Nossa Senhora da Piedade), entraram na Amazônia entre 1692 e 1693 em Gurupá (Pará), e em 1749 vieram para Belém (Convento de São José, hoje “Pólo Joalheiro São José Liberto”). Na demarcação, deveriam se ocupar de todas as terras que circundassem a Fortaleza de Gurupá e todas as terras que ficassem para cima da aldeia de Urubuquara, subindo o Rio Amazonas, tendo como limite, e inserindo, os Rios Trombetas e o Gueribi. Trabalharam no Baixo e Médio Amazonas, Cabo do Norte (Amapá) e rio Tocantins, organizando um hospital em Gurupá, e ainda, aldeamentos que deram origem a vilas e cidades (MARTINS, 2009, p. 155).



A estrutura original feita de pedras, areia e grude de peixe une-se ao anexo mais recente e, ao entrar pela esquerda, encontra-se uma pedra Quartzo Hialino que indica uma das atuais funções do Espaço que é ser o Museu das Gemas, que reúne um acervo representativo arqueológico e gemológico do país com cerca de quatro mil pedras de diferentes tipos em exposição. Paralelo ao Museu das Gemas funciona o Polo Joalheiro que produz joias em metal e pedras preciosas, tornando, assim, o Espaço referência no ramo da ourivesaria.

A construção de um polo gemológico reflete a preocupação do governo estadual com a densa exploração mineral do estado do Pará. Em 1988 começam as primeiras ações em relação às mudanças ocasionadas na área da mineração paraense. Em 1995, a *Política de Desenvolvimento Mineral no Estado do Pará* surge em prol do desenvolvimento sustentável e descentralizado visando atender às necessidades regionais. No período do governo Almir Gabriel (1995-2002), surge cursos de capacitação de ourives no município de Itaituba, após o pedido da Secretaria Municipal de Mineração e Meio Ambiente desse município para a Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Promoção Social. Em seguida, percebe-se que tais cursos poderiam desenvolver uma cadeia produtiva que gera emprego e renda para o estado do Pará (CHAVES, 2015). Ainda de acordo com Chaves,

E com base nesses esforços iniciais, o governo estadual apresenta o **Programa Estadual de Desenvolvimento de Gemas e Jóias do Pará** que ficou conhecido como Programa Polo Joalheiro do Pará – que foi incluso no PPA 1998 - com dotação orçamentária via SETEPS e SEICOM, destinado a atender a todos os produtores de jóias do estado que se concentram na região Metropolitana de Belém e nas cidades de Marabá e Itaituba (2015, p. 84).

Em 1999 foi iniciada a implantação do Programa de Desenvolvimento de Gemas e Joias, mas somente em 2001 que o atual Espaço São José Liberto começou a ser ocupado para se transformar a sede física do Polo Joalheiro, se tornando assim um local de referência para comércio e pesquisa da produção aurífera e de gemas.

Lojas de joias, gemas e Ilhas de ourivesarias e gemas também funcionam no Espaço, incentivando o mercado, trata-se de unidades comerciais para a promoção e vendas de joias do Programa Polo Joalheiro/PA. Ao todo são 12 unidades comerciais (UC) compartilhadas, gerenciadas por 11 empresas formais, participantes do Programa Polo Joalheiros do Pará, que geram recursos próprios para a manutenção das ações do programa. Destaca-se a existência de 01 UC para incubação de negócios gerenciada pela Organização Social (OS) gestora do ESJL que atende os empreendedores formais e informais do Programa. E uma loja de joias antigas.

Anfiteatro Coliseu das Artes, uma arena cultural que também funciona para a promoção de eventos com vistas a gerar recursos para o Polo Joalheiro. É palco de



programações culturais de teatro, dança, música, mágicas, grupos folclóricos, desfiles de joias e moda, lazer para as crianças de 01 a 07 anos acompanhadas. No entorno do anfiteatro encontra-se a instalação artística “Rio em Pé” que representa a cultura ribeirinha amazônica dos autores Emanuel Franco e Paulo Chaves.

Casa do Artesão é um espaço de divulgação e comercialização do artesanato paraense com representação da produção de todas as microrregiões do estado do Pará, compreendendo o atendimento de 43 municípios. Expõe diariamente para promoção produtos de artesanato que tem matéria prima natural de origem: animal, vegetal e mineral. A Casa do Artesão também comercializa produtos de outros setores criativos como: publicações e mídias impressas, livros, DVDs e CDs de autores paraenses, artes visuais como: pintura em tela e papel de autores que promovem a cultura amazônica. Sob a classificação de alimentação típica, promove a cultura alimentar amazônica por meio dos produtos: farinha d’água e de tapioca, chocolates, bombons de cupuaçu, castanha, bacuri e açai, chocolate com leite de búfalo, cachaça com jambu, cacau em pó e licores de frutas típicas.

Também funciona no Espaço a Escola de Ourivesaria oferece ao público cursos livres de ourivesaria a custo de mercado, seu gerenciamento é realizado por uma empresa de joias cadastrada no Programa Polo Joalheiro e o Espaço Moda inaugurado em outubro de 2016 com a finalidade de realizar a comercialização de produtos de moda, gerados por empresas formais e empreendedores informais, cadastrados no Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda, Design e Indústria da Confeção – Polo MetrÓpole.

Hoje, o Espaço está presente na Internet por meio de site oficial, blog, perfil no Twitter e página oficial no Facebook. Compreender a importância da comunicação digital é fundamental para entender como as pessoas se relacionam com o Espaço São José Liberto por meio de comentários feitos na rede social Facebook.

### **Comunicação digital**

O mundo está na Era da Comunicação Digital, o avanço tecnológico e o barateamento de aparelhos de comunicação e redes de Internet permitem com que as pessoas compartilhem cada vez mais e mais rápidas informações em tempo real.

As novas tecnologias da informação acabam por influir, de forma decisiva, na maneira pela qual esta passa a ser produzida e a circular. As mudanças, grandemente facilitadas a partir das novas tecnologias digitais e sua organização em redes de computadores, tendem a romper com a cultura de massa predominante até então, permitindo que uma parcela da população, detentora de seus códigos de acesso, interaja ponto a ponto, em oposição às formas existentes de comunicação de massa e seus preceitos unidirecionais (BERNARD, 2007, p. 41).



Além disso, órgãos governamentais, empresas privadas e organizações não governamentais, precisam se adaptar aos novos meios de comunicação digital, para poder ter contato melhor com seu público. Por isso, é necessário manter atualizado os estudos sobre as novas formas de comunicar, principalmente em redes sociais populares, como o Facebook.

O ato de comunicar faz parte da atividade humana social, bem como a sociedade a cultura, sendo que a tríade não se sustenta sem um dos três. A comunicação oral foi uma das primeiras formas de compartilhar conhecimento, narrar histórias e criar um elo entre os participantes de um mesmo grupo social, afinal, criar laços foi fundamental para a constituição de grupos sociais.

“A combinação dos sons em sequências de diversos comprimentos pode, além de descrever objetos, representar ideias” (PERLES, 2007). Ainda para Perles, citando Marques de Melo, ele explica que “Resgatando o termo em sua etimologia Marques de Melo (1975, p. 14) lembra que “comunicação vem do latim ‘communis’, comum. O que introduz a ideia de *comunhão, comunidade*” (grifos do autor)”. Assim, comunicar é sinônimo de compartilhar e viver em sociedade, atos de todos os seres humanos enquanto seres sociais.

As formas de comunicação que necessitam de uma ferramenta ou um meio também passaram a fazer parte da sociedade e sua evolução acompanhou o ritmo da história do mundo ocidental. A imprensa de Guttenberg<sup>3</sup> por exemplo, é um marco na transformação dos meios de comunicação, assim como o telegrafo, telefone, rádio, TV e a Internet. Cada vez mais rápida e eficiente, a Internet ganhou espaço e hoje faz parte de 44% da população mundial<sup>4</sup>. A evolução da tecnologia permitiu aos usuários ter a internet na palma da mão, literalmente, por meio de dispositivos móveis de comunicação.

É um momento de hiperconexão em rede, onde estamos não apenas conectados, mas onde transcrevemos nossos grupos sociais e, através do suporte, geramos novas formas de circulação, filtragem e difusão dessas informações. (SOUZA, 2011, p. 15).

Assim como os outros meios de comunicação, a Internet também tem sua própria história evolutiva, inclusive, mais rápida que os demais meios. Os primeiros protótipos de computadores tinham fins militares, as máquinas seguintes eram usadas em ambientes

---

<sup>3</sup> A imprensa de Guttenberg é um invento do século XV de Johannes Gutenberg. O aparato é uma prensa móvel que facilitou a produção em massa de livros impressos, já que até então, a produção os exemplares eram produzidos por meio de cópias manuscritas. Informação disponível em <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/invencao-imprensa.htm>. Acesso em 30 nov 2016.

<sup>4</sup> Informação disponível em <http://www.tracto.com.br/quantas-pessoas-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>. Acesso em 20 out 2016.



acadêmicas para transmissão de dados. Somente nos anos 1970 e 1980 que os microcomputadores passaram a ser comercializados.

A Internet transforma-se num sistema mundial público, de redes de computadores – numa rede de redes –, ao qual qualquer pessoa ou computador, previamente autorizado, pode conectar-se. Obtida a conexão o sistema permite a transferência de informação entre computadores. A infraestrutura utilizada pela Internet é a rede mundial de telecomunicações. (ALMDEIDA, 2005, p. 4).

O desenvolvimento de conteúdo próprio para a Internet ainda era precário: os sites de notícia publicavam apenas textos reproduzidos dos jornais impressos. Esse período é chamado de web 1.0 e não há interação entre produtores de conteúdo e usuários. A partir do momento em que os usuários começaram a produzir e compartilhar conteúdo por seus próprios equipamentos, a Web passou a ser chamada de Web 3.0.

De acordo com (Cataldo, 2009), a natureza do World Wide Web mudou da página estática e individual, e-mail (Web 1.0), para o que temos hoje (Web 2.0) em que um conjunto de novos recursos, tais como, redes sociais, wikis e mensagens instantâneas, transformaram as formas como nós, indivíduos e empresas, utilizamos a rede. Hoje, as tecnologias de “Web 3.0” também conhecidas como “Web Semântica”, começam a ganhar força dois lados do firewall, transformando o mundo e o mercado (KOO, 2009, p. 119).

A partir dos anos 2000, a Internet ficou mais acessível e o acesso à informação ficou mais fácil graças ao barateamento da tecnologia e dos aparelhos como computadores de mesa, notebooks e, mais recentemente, *smartphones*. As pessoas passaram não só a ler mais rapidamente notícias vindas do outro lado do mundo como também passaram a criar e compartilhar conteúdo. Um exemplo claro dessa mudança é o fenômeno de blogs sobre os mais diversos assuntos, incluindo moda, na web.

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros. (RECUERO, 2009, p. 24).

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas



são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. (RECUERO, 2009, p. 24).

Compartilhar fatos em redes sociais se torna uma maneira de narrar sobre a vida pessoal e fatos cotidianos como forma de construir uma identidade nas redes sociais online, tal qual é feito nas redes sociais off-line. Narrativas são histórias e histórias são contadas o tempo todo. Ao contar histórias, fazemos escolhas sobre o que vai ser contado e o que vai ser omitido em determinado espaço, seja físico, como o espaço de um jornal, seja abstrato, como ocorre ao contar uma história. Em “Análise da Narrativa Crítica” (2013), Luís Gonzaga Motta discute a narrativa a partir de uma perspectiva de enunciação, ou seja, a proposta está focada no processo de comunicação narrativa.

O autor aponta seis razões para estudar narrativas. Primeiro, é uma maneira de entender quem somos a partir das histórias que contamos: “Compreender um pouco mais o ser humano na sua complexidade, entender o mundo humano, demarcar nossas identidades, o que somos, como nos constituímos é o trabalho simbólico das análises das narrativas” (MOTTA, 2013, p.30).

Segundo, é uma forma de entender as representações do mundo que são criadas a partir das narrativas e que permeiam a sociedade contemporânea que se cruzam nas relações humanas. Terceiro, e ainda sobre representações, narrativas permitem esclarecer as diferenças entre representações reais e fictícias. Dialogando com Paul Ricoeur, Motta aponta que não se podem pensar as narrativas sem que elas estejam em um contexto significativo, já que as histórias são contadas a partir de uma intenção.

A quarta razão pela qual devemos estudar as narrativas é elas servem para entendermos o passado recriado por meio das histórias e até onde essas histórias realmente aconteceram. Também é uma maneira de identificarmos como histórias se tornam legítimas dentro da sociedade. Por fim, estudar narrativas é necessário para que as histórias sejam melhores contadas e renovadas ao surgimento de novas técnicas que permitem a troca de informação.

Motta (2013) reflete sobre o significado da linguagem na experiência e conhecimento humano e coloca a narrativa no centro das discussões da realidade social e discute que a linguagem permite que o mundo adquira sentido, sendo essa linguagem oral, imagética, escrita. A teoria narrativa, chamada de Narratologia, é o campo de estudo e um método de análise da prática de contar histórias.

Ainda de acordo com Mota (2013), análise narrativa está relacionada com o formalismo russo e ao estruturalismo literário e antropológico francês, por isso é um método



que também se aplica em outras áreas do conhecimento e se torna uma teoria interpretativa da cultura. O mundo cultural começa a existir a medida que os homens dão sentido a ele, por meio do ato de significar as coisas com relatos, sendo esses relatos divulgados cada vez mais amplamente pela mídia.

Todas as formas de significação fazem parte do mundo cultural, o que inclui imagens, objeto empírico deste trabalho. Assim, as imagens, estáticas ou em movimento, também são narrativas, principalmente nos dias atuais em que fotografias chamam mais atenção do que textos, por exemplo.

Olhamos, identificamos, construímos sentidos. É pelo olhar que estabelecemos nosso lugar no mundo que nos cerca. Estamos cercados pelo lugar onde vivemos. Nele, construímos narrativas coletivas, nos reconhecemos como contemporâneos e trocamos histórias (MOTA, 2012, p.198).

O uso das redes sociais online é uma característica não só da geração que nasceu e cresceu com a tecnologia como de gerações anteriores que se adaptam aos novos aparelhos e querem se inserir na cultura participativa

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2009, p. 30).

### **As narrativas do ESJL nas redes sociais online: avaliações na página do ESJL no Facebook**

Compreender o estudo das narrativas nas redes sociais online é fundamental para compreender como são contadas histórias locais e a experiência que as pessoas constroem ao visitar o Espaço. Foram selecionados comentários que fizeram avaliação na página do Espaço no Facebook. Comentários relevantes, que não apenas marcam estrelas, mas tecem narrativas com impressões reais, positivas ou negativas, sobre o ESJL. Período: entre julho e agosto de 2017.





 **Rosângela Quintela** avaliou Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará — 5★  
13 de julho · 🌐

Um lugar de memória! Um território criativo, com uma história impar! Aplausos a todos e todas que dão vida a este espaço. Vale muito a pena conhecer!

 Amei  Comentar  Compartilhar

 Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará

 Escreva um comentário...

 **Fabio Gorayeb** avaliou Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará — 5★  
22 de julho · 🌐

A cultura e a arte indígena Marajoara servindo de inspiração para jóias belíssimas. O complexo todo é incrível. Vale muito a pena visitar.

 Amei  Comentar  Compartilhar

 Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará e Edilene Silva

 Escreva um comentário...

 **Waldemar Marinho** avaliou Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará — 4★  
19 de julho · 🌐

Pena que a população da cidade ainda não compareça ao espaço com a expressão que ele merece receber. Mas veio para ficar.

 Curtir  Comentar  Compartilhar

 **Odília Azevedo** avaliou Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará — 5★  
10 de agosto · 🌐

Espaço tranquilo, clássico, cheio de memórias da história de Belém, e fruto do esforço daqueles que souberam transformar um local, antes sombrio, em um monumento à arte dos artesãos e joalheiros do Pará. Orgulho de ter um local assim na nossa cidade!

 Amei  Comentar  Compartilhar

 6

 Escreva um comentário...

 **Emmena Mello** avaliou Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará — 4★  
12 de agosto · 🌐

Parabéns à iniciativa do Dr. Almir Gabriel em transformar aquele espaço em uma verdadeira JÓIA da cidade de Belém, extensivos ao governador Simão Jatene por dar continuidade à preservação desse espaço, digno de admiração por todos que o frequentam!

 Curtir  Comentar  Compartilhar

 Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro do Pará e Rosie Violete



O conteúdo dos comentários se referem às qualidades do lugar, à história, à cultura e aos objetos que se podem encontrar no Espaço, como artesanato e joias. São feitos elogios à estrutura e aos serviços, além de elogio ao governador Almir Gabriel, que na época da reforma do Espaço estava à frente do governo estadual.

Os comentários vêm acompanhados de estrelas que variam de uma a cinco e que a média serve de parâmetro para uma avaliação geral do lugar. Também é possível que a página responda às avaliações, caso elas venham com críticas negativas ou dúvidas, se tornando assim, um canal de comunicação entre empresa e cliente.

Para entender as narrativas é preciso entender o contexto das histórias publicadas. Afinal, “As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de perderem seu objeto determinante” (MOTTA, 2013, p. 120).

Para Motta (2005, p. 7) “O reconhecimento das personagens e de sua dinâmica funcional ocorre concomitantemente com a identificação dos episódios porque as personagens são atores que realizam coisas (funções) na progressão da história”. As personagens identificadas nas narrativas são visitantes que tem alguma experiência com o Espaço e decidem compartilhar essa vivência nas redes sociais.

Na análise pragmática da narrativa a atenção desvia-se da relação narrador-texto para a relação comunicativa narrador-narratário, para o jogo entre as intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência. A perspectiva é outra, a atenção desloca-se do texto como unidade estática para a relação comunicativa intersubjetiva. O texto torna-se apenas o nexos de uma atividade interativa entre dois interlocutores (narrador e narratário) que realizam um processo, um ato comunicativo (MOTTA, 2005, p. 12).

Os discursos estão sempre em primeira pessoa, como forma de dar voz para as personagens, para que elas contem sobre a sua experiência, além de serem escritos no tom coloquial e com linguagem típica da internet. O texto está repleto de intencionalidades entre os narradores e narratários, como forma de mostrar uma perspectiva pessoal sobre o local e, assim, trazer mais veracidade e confiança para a página que compartilha as histórias.

Por fim, a metanarrativa, ou seja, o pano de fundo onde essas todas essas narrativas menores ocorrem, é o contexto da sociedade atual em que o Espaço é uma referencia turística da cidade de Belém. O objetivo é dar voz para que as pessoas narrem as suas impressões sobre o Espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar a interação de usuários da internet na página do ESJL, dentre os comentários observados neste artigo, é possível perceber que a maioria estão impressionados com a beleza do local, depois de toda a reforma do antigo presídio, mesmo não tendo abandonado os artefatos históricos presentes no espaço.

As narrativas na maioria das vezes tendem a elogiar não só o espaço como material, como também a ideia para utilização dele após a reforma. E sempre bem respondido pelo perfil, mostrando assim que a sua gestão tem cuidado e atenção para as análises e contribuindo para melhorar a comunicação entre os interlocutores.

Na realidade, após a reforma, podemos dizer que, para o público que está ambientado na internet, o espaço foi transformado para não ser apenas mais um local abandonado dentre tantos da cidade e ser atribuído uma realidade marginalizada pela maior parte da população: a economia local, moda criativa, produtos manufaturados dentre tantos outros objetos. Além de não ter perdido seu valor histórico, pois a presença do museu contribui muito para a pesquisa da história de nossa cidade.

O mais importante a ser observado é que o passado não afeta negativamente, afinal, ele é utilizado como um memorial e ao mesmo tempo consegue também ser um importante ponto para sustentar mais produtos regionais, sendo então um espaço plural, multicultural e principalmente usado para diferentes demandas e assim se firmando como um dos principais pontos da cidade para a economia, turismo e a vasta história que ele conta apenas com a sua existência em seu mesmo local de origem.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maria Fernandes de. **Breve história da INTERNET**. Editora: Universidade do Minho. Departamento de Sistemas de Informação, Out/2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3396>

BERNARDI, Amarildo José. TransInformação. **Informação, Comunicação, Conhecimento: Evolução e Perspectivas**. Campinas, 19(1): 39-44, jan./abr., 2007. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/619/599>.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação; tradução Susana Alexandria. – 2a ed. – SãoPaulo : Aleph, 2009.

KOO, Lawrence. **Pensamento e Realidade**, v. 24, n. 2, 2009. O Papel da Web 3.0 no Consumo Contemporâneo. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7086>. Acesso em 30 nov 2016.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Tintas da Terra, Tintas do Reino Arquitetura e Arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759) Volume I**. Tese de Doutorado.



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura. Universidade de São Paulo. 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. 2005. Disponível em:  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTA, Célia Ladeira. A narrativa semiótica da imagem. In MOTTA, Luiz Gonzaga; MOTA, Célia Ladeira. CUNHA, Maria Jandyra. **Narrativas Midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

PERLES, João Batista. **Comunicação**: conceitos, fundamentos e história. 2007. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>. Acesso em 30 nov 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura)

SOUZA, Edney. Para quebrar a cabeça com as mídias sociais, In: **Para entender as redes sociais Para Entender as Mídias Sociais**. Organizadora: Ana Brambilla @anabrambilla Ano de publicação: 2011, p. 11-13.

**GT 12 - Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina****TURISMO SUSTENTÁVEL EM ORLAS URBANAS: UMA EXPERIÊNCIA NA  
CIDADE DE BELÉM (PA)**

Márcia Josefa Bevone Costa (IFPA)<sup>1</sup>  
mbevone@yahoo.com.br  
Jacirene da Silva Queiroz (IFPA)<sup>2</sup>  
jacirene.queiroz@ifpa.edu.br  
Yngreth da Silva Moraes (IFPA)<sup>3</sup>  
yngreth.moraes@ifpa.edu.br

**RESUMO**

O artigo discute o conceito de turismo sustentável e suas principais características como fenômeno social. Particularmente, o artigo debate o modelo de turismo sustentável implantado em um recorte territorial da orla urbana da cidade de Belém (PA) denominado Complexo Ver-O-Rio. O artigo analisa a concepção e a prática do modelo de turismo sustentável do Complexo Ver-O-Rio que foi implantado para promover turismo, lazer, trabalho e renda para a população local. Metodologicamente, a pesquisa da qual o artigo é derivado foi baseada em análise documental e entrevistas semiestruturadas com planejadores e gestores públicos que atuaram no planejamento e gestão do Complexo Ver-O-Rio e com os trabalhadores que atuam no local. Os resultados da pesquisa mostram que a concepção e a prática de turismo sustentável utilizadas no Complexo Ver-O-Rio da cidade de Belém contribui para gestão sustentável da orla uma vez que apresenta importantes diferenças para a construção de uma cidade sustentável. Essas diferenças se relacionam com inclusão social, geração de trabalho e renda, participação da população local e uso coletivo dos recursos do território.

Palavras-chave: Turismo, Orla urbana.

**1. INTRODUÇÃO**

O setor turístico nos últimos anos tem sido considerado um dos mais importantes segmentos da economia internacional, não apenas pela justificativa de seus índices de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, mas principalmente por ter se transformado em uma das alternativas que proporcionam a geração de emprego e renda e inclusão social e, conseqüentemente, possibilitando o aumento da qualidade de vida e da reestruturação das relações sociais desestabilizadas pelos problemas inerentes as lacunas do desenvolvimento (CORIOLANO, 2006).

---

<sup>1</sup> Ex: Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - NUMA/UFPA, professora da área de turismo, hospitalidade e lazer do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará - IFPA, campus Belém.

<sup>2</sup> Ex: Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - PPGA/UFPA, professora da área de turismo, hospitalidade e lazer do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará - IFPA, campus Belém.

<sup>3</sup> Ex: Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - NUMA/UFPA, professora da área de turismo, hospitalidade e lazer do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará - IFPA, campus Belém.



Nas atuais discussões sobre desenvolvimento e contrapondo-se ao modelo do turismo de massa, discute-se o modelo de desenvolvimento do turismo chamado de turismo sustentável. Este tem sido considerado um modelo que contribui para dinamizar a economia e para a sustentabilidade das localidades, uma vez que pode beneficiar os mais pobres e incluí-los nas discussões acerca de seu desenvolvimento de forma mais participativa (CORIOLANO, 2003a). O modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo considera a conservação do meio ambiente, a inclusão social e a participação na gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística em longo prazo (BRASIL, 2007).

O Complexo Ver-O-Rio, espaço de lazer e turismo localizado na orla central da cidade de Belém (PA) foi escolhido como objeto da pesquisa. Essa escolha se deu em função das características que o diferenciam de outros espaços, situados em orlas que são pensados eminentemente para turistas. O Complexo Ver-O-Rio traz em sua proposição a inclusão social, economia solidária e gestão participativa. O turismo passa a ser trabalhado como componente de gestão sustentável e como instrumento de inclusão social uma vez que busca a geração de trabalho e renda no espaço da orla, além de proporcionar lazer para a sociedade local e comunidades do seu entorno. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de implementação da concepção de turismo sustentável. De fato, as características do Complexo Ver-O-Rio perpassam principalmente por uma discussão político-ideológica advinda desde a idealização/concepção do espaço pelo governo municipal da época de sua inauguração que primava pela inclusão e acessibilidade no espaço orla da cidade de Belém.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo está em analisar a concepção e prática de turismo sustentável na orla fluvial de Belém (PA), particularmente do recorte territorial denominado Complexo Ver-O-Rio. Metodologicamente, a pesquisa trabalhou a análise sobre os estudos de turismo sustentável e, também, de análise documental e entrevistas semiestruturadas com planejadores e gestores públicos do Complexo Ver-O-Rio e com os trabalhadores que atuam no local. Assim, busca-se demonstrar neste artigo como o turismo sustentável pode ser uma alternativa de conciliação entre gestão do território e inclusão social.

O artigo está dividido em apenas duas seções, uma de cunho teórico e outra que prima pela análise empírica. A primeira seção aborda o turismo enquanto fenômeno social e toma como referência a concepção de turismo sustentável. A segunda seção trata especificamente da orla urbana da cidade de Belém (PA), a partir das práticas de turismo sustentável no Complexo Ver-O-Rio.

## 2. TURISMO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES



Este artigo analisa os aspectos do turismo como fenômeno social. Entende-se o turismo como fenômeno social por implicar no deslocamento de grandes contingentes de pessoas e por fazer parte das necessidades criadas pelo mundo contemporâneo. De fato, o turismo transformou-se num fenômeno importante nas sociedades modernas uma vez que é uma atividade que tem relevante papel no desenvolvimento socioeconômico (BARRETO, 1997; CRUZ, 2000).

Barreto (1997) afirma que o turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de tudo, gente. A essência do turismo está na relação das pessoas umas com as outras e destas com os espaços em que elas e os outros vivem. Dessa forma, o turismo pode ser entendido como um fenômeno social cujos componentes básicos para reflexão são o homem, o espaço e o tempo (BARRETO, 1997; CRUZ, 2000).

Após esta breve apreciação do turismo enquanto fenômeno social, acreditamos ser importante entender o posicionamento teórico desta pesquisa que parte dos estudos de Coriolano (1998a; 1998b; 2003a; 2003b; 2006; 2012) e Rodrigues (1997c) que apontam o turismo como uma interessante alternativa para o desenvolvimento, tanto em nível local como regional e nacional. Isto porque se trata de um setor com amplas perspectivas de geração de empregos e renda, podendo se constituir, também, como um importante vetor para inclusão social, melhor distribuição de renda e conservação do meio ambiente (CORIOLANO, 2006).

A evolução gradual, porém acelerada, do turismo como opção de desenvolvimento, fizeram com que os conceitos de sustentabilidade fossem se incorporando às diversas atividades que fazem parte do turismo, conforme será demonstrado na próxima seção. Assim, os embasamentos teóricos desta pesquisa partiram desses pressupostos, principalmente dos estudos de Coriolano (1998a; 1998b; 2003a; 2003b; 2006; 2012) que demonstram que o turismo é um instrumento de inclusão das comunidades e localidades e que mais contribui para o desenvolvimento, podendo colaborar, também, com os princípios de sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

O termo sustentabilidade advém do conceito de desenvolvimento sustentável que apresenta uma ampla gama de possibilidades de interpretações. Para Cohen (1995 *apud* VASCONCELLOS *et al*, 2009), em nível conceitual, sustentabilidade se relaciona com a manutenção ou melhoria dos sistemas naturais integrados que envolvem a vida coletiva no planeta. Para efeito deste estudo, a sustentabilidade é entendida como o princípio que envolve a melhoria da qualidade de vida, o crescimento econômico eficiente com equidade



social e a conservação do meio ambiente, associado à participação efetiva das comunidades.

O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade; proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade como o turista. Alguns benefícios do turismo sustentável, segundo a EMBRATUR (1994) são: incentivar a conscientização das pessoas em relação aos impactos sobre o meio ambiente natural, cultural e humano; proporcionar a criação de empregos, quer diretamente no setor turístico quer nos diversos setores de apoio e gestão de recursos; gerar a entrada de divisas estrangeiras no país e a injeção de capital e de dinheiro na economia local; diversificar a economia local, principalmente em áreas onde o emprego pode ser esporádico ou insuficiente.

Além dos benefícios citados acima, a EMBRATUR (1994) considera ainda: estimular melhorias nos meios de transporte locais, nas comunicações e na infraestrutura básica da comunidade; criar instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto pela comunidade local como pelos turistas; melhorar a autoestima da comunidade local e fornecer oportunidade para uma maior compreensão e comunicação entre pessoas de diversas origens; supervisionar, avaliar e administrar o impacto que tem sobre o ambiente e desenvolver métodos confiáveis para definir responsabilidades e combater quaisquer efeitos negativos.

A Organização Mundial do Turismo define turismo sustentável como sendo àquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. O desenvolvimento do turismo baseado em princípios de sustentabilidade pode tornar a atividade um condutor ao gerenciamento dos recursos para satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

Para Dias (2003) as perspectivas de desenvolvimento do turismo sustentável são concretas desde que o processo de planejamento seja definido com base nos princípios da sustentabilidade. E para se atingir a sustentabilidade do turismo se faz imprescindível a participação do Estado, a existência de planejamento e a participação das organizações sociais nas discussões sobre os rumos do turismo, com destaque para a participação da sociedade que passou a ver o turismo como uma alternativa econômica viável (DIAS, 2003).

Considera-se também a participação da sociedade como um dos elementos principais para que ocorra o turismo sustentável, pois são nestes termos que as estratégias



de desenvolvimento do turismo regional está pautada, ou seja, em um paradigma que tem no respeito ambiental, na presença integrada e participativa da sociedade e na construção de um ambiente de negócio as forças motrizes da competitividade, da inovação e da criatividade e constituindo-se nos meios de se chegar ao desenvolvimento regional e local e elevar a qualidade de vida da população, transformando-a em sujeito do desenvolvimento (DIAS, 2003).

Os projetos de urbanização de espaços públicos que tenham como consequência o turismo sustentável estão a exigir uma compreensão baseada em análise científica. Os espaços públicos urbanos desempenham importantes funções na cidade como, por exemplo, a (a) social através de encontros, (b) a cultural, através da realização de eventos, (c) a funcional, e até mesmo (d) a higiênica (mental ou física). Logo, entende-se que estimular melhores condições de infraestrutura urbana municipal, em especial a partir de projetos como o do Complexo Ver-O-Rio, espaço de lazer e turismo situado na orla urbana da cidade de Belém (PA), significa incentivar o turismo regional, além de contribuir para melhoria na qualidade de vida da população (LOUREIRO; SOUZA, 2003).

### 3- A ORLA URBANA DA CIDADE DE BELÉM (PA)

Do ponto de vista da ciência, o termo orla tem sido utilizado com vários sentidos dependendo dos fins a que se destina a pesquisa, ou mesmo do método e/ou da ciência utilizados (MORAES, 1999 *apud* AMARAL, 2005a). De maneira geral, os critérios mais utilizados para essa definição têm sido os seguintes: o natural, o socioeconômico e o político. O primeiro diz respeito aos limites geográficos e as interações entre terras e águas. O segundo e o terceiro são divididos em dois elementos fundamentais: o padrão de uso do solo e a divisão político-administrativa, esta última relacionada, no caso brasileiro, a um recorte espacial municipal (MORAES, 1999 *apud* AMARAL, 2005a).

Para visualizar com mais clareza o espaço da orla, deve-se compreender que, assim como a zona costeira, a orla possui uma porção aquática, uma porção em terra e uma faixa de contato e sobreposição entre estes meios, variável no tempo e no espaço, basicamente em função do mecanismo das marés (MMA/MP, 2002).

A zona de contato entre terra e água existente no Brasil e no mundo, denominada de faixa litorânea, abriga atividades humanas características de sua localização privilegiada como, por exemplo, as práticas de pesca comercial e recreativa, o transporte marítimo, os esportes aquáticos, o uso de terminais portuários, as indústrias de pesca comercial, as atividades de lazer e turismo (SANTOS, 2002), dentre outras atividades, sobretudo produtivas.



A temática de gestão de orla é estudada através de várias áreas de conhecimento como a geologia, a biologia, a geografia, a arquitetura e engenharias. Porém, ainda há dificuldades de se encontrar estudos direcionados especificamente para gestão de espaços situados em orlas urbanas no Brasil e Amazônia e, principalmente sobre as experiências de planejamento e gestão neste tipo de espaço.

Nas cidades que compõem a Amazônia brasileira, os rios são os principais elementos naturais formadores da realidade socioeconômica desta região, com os quais a população criou, ao longo do tempo, uma íntima relação simbólica e funcional, utilizando-os para contemplação, lazer, meio de transporte e meio de atividades econômicas (SANTOS, 2005) além de servir de elemento central de reprodução social de muitas comunidades que residem às margens dos mesmos. A cidade de Belém (PA), como um expoente da região Amazônica, tem na relação com a água um elemento importante na sua composição paisagística (FIGUEIREDO; BAHIA, 2008), transporte e reprodução social e econômica.

A palavra orla é de uso corrente no dia-a-dia da população residente em Belém. De forma geral, o uso dessa palavra tem o mesmo significado empregado por Ferreira (2001), ou seja, o sentido de borda, de margem, de faixa, de beira-rio ou beira-mar. Para Trindade Junior (2002 p.137), no caso da cidade de Belém, as margens da baía do Guajará e do rio Guamá, são identificadas como orla fluvial. Sendo uma das frações do espaço urbano de maior contato com as vias fluviais, as orlas das cidades, comumente identificadas a “beira do rio”, ou ainda como a “frente da cidade”.

O intenso processo de ocupação nas orlas localizadas em áreas urbanas tornou o contato direto com a beira do mar, rio ou qualquer outro corpo d’água um privilégio de poucos. Essa é a situação, por exemplo, da orla fluvial urbana da cidade de Belém do Pará, representante de uma das metrópoles brasileiras localizadas na faixa litorânea (SANTOS, 2002).

Em Belém, este cenário está relacionado ao resgate do rio como elemento simbólico representante da cultura local. A cidade, que ao longo do tempo, cresceu “de costas”<sup>4</sup> para o rio, hoje busca resgatá-lo através de políticas de intervenções urbanas pontuais. Um exemplo dessa intenção pode ser constatado nos projetos de revitalização urbana que buscam fazer intervenções urbanísticas nas paisagens beira-rio. Trata-se de formas espaciais, novas ou herdadas do passado, que redesenham o cenário urbano que tem como pano de fundo o rio e seus atrativos (AMARAL; VILAR, 2005c).

---

<sup>4</sup> Esta expressão é usada para explicar como a cidade de Belém, que é cercada por rios e baías, e que nasceu às margens da baía do Guajará, cresceu e desenvolveu seu processo de povoamento e urbanização através da expansão da construção de ruas e imóveis com faixadas viradas para o lado oposto às margens dos rios localizados na frente da cidade.



A gestão do uso do solo da orla fluvial de Belém, seja pelo Estado ou por outros agentes produtores do espaço urbano, sempre esteve vinculada a fins econômicos e individuais, segregando e privando a população de Belém de suas raízes ribeirinhas e de sua reprodução social em um espaço de grande valor simbólico (TRINDADE JUNIOR *et al*, 2005). Para Trindade Junior *et al* (2005) deve-se atualmente a cidade de Belém uma prática de gestão em que a apropriação e uso coletivo da orla possam ser considerados como elementos para uma melhor qualidade de vida, sendo que seria correto ter preservado a cidade sempre olhando e vivenciando o rio e sua baía.

O Complexo Ver-O-Rio representa um exemplo de instrumento de planejamento e desenvolvimento urbano para Belém e a própria ação de intervenção urbana pública na orla. Sua proposta consistiu na busca de ações que articulem com o espaço urbano da metrópole questões referente à sustentabilidade socioambiental urbana, pois Belém é uma cidade que possui uma orla profundamente degradada do ponto de vista socioambiental e a continuidade de projetos como o do Complexo Ver-O-Rio caracteriza-se como uma das ações referidas para o desenvolvimento do urbano, da cultura e do meio ambiente nessa cidade (BELÉM, 2000; SANTOS, 2005).

### **3.1- O Complexo Ver-O-Rio**

O Complexo Ver-O-Rio é um espaço de lazer e turismo localizado na orla central da cidade de Belém que foi inaugurado no ano de 1999 e inclui em suas instalações uma praça, quiosques de comidas, bebidas e lanches, palco para shows, *playground* infantil, reconstituição de uma antiga rampa construída no passado para pouso de hidroaviões, trapiche lateral e parapeitos para a contemplação da baía, posto para guarda municipal e posto de informações turísticas, banheiros públicos, ponte, lago com passeio de pedalinho, áreas de convivência com tratamento paisagístico, monumento e quadra poliesportiva de areia.

A área do complexo, localizada numa zona secundária da área central, considerada periférica, foi obstruída outrora por usos diversos, de caráter privado, e foi retomada pelo poder público municipal sob um processo de intervenção urbana que a transformou em área de lazer e turismo (BELÉM, 2000). A partir do projeto objetivou-se ampla reestruturação e requalificação da orla da cidade de Belém, tendo em vista a valorização de sua fisionomia, por meio da visualização de seus elementos peculiares, integrando-a ao convívio da população, ordenando as atividades culturais, de lazer, de turismo, de tráfego e transportes e recuperando a paisagem urbana e a qualidade ambiental (BELÉM, 2000).

Os propósitos do projeto do Complexo Ver-O-Rio integraram: (a) o lazer contemplativo, a partir da construção de bancos situados de frente para a baía do Guajará;



(b) a prática de esportes náuticos; (c) usos voltados ao turismo cultural e para a prática de caminhadas e *cooper*; e, (d) geração de trabalho e renda para famílias oriundas do programa bolsa-escola<sup>5</sup> (TRINDADE JUNIOR *et al*, 2005). As ações do projeto foram orientadas através de um planejamento participativo, de uma economia solidária, além de valorizar em sua arquitetura os temas regionais e a concepção de turismo sustentável (SILVA *et al* 2005).

No Complexo Ver-O-Rio os detalhes da obra foram direcionados a esse caráter regionalista, sem perder de vista o resgate das origens ribeirinhas: a cobertura dos quiosques foi feita com material de piaçava e imita o movimento da cobra grande<sup>6</sup>, as calçadas tem a presença de desenhos marajoaras<sup>7</sup>, a rua leva o nome do regional poeta Rui Barata e os equipamentos de lazer para as crianças foram inspirados nos brinquedos de miriti<sup>8</sup> (SANTOS, 2002; AMARAL, 2005).

Em relação aos aspectos relacionados ao turismo sustentável no Complexo Ver-O-Rio, constatou-se através da pesquisa que subsidiou este artigo, que o turismo é um elemento que contribui para o processo de gestão da cidade através da mobilidade socioeconômica e do uso sustentável do espaço, proporcionando também acessibilidade a população em geral.

### **3.1.1- O turismo sustentável no Complexo Ver-O-Rio**

No período compreendido entre os anos de 1997 a 2004 foi eleito como Prefeito para administrar a cidade de Belém o então deputado estadual Edmilson Rodrigues, representante do Partido dos Trabalhadores, que tinha como política governamental a Frente Belém Popular (FBP). Naquele momento, o prefeito tinha como discurso o desafio de modificar o paradigma modernista de desenvolvimento urbano, com intuito de aumentar o compromisso com a identidade política e sociocultural na cidade.

Nesse contexto, o projeto do Complexo Ver-O-Rio, executado na ocupação da faixa de orla central da cidade, surge por conta de uma nova concepção político-ideológica que pretendia romper com o modelo de planejamento e gestão “tecnocrata” das administrações anteriores. A administração municipal de Belém assumiu, então, o ideário de produzir uma

---

<sup>5</sup> O bolsa escola é um programa assistencialista do governo federal, que concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza, visando combater a fome e a miséria.

<sup>6</sup> Personagem muito popular no lendário do folclore amazônico.

<sup>7</sup> A arte marajoara é conhecida por sua cerâmica, fruto do trabalho dos índios e caboclos da Ilha do Marajó no estado do Pará.

<sup>8</sup> O miriti é uma espécie de palmeira típica do norte do país, na qual fazem referência a cidade de Abaetetuba, no Pará, conhecida pela fabricação dos tradicionais brinquedos de miriti, que expressam o imaginário da população local, e que também são vistos durante o Círio de Nazaré, a maior festa religiosa do Brasil, enfeitando e colorindo as ruas da cidade de Belém.



política de desenvolvimento alternativa e direcionada para os assentamentos humanos excluídos da cidade. Foi esse referencial político-filosófico que serviu de base para a intervenção desempenhada pela Prefeitura no Ver-O-Rio, na qual se buscou privilegiar os grupos sociais historicamente excluídos do 'direito à cidade' (LEFEBVRE, 1991), classes populares e grupos étnicos, através da geração de trabalho e renda, do empoderamento, da solidariedade, do controle social, da singularidade regional e do uso público do espaço.

Em entrevista com o ex-prefeito de Belém e idealizador do projeto do Complexo Ver-O-Rio constatou-se qual era o objetivo de revitalização do espaço urbano:

O projeto pretendia revitalizar o rio, reurbanizar a área, implantar sistemas de saneamento, de pavimentação e criar no futuro um potencial de uso econômico em geral e turístico em particular (...) o Ver-O-Rio foi pensado como projeto urbanístico que incluía desenvolvimento econômico (...) pois em uma cidade ribeirinha como no caso de Belém, é garantir o direito de qualquer cidadão de ter acesso a orla de sua cidade (EDMILSON RODRIGUES, ex-prefeito de Belém, entrevista concedida em 02/07/2013).

Um aspecto importante que se insere ainda no contexto dos objetivos propostos no projeto do Complexo Ver-O-Rio para orla de Belém é o turismo, a partir da requalificação e transformação deste espaço em centro de serviços de lazer e turismo e da criação de atrativos e infraestrutura que fomentem este setor. A Lei Orgânica do Município de Belém, no art. 169, estabelece que o poder público municipal é responsável pela promoção e incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotando uma política que proporcione amplas condições para o incremento do setor, compatibilizando a exploração dos recursos turísticos com a preservação dos ecossistemas e com a proteção do patrimônio ecológico e histórico-cultural da cidade (BELÉM, 1990).

O projeto urbanístico do Complexo Ver-O-Rio buscou desenvolver-se arquitetonicamente através de traços presentes na regionalidade amazônica e objetiva o uso coletivo e público, incrementando a geração de emprego e renda, sendo estabelecidos como marcas de uma forma de gestão que busca se contrapor a uma outra lógica competitiva, mas que também está voltada ao incremento do turismo (AMARAL, 2005a; SANTOS, 2002; TRINDADE JUNIOR; SILVA, 2005).

Ainda em relação ao turismo, o Complexo Ver-O-Rio traz em sua concepção a inversão de prioridades como um de seus princípios. Esta concepção estava aliada, em primeiro plano, a busca de uma cidade para os seus cidadãos a partir das melhorias nos diversos setores que compõem a estrutura de desenvolvimento socioeconômico do município. A filosofia imbuída na proposta é tornar a cidade orgulho para os que vivem nela e dela, pois uma cidade feliz consegue atrair um grande número de visitantes e esse fluxo



tende a ser permanente (RODRIGUES; NOVAES, 2002b). Foi essa a razão pela qual o governo investiu em projetos que proporcionassem uma melhor infraestrutura turística. Em entrevista concedida, o ex-prefeito afirma:

A política de turismo que se desenvolveu no município nessa época manteve-se fiel a seu princípio de participação popular e ao compromisso de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico sem provocar degradação. Seu objetivo era tornar acessíveis os equipamentos de entretenimento e lazer aos mais excluídos, além de gerar emprego e renda ao município de Belém (EDMILSON RODRIGUES, entrevista concedida em 02/07/13).

Esta constatação está de acordo com os estudos da EMBRATUR (1994) apresentado no subitem 1.1 deste trabalho, no qual demonstra que o turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade, proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade como o turista.

Em relação a sustentabilidade na concepção do projeto do Complexo Ver-O-Rio, o ex-prefeito de Belém esclarece ainda na entrevista que apesar de ser crítico em relação a tese da sustentabilidade, a equipe de elaboração do projeto teve essa preocupação orientada pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, que usou a metodologia dos PDLS – Planos de Desenvolvimento Locais Sustentáveis. Essa metodologia dividiu a cidade em várias áreas e distritos criando seus PDLS. Como exemplo teve-se o PDLS do centro histórico, do distrito de Icoaraci e da orla. Assim, de acordo com os estudos da EMBRATUR (1994) sobre a sustentabilidade do turismo, alguns benefícios que essa atividade pode proporcionar são, dentre outros: a criação de instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto pela comunidade local como pelos turistas; a diversificação da economia local através da criação de empregos e a melhora da autoestima e qualidade de vida da comunidade local.

A gestão municipal da época buscou estimular a organização de projetos de economia solidária através de sujeitos inseridos em associações de bairros e vindos de famílias cadastradas nos programas sociais do governo federal. Em Belém, esses projetos de economia solidária funcionaram através de um sistema de rotatividade que compreendeu o Complexo Ver-O-Rio e os demais projetos de intervenção urbana, situados também na orla da cidade, construídos pela gestão municipal da época de criação do espaço (AMARAL, 2005a; SANTOS, 2002; TOMAZI, 2011).

O desafio do então governo municipal foi o incentivo à reapropriação da orla da cidade como um espaço público, priorizando em suas políticas públicas de intervenção



urbana a população mais marginalizada e excluída sócio-espacialmente das amenidades naturais e construídas da cidade. Assim, o Ver-O-Rio se tornou uma nova área de lazer público na orla da cidade e passou a ser mais um lugar turístico de Belém. Além dessas atividades, o complexo contempla mais duas características que são marcantes e diferenciais, que é a inclusão social, através do uso coletivo do espaço, e da mobilidade socioeconômica dos atores sociais que trabalham no mesmo.

A continuidade e descontinuidade de processos participativos na gestão são gravemente afetadas com as mudanças de governo. As novas administrações tendem a interromper projetos de impacto político de administrações oponentes, abandonando-os ou alterando-os significativamente, de forma a descaracterizá-los, diminuindo, assim, a possibilidade de reverter em dividendos políticos para seus criadores (BOVO, 2006). O modelo de governança concebido na cidade de Belém (1997-2004) cessou com a mudança na administração municipal, a partir de 2005, tendo em vista que as estratégias que norteavam a participação popular e promoviam a interação de fatores inter-relacionados à gestão deixaram de ser estimulados. A gestão municipal (2005-2012) implantou novamente, em Belém, o modelo de governança tecnocrático-tradicional já implantado na cidade em gestões anteriores a 1997.

Assim, apesar de terem passados aproximadamente treze anos e de o Complexo Ver-O-Rio representar um ganho de espaço público relativamente pequeno diante dos segmentos de orla ocupados para fins particulares, ele pode ter inaugurado um novo processo de reconquista territorial desse espaço para fins de uso coletivo. Nesse sentido, a partir da implementação desses espaços, tem-se a possibilidade de construir uma nova cultura política para cidade, em que as camadas populares se apropriam do aparelho de Estado no sentido de promover a transformação social, o aprimoramento de formas de democracia direta e o protagonismo social (SANTOS, 2002; AMARAL, 2005a).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise referente ao turismo sustentável na orla do município de Belém, destaca-se a importância estratégica que esse espaço assume no contexto das ações de planejamento e gestão urbana, na sua maioria atribuída ao grande potencial turístico e comercial que ela revela e que se fazem presentes nesses espaços de forma significativa.

Diante deste quadro, projetos como do Complexo Ver-O-Rio, merecem relevância, sobretudo por terem como concepção ações de melhoria urbana na cidade. Além disso, esses projetos trazem novas tendências de apropriação e funcionalidades para os espaços



orla das cidades, neste caso específico, para a cidade de Belém, que estão voltadas predominantemente para o lazer, o consumo e o turismo sustentável.

Nesse sentido, a experiência do Complexo Ver-O-Rio representa uma possibilidade real de construção de um planejamento urbano alternativo para inclusão dos grupos sociais excluídos que pode ser usado como modelo para gestão de espaços situados na orla da cidade de Belém e replicado para outras cidades do Estado do Pará e do país, pois inaugurou um novo processo de reconquista territorial do espaço orla para fins de uso coletivo.

Contudo, um projeto de intervenção urbana na orla, como o Ver-O-Rio, que recuperou uma área antes inacessível a qualquer cidadão e que criou condições infraestruturais de lazer, de afirmação de valores culturais expressos na arquitetura e em momentos da história da cidade ali registrada, é sem dúvida, uma intervenção turística da maior importância que tem como princípios a inclusão social e a formação e geração de emprego e renda para a cidade mediante o exercício de cidadania, afirmando o turismo enquanto fator de desenvolvimento econômico, social, ambiental e político.

## REFERENCIAS

AMARAL, M. D. B. *A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: NAEA/UFPA, 2005a.

\_\_\_\_\_. *A gestão e o planejamento urbanos em Belém: a experiência da Estação das Docas e do Ver-O-Rio*. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005b.

\_\_\_\_\_; VILAR, B. S. *A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém : a experiência da Estação das Docas*. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P. (orgs). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005c.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 11 ed. Campinas-SP: Papyrus, 1997. (coleção turismo).

BELÉM, Prefeitura Municipal. *Lei Orgânica do Município de Belém*. Belém: Secretaria de Assuntos Jurídicos/PMB, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pró-Belém: Plano de reestruturação da orla de Belém*. Belém: PMB, 2000.

BOVO, R. *Subsídios à elaboração de políticas públicas de turismo sustentável com base local: diretrizes, programas, ações e indicadores de avaliação*. Tese (doutorado) –



Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: SP, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade*. Brasília, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (org). *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas - SP: Papyrus, 1998a (coleção turismo).

\_\_\_\_\_. *Turismo com ética*. 2.ed. Fortaleza: UECE, 1998b.

\_\_\_\_\_. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003a.

\_\_\_\_\_. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_; LIMA, L. C. (orgs). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003b.

\_\_\_\_\_; VASCONCELOS, F. P. (orgs). *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EDUECE, 2012.

CRUZ, R. C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção turismo).

DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. *Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Nível Municipal – guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores e dos monitores*. Brasília: Programa Nacional de Municipalização do Turismo/EMBRATUR, 1994.

FIGUEIREDO, S. L.; BAHIA, M. C. *A privatização do público: áreas verdes e espaços de lazer em Belém/Brasil*. In: *Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*. Belém: UFPA/NAEA, 2008.

IRVING, M. *et al*. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 5, n. 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

KOROSSY, N. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2008.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, F. J. F.; SOUZA, A. O. A urbanização de espaços públicos como incentivo ao turismo sustentável: uma proposta para o parque do areal em Viana-MA. In: CORIOLOANO L. N. M. T.; LIMA, L. C. (orgs). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

MMA/MP. *Projeto orla: fundamentos para gestão integrada*. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

MOESCH, M. M. *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de S. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. *Revista FAE*, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, jul./dez. 2006.

ROCHA, G. O. R. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas públicas planejadas pela SUDAM. In: RODRIGUES, A. B. (org). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2000 (p. 161-177).

RODRIGUES, A. B. (org). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997c.

RODRIGUES, E. B.; NOVAES, J. (orgs). *Luzes na floresta: o governo democrático e popular em Belém (1997-2001)*. 2. ed. Belém: PMB, 2002b.

SANTOS, E. R. C. *À Beira do Rio e Às Margens da Cidade: diretrizes e práticas de planejamento e gestão para a orla de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: NAEA/UFPA, 2002.

\_\_\_\_\_. Paisagens e espaços à beira-rio: pensando o planejamento e a gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA). In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P. (orgs). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

SILVA, M. A. P. *et al.* Uso do solo na orla fluvial de Belém: realidades e contradições. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P. (orgs). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

TOMAZI, V. T. Urbanização turística em Belém – PA: os investimentos públicos em grandes projetos urbanos no período 1990-2010. *Anais XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano*. Rio de Janeiro, 2011.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. *et al.* A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P. (orgs). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

\_\_\_\_\_. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: Humanitas/UFPA, v.18. n. 2. 2002 (p. 135-148).

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; SOUZA, C. A. Participação e governança urbana. In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (orgs). *O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém*. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.



## **GT 12 - CULTURA, MERCADOS, TRADIÇÕES E TURISMO NA AMÉRICA LATINA**

### **A GOVERNANÇA DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MARTÍRIOS/ANDORINHAS E APA ARAGUAIA, PARÁ**

Abel Pojo Oliveira (IFPA/USP)<sup>1</sup>  
abelpojo@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Este estudo aborda a governança do turismo em Unidades de Conservação (UC), cujo objetivo principal foi compreender a governança do turismo no Parque Estadual da Serra do Martírios/Andorinhas (Pesam) e na Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia - APA Araguaia, UCs com áreas contíguas somando pouco mais de 56 mil ha, localizadas no município de São Geraldo do Araguaia, sudeste do estado do Pará. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica e estudo de caso, a partir de dados secundários de oficinas participativas que buscaram compreender os atores sociais que participam direta ou indiretamente do desenvolvimento da atividade turística nessas áreas. Como resultados, pôde-se observar que cerca de 30 instituições estão relacionadas ao turismo nestas duas UC, sendo: 63% públicas, 10% privadas e 27% sociedade civil. Também se observou que as instituições consideradas pela equipe gestora das UC como mais próximas e importantes para a gestão do turismo nestas são principalmente as públicas a sociedade civil e o poder privado, nessa ordem. Além disso, ao se analisar a percepção dos conselhos das UCs sobre os atores responsáveis pelo desenvolvimento do turismo na região notou-se a mesma lógica de hierarquização: poder público - sociedade civil - poder privado.

Palavras-chave: Turismo. Governança. Unidades de Conservação. Conselhos.

#### **1. INTRODUÇÃO**

As Unidades de Conservação (UC) estão sendo cada vez mais discutidas, por pesquisadores e profissionais, como alternativa para a proteção e uso responsável dos recursos ambientais. Por isso, os responsáveis pela gestão dessas áreas têm o desafio de incentivar atividades com potencial de gerar benefícios para a população local, sem com isso esgotar seu patrimônio.

Nessa perspectiva, Vernalha e Neimam (2010) afirmam que as UC no Brasil foram criadas, entre outros fins, para proporcionar momentos de lazer e educação ambiental para os seus visitantes, fator que pode ocasionar ao mesmo tempo a proteção da biodiversidade e a geração de renda para as comunidades do entorno. Com isso, entende-se que o Turismo apresenta-se como atividade estratégica para ser desenvolvida nessas áreas.

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Bragança; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - PPGH da Universidade de São Paulo - USP; membro do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social - ETTHOS.



Nesse sentido, Araújo e Simonian (2016), em seu estudo sobre o Parque Nacional da Amazônia, ressaltam que o planejamento e a implementação de políticas públicas de turismo na região devem ocorrer com a efetiva participação dos atores sociais relacionados a essa atividade, buscando-se novas maneiras de governar, especialmente tripartites.

Diante disso, este estudo tem o objetivo geral de compreender a governança do turismo no Parque Estadual da Serra do Martírios/Andorinhas - Pesam e Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia - APA Araguaia, sudeste do Pará. E objetivos específicos: i) identificar os atores que fazem parte do processo de governança das duas UC; ii) verificar a percepção da equipe gestora das UC sobre o grau de importância dos mesmos para o turismo local; e iii) entender qual a percepção desses atores sobre o arranjo ideal de governança para o Pesam e APA Araguaia.

Para se alcançar os referidos objetivos, foi realizada revisão bibliográfica, por meio de livros, capítulos de livro, revistas científicas, dissertações, teses, plano de manejo, legislação e relatório de dados oficiais, bem como de estudo de caso, utilizando-se dados secundários sobre Pesam e a APA Araguaia coletados por Oliveira (2013) em seu trabalho de campo realizado entre os anos de 2011 e 2013.

A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para a compreensão dos modelos de governança que se estão praticando na gestão do turismo em UC, a partir de estudo de caso, uma vez que a implementação e as pesquisas sobre as UC, sobre o turismo como atividade planejada e, ainda, sobre a própria governança, são recentes e carecem de constante reflexão com fins ao seu amadurecimento.

## 2. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

Atualmente, a instituição de espaços protegidos por lei com as finalidades de preservação e conservação da natureza é bastante significativa, dentre os quais as Unidades de Conservação (UC). No Brasil, por exemplo, existem 2071 UC, totalizando 1.585.778km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 19% do território nacional. Isso sem contar as Terras Indígenas, Terras de Quilombo e outros espaços protegidos por lei (MMA, 2017).

De acordo com Dudley (2008), boa parte dessas áreas constitui-se de ecossistemas naturais ou quase naturais, com diferentes graus de intervenção humana, registrando a relação entre as atividades humanas e a natureza no decorrer do tempo, além de guardarem também acontecimentos históricos relevantes para a humanidade.

No Brasil, é a partir da década de 1930 que surgem os marcos legais e institucionais voltados para proteção dos recursos naturais, a exemplo do Código Florestal



de 1934 (Decreto Nº 23.793/1934), tendo ocorrido diversas mudanças e evoluções até os tempos modernos (ALEGRETTI, 2012; LEUZINGER, 2012; RAMOS, 2012).

Em decorrência disso, mais recentemente, foi promulgada a Lei Federal Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei do SNUC, que já em seu capítulo I adotou um conceito de Unidade de Conservação, sendo esta o

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 01).

Além desse e de outros conceitos importantes, essa lei instituiu 12 (doze) categorias de manejo, dividindo-as em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, o primeiro com fins a preservação do meio ambiente e o segundo visando conciliar a presença humana com o uso dos recursos pautado nos princípios da sustentabilidade. No quadro 01, abaixo, é possível observar cada uma delas, nos dois grupos, já com suas respectivas áreas, no Brasil:

**Quadro 01** - Número de unidades de conservação e suas respectivas áreas no Brasil

<b>Grupo/Categoria</b>	<b>Nº.</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
<b>PROTEÇÃO INTEGRAL (PI)</b>		
Estação Ecológica	96	122.336
Monumento Natural	44	1.481
Parque Nacional / Estadual / Municipal	399	361.795
Refúgio de Vida Silvestre	49	4.554
Reserva Biológica	62	56.126
Total PI	650	546.292
<b>USO SUSTENTÁVEL (US)</b>		
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	106	306.634
Reserva Extrativista	90	144.591
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	37	112.147
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	305	469.506
Área de Relevante Interesse Ecológico	50	1.020
Reserva Particular do Patrimônio Natural	833	5.588
Total US	1421	1.039.486
<b>TOTAL (PI + US)</b>	<b>2071</b>	<b>1.585.778</b>

Fonte: MMA (2017)

Diante dos dados apresentados, depara-se com o grande desafio de se pensar em como serão geridas essas áreas, atinando para a legislação vigente e também para as necessidades das comunidades de seu interior e entorno. Nesse cenário, o turismo surge como uma possibilidade, pois ao se analisar a lei do SNUC, percebe-se que este é admitido



em todas as 12 categorias de UC brasileiras<sup>2</sup>. Entretanto há que se refletir sobre a sustentabilidade desta atividade.

Nesse sentido, Costa (2002) e Takahashi (2004) asseguram que as UC, em suas distintas esferas e modalidades, são destinos que favorecem a visita pública. Para elas, o movimento de pessoas em direção às áreas naturais é uma prática antiga, crescente desde o final da Segunda Guerra Mundial, principalmente por conta do desenvolvimento dos meios de transporte, vias de acesso e comunicação, além do aumento no padrão de vida das pessoas e na disponibilidade de tempo para o lazer.

Para Eagles *et al.* (2002) a visita nessas áreas pode trazer benefícios, especialmente relacionados ao aumento das oportunidades econômicas para a população, à proteção do patrimônio natural e cultural, bem como à melhoria da qualidade de vida da comunidade. Entretanto, ela também pode gerar impactos negativos, como danos ambientais (água, solo, ar e biodiversidade), aumento da carga fiscal para o residente, especulação imobiliária, aumento do vandalismo e a perda de identidade cultural.

Tão logo, para se pensar na compatibilização da conservação das áreas naturais protegidas com a visita pública, deve-se buscar a compreensão dos potenciais impactos negativos, a fim de minimizá-los, e igualmente buscar conhecer os possíveis benefícios da atividade, estabelecendo-se estratégias para potencializá-los (PARDINI, 2012).

Desse modo, buscar equacionar esta questão (impactos negativos *versus* impactos positivos) é algo premente, uma vez que

a floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, com a pecuária e com a soja. Mesmo com os grandes avanços na sua proteção, a questão de manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada (BECKER, 2005, p. 85).

Nesse contexto, e considerando a complexidade da questão, essas soluções precisam pensadas e repensadas pelos atores envolvidos com a atividade turística nas unidades de conservação. Destarte, a governança surge como alternativa para viabilizar esse diálogo e possibilitar a tomada de decisões que representem os interesses coletivos.

### 3. GOVERNANÇA DO TURISMO: POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com Zurbruggen (2011), o debate sobre governança desenvolveu-se com vigor na Europa a partir dos anos noventa, e para melhor compreendê-lo é importante

---

<sup>2</sup> Na Estação Ecológica e Reserva Biológica cabem mais restrições à visita pública, de acordo com a Lei do SNUC, onde consta que as visitas devem ter caráter educacional e seguir regulamento específico, o que contemplaria apenas a parcela de turistas com esses interesses específicos.



lembrar que sua origem teórica está em duas escolas: a de Redes de Políticas Públicas e a de Governança, a primeira centrada na intermediação de interesses entre atores públicos e privados na elaboração e implementação de políticas públicas, e a outra nas mudanças das funções administrativas do Estado.

Segundo a autora, embora sejam diferentes abordagens, existem muitas sobreposições entre estas duas escolas. Deste modo, embora haja diversas acepções acerca dela,

la gobernanza surge como un nuevo estilo de gobierno, distinto del modelo de control jerárquico y de mercado, caracterizado por un mayor grado de cooperación entre los gobiernos y administraciones públicas y actores no gubernamentales en la hechura de las políticas públicas (ZURBRIGGEN, 2011, p.40).

Nessa perspectiva, o Governo tem um grande desafio: o de articular entes governamentais e não-governamentais na formulação de políticas públicas e na resolução de problemas enfrentados pela sociedade. Para Suárez de Vivero (2008), trata-se de definir novas regras do jogo, as quais afetam tanto a distribuição do poder quanto os mecanismos de regulação e controle no estabelecimento de medidas.

No Brasil, um marco fundamental para a introdução e o fortalecimento da ideia de governança foi a redemocratização do país, com o advento da Constituição Federal de 1988, que prevê em seu artigo 1º que todo poder emana do povo, inaugurando o momento de inserção da sociedade no contexto da cidadania e dos processos decisórios, fazendo emergir os segmentos organizados da sociedade (ARAÚJO e SIMONIAN, 2016).

Segundo Becker (2005, p. 74),

essa organização da sociedade política trouxe, por sua vez, mudanças no apossamento do território, com a multiplicação de unidades de conservação federais e estaduais, assim como também com a demarcação de terras indígenas.

Especificamente no campo das Unidades de Conservação, a Lei do SNUC veio assegurar a participação da sociedade na gestão desses territórios, por meio da criação dos conselhos, que podem ser consultivos ou deliberativos, a depender da categoria de manejo da UC, mas que devem congrega agentes governamentais e não-governamentais, preferencialmente de modo paritário, conforme o Decreto Federal Nº 4340/2002, que regulamenta a referida lei.

Entretanto, embora a Lei do SNUC assegure esse espaço de debate para a sociedade civil, Araújo e Simonian (2016) alertam para o fato de que só se torna efetiva a formação da governança se houver sinergia de interesses entre esses agentes em prol de um objetivo comum. Deste modo, o que a Lei assegura não é a governança em si, mas a



participação da sociedade no processo decisório, que precisa ser bem orientada para configurar tomadas de decisão democráticas e legítimas para a coletividade.

Nesse sentido, Zurbriggen (2011) nos chama atenção para o fato de que o modelo de governança desenvolvido na América Latina foi o modelo europeu, tendo chegando por aqui, sobretudo, por via de doadores da cooperação internacional, como o Banco Mundial (BM) o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo a autora, essa transferência não resultou em políticas públicas mais eficazes, eficientes e democráticas.

*Así pues, terminaron predominando las lógicas jerárquicas de patronazgo político en la relación entre el Estado y la sociedad, en una suerte de combinación de clientelismo y corporativismo, pero el punto central es que el Estado lo controlaron los partidos, y que en muchas ocasiones pasó a ser dominado por los intereses específicamente político-partidarios, que compitieron con el carácter más amplio de las metas y objetivos propios de las organizaciones estatales (ZURBRIGGEN, 2011, p.38).*

Com isso, é importante refletir sobre o fato de que não basta a sociedade estar de corpo presente em reuniões, mas esta precisa ter pautas concretas e condições de defendê-las e encaminhá-las, ou seja, ter representatividade no processo decisório. Além disso, ao fazer uma análise no campo das Unidades de Conservação, Araújo e Simonian (2016) afirmam que o planejamento e a implementação de políticas públicas de turismo devem ser realizadas com a participação efetiva de seus atores sociais, o que pode ser realizado no âmbito dos Conselhos dessas UC, sejam estes consultivos ou deliberativos, pois

*o que importa na verdade é que os atores se fortaleçam, aproveitando constitucionalmente o espaço democrático para agir e não ficarem a mercê de verticalidades de poder, o que é nefasto para uma democracia que se pretenda amadurecer (ARAÚJO e SIMONIAN, 2016, p. 247).*

Nesse sentido, pode-se perceber a importância dos Conselhos como espaço para a consolidação de modelos de governança efetiva na gestão das Unidades de Conservação, o que inclui também o Turismo. Entretanto, é preciso compreender como a governança vem se desenvolvendo nas UC, especialmente a partir da institucionalização de seus Conselhos, pois isso permitirá a reflexão e o amadurecimento da mesma nesses territórios.

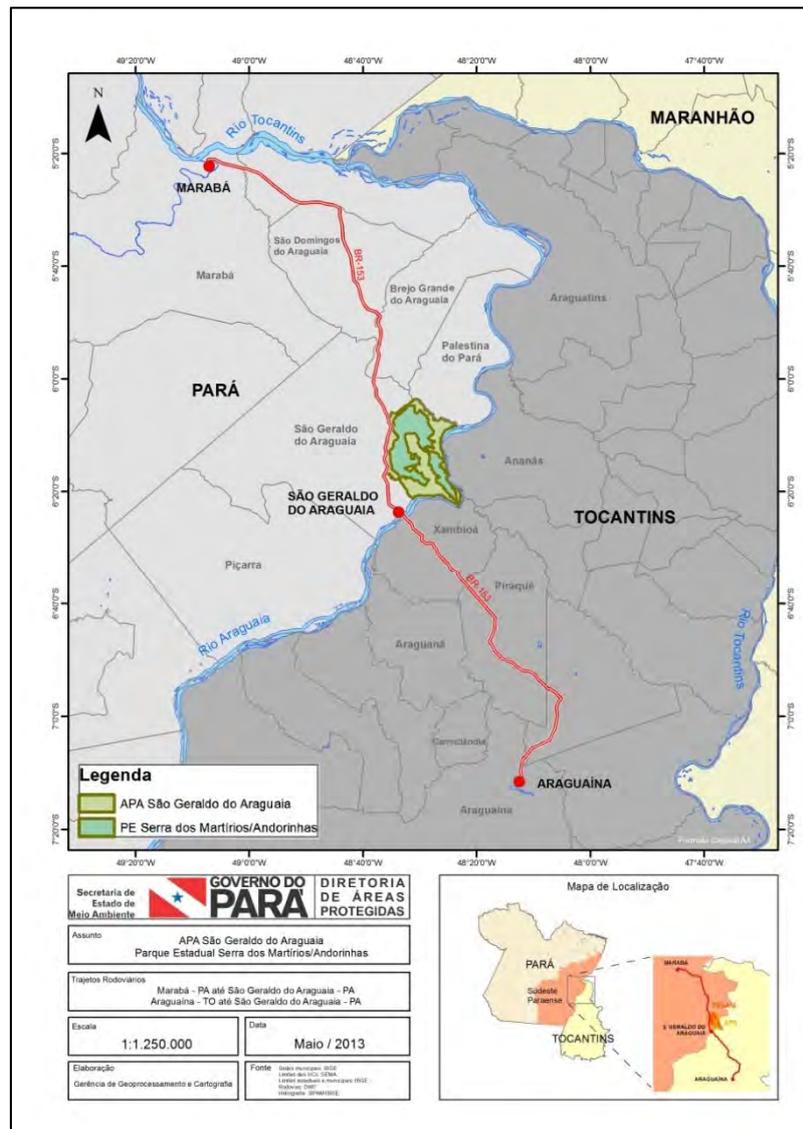
#### 4. A GOVERNANÇA DO TURISMO NO PESAM E APA ARAGUAIA

O Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (Pesam) e a Área de Proteção Ambiental de (APA Araguaia), unidades de conservação estaduais criadas pelas leis estaduais nº 5.982/1996 e 5.983/1996, respectivamente, estão localizados no município



de São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará, como se observa na figura 01. Estas duas UC possuem territórios contíguos, somando 56.443,14 hectares, motivo pelo qual serão analisadas conjuntamente.

**Figura 01** - Mapa de localização e acesso à São Geraldo do Araguaia, a partir de Marabá e Araguaína



**Fonte:** Sema (2013)

O Pesam, além da relevância biológica de seu ecossistema, teve em sua beleza cênica e valor arqueológico fatores preponderantes para a sua criação. Em sua zona de amortecimento foi criada a APA Araguaia, área com características similares, porém sob grande pressão provocada pela ocupação antrópica, como a pecuária extensiva, atividade muito forte na região (SECTAM, 2006).



Em função das características dessas duas UCs, o turismo nelas ocorre de modo espontâneo e ainda sem muitas ações de ordenamento. Dados de visitação pública registrados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflorbio, órgão Gestor do Pesam e APA Araguaia apontam que em 2016 foram registrados cerca de 14.390 visitantes (IDEFLORBIO, 2016).

Em relação aos seus Conselhos, estes foram instituídos nos anos 2010 (Pesam) e 2009 (APA Araguaia)<sup>3</sup>. Ambos são constituídos por 12 instituições, sendo 06 governamentais e 06 não-governamentais. Nelas estão representados o poder público (legislativo, executivo e instituições de ensino e pesquisa) e a sociedade civil (representação da comunidade, sindicato de produtores, ONG e instâncias de governança local e regional). Não se observa representação do setor privado.

De acordo com Oliveira (2013), existem 30 instituições relacionadas ao turismo no Pesam e APA Araguaia, conforme dados obtidos em oficina participativa realizada junto a equipe gestora dessas duas UC, onde o mesmo aplicou a ferramenta participativa Chuva de Ideias<sup>4</sup>, como mostra o quadro 02, abaixo.

**Quadro 02** - Organizações listadas pelos participantes da oficina

Instituições	Instituições
1. Agentes Ambientais Voluntários (AAV)	16. Fórum de Turismo Araguaia Tocantins (FORUMTURAT)
2. Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT)	17. Fundação da Casa da Cultura de Marabá (FCCM)
3. Associação dos Moradores do Parque Serra das Andorinhas (AMPESA)	18. Hoteleiros
4. Artesãos	19. Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa)
5. Assoc. dos Barqueiros	20. Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
6. Banco do Brasil	21. Sec. de Estado de Meio Ambiente (Sema)
7. Banco do Estado do Pará (Banpará)	22. Sec. Mul. de Educação (Semed)
8. Colônia dos Pescadores	23. Sec. Mul. de Meio Ambiente (Semma)
9. Comunidades/Moradores/Vilas	24. Sec. Mul. Cultura (SEMCULT)
10. Condutores de Atrativos Naturais	25. Sec. Mul. Obras (SEMOB)
11. Cooperativa de Transporte (COOPERTRANS)	26. Sec. Mul. Saúde (SMS)
12. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater)	27. Sec. Mul. Turismo (SEMTUR)
13. Empresas de Turismo	28. Secretaria de Estado de Turismo do Pará (Setur)
14. Escolas (Zona Rural)	29. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)
15. Escolas (Zona Urbana)	30. Universidade Federal do Pará (UFPA)

Fonte: Oliveira (2013, p. 55)

De modo geral, considerando essas 30 instituições, no setor público estão representadas secretarias municipais e estaduais, bancos, instituições de ensino e de pesquisa, além de instâncias de governança regionais (fóruns e associação de municípios) e

<sup>3</sup> Portarias N°. 25/2010-GAB/SEMA e N° 3.707/2009-GAB/SEMA, respectivamente.

<sup>4</sup> Chuva de ideias - tem por objetivo estimular que os participantes da oficina reflitam e expressem seu ponto de vista sobre um tema proposto a partir da formulação de uma ou mais perguntas (DRUMOND *et al.*, 2009).



uma fundação pública. Já no setor privado estão o empresariado (hoteleiros e agências) e o sistema S. Na organização da sociedade civil, têm-se representação das comunidades (associação de moradores, pescadores, condutores de atrativos, artesãos), cooperativa de transporte e voluntários ambientais.

Sobre essas instituições, 19 são públicas, 03 privadas e 08 organizações da sociedade civil. Os percentuais respectivos são 63%, 10% e 27%. Preliminarmente nota-se que a maior representação é do poder público<sup>5</sup>. Esse dado é interessante porque geralmente o poder privado desponta na organização do turismo, principalmente por estar presente na prestação de serviços turísticos básicos, como transporte, alimentação e hospedagem. Vale destacar que essa é a percepção da equipe gestora das UC.

Depois, ao buscar identificar junto a esta equipe o grau de importância e de proximidade dessas instituições em relação as duas UC, com auxílio da ferramenta participativa Diagrama de Venn<sup>6</sup>, e posterior organização dos dados obtidos em matriz, Oliveira (2013) chegou-se ao resultado expresso no quadro 03, abaixo.

**Quadro 03** - Matriz com o resultado da aplicação do Diagrama de Venn

		<b>Proximidade das UCs</b>		
		Alta	Média	Baixa
<b>Importância para as UCs</b>	Alta	AAV Artesãos Comunidade Condutores Escola/Zona Rural FORUMTURAT Sema Semed	Bancos (BB e Banpará) Hoteleiros Escolas/Zona Urbana Assoc. de Barqueiros	AMP Empresas de Turismo Semma Setur/PA SMCULT SMOB SMTUR
	Média	FCCM Inpa MPEG	Colônia de Pescadores	Coopersaga Emater Senar Universidade
	Baixa	-	-	Amat SMS

Fonte: Oliveira (2013)

Ao se observar esta matriz, especialmente no quadrante superior esquerdo, que mostra as instituições consideradas mais importantes e mais próximas das UC, identifica-se paritariamente representados o poder público e a sociedade civil. Destaca-se também que embora considerado de alta importância para as UC, o poder privado está a uma proximidade considerada de média a baixa em relação às mesmas, na matriz.

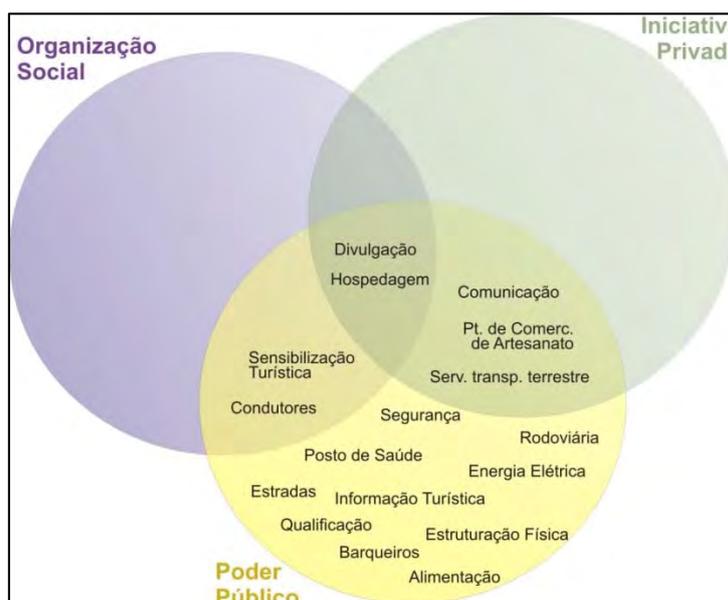
<sup>5</sup> Com isso não se está afirmando que sejam os mais importantes ou atribuindo qualquer juízo de valor. Apenas sua expressiva participação.

<sup>6</sup> Diagrama de Venn - busca identificar as organizações relacionadas à realidade a ser estudada, possibilitando averiguar seu grau de importância e proximidade em relação à esta (DRUMOND et al., 2009).



Em um segundo momento de sua pesquisa, em oficina integrada realizada com os conselhos consultivo e deliberativo do Pesam e APA Araguaia, respectivamente, Oliveira (2013) identificou 17 pontos que mereciam atenção para o desenvolvimento do turismo nas duas UC, e após identificar cenário ideal e atual de cada ponto (diagnóstico) e refletir sobre eles, buscou possíveis soluções (prognóstico), com a indicação dos potenciais responsáveis pela sua resolução, conforme representado na figura 02, abaixo.

**Figura 02** - Diagrama de representação das entidades responsáveis pela estruturação do uso público



Fonte: Oliveira (2013)

Nesta figura vê-se mais uma vez representada a percepção dos atores locais sobre a grande responsabilidade do poder público na gestão do turismo nas duas UC, que neste caso tem a potencial responsabilidade sobre todos os 17 pontos de atenção para o desenvolvimento do turismo, ora sozinho ora associado ao poder privado e a sociedade civil. É interessante destacar que, segundo Oliveira (2013), foram convidadas todas as 30 instituições para a oficina, fazendo-se presente apenas 157, sendo: 08 do poder público, 06 de organização da sociedade civil e 01 do poder privado.

Ou seja, a oficina contou com uma participação quase paritária se agruparmos os agentes em governamentais e não-governamentais, entretanto, se pensarmos em uma constituição tripartite (poder público, privado e organização da sociedade civil), conforme propõe Araújo e Simonian (2016), então veremos que o poder privado teve representação mínima também durante a oficina.

<sup>7</sup> AAV, Artesãos, Assoc. dos Barqueiros, Comunidades/Moradores/Vilas, Condutores de Atrativos Naturais, Coopersaga, Emater, Escolas (Zona Rural), FCCM, Sema, Semma, SEMCULT, SMS, Setur e Hoteleiros.



Desse modo, pode-se inferir que as instituições que compõe o arranjo de governança atual e também o pensado para o desenvolvimento do turismo no Pesam e na APA Araguaia está bastante voltado para o poder público, estando a sociedade civil em segunda e o poder privado em terceira instância.

Isso é notável em todas as análises realizadas neste estudo, seja ao se verificar as organizações relacionadas ao turismo do Pesam e APA Araguaia, seja ao verificar a sua importância e proximidade das UC ou mesmo ao identificar os potenciais responsáveis pelo desenvolvimento do turismo nas mesmas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde perceber, o turismo tem a potencialidade de ser desenvolvido em todas as categorias de manejo de UC, respeitando os objetivos e legislação correlata a estas. Entretanto, para ter seus benefícios potencializados, ele precisa ser planejado e implementado com a participação dos atores locais, sejam o poder público, o privado e a sociedade civil.

É interessante destacar que essa participação já tem espaço assegurado, especialmente após a Lei do SNUC, que determina a institucionalização de conselhos consultivos ou deliberativos, a depender da categoria de manejo da UC, os quais congregam, preferencialmente de forma paritária, agentes governamentais e não-governamentais que devem auxiliar na gestão dessas áreas.

Todavia, a partir do estudo de caso do Pesam e da APA Araguaia, observou-se que tanto o poder público é mais atuante nestas UC, quanto que a percepção de todos os demais atores (sociedade civil e privado) é a de que compete basicamente ao governo o desenvolvimento da atividade turística nessas áreas, inclusive quase desconsiderando o papel do ente privado no processo, o qual geralmente é bastante evidenciado, em função da prestação de serviços turísticos básicos, como transporte, alimentação e hospedagem por ele prestados.

Essa questão nos revela uma distância entre a prática e o conceito de governança, o qual de acordo com Zubriggen (2011) pressupõe um maior grau de cooperação entre esses atores. Deste modo, se por um lado a forte representação do poder público potencialmente remarca os interesses da coletividade, por outro lado, o menor envolvimento dos demais atores também implica em uma menor colaboração dos mesmos, no que tange ao desenvolvimento da atividade turística nessas UC.

Nessa perspectiva, analisa-se que a ideia de participação paritária dos conselhos (governamental e não-governamental) pode ser um dos fatores que influenciam na



percepção desses atores, pois ela coloca o poder público sempre com metade da representação, cabendo aos demais atores (sociedade civil e poder privado) dividir a outra metade. Nesse ponto, vale lembrar o que nos afirmam Araújo e Simonian (2010), sobre o fato de que a formação dos Conselhos emana de uma instância governamental.

Com isso, o governo, ao invés de ente articulador, acaba aproximando-se de um papel de Estado-provedor, o que remete a um modelo de gestão diferente do proposto pelas escolas de Rede de Políticas Públicas e de Governança e, a primeira centrada na intermediação de interesses entre atores públicos e privados na elaboração e implementação de políticas públicas, e a outra nas mudanças das funções administrativas do Estado, modelos esses que influenciaram as políticas públicas brasileiras, à exemplo da institucionalização dos Conselhos de UC, e que permeiam toda a ideia da participação na gestão dessas áreas, o que abrange naturalmente o turismo.

Por fim, destaca-se que o esforço desta pesquisa não está em avaliar essa situação em positiva ou negativa, atribuindo-lhe qualquer juízo de valor, mas sim em buscar a compreensão dos impactos da institucionalização desses novos modelos de governança na gestão do turismo nas unidades de conservação.



## REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, Mary. Um Olhar para Além da Amazônia Brasileira: Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira. In: Fundo Vale. **Áreas Protegidas**: série integração, transformação, desenvolvimento. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

ARAÚJO, M.N.F.; SIMONIAN, L.T.L. **Governança ambiental e turismo no Parque Nacional da Amazônia**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.9, n.2, mai/jul 2016, pp.229-249.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazonia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005)

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.

COSTA, Patrícia. **Unidades de Conservação**: matéria prima para o ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DRUMOND, Maria Auxiliadora et al. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. 2ª Ed. GTZ. 2009.

DUDLEY, N. **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN , 2008.

EAGLES, Paul et al. **Turismo sostenible en áreas protegidas**: directrices de planificación y gestión. Madrid, España: Organización Mundial del Turismo; Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente; IUCN, 2002.

LEUZINGER, Márcia. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Disponível em :[http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf). Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**: dados consolidados. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_FEV17%20-%20B\\_Cat.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_FEV17%20-%20B_Cat.pdf)>. Acesso em: 23 de junho de 2017.



OLIVEIRA, A. P. **A Construção Participativa do Plano de Uso Público do Setor 03 do Parque Estadual Serra das Andorinhas e da APA Araguaia, Estado Do Pará.** 166f. Dissertação (mestrado). Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2013.

PARDINI, Herbert. O desafio do Uso Público nas Unidades de Conservação Brasileiras. In: NEXUCS (Org.). **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados.** São Carlos, SP: RIMA, 2012. p. 125-134.

RAMOS, Adriana. As Unidades de Conservação no contexto das políticas públicas. In: CASES, Maria. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação.** Brasília: WWF-Brasil; Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, 2012. p. 43-54.

SECTAM. **Plano de Manejo do Pesam e APA Araguaia.** Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM, 2006 IDEFLORBIO, 2016.

SUÁREZ DE VIVERO, J. L.; RODRÍGUEZ, J. C.; FLORIDO DEL CORRAL, D. **La gobernanza en la pesca: de lo ecológico a lo ético, de lo local a lo global.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2008, vol. XII, núm. 278 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-278.htm>>

TAKAHASHI, Leide. **Uso Público em Unidades de Conservação.** Cadernos de Conservação. Ano 02. Nº 02. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

VERNALHA, Maria Carolina Ruas e NEIMAN, Zysman. **Potencial Turístico do Brasil.** In: **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri-SP: Manole, 2010. 332 p.

ZURBRIGGEN, Cristina. **Gobernanza: una mirada desde América Latina.** Perfiles Latinoamericanos. No 38, 2011, pp. 39-64.  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11519271002>

**GT 12 - Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina****CARIMBÓ, CULTURA E TURISMO EM BELÉM-PARÁ**Eliana Bogéa (UFPA)<sup>1</sup>

elianabogea@ufpa.br

Ana Paula Melo de Moraes (UFPA)<sup>2</sup>

paulamelmor@hotmail.com

**RESUMO**

O artigo pretende identificar a cena do carimbó paraense para enxergar/apontar inter-relações com políticas públicas de cultura turismo. Compreendemos que o cenário do Patrimônio Cultural Imaterial do Carimbó no Pará, especificamente em sua capital, carece da atenção de políticas públicas em todas as escalas da federação, capazes de associar a atividade turística recorrente em Belém para valorizar nosso capital cultural. Desta feita, apresentamos as dinâmicas do Grupo de Carimbó Sancari, suas relações na capital paraense e as principais formas com as quais o grupo é apoiado, ou não, por políticas públicas específicas, tanto quanto as dificuldades em acessá-las.

Palavras-chave: Cultura; Turismo; Políticas Públicas; Carimbó.

**1. INTRODUÇÃO**

A inter-relação que ocorre entre as atividades referentes ao turismo com outras de aspectos culturais e de patrimônio histórico-cultural, frequentemente são percebidas através dos estudos que dizem respeito ao turismo cultural, bem como sobre os impactos do turismo na cultura e dia-a-dia das comunidades receptoras. Portanto, entender as relações que ocorrem entre cultura e turismo, por intermédio do turismo cultural, trata-se de algo necessário para compreender suas abordagens de estudos e pesquisas. Esses estudos fazem referência às relações entre cultura e mercado, além das investigações sobre a definição, atualização e uso do patrimônio cultural de um determinado grupo que opera o receptivo no turismo.

A atividade produz então impactos de diversos cunhos, onde a valorização do local para benefício da população autóctone abrange, como consequência, o turista e os visitantes, desde que bem planejado, de forma que seus impactos negativos sejam minimizados (BENI, 2000; IVARS, 2003). Logo, as ações realizadas pelos governos que buscam incentivar a atividade turística devem ser planejadas de maneira a evitar a

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA.

<sup>2</sup> Graduanda em Turismo na Universidade Federal do Pará – UFPA



externalização de irregularidades, pois uma vez elaboradas de maneira equivocada, a operacionalização de planos, programas e projetos voltados para o turismo acabam sendo prejudiciais para o local (FIGUEIREDO, et al, 2013, TOMAZZONI, 2009, NÓBREGA, 2012).

O Estado do Pará desenvolveu-se sócio culturalmente de modo peculiar. Essa formação cultural paraense se deu a partir da mistura caracteristicamente “brasileira”: colonizadores (portugueses, franceses, holandeses, etc.) + indígenas (população que já residia em terras amazônicas antes da vinda dos colonizadores) + escravos (comumente os negros africanos). Contudo, através do processo de legitimação das manifestações dominantes (as elites descendentes de europeus) produziu uma centralização do que poderia ser julgado como representativo da cultura brasileira, que Gabbay (2010) diz ser um dos motivos para ainda hoje se observar a marginalização de manifestações culturais populares (populações negras e indígenas, por exemplo).

Nesse viés, o artigo em tela tem o objetivo de identificar e analisar os processos de patrimonialização da cultura na cidade de Belém do Pará ao compreender o campo de formação, definição e representação do patrimônio, as referências que o define e a relação com o mercado, além do entendimento do processo de definição do que é patrimônio cultural e as políticas públicas institucionalizadas. Com efeito, pretendemos então identificar as políticas públicas de cultura e patrimônio que se relacionam com grupos tradicionais de carimbó, através da experiência do grupo de carimbó Sancari, referência dentro e fora da capital paraense.

### **1.1 Processos metodológicos aplicados ao campo de investigação.**

No caso da presente pesquisa, os agentes produtores de cultura centrados nos grupos de carimbó em Belém serão abordados e delimitados a partir da cartografia social. Logo, para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se muniu de uma base bibliográfica e documental para melhor entendimento sobre conceitos e categorias relativos às políticas públicas, ao turismo e ao patrimônio cultural, aos grupos de carimbó em Belém e à cartografia social.

Esses métodos possibilitaram melhor compreender como se organizam os grupos de carimbó em Belém, de maneira a repertoriar o lugar de investimentos pelo poder público para valorização e boa utilização desta vertente cultural no âmbito do turismo cultural na cidade de Belém (PA). Posteriormente à pesquisa do conteúdo conceitual utilizado neste trabalho, pesquisas descritivo-explicativas, auxiliadas de pesquisa de campo possibilitaram identificar e analisar dados coletados *in locus*, através da elaboração do mapa social do carimbó em Belém. Com isso, pretendemos fazer um levantamento básico de dados através



de questionário estruturado em perguntas fechadas voltadas para o representante do grupo de carimbó.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E CULTURA

Essa pesquisa descortinou a dinâmica das políticas públicas de turismo na perspectiva de que a atividade deve favorecer a economia mas também promover o bem-estar das populações envolvidas sem perder de vista as questões étnicas e de identidade cultural da sociedade como fator de demarcação territorial das regiões. Isso significa o alcance das populações locais a programas e políticas que valorizem o bem comum ao atender à necessidades básicas dessas populações.

Nessa linha, cabe observar as políticas públicas para amazônica afim de questionar sobre as mudanças sociais. Políticas públicas, programas como Prodetur e Proecotur, e planos de incentivo ao turismo regional foram criados para fomentar essa atividade, juntamente com a criação de órgãos responsáveis pela administração dessas políticas como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), a Embratur e o Ministério do Turismo. (FIGUEIREDO; NOBREGA; AZEVEDO, 2015). Se essas iniciativas desconsideraram a diversidade das populações da Amazônia, outras são reivindicadas com vistas às demandas locais.

Com efeito, o turismo no Brasil começou a ser planejado a partir da criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo - com o intuito de implementar ações para fomentar a economia (FIGUEIREDO; NOBREGA; AZEVEDO, 2015). Desta feita, pautariam-se políticas públicas de turismo e ações capazes de viabilizar a descentralização e regionalização, a exemplo do Plano Nacional de Turismo (PNT) que possibilitaria um turismo interno e promoveria a inserção social no planejamento das atividades turísticas. Outro exemplo que complementaria essa política é o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), para auxiliar na valorização dos mercados e das especificidades locais.

No entanto, se as políticas públicas em destaque foram planejadas com a finalidade de promover o turismo como saída para minimizar desigualdades sociais, aumentar a renda local e gerar emprego, pautadas na participação da comunidade, a característica mais marcante do processo é a promoção do capital financeiro fomentador da exclusão social e do aumento das desigualdades regionais. Conforme Figueiredo; Nobrega; Azevedo (2015),



as políticas públicas de turismo são criadas a partir da égide econômica, desconsiderando o importante papel da comunidade receptora da atividade.

Isso provoca conflito de objetivos, na perspectiva de que a finalidade das ações do Estado na implementação de uma política pública é

[...] contemplar os problemas existentes de ordem global, como dificuldades da população acessar linhas de crédito para criar estabelecimento comercial próprio, como ter condições dignas para viver, com moradia, saneamento básico, são motivos que levam a crer que o setor turístico pode diversificar a oportunidade de negócios para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no entanto, as políticas implementadas ainda estão longe de atender a sociedade de uma forma mais ampla (FIGUEIREDO et al, 2013, p.22).

Desse modo, compreendemos que tais elementos criados para fomentar o turismo, já nascem deficientes e geram, portanto, descontentamento social. Contudo, considerar o turismo apenas como uma atividade econômica é fechar-se ao leque de conhecimento que o mesmo pode produzir a respeito do meio social (FIGUEIREDO et al, 2013).

## **2.1 Patrimônio Cultural Imaterial e o Processo de Patrimonialização**

Segundo Figueiredo et al (2012), o processo de patrimonialização foi instituído a partir da revolução francesa com o propósito de proteger os bens do país. Desde então, uma série de eventos discutem temas relacionados à necessidade de transformar esses bens em patrimônios que ao identificarem os povos culturalmente, visam protegê-los e conservá-los para as gerações futuras. Tal preocupação foi descrita em diversos documentos, cartas e leis, para que o bem em questão pudesse ser transmitido à posteridade (FIGUEIREDO et al, 2012).

No entendimento de Garat et al (2008), patrimonialização é o processo que os elementos da cultura e natureza são transformados e ganham significado exclusivo por estarem localizados fora do tempo e, por esse motivo, devem ser transmitidos às sociedades futuras. Já na percepção de Poulot (2010), esse conceito é a representação dos símbolos com características peculiares de determinada sociedade, sejam eles naturais ou culturais, que devem permanecer para o conhecimento das civilizações. Ademais, para um bem se tornar patrimônio, são necessários alguns requisitos que o identifique: caráter especial, noção de raridade e singularidade, beleza, testemunho do documento, originalidade, identidade (FIGUEIREDO et al, 2012).



Nessa perspectiva, patrimônio cultural, de acordo com Riegl (2003), é a junção da importância do patrimônio ligado à herança social, isto é, o enlace entre a lembrança do passado com a vivência do homem moderno. A partir desse conceito, destacam-se duas vertentes referentes ao patrimônio, ora tendo valor intrínseco com o significado real da essência do objeto dado pela sociedade que o produziu, ora possuindo valor extrínseco sendo este imposto pela sociedade atual com valor de mercado, comercializado como produto da geração passada representado nos dias atuais.

Nesse sentido, a valorização da cultura por meio do processo de visitação aliado à gestão e planejamento são saídas para reequilibrar a visão do visitante em relação ao lugar visitado. Isso porque interpretar o patrimônio é também subsidiar uma manutenção da cultura do mesmo, e isso significa que a atividade turística em torno do patrimônio representaria uma alternativa para a existência e preservação dessa memória (FIGUEIREDO, et al, 2013, FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004).

Vale destacar que o elemento pensado para sustentar a expansão do turismo, praticada pelos agentes sociais, são as políticas públicas, elaboradas pelo Estado em forma de ações que deveriam contemplar todos os setores da sociedade (FIGUEIREDO et al, 2013). Assim, sobre a representatividade patrimonial, Laraia (2001) fala da transmissão de habilidades e capacidades como responsável por assegurar que a experiência prévia de um indivíduo seja transmitida a outras pessoas, sendo então um procedimento de acumulação de características e comportamentos culturais. A concepção sociocultural também resulta do compreender o patrimônio, uma vez que a cultura forma o conjunto de bens de natureza material e/ou imaterial que caracterizam um coletivo e, portanto, perpetua referências culturais com o passar do tempo (RODRIGUES, 2000).

## **2.2 O Carimbó Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.**

A expressão carimbó se deu a partir do instrumento utilizado para tocar o carimbó, o chamado curimbó, produzido artesanalmente com tronco de árvore e pele de animal. Tal expressão cultural tem suas particularidades em diferentes regiões do Pará, uma vez que há formas distintas de dançar o carimbó (FIGUEIREDO; BOGÉA, 2015). Sob a perspectiva de Salles; Sales (1969, p.278) o carimbó é “uma dança de roda reunindo homens e mulheres, na qual se destacam, um a um, e dançam soltos, aparecendo então configurações coreográficas solistas”, ao som de batuque do curimbó e letras que retratam a realidade e cotidiano das populações. Nessa chave, identificamos o carimbó *pau* e *corda* que utiliza



instrumentos tradicionais como o curimbó, e o carimbó dos grupos parafolclóricos que inserem instrumentos modernos (FIGUEIREDO; BOGÉA, 2015).

Gabbay pontua que o carimbó tem sido objeto de debate entre “artistas, ativistas e agentes culturais em torno de sua apropriação aos códigos considerados modernos, seja esteticamente, seja discursivamente, ou ainda simbolicamente” (2010, p. 3), demonstrando que, cada vez mais, esta vertente musical e cultural do estado do Pará não deve ser desconsiderada para estabelecer a identidade cultural paraense. Nesse sentido, Figueiredo; Bogéa (2015), consideram que o carimbó não é mais dançado apenas nas comunidades tradicionais da região norte, mas apresentado como espetáculo em salões de hotéis e/ ou em festividades programadas. Essa vertente produz efeitos positivos e negativos, ora que fortalece a cultura como identidade das comunidades, ora que transforma tal prática em espetáculo.

Nesse momento, entra em cena o turismo cultural, o carimbó como produto turístico, na medida em que se insere nos *halls* dos hotéis e/ou nas atrações turísticas, tornando-o um produto no mercado de bens culturais. Isso certamente modifica o fazer dessa manifestação cultural que anteriormente pautava-se em apresentações nas festas da comunidade, para tornar-se espetáculo para transeuntes efêmeros. Assim, se as políticas públicas devem fortalecer essa prática, o registro do carimbó como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (BRASIL, 2014) é um passo importante de fortalecimento do carimbó.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa se baseou em dois momentos, o primeiro foi pautado em pesquisas bibliográficas e documental, realizadas durante os meses de agosto a janeiro, e a segunda fase da pesquisa, foi composta por pesquisa de campo e aplicação de questionários estruturados com perguntas fechadas durante os meses de fevereiro a julho para a obtenção dos resultados. A pesquisa de campo foi realizada em 14 de fevereiro de 2017 em uma reunião que contou com a participação de lideranças e mestres do Carimbó de vários municípios do estado do Pará. Contudo, focou-se nas lideranças dos grupos de Belém, e através disso, identificamos um grupo de forte representatividade da capital paraense, o Grupo de Carimbó Sancari, que tornou-se o principal participante de nossa pesquisa.

O questionário foi elaborado com vinte e três perguntas, as primeiras perguntas tinham o propósito de identificar o perfil do entrevistado como: identificação do protagonista no fazer do carimbó; faixa etária; gênero; escolaridade; e origem. Os demais



questionamentos pretendiam identificar a origem do carimbó na opinião do entrevistado; localização e tempo de existência do grupo; verificar se o grupo possui CNPJ e sede própria; investigar se o grupo é vinculado a órgão ou instituição; e se já participou de editais de apoio a cultura; saber como obtém recurso para manter a atividade; averiguar a frequência, os locais de apresentações e a média de público; e se há divulgação em ambiente virtual como as mídias sociais.

O questionário sondava ainda se o carimbó gera renda para o grupo; se é possível sustentar a família com a renda dessa atividade; e, senão, saber qual a sua principal fonte de renda. Por último, saber de quem teve influência para trabalhar com o carimbó; e se o grupo preserva a cultura e pretende passar esta cultura adiante.

Segundo o Mestre da Cultura Popular, Mestre do Carimbó Lucas Bragança<sup>3</sup>, paraense, nascido em Cachoeira do Arari, Marajó, e atualmente morador do bairro da Pedreira na capital paraense, um dos fundadores, coordenador e músico do Grupo de Carimbó Sancari, a sede provisória do grupo é a sua própria casa, local utilizado para guardar os instrumentos, aparelhos de som e indumentárias do grupo. O Sancari possui CNPJ e não é vinculado a nenhum órgão ou instituição pública ou privada. O Sancari já participou de editais como por exemplo, o edital nacional de cultura popular Mestre Mazzaropi do Ministério da Cultura (MinC) em 2013, e é através de contratações com pagamentos de cachê que o grupo se mantém e, assim, a própria cultura do carimbó.

Segundo Mestre Lucas Bragança, a origem do carimbó se deu com a mistura de raças, no caso a mistura do índio com o negro e mais uma *descendênciazinha* que nós tivemos musical europeia (Bragança, 2017). O Sancari possui uma agenda concorrida de apresentações frequentes aos finais de semana e com estimativas de público por volta de 50 a 500 pessoas dependendo do espaço em que são realizadas as apresentações. Sobre a atividade gerar renda, Mestre Lucas conta: “olha, não dá pra viver, mas a gente consegue ganhar um troquinho aí que da pra quebrar um galho, não dá pra viver do carimbó, mas dá pra manter o grupo todo *organizadinho*, tudo bacana”.

De acordo com Mestre Lucas, a cultura do carimbó é preservada por meio de divulgações de eventos, composições de músicas, confecção de instrumentos, rodas de carimbó, isto é, através de um cotidiano de resistência. Quando o mestre é indagado se ele pretende repassar a cultura, o mesmo afirma ser o que ele mais faz, repassar aos mais jovens o que aprendeu, “a gente sabe que através desse repasse, desse conhecimento, a gente sabe que a nossa cultura vai ser mantida viva, forte(sic)”. Em seguida ao contar sobre suas influências no carimbó, Mestre Lucas afirmou vir da própria vizinhança, na Passagem Álvaro Adolfo, no bairro da Pedreira, onde conheceu a essência do ritmo e lugar que o

---

<sup>3</sup> Entrevista dada à autora Ana Paula de Melo Moraes em 14 de fevereiro de 2017.



carimbó “*pulsa com vontade*”.

Ao indagar se Mestre Lucas sustenta a família com a renda do carimbó, a resposta vem triste “infelizmente ainda não, mas vamos chegar lá”, contudo, Mestre Lucas é instalador hidráulico e faz dessa sua principal atividade econômica. O grupo várias mídias sociais como: site, facebook, instagram e whatsapp, para divulgar suas apresentações, e ainda divulga nas mídias faladas como rádio e televisão. No dia 11 de março desse ano o grupo inaugurou seu espaço cultural, denominado Casa de Cultura Regional Rosa Flor, localizado na Rua Antônio Barreto esquina com 3 de Maio que infelizmente foi fechada meses depois por imposições de ordem financeira e burocrática.

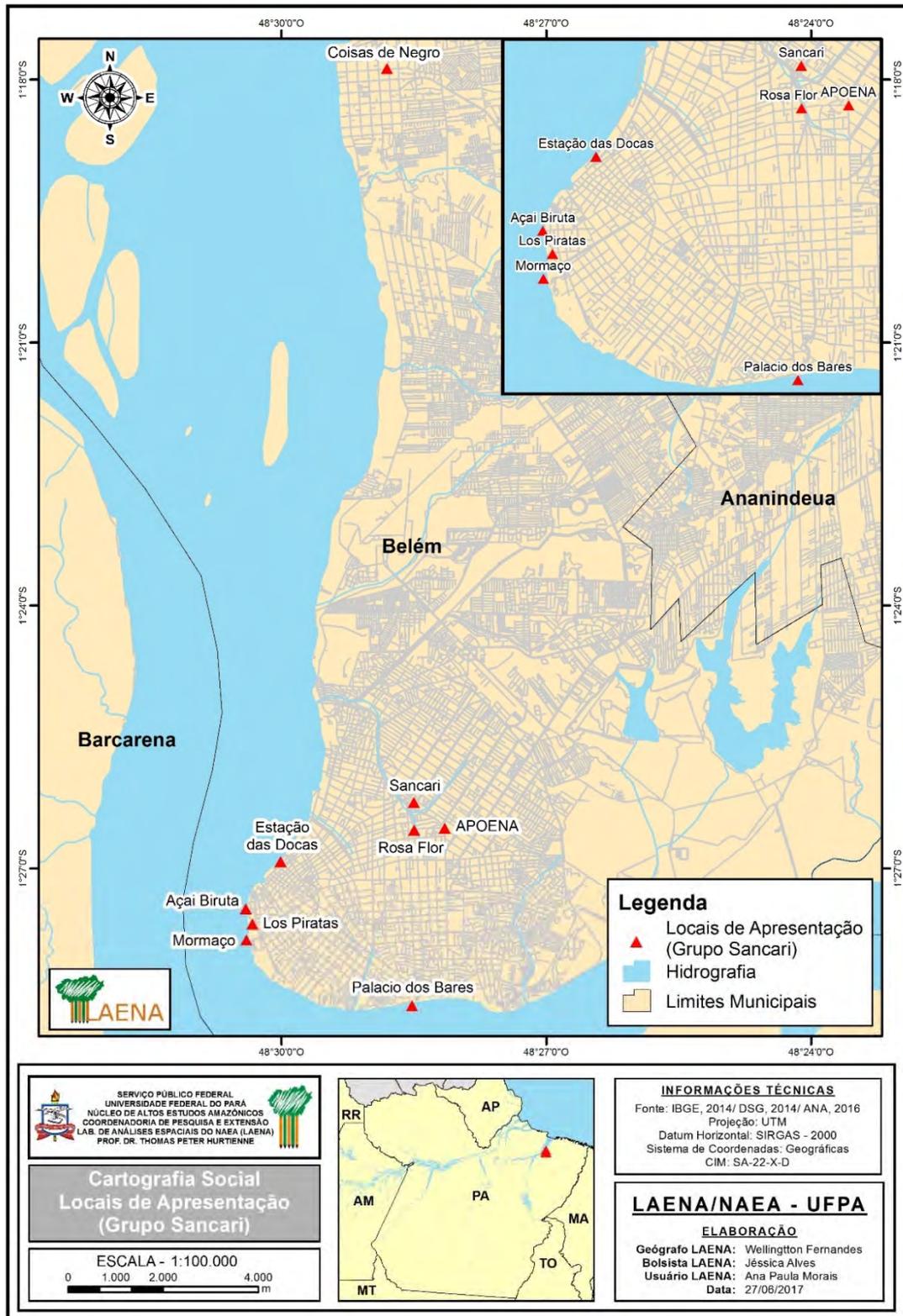
Apresentamos o fazer cultural do Grupo de Carimbó Sancari através do mapa a seguir, a partir da cartografia social elaborada com Mestre Lucas. A cartografia foi realizada por meio de informações coletadas dos locais de frequentes apresentações do grupo como Espaço Cultural Coisas de Negro, Espaço Cultural Apena, Estação das Docas, Los Piratas, Palácio dos Bares, Açai Biruta e Mormaço, bem como o local onde se insere o Projeto Pau & Corda do Carimbó organizado pelo Sancari na Passagem Álvaro Adolfo, que sedia o grupo na casa de Mestre Lucas e sua esposa Neire Bragança, para a comunidade da capital paraense e o espaço cultural Rosa Flor que auxiliou na divulgação de diversos grupos de carimbó do estado. Esta autcartografia se encaixa como um importante fundamento de destaque na pesquisa em que se debruça este trabalho para uma possível implementação de política pública.

Os espaços apresentados integram o fazer cultural do Grupo de Carimbó Sancari. É posto em evidência no mapa um (01) a sede do grupo e a Casa de Cultura Regional Rosa Flor, espaço criado pelo Sancari para promover e incentivar a prática do carimbó, sendo este um espaço específico para apresentações de grupos de carimbó do Pará que se apresentam com direito a cachê. Para entrar no Rosa Flor era cobrada a taxa de R\$ 10,00 (dez reais) como contribuição para o cachê dos demais grupos convidados a divulgar o seu trabalho.

Consideramos ainda que a inauguração da Casa de Cultura Rosa Flor, pelo grupo Sancari, é uma iniciativa da sociedade civil, sem incentivo do Estado, que tem por objetivo divulgar, salvaguardar e incentivar o carimbó. Eis as dificuldades da relação do poder público no que diz respeito à criação de políticas públicas para o desempenho da atividade, esta falta, portanto, reflete na simples iniciativa da sociedade, a qual é a principal propulsora da cultura regional.



Mapa 01: Cartografia Social Grupo Sancari



Fonte: Lab. De Análises Espaciais do NAEA (LAENA) – Prof. Dr. Thomas Hurtienne, (2017).

Um segundo momento da pesquisa de campo ocorreu em 26 de agosto de 2017 quando da comemoração do Dia Municipal do Carimbó, uma homenagem ao saudoso



Mestre Verequete, figura central do carimbó paraense, quando o Grupo de Carimbó Sancari realiza todos os anos o Projeto Pau&Corda do Carimbó em sua sede, localizada na Passagem Álvaro Adolfo no bairro da Pedreira. Como atrativo, houveram apresentações de diversos grupos de carimbó do estado que contaram com o apoio da própria comunidade para o deslocamento, acomodação e alimentação dos representantes.

Por meio desse cenário, é possível observar que há grupos centrados na cultura do carimbó, no entanto, através da pesquisa verificou-se que não há políticas públicas que fortaleçam e incentivem essa prática. Segundo Bógea (2014), há uma política de cultura nacional que tem por objetivo servir de espelho para as demais esferas públicas, mas na realidade alcançar este objetivo ainda é um grande desafio. O fomento do turismo aliado a uma política pública para a cultura popular pode ser uma saída para engajar os principais sujeitos sociais com ações em prol do carimbó (FIGUEIREDO et al, 2013). Vale destacar que, conforme Mestre Lucas como representante do Grupo de Carimbó Sancari, grupo referência na cidade de Belém, não é possível sobreviver do carimbó uma vez que inexiste, principalmente no âmbito municipal políticas/ações capazes de subsidiar esses grupos no seu fazer artístico-cultural do carimbó.

Com efeito, o Carimbó Patrimônio Imaterial Brasileiro fica à mercê de iniciativas da sociedade civil, como é o caso da Campanha do Carimbó, movimento criado para tornar o ritmo um patrimônio imaterial, nascido em Santarém Novo por meio da irmandade de São Benedito (BÓGEA, 2014). Esse movimento atualmente gira em torno de manter os grupos de carimbó unidos em prol de discussões pautadas no fortalecimento da Cultura Popular. Como resultado dessa busca, ocorreram seminários que reuniu as delegações regionais para discussões acerca do futuro da cultura do carimbó na região, com participação do poder público. No entanto, por meio desse trabalho, observou-se que para fortalecer a Cultura Popular do Carimbó ainda carecem políticas públicas nesse sentido.

#### 4. AFINAL, QUE TURISMO É ESSE?

Através deste trabalho, percebemos que um diagnóstico patrimonial da cultura do carimbó na Região Metropolitana de Belém (RMB) através da informação e mapeamento dos seus grupos de carimbó e por eles próprios, contribuirá para questionar o quê do turismo local interessa para essa manifestação cultural e expressão artística. Além dos benefícios à população da cidade para apropriar-se e vivenciar uma cultura própria. Nessa via, colaborarmos na discussão que vincula esta pesquisa para inspirar outras com este ou novos enfoques.



Assim, nossa pesquisa fortalece um debate cujo objetivo pretende sensibilizar a gestão pública ao identificar e inserir um outro olhar de gestão do patrimônio e da cultura do estado sobre o carimbó e na capital paraense. Se o turismo acontece em escala regional porque ligado à necessidade contínua de atualizar as políticas públicas, certo é que os sujeitos sociais, aqui os grupos de carimbó, após mapeados/identificados, participam e decidiriam, portanto, os rumos necessários para sua própria atividade e fazer cultural/artístico na perspectiva também de influenciar os investimentos do turismo cultural em Belém. Afinal, qual o real reconhecimento da representatividade do carimbó no Pará e na capital paraense nesse sentido?

A cena do Carimbó na Região Norte, especificamente em sua capital, carece de atenção em todas as escalas da federação para implementar políticas públicas que pautem a atividade turística estadual/local sem perder de vista nosso capital cultural. Portanto, aliar o patrimônio cultural que nesse estudo é o carimbó à políticas públicas de cultura e turismo pode ser uma saída interessante para nossa Cultura Popular e nela para o próprio Carimbó e, conseqüentemente, para os paraenses de um modo geral. E nessa pegada, muito mais do que pensar a indústria do turismo, primeiro ir à escuta do que o Carimbó quer para o próprio Carimbó porque reflete, em muito, o que o paraense quer para o Pará e para Belém.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S.; ANASTASIA, F. Governança, “Accountability” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. In: Revista de Economia Política, v. 22, n. 1, 85, 2002.

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac São Paulo, 1998.

BOGÉA, Eliana. A Cultura no Brasil Pós-2003, um Norte: Carimbó Patrimônio Imaterial Brasileiro. In: V Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, Rio de Janeiro. V Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Notícias. Carimbó é agora patrimônio imaterial brasileiro. 11 set. 2014. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/carimbo-e-agora-patrimonio-imaterial-brasileiro/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/carimbo-e-agora-patrimonio-imaterial-brasileiro/10883)>. Acesso em: 04 mai. 2017.

CORBIN, A. O advento do lazer: 1850/1960. Paris: Flammarion, 2001.

COSTA, T. L. da. Carimbó e Brega: Indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. In: Revista Estudos Amazônicos. vol. 5, n 1, 2011, p. 149-177.



- FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. A.; NÓBREGA, W. R. M. (Orgs). Perspectivas contemporâneas de análise em turismo. Belém: NAEA, 2015.
- FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. de M.; MARANHÃO, C. H. da S. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. et. al. (ORG). Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.
- FIGUEIREDO, S. J. L.; NOBREGA, W. R. M.; BAHIA, M. C.; TAVARES, A. E. P. Planejamento e gestão das visitas ao patrimônio natural e cultural e nos atrativos turísticos. Estudos e Perspectivas em Turismo. v. 21, p. 355-371, 2012.
- FIGUEIREDO, S. J. L.; RUSCHMANN, D. V. M. . Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. Revista Novos Cadernos NAEA, v. 7, p. 155-188, 2004.
- FIGUEIREDO, S. J. L. Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia. Belém: NAEA/UFGPA, 1999.
- FIGUEIREDO, S. J. L. ; BOGÉA, Eliana. . Hibridismo cultural e atualização da cultura: o Carimbó do Brasil. RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 23, p. 81-92, 2015.
- GABBAY, M. M. O tecnobrega no contexto do capitalismo cognitivo: uma alternativa de negócio aberto no campo performático e sensorial. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. (Compós), 2007.
- \_\_\_\_\_. Representações sobre o carimbó: Tradição X Modernidade. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. Anais... Rio Branco, 2010.
- GARAT, I.; GRAVARI-BARBAS, M.; VESCHAMBRE, V. Preservação do patrimônio e desenvolvimento sustentável: o caso de Nantes e Angers. Revista - desenvolvimento e territórios sustentáveis. Unidade 4: A cidade e o desafio do desenvolvimento sustentável, mar. 2008. Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/4913>. Acesso em: 28 jan 2017.
- IVARS, J. A. Planejamento do turismo de espaços regionais na Espanha. Madri: Síntesis, 2003.
- LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- NÓBREGA, W. R. M. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará, 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém/Pa, 2012.
- POULOT, D. Patrimônio e museus, a instituição da cultura. Paris, Hachette, 2010.
- RIEGL, A. O culto moderno dos monumentos. Paris, L'Harmattan, (2003).
- RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória Social e identidade: uma abordagem antropológica. Lisboa: Jorge Zahar, 2000.
- TOMAZZONI, E. L. Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

**GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições e Turismo na América Latina.****TURISMO, IMPACTOS E PERCEPÇÃO: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA  
UHE FERREIRA GOMES NA CIDADE DE FERREIRA GOMES/AP**

Dioleno Pereira da Silva (UNIFAP)<sup>1</sup>  
E-mail: diolenosilva@hotmail.com

**RESUMO**

O Turismo é uma atividade que elementarmente consome espaços para sua reprodução e a paisagem é o principal motivador da prática turística. Sob este olhar, o município de Ferreira Gomes se destaca como parte dos grandes potenciais a serem desenvolvidos no estado do Amapá. Entretanto, em 2010, deu-se início o processo de implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, e com isso o município vem passando por alterações em sua dinâmica e configuração socioambiental. Como consequência, a atividade turística local tem sido afetada. A fim de mitigar os danos causados a empresa propôs a execução do 'Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes', como parte do seu Plano Básico Ambiental. Desta forma, o presente estudo analisa a percepção dos empreendedores hoteleiros da região em relação às ações de mitigação propostas e executadas. Foram utilizadas as técnicas de Pesquisa Documental e Estudo de Campo com os empreendedores locais, e revisão bibliográfica relativa ao tema. O estudo apontou contradições entre as metas planejadas e executadas pelo Programa em questão, bem como salientou e confirmou problemas previamente apontados no Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa.

Palavras-chaves: Turismo. Impacto. Percepção

**1. INTRODUÇÃO**

Dado à alta capacidade na produção de serviços e sua característica complexa de englobar diversos setores socioeconômicos, o Turismo moderno vem sendo tratado como um dos vetores de desenvolvimento econômico mais importante da atualidade, tendo sua importância reconhecida e refletida em âmbito internacional através da criação de organizações responsáveis por acompanhar, analisar e coletar informações sobre a evolução e dinâmica do setor – tal como a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (OMT), agência vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU) que inclusive adotou o ano de 2017 como sendo o 'Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento'. Contudo, por mais que o Turismo seja uma *ferramenta* de desenvolvimento reconhecidamente capaz de transcender as condições de mercado e os desafios econômicos e políticos, no Brasil, quando consideradas as dimensões e

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Brasil. Especialista em Economia Verde, pela Universidade Estadual do Amapá – UEAP, Brasil. Bacharel em Turismo pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP, Brasil.



peculiaridades regionais, verifica-se que a atividade ainda carece de políticas e planos sistematizados substancialmente mais precisos, que considerem estas especificidades tanto em seu escopo de planejamento quanto na execução das ações previamente delineadas<sup>2</sup>.

Em termos de planejamento, existem, sobretudo, dois grandes empecilhos enfrentados pelos gestores: a própria dinâmica sistêmica característica do Turismo e a ausência de informações que possam subsidiar a estipulação de metas e conduzir adoção de medidas que melhor se encaixam aos problemas identificados – logo, a avaliação e o acompanhamento da intensidade com que os fatores favorecem ou inibem o desenvolvimento do setor é de grande relevância estratégica.

Diante deste panorama, uma das formas de se projetar e desenvolver o Turismo de modo que ultrapasse a mera esfera econômica e alcance níveis sociais que propiciem o desenvolvimento regional<sup>3</sup> encontra-se justamente associado à efetiva atuação das entidades vinculadas a atividade turística e a uma maior participação da população local no gerenciamento do setor<sup>4</sup>.

Dito isto, como parte de um contexto local de frágil estruturação do sistema turístico, a cidade de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, recebeu a partir do ano de 2010 a implantação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, gerenciado pela empresa Ferreira Gomes Energia<sup>5</sup>. Por compor uma área amapaense com grande potencial ecoturístico por conta de seus atrativos naturais e por já receber outros dois grandes investimentos

---

<sup>2</sup> No entanto, faz-se necessário ressaltar as iniciativas efetivadas pelo Ministério do Turismo (MTUR) que visam diagnosticar e subsidiar o planejamento e controle do setor turístico brasileiro em escala regional – tais como a realização do Plano Nacional do Turismo (PNB), a execução do Programa de Regionalização do Turismo e a implementação do CADASTUR. No entanto, a efetivação das metas e objetivos propostos em tais mecanismos por vezes passa pela disponibilidade e capacitação de profissionais da área ou a mera colaboração do poder público local.

<sup>3</sup> A ideia de Desenvolvimento Regional aqui apresentada considera a perspectiva apresentada por Souza (2009), o qual sugere que este deve ser compreendido com uma conotação mais ampla da Economia Regional e seus indicadores de desenvolvimento, abarcando análises de fenômenos econômicos tanto do interior da região quanto das interações existente entre conjunto de regiões de um mesmo país e suas relações com o resto do mundo.

<sup>4</sup> Convém mencionar que, entre as diversas definições de Turismo já formuladas, o conceito proposto por Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) sugere que a atividade turística pode ser compreendida como sendo a soma dos fenômenos e relações que surgem da interação de turistas, empresas prestadoras de serviços, governos e, sobretudo, pelas comunidades receptoras envolvidas no processo de atrair e alojar os visitantes. Esta formulação reflete que o desenvolvimento do Turismo está condicionado a uma reunião de fatores convergentes, onde a sistêmica ideal se conclui quando o conjunto dessas atividades beneficia o *locus receptor* através da geração de empregos diretos e indiretos, e na geração de impostos que devem ser investidos em prol do desenvolvimento local.

<sup>5</sup> A empresa responsável pela construção e operação da usina hidrelétrica se encontra vinculada à ALUPAR – um conglomerado administrativo com investimentos no setor de transmissão e geração de energia elétrica, com atuações em países como Brasil, Chile, Colômbia e Peru. A concessão para instalação da empresa no município foi obtida por meio de leilão promovido em julho de 2010, pelo Governo Federal e tem licença para operar até o ano de 2045. A UHE tem capacidade de gerar 252 MW (megawatts), com energia assegurada de 150,2 MW médios (megawatts médios) que poderão beneficiar mais de setecentas mil pessoas (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a).



hidrelétricos (UHE Coaracy Nunes e UHE Cachoeira Caldeirão), do ponto de vista socioeconômico e ambiental, a cidade de Ferreira Gomes se apresenta como a principal afetada pela implantação do empreendimento.

Pela grandeza do investimento e a natureza das ações executadas na região, o empreendimento representa uma grande alteração na dinâmica e configuração socioambiental no município e, conseqüentemente, na dinâmica turística local. Para mitigar os danos causados a empresa propôs em seu Plano Básico Ambiental a execução do Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes (PATS).

Portanto, dado ao alto grau de impactos socioeconômicos e ambientais que o Turismo pode gerar a partir da natureza de sua dinâmica e os impactos conseqüentes da implantação do empreendimento sobre o município, o presente estudo apresenta uma análise das ações de mitigação propostas no programa supracitado e o exame das ações planejadas/executadas, a partir da perspectiva de empreendedores hoteleiros da cidade de Ferreira Gomes/AP.

## 2. TURISMO E GESTÃO PÚBLICA: BREVES CONSIDERAÇÕES

O Turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e social, gerando renda e empregos diretos e indiretos (MTUR, 2003; DOMARESKI-RUIZ; GÂNDARA, 2015; RAMOS; COSTA, 2017). É uma atividade de demanda associada ao consumo, sendo seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais (BENI, 2001; MTUR, 2015). Contudo, diversos estudos (TUAN, 1980; BECKER, 1996; BENI, 2001; VIEIRA; HOFFMAN, 2013) já demonstraram que, em síntese, a utilização dos espaços para a atividade turística influencia na geração de impactos socioambientais em díspares escalas segundo as políticas adotadas em cada região.

Não obstante, aliado a seu processo de expansão enquanto produto econômico, o desenvolvimento do Turismo traz a reboque contemporâneos debates sobre a necessidade do seu ordenamento e gestão, realçando sua carência de políticas, planos sistematizados e demais informações que subsidiem o planejamento e a execução da atividade.

Nota-se, portanto, que o planejamento sistêmico do Turismo é um desafio que ainda vêm ocupando poucos espaços no âmbito da gestão pública, mesmo com o aumento da importância deste para economias locais. Por outro lado, o papel do Poder Público no desenvolvimento da atividade turística é assunto de extenso debate entre profissionais da área, principalmente no que concerne às dificuldades em se definir o setor econômico representativo do Turismo – o que termina por se refletir nas mais variadas formas de



estruturas governamentais vinculadas à atividade: ministério, secretarias, departamentos, diretorias, escritórios públicos, comissões, conselhos, etc (BENI, 2001).

Apesar de seu reconhecimento como um segmento gerador de emprego, historicamente as políticas para o Turismo ainda são comumente encontradas às margens das políticas públicas (MAIA, 2004). Em consonância a esta questão, estudos publicados por Becker (1996) problematizaram este panorama ainda no fim da década 90, apontando a espacialização do turismo brasileiro a partir de dois padrões de desenvolvimento: o *padrão desenvolvimentista*, no sentido de desenvolvimento a qualquer preço, de maneira rápida e desenfreada; e uma tentativa tímida de *ordenação da atividade*, no intuito de regular e disciplinar o uso dos espaços destinados à prática turística segundo uma compreensão de responsabilidade do Estado para com o seu território.

Ponderada a segunda perspectiva, corrobora-se o pensamento de que não se pode pensar em planejar e desenvolver o Turismo sem considerar a necessidade de se conhecer os possíveis impactos socioculturais que este pode gerar – haja vista que a própria história da atividade se apresenta como um conjunto de sistemas de relações em incessante processo de transformação (VIANNA; ANJOS; ANJOS, 2016) e que requer, portanto, grandes cuidados em termos de gestão (BENI, 2001).

Em síntese, o planejamento turístico é uma fase que envolve a intenção de se estabelecer condições favoráveis para o alcance dos objetivos propostos, através da ordenação de ações sobre uma determinada localidade (RUSCHMANN, 1997), direcionando a construção de equipamentos e infraestrutura de maneira adequada (BENI, 2001). Contudo, os objetivos e as condições necessárias para que estes sejam atingidos variam de acordo com diversos fatores, sendo praticamente consenso que os objetivos são mais facilmente atingidos quando há um planejamento correto (DOMARESKI-RUIZ; GÂNDARA, 2015).

Por outro lado, a própria característica de interconexões que o Turismo apresenta pode ser considerada como o grande desafio a ser superado na fase de planejamento da atividade, principalmente por se contrapor ao pensamento reducionista comum às abordagens da gestão pública que se acostumou ao tratamento de ‘causa e efeito’ dado às questões de interesse difuso (BARCELLOS; BARCELLOS, 2004).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Área de estudo

Criado pela Lei Nº. 7.639, em 17 de dezembro de 1987, por desmembramento de Macapá, o município de Ferreira Gomes está localizado ao sul do estado, a 132 km da



capital Macapá e possui dois distritos: Ferreira Gomes e Paredão. Limita-se com os municípios de Macapá, Porto Grande, Tartarugalzinho, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio. O acesso ao município pode ser feito de duas formas: via fluvial, através de embarcações de pequeno e médio porte; e rodoviário, pela BR-156 (ECOTUMUCUMAQUE, 2009b).

A economia local está baseada em atividades do setor primário, com relativos destaques para a criação de gados bovinos e bubalinos; a suinocultura; o cultivo de laranjas e a piscicultura. O setor de comércio e serviços está concentrado na administração pública, além de algumas mercearias, bares e boates (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a).

Ferreira Gomes possui grande potencial ecoturístico por conta de seus atrativos naturais, tais como os trechos com pequenas corredeiras e a formação de ilhas ao longo do Rio Araguari. O turismo no município é impulsionado pela existência de vários balneários em lagos, igarapés; por atrações de pesca esportiva e por pequenos festivais, tais como o Festival do Caju e o carnaval fora de época denominado de “Carnaguari”, que atrai centenas de turistas para a cidade. Outras manifestações culturais também consideradas atrativos turísticos, envolvem as comemorações em alusão ao aniversário do município e os festejos em louvor a Nossa Senhora da Conceição – padroeira da cidade (ECOTUMUCUMAQUE, 2010; PANTOJA; ANDRADE, 2012).

Em 2010, deu-se início a implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, localizada num dos principais braços do Rio Araguari (Figura 01), logo abaixo da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (Usina do Paredão), com eixo de barramento projetado nas coordenadas geográficas 51°11'41,071”W / 00°51'20,126”N.

**Figura 01** – Localização da UHE Ferreira Gomes

Fonte: Ecotumucumaque (2010).

Do ponto de vista de espaço sociogeográfico afetado pela implantação da UHE, o município de Ferreira Gomes se apresenta como o principal afetado pelo empreendimento (PANTOJA; ANDRADE, 2012), onde a intervenção do mesmo é percebida – direta ou indiretamente – desde o início da execução do projeto (com a montagem das estruturas de apoio e a contratação de mão de obra), até o momento em que a usina passou a gerar energia regularmente e enquanto estiver em operação.

### 3.2 Coleta dos dados

Para atingir os objetivos estabelecidos foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão que incluiu o arcabouço teórico referente à Percepção do Turismo; e a relação deste com os impactos socioambientais e instrumentos de gestão. Em conjunto com a Pesquisa Bibliográfica foi realizado um levantamento documental que incluiu o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e o Plano Básico Ambiental (PBA), com especial ênfase para o principal programa proposto relativo ao desenvolvimento do turismo no município de Ferreira Gomes: o Programa de Apoio ao Turismo Sustentável.

O Estudo de Campo foi realizado no decorrer do mês de julho de 2017, com um grupo de doze empreendedores do turismo na cidade de Ferreira Gomes, vinculados e



atuantes na área de hospedagem. Para estes, foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas. O consentimento esclarecido foi obtido verbalmente após explicação dos objetivos, finalidade do estudo e garantia de anonimato para os entrevistados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

##### 4.1 Considerações sobre o PATS

Para mitigar os danos causados pelo empreendimento ao turismo na região, como parte do PBA, propôs-se a execução do 'Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes'. O PATS é um programa proposto com o intuito potencializar os atributos naturais e socioculturais locais através da atividade turística sustentável, apresentando sete metas específicas:

- 1 – Identificar e mobilizar os parceiros institucionais para o planejamento das ações de desenvolvimento do turismo sustentável;
- 2 – Realizar estudos exploratórios para a ampliação de atividades de turismo que resultem em um inventário de análise e controle do uso dos recursos naturais;
- 3 – Fortalecer os fóruns de participação, buscando aprofundar o estudo das potencialidades e identificando segmentos prioritários de intervenção, pelo lado da demanda (grupos de consumidores, necessidades, preferências) e da oferta (atrativos, patrimônios socioculturais, naturais);
- 4 – Possibilitar a agregação de atividades, serviços, valores e outros atributos, através da integração do planejamento, aumentando a atratividade da área de abrangência do programa;
- 5 – Apoiar o município de Ferreira Gomes, visando à promoção da atividade turística sustentável, através da capacitação e de parcerias necessárias à garantia da infraestrutura para o seu desenvolvimento;
- 6 – Compatibilizar as atividades turísticas com as ações de preservação ambiental, bem como fomentar as atividades geradoras de emprego e renda e de valorização da identidade local;
- 7 – Apoiar a elaboração e implementação do Planejamento para o turismo sustentável e planos setoriais (ECOTUMUCUMAQUE, 2010).

Tais metas têm como público alvo para a região, o grupo formado por empreendedores, empresários, prestadores de serviços em geral ligados ao setor do Turismo, e usuários dos serviços e atrativos turísticos.

Para atingir as metas propostas, o programa apresenta como forma de metodologia uma abordagem sistêmica, multidimensional e multissetorial. Dentre as ações apresentadas a serem executadas pelo programa, destacam-se: a) a articulação Interinstitucional, através de reuniões setoriais; b) a qualificação da cadeia produtiva; c) a elaboração do inventário da oferta turística do município; d) a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo



Sustentável; e) a elaboração de Projetos de Turismo Setoriais; f) e a implantação de infraestrutura turística municipal.

Segundo o documento, tais ações devem ser desenvolvidas em conjunto com a participação, tanto da população local, quanto dos empreendedores turísticos e com demais parceiros representantes do poder público – Prefeitura e secretarias municipais; Secretaria de Turismo (SETUR); Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA); Ministério do Turismo (MTUR); e o Sistema “S”, representado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-AP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

#### **4.2 Análise da Pesquisa de Campo**

Apesar de informados quanto à garantia de anonimato dos entrevistados, a pesquisa de campo revelou um fato no mínimo intrigante: após o consentimento de participação ser esclarecido verbalmente e explicado os objetivos e a justificativa do estudo, os empreendedores entrevistados, em sua maioria, fizeram questão de assinar o formulário de questões como uma ‘forma de protesto e participação crítica em relação à ineficiência e carência de programas públicos’, segundo os mesmos – o que no mínimo já denotava certa insatisfação em relação à instalação do empreendimento.

Foram analisadas as respostas de catorze empresas hoteleiras. Entre estas, foram identificados dois tipos de meios de hospedagem reconhecidos pelo Ministério do Turismo: hotel (27%) e pousada (73%)<sup>6</sup>, com modelos administrativamente do tipo mista (57%).

Neste aspecto, é interessante considerar a perspectiva de Rocha (2010), o qual aponta estas classificações (hospedagem e formas de administração de empreendimentos) podem indicar não somente a principal forma de organização empresarial de uma região, mas também refletir as características próprias de urbanidade. Segundo esta perspectiva, pode-se assegurar, portanto, que dado aos níveis de complexidade que envolve cada organização sob o enfoque administrativo, a ocorrência de classificação de empreendimentos hoteleiros poderá apontar o nível de urbanização local e mesmo sua organização econômica – tal consideração converge necessariamente com a realidade local da cidade de Ferreira Gomes, sobretudo se considerado o brusco aumento do contingente

---

<sup>6</sup> Segundo Ministério do Turismo (2011), o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCLASS) definem *hotel* como o estabelecimento que oferece aposentos mobiliados, banheiros privativos para ocupação eminentemente temporária, incluindo serviços complementares de alimentação e outros. O mesmo documento define *pousada* como empreendimentos de característica horizontal, composto de no máximo trinta unidades habitacionais e noventa leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.



populacional e as transformações socioeconômicas que a região sofreu a partir do processo de instalação da UHE (SILVA; LIMA; SILVA, 2016).

No que concerne ao vínculo com entidades associadas ao planejamento e execução do setor de Turismo, tais como ABIH, EMBRATUR e/ou mesmo o Conselho Municipal de Turismo de Ferreira Gomes, constatou-se que apenas 43% das empresas averiguadas estão vinculadas a alguma entidade representativa vinculada ao setor, e que, das empresas vinculadas, apenas 57% mantêm o Registro de Controle Interno de hóspedes.

Os dados coletados, ao alertarem a *não-formalização* das empresas e a ausência de controle de fluxo de hóspedes, realçam a ineficiência no controle de dados por parte do poder público e podem também indicar a adoção de metodologias não condizentes com a realidade local para o planejamento turístico da região.

Silva (2012), ao dissertar sobre a importância do controle de dados para o Estado, afirma que a própria configuração das estruturas de turismo esta condicionada à capacidade de coordenação e administração das ações relacionadas à atividade turística, e mesmo à função de liderança exercida por intermédio da máquina pública.

Seguindo o mesmo pensamento, Ignarra (2002) garante que 'não é possível produzir Turismo sem que haja direta ou indiretamente uma participação do poder público', pois a ação governamental tem papel estratégico no seu desenvolvimento. Vale ressaltar, portanto, que o planejamento da atividade é essencial por propiciar um desenvolvimento duradouro que envolve a realização de análises contínuas e ferramentas para o controle de qualidade sobre os efeitos advindos da prática turística (DIAS, 2003).

Em relação aos processos de implantação da UHE Ferreira Gomes, 86% dos entrevistados relataram que não fazem parte de qualquer organização de acompanhamento, enquanto que somente 14% dos pesquisados confirmaram participação em reuniões do Conselho Municipal de Turismo. Estes, no entanto, alegaram não terem sido consultados nos processos de formulação do PATS e, com isso, não têm qualquer participação na execução do programa. Os dados coletados também indicaram o expressivo número de empreendedores que desconhecem a existência do programa e a execução das metas planejadas (86%).

Reforça-se que o PATS tem como público alvo os empreendedores, empresários, prestadores de serviço em geral, ligados ao setor de turismo e usuários dos serviços e atrativos turísticos, e prevê a realização de reuniões junto aos atores vinculados à cadeia produtiva do turismo e comunidades locais do município, para o levantamento de informações sobre a potencialidade turística da região que configurarão o inventário da oferta turística da região. Os resultados da pesquisa de campo, no entanto, apontam



exatamente o contrário do que foi planejado. Logo, ou as ações propostas no plano não ocorrem como foram estabelecidas, ou ocorrem de forma ineficaz em relação ao cronograma proposto.

No entanto, é válido ponderar que a não formalização dessas empresas através das entidades representativas do turismo e do poder público de maneira geral, podem também configurar a ausência de conhecimento técnico e de informações concernentes ao interesse estratégico do setor para a região e, conseqüentemente, incidir na não participação no planejamento e nas decisões abarcadas pelo programa.

Em relação ao fluxo de turistas na região, para 28% dos entrevistados não houve alterações no decorrer da implantação da hidrelétrica. Porém, 72% dos entrevistados apontaram a existência de alterações. Destes, 29% classificaram as alterações como *positivas* (representadas pela alta demanda de mercado estritamente relacionada à fase inicial de implantação das UHE). Enquanto que 43% dos empreendimentos analisados classificaram as alterações no fluxo turístico como *negativos*, sobretudo, pela fase final das obras e início das operações da usina, com conseqüente decréscimo na demanda de hóspedes devido a fatores como o aumento no custo de vida da região, o inchaço populacional decorrente do empreendimento, a alta oferta de alugueis de unidades habitacionais para longo prazo e as alterações ambientais e paisagísticas.

**Quadro 01 – Relação entre as alterações e reivindicações apontadas**

<b>ALTERAÇÕES APONTADAS NA PAISAGEM TURÍSTICA APÓS A IMPLANTAÇÃO DA UHE</b>	<b>REIVINDICAÇÕES ATUAIS RELACIONADAS AO TURISMO LOCAL</b>
Aumento nos índices de violência no município;	Investimentos no policiamento local;
Inchaço populacional atrelado à instalação e construção da UHE; e Aumento do custo de vida local;	Investimentos para a urbanização da cidade;
Visíveis alterações na paisagem e no nível do Rio Araguari; e Aumento da poluição no rio e na cidade;	Saneamento básico; limpeza dos rios e combate a poluição sonora;
Diminuição no número de turistas no período de férias;	Investimentos na infraestrutura turística e na capacitação profissional;

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017).

Quando indagados sobre a principal alteração na paisagem turística após a implantação da UHE Ferreira Gomes, várias mudanças foram apontadas, entre estas: o aumento no custo de vida e nos índices de violência na região; a poluição e alteração paisagem e nos níveis do Rio Araguari; e a diminuição no número de turistas nos períodos de férias.



Em consonância com os problemas relatados, quando demandados subjetivamente a apontar as principais reivindicações do setor para o ordenamento do Turismo local, os empreendedores reforçaram os problemas anteriormente mencionados, apontando possíveis soluções para estes (Quadro 01).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devida à ausência de participação pública nas decisões e ações efetuadas na cidade expressas pelos dados coletados em campo, verifica-se que o PATS, apesar de ser um programa proposto com o intuito de funcionar de forma sistêmica e multissetorial, na prática, apresenta-se em seu processo de implantação e funcionamento com traços hierárquicos, onde cabe a comunidade local o papel secundário de receptor das ações impostas.

Assim, além das metodologias contraditórias existentes entre o que foi planejado e como as ações têm se desenvolvido de fato, há ainda uma aparente transferência de responsabilidades de mitigação inerentes à empresa, com exploração de ações já desenvolvidas em projetos dos setores ditos parceiros pelo programa – é o caso da elaboração do inventário da oferta turística e a elaboração do *Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, que se encontra em processo de realização pela Secretaria de Turismo do estado com atividades análogas às descritas no PATS; e a elaboração de projetos de Turismo setoriais, também realizados por ações do SEBRAE-AP e da SETUR.

Baseado no panorama formado pelas informações colhidas em campo percebe-se que as ações mitigadoras propostas e descritas no PATS vêm sendo executadas de maneira ineficiente, não refletindo os resultados esperados; comprometendo e afetando o desenvolvimento profícuo da atividade turística na região – portanto, faz-se necessário a ratificação do Programa através de ações que corrijam os pontos abordados no presente estudo segundo o grau de urgência das atividades a serem desenvolvidas.

Por outro lado, nota-se que há certa maximização das responsabilidades atribuídas especificamente a UHE Ferreira Gomes, principalmente nos discursos que classificam a empresa administradora do empreendimento como sendo a grande e única vilã no processo de desenvolvimento do município e que, conseqüentemente, isentam ou minimizam o papel governamental.

Convém lembrar que as dinâmicas socioeconômicas do espaço de influência regional são reflexos, sobretudo, das institucionalidades – logo, a não presença ou baixa atuação das entidades direta ou indiretamente relacionadas ao setor tendem a colaborar para o agravamento dos problemas identificados e relacionados pelo estudo (tais como os



descritos no quadro 01); e que o Turismo é um processo extremamente complexo composto por outros microsistemas, onde qualquer mínima mudança nesses subsistemas tende a impactar a atividade de maneira conjuntural. Neste sentido, torna-se importante a existência da tentativa de um fortalecimento institucional do setor, seja para se realizar um diagnóstico e análise da estrutura dinâmica atual da atividade, seja para responsabilizar, fiscalizar e/ou cobrar a readequação do programa por vias legais.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 129-144, jan/jul. 2004.

BECKER, K. Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 2 Ed. São Paulo: SENAC, 2001.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos Manuel. Turismo: tendências de evolução. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017.

DOMARESKI-RUIZ, Thays Cristina; GÂNDARA, José Manoel; CHIM-MIKI, Adriana Fumi. Destinos turísticos como territórios de inovação: análise dos vetores de competitividade urbana à luz dos pressupostos sugeridos pela união europeia, por meio do relatório "State of European Cities". **Revista turismo - visão e ação - eletrônica**, vol. 17, n. 3, set./dez. 2015.

ECOTUMUCUMAQUE. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Aproveitamento Hidrelétrico** Ferreira Gomes. Macapá, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Plano Básico Ambiental do Aproveitamento – PBA: Hidrelétrico** Ferreira Gomes. Volume II. Apresentação – Programas Institucionais - Programas de Controles Ambientais das Obras e Construções, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Aproveitamento Hidrelétrico** Ferreira Gomes. Macapá, 2009b.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MAIA, L. F. S. Políticas públicas e identidade cultural: um binômio significativo na construção de uma intervenção no turismo local. In: BARBOSA, A.; et al (Org.) **Turismo: cultura, lazer e possibilidades de intervenção**. Natal: Banco do Nordeste, 2004.

MTUR. Ministério do Turismo. **Portaria Ministerial MTUR Nº 100/2011**. Brasília: MTUR, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico regional – relatório brasil**. Brasília – DF, 2015.



\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003/2007. Brasília, 2003.

PANTOJA, G. M. T. ANDRADE, R. F. Impactos socioambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos na bacia do rio Araguari: do aumento populacional a disseminação da malária. **Planeta Amazônia**: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 4, p. 61-74, 2012.

ROCHA, Lilian Mary Arruda F. **Análise Da Responsabilidade Social Corporativa**: o caso da rede de Hotéis Othon. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2010.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

VIANNA, S. L. G.; ANJOS, S. J. G.; ANJOS, F. A. Competitividade na destinação turística: análise do desempenho real frente ao desempenho percebido pelos gestores. **Rev. Applied Tourism**. UNIVALI, n. 1, p. 145-172, 2016.

VIEIRA, Daniel Pires; HOFFMANN, Valmir Emil. Competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos indutores do turismo brasileiro. **Revista Alcance – Eletrônica** vol. 20, n. 03, jul./set., p. 400-416, 2013.

SILVA, M. G. L. da. **Cidades Turísticas**: Identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2012.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Marcio Palheta da. O Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140, jul./dez. 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

**GT 12 – Cultura, Mercados, Tradições E Turismo Na América Latina.****MERCADOS SUSTENTÁVEIS E TURISMO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CHOCOLATE ORGÂNICO ALIADO AO TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU, BELÉM, PARÁ.**Higson Allender Pires Monteiro (FAAD/UFPA)<sup>1</sup>

higsonpires@hotmail.com

Tamara Lima Martins Faria (NAEA/UFPA)<sup>2</sup>

tamaralmf@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem como propósito analisar a relação entre empreendedorismo, sustentabilidade e turismo na produção de chocolate orgânico na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu em Belém, Pará. Para isto, foi desenvolvido um estudo sobre o processo produtivo, desde a colheita do cacau até a fabricação e comercialização do chocolate produzido no empreendimento Filha do Combu. Este empreendimento produz chocolate orgânico e tem como principal característica, o desenvolvimento de técnicas de produção artesanal com baixo impacto ambiental que aliem a comercialização do chocolate ao turismo na ilha através de trilhas e atividades dentro da própria plantação de cacau, que é em mata nativa. Como metodologia, utiliza-se a abordagem qualitativa; análise documental e análise de conteúdo de entrevista semiestruturada realizada com a proprietária da fábrica de chocolate orgânico, Filha do Combu. Os resultados obtidos através dos instrumentos metodológicos, aliados a uma análise situacional, demonstram que o modelo de empreendimento sustentável tem como principais pontos positivos: a boa aceitação do produto no mercado, por ser um produto diferenciado; o controle de insumos e matérias-primas, por se tratar de um micro empreendimento no qual é possível ter maior controle e, diversificação dos serviços oferecidos, ao aliar a venda dos produtos orgânicos aos serviços turísticos dentro da ilha. Em contrapartida, como pontos fracos e ameaças destacam-se: a falta de políticas públicas de incentivo a produção, baixo controle das informações gerenciais e a falta de instalações e equipamentos adequados. Tais elementos se caracterizam como entraves que dificultam a expansão do mercado consumidor dos produtos orgânicos produzidos na Ilha do Combu e encarecem o produto, diminuindo assim, sua competitividade no mercado tradicional.

Palavras-chave: Mercado local- Turismo- Sustentabilidade

**1. INTRODUÇÃO**

O empreendedorismo vem sendo debatido por ser o responsável pelo desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ideias e projetos empreendedores têm elevado gradativamente a competitividade no ambiente dos negócios na tentativa de seguir padrões globalizados.

---

<sup>1</sup> Graduado em Turismo (FAATUR/UFPA). Docente do curso de Administração (FAAD/UFPA).

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA)



Diante desse quadro, surgem constantemente novos modelos de empreendimentos, bem como diferentes produtos para atender o mercado em constante mudança. Porém, em meio a esses fatores, um grande questionamento se faz da interferência humana nas relações com o meio ambiente, mais precisamente no que tange a interferência das atividades empreendedoras nesse processo.

A gestão de tais processos é que engendrará a capacidade de uma determinada área sobreviver e se adequar ao novo paradigma que se aproxima, em decorrência de novos empreendimentos e de novas infraestruturas que se implementam em diversos locais. Isso logicamente afeta o ambiente como um todo, mais especificamente a população residente.

Contudo, é importante entender que o homem, enquanto agente inserido na natureza, faz parte dela, se expressa, interage, atua e se desenvolve num processo mútuo de evolução e cooperação, que dependendo de como será realizado poderá delimitar as transformações sofridas de acordo com seu modo atuante.

Em face à nova esfera socioambiental dos dias atuais, que diz respeito à aplicação de um desenvolvimento sustentável, conceito está em constante debate, há conseqüentemente um enfoque para a Amazônia brasileira. E é exatamente nesse cenário, que o objetivo da pesquisa relatada neste artigo está inserido e de forma propícia, aborda a atuação de uma atividade empreendedora inserida no ambiente amazônico revelando as nuances da interação entre homem e natureza.

Dessa forma, a pesquisa abordada neste artigo retrata o empreendimento Filha do Combu, localizado na ilha do Combu, região das ilhas próxima a Belém do Pará. A empresa exerce atividades de produção e comercialização de chocolate orgânico, produto caracterizado por sua fabricação caseira e com baixo teor de açúcar. Ela se apresenta como sendo um empreendimento sustentável, que proporciona desenvolvimento econômico e responsabilidade sócio ambiental a nível local, além de contribuir para o surgimento de novos meios de produção.

Este estudo buscou analisar a relação entre empreendedorismo, sustentabilidade e turismo na produção de chocolate orgânico na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu em Belém, Pará

Alguns estudos tratam o empreendedorismo sustentável como um mecanismo importante de inserção do homem na natureza de modo a proporcionar benefícios mútuos. Parrish (2007), enfatiza o fato de que o termo “empreendedorismo sustentável” vem sendo aplicado a empreendedores que articulam propósitos não somente ambientais, mas também sociais em um mesmo empreendimento.



Desse modo, um empreendimento considerado sustentável deve ser capaz de realizar suas atividades e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento do sistema social e ambiental do qual faz parte.

Para autores como Dalmoro (2009), Almeida e Krugliankas (2008), os empreendedores sustentáveis são considerados aqueles que iniciam e implementam inovações sustentáveis e que perseguem objetivos sociais ou ecológicos além de buscarem o sucesso financeiro. O termo se referiria à identificação de inovações sustentáveis e sua implementação tanto através de um novo negócio ou uma reorientação radical de um modelo de negócio pré-existente de forma a atingir benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Além disso, a aplicabilidade da sustentabilidade pode trazer vantagens estratégicas para a empresa, pois tanto as grandes corporações quanto as pequenas e médias empresas estão se ajustando à nova realidade dos negócios focada nos princípios do desenvolvimento sustentável.

A partir dessa perspectiva, esses autores concluem que uma empresa sustentável é aquela que orienta suas atividades pelas dimensões da sustentabilidade que lhe são específicas e busca alcançar seus objetivos atendendo, simultaneamente, a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica.

O turismo surge nesse processo como atividade socioeconômica estimulando a geração de renda para as populações receptoras, promovendo o desenvolvimento local. A aplicabilidade do turismo em áreas protegidas visa principalmente a contemplação de belezas naturais e absorção de um conhecimento novo referente ao bioma em questão. Segundo Costa (2002), o turismo em áreas protegidas busca não somente a contemplação de belezas naturais, mas a aquisição de novas experiências dentro desse processo de apropriação da natureza.

De modo geral, a abordagem teórica sobre a aplicabilidade da atividade turística a caracteriza de modo a prover a observação e apreciação da natureza e das culturas tradicionais. Assim, haverá uma maior proteção de áreas naturais gerando benefícios econômicos para a comunidade local, além do controle de áreas com finalidades de conservação.

Para a Embratur (1994), o turismo em áreas naturais visa abranger características conceituais que compreendem a dimensão do conhecimento da natureza; a experiência educacional interpretativa; a valorização das culturas tradicionais locais e; a promoção do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, percebemos que a atividade possibilita a exploração da natureza podendo ocasionar ínfimas degradações ao meio ambiente ou mesmo inexistentes como a



prática da fotografia, observação de animais, filmagem amadora, trilhas, expedições científicas, mergulhos contemplativos, passeios em embarcações rústicas e observações panorâmicas da paisagem. O principal objetivo dessas atividades é a contemplação da natureza e aquisição de conhecimento e interpretação do modo de vida local.

O lócus da pesquisa é a Ilha do Combu, local onde se localiza a empresa, é uma Unidade de Conservação estadual caracterizada como uma Área de Proteção Ambiental<sup>3</sup> (APA), coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO), que realiza o seu plano de manejo. Ela está localizada na região insular de Belém, juntamente com outras 39 ilhas catalogadas, conforme dados da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é do tipo exploratório-descritivo e, para análise e coleta de dados, foi realizada junto aos agentes diretamente envolvidos no objeto do estudo, uma entrevista semiestruturada do tipo qualitativa, com a finalidade de compreender como ocorre o processo de criação e funcionamento de um empreendimento sustentável.

No tratamento dos dados qualitativos foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo é “uma técnica de pesquisa que permite de forma sistemática, a descrição de mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como a inferências sobre os dados coletados” (CAVALCANTE, CALIXTO, PINHEIRO, 2014, p. 298).

O objetivo da análise de conteúdo é descrever os dados e delimitar as etapas do processo. Para Bardin (2004), codificar o material coletado significa tratá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, segundo regras precisas, que permitem atingir uma representação do seu conteúdo. Na análise descritiva segundo Triviños (2006), o material de documentos que constitui o corpus é submetido a um estudo aprofundado, incluindo procedimentos de codificação, classificação e categorização.

A categorização dos dados serviu para respaldar os termos-chaves, as ideias centrais do assunto a ser abordado representado pela categoria principal, como a dimensão de maior abrangência dentro do conteúdo. Por conseguinte, as subcategorias são elencadas evidenciando uma abrangência mais intermediária.

---

<sup>3</sup> Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Esta categoria faz parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Art. 15 da Lei 9.985/2000).



A partir dos dados coletados foi possível delimitar quatro tipos de categorias que foram divididas em: Empreendedorismo; Produção Sustentável; Políticas Públicas e Turismo, termos estes intitulados considerando sua homogeneidade, objetividade e finalidade do assunto conforme Quadro 1.

**Quadro 1-** Categorias, subcategorias e definições da análise de conteúdo.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	CONTEÚDO
<b>EMPREENDEDORISMO</b>	Chocolate Orgânico	Produção caseira.
		Identificação de um mercado consumidor.
<b>PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL</b>	Processo de produção	Etapas do processo de produção.
	Utilização sustentável dos recursos	Uso sustentável dos recursos materiais no processo de produção.
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	Apoio governamental	Medidas permissivas e expansão empresarial.
<b>TURISMO</b>	Turismo Sustentável	A produção de chocolate aliada ao turismo em áreas protegidas

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017).

A entrevista foi realizada com a proprietária da empresa Filha do Combu, Izete dos Santos Costa, popularmente conhecida como Dona Nena. As respostas foram obtidas com o auxílio de recursos fonográficos com o intuito de diminuir a possibilidade de perda de dados e informações durante a entrevista. Em complemento, foi utilizada observação em campo, na qual informações importantes foram destacadas e utilizadas nas análises dos dados.

Após esta fase será apresentada a análise SWOT do empreendimento que tem sua aplicabilidade bastante diversificada no meio organizacional. Sua sigla em inglês representa o acrônimo das palavras *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), que foram fundamentadas por Keneth Andrews e Roland Christensen (SILVEIRA, 2001).

Para Cordioli (2011), a análise SWOT é uma abertura de quatro focos diferentes de análise, considerando os pontos fortes (objetivos alcançados, benefícios, satisfação); pontos fracos (dificuldades, fracassos, descontentamento); oportunidades (capacidade sem exploração, ideias de melhoramento) e ameaças (contexto adverso, oposição, resistências contra mudanças).



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1- Empreendedorismo

A primeira categoria versa sobre empreendedorismo, descrevendo sobre como surgiu a ideia de produzir chocolate orgânico e a oportunidade de investir neste mercado. As perguntas tiveram o intuito de mostrar a fase inicial do empreendimento, bem como a peculiaridade do produto e sua ideia diferenciada.

##### 3.1.1- Chocolate Orgânico

A entrevistada explica que trabalha com o chocolate orgânico há cerca de 10 anos. A ideia inicial surgiu quando participava das feiras orgânicas realizadas em Belém, comercializando na época biojóias, que fora seu investimento inicial

A ideia de vender chocolate orgânico nas feiras surgiu pra ajudar nas vendas e aumentar a renda. A gente já fazia chocolate em barra para o nosso consumo em casa, eu aprendi desde muito cedo, era uma receita de família, então decidimos experimentar vender junto com as biojóias. Com o tempo, o chocolate foi vendendo bastante e decidimos investir mais nele, foi aí que começamos a produzir pra vender na capital (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

No relato da entrevistada observa-se que houve uma mudança do produto e conseqüentemente do tipo de empreendimento desenvolvido. A venda de chocolate de produção caseira que inicialmente servia para complementação de renda passou a ser o produto principal vendido nas feiras orgânicas.

A mudança ocorrida no objetivo inicial do empreendimento e a motivação em inovar da entrevistada, foram etapas importantes no processo de desenvolvimento do negócio, pois, segundo Chiavenato (2010), uma organização caracterizada por novas ideias e práticas experimentadas, exercitadas e aprendidas faz com que as pessoas se sintam seguras e encorajadas para a inovação, logo, é preciso que a organização se transforme em um ambiente de mudanças.

É importante que se faça essa identificação do produto visando o seu público-alvo. A identificação do produto é fundamental para o estabelecimento do negócio. O empreendedor deve escolher, conforme suas expectativas e observação do mercado, o que ele quer produzir ou vender.

De acordo com Holanda (1986), uma vez identificado o produto, o segundo passo será a delimitação da área de mercado, definindo-se a população consumidora, em termos de áreas geográficas (mercado nacional, regional ou local), faixas etárias, sexo, grupos e níveis de renda, etc.



## 3.2 - Produção Sustentável

Nesta categoria, observa-se como é realizado o processo de fabricação caseira do chocolate na propriedade da entrevistada, assim como a utilização dos recursos de forma sustentável e os processos de comercialização. É interessante notar a complexidade de relações existentes nesse processo que enriquecem mais ainda o dinamismo na busca pela obtenção da eficácia do empreendimento.

### 3.2.1 Processos de produção

O chocolate é a base de fabricação da empresa para a produção e comercialização de chocolate em pó, chocolate em barra, brigadeiros de colher, Nibs (amêndoas granuladas crocantes feitas a partir do grão triturado), doce de cupuaçu, licor de cacau e chocolate recheado com frutas regionais como bacuri, cupuaçu e castanha. Todos caracterizados como produtos oriundos de uma produção orgânica, porém alguns apresentam características distintas na produção como afirma a entrevistada

A produção desde a semente até o chocolate pronto, leva em torno de 20 a 25 dias, da secagem até o produto final, mas varia conforme o tipo. A barra de chocolate, por exemplo, demora em torno de 20 dias, já pra fazer os bombons a gente leva até um mês porque a gente precisa descascar, levar para cidade para a outra fábrica refinar, aí leva um tempo maior (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

A produtora conta que estima uma média de dez frutos do cacau para produzir 1kg de chocolate, o que para efeito de comparação daria para fazer em torno de dez chocolates em barra. A colheita é feita no próprio quintal, uma área que possui em torno de 14 hectares com vários pés de cacau, que levam de três a cinco anos pra dar frutos, sendo que cada árvore produz várias sementes.

Segundo Herme (2006), um hectare de cacau chega a fornecer de 400 a 700 quilogramas de cacau. Depois de colhidos, os frutos são abertos separando-se a casca da polpa. Em seguida é realizada a fermentação das sementes para a obtenção da amêndoa. Posteriormente, na fase de secagem utiliza-se uma barçaça de madeira, onde o cacau é espalhado e exposto ao sol, além de ser mexido regularmente.

Depois da secagem, para reduzir a umidade das sementes é utilizado o tipiti, uma palha trançada pra escorrer raízes fabricada na própria localidade, que elimina as impurezas e extrai o suco do cacau

A gente utiliza na produção materiais feitos aqui mesmo, de forma sustentável, o tipiti por exemplo, que é o mesmo que tira o tucupi pra fazer farinha, a gente usa pra tirar um pouco do excesso do suco de cacau, a polpa, e pra fazer licor, mas tem que ter muito fruto pra gente colher bastante o suco (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).



Depois de limpas as sementes, ocorre a torrefação onde a amêndoa é tostada e depois descascada criando um grão fino de cacau. Esses pedaços de amêndoa são chamados de Nibs. O processo é feito utilizando um moedor de carne adaptado. Os Nibs passam pelo processo de moagem, ou seja, são atritados e o calor gerado irá transformar o chocolate de um sólido em um líquido bem espesso chamado de pasta ou massa de cacau.

Depois a massa de cacau passa por processos diferentes de acordo com o tipo de chocolate que será produzido, podendo ser novamente moída pra dar origem ao chocolate em pó por exemplo, bem como utilizar a manteiga de cacau e adicionar leite para a formação do chocolate em barra. Outro exemplo, são os chocolate recheados com frutas regionais que são revestidos por uma camada fina de chocolate temperado.

Com base nos tipos de chocolates produzidos, podemos distinguir o chocolate orgânico da empresa, como sendo do tipo amargo sendo produzido e comercializado predominantemente com 100% de cacau puro. Todavia, a empresa também comercializa chocolates com outras propriedades, adicionando, por exemplo, leite condensado, mantendo assim uma variedade de opções, ainda que com pouco açúcar adicionado

A barra de chocolate é feita com 100% de chocolate natural, sem adição de açúcar, já com o brigadeiro de colher fica em torno de 90%. Os outros tipos de chocolate o percentual fica em torno de 70% de chocolate natural. Temos também o Nibs que é a semente triturada, que a gente torra no forno do fogão, aí com ela você pode decorar pratos, colocar em cima de iogurte, e salada de frutas (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

No processo de produção, um empecilho que se nota é a falta de um local mais adequado para os processos serem realizados com mais eficiência. Tanto a venda, estocagem e manipulação são realizadas de forma improvisada dentro da residência. A armazenagem das sacas de cacau das safras atuais e das anteriores também é disposta de forma improvisada.

Todavia um novo espaço está sendo construído para melhor adequar as condições de trabalho conforme o relato de Dona Nena

Esse espaço é onde a gente está construindo pra separar, a parte de trás vai ser a manipulação e na frente a gente vai colocar a venda, e em cima o depósito, porque aqui é tudo assim, a nossa sala é a loja, o depósito fica em baixo das coisas e no quarto, na cozinha que era pra ser a área de manipulação é o depósito de cacau (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

Segundo Chiavenato (2010), é importante que se tenha um bom planejamento operacional, pois o mesmo cuida da administração da rotina para assegurar que todos executem as tarefas e operações de acordo com os procedimentos estabelecidos pela organização, a fim de que esta possa alcançar os seus objetivos.



Quanto ao controle da matéria-prima visando tanto a conservação e racionalização dos recursos, quanto a possível alta da produção em tempos de grande demanda, a entrevistada relatou não haver grandes problemas quanto a este fato, pois embora não tenha um controle automatizado dos recursos, ela sabe o quanto pode produzir e o quanto pode vender, independente da época

A gente já tem um estoque prevendo durante o ano, como no período de Páscoa, por exemplo, nesse período a gente está em época de colheita, então não temos problemas com grandes pedidos feitos (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

A importância desse fato se traduz na própria relevância de saber prever a demanda. Para Masiero (2007), o planejamento é, na maioria dos casos, a estimativa da demanda para um horizonte de tempo desejado.

### **3.4- Políticas Públicas**

Para Araújo e Rodrigues (2016) políticas públicas são processos complexos que envolvem uma multiplicidade tanto de níveis de ação e decisão (municipal, estadual e federal) quanto de atores (governantes, legisladores, grupos de interesse) que tem por objetivo a resolução de problemas comuns aos cidadãos e visa a distribuição de poder e de recurso.

Esta categoria propõe observar o que já foi realizado pelo poder público com o intuito de fomentar a produção e comercialização do pequeno produtor rural, bem como a promoção do chocolate orgânico na região através de ações governamentais que contribuam na divulgação do produto no mercado. O empreendedor local necessita constantemente de um maior suporte para conseguir prosseguir no investimento, frente ao mercado atual que é bastante volúvel.

#### **3.4.1- Apoio governamental**

Quanto ao apoio governamental através de políticas públicas voltadas para empreendimentos sustentáveis a entrevistada afirma que o empreendimento, assim como outros da ilha, recebe apoio do Ideflor-bio, que fomenta a produção do pequeno produtor rural e promove a gestão sustentável da produção e do desenvolvimento da cadeia florestal. Além disso, a empresa Filha do Combu participa como representante de Belém das feiras orgânicas da capital que o estado fornece apoio de alguma forma:

Temos apoio governamental da APA do Combu e da SEMAS, e também do projeto Agrovárzea, que incentiva a agricultura familiar e turismo rural, ele também está em outras comunidades rurais da região. E tem a Associação Pará Orgânico, que realiza as feiras na capital com produtores de outros municípios paraenses, e a gente é representante de Belém (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).



Outras ações para aprimoramento do empreendimento também foram relatadas pela entrevistada, como a participação em qualificações empresariais com a participação em alguns cursos, entre eles o curso de aproveitamento do cacau, pela Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), curso Cozinha Brasil pelo Serviço Social da Indústria (SESI), curso Sei Vender, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresas (SEBRAE).

### **3.5- Turismo**

Nesta categoria observa-se a importância do turismo para a ilha e como se deu a inserção do mesmo no contexto da produção de chocolate orgânico. Isso foi possível por três principais motivos: o potencial da Ilha do Combu para a atividade turística por se tratar de um ambiente natural que é parte constituinte da produção de chocolate pois o cacau obtido da floresta e demais frutos são de árvores nativas ; facilidade de acesso e empregos gerados pelo turismo para a população local em restaurantes, atividades de coleta, transportes e fabricação de produtos a partir de coletado na floresta como, sementes, palhas e frutos.

#### **3.5.1- Turismo *versus* sustentabilidade**

Quanto a esta subcategoria, a empreendedora afirma que o turismo foi uma das formas encontradas para diversificar a renda que ainda tem como fonte principal o chocolate. Todas as atividades desenvolvidas por ela tem como base o próprio território e, desta forma, como afirma Costa (2002), proporciona novas experiências para os visitantes dentro do processo de turismo de áreas protegidas.

O que mais ajudou é que a gente pôde diversificar a renda, hoje o chocolate é da onde a gente tira o nosso sustento, mas também trabalhamos com o açaí, com outras frutas, biojóias também, e com o turismo, tudo isso no nosso próprio quintal. (Entrevista Proprietária da Empresa Filha do Combu, fevereiro/2017).

A entrevistada afirma também que conta com o apoio governamental do Projeto Agrovárzea que incentiva tanto a agricultura familiar quanto ao turismo. Outro incentivo importante para o fomento do turismo foi o curso de Condutor de Trilha ofertado pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) que contribuiu para o atendimento da demanda de turistas.

Os turistas além de conhecer o processo produtivo do chocolate orgânico, podem fazer trilhas para conhecer a plantação nativa de cacau, açaí e pupunha e, ainda, conhecer como se dá a extração dos produtos da floresta diminuindo ao máximo o impacto ambiental



contribuindo para a sustentabilidade da ilha que antes estava limitada apenas à atividade extrativista do açaí e de algumas frutas regionais.

De acordo com a entrevistada, ao longo do tempo a APA do Combu diversificou suas atividades econômicas. Além do chocolate orgânico outras atividades como o turismo, a venda de biojoias, a expansão de restaurantes fazem parte do cotidiano da Ilha atraindo emprego e renda para a população local.

### **3.6 - Análise Situacional**

Mediante as informações e dados obtidos através da análise anterior referente ao método de conteúdo Bardin (2004) aliado a observações de campo, obteve-se uma base importante de conhecimentos a respeito do empreendimento estudado e a oportunidade de se fazer uma análise sob uma perspectiva mais organizacional.

A utilização de uma ferramenta de avaliação e análise do empreendimento pôde então ser inserida neste processo. Para tanto, utilizou-se a análise SWOT (Quadro 2) com o objetivo de observar o cenário ou ambiente que a empresa está inserida, bem como determinar alguns fatores que possam ser relevantes para o empreendimento em termos de planejamento estratégico.



**Quadro 2:** Análise SWOT da empresa Filha do Combu.

	<b>FORÇA (Pontos Fortes)</b>	<b>FRAQUEZA (Pontos Fracos)</b>
<b>INTERNA (ORGANIZAÇÃO)</b>	Produto Diferenciado. Aceitação do produto no mercado. Alto engajamento dos clientes. Controle de insumos e matérias-primas. Diversificação do empreendimento. Trabalho em Equipe.	Instalações e Equipamentos. Sistema de Tecnologia. Políticas de divulgação. Canais de distribuição. Qualidade dos dados e informações.
	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>EXTERNA (AMBIENTE)</b>	Incentivo governamental ao empreendedorismo. Acesso à novas tecnologias. Incentivo à produção sustentável. Promoção da alimentação saudável.	Novos competidores. Falta de Automatização de processos. Mudanças na política econômica. Diminuição do poder de compra dos clientes finais.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017)

Os **pontos fortes** observados no empreendimento derivam da diferenciação do produto no mercado, pois, por se tratar de um produto orgânico, o mesmo trás maiores benefícios à saúde, baixo teor de açúcar além de ser um produto produzido com baixo impacto ambiental que, por sua vez possibilita a diversificação da atividade econômica através da exploração do turismo na área correspondente a produção de cacau.

Quanto às **oportunidades**, é destacado o incentivo governamental tanto através de treinamento que pode alavancar ainda mais as atividades tanto da produção de chocolate quanto das atividades correlatas; o incentivo a produção sustentável e a promoção de uma alimentação mais saudável que atrai um nicho de mercado pouco explorado neste mercado que são os consumidores mais conscientes e sensíveis às questões ambientais.

No quesito **fraquezas** foi observado que as instalações do empreendimento estavam em descompasso com as possibilidades de expansão do mercado consumidor. Soma-se a isto, a falta de um sistema de tecnologia que auxiliasse na divulgação e comercialização do chocolate e também no controle da produção e a qualidade dos dados e informações, pois



foi relatado pela entrevistada a ausência de um sistema de controle financeiro fazendo com que a mesma trabalhava apenas com estimativas.

As principais **ameaças** observadas estão relacionadas a possibilidade de novos entrantes no mercado com maior tecnologia e, por conseguinte, com preços mais competitivos; falta de automatização dos processos que ao mesmo tempo facilitaria a dinamização da produção mas, em contrapartida descaracterizaria o empreendimento com “artesanal”; mudanças na política econômica face a grande instabilidade econômica do país e diminuição do poder de compra dos clientes finais.

#### 4. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos através dos instrumentos metodológicos mostram que empreendedorismo, sustentabilidade e turismo estão presentes na organização analisada e se torna cada vez mais urgente a harmonização destes elementos para fortalecimento do mercado local, do turismo e da preservação do meio ambiente.

As atividades caracterizadas por práticas sustentáveis de produção têm encontrado cada vez mais espaço em um mercado exigente e consciente da necessidade de se utilizar de forma responsável dos recursos naturais.

Diante de toda análise realizada do empreendimento, nota-se que é preciso valorizar cada vez mais os empreendedores locais, tanto pelo seu contínuo esforço de prosperar, quanto de criar, de inovar e utilizar os produtos do seu próprio quintal, da própria terra, para sua sobrevivência e para o trabalho. Logo, pesquisa contribui para o entendimento da necessidade da criação de políticas públicas para o fortalecimento do mercado local na Ilha do Combu através da capacitação da mão-de-obra local e políticas de financiamento para expansão dos empreendimentos existentes.

Sugere-se para futuras pesquisas, uma análise mais abrangente quanto aos empreendimentos tanto de produtos quanto de serviços existentes na Ilha do Combu e seu impacto social e ambiental para que assim possa se pensar em estratégias de utilização racional dos meio ambiente para que se fortaleça a população local e promovam a sustentabilidade.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de; KRUGLIANSKAS, Isak. **O empreendedorismo sustentável. Desafios do Desenvolvimento.** Ano 5, ed. 45, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=988:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=988:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 20 fev. 2017.



ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lourdes. Modelos De Análise Das Políticas Públicas. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 83, 2017, pp. 11-35. Disponível em: < <https://spp.revues.org/2662#quotation>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Ministério da Indústria e do Comércio**. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília: Embratur, 1994.

BRITO, Brenda de Nazaré do Carmo. **Aminas bioativas e compostos fenólicos no cacau (theobroma cacao L.)**: influência do processo de fermentação. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise do conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidade e limitações do método. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, V.24, n.1, jan./abr. 2014.

CAVALCANTI, Maralyza Correia de Souza; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo sustentável e as dimensões de Schlangé: um estudo multicase em pequenas empresas sergipanas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Bento Gonçalves: ANPAD, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: CODEM, 2011. 16p.

CORDIOLI, S. **Enfoque Participativo**: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001.

COSTA, Patrícia Cortês. **Ecoturismo**. Ed. Aleph, São Paulo, 2002.

DALMORO, Marlon. A visão da sustentabilidade na atividade empreendedora: uma análise a partir de empresas incubadas. **Rev. Gestão Organizacional**. Chapecó, v.2, jan/ jun. 2009.

HERME, Pierre. **Larousse de chocolate**. Larousse: São Paulo, 2006.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e projetos**. 12 ed. Rio de Janeiro: UFC, 1986.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu**. [S. l.]: IDEFLOR-BIO, [2015?]. Disponível em: < <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>>. Acesso em: 15 fev. 2017

MASIEIRO, Gilmar. **Administração de empresas**: teorias e funções com exercícios e casos. Saraiva: São Paulo, 2007.

PARRISH, B. D. Sustainability entrepreneurship: innovations in the logics of organizing. In:

WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP, 2007, Leeds United Kingdom. **Anais...** Leeds-UK, 2007.

SILVEIRA, Henrique. SWOT. IN: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UNB, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

**Gt 12 - Cultura, Mercado, Tradições e Turismo na América Latina.**

VER, PERCEBER E VIVENCIAR A MEMÓRIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME/BELÉM (PA): ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO INTERATIVO COM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS MORADORES<sup>1</sup>.

Maria Karoline Brito dos Santos(UFPA)<sup>2</sup>

Karolinesantos92@gmail.com

Ana Claudia dos Santos da Silva(NAEA/UFPA)<sup>3</sup>

anacsilv3@hotmail.com

**RESUMO**

O Bairro da Terra Firme localizado em Belém-PA, teve sua ocupação nas áreas pertencentes à Universidade Federal do Pará a partir da evolução urbana desta cidade nas décadas de 1960, 70 e 80, resultando em um histórico de luta por moradia e melhoria na qualidade de vida, tornando o bairro rico em experiências de vida e de memória coletiva. Esta memória compartilhada leva o indivíduo a construir identidades do grupo através da memória social. A partir da relevância de salvaguardar estas memórias, surgiram as políticas públicas de Museus e de Memória com foco nos Pontos de Memória, enfatizando a memória de comunidades de bairros periféricos no Brasil, voltado para o desenvolvimento local. Em Belém do Pará, o bairro da Terra Firme foi selecionado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para incluir-se ao programa Ponto de Memória. Dentre as diversas ações voltadas a valorização da memória do bairro, inclui-se o projeto Percurso Interativo Perceptivo Paisagens e Memórias do Bairro da Terra Firme. O percurso foi elaborado a partir de pesquisa ação com a participação ativa de alguns moradores teve como foco os locais de representatividade do bairro, como áreas verdes escolas praças, feiras, entre outros. O presente trabalho se propõe a apresentar as discussões que levaram a elaboração de um roteiro que visa a percepção sobre o patrimônio local, memória social e afirmação da identidade em um bairro da periferia de Belém/PA.

Palavras-chaves: Memória, Patrimônio, roteiro perceptivo, Terra Firme

**1. INTRODUÇÃO**

O Bairro da Terra Firme localizado na periferia de Belém teve sua ocupação a partir da evolução urbana da cidade de Belém nas décadas de

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi realizada como parte do Projeto “Campo de relações, referências culturais e gestão para visitação”, desenvolvida no Plano de trabalho: Campo de Relações Sociais através do Programa Ponto de Memória: Experiências e possibilidades de turismo cultural no bairro da Terra Firme, Belém-Pa, no Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ)

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo Universidade Federal do Pará, UFPA,

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, NAEA; UFPA, Brasil



1960, 70 e 80. A memória é um elemento essencial do indivíduo, e do grupo em que ele se insere para salvaguardar o conhecimento individual/coletivo inserido no contexto social em que se encontra. Este conhecimento compartilhado entre os indivíduos, associado à memória individual à memória coletiva, leva o indivíduo a construir identidades e a identidade do grupo através da memória social.

A partir da relevância de salvaguardar estas memórias, surgiram iniciativas da sociedade civil e associações comunitárias voltadas para o resgate e valorização da memória do bairro. Destarte surgiram as políticas públicas de Museus e de Memória com foco nos Pontos de Memória, enfatizando a memória de comunidades de bairros periféricos no Brasil, voltado para o desenvolvimento local. Em Belém do Pará, o bairro da Terra Firme foi selecionado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para incluir-se ao programa Ponto de Memória. Dentre as diversas ações voltadas a valorização da memória do bairro, inclui-se o projeto Percurso Interativo Perceptivo: *Paisagens Memórias do Bairro da Terra Firme*.

O percurso foi elaborado de forma participativa e colaborativa com foco nos locais de representatividade do bairro, como áreas verdes escolas praças, feiras, entre outros. O presente trabalho se propõe a apresentar as discussões que levaram a elaboração de um roteiro que visa a percepção sobre o patrimônio local, memória social e afirmação da identidade em um bairro da periferia de Belém/PA.

### **1.1. O Bairro da Terra Firme como Ponto de memória na periferia de Belém**

O bairro da Terra Firme faz parte da bacia do Tucunduba, e teve a sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificou em Belém, principalmente a partir da década de 1940, quando a ocupação urbana da cidade estava mais concentrada no Centro. Com a urbanização e o embelezamento da cidade realizada por Antônio Lemos, muitos moradores começaram a ser “excluídos” e transferidos das áreas centrais da cidade para o interior, surgindo assim muitos bairros novos nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente nas áreas mais precárias em termos de saneamento e outros serviços básicos.



*[...] até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. A partir das décadas de 60/70 e 80, que a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura” (SANCHES; COUTO, 2010, p. 3.).*

PENTEADO, em sua obra *Belém: estudo de geografia urbana* descreve o bairro da Terra Firme no início da sua ocupação da seguinte forma:

*No início da década de 1960: Escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábuas, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de provisoriedade bem acentuada; apenas sua principal via asfaltada, foge a esta característica; por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém [...] as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o “inverno”; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro (PENTEADO, 1968, p. 334).*

No município de Belém percebe-se a presença de igarapés, várzea e terra firme, paisagens características da região amazônica. Toda esta área é entrecortada por cursos d’água, fato que influenciou na ocupação urbana da cidade, na medida em que as áreas de terras não alagadas iam sendo ocupadas pelas classes mais abastadas, os pobres eram “empurrados” para as áreas alagadas (TRINDADE Jr, 1997; RODRIGUES, 1996). Esta característica geográfica da cidade tem grande importância na forma como as questões sócio espaciais estão relacionadas à construção dos projetos e trajetórias de vida desses moradores do bairro, principalmente aqueles que chegaram ao início da sua ocupação e participaram das lutas pela posse das terras.

Em decorrência do processo de expansão da cidade, com a implantação de vários bairros nas proximidades dos rios, e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, a ocupação inicial da Terra Firme se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, de áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará, entre outros (RODRIGUES, 2008; PENTEADO, 1968; CASTRO, 2006).



Um exemplo deste processo foi descrito no relato de uma moradora do bairro da Terra Firme, apresentado por ALVES (2010) como uma característica marcante das áreas adjacentes ao Igarapé Tucunduba a ocorrência de muitos moradores de localidades do interior do estado e de cidades do Maranhão.

*(...)se a gente fizer uma pesquisa é mais do interior e na nossa área é muito difícil ser aqui de Belém, se chegar a dizer assim, você é aqui de Belém, não sou do interior, eu tiro por mim que também sou do interior, sou de Maracanã e onde vim me atualizar, aqui da área da universidade, aqui eu invadir aqui eu estou (ALVES, 2010, P.89)*

O bairro da Terra Firme ganhou este nome pela sua configuração espacial, formado por terras firmes e altas próximas as áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve ALVES (2010, p. 83). Possui quase 84% de sua área em terrenos alagados, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor. Essa configuração é expressa na fala de seus moradores:

*A rua era feita de estivas depois veio ponte de madeira, depois ponte de concreto, depois veio um lixão com muita mosca. Agora a Rua Lauro Sodré onde estou me referindo é aterro com muita lama (Leandro Costa, Inventário participativo, Minc, p. 40).*

Todas estas dificuldades caracterizam o bairro da Terra Firme como um lugar de Lutas sociais pelos direitos de moradia de qualidade de vida. Neste lugar a memória tem marcos sociais (HALBWACHS, 2004) focado na família, no trabalho e nas lutas de seus moradores para a manutenção de sua dignidade. Neste sentido os moradores trazem uma corrente de pensamento coletivo (CORDEIRO, 2015) voltada para a valorização do bairro e uma melhor qualidade para suas vidas. Desta forma a luta pelo reconhecimento da voz a estes personagens do cotidiano do bairro que trazem em suas trajetórias de vida as experiências vivida neste bairro tão desprezado pelo poder público local.

Uma das alternativas possíveis de agregar a memória, a cidadania e o pertencimento aos valores dos grupos sociais e aos seus processos de interação que formam o espaço público é a Museologia Social. Este conceito propõe, em primeiro lugar, a preservação patrimonial em prol do desenvolvimento local, direcionamento que se efetivou principalmente na



Declaração de Santiago, em 1972, quando foram realizadas análises da situação social da América Latina, em que a maior parte da população era analfabeta e com grandes desigualdades sociais e econômicas. Neste sentido, a prática museológica voltou-se à qualificação cultural em prol do desenvolvimento humano.

Esta abordagem implica em alterações no conceito de *museu*, instituições que passam a ser vistas como agentes sociais, e nas quais o patrimônio passa a ser contextualizado com um sentido mais antropológico, com as comunidades envolvidas nos processos de memória e preservação patrimonial. Esse “empoderamento” é fruto também da mudança no papel dos cientistas sociais na articulação da pesquisa e das lutas sociais em prol desse engajamento político e social, para a garantia dos direitos humanos e exercício da cidadania. Entender como a memória coletiva se articula nos grupos é essencial para compreender como o indivíduo constrói a sua memória, as suas atuações e interações e, conseqüentemente, sente-se parte do grupo a que pertence e produz o espaço público imbricado nesse processo.

Com a ampliação da noção de patrimônio e da concepção de museus as políticas públicas para estas áreas se multiplicam, mesmo os museus sendo parte do patrimônio e ambos serem parte da memória social e coletiva começam a ser definidas diversas políticas direcionadas para cada uma dessas áreas a partir do Governo Lula (2003-2007). Neste Governo foi dado grande ênfase as áreas de Memória, patrimônio e Museus, sendo para isto criado mecanismo de gestão voltados para a valorização dos museus como agente de desenvolvimento local.

O Programa Ponto de Memória, que desde 2010 vem atuando nas comunidades brasileiras, faz parte das políticas do Ministério da Cultura (Minc), é conduzido pelo Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM e propõe valorizar as vozes dos sujeitos que não são ouvidos em sua história social, a partir de ações de museologia social, tais como inventário participativo da memória social, criação de exposições, produção de livros, eventos comunitários voltados para a valorização da memória local, oficinas de educação patrimonial com moradores e professores das áreas dos pontos e da coordenação e integração de outras ações dos grupos que já atuam nas comunidades onde os pontos são incentivados.



Em Belém, o Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme foi criado em maio de 2010, e realizado em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição que há mais de 25 anos desenvolve o projeto “Museu leva Educação e Ciência à Comunidade”, visando uma aproximação entre os moradores do bairro, principalmente os residentes no entorno do Campus de Pesquisa do Museu, na Av. Perimetral, com a realização de ações educativas direcionadas para as áreas de pesquisa do Museu e para as questões relativas à melhoria da qualidade de vida.

A criação de um ponto de memória no bairro vem reforçar a luta pela identidade e auto reconhecimento desses cidadãos que constroem a sua história de lutas e conquistas e que guardam memórias dos vários momentos vividos. Dessa forma, tem-se a valorização de práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol da melhoria das condições de vida e do reconhecimento de sua identidade dos diversos atores participantes deste processo. A fala da Vice-presidente do Conselho do Ponto de Memória da Terra Firme demonstra o sentimento de pertencimento ao bairro, quando afirma: “Os moradores do Bairro da Terra Firme têm orgulho de morar no bairro, e se identificam: eu sou da Terra Firme”<sup>4</sup>

No Brasil, atualmente estão implantados 112 pontos de memória em todo o país, e agora esses pontos estão espalhados por diversas cidades, objetivando o empoderamento e desenvolvimento social dos grupos que buscam reconhecer em suas práticas cotidianas. No entanto muitos problemas são enfrentados por estes grupos, sendo o principal deles a sua própria institucionalização, que poderia facilitar o acesso a financiamentos públicos para a realização dos projetos propostos. Essas informações são encontradas em quase todos os relatos dos participantes de conselhos do ponto de memória.

No encontro da proposta de Museologia Social com o programa Pontos de Memória, exemplificam-se as relações entre políticas públicas e práticas transformadoras no espaço público dos bairros periféricos das cidades. No Bairro da Terra Firme foi possível perceber o desenvolvimento

---

<sup>4</sup> Eliete Santana, mais conhecida como Neci (Vice-Presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme).



de diversas ações de valorização da memória social do bairro, tais como: realização do inventário participativo; produção de documentário sobre a feira do bairro; reedição do jornal “O Tucunduba”; e a exposição *Terra Firme de Tudo um Pouco*.

Todas estas ações tiveram como protagonistas os moradores jovens do bairro, e mostraram outra imagem da Terra Firme, dando visibilidade à produção cultural e à história de vida de seus moradores, não apenas em Belém, mas também no cenário nacional. Os problemas como exclusão social, ociosidade do jovem em seu tempo livre, baixa autoestima dos moradores principalmente jovens, começam a ser combatidos na própria ação do ponto de memória dos moradores do bairro. No entanto, é bom lembrar que

*La memoria constituye también un espacio de divergencia y enfrentamientos, de olvidos y silencios, de prácticas individuales y sociales y de los espacios de apropiación. Reconfiguración y recuperación de las diferentes visiones del pasado hacen parte de la memoria y de sus estrategias de recordar, crear representaciones y constituir enlaces de identidad de los grupos sociales (LEMOS, 2011, apud SILVA; FIGUEIREDO, 2015).*

Dessa forma, apesar das ações das políticas públicas de memória e patrimônio tentarem fortalecer os laços e as referências de identidade desses grupos, elas esbarram nas ausências de outras políticas, relacionadas à educação, saúde, segurança. Essa configuração continua a produzir uma memória coletiva que é constituída de um movimento de luta pela autonomia e afirmação de práticas sociais desses grupos.

A efervescência característica desse bairro continua presente e os seus moradores vão criando táticas para conviverem com as diversas situações de seu cotidiano. O espaço público da feira, da rua e do mercado na Terra Firme funciona como catalizador da sociabilidade resistente do bairro. Lá se encontram ações de museologia social e de políticas públicas federais que se contrapõem à ausência de políticas de esferas estadual e municipal, dando condições para o reforço do cotidiano, do bairro, e de seu espaço público e do enfrentamento do estigma que esses moradores têm que lidar diariamente.

Apesar das ações de Museologia social realizadas pelo ponto de memória no bairro da Terra Firme não se constituírem ainda como



organização necessária para sistematizar ideias de participação social em prol da valorização da memória e patrimônio local, podendo-se identificar uma aceitabilidade em muitos moradores do bairro das ações mesmo que muitas vezes não se tenha grande participação destes moradores. Mas pode-se perceber pelas ações realizadas que estes indivíduos possuem a noção de pertencimento ao seu bairro. Enfim já é possível perceber uma articulação de estratégias para afirmação da memória coletiva dos moradores da Terra Firme, buscando a construção de um novo presente, em busca de outras memórias também significativas.

### **2.1. A rememoração a partir do percurso perceptivo no bairro da Terra Firme**

Este trabalho tem como objetivo destacar elementos da paisagem urbana do bairro em Belém, Brasil, desprovido de equipamentos de lazer e impactado principalmente pela ação humana, por meio de um percurso interativo pelas ruas principais, visitando alguns de seus espaços públicos. Proporcionar aos residentes uma melhor percepção sobre o seu patrimônio local evidenciando a memória social e o pertencimento ao lugar por meio de “outro olhar” sobre principais pontos de referência do cotidiano do bairro. Estimular o conhecimento sobre o bairro pelos os que ali moram e os de fora, que residem em outros bairros e que frequentam a Terra Firme por motivos como: participação em coletivos culturais, trabalho, estudo, pesquisa e outros, para uma maior evidência dos lugares de memória e de pertencimento dos seus residentes.

Um ponto importante da pesquisa é o estudo do cotidiano destacado por DESLAURIERS & KÉRISIT (2012; p.130), que significa a abrangência da representação das preocupações dos atores sociais, tais quais são vividas no cotidiano. A pesquisa para elaboração do percurso foi realizada de forma participativa e colaborativa com o Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme, por meio de encontro com diversos grupos de moradores que contribuíram com seus conhecimentos e relatos sobre o bairro.

As ruas do Bairro são os espaços de vivências deste trabalho como dito em parágrafos anteriores por moradora do bairro eles foram feitos de estivas de tronco de açazeiros no início do surgimento do bairro, no entanto, hoje, mais de 40 anos depois, a situação destas ruas continua a mesma, estas ruas continuam em situações precárias sofrendo alagamentos devido à falta de urbanização e saneamento básico no bairro. Este fato para os moradores



é muito marcante visto que para eles a rua não é apenas um lugar de passagem, mas um lugar de vivências diversas, que vão de encontro entre os conhecidos, ao trabalho na rua como a feira, e outras diversas formas de interações. A rua foi o espaço da experiência deste percurso que procurou mostrar um bairro vivo dinâmico onde memórias são construídas diariamente.

A Pesquisa para a elaboração deste percurso deu-se em três etapas. Primeiramente ocorreram reuniões com os moradores para se definir os espaços que fariam parte do percurso. Estes espaços foram escolhidos a partir dos relatos orais nas reuniões com conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, que residem no bairro; em oficinas ministradas em escolas públicas de ensino médio que visava a reconstrução da memória do bairro a partir da vivência dos jovens residentes no bairro. Em algumas dinâmicas utilizou-se da memória dos pais, avós e pessoas mais velhas do bairro, como mostra a Fig 1.

Fig1: Oficina na Escola Brigadeiro Fontenelle. Estudante entrevistando antiga moradora do Bairro da Terra Firme



Fonte: Emily Santos (2016)

Observou-se que os locais tidos como de representatividade do histórico do bairro eram aqueles conquistados através de lutas e reivindicações para melhoria de vida; como praça, escolas, espaços verdes, mercado (Fig 2), a feira, o igarapé do Tucunduba.



Fig 2, - Imagem interna do Horto mercado Municipal da Terra Firme



Fonte: Ana Silva, 2012.

A segunda etapa foi o levantamento do histórico desses locais a partir de pesquisas bibliográfica e documental e relatos dos próprios moradores que contaram suas experiências e trajetórias de vida, destacando-se as relações de poder e estratégias de luta para resistência no bairro além de como conquistaram vários benefícios como ampliação de linhas de ônibus e instalação de empresas de médio porte no bairro que proporcionou emprego para os moradores.

A terceira etapa foi a realizada a partir do percurso piloto no bairro, com a avaliação dos participantes, que se inscreveram a partir da inclusão do percurso na semana de meio ambiente realizada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi<sup>5</sup> em junho de 2016. O grupo foi composto por professores e estudantes universitários em sua maioria, mas também por moradores do bairro, que inclusive foram os que deram informação sobre os espaços visitados durante a caminhada pelo percurso.

Nesta experiência a proposta era flunar pelas ruas do bairro como um andante que procura descompromissado o significado da paisagem como mostra BENJAMIN (2000) quando fala do Flaneur de BAUDELEIRE. A ideia era ler o bairro como se este fosse um livro de histórias, histórias do cotidiano, caminhando fazendo uma etnografia de Rua (ECKERT, 2003) de forma coletiva no Bairro. Desta forma a rememoração vai ocorrendo e os conteúdos mnemônicos (CORDEIRO, 2015) vão se materializando em

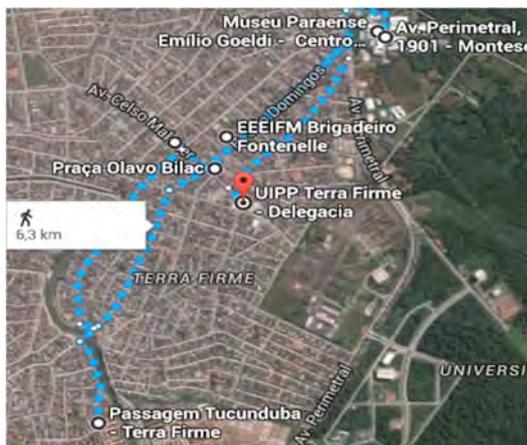
---

<sup>5</sup> O Museu Paraense Emílio Goeldi é o mais antigo Museu da Amazônia, está localizado em Belém do Pará, e há mais de 30 anos realiza ações educativas no bairro da Terra Firme e durante a Semana do meio ambiente realizada no mês de junho no Brasil incluiu este percurso como atividade desta programação.



Lembranças que são compartilhadas entres os moradores e os visitantes do bairro.

Fig 3. Trajeto do Percurso Interativo no Bairro da Terra Firme, Belém/PA:



Fonte: Google Maps

O principal resultado foi a participação de 15 pessoas de fora do bairro (estudantes universitários, professores), e moradores da Terra Firme, que tiveram outro olhar sobre o bairro sendo ressaltada a importância deste tipo de atividade para a valorização da identidade dos moradores a partir da noção de pertencimento que se evidencia nos relatos dos moradores que participaram do percurso. A partir da definição deste percurso intercurso que foi interpretado pelos próprios residentes do bairro, este se estabeleceu como um roteiro<sup>6</sup> de visitação do bairro que passou a ser gerido pelo Ponto de Memória da Terra Firme<sup>7</sup>.

Com base nesta experiência foram sugeridas outras versões de percursos que se tornaram roteiros de visitação em outro bairro com características semelhantes ao da Terra Firme, tal como a Ilha de Caratateua que realiza trabalho de educação patrimonial como os residentes desta áreas através do Ecomuseu da Amazônia<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Usa-se o termo roteiro no sentido técnico do turismo, uma rota estruturada que segue um trajeto predefinido e interpretado para fins turísticos ou educativos. Sobre definição de roteiro ver:

<sup>7</sup> Ponto de Memória da Terra Firme Foi criado em 2010 pelo programa Pontos de memória do Instituto Brasileiro de Museus que tinha por objetivo estimular a valorização da memória o protagonismo social de grupos considerados a margem da sociedade, através das ações de museologia social. O conselho gestor é formado por um grupo de pessoas que residem no bairro e que é responsável pela realização das atividades do Ponto de memória.

<sup>8</sup> O ecomuseu da Amazônia é um museu comunitário que atua na Ilha de Caratateua/Outeiro e na Ilha de Cotijuba localizadas na Região das Ilhas da cidade



Houve a proposição de parcerias com os grupos culturais do bairro<sup>9</sup>, caracterizados pelos grupos de capoeira, a fim de que eles possam integrar-se ao roteiro e assim representar a cultura presente no bairro. Adaptações ao roteiro auxiliarão na formatação para um possível roteiro de visitação voltado para a educação para o patrimônio visando reforçar o sentimento de pertencimento e valorização da memória social no bairro, bem como a inserção da visita a ponte do Rio Tucunduba, que faz limite com o bairro do Guamá, que é vizinho da Terra Firme e tem as mesmas características sociais e política destes bairros, esta ponte que tem relevante representatividade como patrimônio do bairro pois carrega um histórico da luta política de seus moradores.

Fig.4 Caminhadas nas Ruas do bairro



Fonte: Emily Santos, 2016.

Após a realização da primeira versão do roteiro alguns pontos limitantes desta experiência foram observados, tais como: o tempo de duração que foi definido inicialmente para o percurso que acabou sendo muito extenso e não conseguiu ser concluído até o ponto final, que seria a ponte do Tucunduba.

O roteiro interpretativo continua sendo realizado com estudantes de instituições de ensino superior, mas há a necessidade de divulgação para as escolas do bairro para que estas passem realizá-lo com seus alunos como uma forma de divulgar os potenciais lugares de memória (NORA, 1998) do bairro. O roteiro precisa ser diversificado e agregado a ele o componente da cultura que é tão presente no bairro através de diversas práticas culturais tais como: capoeira, Terreiro de umbanda, candomblé,

---

de Belém, esta instituição desenvolve atividades com as comunidades residentes nesta Ilha com foco na Museologia social e Educação para o patrimônio.

<sup>9</sup> A Terra Firme possui diversos grupos culturais (capoeira, carimbo, grupos afrodescendentes, grupos musicais, de dança urbana, grupos teatrais).



teatro de rua, hip hop, carimbo, boi bumbá e outras diversas manifestações culturais que se fazem presentes no bairro.

Estes tipos de atividades já eram realizados no bairro e a comunidade sentiu necessidade de afirmar sua identidade e valorizar o patrimônio a partir de roteiros mais elaborados e que proporcionassem retorno financeiro para auxiliar nas ações do ponto e Memória do bairro da Terra Firme. O roteiro expressa os patrimônios como materialização da memória do bairro. Para isto foram selecionados alguns espaços do bairro que representam a memória de luta e reivindicações dos residentes deste bairro tais como: escolas, postos de saúde, espaços verdes, praça, mercado, entre outros. Caracterizando a importância que esses locais representam para aquela comunidade, que são locais que geram o sentimento de pertencimento e conseqüentemente são patrimônios daquele bairro.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, Edivânia Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. (Obras escolhidas v.3). São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**. In CASTRO, Edna (Org). Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Por uma sociologia da memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-11112015-132539. Acesso em: 2017-08-.10.

COUTO, A. C. **Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém**. REBESP, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 2-13, jan./jul. 2013.

COUTO, A. C. O.; SANCHES, S. **O tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém - Pa**. In: XVI Encontro nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Violência e espaço urbano. Porto Alegre: AGB, 2010. p. 00-00.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: POUPART, Jean et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.



ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luzia Carvalho. **Etnografia de Rua: estudo de antropologia urbana**. Revista Iluminuras, v. 4, n. 7, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

Ministério da Cultura (Minc). **Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme**. Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico - Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões. 220p, 2012.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. V.2. Belém: UFPA, 1968.

RODRIGUES, Edmilson B. **A Aventura urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente**. Belém: Ed NAEA, 1996.

SANCHES, S. B.; COUTO, A. C. O. 2010. **O Tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém – PA**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, RS disponível em:

[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2789](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2789). Acessado em 12/11/2016.

TRINDADE JR. S. C. **Pensando a urbanização do território e a urbanização difusa na Amazônia**. In: Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0093.pdf>. Acessado em 12/11/2016.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****MONÓLITOS DE QUIXADÁ/CE: UM LEGADO CULTURAL PARA O ECOTURISMO**

Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento (Secretaria do Meio Ambiente)<sup>1</sup>  
henrique.sampa@gmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como a relação entre identidade, memória e conservação podem contribuir para o desenvolvimento do turismo utilizando elementos do patrimônio cultural no território do Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá. Para isso, desenvolveram-se processos de investigação calcados principalmente em uma abordagem qualitativa com metodologia baseada na análise de conteúdo. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas, em fontes documentais e empíricas com atores locais envolvidos com o turismo e a cultura. E a partir dessa averiguação, identificaram-se aspectos da memória coletiva que contribuiu para conhecer a história local e determinando, dessa forma, quais os bens culturais na visão desses grupos que são representativos à cidade e que formam a identidade quixadaense constituindo no seu patrimônio. Por fim, entende-se que para ocorrer o desenvolvimento sustentável do turismo com enfoque na cultura é imprescindível que a relação entre memória, identidade e conservação se concretize na sociedade local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Ecoturismo, Unidades de Conservação

**1. INTRODUÇÃO**

Na academia é destacado o caráter multidisciplinar da atividade turística, comprovando-se também na prática, pois ela é vista pela diversidade dos setores envolvidos, tanto da esfera governamental, quanto da privada. Talvez seja por isso que no âmbito dos conceitos e definições de turismo exista uma enorme complexidade, o que tem justificado a dificuldade de se ter um conceito que atenda aos seus diversos aspectos.

Para iniciar as discussões neste trabalho, cabe-se enunciar a concepção de turismo de Beni (2001), em que agrega a essa definição; as dimensões econômica, técnica e holística. Da mesma forma, no cotidiano, o turismo vem ocupando diversas categorias, seja de atividade econômica, social, cultural, meio de proteção e/ou degradação ambiental, dentre outras.

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Ambiental, turismólogo e servidor público do Estado do Ceará.



Para Beni (2001), turismo é um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado, um público visitante.

Ao longo do século XX, com o aumento da prática do turismo pela sociedade e consequentemente o despertar para o estudo da atividade, surgiu-se várias outras definições para turismo inclusive com uma ampliação em sua complexidade, como se vê na definição proposta pelo antropólogo Jafar Jafari (*apud* BENI, 2001, p.36):

“é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e cultural da área receptora”.

No curso do século XX, os entendimentos de cultura e história passaram por significativas modificações que repercutiram na compreensão dos bens considerados patrimônios. Para compreender melhor essas mudanças Canclini (1994) conceitua que, o patrimônio inclui a herança cultural de cada povo, os bens culturais produzidos pelos segmentos sociais em cada tempo histórico e também os bens culturais visíveis e invisíveis, tais como idioma, conhecimento, documentação, artesanato, entre outros.

Desde o final dos anos de 1950, o turismo tem se tornado uma importante variável na economia mundial. Ao longo das três últimas décadas, o turismo tem sido reconhecido por vários países como uma valiosa estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Neste cenário, o turismo tem despontado como um instrumento importante de dinamização do setor de serviços, uma vez que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a atividade obtém receitas mundiais anuais de mais de US\$ 400 bilhões. A OMT prever que em 2020, o turismo mundial deverá alcançar receitas de aproximadamente dois trilhões de dólares.

Desse modo, pode-se dizer que o turismo constitui uma possibilidade concreta de minimização das disparidades regionais (CRUZ, 2000). Assim, a atividade turística constitui alternativa capaz de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento regional.

No entanto, apesar de reconhecer que o turismo exerce grande importância sobre a cultura de determinado país ou de determinada região, funcionando como atividade articuladora da organização sociocultural, no caso brasileiro ainda não há estimativas específicas para tal segmento do turismo, isto é, no Brasil existem poucos estudos que quantificam, com maior rigor, os impactos desse segmento sobre a cultura.

No mundo, estima-se que 10% seja a cota mínima de proteção de recursos pelas várias nações, sejam estas unidades agrupadas como unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é



preservar a natureza, sejam unidades de uso sustentável, onde se procura compatibilizar a conservação da natureza com as necessidades socioambientais das populações envolvidas. O Estado do Ceará já alcança 6,5%, porção considerável do espaço cearense protegido e que dará respostas futuras aos esforços gerados para garanti-los.

Nesse pano de fundo, tem-se as Unidades de Conservação (UC) que são áreas naturais sob regime especial de administração, criadas legalmente pelo Poder Público, com localização e limites definidos. Em geral, possuem características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, com elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, amostras representativas de diferentes ecossistemas, significativa beleza cênica, ou recursos naturais indispensáveis para o bem-estar das comunidades humanas. Atualmente, no Estado do Ceará, temos 24 (vinte e quatro) Unidades de Conservação e um Corredor Ecológico que são administrados pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

Em função da fragilidade dos diversos sistemas ambientais do Estado e os atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar das populações humanas, o Governo do Estado vem adotando medidas que têm por finalidade a proteção e preservação da biodiversidade, geodiversidade e o disciplinamento do processo de ocupação, visando assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

O Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, com uma beleza cênica de grande valor paisagístico, ecológico e turístico que encerram os campos de *inselbergs* existentes na região. Os *inselbergs* da região, popularmente conhecidos como Curral de Pedras, apresentam-se em forma de serrotes (monólitos), construindo uma paisagem formada por relevos residuais distribuídos sobre áreas pediplanadas.

Mediante a realidade exposta, referente ao objeto de estudo precisa-se compreender a potencialidade existente na referida UC no que tange o seu acervo patrimonial, onde guarda relíquias históricas e monumentos que remontam à época da colonização portuguesa, pois, assim, o turismo em áreas protegidas abre perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, do revigoramento das tradições, da redescoberta de bens culturais materiais e imateriais, muitas vezes reprimidas pela concepção consumista moderna.

A delimitação desse estudo foi orientada a partir da percepção de que a preservação do patrimônio cultural se apresenta como essencial para a memória da UC, na medida em que possibilita o reencontro com as raízes das suas comunidades e a



reafirmação das suas identidades, bem como, transformando-se em potencial atrativo cultural no planejamento turístico municipal.

Sob essa ótica, o presente trabalho visa reconstruir um cenário, onde a atividade turística passa necessariamente pela questão da cultura local do território da UC, reforçando a necessidade em compreender as suas memórias, investigar as peculiaridades de seu patrimônio e estimular a participação da comunidade no que diz respeito à conservação do seu legado histórico. E sob essa temática apresenta-se como problema de pesquisa: Como a relação entre identidade, memória e conservação pode contribuir para o desenvolvimento do turismo com enfoque no patrimônio cultural da UC estadual?

O objetivo geral do trabalho é analisar como a identidade, a memória e a conservação podem contribuir para o desenvolvimento do turismo, utilizando elementos do patrimônio cultural do Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá. Para o alcance desse objetivo, delinearão os seguintes objetivos específicos: averiguar se há identidade cultural da população com a sua cidade; compreender a importância histórica do patrimônio cultural da UC para o desenvolvimento local; avaliar a participação dos atores relacionados com o turismo na elaboração de políticas/ações para o turismo em UC; apontar os impactos positivos e negativos já existentes e potenciais em decorrência da atividade turística na UC.

Para Bomfim (2006), muitos autores têm percebido que a história humana acaba por predominar sobre os fatores naturais na configuração de regiões. Outros acrescentam, ainda, o sentimento de pertença com a consciência da tradição e de ideais comuns, considerando ainda que o binômio homem-meio ainda não foi incorporado como uma das grandes dimensões da identidade.

Logo, a identidade de um povo é primordial para a reversão da tendência em curso e seu fortalecimento serve como base para a valorização do lugar.

## 2. UM MOSAICO DE IDEIAS

### **2.1 Apreciação do legado histórico e sua importância para o desenvolvimento local: o caso de Quixadá (CE)**

A identidade cultural e a memória coletiva, bem como suas diferentes expressões na preservação do patrimônio intangível, são extremamente importantes para a compreensão do vínculo entre o patrimônio cultural e os direitos da coletividade.



Nesse contexto, os bens patrimoniais servem de apoio à memória, uma vez que o passado só existe porque se apoia nos objetos que lhe estão ligados. A materialidade do patrimônio cultural está intimamente relacionada a fatores imateriais que o exercício da memória coletiva pretende associar à formação identitária de um povo.

Pode parecer equivocado dizer que todos os bens integrantes do patrimônio cultural carregam um vínculo com a identidade e a memória das comunidades em que estão inseridos. Entretanto, não é difícil aceitar essa conclusão quando se verifica que a destruição de um bem cultural promove a passagem do material para o imaterial: é um ato de destruição do passado e daquilo que a construção coletiva da memória quer representar.

O homem, nas suas relações sociais, forma a teia de interações, trocas e harmonia com a terra em que vive, e constrói sua cultura em conjunto com paisagens, completando-as com a beleza e a grandeza das suas criações, destacando-se a inventividade do povo cearense, que respeita o ambiente e que convive diariamente neste recorte do Nordeste.

A criação do município de Quixadá data do século XVIII, quando os índios Kanindés e Jenipapos, pertencentes ao grupo dos Tapuias teve vencida a sua resistência, no momento em que Manuel Gomes de Oliveira e André Moreira Barros ocupou as terras por eles habitadas. Em 1728, essas terras foram adquiridas, por compra, por Manoel da Silva Lima, conforme escritura de 18 de dezembro do ano citado. Em 1747, as terras foram vendidas a José de Barros Ferreira, que construiu casas de morada, capela e curral, bases da atual cidade de Quixadá, sendo considerado, o legítimo fundador da cidade. A fazenda prosperou e transformou-se em distrito do município de Quixeramobim, “podendo-se dizer que Quixadá teve seu início de história datado de 1747” (COSTA, 2002, p.12).

De tal modo, há bens que não pertencem apenas a um indivíduo ou a um grupo. Eles são tão importantes que têm valor para a comunidade, para uma cidade, para um país. São produtos da cultura de um povo, de toda ação inteligente do homem, na tentativa de conhecer e de se adaptar ao meio ambiente. Foram criados, recriados, aprimorados e estabelecidos ao longo do tempo e da história. Os bens culturais são os elementos que diferenciam grupos e sociedades e ajudam um povo a compreender suas características e construir sua identidade.

Para que se possa compreender a forma de vida de pessoas de uma comunidade faz-se necessária a análise do contexto cultural no qual ela foi gerada, e a sua subjetividade porque, segundo Motta (2006, p.27),

[...] cultura é linguagem, é código. Ela fornece um referencial que permite aos homens dar um sentido ao mundo em que vivem e as suas próprias ações. Ela designa, classifica, corrige, liga e coloca em ordem. Define os



princípios de classificação que permitem ordenar a sociedade em grupos distintos, desde os grupos totêmicos até as categorias profissionais [...]

Considerar o espaço e o modo de interação entre as pessoas e os grupos, no seio da sociedade na qual eles se constroem e funcionam, é pressupor a existência de um laço social, de um sentimento de pertença. É necessário, porém, apreender-se como sujeito; reconhecer-se como ser que pensa, age, e é possuidor de vida. Esse sujeito, no entanto, é parte de uma coletividade sem a qual esse reconhecimento não ocorrerá. É na interação com o outro que ele toma consciência de sua existência no mundo, do seu fazer, das formas de agir e reagir sobre os impulsos naturais e a conquista de seu próprio destino histórico, do seu espaço geográfico.

O homem como sujeito ativo, pertencente a uma sociedade, a uma comunidade, é pela práxis que se desenvolve. Pela cultura, ele se transforma e modifica a si mesmo e a natureza. Pela educação, ele aprimora seu trabalho, humaniza-se, socializa-se, constrói sua identidade.

Baseado nesses fundamentos e nas respostas colhidas por meio do questionário pode-se dizer que a identidade cultural do povo quixadaense é muito forte, genuinamente nordestina, representada pelos repentistas, pelo bumba meu boi, pelas festas populares, pelo artesanato, pelas crenças e credences, o que proporciona o conhecimento dos hábitos culturais e a forma como o sertanejo se relaciona com os recursos naturais da Caatinga.

Mesmo se tendo ciência de que o sentimento cultural do povo quixadaense é forte, 64,44% de seus protagonistas, representados pelos participantes dessa pesquisa, afirmam que a cultura está sendo esquecida. As causas são as mais diversas, dentre as quais se destacam a inexistência de políticas públicas, a falta de interesse político e da própria comunidade; a globalização de hábitos, atitudes e valores absorvidos pelos jovens. Fazem coro a essa afirmação, os entrevistados comerciantes e comerciários, ao colocarem que o fator principal da não preservação da cultura são a falta de investimentos e de políticas públicas.

Os entrevistados da iniciativa privada, embora acreditem que há preservação da cultura, ressaltam a dificuldade nesse sentido por falta de incentivo do governo municipal. Entretanto, outra parte deste segmento tem opinião divergente. As pessoas afirmam que a cultura em Quixadá é preservada porque o povo vive cultivando sua cultura e sua gente; porque a população tanto preserva os costumes como as crenças, a fé e se orgulha da beleza que são os seus monólitos.



Há, também, entre secretários e comerciários, os que consideram que as pessoas têm em si espírito tradicional, por isso preservam bem os costumes, hábitos e crenças, e que esse trabalho conta com o apoio da população e das leis de preservação. Ainda com respeito a esse aspecto, argumenta-se que a preservação cultural se dá também por conta de instituições ali instaladas como as faculdades e o IFCE que procuram incentivar os movimentos culturais. As entrevistas consideraram a atuação efetiva da Fundação Cultural por meio dos eventos por ela realizados.

Em Quixadá, a cultura manifesta-se por meio das festas populares e religiosas, do artesanato e dos esportes, que na cidade são chamarizes para a visitação turística. Pela amostra da pesquisa, as festas tradicionais de maior visibilidade são: a quadrilha junina (21,48%); o forró (19,62%), o carnaval (18,62%) e a vaquejada (18,19%) da amostra pesquisada. Diante das respostas, as festas preferidas da população local e regional são a quadrilha e o forró, o que não poderia ser diferente, visto que, excetuando-se o carnaval que tem amplitude nacional, as demais fazem parte do folclore nordestino, pertencem à cultura regional e refletem as raízes de seu povo.

O artesanato aparece como um dos fatores de renda para a população. São confeccionados objetos com palha de carnaúba, madeira, couro, pedra sabão, cera, tintas, juta, arranjos de flores artificiais e reciclagem de jornais e papelão. Também incluem bordado, crochê, trabalhos em tecido, confecção de bonecas de pano, redes de pesca, bijuterias, pintura em tela e em tecido e redes de dormir. Das pessoas da comunidade consultadas, 21,85%, afirmam que o crochê é o artesanato mais comum em Quixadá, seguido do bordado, escolhido por 20,18% da amostra pesquisada. A pintura, em tela e em pano, também é reconhecida por, respectivamente, 17,61% e 13,49% da população que respondeu ao questionário. Outros tipos de artesanato fazem parte da cultura de Quixadá, porém sem muita expressão, como objetos em palha, madeira, couro e escultura em pedra.

Há ainda em Quixadá uma representação social singular. Várias são as manifestações culturais, algumas delas derivadas do imaginário popular. As pessoas acreditam em Objetos Voadores Não Identificados (OVNI) e, por isso, na região, a ufologia é assunto corriqueiro.

A paisagem natural de Quixadá, dotada especialmente de originais monólitos, configura-se como de uma beleza ímpar, inclusive, tem servido de cenário para diversas produções cinematográficas. Alguns filmes foram ali rodados, tais como: “O Cangaceiro Trapalhão”, “O Quinze”, “O Auto da Camisinha”, o “Área Q”, ora em exibição nos cinemas e “Gato Preto”, ainda não estreado. A cidade possui poucos equipamentos culturais: o Museu Histórico Jacinto de Sousa, o Centro Cultural Rachel de Queiroz, com dois pavimentos, um



teatro e um anfiteatro, que oferecem oficinas de audiovisual, música, teatro e artes plásticas. Entretanto, a população sente falta de incentivo por parte de órgãos do governo, em todas as esferas administrativas, e de parte da população.

A partir desse cenário, pode-se inferir que:

Transformando os recursos da região em arte, extraindo do solo, dos monumentos naturais, da fauna e da flora o seu sustento e, a partir desse manejo, mantendo a subsistência da comunidade, o nativo região de Quixadá torna possível uma exploração consciente e racional dos bens. E, no equilíbrio entre trabalho e meio ambiente, oferece o resultado de uma cultura profundamente enraizada, com produtos que revelam a criatividade e a versatilidade de artesãos populares, intimamente sintonizados com suas mais caras tradições (VON BEHR, 2007, p. 34).

Em Quixadá, como em outras cidades do interior, a cultura sobrevive no imaginário popular e é preservada, em parte, devido a transmissão oral de geração a geração, muito mais do que por iniciativas ou ações derivadas de políticas públicas, como se pode constatar nesta pesquisa. Há certo desinteresse pelas “coisas da terra” por parte das pessoas mais jovens que procuram outras formas de expressão cultural, copiando modas, modismos, atitudes, hábitos e comportamentos de outras regiões, tangidos pela força da mídia. As poucas atividades culturais resumem-se às festas populares como São João, festa da padroeira, encontro dos profetas das chuvas, carnaval e vaquejadas, as quais, de alguma forma, contribuem para o incremento do turismo na região.

Nas últimas décadas, a atividade turística tem se configurado como uma importante atividade econômica em todo o mundo, com implicações diretas na vida social e cultural de cidades e pessoas, gerando empregos, divisas e proporcionando contatos culturais e representações de diversas localidades.

Dessa forma, é importante se discutir acerca do turismo como prática social vivida por pessoas que buscam atendimento às suas necessidades mais diversas. É nesse aspecto que o turismo se sustenta e se desenvolve.

A criação ou escolha de espaços turísticos se funda na ótica do diferente, do belo, do exótico, do rústico, do histórico, do cultural, da religiosidade, aspectos que devem se contrapor à rotina do turista. Para atender a essa exigência, o turismo produz novas configurações geográficas, pelas relações produtivas do espaço, pela acumulação de bens e renda.

No cenário mundial, a atividade turística tem se transformado em meio de expansão do capital, consolidando-se através do consumo, da produção e reprodução do espaço



social em um grande produtor e gerador de riquezas, o que contribui para a produção de espaços novos, independentemente de sua localização geográfica.

As atividades turísticas apresentam dois lados divergentes: da mesma forma que pode promover o crescimento local e regional, o turismo, ao se instalar nos espaços, transforma-os em lugares evidenciados como “da moda” e todo o patrimônio cultural, histórico e natural é vendido como objeto de prazer, de ócio, de cultura, de religiosidade. Nesse contexto são produzidas várias formas estruturais de paisagens e de negócios, provocando, muitas vezes, na população local um sentimento de não pertencimento com consequente perda de sua identidade.

A indústria do turismo, nesse processo de criação, recriação e transformação do território para seu uso e exploração, entra em conflito com os habitantes locais. Mas, nem sempre essa indústria tem a força necessária para alijar do território ocupado a sociedade ou grupo social que o produziu.

Isso se deve à existência de sentimentos contraditórios e, ao mesmo tempo, articulados entre o lugar e a cultura, entre o lugar e seus habitantes, os quais se expressam mediante diversas formas de resistência à quebra de suas tradições. Essa disputa faz com que o território construído para o turismo não seja exclusivo dele, mas também dos que nele vivem com suas diferentes formas de vida e de relações socioespaciais.

Com o turismo, as pequenas (e grandes) cidades se modificam e novas relações socioespaciais são estabelecidas entre os que lá vivem e os que ali chegam. Um novo espaço é (re)criado. Os lugares, com seus contrastes culturais e diferenciação geográfica, são as bases da exploração pelos agentes hegemônicos.

Faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas claras e objetivas, porque a atividade turística consegue estabelecer uma relação fragmentada e, ao mesmo tempo, articulada entre o lugar e o mundo. É nesse modelo paradoxal de relação que o turismo se materializa, pois usa dos recursos locais, da reestruturação dos espaços, das pessoas para produzir paisagens diversas e vendê-las, obtendo e acumulando capital.

Portanto, a política para a expansão do turismo em qualquer espaço, seja nas pequenas, médias e grandes cidades, deve levar em conta os anseios da população ali residente, a preservação do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e cultural, além do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Constata-se que, o turismo no Nordeste cresce em ritmo acelerado e em todos os sentidos: na quantidade de turistas que visita a região e, conseqüentemente, no volume de capital gerado pela atividade. O espaço turístico é, sobretudo, um espaço geográfico e



constitui, portanto, “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985, p.49).

Algumas cidades, por sua localização e situação geográfica, são propícias aos investimentos do capital, na forma de oferta de bens e serviços– a indústria do turismo e Quixadá é uma delas. Devido à beleza de suas paisagens, o município apresenta grande potencial para se desenvolver como polo turístico no Sertão Central, especialmente no que se refere ao ecoturismo e turismo cultural. As atividades turísticas ali desenvolvidas, ainda são tímidas, talvez pela falta de incentivo estatal ou de visão empresarial, fazendo com que se percam oportunidades de desenvolvimento, por meio da exploração dos recursos naturais. Não existem políticas públicas locais para implementá-las, sendo que os poucos empreendimentos ali instalados vêm de fora e são organizados por empresas que utilizam o espaço geográfico, seu relevo e paisagem para tal fim.

A natureza propiciou uma paisagem belíssima à região de Quixadá: seus monólitos, alguns em pleno centro da cidade ganham, na percepção dos indivíduos pesquisados, formas diversas e são usados para a prática de esportes radicais; uma vegetação de caatinga, que mesmo com um clima quente e seco, no inverno, enche os olhos com seu verdor e, no período de estiagem, mostra toda a beleza de uma natureza que espera renascer à primeira gota d’água caída do céu; um povo hospitaleiro e simples; um comércio pujante e em crescimento.

Porém, como frisado pelos pesquisados, faltam políticas públicas para o incremento de atividades turísticas mais sistemáticas e contínuas; faltam empreendedores e formação profissional mais focada nesse sentido; falta vontade política e investimentos para alavancar uma atividade que, se bem conduzida, pode oportunizar emprego e renda para a população local e regional.

## **2.2 A herança dos Monólitos transformação turística de Quixadá: reflexões, impactos e transformação turística**

Diante dos grandes desafios que acometem a civilização neste princípio de terceiro milênio, a discussão em torno dos rumos a serem tomados no trato das questões ambientais assume posição de destaque. Nunca esteve tão em pauta a preocupação com a preservação da vida no planeta, em suas mais variadas formas, e com o aprimoramento dos meios necessários à manutenção do patrimônio natural, dando margem a um maior envolvimento da sociedade na definição dos princípios que devem reger o seu relacionamento com o meio que a cerca.



Neste contexto, às Unidades de Conservação cabem papéis significativos quando buscam proteger espaços territoriais criados pelo poder público, delimitados com o objetivo de assegurar a conservação de seus recursos ambientais, possuindo características naturais relevantes, sendo submetidos a um regime especial de administração e adequada proteção.

Assim, tais espaços ambientais são porções delimitadas do território cearense, especialmente protegidas para garantir a preservação do meio ambiente e defender a biodiversidade. Espera-se que as Unidades de Conservação sejam ampliadas, diversificadas e interconectadas, aliadas ao respeito cultural e saber especializado das comunidades tradicionais, e à promoção da qualidade ambiental e de vida para uma sociedade rumo à sustentabilidade.

Paralelamente a isso, o poder público, junto com a coletividade, tem que se articular para implementar uma política de fiscalização e monitoramento, dentro e no entorno dessas áreas, capaz de garantir a integridade dos ecossistemas sob o seu domínio.

Para tanto, quando se trabalha com herança e simbolismo, deve-se ter uma abordagem em que o ponto de partida é a representação revelada pelos pontos de vista populares. E como forma de compreender o conceito de símbolo, Bourdieu (1976, p.82) afirma que, “é a resultante das condições sociais [...]”.

Observa-se que os símbolos mais mencionados pelos entrevistados foram: o Açude Cedro, a Pedra da Galinha Choca, o Santuário N. Senhora Imaculada Rainha do Sertão, o Chalé da Pedra, a Lagoa dos Monólitos, a Pedra do Cruzeiro, a Serra do Estevão e a Gruta de São Francisco. Os resultados da pesquisa mostraram que a população tem esses pontos turísticos como os mais visitados. O Açude Cedro e o Chalé da Pedra são os mais requisitados (26,35% e 25,75%, respectivamente), seguidos do Santuário, com 18,36, e da Pedra da Galinha Choca, com 11,38 da preferência dos respondentes do questionário.

A pertinência do diálogo continua para comprovar que a conservação dos bens culturais deve e pode contribuir para o desenvolvimento do turismo local. Acredita-se que na atividade turística as mudanças, referentes à cultura, têm estabelecido uma relação simbiótica, de um lado o turismo pode ser e oferecer incentivos diversos para:

“manutenção e revitalização de diversas atividades culturais [...] da mesma forma, os efeitos que o turismo pode causar nas tradições locais podem ser desastrosos, e ao invés de reavivar a memória local, pode apagá-la ou descaracterizá-la”. (BELFORT, 2004, p.09).



Ao perguntar sobre o que eles sabiam sobre a história de Quixadá, verificou-se certa apatia e desconhecimento nas respostas, de modo tal que pelos os três grupos consultados, apenas o grupo do governo sobressaiu-se um pouco melhor sobre o assunto.

Diante dessas conversas, pode-se ter a nítida impressão de que aquilo que era explanado pelos representantes do governo, se configurava em um conhecimento mecânico, sem emoção e sem representar uma identidade com a riqueza histórica local.

Desse modo, é imprescindível uma cooperação de todos os atores envolvidos para conhecer, ordenar e/ou classificar todos os bens que compõem o patrimônio cultural de Quixadá em prol da atividade turística.

Face ao exposto, cabe mencionar Mathieson e Wall (apud TULIK 1990, p.68-69), pois eles admitiam, já na década passada, com uma visão abrangente, que o turismo estimulava a existência e a reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional.

Sendo assim, estudos internacionais mostram que o turismo cultural propicia a revitalização de atividades tradicionais de áreas em declínio, a redescoberta de sítios com propriedades específicas e de cidades históricas, estimulando a transformação de antigas habitações em acomodações turísticas, mantendo a estrutura e as características tradicionais.

Infere-se, que ao questionar esses pontos na pesquisa, compreendeu-se a real importância da história de Quixadá apenas no contexto geral de representatividade para o Estado, já que, no foco local, a amostra pesquisada mostrou-se inativa ao universo cultural existente em Quixadá.

Para tanto, é necessário adotar uma nova proposta para a imagem de lugar turístico com elementos culturais e naturais agregados permitindo que se tenha uma demanda turística, a qual permaneça mais tempo e interaja com a população local, respeitando suas crenças desenvolvimento sociocultural e seus hábitos contribuindo para o desenvolvimento do capital humano. Vale ressaltar que a participação comunitária é uma prerrogativa para a implantação do turismo cultural, pois é através dela que se fortalecerão os traços de identidade junto com o seu patrimônio.

Sob essa ótica, procurou-se investigar a opinião dos quixadaenses sobre as perspectivas do turismo voltado ao patrimônio cultural da cidade. Apesar de seu potencial para o turismo cultural, o município de Quixadá não vem desenvolvendo atividades voltadas para este segmento, que causaria menos impactos no local, dada as implicações no planejamento diferenciado para os produtos turísticos culturais e no comportamento das



pessoas interessadas neste tipo de atividade, contrária às práticas de turismo que vêm sendo incentivadas no município.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser compreendida, de forma resumida, como a soma de técnicas e processos empregados na realização de uma pesquisa, sendo que as técnicas corresponderiam às atividades sistematizadas e racionais que permitem alcançar os objetivos, delineando o caminho metodológico a ser seguido (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Nesse sentido, foram duas técnicas empregadas nessa pesquisa:

1- Documentação indireta: refere-se ao levantamento de dados em fontes primárias e secundárias através de:

- Pesquisa documental: realizada no arquivo do Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá, onde foi possível ter acesso a relatórios e pesquisas ambientais.

- Pesquisa bibliográfica: baseou-se no levantamento, localização, fichamento e, por fim, análise e interpretação de obras pertinentes ao tema, a partir de três eixos principais:

I- Atrativos, patrimônio e ecoturismo, II- Caracterização da área de estudo e III- Interpretação ambiental

2- Documentação direta: corresponde ao levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, nesse caso, o Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá, através de pesquisa de campo. Foi realizada em duas etapas, uma no ano de 2015 e outra em 2016, totalizando cerca de 20 dias, com o objetivo de compreender melhor as características da área de estudo, bem como entrevistar os 50 (cinquenta) atores envolvidos com a temática em questão, dentre esses participaram 35 (trinta e cinco) pessoas da comunidade local inserida na UC; 5 (cinco) membros atuantes do governo local; e 10 representantes da iniciativa privada que tem relação com a UC. Nessas visitas de campo, possibilitou-se também identificar, georreferenciar e fazer o registro fotográfico dos atrativos naturais e culturais.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a relação contraditória entre sociedade e natureza é antiga entre nós. Admite-se que, nos últimos anos, com a inserção de novas relações sociais de produção, esse quadro se agravou sensivelmente. É importante reconhecer que os mais



antigos expressavam uma postura de mais respeito em relação ao meio ambiente dominante.

Como se vê, nesse contexto, o belo, o singular, o exótico aparecem como incentivo ao sentimento de se contemplar e valorizar o que é do cearense, propiciar aos diferentes olhares o conhecer, o sentir para agir e conservar o patrimônio histórico, contribuindo, desse modo, para a sustentabilidade da gestão dos recursos naturais do Estado.

## REFERÊNCIAS

BELFORT, C. **A relação entre turismo e cultura popular**. Itinerários: revista científica de turismo. São Luís (MA), v. 01. n. 01. 2004. p.7-12.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BOMFIM, L.C.E. **O turismo como alternativa de desenvolvimento local no município de Presidente Epitácio**: representações sociais e culturais de identidade local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2006. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CANCLINI, N.G. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. - IPHAN, Brasília, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasília, no.23,1994. p.95-111.

COSTA, J.E.C. **Retalhos da história de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2002. 602p.

CRUZ, R.C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.167p.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: economic, physical and social impacts**. Harlow: Longman Scientific & Technical Editora, 1990.

MOTTA, F.C.P. Cultura e Organizações no Brasil. In: CALDAS, M.P; MOTTA, F.C.(Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006. p.25 – 37.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

VON BEHR, M. **Quixadá: Terra dos Monólitos**. São José dos Campos: Somos Editora, 2007. 303p. (Série Ecossistemas Brasileiros).

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****O ETNOTURISMO EM TERRAS DE NEGROS: UMA ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO QUILOMBO DO C-RIAÚ**Mikaela Moreno Vasconcelos Araújo<sup>1</sup>David Junior de Souza Silva<sup>2</sup>Bábara da Costa Amoras<sup>3</sup>**RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo refletir acerca do etnodesenvolvimento como estratégia territorial adotada por uma comunidade remanescente quilombola no Amapá, o quilombo do C-riaú. Colocada diante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e impingidas a se relacionar com esse modo de produção e viver nele. A atividade aqui colocada em análise será o turismo de base comunitária, desenvolvido pelo quilombo do C-riaú, na cidade Macapá. As atividades de etnodesenvolvimento, abordadas como estratégias territoriais, serão aqui analisadas no seu caráter contraditório, tendo como característica a sociobiodiversidade, visto que a estratégia realizada não ocasiona impacto ambiental além de possuir viabilidade econômica. A construção da metodologia foi participativa, definida em conjunto com a comunidade no Quilombo do C-riaú. Constatou-se que a atividade de turismo proporcionou valorização e reconhecimento da cultura e da memória social do Quilombo do C-riaú, constatada a partir das avaliações realizadas aos estudantes visitantes, bem como pela própria comunidade após a realização da atividade. Ratificando a proposta de roteiro turístico de base comunitária realizada possui os pressupostos necessários para a construção de uma política pública que seja sustentável, participativa e que reconheça os saberes tradicionais e a memória social do Quilombo do C-riaú.

**Palavras-chaves:** Quilombo C-riaú; Etnodesenvolvimento; Amazônia.

---

<sup>1</sup>Professora da Rede Pública do Estado do Amapá. Especialista em Educação pela Faculdade Ipiranga. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Acadêmica de Sociologia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. Email: mikaela\_araujo@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil.. Email: davi\_rosendo@live.com.

<sup>3</sup> Acadêmica da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil.. Email: barbara.amoras14@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

O etnodesenvolvimento apresenta-se como um importante instrumento de desenvolvimento econômico face a diversidade cultural, ratificando o reconhecimento do Estado pluri-étnico pela Constituição de 1988 que figura-se como uma conquista dos povos indígenas e da população afro-americana.

Ao apresentar como delimitação temática o etnoturismo como estratégia de desenvolvimento socioeconômico sustentável em terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes quilombolas no extremo norte da Amazônia, este trabalho alça a autonomia cultural como pressuposto para a inserção dessa comunidade na lógica moderna de mercado.

A etno-identificação quilombola representa a reconstrução do negro através da sua integração na sociedade de direitos, como sujeitos políticos. E sobretudo, apresenta a terra como acesso à cidadania, uma vez que o direito coletivo às terras ancestrais possibilita a permanência da sua existência e salvaguarda do patrimônio material e imaterial negro.

Nesse sentido, o desenvolvimento das comunidades tradicionais não deve recair em anacronismos e dicotomias, mas combinar crescimento econômico e valorização da diversidade cultural, necessitando para isso de alternativas sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, como o etnoturismo.

Diante disso, o presente trabalho tem como problema de que forma o turismo pode ser utilizado como estratégia qualitativa de desenvolvimento socioeconômico e inserção da comunidade tradicional quilombola na lógica moderna de mercado, sobretudo dada às especificidades da comunidade tradicional?

Esta pesquisa tem como hipótese inicial que o etnoturismo é uma importante ferramenta de inserção econômica de populações tradicionais quilombolas ao mercado regional e apresenta-se como uma alternativa compatível com as complexidades da territorialização do quilombo enquanto espaço de resistência, sobrevivência da identidade e valorização cultural.

É possível ver substancial fonte de renda para a comunidade do Curiaú aliada à sociobiodiversidade, proteção do meio ambiente, e fortalecimento da cultura quilombola local. Logo, o objetivo do trabalho é verificar a viabilidade do etnoturismo enquanto estratégia qualitativa de desenvolvimento socioeconômico para a comunidade quilombola do Curiaú, no Amapá. Para o alcance deste objetivo será analisado o potencial sociocultural, econômico, histórico do quilombo do Curiaú; deverá ser verificada a viabilidade do Etnoturismo Regional do Curiaú como alternativa sustentável de desenvolvimento, propondo-se um turismo de base comunitária; por fim, diagnosticar como o Etnoturismo pode auxiliar na melhoria da qualidade de vida da comunidade quilombola do Curiaú.



Importante salientar que o etnoturismo de base comunitária foi muito bem recebido pela comunidade em questão, sendo que essa prática se demonstra viável pois independe da mobilização de órgãos governamentais e já possui embasamento científico para sua implantação, a exemplo dos estudos desenvolvidos pelo laboratório de Geografia Cultural e Turismo da Universidade Federal de Uberlândia, os apontamentos para o etnodesenvolvimento local abordado por Little (2002), a viabilidade pelo turismo de base comunitária segundo Costa Novo (2011), a complexa e problemática realidade das comunidades quilombolas apresentadas por Treccan (2006).

E quanto aos estudos regionais que justificaram a proposta aqui apresentada, destacam-se a análise de Superti e Silva (2014), o plano de manejo da APA do Curiaú elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, e as publicações de Silva (2015), criauense e referência fundamental sobre o quilombo em análise.

## 2. TERRITÓRIO QUILOMBOLA: ENQUANTO ESPAÇO PERMANENTE DE LUTA E O DIREITO ÉTNICO A TERRA

Reconstruir os caminhos da liberdade trilhados pelos escravos na Amazônia é reescrever o negro enquanto agente histórico e sua influência na sociedade que se inseria, o que é evidente ao reparar a população negra atual do estado do Amapá, e a sobrevivência das suas relações tanto sociais quanto culturais. O que demonstra que os quilombos assim como no passado continuam a ser espaço de manifestação de resistência, e que esses estavam bem longe de ser invisíveis ou isolados.

**Figura 1-** Mapa das 28 comunidades certificadas pela FCP



**Fonte:** Superti e Silva (2014).

A conquista da Constituição de 1988 ao reconhecer quilombo enquanto atribuição de direitos territoriais é fundamental, mas não necessária a segurança do território. Afinal, sua população segue lutando contra o racismo, agora também ambiental representado pelas



constantes ameaças ao seu território tradicionalmente ocupado e lugar de memórias, cultura e vida negra.

A ameaça da crescente expansão urbana da cidade de Macapá coloca em risco suas características naturais e sócio-culturais. Este perigo, reveste duas formas: por um lado, uma forte especulação imobiliária por parte principalmente da classe política e empresarial de Macapá, querendo tirar proveito das belas paisagens naturais. Por outro lado, a invasão de alguns elementos da classe baixa utilizando terras pertencentes à APA para sua moradia (AMAPÁ, 2010, p. 77).

Essa ameaça é sentida pelo Curiaú enquanto quilombo urbano, que teve parte de suas terras tomadas pelo crescimento urbano da cidade de Macapá. O que gerou preocupação em função dos riscos ao patrimônio natural, formado pela riqueza de ecossistemas, assim como pela necessidade de garantia a territorialidade da comunidade tradicional e conseqüentemente assegurar a integridade da história e raízes etno-culturais.

A face concreta manifesta-se, por exemplo, nos empreendimentos públicos e privados (ferrovias, hidrelétricas, portos etc.); complexos turísticos; monoculturas (eucalipto, soja, palma africana etc.) que impactam, no caso brasileiro, principalmente, áreas urbanas com população negra, os territórios quilombolas e indígenas, trazendo o conflito ambiental, ou seja, a violação de direitos e princípios de respeito à autonomia e dignidade humana (SILVA, 2014, p.155).

Nesse sentido, frente ao racismo ambiental<sup>4</sup> sofrido pelo território tradicionalmente ocupado pelos remanescentes quilombolas, o ordenamento jurídico brasileiro com o intuito de garantir o reconhecimento do direito de propriedade dos remanescentes quilombolas e a conservação do meio ambiente, concede a titulação da terra por eles ocupadas, bem como, a criação da Área de Proteção Ambiental, dentro de um plano de etnodesenvolvimento para manutenção e sobrevivência dessa população.

Como reflexo dessa política em 1992 fruto do processo de negociação entre a SEMA/AP e a Associação dos Moradores da Comunidade do Curiaú – AMCC, é criada pelo Decreto Nº1417 a APA do Rio Curiaú. E ao mesmo tempo declarada pelo Decreto Nº141992 como Patrimônio Cultural do Amapá, e apresenta como objetivo “proteger e conservar os recursos ambientais e os ecossistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, principalmente da comunidade do Curiaú, remanescentes do antigo quilombo afro-brasileiro”.

---

<sup>4</sup> Termo surgido nos Estados Unidos, por reivindicação do movimento negro tornou-se programa de ação do governo federal norte-americano, sendo através da Environmental Protection Agency – EPA. O conceito refere-se a vulnerabilidade na qual as etnias, especialmente a negra se encontra frente as injustiças sociais e ambientais que apresentam-se de forma desproporcional quando comparadas com a condição de vida da população branca. No Brasil pesquisas, debates e encontros trabalham com a injustiça ambiental sofrida pelas comunidades tradicionais.



No entanto, as políticas sociais de reparação voltadas para os afro-brasileiros não refletem em melhoria da qualidade de vida. O que pode ser percebido pelos recentes estudos locais de Superti e Silva (2013) e pelo Plano de Manejo realizado pela SEMA/AP, que corroboram estudos a nível nacional sobre a condição socioeconômica das comunidades de remanescentes quilombolas brasileiras, como os relatórios de processos sociopolíticos para a luta e garantia de seus direitos, tais como: criação da Fundação Cultural Palmares (1988); da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAC) (2000); da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (2003); assinatura do Decreto nº 4887 (2003), o qual regulamenta a titulação dos territórios quilombolas; e criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) (2004).

Quanto ao objeto de estudo, o Curiaú apresenta-se localizado ao norte de Macapá, distante 14km do centro da cidade. Com população média de 2.000 habitantes distribuídos em cinco (05) comunidades: Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, Casa Grande, Curralinho e Mocambo.

A economia dessas comunidades baseia-se na criação de gado (bovino e bubalino) e na agricultura de subsistência. Os principais produtos cultivados são a mandioca e cultivo de hortaliças. Extrativismo animal, pela pesca artesanal, extrativismo vegetal representado pela extração de madeira e coleta de açaí, sendo que este representa uma importante alternativa sustentável de renda familiar, uma vez que o açaí é uma das bases da alimentação na Região Norte.

De modo geral, o que caracteriza a comunidade do Curiaú é o sistema de uso da terra – base essencial para um modo de vida norteado por valores, em que os laços de consanguinidade e compadrio têm relevância com cumprimento de ritos recebidos dos antepassados. Nesse contexto, a principal atividade econômica da comunidade continua sendo o cultivo da terra e de outras formas de produção, como a pecuária, a avicultura e a suinocultura – todas com o foco principal na subsistência. Mas a presença da cidade já influencia no quadro das ocupações profissionais, com um número representativo de pessoas com emprego fora da comunidade (SUPERTI E SILVA, 2013).

No entanto, mesmo sendo criada pela reivindicação da comunidade do Curiaú a APA apresenta uma série de restrições as atividades tradicionalmente exercidas pela comunidade, especialmente no que se refere a pesca e ao método de *roça-derrubada-queima* realizado na comunidade. O que pode ser percebido nos estudos sobre o racismo ambiental e a problemática gerada pela sobreposição de comunidades tradicionais quilombolas e UC.



Essa expressividade no cenário regional e nacional coloca as comunidades quilombolas diante de vários problemas. Dentre eles, o fato de estarem sobrepostas a unidades de conservação ambiental, tanto em nível estadual quanto federal, o que causa impasses jurídicos ao processo de titulação. Como exemplos, devem ser mencionados Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Parques Estaduais (Tambor – AM, Curiaú – AP, Rio Trombetas – PA). Além disso, os avanços sobre as florestas para fins de exploração madeireira e mineral, aos rios para obras hidroelétricas e por fim a ação predatória da pesca e garimpo dificultam o cenário quilombola amazônico (SILVA, 2014, p. 162).

Os conflitos ambientais e especialmente a omissão do estado frente aos crimes é alvo de intensas críticas dos habitantes do Curiaú. Pois, este racismo ambiental é sentido pelas palavras de alguns moradores que relatam que o “povo de fora da comunidade” é que destrói o meio ambiente, pois é comum a prática de caça ilegal da fauna silvestre, como o abate de cutia, tracajá e paca que são iguarias consumidas pela população local, assim como a pesca predatória.

E que, no entanto, quem sempre é acusado pela mídia de destruição de tal patrimônio é a população da comunidade estudada. Sendo, defendida pelas palavras de William um dos moradores de que “o Curiaú só existe até hoje porque os antigos moradores sabendo da importância do lugar para a sua sobrevivência o mantiveram todo esse tempo preservado”, além de reconhecer o crescimento da cidade de Macapá como principal ameaça ao patrimônio natural e cultural do Curiaú.

Soma-se a isso, outros agravantes que poderiam ser evitados se existisse no Curiaú ações voltadas à educação ambiental, conscientização e programas que propiciassem o melhor uso dos recursos naturais pela população da comunidade. Quanto aos problemas ambientais existentes no Curiaú, destacam-se a agricultura extensiva de técnicas rudimentares, falta de manejo e assistência técnica, áreas de várzeas substituídas por pastagens, a grande degradação pela criação de búfalos<sup>5</sup>, e queimadas e desmatamentos.

As condições socioeconômicas do Curiaú apresentam um quadro “bastante deficiente”, no qual a falta de infraestrutura e acesso a serviços básicos são precários e/ou inexistentes, o que não assegura condições adequadas de vida à população afroamazônica.

Nesse caso, destaca-se além desse quadro a falta de organização da comunidade, como a não legitimidade da presidente da Associação dos Moradores do Curiaú – AMCC, o que propicia muitos conflitos entre as comunidades. Quanto a infraestrutura existe apenas

---

<sup>5</sup> A bubalinocultura constitui-se como grave problema ambiental na APA, por ocasionar a contaminação dos recursos hídricos pelas fezes dos animais, erosão hídrica regressiva, redução dos estoques naturais de peixe no Rio Curiaú e destruição da vegetação. Sendo denunciado por seu Sabá como um problema “vindo de fora”, pois essa criação não faz parte do modo de vida tradicional, sendo incorporada no Curiaú em 1970 e que hoje representa o predomínio sobre as criações bovinas.



um posto de saúde na comunidade, que segundo os moradores só funciona durante os finais de semana, conta com apenas uma enfermeira, sem estrutura, remédios, médicos e aparelhos de emergência.

No entanto, a mesma população que denuncia a falta de estrutura médica na comunidade, reconhece que muita coisa melhorou ao longo dos anos como a construção da escola, telefone, água tratada e energia elétrica. Fato esse, que exerce atração e o retorno da população que está voltando para a comunidade.

Relacionado a esse retorno destaca-se que o Curiaú segue como refúgio da população negra mesmo na atualidade, percebida pela especulação imobiliária em bairros tradicionalmente negros, como o Laginho que abrigou os negros que foram expulsos do centro da cidade pela reurbanização e política de remanejamento implementada por Janary Nunes na década de 40.

Dessa forma, essas famílias acabam por vender suas propriedades no Laginho – que agora é parte do centro da cidade – e retomar ao território de seus antepassados. Ainda sobre as condições de vida no Curiaú em pesquisa recente divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, atestou que áreas ocupadas por remanescentes quilombolas apresentam risco nutricional, como a prevalência de desnutrição infantil que é maior 76,1% do que a média brasileira.

E segundo a secretária de Políticas Afrodescendentes Núbia de Souza, destacou que “existem no Amapá, comunidades afrodescendentes que estão na extrema pobreza, com baixo índice de desenvolvimento humano”.

Apesar dos avanços registrados, povos e comunidades tradicionais continuam a representar ampla parcela das populações mais pobres e socialmente mais vulneráveis do país, com graves consequências no que se refere a sua segurança alimentar e nutricional e garantia do direito humano a alimentação adequada. Neste momento histórico, em que o Brasil comemora a queda expressiva dos índices de desnutrição e mortalidade infantil é inaceitável que, entre os Povos e Comunidades Tradicionais, estes índices permaneçam absurdamente altos, como ocorre, em especial, entre as populações indígenas e de ascendência negra (BRASIL, 2008, p. 3).

Sobre a constituição do quadro de vulnerabilidade social no qual se apresenta as populações tradicionais brasileiras, inclusive os moradores do Curiaú, ressalta-se a renda familiar média que não ultrapassa um (01) salário mínimo, sendo que mais da metade dessa população (57,5%) vive em lares com renda total menor que R\$207 por mês. Sendo esse quadro melhor visualizado pelo quadro, abaixo.

**Figura 2 – Quadro dos Problemas Sociais**

Casa	Curiaú	de Curiaú	de Curralinho	Mocambo	Problemas
------	--------	-----------	---------------	---------	-----------



<b>Grande</b>	<b>Dentro</b>	<b>Fora</b>	<b>Das</b>
			<b>comunidades</b>
Falta de posto médico; Falta de escola; Falta de Telefone Público.	Falta de um posto médico com maior estrutura; Falta de ensino médio na Escola José Bonifácio.	Falta de posto médico.	Falta de escola; Falta de telefone público; Falta de posto médico.
		Falta de posto médico; Condições precárias do ramal que dá acesso a comunidade.	Desemprego; Necessidade de se buscar novas alternativas de emprego e renda na APA.

Fonte: adaptado de Macapá (2010).

Interessante analisar que o desemprego e a necessidade de buscar novas alternativas de emprego e fonte de renda apresentam-se como problemas comuns à todas as comunidades do Curiaú. O que acaba por resultar em um verdadeiro êxodo das famílias para Macapá, sobretudo de jovens do sexo masculino, que abandonam a comunidade em busca de estudo e oportunidades de emprego. Problema ocasionado, pela inexistência de escolas de Ensino médio na comunidade.

O que reflete diretamente quanto ao nível de escolaridade da população mais velha que dentro de um universo de 415 adultos, apenas uma pessoa apresenta nível superior. Sendo, que a maioria dos moradores mais velhos é analfabeta. Soma-se a isso a ineficiência do transporte público que opera na APA, existido apenas uma linha de ônibus, o que gera horas de espera nas paradas, e conseqüentemente o abandono da escola por muitos moradores, quando estes têm que ir até à cidade para cursar o ensino médio.

As condições de vida expostas por trabalhos anteriores, e a confirmação pela pesquisa em questão durante a vivência no Curiaú expõem a ineficácia de políticas públicas estatais condizentes com as condições específicas das comunidades tradicionais quilombolas que não permitem que esses sujeitos de direito tenham acesso aos seus direitos básicos, como saúde, educação e saneamento básico. Nesse sentido, se faz urgente a aplicação na prática do plano de manejo, de ações educativas e sobretudo de alternativas de etnodesenvolvimento.

Dessa forma, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC objetiva harmonizar a coexistência de preservação ambiental e a sobrevivência da



comunidade quilombola. Corroborado por Campos (2012), a omissão estatal na fiscalização de políticas públicas eficazes inviabiliza o desenvolvimento socioeconômico da comunidade quilombola do Curiaú.

Somado, a falta de aplicação na prática de projetos como o de ecoturismo e o plano de manejo voltados para esta Unidade de Conservação – UC. Que no caso do dos açais, que constituem uma atividade rentável para a população carece de um plano de manejo e sofre com constantes queimadas e desmatamento e problemas de escoamento da produção, que dificulta a expansão agrícola atividade fundamental da comunidade.

Outro fator observado durante a pesquisa de campo foi a falta de ações de fomento para a produção agrícola de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, constantemente lembrados e criticados pela falta de ações na comunidade.

### 3. O ETNOTURISMO NO QUILOMBO DO C-RIAÚ: O ETNODESENVOLVIMENTO COMO DIRETRIZ PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Curiaú pelas suas potencialidades tanto naturais quanto histórico-culturais apresenta-se como um dos pontos turísticos mais frequentados pela população de Macapá. Sendo constantemente procurado por conta dos diversos balneários e bares, esse turismo acaba por gerar renda apenas para uma parcela pequena dessa comunidade, e gera problemas como a poluição do Rio Curiaú. Além de constituir um turismo sazonal, pois pelo regime de seca da região, os balneários ficam secos durante metade do ano, o que inviabiliza essa modalidade de turismo.

Sendo importante ressaltar que esse turismo regional é fortemente incentivado por órgãos públicos do Estado. Diante da necessidade de alternativas dinamizadoras da economia que possibilitem coadunar desenvolvimento socioeconômico e valorização e preservação histórico-cultural e territorial, o Etnoturismo se apresenta como estratégia qualitativa de inserção das comunidades quilombolas na lógica moderna de mercado.

Mais recente, são as propostas e as fortes tendências do turismo em comunidades quilombolas como os estudos desenvolvidos pelo laboratório de Geografia Cultural e Turismo do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Fundamentado em tais apontamentos, e considerando o contexto regional da comunidade quilombola do Curiaú, na qual a atividade turística faz parte da dinâmica de desenvolvimento econômico. O Etnoturismo se configura como proposta de inserção da comunidade de forma ativa no processo de valorização e promoção da sua identidade cultural. Sendo importante ressaltar a existência do turismo cultural no Curiaú.



Comprovado por precípua pesquisa de campo no mês de novembro de 2014 com alguns dos moradores mais antigos da comunidade sobre a viabilidade do Etnoturismo para as pessoas que têm interesse em conhecer sua cultura. Ficou constatada a aceitação dos entrevistados, uma vez que não houve oposição a essa modalidade de turismo.

Pois, foi evidenciado o orgulho de contar as histórias de formação do quilombo, bem como as tradições familiares, culturais e, sobretudo a “luta sem fim” que no passado era contra a escravidão e hoje permanece contra a invisibilidade e exclusão social, e reconhecimento e valorização do povo negro como sujeito de direitos e histórias.

“Como a nossa história que para permanecer viva, tem que ser contada”. A reivindicação da memória para a sobrevivência da identidade e história afroamapaense muito bem lembrada por Francisca Antônia Ramos, a (Tia Chiquinha).



O Turismo de Base comunitária surge a partir de diferentes modalidades do turismo, além de combinar características de outros conceitos evidenciados como de ecoturismo, turismo sustentável, turismo cultural, etnoturismo, turismo comunitário, sustentável, turismo de base local, turismo rural, comunitário, dentre outros. Esse conceito valoriza as dimensões social e territorial dessa prática. (COSTA NOVO, 2011, p.24).

O entrelaçamento de modernidade e tradição é evidenciado também nas manifestações religiosas, nas festividades e, especialmente no desenvolvimento de atividades turísticas. Atualmente a atividade turística no Curiaú é representativa nos balneários da região. E se apresenta como fonte complementar de renda e emprego.

Para que o etnoturismo seja sustentável em nível ecológico e cultural, é importante que a comunidade informe aos visitantes os costumes locais, as possibilidades de contato, celebrações religiosas, hábitos e expectativas da população quanto ao processo de visitação, inclusive sobre possíveis problemas a serem gerados na rela o entre moradores e visitantes. Nesse sentido,   imperioso que a popula o que a popula o local reconheça e valorize a identidade étnica, incluindo suas línguas, tradi oes organizacionais, técnicas de produ o, ocupa o da terra e recursos naturais, na perspectiva de um convívio pacífico através do intercâmbio cultural que o etnoturismo   capaz de propiciar. (NOGUEIRA et al. 2013, p. 126).

O turismo em territórios culturais por sua complexidade e possíveis contradi oes exige reflexões e planejamento dos seus possíveis impactos inerentes da atividade econômica. No entanto, experiências acerca do Enoturismo, sobretudo o em sociedades indígenas na América Latina apontam caminhos possíveis de desenvolvimento sustentável e preserva o do patrimônio natural, cultural e tradicional.

#### 4. METODOLOGIA

O referencial metodológico foi desenvolvido através de pesquisa de campo aplicada na comunidade tradicional quilombola do Curiaú, situada na área urbana de Macapá, no estado do Amapá. Composta por cinco (05) comunidades, apresenta popula o m dia de 2.000 pessoas. Para a aferir sobre a possibilidade de aplica o do pressuposto por essa pesquisa sobre a viabilidade do etnoturismo como proposta de etnodesenvolvimento.

Utilizou-se métodos de procedimentos pertinentes   natureza do objeto pesquisado, que corresponde às ciências sociais, a partir da investiga o pelo histórico da forma o dos “aquilombamentos” Amazônia, especialmente nas posses es do Cabo Norte; método comparativo da presente pesquisa com pesquisas anteriores acerca da mesma temática e



estatístico quando a partir da coleta de dados se obteve percentuais relacionados a pesquisa de opinião.

A pesquisa de campo foi realizada no período de agosto de 2014 a agosto de 2015. Apresentou uma abordagem visando a complementaridade entre os métodos qualitativos e quantitativos, com análise interpretativa e dimensionamento probabilístico dos dados levantados acerca da implementação do etnoturismo.

A amostra foi definida pela escolha intencional dos pesquisados, ou seja, dos moradores mais antigos da comunidade em questão. A medida estatística aplicada foi de percentis, realizada pela regra de três simples. E optou-se pela apresentação dos dados na forma de tabelas.

Utilizou-se a história oral como metodologia ao permitir uma confluência da história com as demais ciências sociais, optou-se pela coleta de depoimentos. Quanto as técnicas práticas para a coleta de dados de acordo com Marconi e Lakatos (2013), corresponde a documentação indireta, que foi realizada através do levantamento documental e bibliográfico de livros, artigos científicos e sítios eletrônicos.

Quanto a documentação direta, se deu por meio da observação direta intensiva e extensiva. Nesse caso, as técnicas utilizadas foram a observação, exame do contexto socioeconômico da população do Curiaú; participante de caráter exploratória, a partir da vivência na comunidade quilombola pesquisada. A documentação direta, nesse caso a vivência foi fundamental para a constituição de confiabilidade entre os interlocutores dessa história e os pesquisadores.

E descritiva ao relacionar estudos precípuos com as novas hipóteses levantadas nessa pesquisa. Utilizou-se como delineamento a pesquisa bibliográfica, documental, de levantamento com a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas (ver apêndice A), e fundamentalmente entrevistas tanto padronizadas como não estruturadas com longas conversas e diversos encontros.

A vivência no Curiaú foi fundamental para o desenrolar da pesquisa e pela possibilidade de buscar familiaridade, ultrapassando o limiar do visitante, sendo essa convivência iniciada em agosto de 2014, com os primeiros contatos com as lideranças da comunidade, como registrado no caderno de campo.

Ademais, como pressuposto levantado por Demo (1995), passar da familiaridade para à intimidade, tornando-se parte do fenômeno estudado é preciso necessária vivência. O que foi alcançado durante esse projeto, quando houve a participação dos pesquisadores em eventos familiares da comunidade pesquisada, fundamental para a aceitação e adesão do proposto pela pesquisa.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Etnoturismo apresentou-se como uma estratégia capaz de gerar renda a comunidade tradicional quilombola do Curiaú, preservando o patrimônio tanto natural quanto cultural, de acordo com as exigências de etnodesenvolvimento pensadas para comunidades tradicionalmente ocupadas. Sendo capaz de aliar desenvolvimento socioeconômico sustentável compatíveis com a complexidade e especificidades de territorialização do quilombo como espaço de resistência, sobrevivência da identidade, visibilidade, valorização e melhoria da qualidade de vida dos remanescentes quilombolas, apresentando-se como proposta eficaz de viabilização de políticas sociais para a população afroamapaense.

Em virtude dos fatos mencionados neste relatório, tendo em vista os aspectos empregados e as políticas sociais apresentadas e possibilidades de serem alcançadas na comunidade faz-se necessária a efetuação do Etnoturismo como proposta viável para solidificação do progresso social das comunidades tradicionais quilombolas da Amazônia como forma de garantir o princípio das especificidades de autonomia quilombola em um contexto territorial e social atribuídos aos aspectos comunitários e autonomia cultural de organização da mesma.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R. Quilombos no Brasil. **Revistas Palmares**, n.5. Brasília, Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos**: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida . Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_.ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J; CASTRO, Edna (org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

AMAPA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú**. Macapá: SEMA, 2010.

COSTA NOVO, C.B.M. **Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus (AM)**: caracterização e análise crítica. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências e Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2011.



**DEMO, Pedro. Metodologia Científica Em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1995.**

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro-Século XIX. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1995

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós- Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local**: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Mato Grosso do Sul, Tellus, 2002.

MARIN R.E. ACEVEDO, 1997. **Nascidos no Curiaú**. UFRA/NAEA, Belém.

MINAYO, M,C,S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petropolis: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, E. M. N.; FERKO, G.P.S.; COSTA – NETO, C.P.L.; FALCÃO, M.T.; RODRIGUES, R.M. **Etnoturismo e Etnoecologia**: Possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 6, nº 4, nov – 2013, pp. 121 – 140.

QUEIROZ, J. Marçal 1999, « Mito, memória e história: o Cunani e outras repúblicas. In F. dos Santos GOMES (ed.), **Nas Terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – séculos XVIII-XIX, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará.

SALGADO, H. C. ; SANTOS, R. J. . **Etnoturismo, complexidade territorial e populações tradicionais**: a territorialização do turismo nos espaços culturais quilombolas. Revista Geográfica de América Central v. II, p. 1-18, 2011

**SALLES, V. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.**

SILVA, Regina Rodrigues da. Comunidades Quilombolas, racismo ambiental e conflitos territoriais. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Resultados 3 anos – Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, 2014.



**SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg. Patrimônio Cultural Quilombola:** “Mapeamento e Publicação do Patrimônio Cultural das 28 Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá, certificadas e/ou tituladas pela Fundação Cultural Palmares”. Disponível em: <<http://lides.unifap.br/comunidades/>>. Acesso em 02 jun. 2014.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina****A CULTURA RIBEIRINHA COMO FATOR DE ATRATIVIDADE PARA O TURISMO  
NO ARAPIUNS/PA – UMA ANÁLISE SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER  
AMAZÔNICO<sup>1</sup>**

Giselle Castro de Assis (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>  
giselle.tur@hotmail.com

**RESUMO**

Este trabalho analisa as condições que transformaram a cultura ribeirinha em fator de atratividade para o desenvolvimento do “Turismo de Base Comunitária” (TBC) em comunidades tradicionais localizadas no rio Arapiuns, oeste do Estado do Pará. A metodologia envolveu duas etapas: a análise no ambiente virtual sobre a exposição de roteiros turísticos no Arapiuns; abordagem qualitativa sobre observações coletadas em campo em dois momentos: agosto de 2016 e janeiro de 2017. O campo é a comunidade de Anã, eleita como objeto empírico por ser a comunidade tradicional, localizada no Arapiuns, que mais recebe aporte técnico-financeiro por parte de instituições não governamentais para fomentar o turismo em seu território e, por este motivo, a que registra o maior fluxo de visitação. Como resultado, a pesquisa constatou que a cultura ribeirinha figura como principal fator de atratividade para o turismo no Arapiuns e em Anã, em função de ter sido produzida pela ONG que agencia o desenvolvimento do TBC na região, como a provedora de uma experiência “única” e “genuína” no lugar. A objetificação da cultura ribeirinha no mercado turístico é uma forma de estabelecer a colonialidade do saber amazônico e de manter a comunidade de Anã em situação de dependência com a ONG, uma vez que essa comunidade não é instruída a fazer a autogestão do turismo. Observou-se, ainda, que a forma de exposição midiática da cultura ribeirinha como atrativo turístico reforça sua condição diante do mundo moderno, de cultura subalterna, subdesenvolvida e pré-moderna.

Palavras-chave: Cultura ribeirinha, Saber amazônico, Turismo de base comunitária, Colonialidade do saber.

**1. INTRODUÇÃO**

A palavra Amazônia suscita um mosaico de imagens na memória coletiva, isso porque evoca a ideia de ser o território com maior biodiversidade do planeta. A inenarrável diversidade de sua flora e fauna propicia o expressivo acúmulo de saberes humanos sobre o uso desses recursos, que cumprem desde funções elementares, como alimentar, curar, ornamentar, até funções prejudiciais à saúde humana, como o preparo inadequado de determinadas ervas e plantas.

---

<sup>1</sup> A pesquisa desenvolvida para a elaboração deste paper está vinculada ao projeto de pesquisa "Jovens, tecnologia e práticas sociocomunicacionais em cidades Amazônicas", financiado pelo edital universal MCT - CNPq 14/2014.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPa, Brasil. Docente da Faculdade de Turismo da UFPa, Brasil.



Tais saberes estão pautados na relação homem/natureza, remontam aos primórdios da presença humana na Amazônia e ainda estão presentes em nossa sociedade (considerada) “pós-moderna”, porque foram sendo transmitidos por gerações anteriores como conhecimentos e práticas inseridos em nossas interações socioculturais.

Embora muitos saberes amazônicos já tenham sido alvo de estudos científicos, eles estão mais comumente enraizados no conhecimento popular não científico, ou seja, naquele conhecimento que foi construído pela experiência na prática de uso do recurso natural, portanto, estruturado em uma lógica que está fora da epistemologia da ciência moderna, a qual somente legitima como verdadeiro o conhecimento produzido por instrumentos científicos baseados na razão (GUERRERO ARIAS, 2010; RIBEIRO; ESCOBAR, 2008).

Nesse contexto se aplica a ideia sobre colonialidade do saber, que, segundo Guerrero Arias (2010), é uma forma de tornar invisíveis saberes e culturas produzidos por outras epistemologias, transformando-os em “curiosidades exóticas”, as quais são percebidas pelo “moderno sistema-mundo”<sup>3</sup> como incapazes de estabelecer um conhecimento respeitado sobre a vida e o mundo.

A cultura ribeirinha e o saber amazônico que a integra constituem uma prática de existência que a colonialidade do saber concebe como subalterna, subdesenvolvida e pré-moderna, portanto inválida como conhecimento epistemológico, mas interessante o suficiente para figurar como elemento de maior destaque em propagandas publicitárias sobre roteiros turísticos em comunidades tradicionais localizadas às margens do rio Arapiuns, no oeste do Pará. Esse fato, identificado em pesquisa no ambiente virtual, em agosto de 2015, levou-me ao seguinte questionamento: por que a cultura ribeirinha se tornou o elemento central na estruturação das experiências denominadas “Turismo de Base Comunitária” (doravante TBC) propostas para populações tradicionais localizadas ao longo do rio Arapiuns, no Oeste do Pará?

Essa questão será respondida por meio da análise da experiência de TBC desenvolvida na comunidade de Anã, eleita como objeto empírico deste trabalho por ser a comunidade tradicional localizada no Arapiuns que mais recebe aporte técnico-financeiro por parte de instituições não governamentais para fomentar o turismo em seu território e, por esse motivo, a que registra o maior fluxo de visitação.

A análise sobre Anã foi feita a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em observações *in loco* realizadas em duas imersões no campo: agosto de 2016 e janeiro de 2017<sup>4</sup>. A vivência em campo permitiu coletar dois horizontes de respostas para a questão-

---

<sup>3</sup> Quijano (2005) explica que o termo “moderno sistema-mundo” é um conceito desenvolvido por Immanuel Wallerstein (1974; 1989) e Hopkins e Wallerstein (1982), que deve ser compreendido no contexto de surgimento do capitalismo, que segundo ele, foi desde sua gênese, colonial/moderno e eurocentrado.

<sup>4</sup> Todas as entrevistas citadas neste trabalho estão inéditas e farão parte da tese de doutoramento da autora.



problema: a) os meios de divulgação dos roteiros turísticos no Arapiuns e em Anã adotam termos/expressões que enfatizam o caráter não moderno da cultura ribeirinha, como forma de valorizar a experiência turística no lugar; b) a consciência das lideranças locais sobre o fato de a cultura ribeirinha exercer encantamento para os turistas.

O resultado da análise aponta que a cultura ribeirinha figura como principal fator de atratividade para o desenvolvimento do turismo no Arapiuns e em Anã, justamente pelo fato de a experiência turística valorizar sua condição de cultura não moderna, que, ao mesmo tempo em que é concebida como incapaz de instituir um conhecimento respeitado sobre a vida e o mundo, torna-se uma referência exótica aos olhos do turista, ou seja, a transformação da cultura ribeirinha em atrativo turístico também é mais uma forma de perpetuar a colonialidade do saber amazônico.

## 2. A COMUNIDADE DE ANÃ E O TURISMO

A comunidade de Anã está localizada na área territorial da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, à margem direita do Rio Arapiuns (ver fig. 1), afluente do Rio Tapajós, município de Santarém, no oeste do Estado do Pará.

**Figura 1** – Localização da comunidade de Anã na Resex Tapajós-Arapiuns



**Fonte:** Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta – TURIARTE<sup>5</sup>

A única forma de chegar a Anã é por via fluvial. Atualmente, o barco da comunidade faz a rota Santarém-Anã, às terças e sextas-feiras, e a rota Anã-Santarém, aos domingos e às quartas-feiras.

De acordo com o censo realizado em 2016 pelo presidente da Associação de Produtores Rurais de Anã – APROANÃ, Aílson Godinho Imbiriba, a comunidade é composta por 110 famílias e cerca de 400 pessoas (IMBIRIBA, 2017)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Essa figura foi retirada do material gráfico utilizado para divulgar os roteiros comercializados pela TURIARTE, recebido por e-mail. Fonte: TURIARTE (turiarteamazonia@gmail.com). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por giselle.tur@hotmail.com em 05 ago. 2016.



Em relação à infraestrutura, Anã possui uma escola municipal que funciona em parceria com o poder estadual para a oferta de ensino em três níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A comunidade possui água encanada, mas não dispõe de energia elétrica durante o dia. A luz é viabilizada por um gerador que funciona das 19h às 22h30min. Em 1988, Anã ganhou um posto de saúde, que está em funcionamento até os dias atuais e, embora seja um anexo do polo de São Miguel, possui equipe própria de trabalho, composta por uma enfermeira, dois agentes comunitários de saúde e um auxiliar de enfermagem.

Como atrativos turísticos, Anã apresenta a praia do Rio Arapiuns, o projeto de criação de peixes em tanque-rede, denominado MUSA, e o meliponário de criação de abelhas nativas. A visita aos projetos é realizada de forma independente e guiada por integrantes de cada projeto. Nessas visitas, os monitores explicam o surgimento do projeto, o número de comunitários envolvidos, a gestão solidária praticada e os resultados alcançados como projeto social da comunidade.

Ressalta-se que os projetos referidos iniciaram suas atividades de forma independente das ações de fomento ao turismo, mas tiveram aumento de produção pelo fluxo de visitação. O peixe é consumido nas refeições do restaurante da pousada, e o mel tornou-se um tipo de *souvenir*, pois, com a demanda turística, passou a ser vendido em embalagens de 100 ml, acomodadas em cestas de palha de tucumã.

O desenvolvimento do turismo nas comunidades ribeirinhas do Arapiuns, dentre as quais se inclui Anã, pode ser observado no aumento do fluxo de visitação registrado pelo Sr. Davide Pompermaier (Gestor executivo de Ecoturismo Comunitário do Projeto Saúde e Alegria) entre os anos de 2012 e 2014, segundo o qual o percentual de visitantes aumentou 24% de 2012 para 2013, e 41% de 2013 para 2014 (POMPERMAIER, 2016)<sup>7</sup>.

Nesse contexto, Alvaír Godinho explica que o turismo está estimulando o aumento da renda local:

[...] tem vez que vem grupo grande e deixa assim de vinte mil reais, trinta mil, e esse dinheiro fica todo aqui na comunidade, circula todo aqui, não precisa assim comprar material de outras comunidades, então esse dinheiro circula todo aqui na comunidade, e a gente percebe que mudou muito, que hoje em dia, aqui na comunidade, por exemplo, todo final de semana, se tiver algum movimento aqui, se tiver venda de bolo, suco, isso aí vende rapidinho aqui na comunidade porque esse turismo com certeza traz algum recurso pras pessoas terem dinheiro todo final de semana. Antes não, como

<sup>6</sup> IMBIRIBA, Aílson. Entrevista I. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, jan. 2017. 1 arquivo.mp3 (20 min.).

<sup>7</sup> POMPERMAIER, Davide. Entrevista III. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, ago. 2016. 1 arquivo.mp3 (90 min.).



meu pai falava, antes não, era muito difícil, por exemplo, colocasse uma venda aí e vender tudo (*sic*) (GODINHO, 2016)<sup>6</sup>.

O depoimento acima revela a importância econômica do turismo na comunidade, o que nos leva a deduzir, precipitadamente, que as pessoas estariam abandonando suas atividades tradicionalmente desenvolvidas, como a pesca, a roça etc., para se dedicar às funções demandadas pela dinâmica do turismo, contudo, isso não foi constatado *in loco*.

O que se observou na visita em campo foi que os moradores envolvidos com o empreendimento turístico de Anã (hospedaria e restaurante) não abandonaram as funções que desempenhavam antes da inserção do turismo na comunidade; assim, a coordenadora de turismo da pousada é professora de uma escola indígena em uma comunidade próxima à Anã; o coordenador da infraestrutura da pousada é vigia da escola local; as cozinheiras que preparam as refeições para os visitantes também trabalham na roça de mandioca de suas famílias e os guias que monitoram as visitas aos projetos sociais são produtores nesses mesmos projetos.

Quando inquiridos sobre o porquê de o turismo ocupar a função de atividade secundária, eles justificaram que esta é uma atividade sazonal e, por isso, não oferece segurança financeira, no entanto, a explicação de maior relevância constatada pela observação *in loco* foi a de que a comunidade de Anã passou a integrar o roteiro turístico pelas comunidades do Arapiuns, idealizado pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA), por ser um grupo social que ainda cultiva atividades de populações tradicionais, como o extrativismo e a agricultura, e mantém projetos associativos de referência na região, como o MUSA e o meliponário de abelhas nativas.

Nesse contexto, as pessoas entrevistadas demonstraram uma consciência expressiva sobre o fato de que a atratividade da comunidade de Anã está centrada em seu modo de viver, sua cultura e, dessa forma, o turismo, em suas concepções, deve funcionar como atividade econômica complementar à renda, e não como aquela que alterará a estrutura social já estabelecida. Contudo, a postura dos moradores de Anã em valorizar seu modo de vida diante o turismo é reflexo do trabalho implantado pelo PSA, desde 2008, momento em que a comunidade foi inserida no projeto *Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós*.

Ao longo desses nove anos, o PSA desenvolveu várias ações com o objetivo de orientar as comunidades ribeirinhas a perceberem sua cultura como um diferencial, algo capaz de despertar o interesse de visitantes. Nesse contexto, a ONG adotou, em seu material midiático, o termo “povo da floresta” para se referir às comunidades que integram a experiência de turismo no Arapiuns.

---

<sup>6</sup> GODINHO, Alvir. Entrevista I. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, ago. 2016. 1 arquivo .mp3 (43 min.).



O termo “povo da floresta” coloca em evidência a relação homem-natureza que caracteriza a cultura ribeirinha. Nesse sentido, aciona uma teia de significados relacionados ao saber próprio de quem vive em contato com a natureza, qualificado como saber tradicional, já que é um conhecimento transmitido por meio das gerações humanas. Esse saber expressa um modo de viver peculiar: as práticas culturais ribeirinhas amazônicas. Assim, ao evocar a floresta como signo da cultura local que merece destaque, “povo da floresta” torna-se uma expressão referencial para as pessoas interessadas em viver experiências turísticas de “base comunitária” na Amazônia.

No entanto, embora o trabalho de valorização da cultura ribeirinha por parte da ONG tenha gerado a elevação da autoestima das comunidades envolvidas na experiência de turismo no Arapiuns, especialmente a de Anã, pois é a que recebe maior fluxo de visitação, a cultura do “povo da floresta” está sendo objetificada para se tornar mercadoria no mercado de consumo de viagens.

Assim, na perspectiva de Sahlins (1981), a entrada da ONG para a estruturação do turismo no Arapiuns, em 2008, não foi apenas um acontecimento com forças próprias, independente do sistema simbólico. Como evento que gerou “nova significação funcional” (SAHLINS, 1981, p. 85) aos signos – floresta e o rio – da cultura ribeirinha, a inserção da ONG PSA adquiriu uma “significância histórica” (SAHLINS, 1990, p. 15) sem precedentes para a comunidade de Anã; esse novo sentido inaugurou colonialidades em três horizontes: do poder, do saber e do ser.

### 3. A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA E SUA EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA

O termo *cultura ribeirinha* refere-se ao modo de viver de populações tradicionais que habitam áreas localizadas às margens de rios, realidade de muitas comunidades amazônicas. Esses grupos sociais estruturam sua identidade sociocultural e política nos ciclos da natureza, a partir de dois elementos-chave: o rio e a floresta.

O rio é ponto de chegada e de partida para a vida ribeirinha. É por ele que a vida social se inicia, pois, para muitas comunidades no interior da Amazônia, ele é a única via de acesso, assim, é a estrada pela qual circulam pessoas, ideias, produtos, bens, alimentos, interesses econômicos e o imaginário/simbólico elaborado pela *psique* humana, que se apresenta de forma expressiva na Amazônia, por meio de lendas, mitos, causos.

O rio é fonte de subsistência pelo alimento que oferta. É condicionador do espaço, porque altera sua paisagem pelos fenômenos da vazante e da cheia ao longo do ano, especialmente o rio Tapajós, afluente do Arapiuns. Ele é, pois, o maior testemunho de uma



vida que pulsa em torno de seu curso, especificamente do modo de viver da cultura ribeirinha amazônica.

A floresta é outro elemento central que viabiliza o *modus vivendi* do ribeirinho amazônico, notoriamente quando se refere às populações que habitam uma reserva extrativista, como é o caso da comunidade de Anã.

A floresta é o maior celeiro natural para as populações tradicionais. Ela oferece frutos, sementes, plantas, fibras, óleos, caça, madeira, dentre outros recursos para a sobrevivência das comunidades, como medicina tradicional, gastronomia, artesanato e vasto repertório narrativo de lendas e encantados. A diversidade de seus recursos garante, assim, um modo de vida peculiar para as populações que sabem usufruir o meio ambiente, extraíndo dele o necessário para viver, mas respeitando seus limites de renovação natural.

Pelo exposto, fica evidente que os elementos rio e floresta garantem às populações tradicionais um modo de vida próprio, embasado no saber e no saber-fazer amazônicos, transmitidos por gerações ancestrais. A tradição nessas comunidades é pautada no respeito à natureza e no estabelecimento de uma relação harmônica com ela, pois os “povos da floresta” entendem que precisam manejar o território e os recursos naturais de modo sustentável, a fim de assegurar a sua sobrevivência e a das gerações futuras.

Na condição de elementos que adquirem significado para as populações que os utilizam, o rio e a floresta podem ser considerados signos da cultura ribeirinha, pois, de acordo com Keck (2013), retomando o conceito inicial desenvolvido por Saussure, o signo refere-se à unidade relativa que só adquire sentido na relação entre suas duas partes indissociáveis, o significante e o significado. Assim, o signo “não é aquilo que remete a algo, não é uma representação, porém, uma relação entre dois fenômenos a qual tem mais realidade que eles” (KECK, 2013, p. 51).

Imbuídos de sentido e capacidade simbólica, os signos da cultura ribeirinha também adquirem valor para outros atores sociais, no caso, para os turistas que almejam conhecer a Amazônia. Desse modo, esses signos precisam ser interpretados, pois Geertz (1978) afirma que, para se aproximar de seu objeto de investigação, o etnógrafo deve primeiro apreender os elementos simbólicos que atravessam as relações sociais e caracterizam a estrutura cultural de um determinado grupo, para então compreender os comportamentos adotados pelos indivíduos nesse contexto.

Assim, para compreender o porquê de a cultura ribeirinha tornar-se atrativa para o turismo ou mais especificamente para os turistas que almejam conhecer a Amazônia, é mister analisá-la como uma teia de significados que precisam ser desvendados (GEERTZ, 1978). Por isso, neste trabalho se está usando o horizonte hermenêutico da ciência interpretativa.



O termo “desvendar” se aplica porque os conceitos que regem o “agir” dos sujeitos no mundo não estão evidentes, não estão explícitos nas relações sociais observáveis e são carregados de simbolismos, que, por sua vez, representam diversos interesses que são imanentes à condição existencial de um indivíduo em um grupo social (GEERTZ, 1978).

Nessa perspectiva, pressupõe-se que a cultura ribeirinha adquire valor para os turistas porque estes lançam sobre ela um olhar exótico: ela representa um modo de viver em harmonia com a natureza que não se identifica com as sociedades globalizadas. Por isso, ao aludir a um padrão de vida mais sustentável, o rio e a floresta tornam-se símbolos de uma cultura com a qual se quer ter contato, visto que se almeja ter uma experiência mais “genuína”.

A interpretação proposta neste trabalho para a teia de significados (GEERTZ, 1978) possíveis para a cultura ribeirinha tem por objetivo compreender o uso dos termos “genuíno” e “autêntico”, utilizados para estimular experiências turísticas com as populações tradicionais e com seu modo de vida.

Em pesquisa exploratória realizada em setembro de 2015, no ambiente virtual, encontrei o *slogan* “Ecoturismo Comunitário na Amazônia – uma experiência única”<sup>9</sup>, utilizada pela ONG Saúde e Alegria para se referir ao contato com comunidades localizadas no rio Arapiuns, como uma “experiência genuína”, ressaltando o modo simples de viver em harmonia com a natureza.

Outro *slogan* que me chamou atenção foi “Vivência Cultural em Alter-do-Chão”<sup>10</sup>, utilizado pela agência de turismo Aoka Tours, para convidar o visitante a fazer um roteiro (no qual a comunidade de Anã estava inclusa) para conhecer um “novo universo” da “incrível cultura ribeirinha”, no qual ele teria uma “viagem única e cheia de experiências marcantes”, como “conhecer de perto a cultura ribeirinha da Amazônia”. Ressalta-se que Alter-do-Chão é uma vila de pescadores que, em função de ter uma boa infraestrutura turística, é utilizada como base de hospedagem para os turistas que querem conhecer as comunidades localizadas no rio Arapiuns.

Os roteiros divulgados pelos *slogans* supracitados destacam o contato e a interação com o modo de vida ribeirinho amazônida como uma experiência singular, expressa nos termos “única”, “marcante”, “genuína”, a qual permitirá vivenciar um ambiente “novo”,

---

<sup>9</sup> O *slogan* “Ecoturismo Comunitário na Amazônia – uma experiência única” foi visualizado na *homepage* oficial da ONG Saúde e Alegria ([www.saudeealegria.org.br](http://www.saudeealegria.org.br)), no dia 20 de setembro de 2015, quando a autora estava fazendo pesquisa para a elaboração de seu projeto de doutorado. No entanto, registra-se que, na data atual, 09 de agosto de 2017, a referida informação não está mais disponível no sítio eletrônico informado, pois foi inserida na página da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta – TURIARTE: <<https://turiarteamazonia.wordpress.com>>.

<sup>10</sup> Informação coletada na *homepage* da agência de turismo Aoka Tours. Disponível em: <<http://www.aokatours.com.br/pt.vivencia.cultural.em.alter.do.chao>>. Acesso em: 20 set. 2015.



“incrível”, certamente ofertado pelo saber amazônico, que é classificado no mundo moderno como exótico, diferente, místico, e que, por sua vez, desperta a curiosidade do ser humano.

Contudo, a cultura ribeirinha só exerce encantamento porque os seus signos produzem sentidos para os visitantes. O valor dessa cultura foi percebido de tal modo por agentes externos às comunidades tradicionais que eles a transformaram no principal fator de atratividade para o turismo no Arapiuns, ou seja, em mercadoria no mercado de viagens.

Esse processo de transformação da cultura em mercadoria por agentes exógenos enfatiza o caráter não moderno da cultura ribeirinha e impõe uma colonialidade do poder e do saber que contribui para intensificar a subalternidade do *modus vivendi* amazônico diante do *moderno sistema-mundo*.

Guerreiro Arias (2010, p. 8) ressalta que “com el objetivo de imponer la colonialidade del poder e del saber existen instituciones y aparatos repressores como el Estado, los tribunales, los bancos, las organizaciones no gubernamentales (ONG) [...]”. Num contexto análogo, os processos de dominação se reinventam na América Latina (MIGNOLO, 2003). Assim, constata-se que as entidades que agenciam o turismo no Arapiuns representam “novas formas” de colonialidade no território amazônico.

#### 4. RELAÇÕES DE COLONIALIDADE PARA O TURISMO NO ARAPIUNS

Guerrero Arias (2010) esclarece que, para entender a colonialidade em seus diferentes âmbitos: poder, saber e ser, faz-se necessário, primeiramente, compreender a diferença entre colonialidade e colonialismo. Nas palavras do autor:

Colonialismo hace referencia a un momento histórico marcado por la dominación, la administración política, económica, cultural, etcétera, de determinadas metrópolis sobre sus colonias, pero que no adquirió un carácter uni-versal, y que, supuestamente, terminó con la independencia. [...] La colonialidade se refiere a un processo de dominación que no ha concluído, que se inició con la conquista y permanece vigente. Es una realidade de dominación y dependencia a escala planetária y universal, que sobrepasó el período colonial, se mantuvo en el periodo de surgimento de los Estados nacionales y continúa operando em la actualidad con el capitalismo global-imperial (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 5-6).

Os argumentos de Guerreiro Arias (2010) nos esclarecem duas questões essenciais para entender a diferença entre colonialismo e colonialidade: o colonialismo se encerrou, hipoteticamente, com a independência das colônias de suas metrópoles, e não se tornou universal, já a colonialidade é um fenômeno de dominação global, que ultrapassou a conjuntura na qual se originou, e vigora na atualidade em parceria com o capitalismo, pois a colonialidade é um processo de dominação subjacente à modernidade. Por isso, quando Guerreiro Arias (2010) afirma que a colonialidade se iniciou com a “conquista”, ele está se



referindo à dominação da América pela Europa, fato considerado por muitos pesquisadores como o marco inicial da modernidade.

A conquista da América é citada por Quijano (2005, p. 117) como a “primeira *identidade* da modernidade”, por ter sido o “primeiro espaço/tempo” símbolo da constituição de um “um novo padrão de poder mundial” articulado pelo capitalismo colonial/moderno e eurocentrado.

Quijano (2005) aponta dois fatores como eixos fundantes do novo padrão de poder: a) a construção e propagação da ideia de raça humana para codificar as diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados; b) a “articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). Além da raça, Quijano (2005) ressalta que o processo de constituição da América como ícone do novo padrão de poder engendrou novas formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção de produtos para o mercado global, articuladas em torno do capital.

As condições que levaram à dominação da América e à configuração de uma nova ordem mundial, focada no ocidente como centro hegemônico do poder político-econômico, desenharam uma estrutura de poder, em âmbito global, que valoriza o conhecimento oriundo da Europa e subalterniza todas as outras formas de conhecimento e cultura produzidos por outros grupos. Desse modo, a colonialidade do poder engendra a colonialidade do saber e do ser.

A colonialidade do saber é explicada por Guerrero Arias (2010) como a imposição de uma epistemologia baseada na razão como único princípio que está posto no universo, portanto considerado hegemônico na produção de qualquer conhecimento. Nesse sentido, o autor afirma que os saberes e as culturas elaborados por outros princípios epistemológicos são considerados

[...] Incapazes de sentir, pensar, decir y hacer por sí mismas, y peor, de poder construir conocimientos, sino apenas saberes pré-científicos, vistos como *curiosidades exóticas* que deben ser estudiadas (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 10, grifo nosso).

Não reconhecer como verdadeira e válida as outras formas de produzir conhecimentos sobre a vida e o mundo é o modo de a colonialidade do saber subalternizar outras culturas e outros saberes, concedendo-lhes o “título” de exóticos, como assinala Guerrero Arias (2010). Nessa condição, os sujeitos dessa cultura também não são respeitados como intelectuais, mas são considerados exímios executores de trabalhos manuais, por isso o artesanato de comunidades tradicionais amazônicas é valorizado no mercado global de consumo.



Nesse contexto, Guerrero Arias (2010) enfatiza que a colonialidade do saber instalou uma dicotomia entre duas formas de conceber a realidade: de um lado temos a eurocêntrica, que engloba os civilizados, desenvolvidos e modernos, e, de outro, as demais que não se enquadram nas formas e técnicas da ciência moderna, classificadas como primitivas, subdesenvolvidas e pré-modernas. Sobre essa dicotomia, o autor apresenta suas variações:

[...] pues cuando ellos están em la historia, nosotros em la pre-historia; ellos tiene cultura, nosotros sólo folklor; ellos ciência, nosotros mitos; ellos arte, nosotros artesanía; ellos literatura, nosotros tradición oral; ellos religión, nosotros hechicería; ellos tiene medicina, nosotros magia (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 4).

A colonialidade do poder e a do saber são fenômenos que oferecem elementos para a compreensão da conjuntura na qual o turismo foi inserido na comunidade, objeto de estudo deste trabalho.

O turismo surgiu na comunidade de Anã em decorrência da atuação da ONG *Projeto Saúde e Alegria* (PSA), que iniciou suas atividades na Amazônia em 1987<sup>11</sup>. Após ter seu trabalho divulgado, o PSA começou a receber visitas dos parceiros e financiadores interessados em conhecer as comunidades nas quais desenvolvia ações sociais. Como essas visitas não tinham finalidade turística, os visitantes não dispunham de equipamentos e serviços turísticos. Nesse contexto, e com o objetivo de captar recursos para criar infraestrutura e fomentar o turismo na região, o PSA submeteu o projeto *Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós* (EBCPT) ao edital nº 001/2008, do Ministério do Turismo, o qual foi um dos cinquenta projetos selecionados dentre mais de quinhentas propostas enviadas.

A escolha de Anã para integrar, em 2008, o projeto EBCPT ocorreu devido ao seu histórico de mobilização em ações sociais e devido ao interesse dos comunitários em ordenar no seu território uma atividade que gerasse benefícios econômicos para a comunidade. Uma das informantes, a Sra. Maria Odila Godinho<sup>12</sup>, relatou-me que Anã, até aquela época, figurava somente como ponto de parada para contemplação da beleza cênica regional e conhecimento do modo de vida ribeirinho, sem geração de renda para a população local. Portanto, o ano de 2008 é um marco histórico local, pois, a partir daquele ano, o turismo começou a ser ordenado em Anã por um agente exógeno à comunidade e esse fato determinou a configuração das relações criadas pela dinâmica da atividade turística, com repercussão até os dias atuais.

<sup>11</sup> Informação disponível em: <[www.saudeealegria.org.br](http://www.saudeealegria.org.br)>. Acesso em: 09 ago. 2017.

<sup>12</sup> GODINHO, Maria Odila. Entrevista II. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, ago. 2016. 1 arquivo.mp3 (23 min.)



Conhecer, brevemente, o percurso histórico do turismo em Anã também é importante para perceber que a exposição midiática que a comunidade teve ao longo desse tempo é fruto da associação de sua imagem à publicidade de uma ONG que tem forte inserção na mídia nacional e internacional, em função do longo tempo e da expressiva atuação no mercado. Aliás, a presença estratégica do PSA em projetos sociais, na região oeste do Pará, favorece a captação de recursos de parceiros para investimentos no turismo, como foi o caso da construção da *Hospedaria Comunitária de Anã*, que, segundo o Sr. Davide Pompermaier, foi viabilizada por meio de recursos de um parceiro alemão (POMPERMAIER, 2016)<sup>13</sup>.

Pelo exposto, fica evidente que, à medida que a ONG foi criando as condições para o desenvolvimento do turismo em Anã, estabeleceram-se relações de dominação e dependência, pois a comunidade passou a enxergar a ONG como a grande provedora de recursos financeiros até então inexistentes no ambiente local, como nos informa a Sra. Maria Odila Godinho, presidente da TURIARTE:

Em Anã, depois da atividade de turismo, muita coisa já mudou, eu fico muito feliz porque meu povo era igual às outras comunidades, no quintal deles era limpo, bem varrido, não tem uma folha, não tem nada, [...], hoje você chega lá nas casas, já tem galinha caipira, tem pessoas que estão se dedicando mesmo a criar por causa da hospedaria, pra não faltar, a criação de peixe que tava em treze pessoa que tavam trabalhando, mas só seis tinham tanque-rede, hoje dezessete estão trabalhando afins mesmo pra produzir pra não faltar peixe pra hospedaria porque de vez em quando vem esses grupo grande, no mês de junho [2016] teve um grupo de 50 pessoas [...] e a gente consumiu 120 kg de peixe, então não pode faltar de jeito nenhum, então as pessoas entenderam isso e aí elas começaram a produzir, então isso é uma alegria muito grande que eu tenho, e aí a comunidade se diferencia por causa disso (GODINHO, 2016)<sup>14</sup>.

Esse depoimento denota que a inserção do turismo provocou o surgimento de uma nova “conjuntura” na comunidade, pois o aumento de circulação de pessoas demandou o aumento na produção dos insumos locais. A consequência desse processo foi o aumento de postos de trabalho (treze para dezessete na criação de peixe) e a elevação da renda, o que foi traduzido como “alegria” pela liderança local.

No entanto, embora sejam evidentes os efeitos positivos do turismo para o aumento da renda local, cabe ressaltar que a comunidade de Anã não possui autonomia na gestão do turismo em seu território, visto que todas as atividades turísticas são idealizadas e controladas pela ONG, especialmente as estratégias de distribuição no mercado consumidor.

<sup>13</sup> POMPERMAIER, Davide. Entrevista III. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, ago. 2016. 1 arquivo.mp3 (90 min.).

<sup>14</sup> GODINHO, Maria Odila. Entrevista II. Entrevista concedida a Giselle Castro de Assis. Santarém/Pará, ago. 2016. 1 arquivo.mp3 (23 min.).



Essa relação de dominação, representativa da colonialidade do poder, é justificada pela ONG por outra relação de subjugação, que é a colonialidade do ser, haja vista que os atores locais são percebidos pelo agente exógeno como incapazes de gerir a atividade turística, conforme explicado por Pompermaier:

Anã não cresce mais ainda porque não dá conta, porque você tem trabalhadores rurais, extrativistas, que tem outras atividades que se viram tocando também isso. Quando o ritmo de movimento aumenta, eles entram um pouco em pânico (POMPERMAIER, 2016).

As colonialidades do poder, do saber e do ser, presentes na estruturação do turismo em Anã, são relações de dominação em vigência no mundo moderno que reproduzem, sob nova “roupagem”, o colonialismo de outrora, por isso são denominadas colonialidades.

Desse modo, depreende-se que não há como entender a modernidade e a colonialidade sem suas intersecções, pois, como ressalta Escobar (2003, p. 61), “no hay modernidad sin colonialidade, siendo esta última constitutiva de la primera”. Nesse sentido, o autor propõe um modelo de investigação pautado na relação modernidade/colonialidade, no qual evoca, dentre outras, a teoria da *diferença colonial e colonialidade global*, proposta por Mignolo (2003).

Para Mignolo (2003), a colonialidade do poder, atualmente transformada em *colonialidade global*, deve ser enfrentada por meio de um modelo epistemológico por ele denominado *gnose liminar* ou *pensamento liminar*. Nesse modelo, o autor propõe que os saberes subalternos localizados nas fronteiras das diferenças coloniais (*histórias locais*) possam emergir e se tornar visíveis, promovendo, dessa forma, o reordenamento da geopolítica do conhecimento, como preconizado pelo discurso pós-colonial. Assim, Mignolo (2003) defende que a *diferença colonial* seja o meio de viabilizar o diálogo entre o *pensamento liminar* e a *pós-colonialidade*.

O esforço teórico de Mignolo (2003) é nos fazer perceber que a razão subalterna é o caminho epistêmico para reorientar a localização geopolítica do conhecimento, e nos conduzir pela difícil tarefa da *decolonialidade*, que, segundo Walsh (2009), é uma ação que está além da descolonização.

Walsh (2009) esclarece que a descolonização propunha a superação e emancipação do controle político e econômico imposto pela “conquista” da América; já a *decolonialidade* é uma ação mais complexa, que não se restringe à tarefa de superar a matriz de poder estabelecida no processo de construção do sistema mundial colonial/moderno, mas representa uma proposta mais contundente de intervenção nas



estruturas de poder e relações políticas, econômicas, sociais, dentre outras, de tal modo que nos permita enxergar outras formas e práticas de agir, ser, pensar e viver no mundo.

Nesse contexto, a autora enfatiza que essas outras concepções de perceber a realidade podem se constituir em bases para questionarmos e enfrentarmos os modelos modernos, capitalistas, ocidentais e alienantes nos quais estamos imersos.

A ação reflexiva e questionadora ofertada pela perspectiva decolonial, analisada por Walsh (2009, p. 234), é a postura que deve nos conduzir a criar “nuevas estructuras, condiciones, relaciones y experiencias, incluyendo la de nuevos lugares de pensamiento” em que se retomem dois sentimentos negados pela colonialidade, mencionados por Guerrero Arias (2010): a humanidade e a dignidade.

Portanto, é pelo horizonte decolonial que as comunidades ribeirinhas do Arapiuns devem efetuar rupturas com as colonialidades do poder, do saber e do ser que subjagam sua cultura e a transformam em mero fator de atratividade para o turismo.

É pelo horizonte decolonial que os “povos da floresta” devem oferecer novas experiências turísticas que permitam ao visitante “curioso” enxergar a “humanidade e a dignidade” de pessoas, tradições e saberes desqualificados e invisibilizados por práticas e condutas opressoras, tão características de um mundo dito “moderno”.

É também pelo viés decolonial que as populações tradicionais que se propõem a desenvolver atividades turísticas em seus territórios devem estabelecer relações entre visitantes e “nativos”, pautadas no respeito e interesse pelo outro e pela sua alteridade.

## REFERÊNCIAS

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de outro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano. **Tabula Rasa**. Bogotá, n.1, p. 51-86, jan.-dez. 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUERRERO ARIAS, P. Corazonar el sentido de las epistemologias dominantes desde las sabidurías insurgentes para construir sentidos otros de la existência. **CALLE 14**, v. 4, n. 5, jul.-dez., 2010.

KECK, F. **Introdução a Lévi-Strauss**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

MIGNOLO, W. A razão pós-ocidental. A crise do ocidentalismo e a emergência do pensamento liminar. In: \_\_\_\_\_. **Histórias locais/ projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 133-180.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas latino-



americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005, p. 227-278.

RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. Prefacio. Antropologías del Mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. In: \_\_\_\_\_. **Antropologías del Mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder**. Popayán: The Wenner Green Foundation, CIESAS, Fundación Enviñón, 2008, p. 11-40.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAHLINS, M. **Metáforas Históricas e Realidades Míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Trad. Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América latina.****CULTURA QUILOMBOLA E A PRESENÇA DO TURISMO NA COMUNIDADE**  
**DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO**

Katiane da Silva Santos (Universidade Federal do Tocantins)<sup>1</sup>  
geo.katiane@uft.edu.br  
Elias da Silva (Universidade Federal do Tocantins)<sup>2</sup>  
esilvageo@uft.edu.br

**RESUMO**

O trabalho analisa as características inerentes à manifestação cultural da Comunidade Tradicional Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO símbolo maior do grupo étnico, sendo, a Festa 13 de Maio e a sua relação com a atividade turística. A Festa é de origem maranhense e é territorializada no município de Muricilândia no Estado de Tocantins e se torna o principal elemento cultural que amálgama a comunidade. Está alicerçada no método da história oral cuja pesquisa possui caráter interpretativa e qualitativa com base na revisão bibliográfica em obras que norteiam teórica e metodologicamente o tema. A festa realizada pela comunidade como manifestação cultural tem ganhado novas reformulações e atualmente é mais conhecida como Festejo da Abolição e conta com a presença de shows musiciais. Neste sentido, observamos a eventização com investimentos que transformam a festa em uma atração crescente, atrativa e produto mercadológico com potencial para o turismo.

Palavras-chave: Festa Popular, Quilombo, Eventismo, Turismo.

**1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho é parte da nossa dissertação de mestrado em andamento intitulada como “IDENTIDADE TERRITORIAL: A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO”. Localizada no norte do Estado do Tocantins e inserido na Amazônia Legal. A Festa é de origem maranhense e é territorializada no município de Muricilândia no Estado de Tocantins e se torna o principal elemento cultural que amálgama a comunidade.

O trabalho analisa as características inerentes à manifestação cultural tradicional com o enfoque para a Festa 13 de Maio, símbolo maior da identidade da comunidade. Neste estudo, faz-se a análise das características da Festa 13 de Maio e a sua relação com a atividade turística a partir da intensificação do processo de eventização da cultura. Está alicerçada no método da história oral, onde a pesquisa possui caráter interpretativa e



qualitativa com base na revisão bibliográfica em obras que norteiam teórica e metodologicamente o tema.

### **1.1 O Quilombo Dona Juscelina**

Sobre a formação da Comunidade remanescente quilombola Dona Juscelina, necessita nos remeter a formação do município de Muricilândia, haja vista que é fundada por um grupo de pessoas que carregam traços da cultura afrodescendente e que posteriormente fundam o quilombo. Em razão de não haver registros oficiais sobre a história do município de Muricilândia e da comunidade quilombola, o percurso metodológico segue a tradição oral da população.

Relata-se que os primeiros habitantes do município chegaram em 20 de agosto de 1952, integrantes do movimento migratório dos romeiros de Padre Cícero Romão Batista de Juazeiro do Norte-CE, importante líder religioso nordestino inspirador do movimento messiânico tendo além da religião e a fé cristã, a busca pela terra, numa alusão bíblica do Velho Testamento.

Desta forma, o grupo de romeiros que também se designam como retirantes nordestinos estabelecidos no município de Filadélfia-TO, dirigiram-se em direção desconhecida em um percurso direcionado pela líder do grupo chamada de Antonia Barros de Sousa (beata de Padre Cícero), que segundo os pioneiros esta líder tinha visões com o Padre Cícero em que lhe apontava o caminho em direção a um “morro” (o morro localiza-se no atual município de Aragominas-TO). Este movimento migratório é tradicionalmente conhecido como “Bandeiras Verdes” (terras inexploradas).

Após a chegada ao morro apontado nas visões da líder do grupo, este ficou conhecido como “Morro da Velha” localizado no atual município de Aragominas. Em razão de desentendimentos do grupo, parte de seus membros resolveram seguir para mais adiante há cerca de 20Km e se estabeleceram às margens do rio Muricizal, deram-lhe este nome em razão da grande quantidade de um fruto de mesmo nome a suas margens e consequentemente também chamaram o povoado e atual município tocantinense de Muricilândia.

O grupo trouxe consigo elementos culturais de origem afrodescendente, o principal deles é o Lindô, que é uma dança de roda onde os pares entrelaçam os braços e trocam de par, e um puxador canta e os demais respondem, os versos tratam de atitudes cotidianas praticadas por comunidades tipicamente tradicionais.



Dez anos após a fundação do povoado de Muricilândia, atual município tocanтинense de mesmo nome, chega em 1968 à família Gomes oriunda do Estado do Maranhão e se estabelece no povoado, desta família faz parte Lucelina Gomes dos Santos, popularmente conhecida como “Dona Juscelina”, a matriarca da comunidade quilombola (esta se encontra em vida).

Dona Juscelina é líder e matriarca do quilombo de mesmo nome. Nascida em 24 de outubro de 1930 no município de Nova Iorque-MA, morou em Pastos Bons-MA e migrou com sua família para Cristalândia-TO e em 1962 para Muricilândia. A imigração da família ocorre em razão da insistência da matriarca, após ter visitado sua irmã em 1962 que já residia na localidade e por ter gostando tanto convenceu sua família e principalmente seu pai a efetuarem o processo de migração. A família traz consigo heranças da cultura negra e afrodescendente e memórias de seus antepassados da luta contra a escravidão que prevaleceu no Brasil até o ano de 1888.

Entre os primeiros habitantes de Muricilândia e os membros da família Gomes, é a Dona Juscelina a principal protagonista na transferência dessas memórias com ancestralidade africana por meio da oralidade aos demais habitantes que formam a atual comunidade quilombola. Desta forma, se ergue como ícone deste grupo e se torna a matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina - CQDJ.

Mulher, negra, casada, teve uma filha de seu ventre e criou outros oito filhos. Além disso, atuou vinte e cinco anos como parteira em Muricilândia, que de acordo com sua contagem tem 583 filhos de ‘pegação’ (durante o parto em que Dona Juscelina realizava, era ela a primeira pessoa a pegar a criança, assim considera-se a mãe de pegação).

A matriarca quilombola trouxe de Pastos Bons-MA a “Festa 13 de Maio”, que para sua família é símbolo da libertação da escravidão, que no Brasil é comemorada precisamente na mesma data da assinatura da Lei da abolição à escravidão pela Princesa Isabel. A festa tem efeito de amálgama entre os membros quilombolas, sendo oportunidade para danças, palestras, artesanatos, comidas típicas e encenação teatral.

Atualmente a maior parte dos membros da comunidade encontra-se segregados na zona urbana do município, embora existam alguns quilombolas espalhados pela zona rural. A segregação ocorre em razão da expropriação territorial que o grupo sofreu após vinte anos de colonização do espaço nas proximidades do rio Muricizal.

As comunidades tradicionais quilombolas são grupos étnico-raciais remanescentes de povos que perduram desde o Brasil colônia, e que ao longo dos séculos até os dias



atuais construíram e desconstruíram sua identidade gerando novas realidades territoriais como resultantes desse processo.

Sobre esses grupos tradicionais, utiliza-se o termo comunidade, que designa pequenas aldeias ou cidades afastadas dos centros urbanos ou pequenos grupos com traços culturais e étnicos em comum. Decerto, os quilombos não podem ser considerados remanescentes de negros fujões, mas, como grupos sociais que em seu tempo revolucionaram, pois lutaram contra imposições de grupos dominantes e também como comunidades tradicionais por conter heranças históricas.

Deste modo, os territórios das comunidades tradicionais possuem características carregadas de poder simbólico sendo do tipo apropriado, em razão de seus modos de vidas próprios, sendo a produção de seus territórios diferente do funcional que estabelece um domínio sobre o espaço sobrepondo-se a qualquer poder já estabelecido. Assim, os territórios apropriados possuem uma profunda relação com o espaço-tempo variando de acordo com o contexto histórico e geográfico.

A Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça e Cidadania define quem são os povos tradicionais do Brasil;

Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. (SEPPIR, 2017).

Desta forma, as comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas, pois são possuidoras de identidades que os fazem gerarem fronteiras culturais que os separam dos que não o são, bem como há também as fronteiras físicas que delimitam seus territórios de apropriação, visto que possuem uma carga simbólica. A definição de povos e comunidades tradicionais é oficializada através do Decreto nº 6.040 (2007);

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

De acordo com o Decreto nº 6.040 (2007), povos e comunidades tradicionais são grupos que se autorreconhecem como culturalmente diferenciados e suas práticas são transmitidas pela tradição. No caso em questão de nosso estudo que se trata de



comunidade tradicional quilombola, a definição do critério para reconhecimento foi estabelecido pelo governo federal brasileiro através do Decreto nº 4.887 (2003), que determina o critério de autorreconhecimento.

Destarte, os grupos sociais quilombolas são reconhecidos pela Constituição Federal no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em seu artigo 68 onde determina; “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Assim, a lei dar-lhes direito sobre o território ocupado.

A partir do Decreto nº 6.040 (2007), a comunidade tradicional Dona Juscelina situada no município de Muricilândia (TO) que se autorreconhece como quilombolas, recebeu a certificação de autodefinição como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria nº 51 (2010).

Em vinte e cinco de março, às oito e meia da noite, do ano de dois mil e oito foi realizada a reunião que oficializou a criação da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Em 14 de outubro de 2009 a comunidade quilombola recebeu a Certificação de Auto definição, em que a comunidade se auto define como remanescente de quilombo, esse documento foi expedido pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, órgão da Fundação Palmares e em 23 de outubro de 2010 constituiu-se juridicamente a entidade. (BORGES, 2015).

Atualmente a maior parte dos membros da comunidade encontra-se segregados na zona urbana do município de Muricilândia que é território quilombola, e há alguns quilombolas espalhados pela zona rural. De acordo com informações coletadas na Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, há 236 famílias cadastradas, com 830 membros.

## **1.2 Memória e Tradição na Festa 13 de Maio**

A memória é capaz de produzir a identidade de um grupo social, em nosso caso em estudo, a comunidade quilombola Dona Juscelina compartilha de uma memória coletiva que geram seus traços identitários. Halbwachs (2003) expõe que a memória é construída coletivamente sempre através da relação com o outro;

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação [...] O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso [...]. (HALBWACHS, 2003, p. 29).



Desta forma, identificamos que a tradicional Festa 13 de Maio faz parte da identidade do grupo. Halbwachs (2003) nos lembra de que para fazer parte de uma memória coletiva não é necessário ter participado de um dado evento e que esta memória pode ser partilhada através da oralidade.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem [...]. (Ibid, 2003, p. 30).

Assim, entendemos que as lembranças dos membros da família Gomes que advém do município de Pastos Bons-MA, onde realizavam a Festa 13 de Maio. Ao repassar suas lembranças aos demais habitantes do povoado de Muricilândia (atualmente é município de mesmo nome) no início da década de 1960 gerou-se entre este povo uma memória coletiva que os incentivaram a também realizar a festa nos mesmos padrões da festa que era realizada no Estado do Maranhão desde o final do século XIX, após a abolição da escravatura.

A Festa 13 de Maio tornou-se o principal elemento identitário do grupo quilombola, que num processo de migração realizada pela Família Gomes que durou quase duas décadas de não realização desta Festa, Após este período de movimentação migratória e consolidação desta comunidade quilombola, foi retomada e reativada a memória coletiva para atender as novas circunstâncias, conseqüentemente, com a memorização da Festa 13 de Maio no novo contexto socioterritorial.

Destarte, é necessário os grupos étnico-raciais estarem constantemente ativando a memória para o estabelecimento da identidade que pode ser construída e reconstruída, o sentimento de pertencimento deve ser constantemente recriado e legitimado. Assim, através das lembranças da celebração da Festa 13 de Maio realizada em Pastos Bons-MA, as quais foram trazidas pela Família Gomes e unindo aos resquícios de cultura afrodescendente que os primeiros habitantes de Muricilândia possuíam amalgamou o grupo e provocou a geração do sentimento de pertencimento a esta cultura, e a celebração da Festa tornou-se como seu símbolo identitário.

Desta forma, entendemos que o discurso de Dona Juscelina, quando funda a festa em Muricilândia e repassa suas memórias para pessoas que desconhecem tanto sua origem como a origem da festa, e a líder ensina como essa festa deve ser realizada com todas as características herdadas de seu tio, fundamenta e consagra o imaginário da comunidade que deu origem ao quilombo.



A partir das oralidades com teor de ancestralidade na cultura negra e escrava da líder, a comunidade passa a produzir sentidos, dando significado a festa como uma expressão da alegria de ser livre, sendo esta alegria experimentada por seu tio, lá no passado e que por meio da memória coletiva esta alegria é disseminada entre os membros da comunidade.

Sobre a geração de identidade que em nosso caso trata-se de um processo em grupo e que é étnico-racial, Saquet (2007) nos explica, “[...] se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade [...]”. (p. 147. Grifo do autor) que também nos explica;

[...] a identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser *coletivo* [...] Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um *novo* contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade [...] (SAQUET, 2007, p.147. Grifos do autor).

Saquet, também fundamenta que “A identidade é um componente fundamental da constituição territorial [...]” (SAQUET, 2007, p.149). E pode ser pensada sob suas concepções; a conservação e reprodução da identidade dão um sentido de continuidade histórico-cultural e simbólica ou *transescalar* com a relação de sujeitos e lugares distintos.

O autor entende que as duas concepções não são excludentes quando se faz uma abordagem territorial; material e imaterial, histórica, relacional e transescalar. Haja vista, que seu trabalho busca destacar o caráter político da identidade. Para o autor suas abordagens territoriais baseiam-se nas dimensões; econômica-política-cultural, formando tramas complexas entre redes e movimentos, “[...] pois estamos no território, construímos o território e somos o território [...]” (Ibid, 2007, p.160).

Com base nessa explicação de Saquet (2007), entendemos como se dá a construção da identidade a partir da adaptação individual a um devido grupo social através do desenvolvimento sentimental, que é o sentir-se pertencente aquele grupo o qual está inserido. Na comunidade Dona Juscelina isso se dá através do estabelecimento da realização ritual da Festa 13 de Maio que se faz presente na comunidade anualmente.

A festa possui uma natureza de ritual, repetindo-se anualmente exatamente na data de treze de maio em que se comemora a abolição da escravatura no Brasil ocorrida no ano de 1988. O ritual traz em seu bojo, a comemoração pela libertação dos escravos e a celebração daquela que assinou o decreto, a princesa Isabel. Desta forma, o ritual estabelece uma relação com o passado histórico do advento deste ato, que para Hobsbawm “[...]”



estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória [...]” (2008, p. 10).

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. (HOBBSAWM, 2008, p. 9-10. Grifos do autor).

Desta forma, as expressões culturais do grupo social quilombola a partir de seus modos de vida, com seus hábitos, costumes e tradições, as manifestações culturais simbólicas e suas nuances com a transmissão de saberes e fazeres para a manutenção dessa cultura que para perdurar “[...] não é somente uma questão de herança do passado nem é feita da experiência presente; ela corresponde, talvez, antes de tudo, a uma projeção no futuro [...]” (BERDOULAY, 2012, p. 122).

Neste sentido, o geógrafo Berdoulay (2012) comenta o estudo dos sistemas culturais a partir dos eixos culturais, sendo o primeiro a cultura como noção de totalidade imposta aos indivíduos do grupo a qual pertence e a cultura como noção de fenômeno individual e que significado há para os indivíduos das práticas culturais do grupo que pertence.

Direciono-me ao segundo eixo, pois podemos identificar como esses indivíduos tornam-se sujeitos dessa cultura. Sendo possível analisarmos as atitudes dos membros do grupo nas dinâmicas das tradições da comunidade quilombola Dona Juscelina.

## 2. O eventismo da tradicional festa quilombola “13 de Maio”

O negro remanescente de quilombola ao assumir sua cultura faz gerar fronteiras culturais que separam os povos tradicionais dos que não o são gerando novas realidades espaciais. Lira; Valadares (2013) menciona a importância do negro remanescente de quilombola assumir a sua identidade o que faz gerar fronteiras entre os que não o são;

[...] As fronteiras entre quem é e quem não é de comunidade negra, quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção [...] a adoção da identidade de remanescente por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa realidade. (LIRA; VALADARES, 2013, p.272-273).

Assim, são fronteiras culturais que separam os povos tradicionais dos que não o são, quando um grupo social assume sua identidade, este cria fronteiras culturais capazes de



gerar novas realidades espaciais. Entretanto, há também as fronteiras físicas que trazem suas influências sobre estes grupos tradicionais.

Neste sentido, a comunidade quilombola Dona Juscelina é fundada em um ambiente de fronteira, migrantes da região nordeste oriundos dos Estados de Piauí e Maranhão inseridos na Amazônia legal, se estabelecem no Tocantins e trazem consigo heranças da cultura negra e afrodescendente e as memórias de seus antepassados da luta contra a escravidão.

Desta forma, a festa realizada pela comunidade como manifestação cultural tem ganhado novas reformulações e atualmente é mais conhecida como Festejo da Abolição e conta com a presença de shows musicais contemporâneos. Estes shows que nada tem que ver com a cultura quilombola, quando agregados a festa, tem intencionalmente o objetivo de atrair um público que se interessam ou não pela cultura do quilombo e vale ressaltar que este público pode ser dentre os quilombolas e não quilombolas, mas também por uma cultura contemporânea.

Neste sentido, Meneses (2004) aponta que a tradição torna-se atrativo turístico. Para o autor o turismo histórico-cultural, “[...] envolve a extensão, ao maior número de pessoas possível, da apreensão e interpretação acerca do passado de determinado grupo social ou comunidade localizados em um dado espaço histórico [...]” (p.20). Desta forma, a Festa 13 de Maio é uma herança cultural que mantém viva a memória de seus ancestrais.

As heranças históricas dessas comunidades tradicionais são patrimônio cultural de natureza material e imaterial, com referências à identidade, à ação, à memória que inclui as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas, os elementos simbólicos; as obras, objetos e documentos e os espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Sobre a tradicional festa da comunidade quilombola Dona Juscelina, realiza-se anualmente e denomina-se Festa 13 de Maio que é celebrada na mesma data. De acordo com a tradição oral da comunidade, a festa significa comemorar com pesar o sofrimento do negro com a escravidão e celebrar a Princesa Isabel como a libertadora, ocorre em um período entre três e quatro dias com as seguintes atividades: O Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola; A Alvorada; O Culto Ecumênico; Ritual da encenação de assinatura da Lei Áurea; A Dança do Rebolado; Cortejo do Rebolado e durante toda a festa ocorrem cantos, batucadas e alimentação.

A manifestação cultural é surgida no município de Pastos Bons-MA no início do século XX, idealizada pelo tio da matriarca chamado Claro Preto do Saco, que segundo a tradição oral faleceu em 1950 com 84 anos de idade e serviu vinte e dois anos como



escravo. Claro Preto do Saco, designou Dona Juscelina aos 19 anos de idade a dar continuidade com a comemoração de alegria pela libertação dos escravos.

Somente aos 37 anos, em sua atual cidade de residência, sendo o ano de 1968, a líder da comunidade afrodescendente deu continuidade à comemoração da Festa 13 de Maio que possui caráter religioso (ecumênico) e cultura negra tendo como ápice a encenação da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel e a libertação dos escravos, fato este que culmina com a explosão de alegria do negro por sua libertação, encenada com a dança do rebolado que é um movimento descoreografado ao som de batuques.

Durante a festa da comunidade observa-se o processo de eventização da festa tornando-a um produto cultural de consumo e que atualmente ganha uma nova denominação como Festejo da Abolição que expressa essa nova seguimentação na realização da festa cultural da comunidade.

É, portanto, cultural, as formas de consumo e de uso de nossas construções culturais. Esse consumo pode conservar ou pode transformar essas construções (materiais e 'imateriais'). A massificação desse consumo pode transformá-lo radicalmente, podendo, até mesmo, destruí-lo. Dessa indústria cultural temos exemplos inumeráveis e de várias ordens. Produtos midiáticos são construídos para serem consumidos de forma rápida e substituídos por outros novos com o objetivo de dar vazão a um mercado constantemente estimulado e agressivo. O patrimônio histórico pode, ao ser apropriado como produto turístico, ser um evento de consumo massificado que o coloca em risco de destruição (para ser substituído por outro). Retomá-lo e reconstruí-lo após esse consumo voraz costuma ser tarefa difícil. (MENESES, 2004, p. 26-27. Grifos do autor).

O festejo contou com um expressivo investimento público, onde proporciona que sua estrutura cresça consideravelmente, transformando-o em uma atração crescente de caráter mercadológico para o turismo, fato este que podem fazer surgir elementos positivos e negativos relacionados à dinâmica desse processo. Embora, não estamos afirmando que seja efetivamente rota turística, pois não é o que podemos perceber é a presença de elementos que apontam para uma possível turistificação da festa quilombola.

Assim, o trabalho não tem a intenção de apontar a festa quilombola como roteiro turístico, mas pensando nas ideias de Meneses (2004), podemos perceber que a manifestação cultural em estudo tem cedido à apropriação turística que no caso conserva os elementos culturais tornando-os produto cultural e agregam elementos midiáticos para consumo massificado. Neste sentido, nosso estudo que contemplou a 44ª edição da festa realizada neste ano de 2017. Segue imagens de divulgação:

**Figura 2** – Cartazes de divulgação da “Festa 13 de Maio”.



Fonte: Blog da CQDJ (2017).

Observamos o eventismo presente na festa que além dos aspectos culturais com raízes afrodescendentes traz o acompanhamento de atividades não relacionadas a esta cultura, como a realização de shows musicais. Bem como, também notamos que a participação da comunidade externa e interna, ocorre de forma mais contundente nos momentos dos shows.

É nesse contexto que o evento assume a sua dimensão de evento-espetáculo e, como tal, perde a sua força cultural e o seu apelo artístico. O show é mais pirotecnia do que propriamente produção cultural. Os cenários, a música e a escolha dos atores nem sempre privilegiam o conteúdo artístico e a profundidade do tema escolhido. (MELO NETO, 2011, p. 55).

Desta forma, apontamos o processo de eventismo da manifestação cultural da comunidade quilombola, e a efetivação de um agendamento da realização da festa, o qual mobiliza a população da região a se fazerem presente ao 'evento' aqui investigado. Melo Neto (2011) considera que a promoção de um calendário de evento é uma tendência no ramo do entretenimento e denomina esse processo como agente do patrimônio histórico-cultural.

Melo Neto (2011) discute o eventismo como algo que vem predominando cada vez mais na atualidade. “[...] É o viés da cultura vista como produto de consumo imediato [...] (p.54). Para o autor, esta visão de eventizar tem como objetivo; “[...] a diversão pura e simples. E não a reflexão, a contemplação e a educação pela arte.” (p. 54). Assim, segue imagens da festa;

**Figura 3** – Acima encenação da abolição da escravatura e abaixo show musical.



Fonte: Blog da CQDJ (2017).

Podemos perceber entre os participantes da Festa 13 de Maio que o entretenimento é bem mais privilegiado em termos de participação da comunidade quilombola e não quilombola, sem deixarmos de comentar-nos que se abstém em participar. É nítida a valorização do entretenimento em sobreposição à dimensão cultural quilombola da festa.

### 3. Considerações Finais

A Festa 13 de Maio, realizada pela comunidade quilombola Dona Juscelina como manifestação cultural tem ganhado novas reformulações e atualmente é mais conhecida como Festejo da Abolição e conta com a presença de shows musicais. Desta forma, compreende-se que a tradição torna-se atrativo turístico histórico-cultural, sendo promovida com um agendamento anual, mobilizando o ramo do entretenimento, o processo de eventismo está presente na festa da comunidade em estudo, com investimentos que a transformam em uma atração crescente, atrativa e produto mercadológico para o turismo.

Desta maneira, observa-se que mesclar a cultura quilombola com aspectos culturais da contemporaneidade tem mais uma intenção de proporcionar o eventismo da Festa 13 de maio que atualmente é mais conhecida como Festejo da Abolição, atrair público e trazer diversão aos participantes, embora tradicionalmente a matriarca ao implantar a festa em Muricilândia trazida de Pastos Bons-MA tenha como principal significado rememorar o sofrimento do negro no período de escravidão.

### REFERÊNCIAS

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



BORGES, Manuel Filho. **RELATO: A História de Muricilândia e do Quilombo. 2015.** Acesso em out. 2017. Disponível em: <http://quilombo-de-muricilandia.webnode.com/>.

BRASIL. **Portaria nº 51:** Fundação Cultural Palmares. 22 de março de 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.040:** Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. 07 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.887:** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 20 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 5 de outubro de 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (org's). **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Tradução: Celina Cardim Cavalcante).

LIRA, Elizeu Ribeiro. VALADARES, Aniel R. Aspectos Socioculturais e Econômicos da Comunidade Afrodescendente São Joaquim, no Município de Porto Alegre\_TO In: **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** SANTOS, Roberto de Souza (org.). Goiânia: Kelps, 2013.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (org's) **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 4ed., 2011.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CQDJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/Quilombo-Dona-Juscelina-1411940975500556/>. Acesso em: 19 out. 2017.

SEPPIR. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>.

Acesso em: 30 jan. 2017.



# II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

## REALIZAÇÃO



## PATROCÍNIO



## PARCERIAS

